

FICHA DE META DADOS – CEDIM 2016/2	
Nome da Pasta	MNDDH (Movimento Nacional dos Direitos Humanos)
Autor/Instituição	Cúria Diocesana de Nova Iguaçu
Número de Documentos	477
Quantidade e tipo de documentação	Carta, Relatório, Estatuto, Proposta, Lista.
Dia/ Mês/Ano	1985-1993
Formato	A4, Ofício, Carta.
Resumo	Documentos relacionados ao movimento nacional dos direitos humanos. Sendo estes dados de entidades, pessoas, relatórios de reuniões, propostas, denúncias e outros documentos.
Palavras-Chave	Defesa dos Direitos Humanos, Princípios, Dívida externa, Encontros, Denúncias, Propostas.
Notas explicativas	Alguns documentos se encontram sem data ou local e/ou em condições de difícil leitura. Contudo, a maioria dos documentos está em boa ou ótima condição.

MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

PASTA Nº 1

- ESTATUTOS
- CARTA DE PRINCÍPIOS
- CORRESPONDÊNCIA
- CADASTRO
- PLANO DE AÇÃO
- PREPARAÇÃO DOS ENCONTROS
- PROPOSTAS
- RELATÓRIOS DA COMISSÃO NACIONAL



CADASTRO

- ENTIDADES
- PARTICIPANTES



ENTIDADES

e



Nacional

ENDEREÇO DAS ENTIDADES

O ROSN

C1-Nr.30 DZ DEFESA DOO nm:alos H11-CV. \$ NO .1.RE
e'800 0, stal h73 (frme {o59} 2210555)
cgp_ Ú99CO .. R!cr Brnnc cJAC-.rtE
(p0t. cipar0e Mál'zeti: ec Olive1:001,1,randini)

scnm0E PARi0 tE 0A DOS 1)R1Sh0Z nm,,oos SPIDE-
Ceixe. 00tnl 12,8- &lé:n-Para (fone 2:1617hf)
(!JGJrtieipgnte hUn...eiaris PeJ020 d1; S:ilv0i

REGIÃO NORDESTE

C:dmô DE Dillm3A DOS DIREITOS hlmA?OO/isscr!K.rle " Edtt:O'to J:>1lar
Th vf a;-de Peletas,r{1/29eId /Cx FJstt.i 9;- c 5 000/J ao PesSotJ-PB
ton"" (o8) 2211,50 (participante Vanlt?;fley Cai."te)

RO DE DE'mSll DCS :Dim:TOS Hm.\$00\$ D.' AnQUll)rot! DA PAWM
fiii:IX9 .R,;:1;al lj - Juft:f '!.?eirn@/iba CE11000 (!!cma n
(-pe.rllcipant.eji<hdai.en!! !almd ra)

CFaE-COOIIDraMOORIA lmpPJ/4 DE SET' CQ

1. Te vigildrt ffig,a-ail. n9 75 (1 a.d.T F Garej. - SciTV IDOR-BffUd)
lfônP. 2>?;19/ (participante Edson de A. 1.0)

MtSS .P! !JSTA E f JHQLD).. D: Otm.D !: RECmE
Jta do l&irlqltlti, !;sT&B ir;t, Ch- cl 000 J.'Sei:fe7rMmbuco
(fune 313171) polt,icipante Jv e E:r.ta o Pitth.eim)

CENTRO DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Arquidiocese de Fortaleza

Av Dom Manuel M9 (Centro) Fortaleza-Ceara

CEP. 60000 - (fone 2261955) (participante Abelardo F Lima,Pe)

C1j!SL'ô FOMIF!Cp, Ju Tig FIZAIUTu OOE "A!"

No , 3y/ t<! Ilv Antoni silio tfeZ, dells tw d irro nr9?COJ
}t - 2313575 e G2 J662 - para rECád s
l,tticipa.1lt:::l FJ-an:lccu c es d_ Silvêl i'llhe_y)

e



ENCERRO TESTE 1

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE LITIM

Rua do Rosário n.º 12 CEP 32500-000 Litim
(participantes: H. de R. nuid. A. nual e H. de R. nuid. h. n. y. tru)

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Praca Cesario Alvim nº 70 --U--is 112<n -M!
CEP 36240 (participantes: Be. de. Diu. t. : s. ne. de. i. e. Ant. de. o
Carlos Ferrarezi)

COMISSÃO DIOCESANA DE "JUSTIÇA E PAZ"

Caixa Postal 81 Cep : 39800-000 Teófilo Otoni-Minas Gerais
(Fone: (033) 5212(08) (participantes: Mario Jose H. Freire e
Giovanni Lisa)

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Dr. Ero: Sirl. i. j. c. i. t. t. i. CEP 35165
CON nº 1 r. j. t. d. < 78 n. s. Int. 4. G. e. s.
(fci, e. (031) 81110n oi 8h1%11j [J=rl"] : pant; • F?ei Jaime Fendi-, ♦ lon<,
e 2. a. i. r. a. de Cn v- dhc
ic: t. o. n. p. s. t. a. o. e. r. e. f. > J. o. R. a. G. e. r. a. n. e. C. o. l. l. e. g. i. a. d. e. n. o. i. o. (D. r. t. J. e. m. i. l. l. 1)
J. o. s. l. t. n. M. i. n. a. e. G. e. r. a. n. CEP 35110

COMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS (POTE-MG)

Praca Frei Gaspar, 52 CEP 30627 POTE- Minas Gerais
(participante: Guido Martins de Oliveira)

ENCERRO

Coma: i. y. A. o. u. i. a. i. o. c. s. n. ; < e. Direi t. o. s. m. i. o. n. s.
b. s. i. } h. o. t. r. i. t. o. S. e. n. t. i. 107) F. d. i. c. i. o. P. i. o. t. t. i.
S. o. r. 801 ♦
C. n. i. o. e. l. t. i. V. i. t. m. t. i. ♦♦ If. o. r. l. o. n. t. e. , 2. a. B. S. G. e. r. i. o. 'j' 000

Adicione teste 2

Co: l. e. i. r. o. f. u. t. c. e. s. a. l. l. i. de J1. l. s. i. 1♦ e Plz
M. i. Att. 0. r. e. s. o. 8
& i. r. t. o. 7. o. a. l. a. r. i.
i. n. o. v. v. v. e. v. v. & . g. l. a. t. i. . n. i. u. =♦♦1 7x. , -7♦; 1
(i. c. i. p. a. n. t. e. S. a. u. ° Be! \'.) U. d. R. J. v. i. d.)



Endereços

REGIÃO LESTE II

1) J air. 1ro Jm))?IK,j; DUS DltBI:.'S tUM\k: DB IV-JJ" JJ: CAXIM Ri
L;fe S'í .T An; n-iv1eD.I" s di e" s -j\-.'"pi;-iie:1ne1.TJ51
Cr@ 256.tl - D,qU:1 d: t:,,,"k:,"ET
(?..n 2T.13?51) (1,mrtl.!!);,n' 1fie i YêuO \or:?"Ette t:tl.i:.,Jfl.}

2) V r,tP.!!fe! JIO DE 1thfSC1/4?AC * ;) li\Fd!!!FTI&'
'eáx&i;,,;tãf96581 . .éi; 256)o tt11. H n',w
(itnb 1: 05 17) (n:irtl,,,/rte F; i Dirrk 1rndQ 8;<n'i;-)

3) V CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS-GRUPO AÇÃO JUSTIÇA E PAZ
Caixa Postal 90581 CEP 25600 PETROPOLIS-RJ
(fone. 422760) (Participante Marcia Maria Montefio de Miranda)
(vide relação de participantes abaixo)

4) V AUIS"i\ U'IER.tAC!Cm!-0=.u k 3- nJ
Cixã. ,,,,r; 11758- 7;"E 2fi12 Rió 1le Jen2\</PJ
(i,gl"ti cit;JSinte Gull.hanne ;;;J. ;oi:,li:a let..)

5) V SOORF'i n }..00 PiiÓ•lt"STictl. iij lffJI :El,rsIO F\ tL" \B OJ:Ui'KOJ,R,r
i\AWn 3r;ncilio 1i59 T j Bic- de ttt'tilfieii" {;52)
(lô'e- •118899) CPl'lic•p: it;s J=re \to d'110 geeu Velent,e)

6) V CFmRO DI! DtE\ DGS D,lm OS HUP!U :;S D1 iile);X!) D JU:t DE 108A
aa n J,l;t1nt", '7/n9. Xine c; a[j i-Y::jfocf.:.%Jz-jê o wrki
(tone- •r65) foart,cl1>uilt, \w1a 1.za'bel flê,,n.ée t'ie:i;r,si;)

7) V Q.A n. -1iM .:)\$ ADM1ffCOO \S1.. cci t: ro Rio de J à12)
i-v r-i-e d JJ (•attara, 2•j {-écm?} Riô <e Jan\!!iN
(tona• i08ê132)(;1:rti-;ipP.n-t,s rti.1 m lc:tttnejt e Veru (L C AltI,dc1s)

8) V rD DE !IEISA DOS D;:1IOS B11UTOS Grupo J\Isti a t Pe? eê
t?T"p:;li s- P&rticioantes
C:L i V,arl., m:cmteit'O dcs Ma.. • Fr-?i Se11lu !!:?'dia1' OuiMarãe OF:1
l'm Y.t..tttehú J. Tb;:iusr. P-11b Gtm, FrL s.
F-?1 Etlliv Satti Pb:e

9) P. João de Nijis - Itapuaí
Rua bel. Freitas, 45

23800 Itapuaí - RJ

10) José Grupo União e Consciência Negra

a/c José Milheiro

Catedral de S. Antônio

11) S. Waldir Calheiros

12) S. Clemente Ismael (N. Freiburg)

CEDIM

PROVA 1971-1972

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Rua Abílio dos Santos, 17- Centro- Vitória/Espírito Santo
Caixa Postal 1010 CEP 29000

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS (LIMIARES-ES)

Paróquia N. Sra. da Conceição- Espírito Santo
CEP 29900
(fone 2640560 e 2235952)
Participante: Osmar Arcelios do Nascimento

COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ DE VITÓRIA

Caixa Postal 107 Vitória-ES- CEP 29000

fone: 2235952

(participante: Antonio Cesar Penedo e João Baptista Warkenhoff)

REGIÃO SUL I

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE CAMPINAS

Rua Irma Serafina 88 CEP 13100 Campinas-SP
(fone: 527500 p/recados) (participantes: Francisco Jobard e Lise Roy)

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA-UNIMEP

Av Armando Cesere Dedini, 1700 PIRACICABA-SP CEP 13400)
participante: Roberto Armando Ramon de Aguiar

✓ SECRETARIADO NACIONAL JUSTICA E NÃO-VIOLENCIA

Av. Ipiranga, 1267 9º andar CEP 01039 São Paulo-SP
(fone: 011-2297448) (participante: Otmar C. Cardoso)

100 Cartazes

MOVIMENTO DE DEFESA DOS FAVELADOS

Av. Ipiranga 1267 9º andar CEP 01039 São Paulo-SP
(fone 011-2297448) (participante: Alde Oliveira, Terezinha Conceição e Maria Jose Lacerda)

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS - Nucleo Bonaeirão-EM SANTOS-SP

Rua José Pinho, 15 (Igreja dos Pastos) Santos /São Paulo CEP 11100
(participante: Marília Costa Guimarães)

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA DIOCESE DE SANTO ANDRÉ-SP

Praca do Carmo, 35 CEP 09000 Santo André-SP
(fone- 4497267) (participantes: Mariano Marchitello e Aldo J Silveira)

GRUPO DE UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA

Av. Ipiranga, 1267 9º andar CEP 01039 São Paulo-SP
(fone-011- 2297448) (participantes: Imã Regina Costa Pedro (de São Paulo) e José Milheiro (do Rio de Janeiro)

CENTRO DE PASTORAL VERGUEIRO

Rua Vergueiro, 7290 CEP 04272 São Paulo-SP
(fone: 011- 635520) (participante: Maria Angelica Lucchese)

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE LINS

Caixa Postal 92 CEP 16400 Lins-São Paulo
(fone- 222165) (participante: Pe Eraldo Cruz de Souza)

✓ COMISSÃO ARQUIDIOCESANA DE PASTORAL DOS DIREITOS HUMANOS E MARGINALIZADOS

Av. Higienópolis, 890 sala 19 CEP 01238 São Paulo-SP
(fone: 011-8260133 ramal 40) (participantes: Dr. Firmiano Pecchio, Pe Roberto Grand Maison, Prof Jose J. Queiroz, Pe Agostinho Duarte de Oliveira, Pe Angelo Gianola, Pe Pedro Curran, Pe Luciano, Luiz Eduardo Greenhalg, Guilherme Reinhardt, Fernando Altemeyer, Tereza Brandão, Imã Michael Mary Nolan) e Frei Jose Rezende

O São Paulo

Av. Higienópolis, 860

CEP Ex. Postal, 01238 - S. Paulo
SP

(Obs: parei p/ lista do Regional D. H. 18/01/85)

REGIÃO SUL I (Continuação)

REGIÃO SUL I (continuação)

COMITÉ CRISTÃO DE SOLIDARIEDADE DOM OSCAR ROMERO

Av. Cupecó, 5347 CEP. 04365 - Jardim Miriam São Paulo-SP
(participante: Frei Jose de Rezende Ribeiro)

CENTRO SANTO DIAZ DE DIREITOS HUMANOS

Av. Higienópolis, 890 sala 19 ~~CEP 01238~~ CEP 01238 São Paulo-SP
(fone 8260173-ramal 40)
(participantes: Jos'e J Queiroz, Tereza Brandão, Irmã Michael Mary
Kolan, Mario Simas Filho)

Comissão Regional dos Direitos Humanos--Lapa

Av. Higienópolis, 890 sala 19
CEP 01238 São Paulo S P
(participantes: Sebastião Marques da Costa, Pe Pedro Curran,
Pe Roberto Grand-Maison)

Centro Dom Oscar Romero

Igreja N. S. das Graças
Av. Eng. Armando Arruda Pereira
Ipiranga, São Paulo S.P. Tel. 275-0718
(participantes: Jose Queiroz)

Centro de Direitos Humanos de Inírim

R. Ministro Romero Neto, 252
Inírim, São Paulo S.P.
(participantes: Jaime Nogueira, Helenice A Nogueira)

CDDH de Itapevira da Serra

Estrada do Campo Limpo, 4.991
São Paulo
participantes.

CDDH de Osasco

Av. Santo Antonio, 1436
Bela Vista Osasco, S. Paulo
participantes: Jose Carlos Jacóno, João Francisco Santos, e
Benedito Mariano

CDDH de São Miguel Paulista

R. Jose Dias Miranda, 100
08000 São Miguel Paulista, São Paulo S P
participantes



REGIÃO SUL II

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE JOINVILLE

Caixa Postal 778 CEP 89200 (fone. 0422- 260839)
Santa Catarina (Joinville)
(participantes: Ideli Salvatti, João Fachini e Justina Fachini)

COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ DO PARANÁ

Rua Paula Gomes, 703 CEP 80000 Curitiba Paraná
(fone 041- 2247512) (participante: Lafaete Santos Neves)

MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Rua Andradas, 1234 sala 2209 Porto Alegre-Rio Grande do Sul
CEP 90000 fone. 0512-214368
representante: Ana Lúlieta Fonseca

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Endereço: Assembleia Legislativa # 49 andar 90 000 Porto Alegre/RS
(fone. 0512/214368)
(participante: Augustino Pedro Veit)

COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ DE FLORIANÓPOLIS

Rua Almirante Lamago (Largo São Sebastião)
Agência Postal da Lagoa da Conceição
88000-Florianópolis/SC
participante: Pedro Luiz Schmidt

REGIÃO CENTRO-OESTE

Comissão Pastoral da Terra-CPT/Goias

Caixa Postal 719 CEP 74000-Goiânia/Goias
(fone: 062/2234039) (participante: Daniel T. Rech)

COMISSÃO ARQUIDIOCESANA JUSTIÇA E PAZ DE GOIÂNIA

Caixa Postal 174 CEP 74000 GOIÂNIA-Goias
(fone: 2230758 e 2230759) (participante: Marina Pignatari Sant'Anna)

✓ COMITÊ DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS (Cuiabá) (Nome Provisorio)

Caixa Postal 884 CEP 78000 CUIABÁ-Mato Grosso
(fone: 3212228 e 3216827) (participantes: Dineva Vanzetti e Luiz Passos)

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DO ACRE
PRACA DA CATEDRAL, S/N
CAIXA POSTAL 473
69.900 - RIO BRANCO - AC

GRUPO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DA CNBB EM MANAUS
AV. JOAQUIM NABUCO, No. 1023
69.000 - MANAUS - AM

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DE COARI
RUA Pe. MARIO, S/N
69.460 - COARI - AM

ASSOCIACAO DAS DONAS DE CASA DE
ARIQUEMES
60. RUA-SETOR 2 - CENTRO LUTERANO
78.920 - ARIQUEMES - RO

CDDH DE BOCA DO ACRE
A/C MARIA DAS GRAÇAS NUNES OLIVEIRA
PÇA. MATRIZ, S/N
CASA PAROQUIAL
69.850 - BOCA DO ACRE - AM

SOCIEDADE PARAENSE DE D.DOS D.HUMANOS
A/C IZA CUNHA
RUA MANOEL BARATA, 47, S/302,3o. ANDAR
66.000 - BELEM - PA

JORNAL RESISTENCIA (SPDDH)
A/C IZA CUNHA
RUA MANOEL BARATA, 47, S/302,3o. ANDAR
66.000 - BELEM - PA

IGR.EVANG.DE CONFIS.LUTERANA DO BRASIL
A/C MARGA ROTHE
AV.VISCONDE DE INHAUMA, No. 1557
PEDREIRA
66.000 - BELEM - PA

COMISSAO PASTORAL DA TERRA - (CPT)
A/C PEDRO PAULO
RUA SANTO ANTONIO, No. 67
ALTOS - CENTRO
66.000 - BELEM - PA

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL - PA
RUA MANOEL BARATA, 47, S/302,3o. ANDAR
66.000 - BELEM - PA

MOVIMENTO DE MULHERES DO CAMPO E DA
CIDADE - (MMCC)
RUA MANOEL BARATA, 47, S/302,3o. ANDAR
66.000 - BELEM - PA

CONFERENCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL
RUA SANTO ANTONIO, No. 67
ALTOS - CENTRO
66.000 - BELEM - PA

COMISSAO PASTORAL DOS DIREITOS HUMANOS
A/C RAINILDA
TRAV.DOS MARTIRES, No. 393
ALTOS - CENTRO
68.100 - SANTAREM - PA

COMISSAO JUSTIÇA E PAZ DE IMPERATRIZ
A/C ARMANDO PARENTE
RUA MARANHÃO, No. 306
65.900 - IMPERATRIZ - MA



SOCIE. MARANHENSE DE D.DOS D.HUMANOS
A/C MARLUZE
RUA SOUSANFRADE, No. 01, S/87
REMEDIOS
65.000 - SÃO LUIZ - MA

CENTRO DE CULTURA NEGRA - MA
RUA DAS HORTAS, No. 34
CENTRO
65.000 - SÃO LUIZ - MA

CENTRO DE DEFESA DO MENOR - (CDM)
RUA SANTO ANTONIO, No. 67
ALTOS - CENTRO
66.000 - BELEM - PA

SECRETARIADO REGIONAL DO NORDESTE-SIN
C.D.P.D.H.DA ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA
RUA PEDRO BORGES, No. 33 - S/605
ATT.: MARCOS COLARES
60.000 - FORTALEZA - CE

C.D.D.H.-CENTRO INTERPAROQUIAL DE D.
DOS D.HUMANOS-SENADOR POMPEU - MILHA
RUA DOM MANOEL, No. 176 - CX. 22
63.600 - SENADOR POMPEU - CE

FRENTE SOCIAL CRISTA
RUA JULIO LIMA, No. 1014
63.100 - CRATEUS - CE

C.D.D.H.- TERESINA
RUA AURELINO DE ABREU, No. 1314
CENTRO
64.000 - TERESINA - PI

CEPAC - CENTRO PIAUIENSE DE AÇAO
CULTURAL
RUA COELHO DE RESENDE, No. 673 - SUL
64.000 - TERESINA - PI

COMISSAO DE JUSTICA E PAZ
RUA JUNDIAI, No. 554
TIROL
59.000 - NATAL - RN

SAR
RUA JUNDIAI, No. 554
TIROL
59.000 - NATAL - RN

C.D.D.H. - MOSSORO
PRACA CORACAO DE JESUS, S/N
59.600 - MOSSORO - RN

C.D.D.H.- ARQUIDIOCESE DA PARAIBA
CAIXA POSTAL 13
CENTRO
58.000 - JOAO PESSOA - PB



C.D.D.H.-ASSESSORIA E EDUCACAO POPULAR
CAIXA POSTAL 93
58.000 - JOAO PESSOA - PB

SAMOP - SOCIEDADE DE ASSESSORIA AO
MOVIMENTO POPULAR E SINDICAL
RUA SENADOR JOAO LIRA, No. 697
JAGUARIBE
58.000 - JOAO PESSOA - PB

COMISSAO DE JUSTICA E PAZ
RUA FRANCISCO RODRIGUES, No. 165
58.700 - PATOS - PB

C.D.D.H.- CATOLE DO ROCHA
RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA, No. 440
58.884 - CATOLE DO ROCHA - PB

C.O.D.H.-CENTRO DE ORIENTACAO DOS D.H.
DE GUARABIRA

CAIXA POSTAL 17
58.200 - GUARABIRA - PB

C.D.D.H.
CASA PAROQUIAL DE SANTA RITA
58.300 - SANTA RITA - PB

COMISSAO DE JUSTICA E PAZ
AV. FLORENCIO PEIXOTO (CATEDRAL)
CENTRO
58.100 - CAMPINA GRANDE - PB

CENTRO DE JUSTICA E FRATERNIDADE
NOSSA SENHORA APARECIDA
CASA PAROQUIAL
58.360 - ITABAIANA - PB

GAJOP-GABINETE DE ASSESSORIA JURIDICA
AS ORGANIZACOES POPULARES
RUA VINTE E SETE DE JANEIRO, No. 181
CARMO
53.000 - OLINDA - PE

C.D.D.H. - CNBB - NE II
RUA DO GIRIQUITI, No. 48
BOA VISTA
50.000 - RECIFE

- PE



COMISSAO DE JUSTICA E PAZ DA
ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE
RUA DO GIRIQUII, No. 48
BOA VISTA
50.000 - RECIFE - PE

C.D.D.H. - PALMARES
CURIO DIOCESANA
RUA DA CONCEICAO, No. 1198
55.545 - PALMARES - PE

C.D.D.H. - GARANHUNS
AV. SANTO ANTONIO, No. 40
55.300 - GARANHUNS - PE

C.D.D.H. - PETROLINA
PRACA DOM MALAN, No. 99
CX. POSTAL 16
56.300 - PETROLINA - PE

C.D.D.H. - ARARIPINA
CAIXA POSTAL 17
56.280 - ARARIPINA - PE

C.D.D.H. - AFOGADOS DA INGAZEIRA
RUA ROBERTO NOGUEIRA LIMA, No. 366
56.800 - AFOG. DA INGAZEIRA - PE

C.D.D.H. - DIOCESE DE CARUARU
A/C PADRE PEDRO AGUIAR
RUA DO ESPINHACO, No. 20
55.100 - CARUARU - PE

C.D.D.H. - SUBMEDIO SAO FRANCISCO
TRAVESSA D. PEDRO II, No. 234
56.460 - PETROLANDIA - PE

C.D.D.H. - PEDRO IVO
EDIFICIO OLIMPIA
RUA DO HOSPICIO, No. 194 - S/1304
BOA VISTA
50.000 - RECIFE - PE



CENTRO DA PENHA
CAIXA POSTAL 1658
40.000 - SALVADOR - BA

COMISSAO DE JUSTICA E PAZ DE ILHEUS
CAIXA POSTAL 33
45.660 - ILHEUS - BA

COMISSAO DE JUSTICA E PAZ DE SALVADOR
PRACA DA SE, No. 01 - 2o. ANDAR
PALACIO DA SE
40.000 - SALVADOR - BA

CREDITER
RUA CICERO DANTAS, No. 289
PONTO CENTRAL
44.100 - FEIRA DE SANTANA - BA

C.D.D.H. - PRESBITERIO DE SALVADOR
AV. LEOVEGILDO FILGUEIRAS, No. 81
40.000 - SALVADOR - BA

C.D.D.H. - EXTREMO SUL DA BAHIA
AV. GETULIO VARGAS, No. 4421
TEIXEIRA DE FREITAS
45.990 - ALCOBACA - BA

COMISSAO DE JUSTICA E PAZ
CURIA DIOCESANA DE ALAGOINHA
48.100 - ALAGOINHAS - BA

MOC - MOVIMENTO COMUNITARIO
A/C TEREZINHA MENEZES
RUA DO PONTAL, No. 61
CRUZEIRO
44.100 - FEIRA DE SANTANA - BA

SOCIEDADE ALAGOANA DE D.DOS D.HUMANOS
ATT.: MARCOS KUMMER
RUA DOIS DE DEZEMBRO, No. 117
CENTRO
57.000 - MACEIO - AL

C.D.D.H. JOAO PEDRO TEIXEIRA
A/C ROSILENE MONTENEGRO
R. MARQUES DO HERVAL, 16, 5o. ANDAR, S/502
58.100 - CAMPINA GRANDE - PB

C.D.D.H. JOAO PEDRO TEIXEIRA
A/C SONIA LOBÃO
R. MARQUES DO HERVAL, 16, 5o. ANDAR, S/502
58.100 - CAMPINA GRANDE - PB



COMIS. ARQUID. JUSTIÇA E PAZ DE GOIANIA
PRES. PROF. PEDRO WILSON GUIMARAES
PRAÇA DA CATEDRAL - CAIXA POSTAL 174
- SPAR
74.000 - GOIANIA - GO

PROG. DE D.H. DA UNIV. CATOLICA DE GOIAS
VICE-REITORIA P/ASSUNT. COM. E EST. - JUR
PRAÇA UNIVERSITARIA, 1440 - C. POSTAL 86
A/C DR. JOSE ORLANDO
74.000 - GOIANIA - GO

CENTRO DE D.H. DO INST. BRASIL CENTRAL
A/C VALERIA GETULIO GARCIA
RUA 240 - LOTE 19 - QUADRA 93
SETOR UNIVERSITARIO
74.000 - GOIANIA - GO

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT
A/C DR. DANIEL RECH
RUA 20, No. 251
CENTRO
74.000 - GOIANIA - GO

COMISSÃO DE JUST. E PAZ DE RUBIATABA
A/C DRA. IRENE
MOZARLANDIA - CURIA DIOCESANA
76.737 - MOZARLANDIA - GO

COMISSÃO DE D.H. DA DIOCESE DE GOIAS
A/C DOM TONAS BALDUINO
CURIA DIOCESANA - CENTRO DE TREINAMENTO
76.600 - GOIANIA - GO

COMISSÃO DA DIOCESE DE TOCANTINOPOLIS
A/C DR. PEDRO LUIZ DALCERO
RUA DO DIAMANTE, S/N - CEU AZUL
CASA PAROQUIAL
77.900 - TOCANTINOPOLIS - GO

APOIO JURIDICO POPULAR
A/C DR. OSVALDO DE ALENCAR ROCHA
CAIXA POSTAL, 749
74.000 - GOIANIA - GO

CAMPO - COMIS. DE ARTIC. DOS MOV. POPULARES
A/C JOSE ROMOALDO P. SOUZA
CAIXA POSTAL 040232
70.000 - BRASILIA - DF



CENTRO DE D.DOS D.H.HENRIQUE TRINDADE
A/C DIETER METZNER
CAIXA POSTAL 1046
78.000 - CUIABÁ - MT

COMIS.DA P.DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA
A/C DRA.M.JOSE DE S.MORAES/DR.HELICIO
CORREA GOMES
CAIXA POSTAL 05
78.370 - S.FELIX DO ARAGUAIA - MT

PASTORAL SOCIAL DIOCESANA DE C.GRANDE
A/C PADRE PASCOAL FORIN
RUA RUI BARBOSA, No. 3300
79.100 - CAMPO GRANDE - MS

COMITE PROV.DE DEFESA DOS D. HUMANOS
A/C DR.ANTONIO CESAR PINHEIRO COTRIN
RUA OSCAR GUIMARÃES, No. 1031
CAIXA POSTAL 99
79.600 - TRES ALAGOAS - MS



COMISSAO DE JUSTICA E PAZ
DIOCESE DE NOVA IGUAÇU
RUA AIMORES, No. 08
MOQUETA
26.000 - NOVA IGUAÇU

- RJ

CENTRO DE DEFESA DOS D.H.DE LINHARES
AV.GOVERNADOR LINDENBERG, No. 873-S/103
CAIXA POSTAL 13
29.900 - LINHARES

- ES

CENTRO DE DEFESA DOS D.H.DA SERRA
RUA MARTE, No. 128
BRANCO SERRA
29.160 - CARAPINA

- ES

COMISSAO DE DIREITO A MORADIA DE
VITORIA
RUA LAURENTINO P.FILHO, No. 485-BL.H
AP.301-J.DA PENHA
29.000 - VITORIA

- ES

COMISSAO DE JUSTICA E PAZ DE VITORIA
CAIXA POSTAL 107
CENTRO
29.000 - VITORIA

- ES

GRUPO DE AÇAO J.E PAZ DE PETROPOLIS
CAIXA POSTAL 90.581
25.600 - PETROPOLIS

- RJ

SIN-SERVICO DE INTERCAMBIO NACIONAL
CAIXA POSTAL 90.581
25.600 - PETROPOLIS

- RJ

COMISSAO DE JUSTICA E PAZ DE VOLTA
REDONDA
RUA MONTEIRO LOBATO, No. 5/302
27.180 - VOLTA REDONDA

- RJ

LIGA BRASILEIRA DE DEFESA DOS D.H.DO
RIO DE JANEIRO
AV.GRACA ARANHA, No. 327/803
CASTELO
20.030 - RIO DE JANEIRO

- RJ



COMISSAO DIOCESANA DE JUSTICA E PAZ DE
NOVA IGUAÇU
RUA CAPITAO CHAVES, No. 60
CENTRO
26.000 - NOVA IGUAÇU - RJ

COMISSAO OSCAR ROMERO
RUA ITANARACA, No. 52 - C/03
CACHAMBI
20.751 - RIO DE JANEIRO - RJ



CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DE VICOSA
RUA ARTUR BERNARDES, No. 41
36.570 - VICOSA - MG

COMISSAO DIOCESANA DE JUSTICA E PAZ
CAIXA POSTAL 84
RUA EPAMINONDAS OTONI, No. 04
39.800 - TEOFILO OTONI - MG

COMISSAO PASTORAL ARQUIDIOCESANA DE
DIREITOS HUMANOS
RUA ESPIRITO SANTO, No. 1059, SALA 801
EDIFICIO PIO XII
30.000 - BELO HORIZONTE - MG

COMISSAO DE DEF. DOS DIREITOS HUMANOS
CAIXA POSTAL 17
PAROQUIA DE SAO FRANCISCO DE ASSIS
32.500 - BETIM - MG

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DA ARQUIDIOCESE DE JUIZ DE FORA
RUA CONSTANTINO PALETA, No. 174-A
36.100 - JUIZ DE FORA - MG

COMISSAO DE JUSTICA E PAZ
PRACA N.S. APARECIDA, No. 134
CURIA DIOCESANA
38.400 - UBERLANDIA - MG

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DE SANTOS DUMONT
PAROQUIA DE SAO MIGUEL DAS ALMAS
CAIXA POSTAL 98
36.240 - SANTOS DUMONT - MG



C.D.D.H. - NUCLEO BOQUEIRAO
A/C MARILIA COSTA GUIMARAES
RUA GUAIBE, No. 104
11.100 - SANTOS - SP

CENTRO OSCAR ROMERO (COMIS. REGIONAL SP)
AV. ENGENHEIRO ARMANDO DE ARRUDA
PEREIRA, No. 2313
JABAQUARA
04309 - SAO PAULO - SP

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DE INTERLAGOS
RUA NOSSA SENHORA DE NAZARE, No. 101
CIDADE DUTRA
04805 - SAO PAULO - SP

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DE VILA PAULISTANA
RUA ANTONELLO DA MESSINA, No. 772
VILA PAULISTANA
02318 - SAO PAULO - SP

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
RAIMUNDO EDUARDO DA SILVA
RUA MANOEL MORENO TORRES, No. 60
09300 - MAUA - SP

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DE OSASCO
AV. SANTO ANTONIO, No. 1436
06000 - OSASCO - SP

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DE SANTO ANDRE
PRACA DO CARMO, No. 36
09000 - SANTO ANDRE - SP

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DE MOGI DAS CRUZES
RUA BARAO DE JACEGUAI, No. 509
08700 - MOGI DAS CRUZES - SP

PASTORAL DOS DIR. HUMANOS DA REGIAO
EPISCOPAL DE OSASCO
AV. SANTO ANTONIO, No. 1436
06000 - OSASCO - SP



PASTORAL DOS DIREITOS HUMANOS DE SAO
MIGUEL PAULISTA
RUA MIGUEL ALEIXO - IGREJA MATRIZ
08000 - SAO MIGUEL PAULISTA - SP

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DE SAPOEMBA
RUA SERRA DO CAPIVARUCU, No. 500
JARDIM ELBA
- SAO PAULO - SP

COMISSAO DE DIREITOS HUMANOS REGIAO
EPISCOPAL DE ITAPECIRICA DA SERRA
RUA LOUIS BOULANGER, No. 173
CAMPO LIMPO
05788 - SAO PAULO - SP

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DE CAMPINAS
RUA IRMA SERAFINA, No. 110
13.100 - CAMPINAS - SP

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DA REGIAO SE
RUA GUAPORE, No. 335
LUZ
01109 - SAO PAULO - SP

COMISSAO ARQUIDIOCESANA DE PASTORAL
DOS D.H. E MARGINALIZADOS
AV. HIGIENOPOLIS, No. 890-SALA 19
SANTA CECILIA
01238 - SAO PAULO - SP

CENTRO SANTO DIAS DE DIREITOS HUMANOS
AV. HIGIENOPOLIS, No. 890 - SALA 19
SANTA CECILIA
01238 - SAO PAULO - SP

COMISSAO REGIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
DA LAPA
RUA AFONSO SARDINHA, No. 62
LAPA
05076 - SAO PAULO - SP

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
TEOTONIO VILELA
RUA DIOGO RIBEIRO, No. 11
VILA ALBERTINA
02355 - SAO PAULO - SP

COMISSAO JUSTICA E PAZ - SP
AV. HIGIENOPOLIS, No. 890 - SALA 23
SANTA CECILIA
01238 - SAO PAULO



CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DE GUARULHOS
AV. OTAVIO BRAGA DE MESQUITA, No. 800
07000 - GUARULHOS - SP

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DE PERUS
RUA OSCAR DA CUNHA CORREIA, 1-A, S/01
PERUS
05202 - SAO PAULO - SP

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
FREI TITO - A/C de GABRIEL
RUA VERGUEIRO, No. 7290
VILA FIRMINO PINTO
04272 - SAO PAULO - SP

CLAMOR
AV. HIGIENOPOLIS, No. 890
SANTA CECILIA
01238 - SAO PAULO - SP



CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
RUA PROF. JOAO CANDIDO, No. 685 - S/03
86.100 - LONDRINA - PR

CENTRO DE DEFESA DE DIREITOS HUMANOS
RUA SANT'ANA, No. 791 - 2o. ANDAR - S/22
84.100 - PONTA GROSSA - PR

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
RUA TRAJANO REIS, No. 199
80.000 - CURITIBA - PR

MOVIMENTO DE ASSOCIACAO DE BAIROS
DE CURITIBA E REGIAO METROPOLITANA
RUA MURICI, No. 542 - 9o. ANDAR
80.000 - CURITIBA - PR

PRO-CENTRO DE DEFESA DOS D.H. SUDOESTE
RUA MARINGA, S/N - CAIXA POSTAL 26
85.640 - AMPERE - PR

ASSOCIACAO DE BAIRRO MOVIMENTO DOS
SEM TERRA
AV. DR. JOAO DAHNS, No. 204
98.900 - SANTA ROSA - RS

CENTRO DE DEFESA DE DIREITOS HUMANOS
CAIXA POSTAL 59
95.100 - CAXIAS DO SUL - RS

COMISSAO DE DIREITOS HUMANOS
RUA SENADOR PINHEIRO, No. 304
CAIXA POSTAL 13
99.100 - PASSO FUNDO - RS

CENTRO DE JUSTICA E DEF. DOS DIREITOS
HUMANOS
AV. RIO BRANCO, No. 793
97.100 - SANTA MARIA - RS



COMISSAO DE D.HUMANOS DO SINDICATO
DOS PSICOLOGOS
RUA PROF.ANNE DIAS,ED.ANNE DIAS
12o. ANDAR
90.000 - PORTO ALEGRE - RS

GRUPO JUSTICA E NAO VIOLENCIA
FACULDADE DE TEOLOGIA
CAIXA POSTAL 14
93.000 - SAO LEOPOLDO - RS

PROMOCAO DOS DIREITOS HUMANOS JUSTICA
E FRATERNIDADE
RUA BOLIVIA, No. 446
98.100 - CRUZ ALTA - RS

COMISSAO ARROIOMEENSE DE JUSTICA E D.
HUMANOS
CAIXA POSTAL 06
95.940 - ARROIO DO MEIO - RS

COMISSAO DE DEFESA DOS D. HUMANOS
RUA MARECHAL DEODORO, No. 260
95.700 - BENTO GONCALVES - RS

COMISSAO DE D.H.DO 38o.NUCLEO DO
CENTRO DE PROFESSORES DO ESTADO DO RS
RUA ALBERTO BINS, No. 482 - S/902
90.000 - PORTO ALEGRE - RS

MOVIMENTO DE JUSTICA E D. HUMANOS
RUA ANDRADE NEVES, No. 100 - S/1304
90.000 - PORTO ALEGRE - RS

ASSOCIACAO DE MORADORES DE MANGUE
BAIRRO BOA VISTA
89.200 - JOINVILLE - SC

ASSOCIACAO DE MORADORES
RUA GUARARAPES, No. 100
89.200 - JOINVILLE - SC

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
RUA GUARARAPES, No. 100
89.200 - JOINVILLE - RS



CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
RUA NASSARANDUBA, No. 120
89.120 - TIMBO - SC

CENTRO DE DEFESA DOS D. HUMANOS
RUA CEL. ARISTILIANO RAMOS, S/N
CAIXA POSTAL 64
89.110 - GASPAR - SC

CENTRO DE DEFESA DOS D. HUMANOS
RUA AMARO JAQUES, No. 35
88.300 - ITAJAI - SC

COMISSAO ARQUIDIOCESANA DE CEBS
MORRO DO MONT SERRAT
CAIXA POSTAL 678
88.000 - FLORIANOPOLIS - SC



CIMI - Conselho Indigenista Missionario
Cx.P. 11.1159
70.084 - Brasilia - DF

Caritas Brasileira
L 2 Norte - quadra 601 bloco B
Cx.P. 04.0244
70.830 - Brasilia - DF

Anistia Internacional Grupo 3
Cx.P. 14.658 - Largo do Machado, 29 sala III
22.412 , - Rio de Janeiro - RJ

ACO - Ação Catolica Operaria
Rua Lambari, 348 - Jardim Iguaçu
26.000 - Nova Iguaçu - RJ

CERIS -
Rua Dr. Julio Ottoni. 517/3
Santa Tereza
20.241 - Rio de Janeiro - RJ

SEP - Serviço de Educação Popular
Rua Santa Luzia, 776 apt 1301
20.020 - Rio de Janeiro - RJ

ANSA - Agencia Noticiosa Internacional Italiana
Av. Presidente Antonip Carlos, 40 Co B
20.020 - Rio de Janeiro - RJ

IBASE
Rua Vicente de Souza, 29
Botafogo
22.251 - Rio de Janeiro - RJ

IBRADES - Centro João XXIII
Rua Bambina, 115
Botafogo
22.251 - Ro de Janeiro - RJ

CEDI - Centro Ecumenico de documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 96 Fundos
22.241 - Rio de Janeiro - RJ



PARTICIPANTES



ENCONTRO DO MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS - ENDEREÇOS:

- 1 V 01) ANDRÉ LUIZ DE PAULA *ja*
Av, Visconde do Rio Branco, 54 - Centro - RJ
FAMERJ - Tel. 224-6586 e 222-9832
Tel. Recado 735-1115 e 735-2327 *CEP: 20060*
- 2 V 02) ELZIRA *ja*
Rua Marte, 128 - Bairro Barro Branco - Serra - 29160 - Espírito Santo
Tel. recado 241-1865 - CDDH Tel. 228-0504
- 3 V 03) IGNEZ FELIPE *ja*
Rua Alvares de Azevedo, 96/203 - A - 24220 - Icaraí - Niterói *S*
- 04) VERÔNICA HENRIQUE DE OLIVEIRA *ja*
Rua João Pessoa, 161 - 24220 - Icaraí - Niterói *S*
- 05) JOEL GALDINO *ja*
Rua da Conceição 31/804 - Rio de Janeiro
- 06) SÔNIA REGINA DA SILVA GALDINO *ja*
Av. Flávio de Vasconcelos, 5 - Reta Velha - Itaboraí *S*
- 07) RUTH MATOS DE MORAIS *ja*
Rua João Pessoa, 161 - 24220 - Icaraí - Niterói
- 08) ANTÔNIO ALVES FILHO *ja*
Rua Paulo de Frontin, 376 - 25000 - Chacrinha - Duque de Caxias - RJ *S*
- 09) MANOEL COSTA FILHO *ja*
Rua 3 - Q. A - Conjunto BNH - Reta - Itaboraí - RJ *S*
- 10) MÁRCIA M. MIRANDA *ja*
Rua Carlos Gomes, 180 - C.P. 90581 - Tel. 42-2462
Residência: Rua Buenos Aires, 192 - 25600 - Tel. 42-1177 - Petrópolis - RJ
- 11) CÍCERA SANTOS GUEDES *ja*
Avenida Coronel Manoel Nunes, 451 - Laranjeiras - 29160 - Serra - E.Santo
- 12) ROBERTO CORREIA DA SILVA *ja*
Av. Flávio Vasconcelos, 05 - Reta Velha - Itaboraí - RJ
- 13) VERONIKA LIND *ja*
Ed. Miguel Badya, Bl "L", 30 /312 - 70000 - Brasília - DF
Tel. (061) 225-8738
- 14) CENISE N. DA SILVA *ja*
Rua Visconde C. Bueno, 53 - Santo Agostinho - Volta Redonda - RJ
- 4 V 15) VILMA STEFANI *ja*
Rua Monteiro Lobato, 05/302 - 27253 - Volta Redonda - RJ
Tel. (0243) 42-1253
- 16) SEBASTIÃO BERNARDINO DE ANDRADE *ja*
Rua Calso Goulart, L 4 - Q. 46 - Pilar *S*
- 5 V 17) MOIZÉS BATISTA LEAL *ja*
Rua 08 de Dezembro, 396/301 - BL. II - 20550 - RJ - Fone 234-0029
Rua Einstein, 280 - Barra - RJ - Fone 399-6787 *CEP 22.611*

18) SADA BAROUD DAVID

Rua Capitão Chaves, 60 - Centro - 26000 - Nova Iguaçu - RJ

Fone: 767-7677 e 767-2987

19) PEDRO B. DE OLIVEIRA *ja*

Rua José Hipólito de Oliveira, 100/211 - Centro - 26000 - Nova Iguaçu - RJ

20) CÉSAR AUGUSTO DÓRIA DOS REIS *ja*

Rua Maestro Felício Toledo, 495/715 - Niterói - RJ

6 ✓ 21) VALDIR PEREIRA *ja*

Rua Frederico Rocha, 96 - Sobr. - 26150 - Belford Roxo - NI - RJ

Trl. 761-4936

22) CLAUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA *- ja*

Rua Pedro Elmers, 367 - Loteamento Itamarati - 25715 - Petrópolis

23) JOÃO MARTINS DE OLIVEIRA FILHO *ja*

Rua Bingen, 1054 - Petrópolis - RJ - Fone: 42-2462 ou 43-9993

24) ESTER SOARES - Fone. 767-3432

25) PAULO SERGIO VASCONCELOS *ja*

Colorado L. 18 - Q. 18 - Laranjal - 24400



ENCONTRO DO MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS - ENDEREÇOS:

- 01) ANDRÉ LUIZ DE PAULA
Av, Visconde do Rio Branco, 54 - Centro - RJ
FAMERJ - Tel. 224-6586 e 222-9832
Tel. Recado 735-1115 e 735-2327
- 02) ELZIRA - *ja*
Rua Marte, 128 - Bairro Barro Branco - Serra - 29160 - Espírito Santo
Tel. recado 241-1865 - CDDH Tel. 228-0504
- 03) IGNEZ FELIPE - *ja*
Rua Alvares de Azevedo, 96/203 - A - 24220 - Icaraí - Niterói
- 04) VERÔNICA HENRIQUE DE OLIVEIRA
Rua João Pessoa, 161 - 24220 - Icaraí - Niterói
- 05) JOEL GALDINO
Rua da Conceição 31/804 - Rio de Janeiro
- 06) SÔNIA REGINA DA SILVA GALDINO
Av. Flávio de Vasconcelos, 5 - Reta Velha - Itaboraí
- 07) RUTH MATOS DE MORAIS
Rua João Pessoa, 161 - 24220 - Icaraí - Niterói
- 08) ANTÔNIO ALVES FILHO
Rua Paulo de Frontin, 376 - 25000 - Chacrinha - Duque de Caxias - RJ
- 09) MANOEL COSTA FILHO
Rua 3 - Q. A - Conjunto BNH - Reta - Itaboraí - RJ
- 10) MÁRCIA M. MIRANDA
Rua Carlos Gomes, 180 - C.P. 90581 - Tel. 42-2462
Residência: Rua Buenos Aires, 192 - 25600 - Tel. 42-1177 - Petrópolis - RJ
- 11) CÍCERA SANTOS GUEDES
Avenida Coronel Manoel Nunes, 451 - Laranjeiras - 29160 - Serra - E.Santo
- 12) ROBERTO CORREIA DA SILVA
Av. Flávio Vasconcelos, 05 - Reta Velha - Itaboraí - RJ
- 13) VERONIKA LIND
Ed. Miguel Badya, Bl "L", 30 /312 - 70000 - Brasília - DF
Tel. (061) 225-8738
- 14) DENISE N. DA SILVA
Rua Visconde C. Bueno, 53 - Santo Agostinho - Volta Redonda - RJ
- 15) VILMA STEFANI
Rua Monteiro Lobato, 05/302 - 27253 - Volta Redonda - RJ
Tel. (0243) 42-1253
- 16) SEBASTIÃO BERNARDINO DE ANDRADE
Rua Calso Goulart, L 4 - Q. 46 - Pilar
- 17) MOIZÉS BATISTA LEAL
Rua 08 de Dezembro, 306/301 - BL. II - 20550 - RJ - Fone 234-0029
Rua Einstein, 280 - Barra - RJ - Fone 399-6787

18) SADA BAROUD DAVID

Rua Capitão Chaves, 60 - Centro - 26000 - Nova Iguaçu - RJ

Fone: 767-7677 e 767-2987

19) PEDRO B. DE OLIVEIRA

Rua José Hipólito de Oliveira, 100/211 - Centro - 26000 - Nova Iguaçu - RJ

20) CÉSAR AUGUSTO DÓRIA DOS REIS

Rua Maestro Felício Toledo, 495/715 - Niterói - RJ

21) VALDIR PEREIRA

Rua Frederico Rocha, 96 - Sobr. - 26150 - Belford Roxo - NI - RJ

Te1. 761-4936

22) CLAUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

Rua Pedro Elmers, 367 - Loteamento Itamarati - 25715 - Petrópolis

23) JOÃO MARTINS DE OLIVEIRA FILHO

Rua Bingen, 1054 - Petrópolis - RJ - Fone: 42-2462 ou 43-9993

24) ESTER SOARES - Fone 767-3432

25) PAULO SERGIO VASCONCELOS

Colorado L. 18 - Q. 18 - Laranjal - 24400



André Luiz de Souza

TEL 735 1115 Recado 4 TATÃO
735 2327 //

Av Visconde do Rio Branco 54 - Centro - Rio RJ
FAMERT - FED. Assoc. Moradores do Estado do Rio de
Janeiro. (2246586)
2229832

• Elzira E. de Souza - Rua Monte 128 Bairro Barro Branco
Serra E. Santo Cep. 23160. fone recado. 2411865
Secretaria CDDH = 2280504.

• Ignez Felipe

M. NDDH

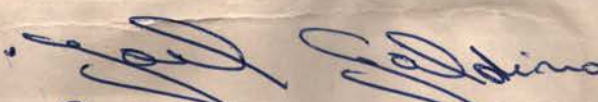
R. Alvarus de Azevedo - 96/203 - A.

CEP - 24220 - Itaraí - Niterói

• Verônica Henrique de Oliveira

Rua João Pessoa 161

CEP - 24220 - Itaraí - Niterói RJ


Rua da Conceição 31 S/804
Rio de Janeiro

• SONIA REGINA DA SILVA GALDINO
AV. FLAVIO DE VASCONCELOS Nº 5. RUA VELHA ITABORAI.

• Ruth Matos de Moraes

Rua João Pessoa 161

CEP 24220 Itaraí. Niterói RJ

• Antonio Alves Filho

A. Paulo de Vazir 376

B. Itacimboa W. Casca RS

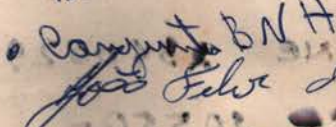
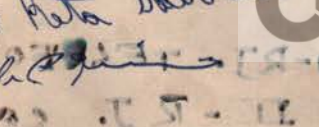
CEP 25000

• Manoel Cooda Filho

Rua 30A

• Camargo BNH Rota Itaboraí



Encontro Regional DH em 01/08/87

Lista de presença

- U. J. Leal
- Afelisea Sampaio Rodrigues
- Maria M. Miranda . SIN / CDDH de Petrópolis
Rua Carlos Gomes 180 / C.P. 90581 / Tel 422462
Resid - Rua Buenos Aires 192 / Tel. 421177
25.600 - Petrópolis - RJ.
- Vígnera Santos Guedes - CDDH - Serra
Resid. Avenida Coronel Manoel Nunes nº 451 - Baranjeiras - Serra
29.160 - Serra - Esp. Santo E. Santo
- Roberto Lacerda da Silva - Retas Velha - ITABOARAÍ - RJ
ASSOCIAÇÃO dos Moradores das RETAS (AMOR)
AV. Flavio Viscondes Nº 5
- Verônica Lind
Sen. Naz. de Justiça e Não-Violência
SDS - Ed. Miguel Badya, Bl "L" nº 30 - sala 312
70.000 Brasília - DF Fone (061) 225-87-38
- Denise N. da Silva
Comissão de Direitos Humanos - V.R.
R. Visconde C. Bueno - Nº 63 - Stº Agostinho - V.R.
- VILMA STEFANI
Comissão de Direitos Humanos de Volta Redonda
R. Monteiro Lobato, 5 ap. 302 (0243) 42-1253
27253 - Volta Redonda - RJ
- SEBASTIÃO BERNARDINO DE ANDRADE.
(ENTREM: COMISSÃO DO TREM. e CONSELHO COMUNITÁRIO DE SAÚDE DE)
R. CELSO GOULART. L 4 Q 46. PILAR DE.
- CECIM
- Tista Leal - CDDH-RJ. TELEFONE 2340029
Lembro, 306/301 - BL. II - RJ. CEP 20550-

Encontro Regional de D.H. 31/07/87

Lista de presença:

1. Elzira Elzeuz CDDH E. Santo
2. Lúcia Santos Guedes. C.D.D.H. Esp Santo.
3. Antonio Alves Filho (C.C.S. Duque de Caxias).
Leda Bandud David (Justiça e Paz de N. Iguaçu)
4. Rubicka Sampaio Rodrigues
5. Mauro Negretto Garcia, (Lúcio Francisco Jr P., Ecologia)
6. ~~João~~ ~~João~~ (ITABORAÍ. AMOR)
7. Sonia Regina (ITABORAÍ. AMOR)
8. Moisés Baptista Saad - C.D.D.H. - R.J.
Rua. Einstein, 280 - BARRA BARRA - 3996787
- 9-
- 10-

Sada Harold David

Rua Capitão Chaves, 60

26000 - Nova Iguaçu - RJ

Tel. 767-7677 / 767-2987

Pedra B. de Oliveira) Conselho Fiscal.

Sindicato das Tracalpadan Rurais de Nova Iguaçu

Rua José Hipólito de Oliveira N.º 100 - S. 217

César Augusto Jorja dos Reis.

Rua Maestro Felício Toledo 495 / 715 - NITERÓI

VALDIR PEREIRA —

CENTRO DE CULTURA POPULAR OSCAR ROMERO - (COR) - BELFORD ROXO

RUA FREDERICO ROCHA, 96 - SOBR. - TEL. 11/CONTATO 761-4936

26150 - BELFORD ROXO - RJ

Cláudio Augusto Vieira da Silva

Rua Pedro Elner, 367 - Loteamento Itamarati - Petrópolis - 25715

João MARTINS DE OLIVEIRA FILHO

RUA BINGEN 1054 - PETRÓPOLIS RJ. TEL. 422462 OU 459993.

Estes Soares MAB. N.I. tel. 46F-34.32

Raulo Sérgio Jaconcelos - cobrador Lt 18. Qv 18. LARANJAL

Wander Batista Pereira — — — MAB

SG.

CP 2400

LISTA DAS ENTIDADES PARA AS QUAIS FORAM ENVIADAS AS FICHAS DE LEVANTAMENTO, DA REALIDADE DOS CENTROS DO ESTADOS DO RIO DE JANEIRO

- 01- COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ
RUA ,Nº 25 - B.44 - PRAÇA BRASIL
CEP: 27180. - VOLTA REDONDA _ RJ
- 02- COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ
RUA MONTEIRO LOBATO, Nº 05/302
CEP: 27.253.320 - VOLTA REDONDA - RJ
- 03- COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ
RUA SILVA JARDIM LOTE.05- Q.74
CEP: 25.560.180 - SÃO JOÃO DE MERITI _ RJ
- 04- COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ
JOSÉ CARLOS ALVES
RUA OURINDO, nº 27
CEP: 21.525.180 - PAVUNA _ RJ
- 05- COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ
CARLOS BALTAZAR DA SILVEIRA, Nº 23
CEP: 28.625 - NOVA FRIBURGO _ RJ
- 06- COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ - BENTO RUBIÃO
AV. RIO BRANCO, Nº 156/1.331 - CENTRO
- 07- OAB - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Abigail e Sergio Verani
Av. MARECHAL CÂMARA, Nº 210 - 4º ANDAR
CEP: 200.20.080 - CASTELQ - RJ
- 08- CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
RUA MONSENHOR BARCELAR, nº 400
CEP: 25.685 - PETRÓPOLIS _ RJ
- 09- AJUP - INSTITUTO DE APOIO JURÍDICO POPULAR
Av. BEIRA MAR, Nº 216 / 401 - GLÓRIA
CEP: 200.210.60 - RIO DE JANEIRO
- 10- ASSOCIAÇÃO DOS EX. ALUNOS DA FUNABEM
RUA VINTE E QUATRO DE MAIO, Nº 43 - ROCHA
CEP: 209.50.090 - RIO DE JANEIRO
- 11- COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ
MARINA BANDEIRA
RUA MARIA QUITÉRIA, Nº 50/402 - IPANEMA
CEP: 22.410.040 - RJ
- 12- JOÃO CÂNDIDO
ROESIMERE PINTO CARIAS
RUA ALFREDO BACKER, Nº 15
GRAMACHO - DUQUE DE CAXIAS
CEP: 25.050-290 - RJ
- 13- JOSÉ AMÉRICO DE LACERDA JÚNIOR
RUA MONSENHOR BARCELAR, Nº 400
CEP: 25.685 - PETRÓPOLIS _ RJ
- 14- MOVIMENTO COMUNITÁRIO CONTRA A VIOLÊNCIA
RUA 25. B- Nº 44 - VILA SANTA CECÍLIA
CEP: 27260.330 - VOLTA REDONDA - RJ
- 15- PROGRAMA DA CIDADANIA E D. HUMANOS
RUA FRANCISCO XAVIER, 524 - MARACANÃ
CEP: 20.559.900 - RJ
- 16- MARINALVA CONCEIÇÃO DE SOUZA
RUA CELESTINO DE ALMEIDA, Nº 14 -
CASTELO BRANCO - CARIACICA- ESP. SANTO
- 17- CLEUNICE ALVES DE SOUZA
RUA DAMASCO, Nº 66 - CAMPO GRANDE
CARIACICA- ESP. SANTO
- 18- SUZETE DE PAIVA LIMA
RUA 225 - Nº 149 - CONFORTO
VOLTA REDONDA
CEP: 27.180 - RJ
- 19- ANA MARIA VICENTE
AV. CRISTIANO REIS MEIRELLES, Nº 419
CEP: 27.320.000 - VISTA ALEGRE - V. REDONDA
- 20- MARIA DE LOURDES LOPES FONSECA
RUA ALAMEDA NOVO HORIZONTE, Nº 12
-SANTO AGOSTINHO VOLTA REDONDA - RJ
- 21- COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ
A/C DE LÚCIA
RUA MONTEIRO LOBATO, Nº 05/302
CEP: 27253.320- VOLTA REDONDA _ RJ
- 22- DENISE NONATO
AV. CONTORNO, Nº 3.039 - MANGUEIRA
BARRA MANSA - VOLTA REDONDA
- 23- CÁRITAS DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU
RUA CAPITÃO CHAVES, Nº 60 - CENTRO
CEP: 26.221.010 - N. IGUAÇU - RJ

FICHA DE INSCRIÇÃO

V Encontro
Nacional

Nome do delegado: AZULEICKA SAMPAIO RODRIGUES

Nome da entidade: COMISSÃO DIOCESANA DE JUSTIÇA E PAZ DE NOVA IGUAÇU

Endereço da entidade: RUA CAPITÃO CHAVES, 60 - NOVA IGUAÇU - RJ

Rua

Telefone 767-7677

Endereço pessoal: RUA DOS MARUJOS, 105 - PIAM - BELFORD ROXO - NOVA IGUAÇU

Rua RJ

Telefone

Favor devolver a ficha de inscrição para:

- Secretaria do V Encontro Nacional
Rua 37, lote 15, quadra A - 24
74.000 - Goiânia - GO.

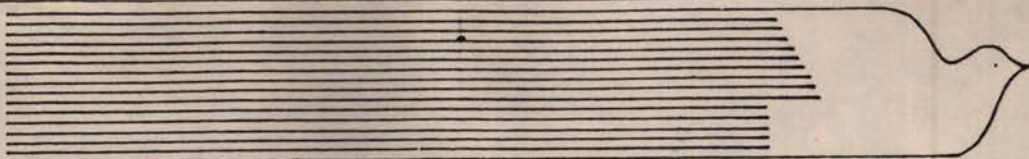
Com cópia para :

- SIN
Caixa Postal - 90.581
25.600 - Petrópolis - RJ.

IMPORTANTE: comprem logo sua passagem para Goiânia.

Corte aqui

MNDDH



MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

CADASTRO DA INSTITUIÇÃO

I. IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Endereço: _____

Telefone: _____ Ano de Fundação: _____

Estrutura Organizacional: _____

Nº de membros: _____

Equipe Permanente:

Telefone:

Periodicidade de Reuniões: _____

Dias: _____ Hora: _____

Regionais do MNDDH:

Norte I (AC, AM, RO, RR) - CDDH Manaus - av. Enaminondas, 722, CT 05, 69061, Manaus, AM - (092) 233-8072

Norte II (PA, MA, AP) - Sociedade Impulso de Defesa dos DH - rua S. L. dos Santos, 47, sala 302, 66220, Belém, PA - (091) 225-4677

Nordeste (CE, RN, PB, PE, AL, BA, SE, PI) - CDDH J. Pedro Teixeira - rua C. Antonio Lemos, 102, centro, 55100, Campina Grande, PB - (083) 321-4375

Leste I (ES, RJ) - CDDH Petrópolis - rua Carlos Gomes, 180, CT 0063, 25621, Petrópolis, RJ - (0242) 42-2462

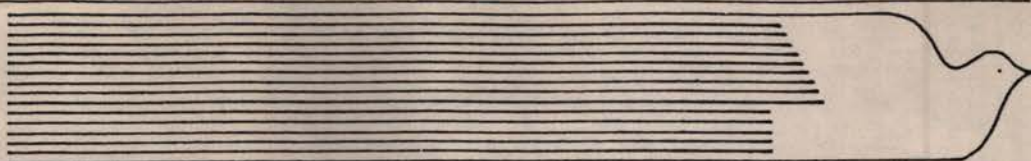
Leste II (MG) - CDDH Juiz de Fora - rua Henrique Sururus, 30, 36015, Juiz de Fora, MG - (032) 211-4677

Sul I (SP) - Centro Santo Dias - av. Higienópolis, 890, sala 19, 01238, São Paulo, SP - (011) 825-4414

Sul II (PR, SC, RS) - CDDH Joinville - rua 15 de Novembro, 353, sala 1, 89200, Joinville, SC - (0474) 22-9985

Centro-Oeste (GO, MT, MS, DF, TO) - Instituto Brasil Central - rua 24 de Abril, 15, quadra 93, Setor Universitário, 74210, Goiânia, GO - (062) 205-2501

MNDDH



MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

II. FONTES DE FINANCIAMENTO: (%)

III. INFRA-ESTRUTURA:

imóvel: ☐ próprio
☐ alugado

tipo de imóvel: ☐ casa
☐ salas

Tipo de espaços:

Nº:

Capacidade:

☐ sala de reuniões
☐ auditório
☐ secretaria

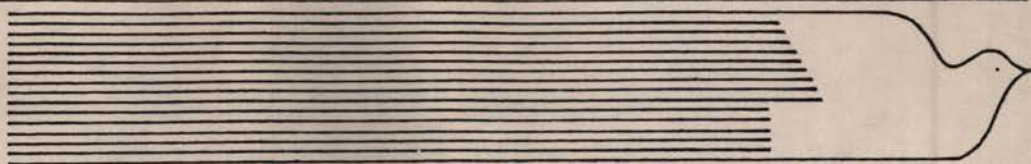
Tipo de atividade no auditório: _____

Outros: _____

Regionais do MNDDH:

Norte I (AC, AM, RO, RR) - CDDH Manaus - av. Enaminondas, 722, CT 055, (911), Manaus, AM - (092) 233-8072
Norte II (PA, MA, AP) - Sociedade Brasileira de Defesa dos DH - rua São João, 47, sala 302, 66020, Belém, PA - (091) 225-4677
Nordeste (CE, RN, PB, PE, AL, BA, SE, PI) - CDDH J. Pedro Teixeira - rua Antônio Torres, 102, centro, 55100, Campina Grande, PB - (083) 321-4375
Leste I (ES, RJ) - CDDH Petrópolis - rua Carlos Gomes, 180, CT 00511, 26051, Petrópolis, RJ - (0242) 42-2462
Leste II (MG) - CDDH Juiz de Fora - rua Henrique Surenis, 30, 36015, Juiz de Fora, MG - (032) 211-4677
Sul I (SP) - Centro Santo Dias - av. Higienópolis, 890, sala 19, 01238, São Paulo, SP - (011) 625-4414
Sul II (PR, SC, RS) - CDDH Joinville - rua 15 de Novembro, 253, sala 11, CT 778, 89200, Joinville, SC - (0474) 22-8986
Centro-Oeste (GO, MT, MS, DF, TO) - Instituto Brasil Central - rua 240, lote 19, quadra 93, Setor Universitário, 74210, Goiânia, GO - (062) 225-2801

MNDDH



MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Equipamentos:

☐ câmera fotográfica

☐ câmera de vídeo

☐ retroprojeto

☐ sonorização

☐ vídeo

☐ câmera

☐ slide

☐ gravador

☐ outros (Quais?):

☐ micro-computador

IV. CONTATOS:

1. Instrumentos de Comunicação:

2. Principais lideranças:

Tipos:

Telefone:

Principais lideranças	Tipos	Telefone

Regionais do MNDDH:

Norte I (AC, AM, RO, RR) - CDDH Manaus - av. Enaminondas, 722, CP 951, Manaus, AM - (092) 233-8077

Norte II (PA, MA, AP) - Sociedade Brasileira de Defesa dos DH - rua São José Manoel, 47, sala 302, 66020, Belém, PA - (091) 225-4677

Nordeste (CE, RN, PB, PE, AL, BA, SE, PI) - CDDH J. Pedro Teixeira - rua Cel. Antônio Pessoa, 192, centro, 56100, Campina Grande, PB - (083) 321-4375

Leste I (ES, RJ) - CDDH Petrópolis - rua Carlos Gomes, 189, CP 04151-2542, Petrópolis, RJ - (0242) 42-2462

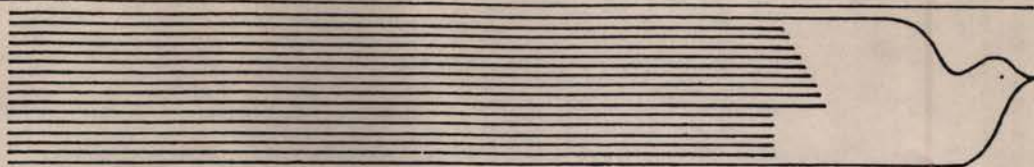
Leste II (MG) - CDDH Juiz de Fora - rua Henrique Surenis, 30, 36015, Juiz de Fora, MG - (032) 211-8677

Sul I (SP) - Centro Santo Dias - av. Higienópolis, 895, sala 19, 01238, São Paulo, SP - (011) 825-4414

Sul II (PR, SC, RS) - CDDH Joinville - rua 15 de Novembro, 353, sala 11, 89.011-776, 89200, Joinville, SC - (0474) 22-8985

Centro-Oeste (GO, MT, MS, DF, TO) - Instituto Brasil Central - rua 240, lote 19, quadra 93, Setor Universitário, 74210, Goiânia, GO - (062) 225-2501

MNDDH



MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

V. PROPOSTAS PARA:

Violência: _____

Formação: _____

Comunicação: _____

Regionais do MNDDH:

Norte I (AC, AM, RO, RR) - CDDH Manaus - av. Enaminondas, 722, CT 95, (90)1, Manaus, AM - (092) 233-8072

Norte II (PA, MA, AP) - Sociedade Brasileira de Defesa dos DH - rua São João, 47, sala 302, 66020, Belém, PA - (091) 225-4677

Nordeste (CE, RN, PB, PE, AL, BA, SE, PI) - CDDH J. Pedro Tereza, 162, centro, 55100, Campina Grande, PB - (083) 321-4375

Leste I (ES, RJ) - CDDH Petrópolis - rua Carlos Gomes, 189, CT 255, 25512, Petrópolis, RJ - (0242) 42-2462

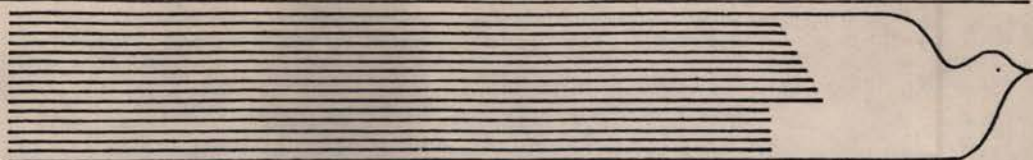
Leste II (MG) - CDDH Juiz de Fora - rua Henrique Sorensen, 39, 36015, Juiz de Fora, MG - (032) 211-8677

Sul I (SP) - Centro Santo Dias - av. Higienópolis, 890, sala 19, 01238, São Paulo, SP - (011) 825-4414

Sul II (PR, SC, RS) - CDDH Joinville - rua 15 de Novembro, 353, sala 1, 89200, Joinville, SC - (0474) 22-8985

Centro-Oeste (GO, MT, MS, DF, TO) - Instituto Brasil Central - rua 240, lot 19, quadra 93, Setor Universitário, 74210, Goiânia, GO - (062) 225-2501

MNDDH



MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

VI. TIPO DE ATIVIDADE:

Nome: _____

Responsável: _____

Período de realização: _____

Clientela: _____

Equipe: _____

Nº de pessoas envolvidas: _____

Objetivos: _____

Região do MNDDH:

Norte I (AC, AM, RO, RR) - CDDH Manaus - av. Enaminoendas, 722, CT 953, (911) Manaus, AM - (082) 233-8072

Norte II (A, MA, AP) - Sociedade Brasileira de Defesa dos DH - rua São Manoel, 47, sala 302, 66020, Belém, PA - (091) 225-4677

Nordeste (CE, RN, PB, PE, AL, BA, SE, PI) - CDDH J. Pedro Teixeira - av. CC, Antônio Torres, 1º/2, centro, 56100, Campina Grande, PB - (083) 321-4375

Leste I (LS, RJ) - CDDH Petrópolis - rua Carlos Gomes, 189, CT 2553, 25611, Petrópolis, RJ - (0242) 42-2462

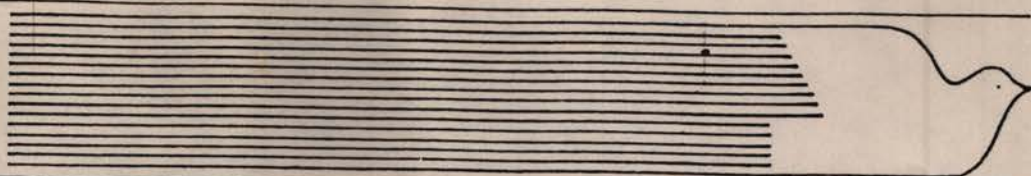
Leste II (MG) - CDDH Juiz de Fora - rua Henrique Surenis, 30, 36015, Juiz de Fora, MG - (032) 211-8677

Sul I (SP) - Centro Santo Díz - av. Higienópolis, 890, sala 19, 01238, São Paulo, SP - (011) 825-4414

Sul II (PR, SC, RS) - CDDH Joinville - rua 15 de Novembro, 253, sala 10, 89200, Joinville, SC - (0474) 22-5983

Centro-Oeste (GO, MT, MS, DF, TO) - Instituto Brasil Central - rua 240, lote 19, quadra 92, Setor Universitário, 74210, Goiânia, GO - (062) 225-2501

MNDDH



MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Conquistas: _____

Dificuldades: _____

Desafios: _____

Perspectivas (metas): _____

Regionais do MNDDH:

Norte I (AC, AM, RO, RR) - CDDH Manaus - av. Enaminondas, 722, CT 850, 69041, Manaus, AM - (092) 233-8072

Norte II (A, MA, AP) - Sociedade Brasileira de Defesa dos DH - rua São José, 47, sala 302, 66020, Belém, PA - (091) 225-4677

Nordeste (CE, RN, PB, PE, AL, BA, SE, PI) - CDDH J. Pedro Teixeira - rua Antônio Lemos, 102, centro, 55100, Campina Grande, PB - (083) 321-4375

Leste I (ES, RJ) - CDDH Petrópolis - rua Carlos Gomes, 189, CT 89431, 25621, Petrópolis, RJ - (0242) 42-2462

Leste II (MG) - CDDH Juiz de Fora - rua Henrique Surenus, 30, 36015, Juiz de Fora, MG - (032) 211-8677

Sul I (SP) - Centro Santo Dias - av. Higienópolis, 890, sala 19, 01238, São Paulo, SP - (011) 826-4414

Sul II (PR, SC, RS) - CDDH Joinville - rua 15 de Novembro, 253, sala 11, 89.070, 89200, Joinville, SC - (0474) 22-8981

Centro-Oeste (GO, MT, MS, DF, TO) - Instituto Brasil Central - rua 240, bloco 15, quadra 93, Setor Universitário, 74210, Goiânia, GO - (062) 225-2801

CARTA DE PRINCIPIOS

CARTA DE PRINCÍPIOS DO MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

A caminhada dos direitos humanos é a própria luta do nosso povo oprimido, através de um processo histórico que se inicia durante a colonização e que continua hoje, na busca de uma sociedade justa, livre, igualitária, culturalmente diferenciada e sem classes.

Neste sentido, o MNDDH – Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos – afirma que os direitos humanos são, fundamentalmente, os direitos das majorias exploradas e das minorias espoliadas cultural, social e economicamente, a partir da visão mesma destas categorias.

Para cumprir seus compromissos, o nosso Movimento baseia-se nos seguintes princípios:

1. Estimular a organização do povo, para que se conscientize de sua situação de opressão, descubra formas para conquistar e fazer valer seus direitos e para se defender das violências e arbitrariedades, promovendo, em todos os níveis, uma educação social e política para os direitos humanos. Este esforço deve possibilitar que o homem torne-se, cada vez mais, sujeito das transformações das atuais estruturas.

2. Lutar, com firmeza, para garantir a plena vigência dos direitos humanos, em qualquer circunstância, defendendo a punição dos responsáveis pelas violações desses direitos e a justa reparação para as vítimas.

3. Incentivar e garantir a autonomia dos movimentos populares, ultrapassando os interesses institucionais, partidários e religiosos, considerando a pluralidade de opinião e reafirmando a opção fundamental, que é o nosso compromisso com os oprimidos.

4. Ter claro o seu papel, suas limitações e potencialidades, sua identidade, repudiando qualquer forma de instrumentalização e se caracterizando como uma entidade não-governamental.

5. Combater todas as formas de discriminação por confissão religiosa, diversidade étnico-cultural, opinião política, sexo, cor, idade, deficiência física e/ou mental, condição econômica e ideologia.

Unidos, lutaremos pela realização desses nossos compromissos, caminhando, assim, para a construção de uma Nova Sociedade e do Homem Novo, no Brasil, na América Latina e no mundo.

Olinda, 26 de janeiro de 1986.

Sader

M.N.D.H. - CARTA DE PRINCIPIOS

" Quanto mais negra a noite,
mais carrega em si a
madrugada..."

(D.Hélder Câmara)

O MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, expresso na atuação de numerosos grupos que se organizam em todo o país, é parte integrante da caminhada do povo brasileiro, pela construção de uma nova sociedade. Inicialmente empenhado na luta pelo fim da Ditadura, o Movimento caminha lado a lado com os movimentos populares, e juntos crescem e se fortalecem na medida do avanço do processo de democratização.

Em 1982 tem início a articulação do Movimento Nacional de Direitos Humanos com a realização do seu I Encontro Nacional. Hoje, encontra-se estruturado através de oito Comissões Regionais e congrega diversas entidades de todos os Estados da Federação. O Movimento, estimulado pelas reflexões da Teologia da Libertação e pelos exemplos de unidade cristã que as Igrejas da América Latina têm vivenciado ao lado do povo, persegue incansavelmente a construção de uma sociedade fraterna, justa, livre e igualitária.

Por objetivar essa nova ordem social, verdadeiramente humana e cristã, decorre seu compromisso fundamental: aliança com os empobrecidos.

DIREITOS HUMANOS COMO DIREITOS DOS EMPOBRECIDOS

- " Do que é que a senhora tem medo?
 - Tenho medo de morrer de fome, mas hoje eu não morro mais... oh aqui oh!, já tem muito pão aqui dentro para eu comer a semana inteirinha.
 - Hoje a senhora não morre e amanhã, pode ser que morra?
 - Não porque eu vou agir!!"
- (Diálogo com uma pedinte)

A luta pelos Direitos Humanos começou no Brasil, com o nosso próprio descobrimento. Afinal, que outro sentido pode ter a dramática resistência das nações indígenas contra o branco invasor? E depois, que sentido real expressam os quilombos, senão a construção viva da

liberdade pela mão do negro que, escravo, se afirma homem? A caminhada pelos Direitos Humanos é a própria luta do nosso povo, do povo oprimido.

Assim, o Movimento Nacional de Direitos Humanos não pretende substituir as lutas do povo, e muito menos servir de agente intermediário das classes dominantes. Mas firmar-se como serviço, caminhando de mãos dadas com as organizações populares e sindicais.

A concepção do Movimento opõe-se à visão liberal e afirma que os Direitos Humanos são fundamentalmente os Direitos das maiorias oprimidas, a partir da ótica dessas maiorias. Vai além dos direitos clássicos, e inicia a sua ação na defesa do primeiro dos Direitos: O DIREITO A VIDA, em abundância e com dignidade. Por isso o Movimento centraliza sua visão, ação e compromisso com os espoliados em seus direitos, porque a nova sociedade é a sociedade da libertação econômica, social, política e cultural dos oprimidos.

Para vivenciar integralmente seus compromissos, o Movimento Nacional de Direitos Humanos norteia-se pelos seguintes princípios:

1 - RESPEITO A AUTONOMIA DOS MOVIMENTOS POPULARES

Não dirigir, aprender com o povo, recusar a prepotência e viver a humildade.

Não cair no extremo do basismo, da idolatria a tudo o que vem do povo, mas participar e incentivar o exercício da crítica.

2 - APARTIDARISMO

O Movimento Nacional de Direitos Humanos deve ter claro o seu papel, suas limitações, sua identidade e não deixar-se instrumentalizar pelos Partidos Políticos. A caminhada pelos Direitos Humanos transcende os interesses partidários.

Não cair no extremo do purismo. A Educação Política e a livre e consciente opção partidária é básica na formação do povo.

3 - PLURALISMO

O Movimento Nacional de Direitos Humanos une as diversas correntes políticas, as várias concepções ideológicas e doutrinárias. Os grupos que o compõem atuam em áreas diversas. A sua unidade é a garantia de seu compromisso com os empobrecidos.

Não cair, porém, na tentação fácil da transformação do Movimento numa seita. Não se constrói o homem novo, a nova sociedade sem a vivência concreta da democracia.

4 - ECUMENISMO

A luta pelos Direitos Humanos transcende as divisões confessionais e exige a prática sincera do Ecumenismo.

Em verdade, é na luta pela construção de um mundo novo, de uma nova sociedade que se forja a unidade dos cristãos e não cristãos, concretizando, assim, a experiência ecumênica baseada na solidariedade.

5 - RESISTENCIA ATIVA

Não cabe ao Movimento Nacional de Direitos Humanos conduzir o povo a práticas extremistas. É sua obrigação estimular a resistência ativa do povo para a construção de uma sociedade verdadeiramente fraterna.

Não se pode cair no imobilismo. O povo sabe como encaminhar melhor a sua luta e quando recorre à força, não pratica a violência.

As entidades e grupos participantes do Movimento Nacional de Direitos Humanos consideramos todos esses princípios orientadores da DEFESA E PROMOÇÃO DA VIDA, em todos os seus níveis e, em especial, da VIDA HUMANA.

Sentimo-nos honrados ao nos comprometermos com a construção de um NOVO MUNDO, já embrionário nos escombros do presente, e que será digna morada para o HOMEM NOVO.

Mesmo que nossa razão esteja convencida pela evidência de estarmos à beira da total, iminente e instantânea destruição, teimamos em afirmar: O BOM SENSO LEVARÁ A MELHOR E O AMOR PREVALECERÁ.

E assim antevemos que:

- a TERRA VOLTARÁ A SER PATRIMONIO COMUM e todo bem produtivo pertencerá a toda humanidade, sem distinção alguma;
- todos trabalharão; não haverá pobres nem ricos; não haverá patrões nem empregados;
- a maior honraria será SERVIR AOS IRMÃOS;
- todos terão o necessário à vida digna, principalmente os impossibilitados para o trabalho;
- todos tirarão da natureza apenas o necessário à vida, zelando pela conservação dos recursos naturais; ninguém acumulará riqueza e a natureza voltará a ser a despensa de todos;

- haverá confiança entre as pessoas e os animais; todos serão irmãos, e a harmonia perdida da natureza será novamente alcançada;
- as pessoas estarão em constante treino para assegurar o hábito de se elevarem sempre mais alto no amor, na compaixão, na bondade, na ternura e na mútua compreensão;
- os mais fracos e indefesos viverão em segurança;
- a verdade e a confiança serão fundamentos das relações interpessoais;
- todos viverão felizes e as festas se multiplicarão;
- a alegria será muito maior em dar do que em receber;
- todos terão consciência de que cada indivíduo é um resumo da humanidade e, por isso, todos se sentirão efetivamente solidários;
- todos distinguirão o bem do mal, e nunca mais o bem será chamado mal, nem o mal será chamado bem;
- não haverá ciência ociosa e jamais se dirá que a ciência é neutra;
- a vida será a fonte geradora da palavra, da ciência, e tudo que nascer da vida a ela voltará para promovê-la;
- nunca mais se falará de guerra;
- todos serão felizes e a confiança habitará na terra;
- as razões do coração falarão mais alto;
- haverá tempo de sobra para se tomar conta da amizade;
- todos serão sonhadores e poetas.

E, quando interrogados sobre as profundas razões de tanta fé, de tanto sonho e de propósitos tão apaixonados, responderemos com as palavras do compromisso que agora renovamos:

HOJE E PARA SEMPRE
NÓS COMPROMETEMOS A

SERVIR A VIDA!



" Quanto mais negra a noite,
mais carrega em si a
madrugada..."
(D. Helder Câmara)

O MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, expresso na atuação de numerosos grupos que se organizam em todo o país, é parte integrante da caminhada do povo brasileiro, pela construção de uma nova sociedade. Inicialmente empenhado na luta pelo fim da Ditadura, o Movimento caminha lado a lado com os movimentos populares, e juntos crescem e se fortalecem na medida do avanço do processo de democratização.

Em 1982 tem início a articulação do Movimento Nacional de Direitos Humanos com a realização do seu I Encontro Nacional. Hoje, encontra-se estruturado através de oito Comissões Regionais e congrega diversas entidades de todos os Estados da Federação. O Movimento, estimulado pelas reflexões da Teologia da Libertação e pelos exemplos de unidade cristã que as Igrejas da América Latina têm vivenciado ao lado do povo, persegue incansavelmente a construção de uma sociedade fraterna, justa, livre e igualitária.

Por objetivar essa nova ordem social, verdadeiramente humana e cristã, decorre seu compromisso fundamental: aliança com os empobrecidos.

DIREITOS HUMANOS COMO DIREITOS DOS EMPOBRECIDOS

- " Do que é que a senhora tem medo?
 - Tenho medo de morrer de fome, mas hoje eu não morro mais... oh aqui oh!, já tem muito pão aqui dentro para eu comer a semana inteirinha.
 - Hoje a senhora não morre e amanhã, pode ser que morra?
 - Não porque eu vou agir!!"
- (Diálogo com uma pedinte)

A luta pelos Direitos Humanos começou no Brasil, com o nosso próprio descobrimento. Afinal, que outro sentido pode ter a gramática resistência das nações indígenas contra o branco invasor? E depois, que sentido real expressam os quilombos, senão a construção viva da liberdade pela mão do negro que, escravo, se afirma homem? A caminhada pelos Direitos Humanos é a própria luta do nosso povo, do povo oprimido.

Assim, o Movimento Nacional de Direitos Humanos não pretende substituir as lutas do povo, e muito menos servir de agente intermediário das classes dominantes. Mas firmar-se como serviço, caminhando de mãos dadas com as organizações populares e sindicais.

A concepção do Movimento opõe-se à visão liberal e afirma que os Direitos Humanos são fundamentalmente os Direitos das maiorias oprimidas, a partir da ótica dessas maiorias. Vai além dos direitos clássicos, e inicia a sua ação na defesa do primeiro dos Direitos: O DIREITO A VIDA, em abundância e com dignidade. Por isso o Movimento centraliza sua visão, ação e compromisso com os espoliados em seus direitos, porque a nova sociedade é a sociedade da libertação econômica, social, política e cultural dos oprimidos.

Para vivenciar integralmente seus compromissos, o Movimento Nacional de Direitos Humanos norteia-se pelos seguintes princípios:

1 - RESPEITO A AUTONOMIA DOS MOVIMENTOS POPULARES

Não dirigir, aprender com o povo, recusar a prepotência e viver a humildade.

Não cair no extremo do basismo, da idolatria a tudo o que vem do povo, mas participar e incentivar o exercício da crítica.

2 - APARTIDARISMO

O Movimento Nacional de Direitos Humanos deve ter claro o seu papel, suas limitações, sua identidade e não deixar-se instrumentalizar pelos Partidos Políticos. A caminhada pelos Direitos Humanos transcende os interesses partidários.

Não cair no extremo do purismo. A Educação Política e a livre e consciente opção partidária é básica na formação do povo.

3 - PLURALISMO

O Movimento Nacional de Direitos Humanos une as diversas correntes políticas, as várias concepções ideológicas e doutrinárias. Os grupos que o compõem atuam em áreas diversas. A sua unidade é a garantia de seu compromisso com os empobrecidos.

Não cair, porém, na tentação fácil da transformação do Movimento numa seita. Não se constrói o homem novo, a nova sociedade sem a vivência concreta da democracia.

4 - ECUMENISMO

A luta pelos Direitos Humanos transcende as divisões confessionais e exige a prática sincera do Ecumenismo.

Em verdade, é na luta pela construção de um mundo novo, de uma nova sociedade que se forja a unidade dos cristãos e não cristãos, concretizando, assim, a experiência ecumênica baseada na solidariedade.

5 - RESISTENCIA ATIVA

Não cabe ao Movimento Nacional de Direitos Humanos conduzir o povo a práticas extremistas. É sua obrigação estimular a resistência ativa do povo para a construção de uma sociedade verdadeiramente fraterna.

Não se pode cair no imobilismo. O povo sabe como encaminhar melhor a sua luta e quando recorre à força, não pratica a violência.

As entidades e grupos participantes do Movimento Nacional de Direitos Humanos consideramos todos esses princípios orientadores da DEFESA E PROMOÇÃO DA VIDA, em todos os seus níveis e, em especial, da VIDA HUMANA.

Sentimo-nos honrados ao nos comprometermos com a construção de um NOVO MUNDO, já embrionário nos escombros do presente, e que será digna morada para o HOMEM NOVO.

Mesmo que nossa razão esteja convencida pela evidência de estarmos à beira da total, iminente e instantânea destruição, teimamos em afirmar: O BOM SENSO LEVARÁ A MELHOR E O AMOR PREVALECERÁ.

E assim antevemos que:

- a TERRA VOLTARÁ A SER PATRIMONIO COMUM e todo bem produtivo pertencerá a toda humanidade, sem distinção alguma;
- todos trabalharão; não haverá pobres nem ricos; não haverá patrões nem empregados;
- a maior honraria será SERVIR AOS IRMÃOS;
- todos terão o necessário à vida digna, principalmente os impossibilitados para o trabalho;
- todos tirarão da natureza apenas o necessário à vida, zelando pela conservação dos recursos naturais; ninguém acumulará riqueza e a natureza voltará a ser a despensa de todos;

- haverá confiança entre as pessoas e os animais; todos serão irmãos, e a harmonia perdida da natureza será novamente alcançada;
- as pessoas estarão em constante treino para assegurar o hábito de se elevarem sempre mais alto no amor, na compaixão, na bondade, na ternura e na mútua compreensão;
- os mais fracos e indefesos viverão em segurança;
- a verdade e a confiança serão fundamentos das relações interpessoais;
- todos viverão felizes e as festas se multiplicarão;
- a alegria será muito maior em dar do que em receber;
- todos terão consciência de que cada indivíduo é um resumo da humanidade e, por isso, todos se sentirão efetivamente solidários;
- todos distinguirão o bem do mal, e nunca mais o bem será chamado mal, nem o mal será chamado bem;
- não haverá ciência ociosa e jamais se dirá que a ciência é neutra;
- a vida será a fonte geradora da palavra, da ciência, e tudo que nascer da vida a ela voltará para promovê-la;
- nunca mais se falará de guerra;
- todos serão felizes e a confiança habitará na terra;
- as razões do coração falarão mais alto;
- haverá tempo de sobra para se tomar conta da amizade;
- todos serão sonhadores e poetas.

E, quando interrogados sobre as profundas razões de tanta fé, de tanto sonho e de propósitos tão apaixonados, responderemos com as palavras do compromisso que agora renovamos:

HOJE E PARA SEMPRE
NOS COMPROMETEMOS A

SERVIR A VIDA!

1 9 8 5



Correspondência

GAJOP

GABINETE DE ASSESSORIA JURÍDICA AS ORGANIZAÇÕES POPULARES

IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Olinda, 23 de outubro de 1985.

À

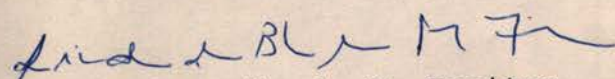
Comissão de Justiça e Paz
Diocese de Nova Iguaçu
Rua Aimorês, 8 - Moquetã
Nova Iguaçu - Rio de Janeiro

Sada,

Tentarei esclarecer em poucas linhas sua dúvida. Participarão do IV Encontro Nacional de Direitos Humanos du as pessoas por entidade. Isto significa que a Coordenação do Regional não terá representantes como os CDDHs.

Segundo a listagem que você nos enviou, 10 entidades participam da caminhada no Regional Leste 1, logo, o Regional terá 20 delegados, dois por entidade. Cada um dos componentes da Coordenação pode ir apenas como delegado de sua entidade, jamais como delegado da Coordenação.

Desde já
coloco-me a disposição
para qualquer esclarecimento.


Ricardo de Brito A. P. Freitas
(Coord. do GAJOP)



G A J O P

GABINETE DE ASSESSORIA JURÍDICA AS ORGANIZAÇÕES POPULARES

IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS.

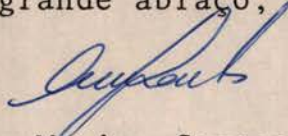
Olinda, 30 de setembro de 1985

Companheiros:

Tendo em mãos a relação enviada por esta Secretaria, das entidades que participarão do IV Encontro, verificamos que deixaram de ser citados alguns grupos de defesa dos direitos humanos dessa região, com os quais o SIN mantém correspondência (conforme relação anexa).

Para nossa melhor orientação solicitamos que nos confirmem a relação enviada, lembrando que em caso de ter havido um lapso na listagem enviada ou se desejarem fazer a inclusão de outro grupo, essa comunicação poderá ser feita até a época das inscrições.

Um grande abraço,



Ana Maria Santos.

(Sec. do IV Enc. Nac. D. H.)



REGIONAL LESTE 1

- C. D. H. de Poté (MG.)
- C. D. da Família (Belo Horizonte - MG.)
- C. D. H. (Pavão - MG.)
- C. D. H. (Frei Inocêncio - MG.)
- C. D. H. de Ipetinga - MG.
- C. D. H. Coronel Fabriciano - MG.
- C. D. D. H. (Manuque - MG.)



MNDDH



MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Carta nº 16/86-CN/MNDDH

Goiânia, 17 de setembro de 1986 .

Companheiros/Companheiras da CN/MNDDH,

Vimos, através da presente, comunicar a realização da 4ª Reunião da Comissão Nacional do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos - CN/MNDDH, para os dias 27/28 de setembro de 1986, em Petrópolis-RJ (SIN), conforme decisão anterior.

Informamos outrossim, que recebemos a primeira parcela da CESE no valor de Cz\$ 51.062,50 (cinquenta e um mil, sessenta e dois cruzados e cinquenta centavos), de ajuda para o MNDDH. Nesta primeira parcela, foram descontados Cz\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzados) como adiantamento. No entanto, achamos que houve equívoco por parte da CESE, porque esta quantia veio como ajuda extraordinária para o primeiro semestre de 1986, inclusive, tendo parte sido enviada para o GAJOP/NE/IV Encontro Nacional de Direitos Humanos-Olinda/PE. Telefonamos para a CESE e esta ficou de reestudar esta questão. Em anexo, cópia da remessa dos recursos vindos.

Solicitamos que cada regional compre sua passagem e ressarciremos, devidamente, através de cheque em Petrópolis.

Os cartões estão prontos e levaremos os mesmos para Petrópolis, dado o atraso por motivo da greve/avioes.

Proposta de Pauta:

- ①. Ata/relatório da 3ª Reunião da CN/MNDDH-Petrópolis-RJ;
- 28 → ②. Informes dos Regionais/SIN/MNDDH;
- ③. Projeto do INESC - Brasília - DF;
- ④. IIIº Encontro Inter-Regional de Direitos Humanos - Viçosa/MG/Março/87.

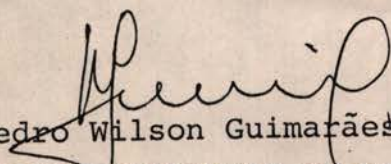
MNDDH



MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

- ⑤ Participação no Tribunal da Terra - CNRA/Campanha Nacional da Reforma Agrária;
- ⑥ A Questão dos Cartões e Cartazes;
- ⑦ Realização da 5ª Reunião da CN/MNDDH em Salvador / Bahia/CESE/Dezembro/86;
- ⑧ A Questão dos Desaparecidos;
9. Articulação do MNDDH;
10. Outros assuntos.

Certos da presença de todos, à oportunidade, firmamos com nossas saudações pelos direitos humanos contra a violência nas cidades e nos campos.


Pedro Wilson Guimarães

- PELA COMISSÃO NACIONAL DO MNDDH -

IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Olinda, 05 de setembro de 1985

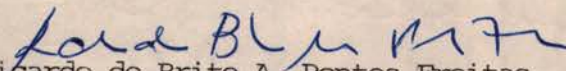
Circular nº 03

Companheiros:

Reportamo-nos à nossa última circular, datada de 16 de agosto próximo passado, para reiterar nossa solicitação de urgência no envio da listagem com nomes e endereços das entidades que participam efetivamente da articulação nacional do IV Encontro e a proposta inicial da Carta de Princípios.

Nossa insistência deve-se ao fato de que essas informações são de vital importância para a organização do Encontro.

Um grande abraço.


Ricardo de Brito A. Pontes Freitas.

Companheiros:

Esta correspondência tem por objetivo relembrar algumas decisões tomadas em Petrópolis e deixar claro o papel de extrema importância que as Coordenações Regionais terão no IV Encontro. Antes porém, recordemos um pouco da história de nossa caminhada.

Em Vitória (ES), por ocasião do III Encontro Nacional de Direitos Humanos, os grupos participantes decidiram realizar Encontros inter-regionais bienais nos intervalos dos Encontros de caráter nacional.

No Encontro inter-regional de Goiânia realizado em janeiro deste ano, os representantes regionais acharam por bem encaminhar o processo de criação de uma Comissão Nacional de Direitos Humanos, porém, julgaram corretamente não possuir suficiente legitimidade para criar, naquele instante, a entidade (V. pág. 12, relatório do II Encontro inter-regional de Direitos Humanos). Por este motivo, transferiram a fundação da Comissão Nacional para o IV Encontro, oportunidade em que os Grupos de todo o país que participam efetivamente do esforço conjunto formalizarão o surgimento da entidade.

Também ficou decidido em Goiânia que uma Comissão ficaria encarregada de auxiliar o REGIONAL NORDESTE na preparação do IV Encontro. Essa Comissão, como todos devem saber, reuniu-se em fins de junho próximo passado e decidiu o conteúdo básico do Encontro Nacional de Direitos Humanos a ser realizado em janeiro.

Da reunião, ficou decidido não apenas o conteúdo, mas também a programação, a dinâmica de trabalho e a organização geral do IV Encontro Nacional de Direitos Humanos.

Especificamente quanto ao conteúdo, os dois temas centrais versarão, respectivamente, sobre a criação da Comissão

Nacional de Direitos Humanos e, por outro lado, sobre a elaboração e aprovação de uma proposta dos Grupos Nacionais de Direitos Humanos sobre o tema "OS DIREITOS HUMANOS NA NOVA CONSTITUIÇÃO".

Quanto ao primeiro tema do Encontro, os trabalhos irão girar em torno da aprovação dos estatutos e da carta de princípios da entidade. Gostaríamos apenas de lembrar a importância das decisões que serão tomadas, motivo pelo qual é necessário um esforço de conscientização no sentido de evitar o entravamento dos trabalhos.

Imediatamente após a criação da Comissão Nacional de Direitos Humanos, a plenária realizará um ato de conteúdo político. Ela se auto-dissolverá e, em seguida, procederá uma auto-convocação com a finalidade de se transformar numa Constituinte Popular dos Direitos Humanos.

Pretendemos com esse trabalho, obter os seguintes resultados concretos:

1. a criação da Comissão Nacional de Direitos Humanos, formalmente constituída através de estatutos e apresentando uma carta contendo os princípios básicos norteadores da luta pelos Direitos Humanos.
2. a elaboração de uma proposta de conteúdo para o problema dos direitos humanos na Constituição. Como desdobramento desse trabalho, procuraremos exercer pressão em nível nacional para que nossas propostas ganhem peso, recebam adesões e possam influenciar em sentido positivo os representantes constituintes. Outro desdobramento refere-se à utilização que poderemos dar ao texto produzido, através do trabalho constante perante o público alvo de nossas atividades.



Diante do exposto, qual o papel das Coordenações Regionais no processo de organização do IV Encontro?

As coordenações regionais desempenharão um papel de grande importância. Sem a ativa participação das coordenações regionais no processo de organização e encaminhamento das discussões nas "bases" (grupos de DH) sobre os temas, dificilmente obteremos o êxito desejado.

Compete às Coordenações Regionais socializar as informações de interesse dos Grupos, articular com os Grupos sua participação no Encontro, cobrar, realizar e encaminhar as discussões sobre os temas, servir de elo de ligação entre os Grupos do regional e a Secretaria do Encontro (GAJOP), recolher e fornecer subsídios e contribuições, etc. A perfeita consecução dessas tarefas reforçará, sem qualquer dúvida, a Coordenação Regional, conferindo-lhe uma maior representatividade frente aos Grupos de Direitos Humanos do Regional.

Percebam que a discussão principal terá lugar durante o período que antecederá ao encontro. O Encontro em si terá um caráter mais deliberativo. Cabe aos regionais conduzir os trabalhos em sua área de atuação e zelar para que os Grupos de Direitos Humanos vinculados discutam as propostas e cheguem ao Encontro preparados.

Lembre-se também que existe uma condição para participar do Encontro. Apenas os Grupos de Direitos Humanos que realmente se engajarem no processo de discussão prévia terão direito à participar e deliberar no IV Encontro. Não fez sentido a participação de entidades alheias à caminhada ou de pessoas com a única finalidade de atrapalhar o avanço das lutas ou fazer turismo.

Por fim, solicito com máxima urgência o envio do nome e endereços das entidades que participam no momento de forma efetiva da articulação regional. Grupos inarticulados, sem vida



G A J O P

GABINETE DE ASSESSORIA JURÍDICA AS ORGANIZAÇÕES POPULARES

orgânica, alheios ao trabalho desenvolvido pela coordenação regional não devem ser incluídos na listagem de nomes e endereços. Porém, aqueles Grupos que, apesar de não estarem ligados à coordenação, vierem incorporar-se ao processo de discussão durante os meses que antecederem o Encontro, poderão ter seus nomes indicados pelo Regional e incorporados a listagem de participantes. Caberá aos regionais decidir sobre a exclusão ou inclusão de determinado Grupo (CDDH).

Essa informação é de vital importância para organização do Encontro, razão pela qual reiteramos máxima urgência no envio da listagem.

Até janeiro estaremos permanentemente em contato com vocês e as entidades de Direitos Humanos por vocês indicadas.

Olinda, 16 de agosto de 1985.

Um grande abraço.

*Licad
de
Brilho*

1 9 9 2



MNDH

MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Brasília, 25 de maio de 1992

Caros Companheiros,

Estamos encaminhando a todos os Centros e entidades filiadas ao MNDH os seguintes materiais:

- 1-Selo Comemorativo dos 10 anos;
- 2-Revista publicada juntamente com SERPAJ - Ação Não-Violenta Uma Alternativa Revolucionária;
- 3-Os números 3 e 4 da Coleção Direitos Humanos.

Gostaríamos que todos nos dessem um retorno sobre o uso e a repercussão desses materiais, para que possamos fazer nossas avaliações.

Abraços a todos.

Valéria G. de Brito e Silva

Augustino
Augustino Pedro Veit



C O R R E S P O N D Ê N C I A

1 9 9 3





Ofício Sec.Exec.034/93

de 1993

Brasília, 15 de março

ADS
CONSELHEIROS NACIONAIS
SECRETARIOS EXECUTIVOS REGIONAIS
CENTROS/COMISSOES

Prezados (as) Companheiros (as):

Estamos enviando, para conhecimento e devidos encaminhamentos:

1. Divulgação de vaga para assessoria jurídica no GAJOP;
2. Folder divulgativo da Cartilha sobre Plebiscito Forma e Regime de Governo.

Na oportunidade, renovamos nossa solicitação de envio das programações Regionais.

Abracos,

Valéria Getúlio de Brito e Silva
Valéria Getúlio de Brito e Silva
Secretária Executiva



Ofício Cir. nº 08/93.

Brasília, 09 de fevereiro de 1993.

AOS (AS)

CONSELHEIROS (AS) NACIONAIS

SECRETARIAS EXECUTIVAS REGIONAIS

CENTROS E COMISSÕES

Prezados (as) Companheiros (as),

Estamos encaminhando para conhecimento, divulgação e utilização Folder divulgativo e um exemplar da Cartilha sobre SISTEMA E FORMA DE GOVERNO, este material foi produzido pelo MNDH, MEB e Cáritas Brasileira com o intuito de contribuir no processo de discussão acerca da temática.

Informamos que no período de 16/02 a 03/03 estaremos em férias coletivas. Neste sentido, solicitamos que para quaisquer encaminhamentos ou dúvidas sejam contactados: Dermi (011-229.6734 Fax 011-229.6806) ou Roque (054-221.4432 Fax 054-221.3523).

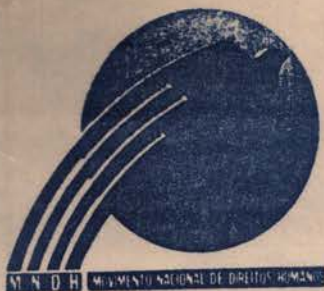
Objetivando o não retardarmos os pedidos e envio das Cartilhas e Programas Radiofônicos os mesmos deverão ser encaminhados diretamente ao MEB, em nome da entidade solicitante e com a indicação do MNDH como entidade de referência. Esclarecemos que este procedimento deverá ser adotado apenas no período em que a sede ficará fechada.

Esperando reencontrá-los (as) brevemente,

Valéria Getúlio de Brito e Silva
VALÉRIA GETULIO DE BRITO E SILVA

SECRETÁRIA EXECUTIVA





Of.Sec.Exec. 696/93

Brasília, 26 de novembro de 1993.

ADS(AS)
CONSELHEIROS(AS) NACIONAIS
SECRETARIAS EXECUTIVAS REGIONAIS
CENTROS E COMISSÕES

Prezados(as) Companheiros(as),

Conforme nossa última correspondência, estamos encaminhando, em anexo, o cartaz do 8o. Encontro Nacional de Direitos Humanos.

Como esta deve ser a nossa última correspondência deste ano, gostaríamos de desejar a todos(as):

Que os DIREITOS HUMANOS,
expressos em sonho, desejos,
utopias, esperanças e lutas,
possam ultrapassar as barreiras
da injustiça social, impunidade,
corrupção...

Que o medo seja suplantado pela
indignação e juntos possamos,
efetivamente, construir uma vida
digna de ser vivida por homens,
mulheres e crianças.

PAZ

FELIZ 1994

Valéria Getúlio de Brito e Silva
VALERIA GETULIO DE BRITO E SILVA
SECRETARIA EXECUTIVA





Of. Sec. Exec. nº 418/93

Brasília, 10 de setembro de 1993

Aos
Centros, Comissões e Entidades filiadas ao MNDH

Prezados(as) Companheiros(as),

Estamos encaminhando para conhecimento e devidos encaminhamentos os seguintes materiais: Folder do 6º Prêmio Nacional de Direitos Humanos, Folder do MEB sobre Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos e Síntese das Propostas existentes até o momento sobre a geografia e geopolítica do MNDH.

Para tanto, gostaríamos de esclarecer os seguintes pontos:

1 - É necessário que todas as entidades enviem até o dia 20/10 suas indicações ao 6º Prêmio Nacional devidamente munidos de uma pequena justificativa da indicação.

2 - Iniciamos com o MEB uma parceria na área da alfabetização de jovens e adultos. Esta parceria para o ano de 1993 prevê alguns trabalhos nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal. Estamos negociando para o ano de 1994, a ampliação da mesma para todo Brasil. Neste sentido, necessitamos obter algumas informações de sua entidade:

. Se trabalham com a questão da alfabetização de jovens e adultos;

. se teriam interesse de estabelecer uma parceria nesta área;



. esta parceria, em princípio; contaria com o repasse de recursos financeiros para monitores, coordenadores, reuniões/seminários/encontros de capacitação e material didático;

. caso haja interesse, solicitamos que seja enviado um pequeno projeto contendo: situação, local, justificativa, objetivos, metodologia e orçamento. É importante conter o número de turmas e de alunos, número de monitores, etc;

. estas informações/projeto devem ser enviados até o dia 15 de outubro/93.

3 - Quanto as propostas de nova geografia e geopolítica do MNDH, solicitamos que todos(as) realizem discussões prévias no âmbito local e Regional, como também, enviem novas propostas à sede nacional, via Regional.

Esperando notícias breves, desde já agradecemos pelo empenho.

Cordiais Saudações,

Valéria Getúlio de Brito e Silva
Valéria Getúlio de Brito e Silva
Secretária Executiva



SEM DATA



MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COMISSÃO NACIONAL

CARTA ABERTA AO POVO BRASILEIRO E AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Pela Demissão do Ministro da Justiça Paulo Brossard.

Conhecedores da situação de violência no campo brasileiro e empenhados na "recuperação do sentido pleno da função social da propriedade e da posse" as entidades do Brasil que compõem o Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos vem a público manifestar-se pela demissão do Ministro da Justiça Paulo Brossard por entender que a permanência deste no Ministério da Justiça demonstra-se incompatível com o anseio do povo brasileiro para a efetivação de uma verdadeira transição democrática e a criação de um Estado de Direito.

Em sua visita oficial à região do Bico do Papagaio e mais recentemente, através de pronunciamentos, na greve dos cortadores de cana de Leme-SP, o ministro, numa clara demonstração em favor dos latifundiários e usineiros disse que a violência que vem ocorrendo no campo é consequência da ação de "radicais". Como se isso não bastasse se lança num ataque acirrado às pessoas e entidades que defendem política e judicialmente as vítimas do latifúndio. O que o Ministro procura esconder é o fato de que os verdadeiros culpados são os que negam os direitos do cidadão brasileiro ao acesso a terra para produzir.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário, em seu artigo VII, é assegurada a igualdade de todos perante a lei. Hoje o que a sociedade brasileira assiste é o pouco interesse do Ministro da Justiça em relação aos crimes cometidos por jagunços e pistoleiros a mando de fazendeiros organizados em entidades como a UDR. Com isso o Ministro soma forças com os que se opõem à Reforma Agrária - conquista da sociedade Brasileira - e com os que querem manter a atual estrutura agrária de natureza especulativa e improdutiva o que faz com que cresça os assassinatos de trabalhadores rurais fazendo quase uma vítima por dia.

O Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos e a sociedade brasileira como um todo manifesta-se.

- Contra a impunidade dos mandantes dos crimes;
- Pela demissão do Ministro da Justiça Paulo Brossard;
- Pela busca de uma verdadeira justiça.



Às Entidades do
Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos

Prezados (as) Companheiros (as),

De acordo com a proposta aprovada no I Encontro Nacional sobre Violência, realizado em Cajamar - SP, neste ano, encaminhamos aos companheiros o formulário para pesquisa nacional dos casos de violência que o Centros de Defesa e Comissões Justiça e Paz atenderam. Relembramos aos companheiros que o objetivo é montar um banco de dados dos casos de violência que tiveram andamento na esfera judicial (processo).

O primeiro passo é o preenchimento do formulário em anexo. Acreditamos conseguir, a nível nacional, fazer um arquivo com cerca de 2000 a 3000 casos.

Esses casos farão parte do banco de dados que estará centralizado na Sede Nacional em Brasília. Deles, a Comissão de Violência escolherá os 100 casos exemplares, que serão examinados com maior profundidade e culminará em uma publicação do Movimento Nacional. Do relatório dessa publicação, a Comissão de Violência irá preparar um Vídeo sobre a questão da violência.

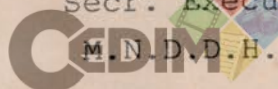
Os companheiros podem colocar outros dados que acharem importante e que não consta no formulário. Qualquer dúvida, entrar em contato com o Centro Santo Dias tels: (011) 825.4414 e 826.3049 (falar com Mariano).

É importante que os companheiros enviem os formulários preenchidos o mais breve possível à Sede Nacional em Brasília - SDS Edifício Venâncio VI - bloco O, 39 sala 109 - CEP 70502 - Brasília - DF.

Sem mais,

fraternalmente.

Augustino Veit
Secr. Executivo



*FAVOR fazer XEROX e ENVIAR aos outros CENTROS E ENTIDADE.
que estejam tratando de casos de violência.*

Formulário para BANCO DE DADOS dos casos de VIOLÊNCIA acompanhados pelos CDDHs e CsJP.

1. Dados da Vítima

Nome: _____

Endereço: _____ nº _____

Bairro: _____ Cidade: _____ CEP _____

Data/Entrada na entidade (/ /)

2. Dados do Processo

Processo nº / Vara / Distribuição / /

Inq. Policial / / Relatório (/ /) Denúncia: (/ /)

Réu (s) _____

Vítima (s) _____

3. Histórico do caso (resumo em 10 linhas)

4. Andamento Jurídico: (resumo em 10 linhas)

02.

Obs: enviar, quando tiver, recordes de jornais, revistas, falando do caso.

5. Natureza do Caso:

- ☐ Morte
- ☐ Prisão Illegal
- ☐ Lesões Corporais
- ☐ Outros/_____

E S T A T U T O S



PROPOSTA INICIAL DOS ESTATUTOS DO MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

CAPITULO I

DENOMINAÇÃO, FINALIDADES, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1o. - O Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH - é a entidade representativa das organizações não governamentais que lutam pela defesa e promoção dos Direitos Humanos no Brasil.

Art. 2o. - O MNDH tem como finalidades:

- a. Divulgar e incentivar a luta em defesa dos direitos humanos, caminhando ao lado dos mais empobrecidos e marginalizados.
- b. Apoiar e fortalecer as entidades envolvidas na defesa dos direitos humanos, promovendo a articulação do movimento.
- L → c. Representar e defender perante os poderes constituídos os interesses de seus filiados nas questões relacionadas com a consecução dos seus objetivos.
- d. Promover estudos, pesquisas, debates e amplas atividades educacionais visando aperfeiçoar os conhecimentos das entidades filiadas na área dos direitos humanos.
- f → e. Manter o SIN - Serviço de Intercâmbio Nacional.
- f. Promover intercâmbio permanente com as instituições internacionais de direitos humanos.
- g. Prestar solidariedade a luta dos povos oprimidos de todo mundo, especialmente da América Latina.

Art. 3o. - O MNDH para efeitos legais, tem sede e foro _____ e seu prazo de duração é indeterminado.

CAPITULO II

DAS ENTIDADES ASSOCIADAS

Art. 4o. - As entidades serão associadas nas seguintes categorias:



- a) Entidades filiadas
- b) Entidades colaboradoras.

Parágrafo Primeiro - São entidades filiadas todas aquelas que tenham por principal objetivo a defesa e promoção dos direitos humanos e que ingressem no MNDH com aprovação das Assembléias Regionais.

Parágrafo Segundo - São entidades colaboradoras todas aquelas que contribuam de forma relevante para o Movimento Nacional de Direitos Humanos, bem como as entidades de caráter nacional que atuem em áreas específicas de direitos humanos, que ingressem na MNDH por deliberação dos Encontros Inter-Regionais ou Nacionais.

Art. 5o. - São direitos das entidades filiadas e colaboradoras:

- a. Participar das Assembléias Regionais e Nacionais.
- b. Participar como delegado regional nas Assembléias Inter-Regionais.
- c. Ser membro das Comissões Executivas Regionais e da CNDH.
- d. Representar a MNDH nos casos específicos designados pela CNDH.
- e. Ter acesso aos serviços prestados pelo MNDH.
- f. Expressar livremente suas opiniões sobre quaisquer assuntos de interesse do MNDH.

Parágrafo Único - o direito de voto estende-se apenas às entidades filiadas e às entidades colaboradoras que, tendo caráter nacional, atuem em áreas específicas de Direitos Humanos.

Art. 6o. - São deveres das entidades filiadas e colaboradoras:

- a. Denunciar todas as formas de opressão e da violação dos direitos fundamentais da pessoa humana.
- b. Enfrentar ao lado dos oprimidos todas as situações de injustiça e desrespeito aos direitos humanos.
- c. Participar ativamente das atividades do MNDH e cooperar na consecução de suas finalidades.
- d. Zelar pelo cumprimento dos Estatutos Sociais e inspirar sua ação na Carta de Princípios do MNDH.

CAPITULO III

DOS ORGÃOS DELIBERATIVOS

Art. 7o. - São órgãos de deliberação do MNDH:

- a. Assembléia Nacional de Direitos Humanos
- b. Assembléia Inter-Regional de Direitos Humanos
- c. Assembléias Regionais de Direitos Humanos.

Parágrafo Único - As assembleias NACIONAL e INTER-REGIONAL reunir-se-ão a cada 02 (dois) anos de forma intercalada. As Assembléias Regionais deverão ser realizados, pelo menos, uma vez por ano.

Art. 8o. - A Assembléia Nacional, órgão máximo de deliberação do MNDH tem a seguinte competência:

- a. Promover a reunião de todas as entidades voltadas para a luta pelos Direitos Humanos, e propiciar o intercâmbio de informações e experiências.
- b. Estudar e refletir sobre a realidade do oprimido e a situação dos Direitos Humanos no Brasil, iluminando a caminhada do movimento e indicando-lhe pistas de ação.
- c. Avaliar a articulação do movimento nacional e orientar os trabalhos dos órgãos executivos.
- d. Pronunciar-se sobre todas as questões de alta relevância para a luta pelos Direitos Humanos na América Latina.
- e. Aprovar os Estatutos Sociais e a Carta de Princípios, e decidir sobre suas alterações.
- f. Decidir sobre a dissolução do MNDH, e nesse caso, a destinação do seu patrimônio.

Art. 9o. - A Assembléia Nacional será constituída de dois representantes de cada entidade associada.

Art. 10 - A Assembléia Inter-Regional tem a mesma competência da Assembléia Nacional, excetuando-se aquelas contidas nos itens e e f do Art. 8o.

Art. 11 - A Assembléia Inter-Regional é composta por 01 (um) representante de cada Estado mais 02 (dois) representantes de cada Regional, escolhidos nas Assembléias Regionais respectivas.

Art. 12 - Compete às Assembléias Regionais:

- a. Aprofundar através de debates e discussões o conhecimento sobre a situação dos Direitos Humanos a nível regional.
- b. Desenvolver lutas comuns no âmbito regional, fortalecendo a articulação do movimento, e contribuir para o crescimento das entidades menos estruturadas.
- c. Deliberar sobre os assuntos de interesse da Regional e pronunciar-se sobre situações da violação dos Direitos Humanos na região.
- d. Indicar representante da Regional na Comissão Executiva Nacional, podendo substituí-lo a qualquer tempo.
- e. Eleger os membros da Comissão Executiva Regional e orientar suas atividades.

Art. 13 - As Assembleias Regionais serão constituídas de 02 (dois) representantes de cada entidade associada.

CAPITULO IV

DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS

Art. 14 - São órgãos executivos do MNDH:

- a. Comissão Nacional de Direitos Humanos - CNDH
- b. Comissões Executivas Regionais
- c. SIN - Serviço de Intercâmbio Nacional.

Art. 15 - Compete à Comissão Nacional de Direitos Humanos - CNDH:

- a. Animar a caminhada dos Direitos Humanos, apoiando e incentivando as atividades e lutas das entidades associadas.
- b. Pronunciar-se firmemente contra graves situações de violência, injustiça e opressão, em defesa da liberdade e da democracia.
- c. Estimular a articulação das Regionais.
- d. Seguir as orientações das assembleias Nacional e Inter-Regional, fazer cumprir os Estatutos Sociais e a Carta de Princípios.
- e. Supervisionar as atividades do SIN - Serviço de Intercâmbio Nacional, estabelecendo diretrizes e prioridades.

f. Administrar o Patrimônio Social, provendo os cargos técnicos e administrativos necessários, adquirindo e alienando bens e movimentando recursos financeiros.

g. Celebrar acordos, contratos e convênios com pessoas jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, desde que compatíveis com os objetivos do MNDH.

h. Elaborar seu Regimento Interno.

Art. 16 - A Comissão Nacional de Direitos Humanos é composta de 09 (nove) membros, sendo 01 (um) representante da comissão de trabalho do SIN.

Parágrafo Único - Os membros da Comissão Nacional de Direitos Humanos - CNDH, serão indicados para um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser substituídos a qualquer tempo por deliberação do órgão que o indicou.

Art. 17 - As Comissões Executivas Regionais terão, no âmbito exclusivo de sua região, as mesmas competências da Comissão Nacional de Direitos Humanos - CNDH, com exceção do disposto no item e do Art. 15.

Parágrafo Único - As Comissões Executivas Regionais são diretamente subordinadas às Assembléias Regionais respectivas, que definirão suas composições, formas de funcionamento e normas regimentais.

Art. 18 - Compete ao SIN - Serviço de Intercâmbio Nacional:

- a. Promover a mais ampla articulação entre as diversas entidades de defesa dos Direitos Humanos, mediante a troca de correspondência com o objetivo de denunciar situações de injustiça e divulgar os trabalhos e lutas desenvolvidas em função do povo e da sua libertação.
- b. Incentivar a participação de novas entidades no projeto comum de defesa dos direitos dos empobrecidos.
- c. Estimular as mais variadas formas de intercâmbio entre as entidades associadas objetivando a melhor formação de seus quadros.
- d. Apoiar a realização de estudos e pesquisas de temas de interesse da luta pelos Direitos Humanos.
- e. Organizar sistemas de informações a fim de subsidiar o movimento de Direitos Humanos.
- f. Editar um boletim informativo que divulgue as lutas mais significativas e as atividades do MNDH.
- g. Desempenhar as funções de Secretaria da Comissão Nacional de Direitos Humanos - CNDH.

Art. 19 - O SIN - Serviço de Intercâmbio Nacional utilizará, para seu funcionamento, as instalações _____, que constituirá uma comissão de trabalho para apoio permanente.

Parágrafo Único - A comissão de trabalho acima referida participará do MNDH em conformidade com o disposto no Art. 16.

CAPITULO V

DO PATRIMONIO E DA ORGANIZAÇÃO CONTABIL

Art. 20 - O patrimônio do MNDH será constituído pelos bens móveis e imóveis de sua propriedade, pelas contribuições de entidades associadas e recursos provenientes de doações, subvenções e promoções.

Art. 21 - No caso de dissolução do MNDH seu patrimônio será destinado às entidades que promovam a defesa dos Direitos Humanos no Brasil.

Art. 22 - Os órgãos executivos do MNDH manterão escrituração de sua receita e despesa, historiando sua origem e aplicação, em livros próprios, observadas as técnicas contábeis aplicáveis.

Parágrafo Único - Serão elaborados balancetes semestrais e, anualmente, balancetes gerais, que serão submetidos a exame e apreciação dos órgãos deliberativos.

CAPITULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23 - As entidades associadas não responderão, ainda que subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pelo MNDH.

Art. 24 - Os presentes Estatutos Sociais só poderão ser reformados, no todo ou em parte, pela Assembleia Nacional, por decisão da maioria das entidades associadas.

Art. 25 - A dissolução do MNDH só ocorrerá em Assembleia Nacional, por decisão de 2/3 (dois terços) das entidades associadas.

1 9 9 0



Azulista Sampaio R.

PLANO DE AÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 88/90

I - INTERNAMENTE:

- . promover a unidade e autonomia do MNDDH;
 - . favorecer bases fortes no MNDDH e promover a luta em defesa dos Direitos Humanos onde não existe;
 - . promover a profissionalização dos serviços do Movimento e a qualificação profissional de seus quadros;
 - . incentivar a participação de lideranças populares nos seus encontros.
- . criar um grupo de estudos para encaminhar uma reflexão sobre a legalização do MNDDH*

II - SERVIÇOS:

- . aperfeiçoar o sistema de informação e comunicação do MNDDH com base nas propostas apresentadas a esse respeito no V Encontro pelo grupo de trabalho formado pelo Conselho, Sín e Agem que deverá continuar a encaminhar formas concretas de cooperação informativa na área dos D.H.s.
- . integrar o MNDDH à rede Nacional de entidades dos Movimentos Sociais, Populares e Sindicais que estão implantado sistematicamente as instâncias do movimento a análise e aprofundamento de informática, e banco de dados; do "projeto Banco de Dados", ①
- . produzir e divulgar subsídios de diferentes níveis e sobre os temas prioritários do MNDDH, adequando-os aos respectivos destinatários;
- . estabelecer mecanismos de apoio aos militantes ameaçados de morte;
- . viabilizar um sistema de identificação de pistoleiros/jagunços/mandantes incluindo nome, fotos, endereço etc, e divulgar amplamente; *→ feitos pelos recipientes*
- . organizar e divulgar um calendário de lutas e eventos ligados aos Direitos Humanos;
- . instituir ^(prêmios regionais e) prêmio nacional dos Direitos Humanos destinado a pessoas e/ou entidades que tenham prestado serviços relevantes a esta causa, no período entre os encontros nacionais. O prêmio será entregue mediante indicação e aprovação dos participantes dos Encontros nacionais.

① observação: O Conselho Nacional deverá indicar uma comissão para o estudo sobre a implantação do projeto de violência

CEDIM (SOU CONTRA)

iniciou reunião (do Pres. Asses. S. Lima)

III - FORMAÇÃO:

. Deve ser uma preocupação permanente de todas as instâncias do MNDDH que o nosso trabalho educativo seja cada vez mais consciente de sua dimensão libertadora. Devemos dominar e aperfeiçoar os métodos da educação popular, que procura ligar a consciencia crítica da realidade com a luta por sua transformação. Por outro lado é imprescindível a melhoria das nossas formas e métodos de comunicação, seja no nível interno, seja especialmente na informação sensibilização e mobilização dos movimentos populares e da opinião pública em geral;

. nos subsídios do MNDDH e encontros de formação:

1 - aprofundar os conceito de violência, numa perspectiva de classe e o tema da consciência de classe dos trabalhadores;

2 - a formação política e ideologica dos militantes dos Direitos Humanos;

3 - o estudo sobre o direito insurgente;

4 - análise crítica da Declaração dos Direitos Humanos da ONU, além de divulgá-la;

5 - o resgate histórico das lutas populares de resistência e libertação e da cultura popular;

. nos encontros específicos de entidades do MNDDH que atuam nas mesmas áreas, enfatizar:

1 - a violência rural;

2 - a violência urbana;

3 - a violência contra a mulher;

4 - a violência contra o menor, entre outras.

5 - a " " o negro

6 - a " " os povos indígenas

7 - a " " as minorias

IV - ARTICULAÇÃO:

Há de se evitar ações isoladas procurando sempre agir em conjunto com outros grupos e entidades ou movimentos específicos, apoiando-os e incorporando-se às suas lutas ^{quer} para defesa e realização dos direitos fundamentais, tendo como objetivo último o reforço do poder popular.

. fortalecer a articulação nacional e internacional com os movimentos contra a tortura; ^{quer colocando-os} sobretudo no Brasil com o grupo "Tortura Nunca Mais"

. aprofundar a articulação com a América Latina e com o terceiro mundo;

. participar do processo de formação de uma Central Única dos Movimentos Populares;

. fortalecer a articulação com as entidades cujas prioridades se somam com as prioridades do MNDDH (CPT, CIMI, SEM TERRA, CAMPANHA NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA, ARTICULAÇÃO NACIONAL DO SOLO URBANO, ^{Movimento Popular de Saúde,} SINDICATOS, OPOSIÇÕES E CENTRAIS SINDICAIS, MOVIMENTO NEGRO,); ^{Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua,}

. aprofundar a articulação com organizações jurídicas comprometidas com as causas populares tais como: AJUP, ANAP, SECRETARIA JURÍDICA DO NORDESTE; OAB-Federal;

. criar um forum permanente de entidades a nível local e nacional para discutir, aprofundar e denunciar a violência nos seus diversos aspectos em especial a violência policial; → *Trabalho de Denúncia*

. fortalecer a articulação com as igrejas que constituem o CONIC, com outras igrejas evangélicas e religiões não cristãs engajadas com as causas dos oprimidos;

. articular-se com os movimentos organizados da sociedade na defesa da causa do menor, da mulher, da saúde, e outras.

. incorporar-se ao movimento já em andamento de pressão nessa fase final da constituinte, inclusive com a participação ativa no "Dia do Basta",
V - LUTAS: previsto para o próximo dia 04 de março.

. fortalecer a articulação com a Cese.
. continuar a campanha " De que Lado Você Está ? " , aplicando-a às várias lutas prioritárias do MNDDH;

. continuar o trabalho de pressão sobre o Congresso Constituinte; acompanhar a elaboração das Constituições Estaduais e das Leis Orgânicas Municipais; promover um trabalho de pressão baseado nos avanços e conquistas populares, no texto da nova Constituição brasileira; comprometer os candidatos nas eleições em todos os níveis com as lutas específicas dos Direitos Humanos e repassar ao povo a importância da participação popular neste processo;

. participar da Campanha Nacional pela Reforma Agrária sob o controle da classe trabalhadora.
. promover campanha nacional de esclarecimento sobre a UDR e seu papel na violência contra os trabalhadores; denunciar, igualmente, as articulações entre a UDR e as organizações de direita no meio urbano (UBE)

. somar-se as articulações, movimentos e entidades



que lutam contra a tortura e o trabalho escravo;

. apoiar o estabelecimento de mecanismos de controle da sociedade civil sobre as políticas governamentais de segurança pública;

. refletir sobre o direito a resistência e sobre as suas manifestações concretas nas lutas populares a luz do direito insurgente;

. promover eventos ligados a celebração dos 40 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em dezembro de 1988;

. desenvolver estudos e iniciativas voltadas para o acompanhamento crítico aos pequenos, médios e grandes projetos governamentais;

. defender a realização de eleições presidenciais-

Diretas Já.

. colaborar criticamente em certas campanhas das Igrejas que podem correr o risco do imediatismo e do assistencialismo.

. que o MNDDH se incorpore a denúncia sobre a corrida armamentista no Brasil, sobre a necessidade de rigoroso controle sobre a propaganda e comercialização de armas e sobre o programa paralelo no campo da política nuclear

. promover campanha nacional de esclarecimento sobre a questão nuclear e suas consequências mortais seculares para a população

. acompanhar e denunciar a existência do projeto "Calha Norte" exigindo que o governo explique suas diretrizes, abrangência de área e populações diretamente atingidas, mobilizando para a cobrança dos direitos dos afetados, especialmente dos povos indígenas

. utilizar-se dos mecanismos jurídicos do direito internacional para a denúncia da violação dos direitos humanos junto aos organismos internacionais

PLANO DE AÇÃO

1 9 9 1



Pesquisa do MNDH

Título :

Os Centros de Direitos Humanos no Brasil - MNDH - 1991

Justificativa:

O MNDH, através de sua história, tem definido a prática a partir de situações conjunturais emergenciais. É preciso ter maior clareza, a fim de relacionar as situações conjunturais com as estruturais. Para uma ação nacional estratégica é preciso que tenhamos uma visão de conjunto e da unidade do MNDH. A pesquisa é um meio de sistematizar dados e produzir análises do movimento dentro de um mesmo procedimento metodológico, que possibilite a visão global.

Esta pesquisa ao buscar as respostas na prática dos CDDHs busca a visão particular e ao mesmo tempo a visão de conjunto, obtida na análise das respostas das questões dos diferentes CDDHs do país, em si e entre si.

A visão global do MNDH não poderá ser obtida só a partir dos CDDHs. Outros instrumentos deverão ser utilizados e outras entidades e movimentos deverão ser ouvidos, a fim de que tenhamos análises a partir de diferentes óticas dos Direitos Humanos.

Objetivo:

Obter informações do trabalho desenvolvido nos CDDHs do país a fim de produzir um conhecimento sistematizado da situação do MNDH.

Variáveis:

Dados de identificação - áreas de atuação - infra-estrutura - recursos financeiros - organização do CDDH - Composição da equipe e traços da militância - articulação interna e externa - dificuldades ...

Metodologia:

O processamento metodológico é o do estudo descritivo interpretativo, respeitando o princípio do trabalho participativo. A pesquisa abrange - rá o universo de Entidades filiadas ao MNDH e CDDHs conhecidos e não filiados.

A aplicação dos questionários, o cronograma e o controle do rigor técnico do trabalho estará sob a responsabilidade dos regionais.

A tabulação será programada tendo em vista a análise das variáveis, segundo o objetivo.

A análise deverá explicitar a nossa prática enquanto Centros e Movimento Nacional em relação aos desafios conjunturais, às resistências estruturais, a carta de princípios do MNDH e às decisões da Assembleia Nacional, Conselho e Regionais.

As Considerações e Sugestões produzidas deverão respeitar a especificidade da caminhada de cada centro, de cada programa (VIOLÊNCIA, COMUNICAÇÃO, FORMAÇÃO) e ao mesmo tempo a busca das relações internas para a UNIDADE do MNDH e sua articulação interna e externa, bem como a busca de uma avaliação sistemática do MNDH.



Cronograma:

Atividades	Tempo	Responsáveis
Elaboração e discussão do questionário	Dezembro	Sec. Exec. Sec. Form. Sul II Coord. Reg.
Reformulação, impressão, envio e aplicação.	janeiro e fevereiro	
Tabulação dos dados e redação da análise produzida (preliminar)	março a maio	Sec. Exec. Sec. Form. Sec. Com. Sec. Viol.
discussão do documento preliminar	junho	Regionais e CDDHs
Redação final e publicação	julho	Sec. Exec. Sec. Form. Sec. Com. Sec. Viol.

*Obs- Os questionários deverão ser devolvidos a secretaria executiva até no máximo dia 15 de março.



Movimento Nacional de Direitos Humanos
Secretariado Nacional - Brasília

Questionário -Perfil do Movimento de DH - 1991

1-Nome da Entidade
.....

Sigla.....

Endereço.....

Bairro.....Cidade.....UF.....

CEP.....Fone

Ano de Fundação da Entidade.....Atual Coordenação.....

.....

2-Vinculação ao MNDH:()sim - Tempo de vinculação() - de dois anos

() 2 a cinco anos

() + de cinco anos

() não

3-Personalidade jurídica- ()sim () não () sendo encaminhada

Nome da entidade jurídica.....

sigla

4-Como a entidade se define () movimento popular

() Assessoria

() Outra.Qual?



- 5-origem da Entidade:() Movimento Popular
() Movimento sindical
() Movimento de Igreja.Qual?.....
() Outro.Qual?.....

6-Área de atuação.....
.....

6.1-Relacionar em ordem crescente 3 prioridades da entidade:

- 6.1-1.....
6.1-2.....
6.1-3.....

6.2-Preencher o quadro relacionando a área de atuação com cada item:

Área de atuação	Atuação		Forma de		nº de pessoas			com quem a entidade se relaciona
	ru ral	ur bana	even tual	perma nente	atingidas dire ta	indi reta	to tal	
violência políci al								
Saúde								
Meio Ambiente								
Sindical								
Moradia								
Mulher								

Índio				
Negro				
Menor				
Educação				
Transporte				
Outros				

7-Infra-Estrutura da entidade

7.1-Espaço Físico: () Próprio () Alugado () Cedido

7.2-Espaço Utilizado: () Área até 50m () Área de 50 a 100m
() Mais de 100m



7.3- Equipamentos: () Telefone () Gravador () Telex () Computador
() Fax () Automóvel () Televisor
() Máquina de esc. manual () Vídeo Cassete
() Máquina de esc. elétr. () Copiadora
() Mimeógrafo álcool () Filmadora
() Mimeógrafo tinta () Máquina Fotográfica
() Outros:Qual.....

8-Recursos Financeiros da Entidade:() Renda própria
() Doações dos militantes
() Convênios
() Outras doações

8.1-Projetos Financiados:

Título do Projeto:.....
Objetivo:.....
Duração:.....
Valor recebido:.....Instituição:.....
.....
Nº de pessoas atingidas:.....
Nº de pessoas que trabalham:.....Remuneradas:.....
Voluntárias:.....

Obs:Se houver mais de um projeto, responder em anexo.

8.2-Recebe apoio de alguma entidade religiosa? () Sim () Não

Se sim, de quem?.....
O que?.....



9-A entidade está organizada segundo os programas do MNDH?
() Sim () Não

9.1-Se sim,quem é o responsável por:Formação.....
Violência.....
Comunicação.....
9.2-Se não,como?.....
.....

10-Como se dá a Formação na entidade:(relacionar tempo com atividades)

Tempo atividades	ocasional	semanal	quinzenal	mensal	semestral	anual
reuniões						
cursos						
seminários						
Ciclo est.						
encontros						
outros						

Obs: Como a análise da prática está presente nas atividades de Formação?...

11-Relacionar em ordem crescente, dificuldades que a entidade enfrenta:
11.1.....
11.2.....
11.3.....

12-Assinalar os meios usados na articulação da entidade com o MNDH

Meios Articulação	Visitas	Correspon- dência	Tele fone	Encon- tros	Boletins Impressos	Outros Quais
Local						
Estadual						
Regional						
Nacional						

13-Composição da equipe da entidade:

13.1-Total de militantes:.....

13.2-Quantos voluntários:.....

13.3-Quantos recebem pela entidade:.....

13.3.1-Valor recebido	Nº de pessoas
Menos de 1 SM	
De 1 a 3 SM	
De 3 a 5 SM	
De 5 a 10 SM	
Mais de 10 SM	

13.4-Alguns dados sobre a militância.Colocar o nº total de militantes relacionando a faixa etária com sexo,escolaridade,origem da militância e profissão

Faixa Etária	Escolaridade					
	1º Grau		2º Grau		3º Grau	
	M	F	M	F	M	F
DE 15 a 20						
DE 21 a 30						
DE 31 a 40						
DE 41 a 50						
DE 51 a 60						
+ de 60						



1 9 8 5



IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Recife, 22 de novembro de 1985

Circular nº 07

Companheiros:

Enviamos alguns dias atrás correspondência para todas as entidades de direitos humanos que provavelmente participarão do Encontro, porém, só agora podemos escrever aos regionais. Esta carta possui conteúdo distinto daquelas remetidas aos CDDHs, pois apresenta informações de interesse específico do regional. Tentaremos pois esclarecer várias questões pertinentes ao Encontro com o objetivo de colocá-los a par dos últimos encaminhamentos e de nossas dificuldades.

O programa do Encontro, elaborado em conformidade com os desejos dos regionais, prevê o dia 20.01 como aquele que dá início aos preparativos preliminares anteriores ao evento. É no dia 20.01 que reúne-se a Comissão de Apoio com a finalidade de estabelecer os procedimentos que orientarão os trabalhos do Encontro. Esclareço que a Comissão de Apoio é composta pelas mesmas pessoas que reuniram-se em Petrópolis, embora os regionais tenham autonomia suficiente para substituí-los. Porém, é importante salientar que em caso de substituição, as pessoas escolhidas devem conhecer realmente a vontade de seu regional de modo a tornar a reunião efetivamente representativa.

Na manhã de quarta-feira (22.01), programamos outra reunião, desta feita entre a Comissão de Apoio, me



sários e relatores, com o intuito de aprofundar questões ligadas ao bom andamento das discussões plenárias. Como vocês devem estar cientes, os mesários e relatores serão indicados pelos regionais na proporção de 1 (um) mesário e 1 (um) relator para cada regional.

Para as entidades participantes, o Encontro se iniciará na quarta-feira (22/01/86) com a plenária de abertura, ocasião em que serão feitas as apresentações das Regionais e da equipe de trabalho do SIN. Ainda nessa oportunidade serão concedidas aos presentes informações quanto a dinâmica e organização do evento. A apresentação das regionais deve quebrar a monotonia da plenária de abertura. As regionais devem inovar, fazendo uma apresentação descontraída através de uma canção, poesia, etc.

O segundo dia do Encontro (quinta - feira , 23/01/86) está reservado unicamente para a discussão a cerca de estatutos e carta de princípios. Graças a contribuição oferecida por vocês, destacaremos apenas as questões polêmicas de cada documento e as submeteremos a discussão. Apenas na sexta-feira (24/01/86) aprovaremos, em plenária geral, a carta de princípios e os estatutos da nova entidade nacional de Direitos Humanos.

Momento de grande importância e repercussão externa deve ser o ato de auto-convocação da Constituinte dos Direitos Humanos. Nesse ato devemos expressar nosso repúdio pela forma elitista e excludente que caracteriza a Constituinte congressual e reafirmar nossa disposição de lutar pela participação popular na elaboração da nova carta constitucional.

A partir da tarde de sexta-feira, discutiremos os temas "Violência", "Terra" e "Trabalho" sob a perspectiva da futura Constituição. Devemos propor concretamente o tratamento que deverá ser dado a esses três temas de acordo com a nossa visão, a visão dos grupos que lutam em



defesa e pela proteção dos direitos do homem. Os debates se prolongarão pela manhã de sábado. No período da tarde, deliberaremos sobre os temas, aprovando as sugestões dos grupos de direitos humanos quanto a essas questões.

Apesar da inegável importância dos grandes temas, programamos outras discussões. Na noite de quinta-feira serão formados pequenos grupos para o debate das práticas desenvolvidas na luta pelos direitos humanos. Os grupos se formarão a partir dos delegados participantes, observadores e pessoas convidadas com o intuito de enriquecer as discussões. A noite de sexta-feira será ocupada com um debate sobre a nossa luta pela participação popular na Constituinte. O debate será precedido de uma apresentação de teatro popular sobre o tema. Acreditamos que, desta forma, o Encontro será mais proveitoso e agradável.

Como vocês devem ter percebido, infelizmente não há possibilidade financeira e organizacional de cumprimento da decisão tomada em Petrópolis no sentido de realizarmos três painéis diários com três palestrantes em cada um deles. A proposta de formação de pequenos grupos para discussão de nossa prática vem suprir essa lacuna. Acreditamos que, inclusive, a divisão em pequenos grupos homogêneos quanto a temas de interesse poderá contribuir para o melhor desenvolvimento das discussões, concorrendo também para um maior aprofundamento das questões em tela, produzindo, em consequência, o aperfeiçoamento pessoal dos participantes. Na ficha de inscrição que estamos enviando, os CDDHs terão oportunidade de escolher os temas de sua preferência, bem como acrescentar outros de seu agrado. A nossa lista de temas procura abarcar os temas originalmente destinados aos painéis, excluindo aqueles que se constituirão em objeto central do Encontro, como terra, violência e trabalho na Constituinte.

Na noite do sábado teremos uma apresentação da TV VIVA, televisão alternativa e comunitária de Olinda



com a exibição de programas sobre as principais lutas sociais de Pernambuco.

O lazer não foi esquecido. O domingo será reservado inteiramente ao conagraçamento entre participantes do IV Encontro. A manhã será livre para que as pessoas possam ir passear ou ir à praia. Será proposto um passeio à pé pelos locais mais interessantes de Olinda, seus pontos pitorescos e históricos. No final da tarde, programamos uma festa popular na praça. Haverá bumba-meu-boi, maracatu, côco-de-roda, frevo e ciranda. Assim se encerrará o IV Encontro Nacional de Direitos Humanos.

Na segunda-feira (27/01/86), haverá reunião da Comissão de Apoio para avaliação do Encontro.

Lembramos a todos que o prazo da inscrição dos delegados da entidade vai até 10 de dezembro. As fichas de inscrição estão sendo enviadas em anexo, para que sejam preenchidas pelas Regionais e devolvidas em tempo hábil para a Secretaria do Encontro. Pidemos que sejam datilografadas ou preenchidas em letras de imprensa para facilitar.

Caso o Regional avalie como sendo importante, indicar uma entidade para participar do Encontro na qualidade de convidada, deve entrar em contato conosco. Naturalmente a entidade não terá direito a voto e custeará sua própria passagem.

O IV Encontro Nacional de Direitos Humanos vai acarretar enormes despesas com sua realização. Apenas com a estadia e alimentação gastaremos aproximadamente Cr\$ 150.000.000, (Cento e cinquenta milhões de cruzeiros). Por este motivo, apelamos para que todas as entidades de direitos humanos que participarão do Encontro, contribuam com sua realização nos enviando qualquer importância que possa auxiliar nossa caminhada. Afinal, somos ou não os responsáveis pelos passos e articulação do movimento? As contribuições devem ser enviadas para o GAJOP - Rua 27 de

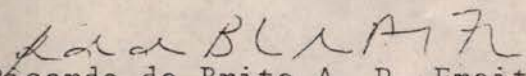
Janeiro, 181 - Carmo - Olinda, e podem ser feitas através do envio de um cheque nominal cruzado.

A hospedagem/alimentação, já está decidido, será garantida para os dois delegados de cada entidade.

Aguardamos dos Regionais informações sobre a forma como pretendem organizar a viagem até Olinda, pois isto facilitará nosso esquema de transporte. Quanto as passagens, desenvolveremos um esforço para tentar assegurá-las ao menos parcialmente. Pedimos, no entanto, que aquelas entidades possuidoras de recursos para a viagem, evitem o pedido de passagem integral.

Concluindo, gostaríamos de ressaltar a importância da articulação regional para a consecução dos objetivos do Encontro. Apenas na medida em que os CDDHs estejam efetivamente relacionados entre si poderemos obter um alto grau de coesão do movimento na luta pelos direitos humanos. Por este motivo, conclamamos vocês a formar uma imensa corrente para servir à vida.

Um grande abraço.


Ricardo de Brito A. P. Freitas.
(Coord. Apoio Gajop)



IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Recife, 18 de novembro de 1985.

Circular nº 06

Companheiros:

Estamos enviando o programa do IV Encontro Nacional de Direitos Humanos.

Para as entidades participantes, o Encontro se iniciará na quarta-feira (22/01/86) com a plenária de abertura, ocasião em que serão feitas as apresentações das Regionais e da equipe de trabalho do SIN. Ainda nessa oportunidade serão concedidas aos presentes informações quanto a dinâmica e organização do evento. A apresentação das regionais deve quebrar a monotonia da plenária de abertura. As regionais devem inovar, fazendo uma apresentação descontraída através de uma canção, poesia, etc.

O segundo dia do Encontro (quinta - feira , 23/01/86) está reservado unicamente para a discussão acerca de estatutos e carta de princípios. Graças a contri**bu**ição oferecida por vocês, destacaremos apenas as **ques**tões polêmicas de cada documento e as submeteremos a **dis**cussão. Apenas na sexta-feira (24/01/86) aprovaremos, em plenária geral, a carta de princípios e os estatutos da nova entidade nacional de Direitos Humanos.

Momento de grande importância e repercussão externa deve ser o ato de auto-convocação da Constituinte dos Direitos Humanos. Nesse ato devemos expressar nosso repúdio pela forma elitista e excludente que caracteriza a Constituinte congressual e reafirmar nossa disposição de lutar pela participação popular na elaboração da nova

carta constitucional.

A partir da tarde de sexta-feira, discutiremos os temas "violência", "terra" e "trabalho" sob a perspectiva da futura Constituição. Devemos propor concretamente o tratamento que deverá ser dado a esses três temas de acordo com a nossa visão, a visão dos grupos que lutam em defesa e pela proteção dos direitos do homem. Os debates se prolongarão pela manhã de sábado. No período da tarde, deliberaremos sobre os temas, aprovando as sugestões dos grupos de direitos humanos quanto a essas questões.

Apesar da inegável importância dos grandes temas, programamos outras discussões. Na noite de quinta-feira serão formados pequenos grupos para o debate das práticas desenvolvidas na luta pelos direitos humanos. Os grupos se formarão a partir dos delegados participantes, observadores e pessoas convidadas com o intuito de enriquecer as discussões. A noite de sexta-feira será ocupada com um debate sobre a nossa luta pela participação popular na Constituinte. O debate será precedido de uma apresentação de teatro popular sobre o tema. Acreditamos que, desta forma, o Encontro será mais proveitoso e agradável.

Na noite do sábado teremos uma apresentação da TV VIVA, televisão alternativa e comunitária de Olinda, com a exibição de programas sobre as principais lutas sociais de Pernambuco.

O lazer não foi esquecido. O domingo será reservado inteiramente ao conagraçamento entre participantes do IV Encontro. A manhã será livre para que as pessoas possam ir passear ou ir à praia. Será proposto um passeio à pé pelos locais mais interessantes de Olinda, seus pontos pitorescos e históricos. No final da tarde, programamos uma festa popular na praça. Haverá bumba-meu-boi, maracatu, côco-de-roda, frevo e ciranda. Assim se encerrará o IV Encontro Nacional de Direitos Humanos.



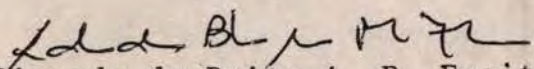
Lembramos a todos que o prazo da inscrição dos delegados da entidade vai até 10 de dezembro. As fichas de inscrição estão sendo enviadas aos representantes regionais para que eles providenciem o seu preenchimento e nos devolvam em tempo hábil.

O IV Encontro Nacional de Direitos Humanos vai acarretar enormes despesas com sua realização. Apenas com a estadia e alimentação gastaremos aproximadamente Cr\$ 150.000.000, (Cento e cinquenta milhões de cruzeiros). Por este motivo, apelamos para que todas as entidades de direitos humanos que participarão do Encontro, contribuam com sua realização nos enviando qualquer importância que possa auxiliar nossa caminhada. Afinal, somos ou não os responsáveis pelos passos e articulação do movimento? As contribuições devem ser enviadas para o GAJOP - Rua 27 de janeiro, 181 - Carmo, Olinda, e podem ser feitas através do envio de um cheque nominal cruzado.

A hospedagem/alimentação, já está decidido, será garantida para os dois delegados de cada entidade. Quanto as passagens, faremos um esforço para assegurá-las. Voltaremos ao assunto oportunamente.

Concluindo, gostaria de ressaltar a importância da articulação regional para a consecução dos objetivos do Encontro. Apenas na medida em que os CDDHs estejam efetivamente relacionados entre si poderemos obter um alto grau de coesão do movimento na luta pelos direitos humanos. Por este motivo, conclamamos vocês a formar uma imensa corrente para servir à vida.

Um grande abraço.


Ricardo de Brito A. P. Freitas.
(Coord. Apoio Gajop)

G A J O P

GABINETE DE ASSESSORIA JURÍDICA AS ORGANIZAÇÕES POPULARES

IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Olinda, 15 de outubro de/85.

Circular nº 5

Companheiros,

O IV Encontro Nacional de Direitos Humanos está próximo! Seu êxito dependerá não apenas do Regional Nordeste, mas das contribuições de cada grupo de Direitos Humanos e do trabalho de Articulação dos Regionais.

Para que todos sejam integrantes desta História é importante resgatar os passos mais significativos dessa nossa caminhada.

I

P A S S O S

O lema desde o início foi SERVIR À VIDA. Já faz 4 anos de caminho andado, os passos foram dados, alguns obstáculos superados, mas nos restam sempre os desafios ...

1 - 1982 - 1º passo

Realização do 1º Encontro Nacional de Direitos Humanos em Petrópolis - RJ, com 35 entidades presentes.

Objetivos:

Tomar conhecimento de vários grupos que defendem os Direitos Humanos, possibilitar um primeiro contato afim de co

nhecer as lutas empreendidas, trocar experiências, criar laços de união e fortalecer a busca da justiça, o único alicerce da verdadeira paz.

Consequências desse 1º passo:

- . A necessidade de descobrir outras entidades atuantes na defesa dos Direitos Humanos para reforçar a caminhada co mum.
- . A necessidade de se motivar e apoiar a criação de novos grupos que lutem pela justiça.

Decisões:

- . A formação de 4 regionais (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul), dentre as 35 entidades presentes, com finalidade de apoiar a Articulação Nacional.
- . A criação do SIN (Serviço de Intercâmbio Nacional) para manter e aprofundar o contato entre as entidades, veicu lar informações significativas para a luta pelos Direi tos Humanos e ao mesmo tempo motivar solidariedade aos expoliados nos seus direitos.
- . Repúdio e pressão às autoridades competentes.
- . A realização do II Encontro Nacional.

2 - 1983 - 2º passo

Realização do II Encontro Nacional de Direitos Humanos em Taboão da Serra - SP, com 64 entidades presentes.

Objetivos:

Fortalecer a luta pelos Direitos Humanos, aprofundar a ar ticulação e avaliar a caminhada.



Consequências desse 2º passo:

- . A necessidade de expandir mais pelo Brasil, o trabalho iniciado em torno do Movimento Nacional dos Direitos Humanos.
- . A necessidade de fortalecer a articulação a nível dos Regionais e aperfeiçoamento do SIN.

Decisões:

- . Redefinição das regiões que de 4 passaram para 8 (Norte, Nordeste, Leste I, II, III, Sul I, II, Centro-Oeste).
- . Articulação com outras entidades que defendem direitos específicos, ou determinados setores marginalizados de nossa sociedade.
- . Definições de prioridades de lutas comuns: Terra, Trabalho, Violência.
- . A realização do III Encontro Nacional.

3 - 1983/Novembro - 3º passo

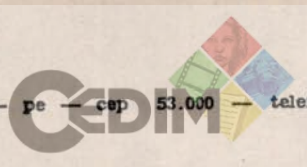
Realização do I Encontro Inter-Regional - Rio de Janeiro.

Objetivos:

Possibilitar aos Regionais através de seus representantes participação mais efetiva na preparação do Encontro Nacional.

4 - 1984 - 4º passo

Realização do III Encontro Nacional dos Direitos Humanos em Vitória - ES, com 87 entidades presentes.



Objetivos:

Avaliar e fortalecer a caminhada.

Consequências desse 4º passo:

- . A necessidade de fortalecer e aprofundar o mecanismo da Articulação Nacional através dos Regionais.
- . A necessidade de se criar uma Entidade Nacional que dê respaldo ao Movimento.

Decisões:

- . Redefinição geográfica dos Regionais a partir da funcionalidade de sua Articulação Interna (Norte I e II, Nordeste, Leste I e II, Sul I e II e Centro-Oeste).
- . A alternância de Encontros Nacionais (2 em 2 anos) com Encontros Inter-Regionais.

5 - 1985 - 5º passo

Realização do Inter-Regional - Goiânia com participação de todos os Regionais.

Objetivos:

Avaliar a articulação a nível dos Regionais e Nacional e a luta pelos Direitos Humanos no contexto histórico da "Nova República".

Avanço:

Presença de representantes eleitos dos 4 vários Estados e Regionais.



Consequências desse 5º passo:

- . Refletidas as necessidades concretas dos grupos e Regionais e em cima dessas foram traçadas pistas para o aperfeiçoamento da articulação e para organização do IV Encontro Nacional.

Decisões:

- . Criação de uma comissão de apoio ao SIN e ao Regional Nordeste do Encontro Nacional, constituída por um representante de cada Regional.

6 - 1985 - Junho 6º passo:

Realização da 1ª reunião da comissão de apoio -Petrópolis-RJ.

Objetivos:

Preparar o IV Encontro Nacional.

Avanço:

Esforço de todos para que o Encontro de janeiro seja de todos, cada um com seu compromisso pessoal, como grupo e como Regional.

II

CARACTERÍSTICAS PERCEBIDAS NA CAMINHADA DOS QUATRO ANOS

- . Os grupos de Direitos Humanos e o próprio Movimento Nacional tem sempre como ponto de partida o povo expoliado

- de seus direitos. Os casos flagrantes de desrespeito à vida principalmente dos mais pobres forçam a organização de pessoas solidárias à causa do oprimido.
- . Como consequência o ideal que nos une é o SERVIÇO À VIDA. O movimento é ecumênico possibilitando a participação de adeptos de todas as igrejas e crenças, por isso o movimento é marcado pela abertura em acolher entidades e companheiros.
 - . O Movimento Nacional dos Direitos Humanos na maioria das vezes trabalha lado a lado com as igrejas, das quais recebe muito apoio; é solidária à mesma causa: a construção da Fraternidade, através da luta pela justiça. Entretanto, o movimento é autônomo e desligado de qualquer instituição.
 - . Os grupos em geral e sobretudo o Movimento Nacional não são vinculados a partidos políticos nem têm militância político-partidária enquanto entidades ou movimentos. Preserva-se o direito de todos e de cada um de ter opção e militância política a partir de sua consciência e liberdade. Entretanto, dentro do Movimento o compromisso é a luta pela defesa dos Direitos Humanos, SERVIR À VIDA.
 - . Direitos Humanos na concepção que surgiu a partir da prática dos grupos é entendido em 1º lugar como Direito à vida e aos meios de conservá-la com dignidade. Na nossa realidade brasileira são os direitos concretos à alimentação, à habitação, à terra, ao trabalho, à saúde, à educação e a não ser vítima da violência institucionalizada. São os direitos sociais, a partir dos mais desrespeitados em seus direitos, isto é, a partir dos mais pobres, dos mais marginalizados, dos mais oprimidos.
 - . "Todos têm direito a ter direitos mas nós lutamos especialmente pelos que não tem nem direito a ter direitos".

III

A PREPARAÇÃO DO IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

O GAJOP foi escolhido como entidade responsável pela organização do IV Encontro Nacional de Direitos Humanos. Para tanto, conta com a valiosa colaboração da CNBB II e Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife.

Visando dar o primeiro passo para a viabilização do Encontro, elaboramos, com a aprovação do Regional Nordeste, uma proposta inicial de organização, dinâmica e conteúdo do evento. Essa proposta foi levada à discussão em junho passado, na reunião da Equipe de Apoio ocorrida em Petrópolis-RJ, tendo sido aprovada com pequenas modificações (ver conteúdo no relatório sobre reunião de Petrópolis em anexo).

A carta de princípios foi redigida pelo GAJOP e CNBB II, os Estatutos pelo GAJOP e o texto para discussão sobre Direitos Humanos e Constituinte pelo GAJOP com o auxílio de outras entidades e pessoas ligadas ao assunto.

Estamos enviando para vocês todos esses textos para que leiam, discutam e nos enviem sugestões sobre os mesmos. Aguardamos urgentemente a chegada de sugestões que possam aperfeiçoá-los.

Após a apreciação das modificações sugeridas, os remeteremos de volta para que possam criticá-los novamente durante as discussões e posteriores votações no encontro.

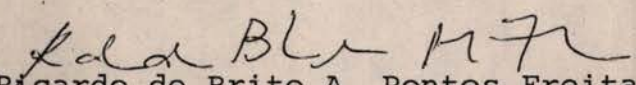
A redação definitiva e aprovação da carta de princípios e estatutos da entidade, bem como do documento sobre nosso posicionamento quanto aos Direitos Humanos na Constituinte, serão o produto final do IV Encontro Nacional de Direitos Humanos.

G A J O P

GABINETE DE ASSESSORIA JURÍDICA AS ORGANIZAÇÕES POPULARES

Em caso de dúvida, procurem comunicar-se com seu represen
tante regional ou com o GAJOP.

Agradecemos desde já qualquer colaboração.


Ricardo de Brito A. Pontes Freitas
(Coordenador do GAJOP)



1985

"Em cinco séculos de história vivemos uma grande aventura: o projeto-Brasil. Não me refiro, é evidente, à utopia do Menestrel de Alagoas. A coroa portuguesa, com as bênçãos da cruz e a força da espada, se apossou de imenso território, pátria de nações e povos, por equívoco da ignorância ou astúcia da cobiça, denominadas "indígenas" ou selvagens.

Não aceitando o jugo da escravidão, os "bugres" foram acuados ou dizimados. Os milhões de cidadãos das Nações nativas foram progressivamente reduzidos a uns poucos remanescentes, hoje ameaçados de extermínio total pela "integração" da ordem econômica com seus projetos de agropecuária e mineração. O projeto-Brasil significou, desde o início, uma devastação das riquezas naturais para pagamento da dívida externa da coroa lusa aos banqueiros do império britânico.

A necessidade de "produzir para exportar" obrigou os cavaleiros lusos a importar escravos. Cidadãos livres das terras e culturas africanas, violentados em sua dignidade e liberdade, foram transformados em mão-de-obra barata e oprimida, construtora do projeto-Brasil. As cartas de alforria e as leis abolindo a escravidão não redimiram a iniquidade cometida, durante séculos até nossos dias, contra o povo de raça negra. O projeto-Brasil foi levado avante ao preço do genocídio dos povos africanos e ameríndios.

Através dos séculos, o projeto-Brasil viveu os estágios políticos de Colônia a Província de Portugal, de Império a República do Brasil. Os modelos econômicos implantados pela Coroa e oligarquias, atravessaram etapas e ciclos, avançando na construção de potência econômica, respaldada e assegurada por instituições políticas e estruturas sociais, às custas do povo aqui nascido, ou importado pela escravidão, ou ainda exportados pelas economias de outros projetos de Estado. Evidentemente, os imigrantes forçados foram "generosamente" acolhidos pelo projeto-Brasil das oligarquias.

Mudaram-se bandeiras e regimes políticos, permanecendo sempre altaneiro o projeto-Brasil garantindo o "progresso" das oligarquias. A "ordem" estabelecida e constituída transformou a legião imensa de povos em brasileiros sem cidadania. O saque das riquezas naturais e a escravidão do povo sempre foram e permanecem as características fundamentais do projeto-Brasil. Negros e brancos que ousaram sonhar com a liberdade, ainda que tardia, foram perseguidos e exterminados. Entre tantos rasgos de brasilidade, destaque, no passado, os quilombos e as revoluções pernambucanas; e, no presente, as lutas dos operários do campo e da cidade.

Os feitos "gloriosos" da Independência e da pacificação nacional, o estabelecimento do Império e da República, jamais visam implantar a utopia de um projeto-Brasil para os brasileiros. Assim estamos chegando ao primeiro centenário da República e ao final do século vinte. O Estado Brasileiro reconhecido como oitava potência econômica do mundo, quinto maior produtor de armas de guerra e detentor de outros triunfos, enquanto que o povo brasileiro vive dividido em duas classes ou castas: uns poucos senhores e cidadãos, e, a imensa maioria, escravos e marginalizados. A terra escandalosamente concentrada nas mãos de poucos. Os campos vazios e as cidades inchadas. O salário, uma vergonha criminoso, o desemprego e a inflação galopantes revelando o impasse econômico do projeto-Brasil. O Estado endividado e a Nação, sem soberania, sonhando com a utopia de uma "Nova República".

É inevitável, neste momento, um confronto com a verdade de nossa história: proclamaremos uma nova República ou será levado adiante o projeto-Brasil das oligarquias? Com o Estado falido e preso nas garras dos especuladores da ordem econômica internacional e mais de cem milhões de brasileiros na miséria ou na pobreza sem dignidade, privado dos mais fundamentais direitos da condição humana, será possível levar adiante o projeto-Brasil? Somente os dementes poderão sonhar em prosseguir a trágica aventura do projeto-Brasil!

A "Nova República", fruto da evolução estratégica do regime, e, ao mesmo tempo, da força cívica de milhões de brasileiros sem cidadania, será a afirmação da soberania da Nação? A "Nova República" significará a constituição de ordem sócio-econômica e política baseada na igualdade e aberta à participação dos cidadãos?

Boas intenções, oratória e promessas não solucionam o impasse da tragédia nacional. A ganância das oligarquias tornou inviável o projeto-Brasil. A dívida externa é impagável, imoral e ilegítima. A dívida interna provocará a implosão do País. As milhões de dólares (preço da carne e do sangue dos escravos brasileiros), não garantirão sucesso ao projeto-Brasil das oligarquias. O sol é maior do que a penúria! A dívida externa e a miséria do povo cavarão o túmulo do estúpido projeto econômico das elites e oligarquias monarquistas ou republicanas!

Não há rei ou presidente, caudilho ou general, político ou tecnocrata, nem mesmo com a benção dos deuses e sacerdotes dos oligarcas, que possa levar avante o iníquo projeto-Brasil. Não há comissão de notáveis, sejam nobres ou lacaios, que possam arquitetar um novo projeto-Brasil. Somente o Povo!

Não será fácil, mas somente a sabedoria do povo e a força dos marginalizados salvarão o Brasil, criando um projeto novo em Assembléia Nacional Constituinte, livre, soberana, democrática e popular. Isto é, uma assembléia constituída de índios e negros, mulheres e jovens, operários do campo e da cidade, em sua maioria. Sem a cidadania do Povo, seremos soterrados, senhores e escravos no último ato da tragédia brasileira.

Não se fará uma Nova República com a Frente Liberal ou Autoritária, mas com uma Frente Democrática Popular! Ouso afirmar, ainda, que o atual ou próximo Congresso, transformado em Constituinte será incapaz de salvar o projeto-Brasil das oligarquias ou gerar a Nova República que a Nação deseja e tem direito. Somente o Povo em Assembléia Nacional Constituinte!"

Transcrito do Jornal **Tribuna da Imprensa** de
14 de agosto de 1985.



05/07/6

HISTÓRIAS das CONSTITUIÇÕES do BRASIL

Desde a nossa independência de Portugal, em 1822, tivemos sete Constituições. Três foram elaboradas por Assembleias Constituintes. Em nenhuma dessas a participação da maioria da população foi expressiva.

1a. Constituição - 1824

Em 1823, logo depois da Independência, o imperador dom Pedro I convocou eleições para escolha dos representantes que fariam parte da Assembleia Nacional Constituinte. Em princípio, todos os brasileiros e portugueses naturalizados poderiam votar e ser votados para participar da Constituinte. Na prática, o sistema de votação implantado - o voto censitário - diferenciava os cidadãos pelas suas posses: só podia votar quem tivesse renda superior a 100 mil-réis anuais; só podia ser votado quem ganhasse mais de 200 mil-réis por ano. Resultado: foram excluídos do processo eleitoral todos os negros (que eram escravos) e todos os pobres. Em outras palavras, a maioria da população não podia votar ou ser votada.

O pior é quem em novembro de 1823, sob o pretexto de desordem, dom Pedro I fechou a Assembleia Constituinte. Ele não concordava com o projeto de lei que estava sendo encaminhado, porque não lhe dava poderes especiais.

Em seguida o imperador deu título de marquês a um grupo de pessoas de sua confiança (em sua maioria latifundiários) e criou o Conselho de Estado (conhecido como "Conselho de Marquês"), ao qual atribuiu a tarefa de fazer a nova Constituição. Depois de um mês de reunião, o Conselho introduziu uma única mudança no antigo projeto: a criação do Poder Moderador. Este poder era exercido exclusivamente pelo imperador.

As principais determinações da Constituição de 1824 foram as seguintes:

- Criação de quatro poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador.
- Estabelecimento do voto censitário: só poderiam ser eleitos para deputado os cidadãos com renda anual superior a 200 mil-réis; e, para senador, com cargo vitalício (até morrer), aqueles que ganhassem acima de 800 mil-réis por ano. Os eleitores tinham que receber no mínimo, 100 mil-réis por ano. (Dessa forma, ficaram excluídos da cidadania brasileira os trabalhadores e escravos, que não podiam ser eleitores, nem escolhidos para ocupar cargos políticos.)
- Eleições indiretas para deputados, os quais seriam escolhidos pelos Representantes de Província.
- Garantia de direito de propriedade.
- Liberdade de pensamento e imprensa.
- Instituição da religião católica como a oficial, do país (ignorando quaisquer outras crenças da população brasileira).
- Abolição das corporações de ofício, seus juizes, escrivãos e mestres (o que desmantelou a incipiente organização dos trabalhadores da época).

Essa Constituição foi imposta pelo imperador dom Pedro I.

2a. Constituição - 1891

Na época, a estrutura política, econômica e social do Brasil começava a ser modificada, devido à expansão da lavoura de café, à libertação dos escravos, ao aumento da população das cidades, ao início da imigração estrangeira, ao princípio da industrialização. Com a vitória na guerra contra o Paraguai, os militares ganharam influência. Em 15 de novembro de 1889, sob a liderança do marechal Deodoro da Fonseca, foi instalada a República e decretado o fim do Império. Em seguida convocou-se uma Assembleia Nacional Constituinte para elaborar a primeira Constituição republicana do Brasil.

Excluindo-se as mulheres, os analfabetos, os praças (militares que não eram oficiais) e os religiosos ligados à ordem, os demais brasileiros maiores de 21 anos foram convocados para eleger os deputados à Constituinte. Isto é, mais uma vez a parcela expressiva da população não podia se manifestar através do voto, e os deputados constituintes acabaram representando os interesses dos grandes proprietários rurais da burguesia industrial e financeira e dos oficiais militares.

As principais determinações da Constituição de 1891 foram as seguintes:

- Organização do País em Federação, governada por regime presidencialista.
- Eleição direta para presidente (menos o primeiro, que seria escolhido pela Assembleia Constituinte), com mandato de quatro anos, e não podendo ser reeleito.
- Deputados e senadores eleitos por sufrágio limitado e não universal, ou seja: Toda pessoa que podia votar podia ser votada. Os eleitores não sofriam restrições de renda, mas não votavam nem podiam ser candidatos as mulheres, os analfabetos, os menores de 21 anos, os praças e os religiosos. O mandato dos deputados seria de três anos e o dos senadores de nove anos.

- Criação do Supremo Tribunal Federal (que se tornou o principal órgão do Poder Judiciário).
- A religião católica deixava de ser a oficial e o ensino público passava a ser não religioso.

Além disso, a primeira Constituição republicana, oficializada em 24 de fevereiro de 1891, estabeleceu o direito de reunião, a liberdade de pensamento, a imprensa sem censura, o sigilo por correspondência e o habeas corpus (apenas o juiz pode pedir a prisão de uma pessoa, a não ser em caso de flagrante). Mas não fez qualquer referência aos direitos sociais dos trabalhadores.

Em novembro de 1891, o marechal Deodoro da Fonseca tentou dissolver o Congresso e convocar uma nova Constituinte. Encontrou resistência da sociedade (houve inclusive, uma greve dos trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil, protestando contra o fechamento do Congresso) e renunciou. Assumiu o vice-presidente da República, marechal Floriano Peixoto.

Uma Reforma Constitucional - 1926

No Brasil, a década de 20 foi marcada pela expansão da industrialização. Como as fábricas se instalavam nas cidades, a população urbana cresceu muito e surgiram novas forças na sociedade brasileira. Ocorreram conflitos sociais. Estouraram várias greves, protestando contra as más condições de trabalho e os baixos salários. Em 1917 aconteceu a primeira greve geral do país.

Em 1926, o presidente Artur Bernardes promoveu uma reforma constitucional, liquidando com qualquer tipo de garantia do Legislativo e concentrando o poder nas mãos do presidente da República. Na elaboração dessa reforma (como das Constituições de 1824 e 1891) não houve nenhum deputado que representasse os interesses das camadas populares.

3a. Constituição - 1934

Neste período, acelerou-se o processo de organização da classe operária, ao mesmo tempo em que surgiu uma classe média urbana. Em consequência da industrialização, a burguesia industrial ficou cada vez mais importante, abalando o prestígio político dos "coronéis" do campo, senhores do voto de cabresto. Para se expandir ainda mais, a indústria esbarrava no latifundiário. Ocorreu, então, a Revolução de 1930 e, em bora Getúlio Vargas assumisse o poder com apoio popular, seu governo não deixou de representar principalmente os interesses dos grandes industriais, comerciantes e até, contraditoriamente, de uma parcela de proprietários rurais.

Como acontecia no resto do mundo, em 30 o Brasil atravessou uma crise econômica e social. Houve uma superprodução de café e, para manter seu preço, o governo autorizou que muito café fosse queimado ou jogado ao mar; e havia cerca de 2 milhões de desempregados e subempregados. Essa situação de crise exigia uma reorganização da sociedade. Em 1932, houve a Revolução Constitucionalista, em São Paulo, que acabou sendo esmagada pelas tropas federais.

Em maio de 1933, foram convocadas eleições para uma Assembleia Nacional Constituinte. Nessas eleições, o voto foi secreto e direto para homens, mulheres (pela primeira vez), alfabetizados e maiores de 21 anos. Continuaram excluídos da cidadania os analfabetos, os praças e os religiosos ligados a ordens. Mas, apesar do voto secreto, o poder econômico continuou exercendo grande influência. Tanto foi assim que, dos 254 deputados constituintes eleitos, 214 representavam os interesses dos industriais, comerciantes, proprietários de terra, e em pequena escala, 40 deputados eleitos por sindicatos e associações de trabalhadores. Tratava-se de uma representação corporativista, tendo havido várias tentativas de manipulação pelo governo.

A Constituição de 1934 preocupou-se, principalmente, em organizar a expansão industrial no país e foram as seguintes suas principais determinações:

1. Oferecer condições para o crescimento da indústria nacional com medidas como:
 - direito de o governo federal estatizar certas indústrias por motivo de interesse público;
 - nacionalização progressiva dos bancos de depósitos e das empresas de seguros;
 - proibição de usura (juros exorbitantes);
 - monopólio de brasileiros ou de "empresas organizadas no país" para as reservas minerais.
2. Estabelecer normas para a organização social, com medidas como:
 - instituição do salário mínimo;
 - jornada de trabalho de 8 horas diárias;
 - remuneração do repouso semanal e das férias anuais;
 - indenização por dispensa sem justa causa;

- reconhecimento de sindicatos e associações profissionais com autonomia nas atividades;
- criação da Justiça do Trabalho e da Justiça Eleitoral;
- garantia de estabilidade no emprego;
- restrições à imigração.

Além disso, essa Constituição ampliou o direito de voto às mulheres e todos os maiores de 18 anos. E aumentou a possibilidade de intervenção federal nos Estados.

4a. Constituição - 1937

Ao mesmo tempo em que o país passava a ter uma Constituição mais avançada que as anteriores, Getúlio Vargas decretou uma lei de segurança nacional que conferia poderes extraordinários ao presidente da República. Repetiu-se o que dom Pedro I fez em 1824, quando criou o Poder Moderador, anulando, de fato, a Constituição. A lei de segurança de Vargas permitiu a volta do autoritarismo, abrindo espaço para o golpe de 1937, que resultou na instalação do Estado Novo no Brasil. Para o golpe ter uma fachada de legalidade, Vargas encomendou ao jurista Francisco Campos uma Constituição que justificasse seus atos.

O Congresso foi fechado e Getúlio Vargas decretou uma nova Constituição em 10 de novembro de 1937. Para o exercício de poderes ditatoriais totalmente centralizados no chefe do Executivo, foram destruídas as bases da República Federativa, cassada a autonomia dos poderes Legislativo e Judiciário e fechados todos os partidos políticos.

Mas, para assegurar algum apoio ao operariado, Vargas preservou alguns direitos dos trabalhadores, como a Previdência Social, o salário mínimo e a jornada de trabalho de 8 horas. Em contrapartida, liquidou a independência sindical: nenhum sindicato poderia existir sem o conhecimento do governo central.

5a. Constituição - 1946

Em 1945 acabou a 2a. guerra Mundial, com a derrota do nazi-fascismo (Alemanha, Itália e Japão). Os Estados Unidos passaram a exercer a liderança dos países capitalistas.

No Brasil a industrialização se consolidou com a implantação das indústrias de base (siderúrgica, mecânica, etc.). Em 1944/45, cresceu o descontentamento que pôria fim à ditadura de Vargas. Articulou-se um movimento pela democratização do país, com a participação de trabalhadores e representantes dos setores liberais e conservadores que não apoiavam Vargas. Havia também pressões externas dos Estados Unidos na direção de uma abertura democrática do país.

Diante dessa situação, Getúlio Vargas começou a tomar algumas medidas no sentido de uma abertura política sob seu controle. O Partido Comunista foi legalizado e surgiram novos partidos políticos: o PSD (Partido Social Democrático), formado basicamente por latifundiários, uma parcela dos empresários beneficiados pelo Estado Novo e interventores nomeados por Vargas para governar os Estados; a UDN (União Democrática Nacional), da qual participavam industriais e fazendeiros; e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), constituído basicamente por sindicalistas que defendiam a estrutura sindical criada por Vargas.

Nessa época existiam duas posições entre os setores que faziam parte do movimento de democratização.

A UDN, o PSD e liberais independentes defendiam a renúncia de Getúlio e eleições livres tanto para a presidência da República, como para a Assembleia Nacional Constituinte, que elaboraria uma nova Constituição.

Uma outra corrente encabeçada pelo PTB e pelo PC propunha a eleição para Constituinte mantendo Getúlio no governo.

Em 29 de outubro de 1945, Getúlio foi deposto por influência das forças que defendiam a primeira posição.

O general Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente com o apoio do próprio Vargas. A eleição realizou-se a 02 de dezembro de 1945, juntamente com a da Assembleia Nacional Constituinte. De novo não votaram os analfabetos e praças. Só puderam ser candidatos os filiados aos partidos políticos. Como a escolha dos deputados constituintes realizou-se dois meses depois da deposição de Vargas, não houve tempo suficiente para amplo e longo debate sobre os problemas que afligiam a grande maioria da população brasileira.

Eis o resultado da eleição para Constituinte: o PSD ficou com 54% das cadeiras; a UDN com 26%; o PTB com 7,5% e o PC com 4,7%; o restante com os pequenos partidos. Os deputados do PC foram cassados logo depois da elaboração da nova Constituição, em 1947.

Embora fosse um avanço democrático, a Constituição de 1946 ainda manteve um caráter predominantemente conservador, representando, sobretudo os interesses das correntes políticas liberais e conservadoras.

A Constituição de 1946 restabeleceu a independência dos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), mas manteve a centralização do poder no governo federal, limitando a autonomia de Estados e municípios. Também foram restabelecidos os direitos individuais e as eleições passaram a ser diretas para todos os cargos.

Para os trabalhadores, a Constituição de 1946 não trouxe muita coisa: assegurou o princípio de direito de greve (mas não o regulamento em lei); mencionou sua participação nos lucros das empresas (o que não foi regulamentado); os sindicatos continuaram atrelados ao Estado e foram mantidos os princípios da CLT, decretada na época do Estado Novo.

As Constituições dos Governos Militares - 1967 e 1969

Em 1964 houve um golpe militar no país e a repressão atingiu duramente vários setores da sociedade brasileira: trabalhadores, estudantes, dirigentes sindicais urbanos e rurais, parlamentares. Assumiu o poder o marechal Castelo Branco, iniciando-se a mais longa ditadura militar na história do Brasil. A partir de então, a Constituição de 1946 começou a ser alterada por atos institucionais e decretos-leis. Por exemplo: aumentaram as restrições à greve; criou-se o FGTS com o objetivo de destruir a estabilidade no emprego; os reajustes salariais passaram a ser feitos com índices inferiores à inflação; trabalhadores cassados não puderam mais concorrer em eleições sindicais; as eleições voltaram a ser indiretas.

Em 1967, o grupo militar instalado no poder impôs uma nova Constituição, aprovada por um Congresso pouco representativo, que teve muitos de seus membros cassados por atos institucionais. Mas, a partir de 1967/68, os movimentos operário e popular se reorganizaram e tiveram início as primeiras manifestações contra a ditadura militar. Ocorreram as greves de Osasco e Contagem. Os estudantes saíram às ruas das principais cidades. Multiplicaram-se nos campos e nas cidades os protestos contra o regime.

Também como forma de protesto, o Congresso Nacional se recusou a aprovar pedido de licença do governo para processar parlamentares que, em sua totalidade, tinham imunidade. No dia 13 de dezembro de 1968, o governo editou o mais repressivo de seus atos institucionais, o famigerado AI-5, que permitiu ao então presidente, marechal Costa e Silva, fechar o Congresso, legislar como bem quisesse, demitir, prender sem qualquer apreciação.

Em 1969, um golpe dentro do golpe: morreu o marechal Costa e Silva e foi impedido de tomar posse o vice-presidente Pedro Aleixo, um civil. Uma junta militar, com representantes das três armas (Exército, Marinha e Aeronáutica), tomou o governo. Essa junta assumiu para si poderes constituintes e, em 17 de outubro de 1969, decretou a Emenda Constitucional nº 1, que incorporou à Constituição de 1967 não só o AI-5, mas todos os atos institucionais baixados pelos governos militares desde 1964.

A partir daí, os governos militares passaram a dispor de amplos poderes para legislar através de decretos-leis e punir arbitrariamente, acima das leis, da justiça, dos outros poderes, passando por cima da própria Constituição, em nome da "Segurança Nacional".

O autoritarismo e a repressão generalizada acabaram por mobilizar forças sociais e políticas em oposição ao regime militar. A partir de 1974, para não perder o controle da situação política, o então presidente general Ernesto Geisel procurou diminuir as tensões. Baixou uma Emenda Constitucional que entrou em vigor a partir de 1. de janeiro de 1979, pela qual foram anulados alguns dos atos institucionais, entre os quais o AI-5. Mas não acabou com eles completamente e ainda mantém o direito do presidente da República "determinar medidas de emergência, decretar o estado de sítio e o estado de emergência".

Durante o governo do general João Baptista Figueiredo (1979-1985) houve uma anistia restrita aos presos políticos e foram restabelecidas eleições diretas para governadores. No entanto, a maior parte da legislação autoritária criada durante os governos militares e que atinge os trabalhadores e a grande maioria dos brasileiros ainda se mantém.

Que lições nós, trabalhadores, tiramos da história das Constituições no Brasil?

Que conquistas nós, trabalhadores, vamos assegurar na 8a. Constituição brasileira?



Julho de 1985.

1985

NOSSO 2º ENCONTRO SOBRE CONSTITUINTE: ATENÇÃO PARA OS DETALHES

A novidade: estarão presentes altos representantes dos movimentos de libertação da América Central: Xabier Gorostiaga (do Governo da Nicarágua), José Luis Coraggio (coordenadoria de pesquisas Econômicas e Sociais da América Central), Edmundo Jarquin (embaixador da Nicarágua no México), Rubén Zamora (Frente Democrática Revolucionária de El Salvador) e Edilberto Torres Rivas (Instituto de Desenvolvimento e Pesquisa Social).

A presença providencial destes companheiros entre nós reforça, ainda mais, o objetivo do nosso encontro sábado, sobre Constituinte. Eles nos contarão como o povo da América Central vence e luta para conquistar os seus países; e como, por exemplo, o povo da Nicarágua está envolvido na demorada tarefa de elaborar democraticamente a Constituição que faça, da Nicarágua, a Pátria dos nicaraguenses e não mais a fazenda dos Somozas ou o quintal dos bananeiros norte-americanos.

Como você vê, a novidade não mudou o tema de nossa reunião, sábado, sobre Constituinte. Reforçou: As lutas e vitórias dos povos menores e mais fracos do que nós reforçam a nossa luta por um Brasil do Povo Brasileiro! É importante que nos encajemos com a luta deles e demos a eles um pouco da nossa coragem! O que acontece na América Central é decisivo para toda a América Latina. O fortalecimento da caminhada autônoma de todos os países latino-americanos, em particular o Brasil! Venha e traga um companheiro seu!

DATA: Dia 15 de junho - próximo sábado

HORA: às 09 horas da manhã

LOCAL: Centro de Formação de Moquetá, Nova Iguaçu

CJJP/exp.
15/06/

CARITAS/JUSTIÇA E PAZ-NI

CONSTITUINTE: POR QUE NÃO PODEMOS FICAR DE FORA

1. A Constituição é a lei suprema que regulamenta como um país deve se organizar, do ponto de vista econômico, social e político. Cabe a uma Constituição: 1) Definir quais são os direitos econômicos, sociais, políticos e culturais de todos os cidadãos; 2) Estabelecer regras para o funcionamento dos órgãos do governo (ao nível federal, estadual e municipal), para que estes órgãos não façam o que bem entendam, desrespeitando as liberdades dos cidadãos. Enfim, estabelece os limites em que vai se dar o poder dos governantes; 3) Determina como devem ser escolhidos os homens que vão governar. Resumindo: uma Constituição estabelece quais são os direitos e deveres de um cidadão e quais são os deveres do Estado, em relação aos cidadãos, assegurando ao conjunto da sociedade formas de controle sobre o Estado. Uma Constituição não pode ser inventada. Ela só é democrática e legítima, quando representa a vontade e os interesses da maioria da população.

2. Para que existem as Constituintes? Constituinte é uma assembleia soberana de representantes do Povo, que se reúne com o objetivo de elaborar as leis que regem a vida do País. Essas leis em seu conjunto se expressam na Constituição. A necessidade de convocar-se uma Assembleia Constituinte ocorre sempre que a realidade de um país mudou tanto que as suas leis e, em especial, sua Constituição não correspondem mais aos direitos que a maioria da população reconhece como seus; e não correspondem mais à maneira pela qual a maioria do povo julga que o País deve ser organizado e conduzido, para satisfazer os seus anseios e os seus interesses. Nesse caso, acaba-se a legitimidade das leis, da Constituição e do próprio Estado. Então, o Estado, que deveria ser o representante das forças da sociedade, divorcia-se delas, muitas vezes passando a oprimi-las. Hoje, no Brasil, o caso é ainda mais grave, pois a Constituição que temos vigorando no Brasil foi elaborada pelos militares, após o golpe de 1964, e imposta ao Povo, que nunca foi consultado para dizer se concordava com ela.

3. A última Constituição brasileira, de 1969, foi feita de modo autoritário, porque foi elaborada por uma junta militar que assumiu o governo. O governo militar encarregou uma comissão de especialistas para escrever e depois ela foi baixada sem nenhuma consulta popular. Nem o Congresso (Câmara dos deputados federais e senado) foi consultado, porque foi fechado. A atual Constituição foi imposta ao Povo brasileiro, na marra, na base da força. É por isso que, no atual momento político, está se colocando a necessidade de fazer uma nova Constituição democrática e representativa dos interesses da grande maioria da população. Uma Constituição que possibilite uma sociedade livre, justa e democrática, com a eliminação de todo o "entulho autoritário" como: proibição das greves e das eleições diretas, censura à imprensa, lei de segurança nacional, impedimento à livre formação de partidos políticos, prisão e cassação, por razões políticas, e impedimento aos cassados de serem votados em eleições sindicais, leis que impedem o pagamento de reajustes salariais acima da inflação. Enfim, fazem parte deste "entulho autoritário" os atos institucionais e os decretos que limitaram os direitos básicos de todos os cidadãos brasileiros, durante o período do governo militar.

4. O que quer dizer legítima, livre e soberana? Uma Assembleia Constituinte legítima é aquela cuja autoridade foi concedida e reconhecida pelos cidadãos que a escolheram e que estão representados nela. Só eles detêm a soberania popular. Para que a legitimidade se realize plenamente, é preciso que toda a população maior de 18 anos tenha oportunidade de escolher os seus representantes, através do voto, e possa participar na campanha e na elaboração dos projetos. Isso significa que uma Constituinte legítima exigirá a extensão da cidadania política - do direito de votar e ser votado - também aos analfabetos, aos soldados, marinheiros e oficiais de baixa patente que, pela atual legislação autoritária, estão excluídos. Uma Assembleia Constituinte soberana é aquela que pode discutir e decidir com liberdade, em nome do Povo que a escolheu, os principais problemas do País, como as leis trabalhistas, a forma de reger a economia do País e a reforma agrária, por exemplo. Para que estas condições se realizem, é preciso, previamente, a convocação da Assembleia Constituinte.

5. OS NOVOS CONCEITOS:

POVO - Quem é? Será toda a população ou só alguns? Se o poder vem do povo, como este o exerce? Qual sua participação na vida do País? Os trabalhadores, os analfabetos, os negros, as prostitutas, os índios são povo também? As multinacionais, os testas-de-ferro, os grileiros, os corruptos, os repressores, os pistoleiros são também povo? De quem é o direito da cidadania? Qual o alcance do direito da cidadania? Etc...

DEMOCRACIA - O que é? Como é exercida? Tem dnos ou é de todos? Como o povo pode estar presente no exercício da democracia?

NAÇÃO - O que ela abrange? Quais os compromissos nacionais? Como se expressa e se conseguem a soberania e a segurança da Nação? De quem a Nação é propriedade?

ESTADO - O Estado, com seus poderes, está a serviço do Povo ou o Povo está a serviço do Estado? Quais as possibilidades de participação e interferência do Povo no Estado?

6. OS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS:

As Constituições brasileiras, na medida em que ampliaram o poder do Estado, foram diminuindo os direitos e garantias individuais. A grande tarefa inicial da Constituinte será a de colocar o indivíduo como centro das atenções do seu trabalho, e não o Estado. Assim é que o primeiro tema grande da Constituinte deverá ser a Pessoa humana como um todo, determinando-se inicialmente seus direitos individuais e coletivos, levando-se em conta a atual realidade brasileira, calcando a nova Constituição no tripé da VIDA, LIBERDADE E IGUALDADE para todos. Os deveres deverão partir do pressuposto destes direitos. O principal será: a vida digna, suficiente, segura, que se expressa em terra, trabalho, condições fundamentais de saúde, alimentação, moradia etc. Liberdade que não parta do princípio de que a de um começa onde termina a de outro. O mais forte sempre terá a fronteira da liberdade mais longe, invadindo a área do mais fraco. Mas liberdade baseada no princípio da igualdade e justiça.

7. A PARTICIPAÇÃO POPULAR:

A Constituinte deve preocupar-se com: a) As possibilidades da participação popular no Governo através de suas organizações e partidos; b) A presença popular na distribuição da renda e da terra; c) As possibilidades de interferir na política do País, de interferir no poder do Estado, inclusive de estar presente e determinar a indicação e destituição de Ministros e dirigentes de entidades governamentais; d) A diminuição do poder da oligarquia locais e estaduais, estabelecendo-se requisitos de participação livre e democrática em todas as instâncias do País.

8. A PROPRIEDADE PRIVADA:

Os donos do poder jogam todas as suas forças nas restrições e privilégios da propriedade privada, base do sistema capitalista, tornando-a "dogma" intocável. A propriedade deve passar a servir a todas as pessoas, sendo um meio para que todos tenham direito à vida, ao salário, à saúde, ao lazer.

9. A SEGURANÇA NACIONAL:

O estabelecimento de critérios de segurança que beneficiem efetivamente a população, com a consequente restrição do poder das forças armadas. É necessário contrapor ao poder das forças armadas a organização e a eficiência do Poder Popular.

-10. A LIBERDADE E AUTONOMIA DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES:

Os constituintes terão de encontrar formas de liberdade e autonomia realmente claras e efetivas, objetivando o fortalecimento do Poder Popular, que necessita se contrapor a uma estrutura que colocou e fortaleceu no poder um pequeno grupo de privilegiados.

11. OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:

É necessário acabar com o monopólio das comunicações e colocar as rádios, jornais e tvs a serviço da formação e informação do Povo brasileiro.

12. A INICIATIVA PRIVADA E O ESTADO - EDUCAÇÃO E CULTURA:

A Constituição deverá garantir uma política econômica e cultural que dê respostas apropriadas à construção de uma sociedade democrática e fraterna, daí justa e igualitária.

O QUE É ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Como é sabido, a Constituição é a lei maior de um país. É a lei que rege todas as outras leis. É a lei que serve de base para todas as outras leis. É a lei maior que vai produzir todas as outras leis do país. A Constituição disciplina todas as questões mais importantes na vida do país e isso vai ter influência direta na vida de cada brasileiro.

Alguns exemplos da importância da Constituição: na organização nacional, ela determina o papel que toca à União Federal, aos Estados e aos Municípios, com suas respectivas atribuições. Legisla sobre os impostos que são destinados à União, aos Estados e aos Municípios, isto é: sobre a distribuição da renda pública e, consequentemente, os recursos para eles programarem a realização de suas obras e serviços: saneamento, transportes, saúde, educação etc.

A Carta Constitucional legisla sobre a organização dos Poderes da República: Executivo (presidente da República, governadores dos Estados e prefeitos dos Municípios), Legislativo (o congresso Nacional, composto de Câmara dos Deputados e Senado, as Assembléias Legislativas de cada Estado e as Câmaras de Vereadores de cada Município) e Judiciário (Tribunais Federais, Tribunais Estaduais e Varas Singulares). A Constituição legisla também sobre a importância e independência dos três Poderes da República.

A Constituição de um país determina os deveres que o Estado tem para com cada cidadão e os direitos que a este são assegurados. Determina sobre a família, a educação e a cultura; a ordem econômica e social, ou seja, os princípios que norteiam a atividade econômica, o desenvolvimento e a justiça social. Determina sobre a propriedade e sua função na ordem econômica; as condições de trabalho e associação, salários, greves, jornada de trabalho etc. Determina, afinal, tudo o que constitui os princípios básicos da atividade econômica e produtiva.

Uma nova Constituição Federal irá, evidentemente, espelhar este Brasil Novo que emerge de uma experiência trágica destes últimos vinte anos. Através dela, nosso País quer reencontrar-se em um novo pacto social, explicitado nesta nova Constituição, na qual se possa refletir e sintetizar todos os anseios e reivindicações do nosso povo.

A Constituição Federal é elaborada por uma ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE. O povo vai eleger, pelo voto direto e secreto, seus representantes para, em seu nome, discutirem a nova Constituição Federal. Os representantes do povo, em seu nome, vão adotar um novo contrato. Por aí se vê a necessidade de se promover uma ampla discussão nacional sobre a Assembléia Nacional Constituinte, com a participação de cada brasileiro.

Qual o meu interesse e o meu direito que quero ver consagrados na nova Constituição Federal? Há muitos interesses em jogo e, na maior parte das vezes, estes interesses não passam pelo trabalhador. Mais vale então prevenir do que lamentar depois. É preciso também que elejamos representantes que possam, na Assembléia Nacional Constituinte, traduzir o nosso pensamento e votar em função de nossos interesses. Muitos outros setores da sociedade brasileira, como os empresários, os donos das grandes empresas, inclusive multinacionais, vão investir firme na eleição de seus representantes. Isto é evidente: pois, em última análise, eles vão tentar com que as disposições da nova Constituição Federal beneficiem seus interesses ou que seus interesses não sejam profundamente alterados.

O povão, o trabalhador, as periferias, os grupos populares e comunitários têm de saber, através da discussão, o que está em jogo, na questão da Constituinte. Têm que definir o que é do seu interesse e escolher bem reais representantes seus. Para isto, temos de começar, desde já, nos conscientizando, através da participação, do nosso papel e dos nossos direitos neste novo processo constitucional do País. Processo este que vai depender muito também de nós e que vai definir o próprio futuro do nosso Brasil.



Nova Iguaçu, 18 de janeiro de 1984.

Sada Baroud David

Sada Baroud David - Presidente

Constituinte é tema de debate em Nova Iguaçu

A Comissão Diocesana de Justiça e Paz e a Cáritas Diocesana de Nova Iguaçu vão promover uma palestra-debate sobre a Assembléia Nacional Constituinte, a realizar-se no próximo dia 27 de abril, às 9 horas, no Centro de Formação de Líderes, no bairro Moquetá, com os orientadores Dom Mauro Morelli, Bispo de Duque de Caxias, e o advogado Francisco Amaral.

O tema "Constituinte", segundo o prospecto de divulgação do evento, foi democraticamente eleito pelos agentes da Campanha da Fraternidade como "bandeira de luta continuadora da campanha deste ano". A presidente da Comissão Diocesana de Justiça e Paz, Sada Baroud David, falou sobre a importância do debate: "este é mais um trabalho de conscientização. O povo, para cobrar de seus governantes, precisa se conscientizar sobre a importância das leis que regem o país".

Sada Baroud David queixou-se, ainda, contra o fato de que o povo ficou afastado das decisões tomadas pelo poder nos últimos vinte anos, mas continuou trabalhando e produzindo riquezas sem auferir os seus benefícios. "O povo tem que passar por cima das leis que são feitas de cima para baixo. A grande massa trabalhadora representa 80 por cento da população do Brasil e não participou das últimas decisões tomadas pelos governos, acrescentou.

Ela lembrou a necessidade da participação da população na elaboração das leis, que atendam os seus interesses de maneira efetiva, e estranhos que o povo esteja sempre aliado das grandes decisões nacionais. "O Brasil, no entanto, amadureceu sem tutela, mas, um pai de família, um produtor de riquezas, um pagador de impostos, responsável pelos destinos de sua família, nunca foi encarado como responsável para debater as nossas leis. Por isso é que o debate do dia 27 é importante e constitui uma série de encontros que servirão para fornecer instrumentos para sugestões a serem acatadas pela elaboração de uma Constituição".

O prospecto de divulgação do debate-palestra ressalta que a mobilização pela Assembléia Nacional constituinte está "ficando clara" nas comunidades da Diocese iguaçuana. "O interesse pela Constituinte foi demonstrado nas repetidas reuniões de Animadores de Campanha da Fraternidade/85 ("Pão para quem tem fome"). Nasquelas ocasiões, sobretudo no planejamento de atitudes concretas decorrentes dos esforços para implantação da Campanha da Fraternidade, o tema "Constituinte" foi democraticamente eleito (...) como bandeira de luta continuadora da Campanha da Fraternidade este ano".

IV E N C O N T R O

1 9 8 6



PROGRAMA DO IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

SEGUNDA-FEIRA - 20/01/86

15:00 horas - reunião da Comissão de Apoio.

TERÇA-FEIRA - 21/01/86

9:00 horas - reunião da Comissão de Apoio.

13:00 horas - almoço.

15:00 horas - continuação da reunião da Comissão de Apoio.

QUARTA-FEIRA - 22/01/86

14:00 horas - reunião entre mesários e Comissão de Apoio.

19:00 horas - composição da mesa
- saudação do Regional Nordeste aos participantes
- apresentação de cada regional
- apresentação da equipe de trabalho do SIN
- explicação acerca da organização e dinâmica do Encontro.

QUINTA-FEIRA - 23/01/86

7:00 horas - café da manhã.

8:00 horas - discussão acerca da proposta de estatutos em três plenárias.

12:00 horas - intervalo para o almoço.

G A J O P

GABINETE DE ASSESSORIA JURÍDICA AS ORGANIZAÇÕES POPULARES

- 14:00 horas - discussão acerca da proposta de carta de princípios em três plenárias.
- 18:00 horas - jantar.
- 20:00 horas - "debatendo nossa prática": reunião dos grupos de comum interesse.
- reunião entre mesários e comissão organizadora para discussão e avaliação do 1º dia do Encontro.
- reunião dos relatores para produção de texto e preparação da plenária geral.

SEXTA-FEIRA - 24/01/86

- 7:00 horas - café da manhã.
- 8:00 horas - reunião plenária geral para aprovação de estatutos e carta de princípios.
- 12:00 horas - intervalo para almoço.
- 14:00 horas - ato político de auto-convocação da Assembleia Popular de Direitos Humanos.
- 14:30 horas - formação das plenárias para discussão do tema "Violência, Terra, Trabalho na Constituinte".
- 18:00 horas - jantar.
- 20:00 horas - teatro popular (tema: Constituinte)
- debate.

SÁBADO - 25/01/86

- 7:00 horas - café da manhã.
- 8:00 horas - continuação de debate da tarde anterior.
- 12:00 horas - intervalo para almoço.
- 14:00 horas - reunião plenária geral para aprovação das

G A J O P

GABINETE DE ASSESSORIA JURÍDICA AS ORGANIZAÇÕES POPULARES

deliberações sobre o tema discutido.

- 17:00 horas - plenária de encerramento do Encontro.
- 18:00 horas - jantar.
- 20:00 horas - apresentação da TV VIVA.

DOMINGO - 26/01/86

- 7:00 horas - café da manhã.
- 8:00 horas - livre - passeio turístico a pé (opcional).
- 13:00 horas - almoço.
- 16:00 horas - conagraçamento entre os participantes (festa popular).

SEGUNDA-FEIRA - 27/01/86

- 9:00 horas - reunião da Comissão Nacional provisória.

TERÇA-FEIRA - 28/01/86

- 8:00 horas - reunião da Comissão Executiva do Nordeste.

X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X



IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

PROGRAMAÇÃO

DIA 22/01/86 - QUARTA-FEIRA

19:00 h : ABERTURA

- Composição da Mesa (GAJOP, bispos, evangélicos - mesários).
- Saudação aos Participantes.
- Arcebispo de Olinda e Recife.
- Apresentação dos Regionais.
- Histórico.
- Explicação sobre a Organização do IV Encontro:
 - Comissão de Apoio;
 - Programação - aprovada pelos Representantes eleitos nos Regionais;
 - Comissões Formadas:
 - .. Saúde - Dulce / Cândido (Petrópolis);
 - .. Imprensa - Roberto Franca (Olinda / Recife),
Marga (Belém),
Márcia (Petrópolis),
Pedro Wilson (Goiânia);
 - .. Moções - Jayme (Olinda / Recife),
Roberto (Rio Branco);
 - .. Secretaria do Encontro - GAJOP -
 - Passagens,
 - Correio,
 - Serviços Externos;
 - .. Contato com a Administração do Seminário -
- Lúcia / Gustavo (Recife);
 - .. Contato Seminário / Pousada -
- Roberto Franca (Olinda / Recife),
Rui Monteiro (Petrópolis).
- Avisos:
 - Murais (Secretaria do Encontro);
 - Material para Venda;
 - Funcionamento do Seminário (Gilvan);
 - Cafezinho;
 - Locais para as Mini-Plenárias;
 - Lazer;
 - Apelo... (silêncio à noite...).

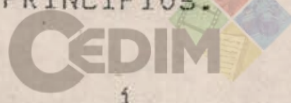
DIA 23/01/86 - QUINTA-FEIRA

7:00 h : CAFE.

8:00 h : MINI-PLENARIAS - Questões Fundamentais dos ESTATUTOS
(veja o TEXTO).

12:00 h : INTERVALO PARA ALMOÇO.

14:00 h : MINI-PLENARIAS - Questões Fundamentais dos ESTATUTOS /
/ CARTA DE PRINCÍPIOS.



(Dia 23/01, Quinta-Feira)

18:00 h : INTERVALO PARA JANTAR.

20:00 h : GRUPOS DE INTERESSE;
GRUPO DE TRABALHO -
- Comissão de Apoio;
- Relatórios;
- Mesários;
- Assessores.

22:00 h : ENCERRAMENTO.

DIA 24/01/86 - SEXTA-FEIRA

7:00 h : CAFE.

8:00 h : PLENARIA GERAL -
- Comunicações;
- Síntese dos Relatórios das Mini-Plenárias do dia anterior.

8:15 h : VOTAÇÃO.

12:00 h : INTERVALO PARA ALMOÇO.

14:00 h : CONSTITUINTE -
- Mini-Plenárias.
.. Temas:
.. TERRA / PROPRIEDADE;
.. TRABALHO;
.. VIOLENCIA.

1. Análise da realidade sobre a
luta da cont. na Reforma Agrária e provisionamento das
desentidades

2. Justiça: atos públ., cont., servi.

3. Pistas concretas

18:00 h : INTERVALO PARA JANTAR.

20:00 h : POSSE DA COMISSÃO NACIONAL;
AUTO-CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE;
EXPLICAÇÃO DA DINÂMICA DO SABADO, 25/01.

22:00 h : ENCERRAMENTO.

DIA 25/01/86 - SABADO

7:00 h : CAFE.

8:00 h : MINI-PLENARIAS - CONSTITUINTE.

12:00 h : INTERVALO PARA ALMOÇO.

14:00 h : PLENARIA GERAL -
- Comunicações;
- Conclusões das Mini-Plenárias - Constituinte;
- Elaboração do Documento Final do IV Encontro - 3
pessoas;
- Aprovação das Moções;

(Dia 25/01, Sábado - Plenária Geral)

- Próximo Encontro Inter-Regional;
- V Encontro Nacional;
- Aprovação do Documento Final do IV Encontro;
- Prestação de Contas pelo GAJOP;
- Avaliação.

18:00 h : INTERVALO PARA JANTAR.

19:00 h : PLENARIA GERAL - Continuação dos Trabalhos.

21:00 h : APRESENTAÇÃO -
- TV VIVA,
- Teatro Popular; no Seminário.

DIA 26/01/86 - DOMINGO

7:00 h : CAFE.

8:00 h : CULTO ECUMENICO - Opcional.

9:00 às 13:00 h : LIVRE.

13:00 h : ALMOÇO.

16:00 h : CONGRACAMENTO DOS PARTICIPANTES - Festa Popular.

18:00 h : JANTAR.

DIA 27/01/86 - SEGUNDA-FEIRA

9:00 h : REUNIAO DA COMISSÃO NACIONAL.

--:-- - Hora a Combinar: REUNIAO PARA AVALIAÇÃO DO IV ENCONTRO
PELOS REGIONAIS -
- Organização;
- Metodologia;
- Conteúdo;
- Objetivos;
- Sugestões;
- Outros.

---:--- - Hora a Combinar: REUNIAO PARA AVALIAÇÃO E
APRIMORAMENTO DO SIN/BOLETIM PELOS REGIONAIS.

DIA 28/01/86 - TERÇA-FEIRA

----- - TEMPO LIVRE.

22:45 h : AEROPORTO DOS GUARARAPES.

23:45 h : TRANSBRASIL, VOO 1545.



METODOLOGIA

1. MINI-PLENARIAS SOBRE A CONSTITUINTE :

TEMAS : TERRA / PROPRIEDADE
TRABALHO
VIOLENCIA

ROTEIRO DE TRABALHO :

- . ANALISE DA REALIDADE - o que se está fazendo;
- . INSTRUMENTOS;
- . PISTAS CONCRETAS.

2. MOÇÕES :

- . FORMA DE ENCAMINHAMENTO - entrega até as 12:00 h do sábado

3. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS DO REGIONAL QUE SEDIARA O V ENCONTRO - até as 12:00 h do sábado.

*ouvir o povo
- Cont. paralela
- Particip. do povo*

IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

A Comissão de Apoio do IV Encontro Nacional de Entidades de Direitos Humanos, visando facilitar o encaminhamento da discussão sobre os Estatutos, e com base nas sugestões recebidas dos Regionais, reunidos nos dias 20 e 21 de janeiro de 1986, em Olinda, destacou os seguintes pontos considerados polêmicos:

1. LEGALIZAÇÃO OU NÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS: deve-se entender por legalizar o movimento a aprovação dos Estatutos Sociais, pela Assembleia Nacional, e o registro dos mesmos em Cartório.
2. CARATER DA ENTIDADE:
 - a) seria constituída uma entidade nacional para apenas articular as demais entidades de direitos humanos;
 - b) ou seria uma entidade nacional com poder de representação e articulação.
3. ORGAOS EXECUTIVOS: consideram-se órgãos executivos: a Comissão Nacional, as Comissões Regionais e seus órgãos de apoio (secretarias):
 - a) SIN - Secretarias,
 - b) localização.
4. INTER-REGIONAL: entenda-se por inter-regional a assembleia de representantes dos regionais.
5. DISTINÇÃO ENTRE AS ENTIDADES FILIADAS E COLABORADORAS: entenda-se por entidades filiadas aquelas que tenham por principal objetivo a defesa e promoção dos direitos humanos, com aprovação das assembleias regionais; entenda-se por entidades colaboradoras todas aquelas que contribuam, de forma relevante, para o movimento;
 - a) direito a voto.

OBSERVAÇÃO: Os representantes do NI e NII esclareceram que seus Regionais não conseguiram se reunir para refletir e tirar posições a respeito dos Estatutos e da Carta de Princípios. Manifestaram-se em nome das entidades às quais pertencem.

CONSIDERAÇÕES :

Ponto 1. Quanto à questão da LEGALIZAÇÃO OU NÃO DO MOVIMENTO, surgiram duas propostas:

- os Regionais Leste II, Sul II, Sul I, Norte I, Norte II e Nordeste manifestaram-se pela legalização;
- os Regionais Leste I e Centro-Oeste manifestaram-se pela não legalização, sendo que o Centro-Oeste está dividido, enquanto regional, em duas posições: uma pela legalização e outra pela articulação.

Ponto 2. Quanto ao CARATER DA ENTIDADE, foram feitas as seguintes

propostas:

- os Regionais Leste II, Sul II e Sul I votaram pela representatividade;
- os demais Regionais se posicionaram no sentido de, em caso de legalização, optaram pela representatividade.

Ponto 3. Órgãos Executivos:

a) SIN e Secretarias

Quanto aos ORGÃOS DE APOIO A COMISSÃO NACIONAL surgiram as seguintes propostas:

- os Regionais Leste I, Leste II e Sul II propuseram que o SIN acumule funções de secretaria executiva da Comissão Nacional;
- o Regional Norte I não tem posição definida;
- o Regional Sul I se manifestou defendendo a criação de uma secretaria executiva, desvinculada do SIN;
- o Regional Norte II se manifestou defendendo que a Comissão Nacional poderia ter mais de uma secretaria, sendo que o SIN seria absorvido por uma delas;
- o Regional Nordeste se manifestou defendendo 2 posições:
 - a) o SIN deve acumular a função de secretaria executiva;
 - b) a Comissão Nacional contaria com mais de uma secretaria, o SIN seria a secretaria de intercâmbio nacional e a secretaria executiva funcionaria na cidade onde vai ser sediado o próximo Encontro Nacional.
- o Regional Centro Oeste se manifestou defendendo, também, 02 posições:
 - a) o SIN acumularia as funções de secretaria executiva;
 - b) seria criada uma secretaria executiva a qual ficariam subordinados 3 serviços:
 - b.1. o SIN
 - b.2. serviço de articulação e posicionamento
 - b.3. serviço de organização do próximo Encontro.

b) Localização da Comissão Nacional ou Coordenação Nacional:

Quanto a localização da Comissão Nacional surgiram as seguintes propostas:

- os Regionais Leste I e Leste II manifestaram-se por Petrópolis;
- o Regional Sul II se manifestou por São Paulo ou Petrópolis;
- o Norte I não manifestou posição definida;
- o Norte II se manifestou por um local no centro do país;
- o Sul I se manifestou por São Paulo;
- o Centro Oeste e Nordeste manifestaram-se defendendo 2 posições:
 - a) em Petrópolis;
 - b) no Regional que vai sediar o próximo Encontro.

c) Comissão ou Coordenação Nacional e sua composição:



Quanto à Comissão Nacional e sua composição, surgiram as seguintes propostas:

- os Regionais Sul II, Sul I e Norte II manifestaram-se por um representante por Regional;
- o Norte I e Leste II manifestaram-se por um representante por Regional mais um do SIN;
- o Nordeste e Leste I manifestaram-se por um representante por Regional, mais um do SIN ou por um representante de cada Regional mais um representante dos órgãos de apoio.

OBSERVAÇÃO

- a) os Regionais que manifestaram-se pela representatividade do SIN na Comissão Nacional, implicitamente defendem o seu direito de voto nas reuniões da Comissão Nacional;
- b) os Regionais Leste II e Norte I não manifestaram posição definida a respeito do direito de voto do SIN na Comissão Nacional.

Ponto 4. Inter-Regional:

Quanto a questão da Assembléia INTER-REGIONAL surgiram as seguintes propostas:

- os Regionais Leste I, Centro Oeste, Leste II, Sul II e Nordeste manifestaram-se pela manutenção da Assembléia inter-regional;
- o Regional Sul I manifestou-se pela sua extinção;
- o Norte I e Norte II não têm posição definida a respeito.

Ponto 5. DISTINÇÃO ENTRE AS ENTIDADES ASSOCIADAS OU FILIADAS E COLABORADAS

- Os Regionais Leste I, Norte I e Norte II não têm posição definida;
- o Sul II, Leste II, Centro Oeste e Nordeste manifestaram-se pela proposta inicial de Estatutos, apresentada pelo Nordeste (Capítulo II - "Das Entidades Associadas");
- o Regional Sul I manifestou-se de acordo com sua proposta de emendas ao Estatuto (Capítulo II - "Das Entidades Associadas").

OBSERVAÇÃO

- a) o Regional Centro Oeste e Nordeste defendem o direito de voz e voto, que seria exercido na Assembléia Nacional, para cinco organizações, de caráter nacional, que têm acompanhado a caminhada dos direitos humanos desde seu início. São elas: CIMI, CPT, MORHAN, GRUPO CONSCIENCIA NEGRA E MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS FAVELADOS;
- b) o Regional Sul I manifestou-se de acordo com sua proposta de emenda aos estatutos, ou seja, de que as entidades colaboradoras não terão direito a voto.



IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

A Comissão de Apoio do IV Encontro Nacional de Entidades de Direitos Humanos, visando facilitar o encaminhamento da discussão sobre os Estatutos, e com base nas sugestões recebidas dos Regionais, reunidos nos dias 20 e 21 de janeiro de 1986, em Olinda, destacou os seguintes pontos considerados polêmicos:

1. LEGALIZAÇÃO OU NÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS: deve-se entender por legalizar o movimento a aprovação dos Estatutos Sociais, pela Assembléia Nacional, e o registro dos mesmos em Cartório.
2. CARATER DA ENTIDADE:
 - a) seria constituída uma entidade nacional para apenas articular as demais entidades de direitos humanos;
 - b) ou seria uma entidade nacional com poder de representação e articulação.
3. ORGAOS EXECUTIVOS: consideram-se órgãos executivos: a Comissão Nacional, as Comissões Regionais e seus órgãos de apoio (secretarias):
 - a) SIN - Secretarias,
 - b) localização.
4. INTER-REGIONAL: entenda-se por inter-regional a assembléia de representantes dos regionais.
5. DISTINÇÃO ENTRE AS ENTIDADES FILIADAS E COLABORADORAS: entenda-se por entidades filiadas aquelas que tenham por principal objetivo a defesa e promoção dos direitos humanos, com aprovação das assembléias regionais; entenda-se por entidades colaboradoras todas aquelas que contribuam, de forma relevante, para o movimento;
 - a) direito a voto.

OBSERVAÇÃO: Os representantes do NI e NII esclareceram que seus Regionais não conseguiram se reunir para refletir e tirar posições a respeito dos Estatutos e da Carta de Princípios. Manifestaram-se em nome das entidades às quais pertencem.

CONSIDERAÇÕES :

Ponto 1. Quanto à questão da LEGALIZAÇÃO OU NÃO DO MOVIMENTO, surgiram duas propostas:

- os Regionais Leste II, Sul II, Sul I, Norte I, Norte II e Nordeste manifestaram-se pela legalização;
- os Regionais Leste I e Centro-Oeste manifestaram-se pela não legalização, sendo que o Centro-Oeste está dividido, enquanto regional, em duas posições: uma pela legalização e outra pela articulação.

Ponto 2. Quanto ao CARATER DA ENTIDADE, foram feitas as seguintes

propostas:

- os Regionais Leste II, Sul II e Sul I votaram pela representatividade;
- os demais Regionais se posicionaram no sentido de, em caso de legalização, optaram pela representatividade.

Ponto 3. Órgãos Executivos:

a) SIN e Secretarias

Quanto aos ÓRGÃOS DE APOIO A COMISSÃO NACIONAL surgiram as seguintes propostas:

- os Regionais Leste I, Leste II e Sul II propuseram que o SIN acumule funções de secretaria executiva da Comissão Nacional;
- o Regional Norte I não tem posição definida;
- o Regional Sul I se manifestou defendendo a criação de uma secretaria executiva, desvinculada do SIN;
- o Regional Norte II se manifestou defendendo que a Comissão Nacional poderia ter mais de uma secretaria, sendo que o SIN seria absorvido por uma delas;
- o Regional Nordeste se manifestou defendendo 2 posições:
 - a) o SIN deve acumular a função de secretaria executiva;
 - b) a Comissão Nacional contaria com mais de uma secretaria, o SIN seria a secretaria de intercâmbio nacional e a secretaria executiva funcionaria na cidade onde vai ser sediado o próximo Encontro Nacional.
- o Regional Centro Oeste se manifestou defendendo, também, 02 posições:
 - a) o SIN acumularia as funções de secretaria executiva;
 - b) seria criada uma secretaria executiva a qual ficariam subordinados 3 serviços:
 - b.1. o SIN
 - b.2. serviço de articulação e posicionamento
 - b.3. serviço de organização do próximo Encontro.

b) Localização da Comissão Nacional ou Coordenação Nacional:

Quanto a localização da Comissão Nacional surgiram as seguintes propostas:

- os Regionais Leste I e Leste II manifestaram-se por Petrópolis;
- o Regional Sul II se manifestou por São Paulo ou Petrópolis;
- o Norte I não manifestou posição definida;
- o Norte II se manifestou por um local no centro do país;
- o Sul I se manifestou por São Paulo;
- o Centro Oeste e Nordeste manifestaram-se defendendo 2 posições:
 - a) em Petrópolis;
 - b) no Regional que vai sediar o próximo Encontro.

c) Comissão ou Coordenação Nacional e sua composição:



Quanto à Comissão Nacional e sua composição, surgiram as seguintes propostas:

- os Regionais Sul II, Sul I e Norte II manifestaram-se por um representante por Regional;
- o Norte I e Leste II manifestaram-se por um representante por Regional mais um do SIN;
- o Nordeste e Leste I manifestaram-se por um representante por Regional, mais um do SIN ou por um representante de cada Regional mais um representante dos órgãos de apoio.

OBSERVAÇÃO

- a) os Regionais que manifestaram-se pela representatividade do SIN na Comissão Nacional, implicitamente defendem o seu direito de voto nas reuniões da Comissão Nacional;
- b) os Regionais Leste II e Norte I não manifestaram posição definida a respeito do direito de voto do SIN na Comissão Nacional.

Ponto 4. Inter-Regional:

Quanto a questão da Assembléia INTER-REGIONAL surgiram as seguintes propostas:

- os Regionais Leste I, Centro Oeste, Leste II, Sul II e Nordeste manifestaram-se pela manutenção da Assembléia inter-regional;
- o Regional Sul I manifestou-se pela sua extinção;
- o Norte I e Norte II não têm posição definida a respeito.

Ponto 5. DISTINÇÃO ENTRE AS ENTIDADES ASSOCIADAS OU FILIADAS E COLABORADAS

- Os Regionais Leste I, Norte I e Norte II não têm posição definida;
- o Sul II, Leste II, Centro Oeste e Nordeste manifestaram-se pela proposta inicial de Estatutos, apresentada pelo Nordeste (Capítulo II - "Das Entidades Associadas");
- o Regional Sul I manifestou-se de acordo com sua proposta de emendas ao Estatuto (Capítulo II - "Das Entidades Associadas").

OBSERVAÇÃO

- a) o Regional Centro Oeste e Nordeste defendem o direito de voz e voto, que seria exercido na Assembléia Nacional, para cinco organizações, de caráter nacional, que têm acompanhado a caminhada dos direitos humanos desde seu início. São elas: CIMI, CPT, MORHAN, GRUPO CONSCIENCIA NEGRA E MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS FAVELADOS;
- b) o Regional Sul I manifestou-se de acordo com sua proposta de emenda aos estatutos, ou seja, de que as entidades colaboradoras não terão direito a voto.



1988



A DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA :

QUESTÃO FINANCEIRA OU POLÍTICA ?

M. Luiza Falcão Silva
Vânia Lamônaco Bastos,
Professoras de Economia da
UnB e Assessoras do INESC



BRASÍLIA, NOVEMBRO DE 1988

A DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA: QUESTÃO FINANCEIRA OU POLÍTICA?

INTRODUÇÃO

Entre os graves problemas que a economia brasileira enfrenta atualmente - inflação fora de controle, conflitos distributivos, desequilíbrios nas contas do setor público - o endividamento externo tem sido apontado como o mais sério obstáculo ao crescimento econômico do País.

Na verdade, a posição de devedor junto a credores internacionais não é novidade para os brasileiros: é quase tão antiga quanto a independência política, pois nasceu um ano após essa, quando foi tomado o primeiro empréstimo em libras esterlinas, para o financiamento de déficits orçamentários. Desde então, temos sido tomadores sistemáticos de empréstimos externos e enfrentado crises relacionadas ao endividamento.

Nenhuma dessas crises, contudo, assumiu a gravidade da atual, em que o total da dívida externa atinge um montante de cerca de US \$120 bilhões. Já há alguns anos que sustentamos a posição de maiores devedores do Terceiro Mundo.

Nosso objetivo, neste texto, é examinar a situação de estrangulamento externo que vive o Brasil, bem como as possíveis soluções que vêm sendo discutidas e implementadas. Para tanto, consideramos essencial uma análise retrospectiva, que nos permita situar historicamente a questão e, a partir daí, discutir a realidade atual, suas causas e possibilidades de superação. Começaremos, pois, com um breve relato da história das relações do Brasil com a economia mundial.



ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Já se tornou tradicional a identificação de três fases distintas de inserção das economias latino-americanas no contexto do desenvolvimento capitalista mundial.¹

A fase inicial se estende da colonização, a partir do século XVI, até a terceira década do século XX, quando esses países cumpriram o papel de economias primário-exportadoras.

Essa fase corresponde ao período de consolidação do capitalismo mundial, em que as exportações de matérias-primas e produtos alimentícios provenientes das colônias favoreceram a acumulação de capital nas metrópoles. Simultaneamente, as colônias serviram de escoadouros para os artigos manufaturados, inicialmente ingleses e, posteriormente, da Alemanha, França e Estados Unidos.

As relações de troca que se estabeleceram entre os dois grupos de países - de um lado as economias primário-exportadoras e, de outro, os países industrializados - e a evolução dos preços dos produtos comercializados entre os dois grupos permitiram a transferência de excedente gerado nas economias primário-exportadoras para economias industrializadas.²

1 Ver Tavares, M.C. (1973).

2 A evolução dos termos de intercâmbio e seus efeitos negativos para as economias primário-exportadoras têm sido objeto de estudo de vários autores. Veja-se, por exemplo, Prebisch, R. (1949) e Amin, S. (1973).

O segundo período se inicia com a grande depressão que atingiu o capitalismo mundial nos anos 30. A consequente contração do mercado mundial de produtos primários afetou, ainda que temporariamente, as economias primário-exportadoras, prejudicando sua capacidade de importação de produtos industrializados. Estimulou-se, então, nesses países, o processo de substituição de importações, favorecendo-se o surgimento de indústrias, principalmente de bens de consumo antes importados.

O Brasil teve, nessa época, o primeiro surto de industrialização, favorecido por uma série de medidas de caráter protecionista, tais como tarifas e políticas cambiais. A participação do capital externo nesse processo verificou-se principalmente através de empréstimos, destinados a viabilizar a criação da infraestrutura necessária, e da instalação de algumas empresas estrangeiras, basicamente no setor de serviços, como transportes, geração de energia elétrica, etc.. Paulatinamente, ocorreu uma mudança na pauta de importações, onde os bens de capital e as matérias-primas industrializadas passaram a ocupar um espaço progressivamente maior. As exportações de produtos primários, por sua vez, deviam viabilizar essas importações, permitindo a continuidade do processo.

Dessa forma, a dependência em relação às importações de bens de consumo foi sendo substituída pela dependência às importações de bens para produzir os bens de consumo.

Após a Segunda Guerra Mundial teve início a terceira fase, num contexto relativamente favorável do comércio exterior. No Brasil, esse período traduziu-se na expansão do processo de industrialização, agora liderado pelos bens duráveis de consumo, e com a participação de empresas multinacionais, associadas ou não a empresários nacionais, particularmente após a segunda metade da década de cinquenta.

A participação do capital estrangeiro e o fortalecimento do parque manufatureiro brasileiro tiveram diversas consequências: utilização de tecnologias mais modernas, generalização de padrões de consumo mais sofisticados e mudança no padrão de inserção na economia mundial, através das relações entre as filiais e as matrizes e\ou o mercado financeiro internacional. A partir daí tem início um novo processo de transferência de excedente, através das remessas de lucros, pagamentos por tecnologia e royalties.

O surto de crescimento experimentado pela economia brasileira começou a apresentar sinais de esgotamento logo nos primeiros anos da década de sessenta, tornando evidente a necessidade de mudanças no modelo de desenvolvimento. O ritmo de crescimento do Produto Interno Bruto, que registrava taxas entre 6,6% e 10,6% no período 1957-1962, caiu bruscamente, apresentando, em 1963, um crescimento de apenas 1,1%. Assistiu-se, ao mesmo tempo, ao aceleração da taxa de inflação, que atinge 91,9% em 1964, nível recorde, até então.

O setor externo também apresentava problemas. Os déficits em transações correntes se sucediam. Em 1960, o Brasil viu-se sem condições de pagar o serviço da dívida, que era de US\$ 2.534 milhões. Entre 1961 e primeiros meses de 1964, as negociações com os credores externos e as tentativas de solucionar as dificuldades do balanço de pagamentos foram perturbadas pela renúncia do Presidente Jânio Quadros e pelo clima desfavorável ao capital estrangeiro criado pelo governo de seu sucessor, João Goulart.

Com o golpe militar, em 1964, foram feitas várias mudanças na política econômica. O novo governo se mostrou, desde o início, francamente favorável ao capital estrangeiro. Uma das primeiras medidas foi a modificação na legislação sobre a remessa de lucros, que se tornou mais flexível. As negociações para o reescalonamento dos débitos brasileiros foram retomadas e foi possível obter um acordo com os credores internacionais e o apoio do Fundo Monetário Internacional, apoio esse que se concretizou em novos empréstimos.

Paralelamente, o Governo adotou uma política econômica rigorosa, contendo os salários e os investimentos públicos. Foram também adotadas várias medidas para promover a abertura ao exterior: estímulos creditícios e fiscais às exportações, sistema de minidesvalorizações cambiais em intervalos pequenos, incentivos ao investimento estrangeiro direto, estabelecimento de bancos brasileiros no exterior e estímulos à tomada de empréstimos externos.

As consequências foram várias. A inflação foi contida, passando a apresentar taxas declinantes já a partir de 1965. Os assalariados tiveram uma perda de renda real significativa no período, agravando-se as desigualdades na distribuição da renda. O caráter recessivo das medidas de austeridade manifestou-se nas taxas de crescimento do PIB, que se mantiveram baixas até 1967.



A economia começou a recuperar-se a partir de 1968, iniciando-se o período conhecido como "Milagre Econômico Brasileiro", (1968-1973), em que as taxas anuais de crescimento foram extraordinariamente altas.³

Esse período assinala também uma nova fase no padrão de endividamento do Brasil. A dívida externa começou efetivamente a crescer, graças à conjugação de dois fatores: a) a disponibilidade de recursos no mercado internacional, que apresentava liquidez elevada;⁴ b) a política adotada internamente, que defendia a necessidade de captar poupança externa para viabilizar o crescimento.

³ Nesse período, as taxas de crescimento do produto real foram excepcionalmente altas: cerca de 10% ao ano. A inflação foi contida na faixa dos 20% e o balanço de pagamentos apresentou superávits em todos os anos do período. Um conjunto de fatores são apontados como responsáveis por esse desempenho: a) a política econômica adotada no período, voltada para o crescimento; b) a recuperação cíclica da atividade econômica, baseada na utilização da capacidade resultante do ciclo expansivo do período 1956-1961 e na retomada do investimento a partir de 1969; c) o desempenho favorável da economia, do comércio e das finanças mundiais no período. Ver Malan, P. (1983).

⁴ Para compreender a origem da liquidez do sistema financeiro internacional no período em análise, ver Nery, S. e Furtado, A. (1986). Cabe, porém, ressaltar que os déficits do balanço de pagamentos dos Estados Unidos e o volume de excedentes financeiros gerados pelos sucessivos aumentos dos preços do petróleo canalizados para o sistema financeiro internacional (petrodólares) contribuíram, de forma decisiva, para gerar o excesso de divisas no mercado financeiro mundial. Os países do Terceiro Mundo, carentes de recursos, passaram a constituir a alternativa por excelência para aplicação dos recursos em abundância nos bancos comerciais internacionais.

Observa-se, pela TABELA I, a seguir, que a dívida aumenta significativamente já a partir de 1969. Verifica-se, ainda, que as reservas internacionais também apresentam um crescimento acentuado no período, indicando que o País captou empréstimos e financiamentos em montantes superiores aos que efetivamente necessitava, gerando sucessivos superávits no balanço de pagamentos. Em outras palavras, os empréstimos contraídos foram além do que precisávamos para financiar as importações de bens e serviços e pagar o serviço da dívida. Vale ressaltar que, já nesse período, grande parte das entradas líquidas estava sendo destinada ao pagamento dos juros da dívida (23,%), proporção essa que passa a crescer acentuadamente nos anos seguintes.

TABELA I

BRASIL- INDICADORES DO ENDIVIDAMENTO EXTERNO - 1965 - 1973

Anos	US\$ MILHÕES			
	Dívida Externa Bruta (Registrada) (A)	Reservas Internacionais (B)	Dívida Externa Líquida (C=A-B)	Serviço da Dívida Exportações (%)
1965	3 644	483	3 161	28.8
1966	3 666	421	3 245	29.0
1967	3 281	198	3 083	38.0
1968	3 780	257	3 523	33.4
1969	4 403	656	3 747	29.2
1970	5 295	1 187	4 108	33.1
1971	6 622	1 723	4 899	39.7
1972	9 521	4 183	5 338	39.1
1973	12 572	6 416	6 156	35.3

Fonte: IBRE/FGV, Conjuntura Econômica, vol.41, maio/87
e Banco Central do Brasil, Séries Históricas
do Setor Externo- 1971-1985, vol.24, nº1, jan/88.

O período 1974-1980 foi marcado por condições extremamente adversas para a economia brasileira, como para as demais economias do Terceiro Mundo não exportadoras de petróleo. A brusca elevação dos preços internacionais do petróleo comprometeu perigosamente nossa balança comercial. Por outro lado, os nossos principais parceiros comerciais ajustaram-se à nova situação adotando políticas de caráter recessivo e medidas protecionistas, o que reduziu a demanda pelas nossas exportações. Ocorreu, ainda, uma elevação nos preços dos produtos manufaturados que compõem a nossa pauta de importações, também como parte da estratégia adotada pelos países avançados, de transferir para o resto do mundo os custos adicionais decorrentes da alta dos combustíveis.

Ao contrário do resto do mundo, o Brasil lançou-se num programa de expansão durante o período em questão. Ainda sob o efeito do "milagre" do período anterior, predominava entre os executores da política econômica a crença de que a crise do petróleo seria passageira. Assim, mesmo no contexto da recessão mundial, o País não assumiu a estratégia de ajustamento recessivo. Optou pela expansão, com vários programas grandiosos e projetos de longa maturação, que exigiam vultosos recursos, captados principalmente no sistema financeiro internacional. As medidas de restrição às importações foram tímidas e recaíram basicamente sobre aquelas consideradas não essenciais, como os bens de consumo não alimentares.

Como resultado, os déficits em transações correntes atingiram níveis extraordinariamente elevados. As autoridades governamentais pareceu que a maneira mais fácil de resolver o problema era a tomada de novos empréstimos e financiamentos. Assim, um volume significativo de empréstimos somou-se à dívida acumulada nos períodos anteriores, que já sobrecarregava substancialmente nossas exportações.

É a partir desse período, meados da década de 70, que a dívida externa passou a se concentrar principalmente nas mãos do Governo. A participação do setor público no levantamento de recursos em moeda estrangeira para financiar os déficits em transações correntes e a transferência para o Banco Central do Brasil de parte significativa da dívida externa anteriormente sob a responsabilidade do setor privado, irão constituir o chamado fenômeno da "estatização da dívida" - uma das causas fundamentais da crise financeira sem precedentes com a qual o Governo se defrontará nos anos 80.5

5 Para uma visão detalhada do fenômeno da estatização da dívida, ver Cavalcanti (1988). Para uma idéia da dimensão do fenômeno, consultar a Tabela IV, neste texto.

Por volta de 1976, os empréstimos foram se tornando cada vez mais difíceis. A recessão mundial e as ligações entre os banqueiros internacionais e o capital industrial levaram à adoção, pelos bancos, de cláusulas especiais para a concessão de empréstimos, mediante as quais o País obrigava-se a importar mercadorias provenientes das economias dominantes cada vez que captava recursos. A aceitação dessa modalidade de empréstimo foi absurda, pois os ingressos na conta de capital eram parcialmente anulados com a importação de mercadorias nas quais não tínhamos interesse nem necessidade. Ao mesmo tempo, o montante da dívida crescia além do que seria necessário.

Continuava, assim, a política de captação de recursos externos além das necessidades, respaldada num quadro econômico mundial que favorecia os devedores e que se estendeu até o final dos anos 70. Créditos eram obtidos com facilidade a taxas de juros baixas.

Em consequência da política adotada, o País comprometia cada vez mais suas receitas de exportação com o pagamento do serviço da dívida, sem se dar conta de que essa política criava as condições para o futuro estrangulamento.



No período 1977-1978, as economias avançadas passaram a apresentar sinais de recuperação, com conseqüente melhoria no volume de comércio mundial e na liquidez internacional. Essas circunstâncias se fizeram sentir no desempenho exportador do Brasil: fechamos o ano de 1977 com superávit comercial. Aproveitando-se da situação favorável, o governo criou novos incentivos à captação de recursos externos através das empresas estatais. Como resultado, a dívida externa brasileira chegou, em 1978, à cifra de US\$ 43,5 bilhões. As reservas internacionais, por seu turno, chegaram a US\$ 11,9 bilhões, quase o dobro do montante acumulado no período anterior (vide TABELA II). Tinha-se, assim, um comprometimento cada vez maior das receitas de exportação do País com o pagamento do serviço da dívida (juros e amortizações), decorrentes dos volumosos recursos contraídos sob a forma de empréstimos.

A partir de 1977, o serviço da dívida passou a absorver, para o seu pagamento, mais de 50 % das receitas de exportações (vide TABELA II).

BRASIL - INDICADORES DO ENDIVIDAMENTO EXTERNO - 1974-1987

Anos	US\$ MILHÕES			
	Dívida Externa Bruta (Registrada) (A)	Reservas Internacionais (B)	Dívida Externa Líquida (C=A-B)	Serviço da Dívida Exportações (%)
1974	17 166	5 269	11 897	32.3
1975	21 171	4 041	17 130	42.3
1976	25 985	6 544	19 441	47.4
1977	32 037	7 256	24 781	50.9
1978	43 511	11 895	31 616	63.4
1979	49 904	9 689	40 215	69.3
1980	53 848	6 913	46 935	56.2
1981	61 411	7 507	53 904	66.1
1982	70 198	3 994	66 204	90.7
1983	81 319	4 563	76 756	85.3
1984	91 091	11 995	79 096	67.6
1985	95 857	11 608	84 249	77.3
1986	101 759	6 760	94 999	99.4
1987*	107 509	7 458	100 051	97.3

Fonte: IBRE/FGV, Conjuntura Econômica, vol. 41, nº 1, Maio/87 e Banco Central do Brasil, Séries Históricas do Setor Externo - 1971-1985, vol. 24, nº 1, jan/88.

Nota: * Dados Preliminares.

Em 1979, as contas externas brasileiras sofreram um duplo golpe: elevaram-se novamente os preços do petróleo e as taxas de juros, que até 1978 situavam-se em torno de 7%, alteraram-se substancialmente no mercado internacional, atingindo, em 1979, mais de 11 % e, em 1980, cerca de 21 %. Além disso, entre 1979-1980, a economia mundial apresentou queda acentuada. Os efeitos foram profundos para a conta de transações correntes, com elevação do serviço da dívida, elevação do valor das importações e queda dos preços dos nossos produtos de exportação.

Com um resultado deficitário do balanço de pagamentos, da ordem de US\$ 3,21 bilhões, em 1979, e de US\$ 3,47 bilhões, em 1980, estava configurada a situação de estrangulamento externo, que passa a marcar profundamente a vida do País nos anos seguintes.

A Crise dos Anos 80

A situação desfavorável em que haviam mergulhado os países do Terceiro Mundo não produtores de petróleo - com mais uma elevação dos preços desse produto, em 1979, e o aumento das taxas de juros - agravou-se no início dos anos 80, com a queda nos preços de seus produtos básicos de exportação e com a interrupção quase completa de aportes internacionais de capital, principalmente daqueles provenientes de instituições comerciais.

Países como o Brasil, que haviam acumulado elevados montantes de débitos, contraídos a taxas de juros variáveis, foram particularmente afetados por esse contexto externo adverso. Era-lhes impossível gerar superávits comerciais suficientes para compensar a elevação do serviço da dívida, e os financiamentos novos, levantados junto às instituições estrangeiras de crédito, ficavam aquém dos recursos necessários.

O desequilíbrio na conta de transações correntes do balanço de pagamentos brasileiro tornou-se dramático no período 81-82. O último trimestre de 82 foi especialmente caótico. O pedido de moratória do México e a situação generalizada de elevado endividamento externo dos países do Terceiro Mundo provocaram a cessação quase total dos fluxos de recursos provenientes dos bancos privados internacionais. Com a perda da capacidade de obtenção de créditos junto ao sistema financeiro internacional, a dívida externa passou a ser encarada como um sério entrave ao crescimento econômico do País.

Seguindo-se as sugestões do FMI, impôs-se à economia brasileira, em 1983, uma redução drástica na absorção doméstica, cortando-se investimentos e adotando-se medidas de contenção do consumo agregado, para gerar os superávits comerciais necessários para responder à crise da dívida. Desvalorizou-se a taxa de câmbio real em 30 %, os impostos indiretos foram aumentados, reduziram-se os subsídios.⁶

6. O diagnóstico do FMI sobre o estrangulamento externo brasileiro e as políticas de ajustamento propostas para solucionar a crise serão tratados mais adiante, neste trabalho.

O aumento das taxas de juros no mercado interno, consequência da integração financeira com o exterior, onde as taxas de juros haviam se elevado substancialmente, e a desvalorização da moeda doméstica foram os fatores que lideraram a aceleração da inflação brasileira para o patamar de 210 % ao ano, no período 1983-1984. Para combatê-la, os salários reais foram a principal variável de ajuste - mesmo porque, para gerar excedentes exportáveis e saldar os compromissos decorrentes da dívida externa, fazia-se necessário produzir a custos menores, tornando os produtos mais competitivos no mercado internacional.

Iniciou-se, então, um processo de transferência de recursos reais para o exterior, com resultados perversos para o processo de crescimento econômico do País. A transferência de recursos reais para o exterior ocorre quando o montante referente aos juros pagos aos credores internacionais supera o volume de "dinheiro novo" que ingressa no País. Nessa situação, essa transferência se dará através de superávits das balanças comercial e de serviços de não-fatores, ou seja, pelo incremento das exportações e redução das importações de mercadorias e serviços.

Conforme se pode observar através da TABELA III, abaixo, a partir de 1983, as transferências de recursos reais para o exterior passaram a situar-se em torno de 5 % do Produto Interno Bruto.

Outro aspecto que não pode ser ignorado é a dimensão que o processo de "estatização" da dívida externa assumiu no País, na década de 80. Os dados resumidos na TABELA IV, abaixo, sugerem que cerca de 80% da dívida externa registrada do Brasil é de responsabilidade pública.

O Governo, sendo o principal devedor em moeda estrangeira e pautando sua estratégia de combate à inflação interna numa política monetária restritiva, passou a recorrer à poupança do setor privado para viabilizar a transferência de recursos reais para o exterior. Os dólares provenientes dos superávits comerciais eram esterilizados através da colocação de títulos públicos no mercado interno, títulos esses facilmente aceitos, tendo em vista as condições excepcionais de remuneração que eram oferecidas. Ocorreu, assim, um processo assustador de transferência de recursos do setor privado para o setor público, e do último para o exterior. Verificou-se, então, uma expansão acentuada do endividamento interno do Governo, cuja causa foi, predominantemente, a substituição de dívida externa por dívida interna.⁷

7. O complexo processo de substituição de dívida externa por dívida interna tem sido estudado por vários analistas. Ver, por exemplo, Cavalcanti (1988). Estima-se que, em 1983, a substituição da dívida externa por dívida interna explica no mínimo 52,1% do incremento líquido do endividamento interno do Governo Federal; em 1985, este percentual situa-se em torno de 75%.

TABELA IV

BRASIL-DÍVIDA EXTERNA BRUTA REGISTRADA- PÚBLICA E PRIVADA
1975 - 1985

ANO (Dez)	DÍVIDA EXTERNA REGISTRADA				
	TOTAL US\$milhões	PÚBLICA US\$milhões % do total		PRIVADA US\$milhões % do total	
1975	21 171.4	11 416.3	54.14	9 710.1	45.86
1976	25 985.4	14 852.1	57.16	11 133.3	42.84
1977	32 037.2	19 308.7	60.27	12 728.5	39.73
1978	43 510.7	27 556.4	63.33	15 954.3	36.67
1979	49 904.1	34 035.4	68.20	15 868.7	31.80
1980	53 847.5	37 270.5	69.21	16 577.0	30.79
1981	61 410.8	41 788.5	68.05	19 622.3	31.95
1982	70 197.5	47 402.5	67.53	22 795.0	32.47
1983	81 319.2	60 291.8	74.14	21 027.4	25.86
1984	91 091.0	71 755.9	78.77	19 335.1	21.23
1985	95 856.6	78 680.0	82.08	17 176.6	17.92

Fonte: Banco Central do Brasil, Boletim Especial, Séries Históricas do Setor Externo-1971-1985, vol.24, nº 1, jan de 1988.

TABELA V

BRASIL: EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO
BRUTO

1970 - 1987

ANO	ÍNDICE PIB REAL 1980=100	PIB PER CAPITA
		TAXA REAL DE VARIAÇÃO (%)
1970	43.5	-
1971	48.5	8.6
1972	54.3	9.4
1973	61.9	11.3
1974	67.5	6.5
1975	71.0	2.8
1976	78.0	7.2
1977	81.5	2.2
1978	85.5	2.4
1979	91.6	4.8
1980	100.0	6.7
1981	96.9	-5.3
1982	97.9	-1.2
1983	95.1	-5.0
1984	100.5	3.4
1985	109.0	6.1
1986	117.7	5.8
1987*	121.2	0.8

Fonte: Banco Central, "Brasil Programa Econômico", Vol. 17, Junho/88.

Nota: *Dados Preliminares.

TABELA III

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS REAIS

1980 - 1986

ITEM	1980	1981	1982	1983	1984	1985 ¹	1986 ²
1) Exportações de bens	20 132	23 293	20 175	21 899	27 005	25 639	25 200
2) Exportações de serviços de não-fatores	1 185	1 582	1 257	1 298	1 524	1 707	1 560
3) Exportações - total (1 + 2)	21 317	24 875	21 432	23 197	28 529	27 346	26 760
4) Importações de bens	22 955	22 091	19 395	15 429	13 916	13 168	12 900
5) Importações de serviços de não-fatores	3 651	3 785	3 905	2 866	2 771	2 783	2 760
6) Importações - total (4 + 5)	26 606	25 876	23 300	18 295	16 687	15 951	15 660
7) Transferência de recursos reais	-5 289	-1 001	-1 868	4 902	11 842	11 395	11 100
8) Transferência sobre exportações (3 - 6)	-24.8	-4.0	-8.7	21.1	41.5	41.7	41.5
9) Produto Interno Bruto ³ (PIB)	250 239	275 949	283 144	208 306	211 060	220 197	259 400
10) Transferência sobre PIB (7 ÷ 9) (em %)	-2.1	-0.4	-0.6	2.3	5.6	5.2	4.3

NOTA: FONTE: de P.N. BATISTA JR., "Formação de Capital e Transferência de Recursos ao Exterior",
 Revista de Economia Política, Vol. 7, nº 1, Jan-Mar/87.

NOTAS: 1. Dados preliminares

2. Projetado com base em dados divulgados pelo Banco Central.

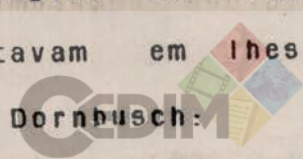
3. Valores em cruzeiros convertidos à taxa média anual de compra do Banco Central do Brasil.

A rolagem da dívida interna do setor público passou a ser financiada também por poupança financeira nacional, inibindo os investimentos privados e aguçando o processo recessivo que afligiu o País nos primeiros anos da década que se iniciava (ver TABELA V).

Tinha-se, assim, uma situação de estrangulamento externo, em função da necessidade de elevadas transferências de renda para o exterior, e de estrangulamento interno, com as contas do setor público apresentando crescentes déficits e aumentos desenfreados no ritmo de crescimento dos preços.

Desprovido de alternativas no curto prazo e sem alternativas para resolver a crise de carência de liquidez no mercado mundial de crédito, o Governo brasileiro foi dilapidando suas reservas cambiais, para não declarar inadimplência antes das eleições do final de 1982 (vide TABELA II). Conforme mencionado anteriormente, foi em princípios de 83 que o Governo passou a atuar sob o monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI), instituição essa que retorna então ao cenário mundial com grande destaque.

A crise financeira internacional dos anos 80 levou os credores a se organizarem em torno do FMI, que assumiu o papel de "avalista" dos países cujo endividamento atingira um volume de tal magnitude que os banqueiros relutavam em lhes renovar empréstimos. Conforme destaca Dornbusch:



"O fenômeno de racionamento do crédito não deve surpreender: em face da incapacidade de um país de cumprir o serviço da dívida, cada credor individual reluta em adiantar dinheiro que apenas serviria para o pagamento dos débitos a outros bancos. Assim, sem um cartel não há empréstimos. Mas se não há empréstimos, então é claro, o serviço da dívida é impossível e assim os devedores ficarão inadimplentes. O problema em 1982 era, assim, o de desenvolver um sistema que organizasse os credores. Estes deveriam fornecer a parte do serviço da dívida que não podia ser coberta pela melhora dos balanços externos dos países devedores. Ao mesmo tempo, o cartel serviria, muito à semelhança da ocupação das alfândegas nos velhos tempos, para extrair o máximo do serviço da dívida através de um penhor das políticas macroeconômicas dos devedores. O FMI, que fora ignorado na década de 1970, com satisfação (e habilidade) assumiu a tarefa de orquestrar a cobrança da dívida, a disciplina fiscal e os empréstimos obrigatórios."B

Submeter-se ao monitoramento do FMI significa, historicamente, comprometer-se com a adoção de medidas econômicas cujo objetivo é criar as condições necessárias para o cumprimento dos compromissos com os banqueiros internacionais.



Essas medidas repousam numa concepção monetarista dos desajustes externo (balanço de pagamentos) e interno (inflação). Segundo essa concepção, tais desajustes ocorrem em países que "gastam além dos seus meios". Assim, o diagnóstico acusa o excesso de demanda como responsável pelos problemas. Em outras palavras, a demanda interna estaria superior aos recursos disponíveis.

Os analistas do FMI atribuem essa situação a uma enorme indisciplina fiscal e monetária do governo, que permite que os excessos de gastos sejam financiados indefinidamente nos mercados interno e externo. Com esse diagnóstico, o recetivário que o FMI propõe para o ajustamento das economias sob seu monitoramento passa por um corte profundo na demanda interna dos países, corte esse viabilizado através da redução dos gastos públicos, da queda dos salários reais e da diminuição do crédito à disposição da população em geral.

Políticas recessivas, como as sugeridas acima, atuam sobre o estrangulamento externo na medida em que a recessão leva à redução das importações, contribuindo para corrigir o déficit do balanço de pagamentos. Do ponto de vista interno, a recessão, com a queda dos salários e dos gastos e investimentos governamentais, implica em contração da demanda interna e, conseqüentemente, queda da inflação. O consumo menor no mercado doméstico, por outro lado, gera excedentes exportáveis, contribuindo para o equilíbrio das contas externas. Chega-se, assim, ao resultado desejado, ou seja, fazer face às obrigações contraídas junto aos credores externos, mas com um custo social elevado para o país devedor.

O aval do FMI condicionou-se, então, à implementação de programas de estabilização. Os compromissos assumidos pelo Governo brasileiro junto ao FMI consubstanciaram-se num conjunto de "cartas de intenções" jamais cumpridas na íntegra, uma vez que as metas acordadas eram inviáveis, tanto em razão das condições internas como em função do diagnóstico equivocado.

Examinemos melhor o equívoco do diagnóstico. A explicação do FMI baseava-se em dois pressupostos básicos. Primeiro, que a redução das importações não se verificava porque a plena utilização da capacidade produtiva interna impedia a produção para substituí-las. O segundo pressuposto referia-se à produção para o mercado externo: as exportações poderiam aumentar caso os recursos empregados na produção para o mercado interno fossem deslocados para a produção de mercadorias exportáveis.

Essas hipóteses, mesmo se verdadeiras para as economias capitalistas avançadas, em geral deixam de o ser para economias periféricas, por inúmeras razões. No caso do Brasil, por exemplo, o parque industrial é semi-integrado, dependendo da importação de diversos bens de capital e insumos básicos. Em segundo lugar, nossas exportações de produtos primários enfrentam demandas inelásticas e as exportações de manufaturados encontram barreiras para sua expansão, em função dos mercados protegidos. Em terceiro lugar, porque, ao invés de funcionarmos a plena capacidade, como supunham os técnicos do FMI, dispúnhamos de capacidade ociosa, de elevado contingente de trabalhadores desempregados ou subempregados e de recursos naturais que nos permitiriam crescer - obviamente que dentro de um modelo de acumulação diferente daquele implantado com o "milagre brasileiro".⁹

9. Para a crítica do diagnóstico do FMI, no caso específico do Brasil, ver Pereira, L.C.B. e Nakano, Y. (1984).

Assim, o recelutário indicado não produziu o efeito desejado, isto é, a liberação de recursos para as atividades de exportação, via redução da demanda interna e consequente queda das importações, não foi suficiente para manter o nível da atividade econômica (vide TABELA IV). O resultado, como vimos anteriormente, foi uma recessão sem precedentes em todo o século, com um custo social elevado: o empobrecimento da população, sobretudo dos assalariados, atingidos pelo arrocho salarial e pela aceleração inflacionária.

A redução da massa salarial, derivada da queda dos salários e do desemprego, afetou substancialmente a demanda interna e a receita fiscal do Governo, com impactos perversos para alguns setores. Os recursos para financiamento habitacional, arrecadados pelo Governo através de percentual sobre a massa de salários, foram restringidos, com efeitos negativos sobre o setor de construção civil.¹⁰ A preferência por aplicações financeiras aumentou substancialmente - característica de períodos que apresentam altos níveis de inflação e recessão. Em consequência da retração na demanda, os investimentos no setor produtivo foram desestimulados.

10. Convém destacar que o setor de construção civil emprega contingentes elevados de trabalhadores que são, em geral, pouco qualificados e por isso desfrutam de menor proteção em situações de crise econômica. Além disso, é um setor que independe de recursos importados para seu funcionamento e por isso não pressiona o balanço de pagamentos.

Por outro lado, os investimentos públicos também se ressentiram, uma vez que a ênfase da política econômica do Governo recaía sobre o pagamento da dívida externa, a redução do déficit público e o controle da base monetária - modelo ortodoxo de ajustamento, baseado no enfoque monetário do balanço de pagamentos, já discutido acima.

Era esse o quadro que prevalecia no Brasil, em agosto de 1985, quando, finalmente saímos da tutela do FMI. Isso ocorreu já na vigência da "Nova República", quando o poder transferiu-se dos governos militares, sob cujo domínio nos encontrávamos desde 1964, para um presidente civil. Passou a prevalecer, então, uma nova visão segundo a qual a prioridade deveria ser a solução dos problemas internos - e não dos externos, como propunha o FMI.

Nesse sentido, dever-se-ia privilegiar o controle da inflação, que corroía os salários e desorganizava a economia. O combate à inflação, contudo, não deveria comprometer o crescimento, responsável não apenas pelo aumento do nível de emprego mas também pela possibilidade de pagamento futuro da dívida.



Foi com essa concepção que os novos condutores da política econômica chegaram ao poder e, na segunda metade de 1985, implementaram uma política de expansão monetária, seguida de um choque, em fevereiro de 1986, que representou um rompimento com a ortodoxia do FMI e tornou-se conhecido como "Plano Cruzado".¹¹ Esse Plano consistia em um conjunto de medidas que incluía uma reforma monetária, substituindo-se a antiga moeda, o cruzeiro, pelo cruzado; um congelamento de preços; um ajustamento de salários aos seus valores reais médios prevalecentes nos seis meses anteriores; e uma tentativa de desindexar a economia.

11. Para uma análise detalhada do Plano Cruzado, elaborado pela equipe de assessores do então Ministro da Fazenda Dilson Funaro, ver Arida, P. (1986), Lopes, F. (1986) e REP vol.5, nº2 (abril/junho de 1985).

Não cabe proceder, aqui, a uma análise profunda dos sucessos e insucessos do Plano Cruzado. É fundamental, contudo, para o entendimento do processo de negociação da dívida externa, em sua etapa atual, fazer alguns comentários e apontar certos aspectos dos impactos econômicos do referido Plano. Em primeiro lugar, convém ressaltar que o caráter heterodoxo do mesmo estava relacionado ao uso de controles de preços - prática inteiramente antagônica aos programas de estabilização recomendados pelo FMI. Além do controle de salários e de preços, e uma promessa utópica de inflação zero, o que significava uma enorme inflexibilidade para o funcionamento adequado do mercado, o novo programa controlava também as taxas de câmbio e de juros.

Análises posteriores apontam para um crescimento de mais de 20 % no consumo nos cinco primeiros meses de vigência do Plano, em comparação ao mesmo período do ano anterior, sugerindo que parte desse crescimento representou o consumo reprimido durante os anos de recessão, quando a população aumentou em cerca de três milhões de habitantes a cada ano.¹² Sugerem, também, que as expectativas inflacionárias, mesmo na presença de um congelamento de preços, não desapareceram por completo, fazendo com que as pessoas antecipssem seus gastos. Isso se tornou possível através do deslocamento de recursos, depositados em contas de poupança, para a compra de bens de consumo, especialmente duráveis, para auferir os benefícios de uma situação que era considerada passageira. O tabelamento dos juros e o sentimento de perdas advindas da "ilusão monetária" decorrente da suspensão do pagamento de correção monetária (fazendo cair o rendimento nominal dos ativos financeiros indexados), contribuíram para reforçar esse efeito.

12. Ver Cardoso, E. (1986).



Diversos analistas ressaltam também que a manutenção de uma taxa de juros baixa, consequência do objetivo de inflação zero, enquanto os aumentos de preços se escondiam sob os ágio ilegais atrelados aos preços das mercadorias e não eram computados nos índices oficiais de preços, aqueceram fortemente a economia. Os agentes econômicos reorganizaram suas carteiras de investimentos. Os ativos reais - bens duráveis de consumo, imóveis, etc. - tornaram-se preferidos aos ativos financeiros, ativando o setor produtivo. Ao crescer a produção, cresceu o nível de emprego, expandiu-se a massa salarial e, obviamente, o consumo.¹³

Em síntese, o efeito combinado do crescimento do emprego e da massa salarial - privilegiando em termos de ganhos reais os trabalhadores autônomos e os sem carteira, pela impossibilidade de tabelar e fiscalizar seus ganhos - fez com que o aumento de rendas no mercado interno superasse o próprio crescimento industrial. Por outro lado, as mudanças na estrutura de oferta, necessárias para atender ao aumento da demanda proveniente dos fatores assinalados, não foram realizadas. Na verdade, as medidas necessárias para estimular essas mudanças - reforma agrária, por exemplo - não apresentam resultados imediatos mas isso reforça ainda mais a necessidade e urgência de sua implementação.

13. Para uma visão mais completa sobre o crescimento do emprego e da massa salarial nesse período, ver Ministério do Trabalho/Instituto Industrial (abril, 1987).

O retorno de elevadas taxas de inflação, após o descongelamento, e a crise cambial do final de 1986 comprometeram a permanência dos responsáveis pelo novo programa econômico no poder. Analistas atribuem a crise cambial ao aumento no volume de importações de bens de capital e à redução no nível das exportações - não apenas pelo aquecimento da demanda interna mas, principalmente, em consequência das condições adversas do mercado internacional para colocação de produtos básicos como soja e café.¹⁴

Impossibilitado de atender aos compromissos externos e já enfraquecido pelos insucessos do programa econômico, o Governo brasileiro proclamou, em fevereiro de 1987, a moratória dos juros devidos aos bancos privados e, em junho do mesmo ano, estendeu-a aos empréstimos vencidos junto ao "Clube de Paris".

Foge ao alcance deste trabalho analisar as pressões econômicas e políticas que levaram à queda da equipe econômica liderada pelo Ministro da Fazenda Dilson Funaro. Contudo, cabe destacar que, a partir do segundo semestre de 1987, já sob a liderança do novo ministro, Luís Carlos Brésler Pereira, outra tentativa de estabilização foi realizada através do "Plano de Estabilização Macroeconômico".¹⁵

14. Ver Boletim de Conjuntura, Instituto de Economia Industrial, novembro de 1986.

15. Para uma visão global das medidas contidas no Plano, ver Ministério da Fazenda, Plano de Controle Macroeconômico (1987).

Em agosto desse mesmo ano, diante das pressões externas e internas, o Governo brasileiro declarou sua intenção de retornar à situação de tutelado pelo FMI, voltando a perseguir o seu recetivário ortodoxo na condução da política econômica, agora sob uma nova roupagem: associando ajuste ao crescimento econômico.¹⁶ As propostas contidas no Plano de Controle Macroeconômico eram, na realidade, um conjunto de medidas que viabilizavam a reprodução de um processo de ajustamento antigo e já desgastado perante a opinião pública, dado ao elevado custo social envolvido em programas semelhantes, já implementados no País, com resultados desastrosos. Mantinha-se a interpretação de que a origem dos problemas da economia brasileira estava nos choques externos, sem relacionar esses choques ao modelo de acumulação dos países capitalistas avançados e à inserção da economia brasileira nesse modelo.

Voltava-se, assim, a soluções que privilegiavam o setor externo - tais como a redução de impostos e tributos sobre manufaturados exportáveis e a adoção de uma política agressiva de estímulos à exportação. Tal modelo, ao se voltar novamente para o pagamento da dívida, mantinha nossa vulnerabilidade, sem apresentar uma solução para o nosso problema estrutural. Uma das faces desse problema manifestava-se exatamente na sangria de recursos reais para o exterior, conforme se pode observar na TABELA III. No período 1982-1986, a entrada líquida de divisas, pela via dos

16. Essa atual postura do FMI será abordada posteriormente.

Investimentos, foi negativa - o País remeteu para o exterior mais lucros e dividendos do que recebeu sob a forma de investimentos diretos novos (TABELA VI). Pagamos, no período, algo em torno de US\$ 55 bilhões de Juros (TABELA VII). Essas cifras, em termos de transferências de recursos reais do País para o exterior, representaram cerca de 5 % do Produto Interno Bruto do Brasil, nos anos recentes (TABELA III).

Como, então, ter como meta o crescimento e pautar a política econômica pela necessidade de atender aos compromissos com os credores externos? É bastante difícil, se não impossível, crescer enquanto uma parcela considerável de recursos gerados internamente é encaminhada para outros países.

Em agosto de 1987, por pressões advindas de vários segmentos, ocorreu nova troca de ministro da área econômica. O novo titular do Ministério da Fazenda, Malison da Nóbrega, inicia uma nova política, que ele próprio denomina "Política de Feijão com Arroz", compreendendo um conjunto de medidas também ortodoxas, destinadas a resolver os problemas julgados cruciais: o déficit público e a dívida externa.¹⁷ No mês seguinte, setembro de 1987, o Brasil retomou os entendimentos com os bancos credores. A partir daí, são retomadas as negociações com o FMI, enquanto são discutidas

17. A expressão "feijão com arroz" é usada para indicar algo comum, corriqueiro, fazendo referência a dois produtos que estão constantemente presentes na alimentação dos brasileiros.

e implementadas novas formas de encaminhamento da questão da dívida externa.

A Estratégia Atual

Na mesa de negociações do Brasil com o FMI e os credores internacionais foram colocadas propostas que reafirmam o caráter conservador da estratégia atual de ajuste e mantêm o atrelamento da economia brasileira ao ritmo de crescimento da economia mundial. As soluções propostas, com o intuito de superar a crise brasileira presente, são soluções que se ajustam também ao novo cenário da economia mundial, como teremos oportunidade de salientar. A preocupação recente com o crescimento dos países endividados faz parte desse cenário.

Dentro dessa estratégia, destacam-se as seguintes políticas:

1. Assinatura de acordos internacionais.

A partir da retomada das negociações com os credores externos, no segundo semestre de 87, o Brasil passou a explicitar sua intenção de "honrar" os compromissos assumidos, afirmando, assim, a legitimidade da dívida externa. A moratória foi suspensa ainda no mesmo ano. No ano seguinte, técnicos do FMI chegam ao Brasil e o Governo brasileiro assume, com essa instituição, compromissos relativos à condução da política econômica interna: redução do déficit público, geração de superávit comercial e controle da inflação interna.



Paralelamente à retomada do diálogo com o FMI e o Banco Mundial, o Brasil procurou negociar acordos também com o Clube de Paris e com os bancos comerciais. Como resultado, o Governo brasileiro e o Comitê Assessor de Bancos chegaram, em meados de 88, a um acordo que prevê o afluxo de recursos novos e o reescalonamento de parte da dívida de médio e longo prazo para com os bancos comerciais. Na verdade, esse acordo reedita a mesma linha dos anteriores e mantém, sob uma nova aparência, o monitoramento da economia brasileira, através do atrelamento dos novos recursos ao programa com o FMI e a empréstimos setoriais do Banco Mundial. Nenhuma solução inovadora foi acordada, apenas as mesmas soluções para garantir que o Brasil continuará a remeter recursos para os credores, o que, necessariamente, exige a entrada de recursos novos. O Governo brasileiro espera que a normalização das relações com os credores e o "bom comportamento" recuperem a credibilidade do Brasil junto à comunidade financeira internacional, criando possibilidades concretas de acesso ao mercado voluntário de capitais.

2. Estímulo às exportações.

Reconhecida a disposição de pagar a dívida, e uma vez que o setor exportador é o principal responsável pela geração dos recursos para o pagamento dos compromissos dela advindos, a política de estímulo às exportações segue-se naturalmente. Segundo a visão dos atuais condutores da política econômica, a superação do estrangulamento da economia brasileira e a retomada do crescimento devem ter

como motor a expansão das exportações, proporcionando simultaneamente os recursos para o serviço da dívida e níveis mais elevados de emprego e renda. Nesse sentido, foram adotadas várias medidas: liberalização das exportações; criação de "zonas de processamento de exportações", com tratamento fiscal privilegiado; concessão de incentivos fiscais para atualização tecnológica, visando aumentar a competitividade externa das empresas; contenção de absorção doméstica de bens e serviços, para a geração de excedentes exportáveis; revisão da política tarifária, com redução dos graus de isenção e queda na alíquota média efetiva. Espera-se que a liberalização das importações revele, aos nossos parceiros comerciais, a disposição do Brasil em assumir uma postura menos protecionista, estimulando a reciprocidade, o que favoreceria nossas exportações.

3. Estímulos ao Investimento Interno privado.

Na visão dos atuais condutores da política econômica brasileira, os investimentos internos, hoje praticamente paralisados, deverão ser incentivados basicamente através de dois mecanismos:

a) Conversão de dívida interna em investimento do setor privado, com a privatização de empresas estatais.

Tal mecanismo atenderia, simultaneamente, a vários objetivos: redução dos compromissos do Governo com o serviço da dívida interna e alívio no orçamento; privatização da economia, minimizando a presença do Estado e reafirmando a

postura liberal: retomada do crescimento, sob o comando do setor privado. Até o momento, porém, tal mecanismo revela-se presente mais a nível do discurso oficial do que da prática, muito pouco tendo sido realizado nesse sentido.

b) Conversão da dívida externa em investimento direto.

Os aspectos positivos de tal mecanismo, segundo seus defensores, são: (i) redução do estoque da dívida externa; (ii) diminuição das remessas para pagamento do serviço da dívida atual (supondo-se juros constantes); (iii) reativação dos investimentos diretos externos no País; (iv) retomada do crescimento. Os mecanismos de conversão foram regulamentados, já tendo sido realizados vários leilões de títulos. A existência de deságio no mercado secundário garante o interesse de potenciais investidores.¹

Essa estratégia para a superação da crise ajusta-se não apenas ao atual discurso liberalizante do FMI e Banco Mundial, mas também aos interesses do Governo dos Estados Unidos (Plano Baker). A pergunta que se coloca, no entanto, é: será que se ajusta também aos interesses de médio e longo prazo do Brasil? É o que pretendemos examinar em seguida.

1. Para uma análise crítica mais aprofundada do mecanismo da conversão da dívida externa em capital de risco no Brasil, ver Reis, R. e Rios, S. (1987).

TABELA VI
INVESTIMENTO DIRETO E REMESSAS DE LUCROS E DIVIDENDOS
1983-1986

	US\$ milhões			
	1983	1984	1985 ¹	1986 ²
1) Investimento direto (liq.) ⁴	664	1 077	710	70
2) Conversão de empréstimos em investimentos	425	731	537	400
3) Investimento direto novo (3 = 1-2) ³	239	346	173	-330
4) Remessa de lucros e dividendos (liq.)	758	796	1 059	1 100
5) Entrada líquida de divisas (5 = 3-4)	-519	-450	-886	-1 430

Fonte: P. N. BATISTA JR. "Formação de Capital e Transferência de Recursos ao Exterior",
Revista de Economia Política, vol. 7, nº1, Jan/Março/87.

- Notas: 1. Dados Preliminares
2. Projetado com base em dados divulgados pelo Banco Central
3. Exclui lucros reinvestidos
4. Exclui reinvestimentos

TABELA VII
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS
1982-1986

1) Juros (liq.)	11 353	9 555	10 203	9 589	9 000
2) Lucros e dividendos (liq.)	-585	758	796	1 059	1 100
3) Outros serviços-fatores (liq.)	939	839	496	627	500
4) Ingresso líquido de capital estrangeiro	10 213	3 778	8 811	-732	-1 226
5) Transferência de recursos financeiros (5 = 1+2+3-4)	2 664	7 374	2 684	12 007	11 826
6) Exportações de bens e serviços não-fatores	21 432	23 197	28 529	27 346	26 760
7) Transferência / exportações (7 = 5+6) (em %)	12.4	31.8	9.4	43.9	44.2

Fonte: P.N. BATISTA JR. , "Formação de Capital e Transferência de Recursos ao Exterior",
Revista de Economia Política, vol. 7, nº 1, Jan/Março/87.

- Notas: 1. Dados preliminares
2. Projetado com base em dados divulgados pelo Banco Central
3. Exclui lucros reinvestidos
4. Inclui capital
5. Veja tabela III



Os Percalços da Estratégia Atual

A estratégia de ajuste com crescimento voltado para o exterior e a postura liberal adotada pelo Governo brasileiro, apresenta vários equívocos, tanto no que se refere aos seus pressupostos como em relação aos seus efeitos.

Em primeiro lugar, o exemplo em que está calcada é a experiência de países do Leste Asiático, que se revelou bem sucedida. Contudo, conforme destaca J.Sachs (1988), os exemplos não são apropriados para o caso brasileiro, pelas seguintes razões:

(a) Ao contrário do que comumente se supõe, os exemplos do Leste Asiático demonstram a distinção entre promoção de exportações e liberalização. As experiências históricas de alguns países sugerem que "as políticas de promoção das exportações podem ser implementadas (e talvez com mais sucesso) por um governo intervencionista, e inclusive na presença de fortes controles de importação e regras rígidas no mercado de capitais".² Tanto no Japão, como na Coreia e em Formosa, países geralmente citados como exemplos bem sucedidos de desenvolvimento voltado para o exterior, o setor exportador foi cuidadosamente protegido, não apenas através de controle da taxa de câmbio e de incentivos fiscais, mas também através da presença do Estado, ou diretamente como empresário, ou através de apoio ao setor

2. J.Sachs (1988) pág.23.

privado, além de restrições ao capital estrangeiro e outros mecanismos não ortodoxos. A liberalização das exportações só ocorreu ao final da década de 60, quando o modelo exportador já se havia firmado.

b) As condições prevalecentes nesses países, quando da adoção do modelo de crescimento baseado em exportações, eram diferentes das existentes no Brasil, atualmente. Não foi em momentos de crise macroeconômica ou de dívida que Japão, Coréia e Formosa adotaram estratégias liberalizantes para promover o crescimento baseado nas exportações. "Esses países resolveram suas dificuldades macroeconômicas e financeiras dos últimos anos da década de 40 e início dos anos 50 bem antes de entrarem na rota do crescimento voltado para as exportações. Os casos históricos de liberalização durante a crise macroeconômica são os dos países do Cone Sul (Argentina, Chile e Uruguai) durante a década de 70, e esses episódios são fracassos bem conhecidos."³

Quanto à conversão de dívida externa em investimentos diretos, seus resultados são duvidosos, por vários motivos. As conversões significam criação de condições para futuras remessas de lucros, desestímulo ao ingresso de recursos novos ligados aos investimentos diretos, aumento da participação estrangeira na economia e desestímulo à obtenção de novos empréstimos, em função do deságio sobre os títulos no mercado secundário. Além disso, tendo em vista o já elevado endividamento interno e as dificuldades para uma

mudança rápida na atual estrutura tributária, as conversões podem ter efeitos inflacionários, através da conversão dos títulos de crédito em cruzados, pelo Banco Central, e consequente expansão da base monetária,

é verdade que alguns desses aspectos negativos podem ser parcialmente anulados, dependendo da existência de controles adequados como, por exemplo, o estabelecimento de prazo mínimo de permanência dos recursos no País, teto para as futuras remessas e definição de uma política industrial que direcione os investimentos para setores específicos. Medidas nessa direção, contudo, não estão sendo implementadas, e nem seriam coerentes com a postura liberalizante.

Acreditar que o mecanismo de conversão será capaz de reverter a tendência observada nos últimos anos, em que os investimentos diretos externos no País têm sido quase nulos (em 1986, foram negativos, como se verifica pela TABELA VII) é ter uma visão unilateral do problema: isso não vem ocorrendo apenas com relação à economia brasileira, mas para todo o conjunto dos países em desenvolvimento.

Esse fenômeno deve ser interpretado no atual contexto de desequilíbrio do comércio internacional, onde Japão e Alemanha aparecem como principais países superavitários e os Estados Unidos como o maior país deficitário. Apenas em 1987, o déficit comercial americano situou-se em torno de 171 bilhões de dólares, ultrapassando em 50% o total da dívida externa brasileira. Para contrabalançar o déficit na balança comercial, os Estados Unidos procuram atrair o máximo de recursos externos sob a forma de empréstimos e/ou de investimentos diretos. Ora, a dinâmica do capital de risco é por demais conhecida: desloca-se para onde visualiza maior perspectiva de lucros e menores riscos. Os países em desenvolvimento, e o Brasil em particular, com dívidas externas elevadas e ameaças de hiperinflação (com taxas de inflação em torno de 25% ao mês) não apresentam condições propícias para o ingresso de aportes voluntários de capital de risco. Nesse contexto, vantagens relacionadas à conversão podem atrair os investidores externos mas dificilmente irão reverter a tendência a ponto de estimular significativamente o aporte de recursos novos.

Com relação ao acordo recente com os bancos credores e às negociações em curso com as instituições oficiais e o Clube de Paris, é preciso não perder de vista que, por melhores que sejam as condições obtidas, as transferências

de recursos reais continuarão ocorrendo, mesmo que postergadas. Tais transferências têm representado, e continuarão representando, para o Brasil, um custo social elevado. É um processo que tende a se perpetuar - dinheiro novo para pagar a dívida velha - expressando uma nova forma de dominação. Na verdade, os acordos convencionais não representam solução para o problema do endividamento, nem do Brasil nem dos demais países: são remédios que aplacam temporariamente os sintomas sem combater as causas.

Além disso, tendo em vista o atual cenário da economia mundial e a situação interna do Brasil, pergunta-se: será esse um momento adequado para a celebração, com os credores, de um acordo nos moldes tradicionais?

Comentários Finais: a Crise Brasileira e o Contexto Internacional

Hoje, passados cerca de seis anos após a explosão da crise da dívida dos países do Terceiro Mundo, os contornos do cenário mundial se tornaram mais nítidos, permitindo uma interpretação mais precisa da problemática global. Percebe-se mais claramente que a questão do endividamento externo dos países do Terceiro Mundo extrapola os limites de cada país, devendo ser analisada no contexto mais amplo da economia mundial.

Para isso, devemos retroceder ao final da Segunda Guerra Mundial e contemplar o palco em que foi erguido o cenário da nova economia internacional. Como assinala Frieden, J. (1987):4

" A máquina econômica internacional colocada, em movimento pelo estabelecimento da liderança americana a partir da Segunda Guerra Mundial tinha três fatores dinâmicos principais: as reduções nas barreiras dos Estados Unidos às importações; grandes fluxos de saída de capital de longo prazo dos Estados Unidos, tanto na conta pública (despesas com aparato militar no exterior e ajuda externa, por exemplo) como na privada (expansão das firmas americanas pelo resto do mundo) e um compromisso americano para estabilizar o sistema monetário internacional, incluindo provisões necessárias aos movimentos financeiros de curto prazo."

Embora reconhecendo a importância da questão, não é objetivo deste trabalho analisar as razões que fizeram com que a economia norte-americana despontasse como hegemônica no período de pós-guerra. O importante, no momento, é destacar que o resultado dessa liderança foi um modelo onde os aliados dos Estados Unidos passaram a ter acesso ao seu capital, seus mercados e à sua moeda, que se tornou a moeda internacional. Nesse cenário nasceu o acordo de Bretton Woods (1944) e o Fundo Monetário Internacional.

Ora, não é difícil perceber que, para o desenvolvimento do mundo capitalista do pós-guerra, tornava-se necessário o financiamento do comércio internacional, o que implicava em assegurar que dólares - a moeda internacional - fossem jogados para fora dos Estados Unidos.

Inicialmente, o derramamento de dólares tomou a forma de investimentos diretos e, principalmente, de ajuda externa dos Estados Unidos a outros países - preço da manutenção das alianças imperialistas - e de gastos do setor militar, consubstanciados na manutenção de bases e operações militares no exterior, o que se traduziu em déficits permanentes no balanço de pagamentos americano a partir dos meados de 50.

Nesse processo, o dólar extrapolou as fronteiras americanas e surgiu o mercado dos "eurodólares" que, alimentado pelos petrodólares no período mais recente, passou a apresentar um substancial excesso de liquidez. Esse excesso de liquidez foi absorvido pelos países do Terceiro

Mundo não produtores de petróleo, a taxas de juros variáveis porém tão baixas que em alguns períodos chegaram mesmo a ser negativas em termos reais. Em resumo, esses recursos foram reciclados para o Terceiro Mundo sob a forma de empréstimos, ou seja, de dívida externa para os tomadores.

A partir da década de 70, a causa dos déficits no balanço de pagamentos dos EUA foi sendo paulatinamente substituída por saldos desfavoráveis na balança comercial, que passa a apresentar déficits crônicos. O capital produtivo americano passa a se defrontar com um problema com o qual não contava: queda na produtividade e na competitividade internacional. Encarado inicialmente como um problema de comércio relacionado com a emergência do Japão e da Alemanha Ocidental como potências industriais, a questão mostrou-se de maior gravidade quando a crise se manifestou no sistema financeiro internacional, sob a forma de fuga do dólar em direção às moedas fortes européias - franco suíço, marco alemão, etc.. O dólar desvalorizou-se em relação ao ouro e às demais moedas fortes, comprometendo a já frágil confiança dos banqueiros internacionais na estabilidade da moeda internacional.

Em consequência dos persistentes déficits, os EUA foram dilapidando progressivamente suas reservas de ouro que, de US\$22.8 bilhões, em 1950, chegaram a US\$12 bilhões em 1968, quando a primeira grande crise do dólar foi deflagrada e a conversibilidade da moeda internacional em ouro foi posta em

questão.²¹ Finalmente, em 1971, o dólar tornou-se inconvertível e as taxas de câmbio tornaram-se flexíveis e sujeitas às flutuações do mercado internacional de divisas.

Foi também na década de 70, particularmente após o aumento no preço do petróleo, em 1973, que os empréstimos dos bancos comerciais aos países do Terceiro Mundo aumentaram substancialmente. Esses empréstimos, concedidos a taxas de juros variáveis e a médio prazo, constituíram uma forma de reciclar as reservas acumuladas pelos países exportadores de petróleo. Na época, nem os banqueiros nem os tomadores se preocuparam devidamente com o grau de endividamento e com as dificuldades que poderiam advir com o serviço da dívida. Na verdade, os próprios governos e as instituições financeiras internacionais deram o seu beneplácito a esse processo, que propiciava a privatização do sistema financeiro internacional.

No decorrer dos anos 80, os Estados Unidos continuaram absorvendo as exportações do resto do mundo. O incremento das exportações japonesas dirigiram-se basicamente para os mercados americanos e o mesmo destino tiveram as exportações da Coreia, Tailândia, Brasil e outros países latino-americanos. Como resultado, o déficit comercial dos EUA atingiu, ao final do ano passado, algo em torno de US\$156 bilhões. O excesso de importações sobre as exportações americanas foi financiado por vultosos empréstimos dos países ocidentais, de tal forma que, de maior credor, os EUA

passaram a maior país devedor do mundo. Essa situação não pode, obviamente, perdurar.

A crise da dívida externa dos países em desenvolvimento, irrompida em 1982, com a moratória do México, trouxe à tona as contradições do sistema financeiro internacional, assim como o "crash" nos mercados de ações, em outubro de 1986, após a divulgação do resultado na balança comercial dos EUA. Torna-se evidente que, tendo em vista o papel do dólar nas transações internacionais, os problemas financeiros americanos têm repercussões além dos limites do País.

Percebe-se, portanto, a tendenciosidade de soluções que supõem que o país devedor deva arcar sozinho com os custos para resolver um problema que ele não criou sozinho. Se o volume de recursos tomados como empréstimos assumiu tal magnitude, isto se deveu não apenas à irresponsabilidade de alguns países na captação exagerada de empréstimos. Era necessário, também, que esses recursos estivessem disponíveis em excesso no mercado internacional e que os banqueiros estivessem ansiosos para aplicá-los. Afinal, qualquer uso de capital enfrenta um risco, e seu proprietário deve avaliar esse risco antes de tomar sua decisão.

Cabe lembrar, ainda, que o maior volume de empréstimos foi tomado a taxas de juros extremamente baixas, num período de alta liquidez internacional. A reversão de tal situação fez com que as transferências relacionadas ao

pagamento dos juros já tenham superado, em várias vezes, o montante inicialmente recebido como empréstimo. Conforme assinala Sachs, J. (1988):5

"Esta crise na verdade se compõe de duas crises: a crise financeira dos bancos que fizeram empréstimos aos países em vias de desenvolvimento e a crise econômica dos próprios países devedores. Os governos dedicaram enormes recursos políticos e econômicos à proteção de seus bancos comerciais, pressionando e incentivando os países devedores a continuar pagando os juros da dívida aos bancos. De fato, os principais países devedores e a maior parte dos países devedores menores têm respondido a esta pressão realizando grandes e contínuos pagamentos aos bancos comerciais, apesar da profunda deterioração econômica desses países. Como resultado desses seis anos de pressão conseguimos salvar os bancos, mas perdemos os países."

Consideremos, em linhas gerais, a atual situação econômica e social do Brasil, que possui a maior dívida externa da América Latina. Entre 1979 e 1988, a inflação brasileira atingiu índices jamais registrados em sua história. De 45% ao ano, em 1979, saltou, no período 1983-1984, para algo em torno de 100%, 400% a partir do final de 1985 e início de 1986, prevendo-se que a taxa anualizada se situará, em 1988, em torno de 800%, numa trajetória em direção à hiperinflação. Os salários reais - variável de

ajuste que tem permitido a geração de excedentes exportáveis a preços competitivos no mercado internacional - tornaram-se os mais baixos do mundo, com a conseqüente deterioração do padrão de vida do povo brasileiro. O PIB per capita caiu cerca de % entre - , prevendo-se, para esse ano, um crescimento desprezível. Esses indicadores revelam as tensões impostas por um processo de ajustamento que, se permite o pagamento do serviço da dívida, a custos de sacrifícios impostos à população, jamais permitirá a liquidação do débito.

O caso brasileiro reafirma a impossibilidade de resolver a crise do endividamento externo através de ajustamento ortodoxo centrado no enfoque do balanço de pagamentos, com repercussões internas de caráter recessivo, tal como tentamos no início dos anos 80.

A crise não pode, tampouco, ser resolvida pelo caminho que a nova ortodoxia deseja trilhar: ajuste com crescimento voltado para o exterior. Primeiro, porque o endividamento brasileiro atingiu, em relação às variáveis econômicas fundamentais, proporções tão elevadas que se tornou impagável. A dívida, hoje em torno de US\$120 bilhões, representa cerca de 50% do PIB. O pagamento do serviço da dívida compromete parte considerável de nossas exportações: 77% em 1985, 99% em 1986 e 97,3% em 1987 (TABELA II).



Segundo, porque os saldos favoráveis em nossa balança comercial, única maneira de pagar a dívida em situação de restrição de crédito internacional, vêm sendo obtidos em grande parte às custas de enormes reduções em nossas importações. De 1980, quando atingiu US\$23 bilhões, o valor de nossas importações caiu, em 1987, para US\$15 bilhões, o que equivale a uma redução de 35%, afetando o suprimento de insumos básicos.

Além disso, a crise financeira do Estado, o seu alto grau de endividamento interno - em grande parte decorrente do próprio endividamento externo, com a transformação de dívida externa em dívida interna - não permite mais que os cruzados necessários para cobrir os saldos positivos da balança comercial sejam gerados mediante a colocação de títulos públicos no mercado interno. Muitos analistas argumentam que a necessidade de cruzados adicionais pode ser resolvida através do fisco. Concordamos que uma reforma tributária é fundamental, no Brasil. Porém, não para viabilizar a continuidade das transferências de recursos reais para o exterior e sim para transferir renda às camadas menos favorecidas da população, reduzindo a profunda desigualdade hoje existente, talvez a maior do mundo.

A história recente mostrou que o pagamento da dívida externa brasileira é insustentável e incompatível com um modelo de crescimento econômico sustentado, e inflação sob controle, dentro de um quadro de maior justiça social.

Por outro lado, tecnicamente, não há solução possível para o conjunto das dívidas contraídas no mercado mundial, sem que os países credores aceitem uma posição deficitária em suas balanças comerciais. Os devedores só poderão pagar se tiverem saldos positivos, o que exige que outros tenham saldos negativos. É uma verdade contábil: a todo déficit deve corresponder um superávit, o balanço das transações mundiais deve, necessariamente, estar em equilíbrio.

Quais serão, porém, as possibilidades de bancar o não pagamento da dívida, total ou parcialmente? Essa questão tem, hoje, contornos políticos que ultrapassam as situações individuais de cada país. A comunidade internacional quer soluções que permitam a retomada dos fluxos comerciais. Não é por outro motivo que o discurso liberalizante e a ênfase na necessidade de conciliar ajustamento com crescimento estão atualmente em evidência. Ao mesmo tempo, surgem, das mais diversas origens, propostas de mecanismos capazes de permitir que os países endividados mantenham o volume de importações elevado, seja através do cancelamento de parte da dívida, seja através da limitação das remessas.

O próprio capital financeiro parece ter percebido que não se trata mais de resolver uma questão entre emprestadores e tomadores inadimplentes e buscam saídas multilaterais.



Para resolver esse impasse, é necessário, contudo, ultrapassar alguns obstáculos. Primeiro, os credores devem aceitar alguma perda. Trata-se, pois, de uma nova definição de ganhadores e perdedores. Nada indica, contudo, que haja essa disposição entre o conjunto dos credores, sentados à mesa de negociações de forma organizada, protegidos por um cartel e tendo o FMI para apoiá-los. Percebe-se que, além da perda financeira, os credores temem a perda moral, com a impunidade concedida a devedores inadimplentes.

Os países devedores, ao contrário, continuam tentando soluções individuais, na expectativa de obterem melhores condições para o pagamento das suas dívidas particulares. Esse é o segundo obstáculo a ser vencido: a organização dos devedores em torno de uma posição forte em defesa de soluções que não signifiquem um massacre para suas populações: cancelamento parcial das dívidas, limitações das remessas, etc..

De fato, não existe outra solução possível, que preserve as possibilidades de crescimento dos países subdesenvolvidos e abra perspectivas para encontrar novos rumos para a economia mundial nas próximas décadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amin, S., Le Developpement Inegal, Ed. de Minuit, 1973.

Arida, P., Inflação Zero, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

Banco Central, Brasil Programa Econômico, vol.16, Brasília, Departamento Econômico do BACEN, março de 1988.

Batista Jr., P.N. "Formação de Capital e Transferência de Recursos ao Exterior", Revista de Economia Política, vol.7, no.1, Jan/março de 1987.

Cardoso, E., "Seis Meses de Plano Cruzado", Revista da ANPEC, ano IX, no.2, ANPEC, dez.1986.

Cavalcanti, C.B., "Transferência de Recursos e Substituição de Dívida Externa por Dívida Interna", Texto para Discussão Interna, IPLAN/IPEA, Brasília, Jan. 1988.

Dornbush, R., "As Dívidas dos Países em Desenvolvimento", Revista de Economia Política, vol.8, no.1, São Paulo, Brasiliense, Jan/março de 1988.

Frieden, J., "Internacionalização Financeira", Revista de Economia Política, vol.7, no.3, São Paulo, Brasiliense, Julho-setembro de 1987.

IBRE/FGV, Conjuntura Econômica, vol. 41, no.1, maio de 1987.

Instituto de Economia Industrial, Boletim de Conjuntura, vol.6, no.4, Rio de Janeiro, nov. de 1986.

Lopes, F., Choque Heterodoxo, Combate à Inflação e Reforma Monetária, Rio de Janeiro, Campus, 1986.

Malan, P., "A Questão Externa", in FMI X BRASIL- A Armadilha da Recessão, Forum Gazeta Mercantil, nov. de 1983.

Mandel, E., Decline of the Dollar - A Marxist View of the Monetary Crises, New York, Monad Press, 1972.

Ministério da Fazenda, Plano de Controle Macroeconômico, Brasília, Gráfica do Banco do Brasil - DEMAG/GRAFI, julho de 1987.

Ministério do Trabalho/Instituto de Economia Industrial (UFRJ), O Mercado de Trabalho Brasileiro - Estrutura e Conjuntura, Rio de Janeiro, abril de 1987.

Nery, S. e Furtado, A., Crime e Castigo da Dívida Externa, Brasília, Dom Quixote Editora, 1986.



Pereira, L.C.B. e Nakano, Y., *Inflação e Recessão*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.

Prebisch, R. "O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas", *Revista Brasileira de Economia*, vol.3, no.3, setembro de 1949.

Reis, E. e Rios, S., "Catecismo da Não Conversão", Texto para Discussão Interna, INPES/IPEA, Rio de Janeiro, out. de 1987.

Revista da ANPEC, ano IX, no.2, ANPEC, dez. de 1986.

Revista Brasileira de Economia Política, vol.5, no.2, São Paulo, Brasiliense, abril/Junho de 1985.

Sachs, J. "Ajustamento Externo e Política Comercial", *Revista de Economia Política*, vol.8, no.2, São Paulo, Brasiliense, abril-Junho de 1988.



S U B S I D I O S

1 9 9 3







Para arquivar poster
Dt Nacional ano 1993

MNDH - MOV. NAC. DOS DIREITOS HUMANOS - 10806
REGIONAL LESTE I
RUA CAPITAO CHAVES, S/N - CENTRO
26221-010 NOVA IGUAÇU-RJ



M-627730
P-69466



1993
1983
0010





Remetente: Instituto de Estudos Sócio - Econômicos - INESC
SCS Q. 08 - Bloco B - n.º 50 - 4.º Andar - Salas 435/7/9/441
Supercenter Venâncio 2000 - Fones: 226-8131 - 226-8093
CEP 70.333 - Brasília - Distrito Federal

SUBSÍDIO

DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS NA FAIXA DE FRONTEIRA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Paulo Machado Guimarães

POPULAÇÃO E MEIO AMBIENTE: UM TEMA CONTROVERTIDO

George Martine

Brasília, outubro de 1993. (II)



*Este documento é uma colaboração
do INESC ao Fórum Brasileiro de
ONGs e Movimentos Sociais para o
Meio Ambiente e Desenvolvimento,
como integrante da Coordenação
Nacional, para o estabelecimento
de diálogo e aprofundamento
de temas pertinentes às questões
ecológica e de desenvolvimento.
Sugerimos sua leitura para
estimular e subsidiar debates
entre as entidades.*

DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS NA FAIXA DE FRONTEIRA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Paulo Machado Guimarães *

No início de 1986, já como reflexo da influência da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional - SG-CSN em razão dos objetivos expostos no Projeto Calha Norte, em especial o de integrar economicamente a Região Amazônica criando condições comerciais atrativas à iniciativa privada, os procedimentos administrativos para a demarcação de terras ocupadas pelo povo Maguta, conhecido como Tikuna, tiveram suas tramitações paralisadas, sendo, também, sem base legal, desviados para apreciação daquele órgão de segurança.

A partir de gestões feitas pela CNBB e pelo CIMI soube-se, diretamente do general Rubens Bayma Denys - ministro chefe da Casa Militar da Presidência da República e titular da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, que a demarcação das terras indígenas localizadas na Faixa de Fronteira era vedada por lei.

Analisando a legislação que dispunha sobre a Faixa de Fronteira - arts. 8º - V, 87, 89 e 91 da Constituição Federal, Lei Nº 6.634/79 e Decreto Nº 85.064/80 - pudemos constatar a inexistência de qualquer referência constitucional ou mesmo legal que impedisse a demarcação das terras indígenas naquela "faixa interna de 150km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional".

E nem poderia ser de outra forma frente ao disposto no art. 198 e §§ do texto constitucional anterior, que assegurava aos índios o direito à posse permanente e ao usufruto exclusivo das riquezas naturais sobre as terras por ele habitadas.

Passado um ano, no mês de setembro, o presidente da República alterou as regras disciplinadoras do procedimento administrativo para demarcação de terras indígenas editando os Decretos 94.945 e 94.946.

Neste dois diplomas legais previa-se a participação da SG-CSN na identificação e delimitação das terras indígenas localizadas na Faixa de Fronteira e distinguia-se os índios entre aculturados, cujas terras ocupadas seriam demarcadas como colônias indígenas e não-aculturados,

cuja terra seriam denominadas, a partir da demarcação, como áreas indígenas.

Ao mesmo tempo, denotando sincronizada articulação política o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral acolhia, ao seu anti-projeto de Constituição a ser apreciado pela Comissão de Sistematização, idêntica distinção entre índios aculturados e não-aculturados, assegurando apenas aos primeiros os direitos constitucionais.

manente dos Yanomami área de terra com superfície aproximada de 8.216.925 ha, dividindo-o internamente em 19 áreas indígenas, duas Florestas Nacionais e um Parque Nacional.

Dois meses depois, já na vigência do novo texto constitucional, as mesmas autoridades alteraram esta Portaria e através da Portaria Interministerial Nº 250, de 18/11/88 passou a considerar como terra Yanomami, apenas as 19 áreas indígenas, em

**O início do governo Collor é marcado
pela completa ausência de política
indigenista, enquanto a desgraça Yanomami
continua incomodando
a cidadania brasileira.**

Felizmente o acordo das lideranças parlamentares e a pressão dos povos indígenas reverteu este texto, que contava com o apoio do "Centrão", aprovando o atual texto em vigor que não legitimou a política indigenista praticada pelo governo Sarney.

Não obstante as novas regras constitucionais o governo Sarney, em 13/09/88, portanto, dias antes da promulgação da nova Constituição, através de Portaria Interministerial dos ministros do Interior, da Agricultura, da Reforma e do Desenvolvimento Agrário e do secretário geral do Conselho de Segurança Nacional declarou de posse per-

flagrante conduta genocida, já que retirava das comunidades Yanomami suas condições de vida.

Os empresários do garimpo, que desde 1987 promoviam brutal invasão do território Yanomami, com apoio de políticos locais e a condescendência das autoridades federais, festejaram o novo ato administrativo, por criar as condições legais para a presença garimpeira no território indígena.

Imediatamente seguiram-se as pressões contrárias ao ato governamental. A única instituição oficial que prontamente movimentou-se na

defesa da legalidade e dos direitos indígenas foi o Ministério Público Federal, que através de medidas judiciais buscou sustar a eficácia destes atos, tendo obtido decisão liminar favorável da Justiça Federal de Brasília.

O início do governo Collor é marcado pela completa ausência de política indigenista, enquanto a desgraça Yanomami continua incomodando a cidadania brasileira.

clandestinas e a atuação de missões religiosas, que pudessem pôr em risco a soberania do Brasil sobre a amazônia, a CPI da internacionalização da amazônia. Serviu apenas como caixa de ressonância das posições anti-indígenas no Congresso.

No final do mês de outubro, o governo emitiu uma primeira decisão. Como reflexo da disputa interna, nesta ocasião as forças anti-indígenas

**O direito dos índios às suas terras não
decorre de sua demarcação.**

**A presença tradicional de comunidades
indígenas em determinado espaço
territorial, é fator determinante do
direito dos índios.**

Como resultado das eleições de final de 1990, o ano legislativo do Congresso Nacional iniciou com intensa mobilização dos parlamentares de Roraima, apoiados por outros da região amazônica contrários à orientação governamental, de reexaminar a demarcação do território Yanomami, determinado no dia 19 de abril, dia do índio.

O resultado imediato desta movimentação política foi a Constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a construção de pistas de pouso

conseguiram impor seu ponto de vista fazendo com que a demarcação do território Yanomami fosse adiada. Passados quinze dias, não suportando as pressões externas e avaliando os profundos desgastes do governo em vista da ECO-92 ficou resolvido que o ministro da Justiça determinaria a demarcação do território Yanomami.

Em consequência, setores militares, políticos e jurídicos contrários à demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos Yanomami, pelos Macuxi, Wapixama, Ingarikó e Taurepang localizadas no Estado de

Roraima, mas que também se aplicam às demais terras indígenas localizadas no Estado do Amazonas e em outras unidades da federação como o caso da demarcação da terra tradicionalmente ocupada pelo povo Guató, na Ilha Insua, Estado do Mato Grosso do Sul, intensificaram suas pressões e passaram a ampliar suas articulações.

Um dos argumentos de natureza jurídica que vêm sendo utilizados consiste em defender a necessidade de uma lei que disponha sobre a demarcação das terras indígenas localizadas na Faixa de Fronteira.

A demarcação das terras indígenas consistiria, segundo tais argumentos, no meio legal para viabilizar a ocupação e a utilização, pelas comunidades indígenas, das suas terras, inclusive, as localizadas na Faixa de Fronteira. Concluem, assim, pela impossibilidade da demarcação de terras indígenas localizada na Faixa de Fronteira sem a regulamentação exigida no § 2º do art. 20 da Constituição Federal, sob pena de ser considerada inconstitucional como sustentam ser a demarcação das terras Yanomami.

O direito dos índios às suas terras não decorre de sua demarcação. A presença tradicional de comunidades indígenas em determinado espaço territorial, reconhecida expressamente no art. 231, da Constituição Federal, de acordo com seus valores culturais é fator determinante do direito dos índios.

A União, ao promover por expressa determinação constitucional a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, bem como os juízes, ao resolverem demandas que envolvam esta matéria, devem se orientar pelo que é disposto na definição constante no § 1º, do art. 231 da Constituição Federal.

São quatro, pela norma constitucional, os elementos constitutivos de uma terra tradicionalmente ocupada pelos índios, os quais devem ser considerados conjuntamente e de acordo com os usos, costumes e tradições de cada grupo indígena:

- a) as terras por eles habitadas em caráter permanente;
- b) as utilizadas para suas atividades produtivas;
- c) as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar;
- d) as necessárias à sua reprodução física e cultural.

A demarcação das terras indígenas é ato administrativo federal de natureza declaratória. Visa explicitar os limites das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. A demarcação não constitui direito algum, já que, como esclarecido anteriormente é constitucionalmente reconhecido pelo Estado como originário dos índios que as ocupam tradicionalmente.

A legislação em vigor sobre o processo administrativo para a demarcação das terras indígenas - art. 19 e §§ da Lei Nº 6.001/73 e o Decreto Nº 22/91 - está em perfeita sintonia com o texto promulgado em 1988. Para a demarcação se efetivar é necessário que a administração pública federal, através de seu órgão indigenista reúna os elementos de prova da ocupação tradicional da terra por determinada comunidade ou comunidades indígenas, explicita os limites desta ocupação dimen-

devem ser registrados no cartório imobiliário da localidade onde a terra se situa e no Departamento do Patrimônio da União.

A utilização destas terras também é regulada no texto constitucional. Os §§ 2º e 7º do art. 231, garantem-lhes a posse permanente, o usufruto exclusivo sobre as riquezas naturais nelas existentes, a inalienabilidade, a indisponibilidade e a imprescritibilidade dos direitos indígenas sobre suas terras, a vedação a

**A Faixa de Fronteira é uma ficção jurídica
destinada à proteção do território estatal.**

**E como tal é posterior à ocupação das
terras pelos índios.**

sionando-a em mapa e em memorial descritivo para, em ato administrativo próprio, hoje de competência do ministro do Estado da Justiça sejam declarados os limites por eles ocupados e, por fim, demarcados, materializando-se seus limites através da colocação de marcos oficiais.

Os procedimentos posteriores consistem na homologação da demarcação, ou seja, a conferência e chancela final do Chefe do Estado brasileiro quanto aos limites demarcados. Por fim, a titularidade da terra em nome da União conforme dispõe o inciso XI, do art. 20 da Constituição Federal e seus limites

remoções e a nulidade dos atos que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação das terras indígenas ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

A utilização das terras indígenas por não-índios é ainda possível, de acordo com as hipóteses expressamente previstas nos mesmos dispositivos constitucionais, a saber:

a) aproveitamento de recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional mediante autorização do Congresso

Nacional, ouvidas as comunidades envolvidas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra (§ 3º, art. 231 da C.F.) e de acordo com condições específicas previstas em lei (§ 1º, art. 176 da C.F.);

b) remoção dos grupos indígenas de suas terras, no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantindo o retorno imediato logo que cesse o risco (§ 5º, art. 231 da C.F.);

c) atos que tenham por objetivo a posse, ocupação ou domínio de terras indígenas em razão de relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar (§ 6º, art. 231 da C.F.).

Esclarecidos estes aspectos não resta dúvida quanto a improcedência da alegada necessidade de uma legislação específica para a demarcação de terras indígenas em Faixa de Fronteira.

Nenhuma lei pode disciplinar a ocupação e a utilização de terras tradicionalmente ocupadas por índios. O texto constitucional dispõe claramente sobre esta matéria reconhecendo a organização social, os usos e costumes da comunidade, enfim, sua cultura como os fatores determinantes da forma como a terra é por eles ocupada e utilizada.

Qualquer tentativa de normatizar a ocupação e a utilização de terras tradicionalmente ocupadas por índios seria, enfim, inócua, porque teria de repetir as regras constitucionais ou não teria validade, por

flagrante inconstitucionalidade, se significasse qualquer restrição aos direitos indígenas.

Já a Faixa de Fronteira, é uma ficção jurídica destinada à proteção do território estatal. E como tal é posterior à ocupação das terras pelos índios. Não pode, por esta razão, se sobrepor a elas enquanto realidades congenitamente estabelecidas pela existência das comunidades indígenas.

As forças políticas e os interesses econômicos nos Estados de Roraima e Amazonas relacionam este argumento como tática de aliança com os setores militares que reagem à demarcação do território Yanomami.

O intuito das elites de Roraima e do Amazonas é preservar as ocupações ou mesmo o domínio de algumas pessoas nas terras ocupadas pelos índios, como no caso da terra indígena Raposa Serra do Sol, por cerca de oitenta e cinco comunidades indígenas.

Além deste aspecto numérico, que ao tratar-se de comunidades indígenas sempre deve ser relativizado, o cerne do problema consiste na perspectiva de desenvolvimento econômico e social do Brasil e de suas unidades federativas com respeito às diversidades étnicas e culturais existentes no país.

O caráter pluriétnico do Brasil é um dado da realidade que não pode ser omitido e Roraima, como os demais estados na amazônia, tem o grave

desafio de não repetir o extermínio e o confinamento praticado contra os povos indígenas no resto do país, onde a presença territorial dos grupos indígenas é inferior a 1%.

Roraima têm no país o maior percentual de terras indígenas em relação ao espaço territorial do Estado. São 42% de terras indígenas.

Este fato não pode, em hipótese alguma ser lançado como obstáculo à existência desta unidade da federação, porque do contrário estaria se admitindo a legitimidade do genocídio, apesar de historicamente esta ter sido a prática.

Especificamente quanto à Faixa de Fronteira a correta e verdadeira questão que se coloca refere-se a compatibilidade dos direitos territoriais dos índios com o dever constitucional de defesa da integridade do território do Estado brasileiro.

Dois aspectos relativos a proteção territorial nas fronteiras em terras indígenas devem ser considerados. A primeira questão refere-se às incursões militares para a vigilância da fronteira e o segundo aspecto diz respeito à presença permanente de bases militares em áreas consideradas estratégicas para a defesa da fronteira.

Inicialmente cabe destacar o fato de não existir óbice algum para o desenvolvimento do dever protetivo do território brasileiro, pelos órgãos estatais.

As terras indígenas, portanto, não podem ser consideradas obstáculos ao cumprimento de tarefas constitucionais.

A Constituição Federal indica, porém, os mecanismos e os parâmetros para a concretização de defesa do território nacional e o respeito aos direitos indígenas, de forma compatível.

Na medida em que o constituinte originário aprovou o reconhecimento aos índios de sua organização social, seus usos, costumes, línguas, crenças, tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam e determinou que a União fizesse respeitar todos os seus bens, de natureza material e imaterial, como a cultura, restou firmado como condicionante para validade de quaisquer atos que venham a incidir sobre os bens indígenas, o respeito a seus bens.

Significa dizer que as tropas militares, como os agentes da polícia federal, podem ingressar nas terras indígenas para o cumprimento de seus deveres constitucionais agindo de forma respeitosa aos bens indígenas sejam materiais ou imateriais. Deverão sempre respeitar a organização social, os usos, os costumes e as tradições da comunidade que habita a região onde estejam atuando.

Quanto a localização permanente de bases militares ou policiais em terras indígenas, por implicar na ocupação ou domínio definitivo de trecho de

terra indígena o tratamento constitucional remete à outra solução.

A compatibilização possível nesta hipótese exige a aplicação combinada do disposto no § 6º, do art. 231 com o previsto no § 2º, do art. 20 ambos da Constituição.

A ocupação e a utilização da Faixa de Fronteira em terra tradicionalmente ocupada por índios depende do estabelecimento de normas complementares à Constituição, ou como diz o texto constitucional "segundo o que dispuser lei complementar".

Já a ocupação e utilização da Faixa de Fronteira se submeterá, em áreas que não sejam tradicionalmente ocupadas por índios, à regulação ou ao estabelecimento de regras em lei ordinária.

O texto constitucional no § 6º, do art. 231 da Constituição Federal indicou a lei complementar como o meio legal adequado a validar em terra indígena o que for considerado de relevante interesse da União.

A adoção de lei complementar constitui cautela adotada pelos constituintes. Ao admitir exceção a importante dispositivo protetivo à integridade territorial dos povos

indígenas quis que o ato normativo correspondente fosse fixado por quorum qualificado de maioria absoluta (art. 69, da C.F.). Caso contrário a facilidade de aprovação de uma lei ordinária poderia eliminar as garantias constitucionais ou prever muitas exceções aos direitos indígenas. Hipóteses de todo inaceitáveis.

Cabe lembrar por oportuno, a iniciativa da Mesa do Senado Federal em propor a definição de hipótese de relevante interesse público da União, já em tramitação na Câmara dos Deputados como projeto de lei complementar Nº 260/90.

A partir do substitutivo apresentado no Senado pelo senador Jutahy Magalhães, que sugere como único ato de relevante interesse da União com validade em terras indígenas a presença de bases militares de caráter permanente para defesa contra agressões externas torna-se possível o definitivo equacionamento desta matéria.

No mais espera-se a imediata demarcação das terras indígenas, em especial da terra indígena Raposa Serra do Sol, em seus limites contínuos, como ato soberano do Estado brasileiro, bem como a garantia da integridade do território Yanomami.

**Advogado e Assessor Jurídico do CIMI*

POPULAÇÃO E MEIO AMBIENTE: UM TEMA CONTROVERTIDO

*George Martine**

1. Posturas Predominantes

Nas discussões correntes sobre população e meio ambiente, costumam prevalecer posturas apaixonadas e simplificações; posições mais equilibradas são difíceis de serem encontradas. Podem ser identificados dois pólos diferenciados teórica e ideologicamente nessa controvérsia.

Uma primeira corrente, inspirada na preocupação neo-malthusiana da pressão dos números sobre recursos escassos, enfatiza -com maior ou menor fervor, segundo os adeptos- a responsabilidade do crescimento populacional dos pobres na ampliação dos problemas ambientais globais e locais. O lobby neo-malthusiano tem peso e seus argumentos são atraentes, tanto para a comunidade ambiental como para o grande público. O conceito sobre-população se ajusta bem à noção das limitações inerentes ao crescimento de qualquer espécie em ecossistemas fechados. Também agrada a um grande público - tanto por sua lógica interna inegável, como pelo fato de que atribui a culpa da degradação ambiental aos padrões de reprodução "evidentemente irracionais" das comunidades pobres.

A corrente anti-neo-malthusiana, abrange uma gama mais variada de posturas e inspirações, desde versões marxistas até neo-clássicas, e tende a negar ou relativizar a importância da pressão demográfica sobre recursos naturais. Movimentos sociais e ambientais repudiam a idéia de que o crescimento populacional possa constituir um empecilho ao desenvolvimento ou ao bem-estar ambiental, por dois motivos. Primeiro, identificam nos interesses imperialistas de países industrializados a origem da campanha controlista; segundo, vislumbram, nesse debate, uma tentativa de escamotear a discussão mais premente sobre causas "estruturais" da pobreza e da degradação. Enquanto isso, algumas correntes neo-clássicas confiam na capacidade do mercado e/ou da tecnologia de resolver todos os problemas, chegando a postular que o crescimento populacional estimula a criatividade, o avanço, o desenvolvimento e o próprio bem-estar.

O embate desses **lobbies** contraditórios raramente ajuda a esclarecer a realidade. Na ECO-92, observou-se um diálogo de surdos em torno da problemática demográfica. Nas discussões oficiais, o tema ocupou pouco espaço, ao contrário do que ocorreu no entorno da Conferência. A corrente neo-malthusiana tomou conta dos meios de comunicação de massa, dando a impressão de que o único tema sendo discutido seriamente era a necessidade de exercer o controle populacional; o reforço de personalidades destacadas como Jacques Cousteau e o príncipe Philip deu maior credibilidade a essa visão. Enquanto isso, no Fórum Global, particularmente no Planeta Fêmea, esboçava-se uma forte reação contra o controlismo, contra a esterilização e contra as ONGs que trabalham no setor de planejamento familiar; essa manifestação foi tão clamorosa que passou despercebido o fato dela ser, a rigor, desprovida de conteúdo ambiental.

Esse tipo de polêmica pouco esclarece. Para situar e dimensionar de forma mais objetiva a contribuição real de dinâmica populacional à problemática ambiental, considero que é preciso fazer quatro coisas. Primeiro, distinguir entre alguns conceitos básicos relacionados com o crescimento populacional e as formas de intervir sobre ele. Segundo, entender melhor os processos demográficos em curso e suas prováveis evoluções. Terceiro, distinguir o impacto populacional em diversos níveis e dimensões de problemas ambientais. Finalmente, é preciso situar esse debate todo no contexto concreto do desenvolvimento tal como o conhecemos nesse fim de século. Em rápidas pinceladas, procuro tocar nesses quatro aspectos, a seguir.

2. Alguns Conceitos Básicos

É fundamental entender a lógica do crescimento demográfico. O fator principal responsável pelas diferenças no ritmo de crescimento populacional entre países e regiões hoje é a fecundidade. Uma população cresce muito ou pouco em função, sobretudo, dela ter um nível elevado ou reduzido de fecundidade. Por sua vez, o nível de fecundidade depende da utilização, pelos casais ou pelos indivíduos em idades reprodutivas, de meios que impedem a concepção ou interrompem a gestação.

O conjunto de práticas adotadas por casais ou indivíduos visando limitar e/ou espaçar seu número de filhos é chamado de "planejamento familiar", "controle da prole" ou "controle da natalidade". Nesse nível, trata-se basicamente de questões de foro íntimo relacionadas com um direito humano considerado básico em quase todas as sociedades - a de divorciar sexualidade de procriação e de escolher o número de filhos que se deseja, no tempo que se quiser.

Quando a maioria dos adultos numa sociedade pratica o planejamento familiar ou o controle da natalidade, a fecundidade cai, inevitavelmente. As sociedades mais desenvolvidas e os grupos de maior poder aquisitivo e de maior nível educacional

controlam primeiro e melhor sua prole; posteriormente, outras sociedades e grupos adquirem essa capacidade. Em todos os países desenvolvidos, a queda da fecundidade nacional foi produto do agregado de decisões individuais no campo reprodutivo.

Desde a década de 50, porém, existe um número crescente de entidades e governos que desejam promover o planejamento familiar e, assim, reduzir a fecundidade, seja dos cidadãos dos seus respectivos países ou os de outros países. Todas as ações que visam baixar a taxa de crescimento de grupos, classes, povos ou países através de ações em área de planejamento familiar podem ser agrupados sob o nome de "controle populacional".

Muita da confusão que rege o debate sobre população e meio-ambiente deriva do uso indevido e intercambiável desses conceitos básicos. Mas, na realidade, trata-se de dois tipos bem diferentes de preocupações. O controle populacional representa a tentativa de interferência de um coletivo sobre o comportamento do indivíduo. Em algumas sociedades (e.g. China, Vietnã e Indonésia) esse coletivo é o Estado e a redução do crescimento populacional é considerado condição **sine qua non** do desenvolvimento. Em outras sociedades, como o Brasil, o coletivo é constituído por entidades privadas, cujos motivos são fortemente questionados. No mínimo, isso demonstra a necessidade de contextualizar os juízos de valor que se fazem a respeito.

O **controle da natalidade** ou o **planejamento familiar**, ao contrário, representa um avanço, uma conquista e um direito humano básico, questionados apenas em sociedades primitivas ou fundamentalistas. O planejamento familiar simultaneamente reduz a fecundidade, mas isso não justifica uma oposição à democratização desse direito - particularmente em vista da falta de vantagens claras de uma prole grande ou do crescimento demográfico rápido.

No Brasil, a longa polêmica em torno da atuação de entidades privadas como a BEMFAM e de outras menos conhecidas que atuam nesse terreno atrapalha a formação de uma postura mais objetiva. Sem dúvida, os recursos utilizados por essas entidades provêm de instituições estrangeiras interessadas no "controle populacional". Entretanto, a atuação dessas entidades de planejamento familiar (como também a alta taxa de esterilização feminina verificada no Brasil) floresce devido à grande demanda insatisfeita por serviços desse tipo. Como o Estado não tem condições de fornecer serviços de planejamento familiar para toda a população, a discussão deveria focar a normatização e a fiscalização dessas entidades no contexto da demanda insatisfeita.

Em suma, as posturas de alguns movimentos ambientalistas nessa questão ainda refletem posturas forjadas nas lutas políticas da década de 70. Justificáveis naquele contexto, tais posições precisariam ser reformuladas agora à luz de novos condicionantes políticos, sociais, ambientais e populacionais.

3. Os Processos Demográficos em Curso

A presença notória de dois grandes processos concomitantes, mas contraditórios no panorama demográfico mundial também confunde os ambientalistas. Por um lado, a fecundidade (e, portanto, a taxa de crescimento vegetativo) está caindo rapidamente em quase todo o mundo. Assim, as previsões cataclísmicas sobre um crescimento populacional desenfreado em nível mundial não correspondem à realidade.

Entretanto, esta redução no ritmo de crescimento não é facilmente percebida pelos não-especialistas, devido ao fato de que o aumento absoluto da população mundial é extremamente elevado (em torno de cem milhões de habitantes por ano). Ademais, uma proporção cada vez maior, tanto desse crescimento anual como da população total do mundo, vem se concentrando em países pobres.

Essa aparente discrepância entre o crescimento acelerado e o declínio significativo da fecundidade vem do fato de que a dinâmica populacional embute um fator inercial importante. Ou seja, o tamanho do acréscimo populacional que se contabiliza hoje reflete padrões demográficos do passado; o aumento absoluto de população verificado no presente é produto da taxa de fecundidade atual, conjugado à composição da população em idades reprodutivas. Como a estrutura da população que hoje se encontra em idades reprodutivas foi gerada em décadas anteriores, marcadas por uma fecundidade elevada, mesmo uma taxa de fecundidade mais baixa no momento atual proporciona um número de nascimentos mais elevado. Esse dilema é claramente percebido na experiência da China que, apesar de vir executando a campanha de controle populacional mais rigorosa já vista no mundo, desde a década de 70, não vai conseguir impedir que sua população total cresça de 1.1 milhões em 1990 para 1.5 milhões no ano de 2020.

Qual tem sido a importância dos programas de "planejamento familiar" no declínio de fecundidade global? É um assunto cientificamente controvertido. Sem dúvida, o interesse e os recursos concentrados nessa área têm influenciado a consciência de indivíduos, de governantes e de países sobre as consequências do crescimento desenfreado. Também têm proporcionado o desenvolvimento das tecnologias de anticoncepção, barateando assim o acesso a meios mais eficazes de controle da prole em todo o mundo.

Mas, ao mesmo tempo, a queda da fecundidade é associada a um mínimo de modernização ou de desenvolvimento. Para que as pessoas exerçam algum controle da natalidade, é essencial que percebam a procriação ilimitada como detrimental à realização dos seus anseios e que tenham acesso a alguma informação e a meios de controle da prole. Por isso, os únicos países que permanecem com uma fecundidade elevada (fora da comunidade muçulmana) são alguns poucos países pobres da África e da Ásia.

O importante a reter nessa discussão é que, por um lado, a dinâmica demográfica em curso vai fazer a população mundial aumentar muito ainda - mesmo com a intensificação de programas de planejamento familiar ou de controle populacional. Por outro, já existe um forte declínio da fecundidade no mundo e este tenderá a se acelerar na medida em que houver desenvolvimento, aperfeiçoamento de técnicas de controle da prole mais acessíveis e intensificação de esforços de planejamento familiar.

Os impactos conjugados destes fatores sobre a dimensão populacional em nível mundial não são banais. Dependendo do ritmo de incorporação desses avanços, a população mundial se estabilizará eventualmente entre um mínimo de 8 bilhões e um máximo que pode chegar a 18 bilhões. As implicações ambientais desses dois extremos precisam ser consideradas cuidadosamente.

3 . Níveis e Dimensões da Relação População/Meio Ambiente

A relação entre população e meio ambiente é muito complexa e resiste à tentativa de simplificações. Para entendê-la, é útil estabelecer uma hierarquia de problemas ambientais com graus diferenciados de gravidade para o futuro da humanidade. O fator populacional incide de forma diferenciada nesses distintos níveis de problemas. Nesse sentido, vale distinguir entre problemas ambientais críticos e secundários.

Os problemas globais críticos, nesta visão, seriam aqueles que vão afetar a todas as regiões do planeta e para os quais não existem soluções tecnológicas no futuro previsível. Em contraste, os problemas secundários têm uma extensão não-planetária e soluções técnicas ou políticas à vista.

Embora não haja um consenso generalizado a respeito da ordem exata de intensidade dos problemas ambientais, postulo que a lista básica inclui a depleção da camada de ozônio, as mudanças climáticas, o acúmulo de lixo tóxico químico e radioativo, a perda de biodiversidade e a apropriação humana de biomassas. Num patamar inferior de gravidade, periculosidade irreversibilidade, encontram-se fenômenos tais como a chuva-ácida, a desertificação, a erosão, a poluição do ar, as enchentes, o esgotamento de recursos hídricos, a contaminação radioativa etc.

As estimativas referentes à contribuição relativa de diferentes países a estes diversos problemas são objeto de constantes re-avaliações; sem embargo, parece claro que a responsabilidade principal, para a maioria das ameaças planetárias mais graves, recai atualmente sobre os países de industrialização avançada. Apenas a perda de biodiversidade é diferente, devido ao fato de que o tesouro genético restante reside, em grande parte, nos países pobres.

Ou seja, em nível ambiental global, é inapropriado atribuir diretamente os graves problemas que ameaçam o futuro previsível do nosso planeta às taxas de crescimento

demográfico. Por outro lado, não há dúvida de que o crescimento populacional impacta negativamente sobre um elenco significativo de problemas ambientais menos "críticos". O importante, nesse contexto, é diferenciar entre ordens de causalidade, em espaços diferenciados.

4. População, Meio Ambiente e Desenvolvimento

Da discussão anterior, três pontos precisam ser destacados. Primeiro, os problemas ambientais mais graves são decorrentes da civilização industrial tal como a conhecemos. Segundo, a dinâmica demográfica influi no agravamento de tais problemas, principalmente, através do desenvolvimento. Faz isso de duas maneiras: através do crescimento populacional dos países desenvolvidos (onde o consumo per capita é mais elevado e mais danoso em termos ambientais) e no aumento do consumo per capita nos países pobres, de grandes dimensões e/ou de crescimento demográfico acelerado. Terceiro, o crescimento populacional, associado à pobreza, contribui para vários problemas ambientais importantes.

A seguir, enfocamos apenas aqueles problemas ambientais considerados mais graves. Nesse sentido, a trajetória futura da problemática ambiental mais crítica, em nível mundial, dependerá basicamente da evolução de três fatores:

a) do grau de incorporação de países atualmente subdesenvolvidos aos padrões de produção e consumo que prevalecem nas sociedades industrializadas;

b) do tamanho e do ritmo de crescimento populacional dos países que conseguirem crescer ou manter níveis elevados de crescimento econômico;

c) do ritmo de desenvolvimento e adoção de tecnologias que permitam padrões de produção e consumo mais condizentes com o bem-estar ambiental, tanto nos países atualmente desenvolvidos, como naqueles que poderão se desenvolver.

Nesse cenário, o futuro ambiental mundial depende fundamentalmente da natureza e do êxito dos esforços de desenvolvimento empreendidos, particularmente em países grandes e populosos. É preciso atentar para os prováveis impactos ambientais de tais esforços. Alguns elementos centrais dos modelos predominantes são inerentemente antagônicos ao bem-estar ambiental. Por outro lado, a nova divisão de trabalho internacional decorrente da globalização atual pode intensificar a diferenciação espacial da degradação ambiental, inclusive daquela com impactos ambientais globais.

5. Implicações para a Agenda Ambiental Brasileira

À luz das discussões acima, seria tolice ignorar simplesmente os impactos da dinâmica demográfica sobre a questão ambiental em qualquer nível de generalidade - mas particularmente em nível global.

Em termos de Brasil, a pobreza ainda combina com o crescimento populacional no sentido de contribuir para determinadas formas de degradação ambiental, particularmente, para o desmatamento. Entretanto, a densidade populacional reduzida e o dinamismo da queda da fecundidade relativizam essas preocupações aqui. Merecedor de atenção, nesse setor, é a democratização do acesso ao planejamento familiar e não o controle populacional por motivos ambientais ou econômicos.

Por outro lado, existe uma outra ótica populacional que é fundamental para a definição da agenda ambiental brasileira. A alocação da população sobre o espaço obedece à evolução da localização e da re-estruturação da atividade econômica. Por sua vez, estas mudanças espaciais de atividades econômicas e de população, induzidas pelas transformações no cenário econômico nacional e internacional, determinam onde e como a população afetará e será afetada pelo meio ambiente. Da mesma maneira, a incidência da população brasileira sobre a questão ambiental global dependerá de como e porque a população se re-aloca sobre o espaço.

O exame das tendências recentes de redistribuição espacial da população se encontra bastante concentrada em grandes cidades. As questões sociais e ambientais de maior significado para a população brasileira, assim como suas perspectivas de solução, necessariamente vão se centrar onde existe maior densidade econômica e demográfica.

A lista dos problemas ambientais urbanos brasileiros é típica do atraso e da pobreza. A questão básica agora é saber como a nova ordem mundial, que está surgindo com a globalização da atividade econômica, vai afetar essa dinâmica. Nessa redistribuição internacional da atividade produtiva, é perfeitamente possível que uma nova constelação de fatores, ligados à questão ambiental, se torne predominante.

Em suma, ao examinar a interrelação entre tendências de redistribuição, seus determinantes e suas consequências, o núcleo central da questão população/meio ambiente no Brasil fica definida em termos do próprio padrão de crescimento econômico que se busca atingir e das possibilidades de atingi-lo dentro da atual reformulação da economia mundial.

**Presidente do ISPN-Instituto Sociedade, População e Natureza/Brasília, DF*

O R G A N I Z A Ç Ã O



P R E P A R A Ç Ã O D O S E N C O N T R O S

- ORGANIZAÇÃO
- SUBSÍDIOS



"A ESTRUTURA E ACONJUNTURA BRASILEIRA, OS DESAFIOS DO MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS"

I - Visão panorâmica conjuntural e estrutural

1. Nem tudo está tranquilo entre os detentores do poder. A crise internacional está abalando o bloco trilateral / (Estados Unidos, Europa capitalista, Japão). O poderio norteamericano dá mostras de profunda crise. O dólar es tá ameaçado. A bolsa de valores internacional reflete a enorme convulsão que está acontecendo dentro do império capitalista. A desordem econômica alastra-se para o quin tal dessas grandes potências. América Latina e Brasil refletem o desarranjo do mundo ao qual pertencem como periferia subdesenvolvida. Os planos, os choques na eco nomia não conseguem superar o dilema inflação/ estagna- ção. No Brasil, percebemos com clareza que a política ' da produção para a exportação exige a política do arro- cho salarial. O arrocho produz a fome e a miséria gene- ralizada. O consumo fica cada vez mais restrito a uma faixa privilegiada. A maioria só pode consumir o estri- tamente necessário para não morrer de fome e continuar trabalhando.

A máquina estatal corrupta e desgovernada é outro lado da engrenagem responsável pela espoliação dos recursos. Essa é produto dos interesses transnacionais. Interessa ao império internacional do dinheiro que os regimes po- líticos dos subdesenvolvidos sejam fracos e desmora- lizados. Interessa o suceder-se de crises. Mas não pare- ce interessar neste momento as ditaduras ostensivas ou o predomínio direto das forças armadas.

Sistemas civis alinhados obedientes às diretrizes eco nômicas internacionais, tendo na retaguarda a força mi litar sempre pronta a intervir, agindo em surdina, é o ideal. No plano internacional, a estratégia militar só deve intervir nas áreas do mundo definidas como áreas de conflito (Oriente Médio, por exemplo). A América La- tina, por enquanto, não é tida como área de confronto direto. É por esse motivo que até agora os Estados Uni- dos não realizaram uma intervenção militar direta (inva- são) da Nicarágua.

Faltam: emendas e destaques aprovados.
12/ Assembleia.

Para conseguir o consenso das massas em meio à miséria crescente, outras estratégias são acionadas. A estratégia política, através da distensão, da anistia política, da liberalização do regime, da concessão de algumas liberdades convencionais (abrandamento da censura, reconhecimento de partidos políticos, inclusive de esquerda, certa abertura para o debate e a participação) No campo econômico, a estratégia é o recurso às reformas monetárias e aos planos de choque e impacto, acompanhados de promessas clamorosas de recuperação, de combate à inflação, de melhoria para os mais pobres. A tática é lançar periodicamente novos planos de impacto, com a troca de ministros e até de governo. Desta maneira o povo é levado a acusar o governo e o plano pelo fracasso e pela condição de miséria. O verdadeiro responsável, que é poder do capital, e o verdadeiro mecanismo responsável por tudo, que é a exploração do trabalho, ficam esquecidos e até perdoados. Daí o engodo que pode arrebatrar até mesmo militantes conscientes quando se incute a ilusão de que tudo pode mudar se se passar do presidencialismo para o parlamentarismo ou se com as diretas e a eleição de um novo presidente as mudanças vão acontecer. Essa ilusão é fruto do próprio fetiche que domina a economia. Esse feitiço tampa os olhos do povo que vai piamente acreditando que a culpa é do governo, e só do governo.

2. Porém a estratégia mais eficiente é a estratégia psico-social. Os meios de comunicação de massas estão encarregados de envaziar todas as forças que carregam no bojo as possibilidades reais de mudança na sociedade. Essas lideranças são periodicamente colocadas nas manchetes e nos noticiários com o objetivo de mostrar as suas contradições, seus pontos fracos, suas deficiências reais ou inventadas (basta elencar alguns episódios, como o de Leme, o racha da oposição metalúrgica em São Paulo, a questão dos marajás - que visava sujar a reputação de algumas lideranças do PT - as campanhas contra o CIMI, a CPT, a CUT, o constante policiamento sobre a Igreja "progressista", a campanha difamatória contra os Direitos Humanos).

3. A crise econômica brasileira revela-se, hoje, de forma mais dramática ainda, na questão da dívida externa -

que provoca uma sangria cada vez maior numa economia marcada pela desorganização e pela exploração do trabalho, em benefício do grande capital. Embora já esteja demonstrado que o Brasil já pagou várias vezes, de diversas formas, a dívida que o seu povo não contraiu e que o volume da dívida já chegou a um nível absurdo, tornando-o impagável, o governo continua amarrado a esquemas que reproduzem o modelo do Fundo Monetário Internacional (FMI) mesmo que isto não seja feito formalmente. Somente para o pagamento parcial dos juros da dívida, o Brasil terá transferido para o exterior, até o final de 1987, nada menos de 80 milhões de dólares. Este dinheiro significa mais arrocho salarial, mais fome e mais desemprego para os trabalhadores brasileiros, na medida em que deixa de ser aplicado para diminuir a dívida interna que afeta duramente o país.

Ainda no plano econômico, o poder aquisitivo da população diminui dia após dia, os preços aumentam também diariamente: sobem os preços dos alimentos, transportes, remédios, roupas e se torna sempre mais difícil, senão impossível, sobreviver com o que ganham os trabalhadores na faixa do salário mínimo. Nesta faixa de até três salários mínimos, situam-se 80% dos brasileiros incluídos na população economicamente ativa. Segundo dados do IBGE, 42% dos assalariados brasileiros recebem menos de um salário mínimo, hoje em torno de 4.500 cruzados.

4. Para compreender o agravamento da crise política, é preciso, antes de tudo, considerar o caráter da transição do regime militar para o regime civil através da chamada "Nova República". Ao contrário do que é apregoado pelo governo e pelos partidos que o apóiam, o que ocorreu, de fato, foi uma transação política, de cúpula, mantendo os privilégios tanto das elites civis, quanto das elites militares dominantes. A etapa política que o país vive hoje representa mais um momento na transição sob controle das classes dominantes, iniciada no governo Geisel - com a "distensão lenta e gradual" - e completada no governo Figueiredo, quando foram feitos os acordos para a passagem do regime militar para o regime civil, sob tutela militar. Uma fatalidade - a morte de Tancredo Neves - fez com que subisse à Presidência da República o ex-presidente do PDS, partido de apoio à ditadura militar, José Sarney.

5. Na busca do consenso da opinião pública, a chamada "Nova República" definiu pelo menos cinco grandes projetos de impacto, na tentativa de se consolidar como exemplo de "transição pacífica" da ditadura para a "democracia". Estes projetos foram: 1. A reforma agrária, criando-se, para isto, o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD); 2. Uma política de enfrentamento com o Fundo Monetário Internacional (FMI); 3. A realização de uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana; 4. O restabelecimento de relações diplomáticas com Cuba, satisfazendo aos reclamos dos setores progressistas do país; 5. A legalização dos Partidos Comunistas.
- Nenhum desses projetos da "Nova República" vem sendo realizado de acordo com as promessas.
6. A reforma agrária do governo é uma mentira. O presidente José Sarney prometeu, em 10 de outubro de 1985, o assentamento de 1 milhão e 400 mil famílias em quatro anos, com a quota de 250 mil no primeiro ano. Nem 10% deste total do primeiro ano foram asentadas. Quando o ministro Marcos Freire assumiu o MIRAD, disse que era preciso "realismo" e que o governo decidira reduzir as metas em 70%, restando somente 30% das metas oficiais a serem concretizadas. Estes 30% a serem efetivados em 1987, até hoje também não saíram do papel. Calcula-se hoje a existência de 10 a 12 milhões de trabalhadores rurais (famílias) sem terra no país. Na "Nova República", ao contrário das promessas oficiais, só aumentou a violência contra lavradores, registrando-se cerca de 600 lavradores assassinados em cerca de dois anos e meio. Ao mesmo tempo, aumentou terrivelmente a repressão policial contra os lavradores, sobretudo nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul do país.
7. Ao contrário das promessas, o governo não concretizou o enfrentamento com a política recessiva do FMI. Na verdade, vem implementando-a através da adoção de medidas que afetam e reduzem o poder aquisitivo dos trabalhadores, traduzindo-se em aumentos abusivos de preços e impostos, sem que sejam afetados os interesses dos banqueiros, dos especuladores, dos marajás e outros especuladores. Depois de ter declarado uma falsa moratória - resultante da falta de dinheiro em caixa e não de um ato de soberania -, o governo rende-se, cada vez mais, às estratégias do FMI e dos grandes grupos econômicos transnacionais.

8. Do mesmo modo, não se realizou a Assembléia Nacional Constituinte exclusiva, livre e soberana. O Congresso Constituinte, realizado em seu lugar, tem hegemonia conservadora - como demonstram as manobras do chamado "Centrão" - e revela as suas contradições de forma particularmente grave, neste momento, deixando no esquecimento ou em plano secundário as demandas da grande maioria da sociedade brasileira, traduzidas em emendas populares. Mesmo assim, a campanha para as emendas populares teve aspectos positivos ao aproximar o povo da realidade político-parlamentar e ao favorecer a sua organização.
9. As relações diplomáticas com Cuba foram restabelecidas, mas na verdade, têm sido marcadas pelo clima de desconfiança, por parte do Brasil, já que o embaixador e os diplomatas cubanos, em Brasília, vivem praticamente como prisioneiros, tendo que pedir licença ao governo, sempre que necessitam deslocar-se pelo país. Da mesma forma, as relações com Cuba ainda não se traduziram, até agora, em intercâmbio comercial que beneficie as duas partes.
10. Quanto à legalização dos Partidos Comunistas, não significou, efetivamente, um sinal de democratização efetiva da ordem política brasileira. As leis de exceção continuam em vigor e o sistema repressivo, de cerceamento ideológico da cidadania, continua incólume, como uma espada permanentemente levantada sobre as cabeças dos brasileiros. O Brasil tem uma das maiores máquinas repressivas de todo o mundo. A registrar, ainda, que, até hoje, nenhum agente policial e militar torturador foi ouvido e a situação dos presos políticos desaparecidos continua no mais absoluto mistério. A própria anistia para militares atingidos pela ditadura militar foi recentemente negada pela maioria da Comissão de Sistematização, unindo interesses que vão do PMDB ao PDS e ao PFL.
11. Mergulhada nas suas contradições, mas - sobretudo - desejosa de manter a sua hegemonia, custe o que custar, a "Nova República" (leia-se elites civis e militares dominantes) já articula a sua permanência no governo nas eleições presidenciais diretas, previstas para 1988, somando forças em torno de candidaturas populistas, comprometidas com a manutenção de todos os privilégios das classes dominantes.
12. Outro fenômeno conjuntural da maior importância é a articulação da direita urbana e rural, unida em torno da bandeira da "livre iniciativa". No campo, a hegemonia dessa frente de direita (reeditando, em grande escala, os tempos de

1963) é a UDR (união Democrática Ruralista). Nas cidades, juntam-se a UDU (união Democrática Urbana), a ACRN (Ação Cívica de Recuperação Nacional), as Federações do Comércio, as Federações das Indústrias, o Rearmamento Moral, a TFP, setores da CGT, a USI, o PDS, PFL, PTB, PL e outros partidos de direita, além da Frente Ampla da Livre Iniciativa e o Pensamento Nacional das Bases Empresariais. Esta grande e poderosa articulação consolida seus braços político-parlamentar, de imprensa, militar (através da ABDD- Associação Brasileira de Defesa da Democracia), religioso (favorecendo grupos espiritualistas e seitas) e sindical, criando as bases para apoiar projetos ditatoriais e anti-populares. Somente no Congresso Constituinte, essa articulação está investindo em torno de 35 milhões de dólares, segundo notícias dos jornais.

13. A crise brasileira revela-se, também, de forma gravíssima no plano social. Cada ano, segundo dados do próprio governo, são jogadas nas ruas dois milhões de crianças abandonadas. O déficit habitacional é crescente. As doenças estendem-se por todo o país, afetando principalmente os mais pobres que não podem comprar os remédios cada vez mais caros. Avolumam-se o desemprego e o subemprego. Agravam-se os índices de violência urbana e a repressão policial contra os trabalhadores.
14. Neste campo da repressão, a tortura - que também atingiu setores médios durante a ditadura militar - continua sendo amplamente empregada nas delegacias e outras repartições policiais, sem que sejam tomadas medidas punitivas.
15. O sistema carcerário está, também, cada vez mais canceroso, com a superlotação dos presídios, a corrupção e a impossibilidade de espaços mínimos para a recuperação dos presidiários.
16. No campo dos direitos humanos, superpõem-se, no Brasil, deste final de 1987, duas realidades: de um lado, a violação sistemática dos direitos humanos, principalmente os direitos sociais básicos e os direitos individuais, afetando, sobretudo, os empobrecidos e os marginalizados; de outro, como elemento positivo, avança a organização do povo nas entidades de direitos humanos, cada vez mais articuladas e também preocupadas com a formação nessa área.
17. A destacar, necessariamente, nessa análise, a violação dos direitos humanos dos indígenas, vítimas, este ano, não somente da exploração secular a que são submetidos desde

a conquista, como também de uma campanha de mentiras, veiculadas pela grande imprensa, a serviço dos grandes grupos econômicos brasileiros e transnacionais, atingindo também as igrejas e as entidades comprometidas com os povos indígenas.

II - A REAÇÃO POPULAR E SUAS DIFICULDADES

A reação popular é antes de tudo uma reação que se manifesta num sentido generalizado de descontentamento, de pessimismo, de desesperança. Numa idéia cada vez mais constante de que não há saída. Numa revolta muito confusa que não sabe dizer contra ou contra quem é preciso revoltar.

Os grupos conscientes, partidos de oposição, sindicatos autênticos, lideranças movimentos e entidades de base estão vivendo uma fase de retração e não estão sabendo lidar com a situação. Estão sendo envolvidos pelas estratégias que descrevemos. Não estão percebendo que a ~~nova~~ República de Transição inaugurou a volta de algumas liberdades civis mas em troca agravou outras formas de repressão. Deu ao povo um certo direito de se reunir, de votar e até chiar, mas ao mesmo tempo vem tirando as possibilidades concretas de se reunir e participar. Obrigando o trabalhador a um ritmo de vida infernal na luta pela sobrevivência. Assim o trabalhador não tem as mínimas condições de parar para pensar e se organizar. E quando o sujeito tem alguma folga, a TV alienada, o futebol, o boteco, as excursões baratas de fim de semana (para quem pode) se encarregam de ocupar o tempo livre. É preciso inventar maneiras de lidar com essa nova realidade.

A Igreja (as Igrejas) vivem também um momento de dificuldades. A impressão é que também não estão sabendo lidar com essa conjuntura. Uma forte pressão externa e interna da linha conservadora tem esfriado o entusiasmo que a Igreja manifestava durante o período de repressão e de ditadura. O conservadorismo externo conseguiu notáveis vitórias no Brasil, conquistando pontos-chaves com a nomeação de bispos moderados e até retrógrados para ocupar dioceses importantes. As bases engajadas tem perdido o apoio em muitos lugares e não estão sabendo lidar com essa nova realidade. Algumas campanhas oficiais da CNBB (sobre o menor, sobre saúde, higiene e nutrição) talvez devam merecer um questionamento crítico, não para desmerecê-las mas para ajudá-las a se revesti-rem cada vez mais de um caráter abrangente, que

toca as raízes dos fatos.

O Movimento Popular só tem conseguido sucesso em áreas res-
tritas de reivindicações imediatas, sobretudo na questão
da terra e da moradia. Nas áreas de saúde, transporte, sa-
neamento, educação, a impressão é que os movimentos estão
enfrentando enormes obstáculos para se organizar e lutar.
No que tange a questão carcerária e a violência policial,
pequenos grupos têm levado à frente bandeiras importantes
de luta. Mas são uma gota d'água contra uma enorme corren-
te reacionária, a qual, de posse dos meios de comunicação,
abafa todas as tentativas de conscientização e de enfrenta-
mento. Os episódios de Presidente Venceslau e da Penitenci-
ária de São Paulo, só para citar dois entre os inúmeros,
praticamente já se apagaram da memória do povo e resultaram
numa absoluta impunidade dos culpados. Manipulação dos fa-
tos, a impunidade e destruição da memória é a tática que
se repete em cada episódio. Quais os meios para reverter
essa situação?

Já ressaltamos que lideranças realmente capazes de levar
adiante a transformação da sociedade são alvo constante da
estratégia psico-social denigratória. CIMI, CPT, CUT, PT,
Movimentos de Direitos Humanos compõem a lista negra daque-
les que não querem o avanço da sociedade. Como estão todos
no mesmo barco, por que não param para pensar em conjunto
uma estratégia comum de luta contra essa maré? Por que não
param para indagar a fundo as razões que levam os Midia a
apresentá-las como entidades estranhas, baderneiras anti-
povo, panelinhas de interesses, etc. Se por trás dessas ca-
panhas que periodicamente se repetem na Midia está o gran-
de objetivo de abrir um vale intransponível e de separar
as lideranças de massas, mediante o descrédito, a desconfian-
ça e o repúdio, se por trás está o interesse de abrir o
terreno para o populismo, que retorna como o grande instru-
mento de manobra eleitoreira e de manipulação do povo, por
que não articular esforços entre essas entidades para uma
estratégia comum de luta contra essa situação? Será que
as nossas lideranças estão conscientes da jogada política
que se esconde sob essas campanhas difamatórias? Será que
ingenuamente não se prestam a esse jogo, quando se afastam
das bases e comprometem o próprio tempo em trabalhos e ma-
nobras de cúpula que servem para distanciá-las ainda mais
das bases, deixando o campo livre para a infiltração do
descrédito e até do repúdio?

III - O MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E SUAS PERSPECTIVAS

1. O MNDDH, apesar de ter conquistado estruturação em quase todos os Estados do país, não conseguiu intervir de forma consequente na sociedade brasileira. O movimento, do ponto de vista prático, ainda é embrionário. A criação da Comissão Nacional, no último Encontro (Olinda), não criou um fato político marcante, que fizesse avançar nos sa luta. Isto não é falha da Comissão, mas um problema que diz respeito ao conjunto do próprio movimento.
2. A questão da legalização ou não do MNDDH, entendemos não ser a questão mais importante hoje. Não é isto que irá de finir nosso avanço ou nossa paralisia, o importante é termos uma política que nos leve a legitimidade do movimento, onde extrapole os CDDHs, CJP's, e atinja a sociedade civil brasileira.
3. Apesar da contribuição importante do SIN enquanto veículo de denúncia, informações das violações dos direitos humanos, este serviço já não é suficiente para os desafios que a luta nos coloca. Nosso serviço de informação, denúncia e articulação tem que dar um salto de qualidade.
4. Há necessidade de formação política comum no MNDDH, para evitar o distanciamento entre as Regionais e promover uma maior articulação.
5. A articulação e formação, são tarefas difíceis que temos pela frente e dela dependerá o futuro do MNDDH. A busca de um "perfil ideológico" é condição de aprofundamento dos rumos e metas.

Diante do exposto é necessário que o MNDDH tenha claro o rumo para onde caminhar, numa visão de futuro. Para os militantes de Direitos Humanos, o ponto futuro onde queremos chegar é o direito fundamental que tem o povo oprimido de conquistar uma sociedade de iguais, na qual todos tenham a possibilidade real de satisfazer as necessidades fundamentais do ser humano.

Isso só será possível numa sociedade sem classes, sem dominação, na qual será eliminada a raiz da desigualdade

que é a apropriação privada do capital.

Nessa sociedade futura está a libertação que a fé exige. Sem libertação econômica não há libertação nenhuma. Isso não quer dizer que a libertação seja apenas econômica. Libertando o econômico, liberta-se todo o homem e toda sua cultura e se o homem continuar escravo, será absurdo falar em libertação espiritual e cultural.

A luz dessa sociedade nova, deve nortear a luta, as estratégias e as táticas do MNDDH. O movimento deverá descobrir objetivos capazes de unificar, a nível nacional, as lutas que os agentes dos Direitos Humanos realizam em suas regiões, comunidades. Descobrir, propor e realizar objetivos comuns é nosso desafio.

Nesse sentido, acreditamos que o MNDDH, deve ter um caráter que contemple o pluralismo ecumênico, seja supra partidário, supra religioso e tenha um plano de ação prática conjunta.

Papel do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos:
seu papel é e deverá ser sempre um papel estratégico, isto é a construção de uma sociedade alternativa que crie condições para se viver estruturalmente os direitos humanos. Uma sociedade verdadeiramente democrática, onde o povo participe do poder/governo para defender seus próprios interesses e anseios a partir das maiorias marginalizadas/ discriminadas. Isto é bem diferente de uma democracia burguesa e excludente, onde o povo participa apenas na hora de votar e onde a minoria dos que participam do poder em nome do povo na verdade defendem os seus interesses pessoais e/ou interesses de minorias possuidoras de todos os direitos. Uma sociedade construída sobre um sistema onde o fruto do trabalho dos que produzem seja partilhado com justiça por todos aqueles que participam do processo de produção. Isto é bem diferente de um sistema onde o fruto do trabalho de uma maioria é apropriado por uma minoria. Uma sociedade realmente pluralista que respeite e ofereça espaço para distintas tradições culturais e para diferentes manifestações de fé tendo como critério fundamental para essa convivência igualitária tudo aquilo que ajuda à humanização de seus membros (caráter pessoal) e que favorece as relações sociais para concreta comunhão - caráter social.

O contrário de uma suposta igualdade onde cultura e fé são impostas a partir de setores dominantes que se acreditam superiores, possuidores da verdade e capacitados para determinar o que é certo e errado, o que é bem e mal, o que é verdadeiro e falso, sempre a partir de seus interesses particulares ou de sua visão parcial.

Nesse sentido o papel estratégico permanente do MNDDH é ser parte de um processo de construção dessa sociedade através do

apoio e fortalecimento de um projeto político participativo e popular. Por isso seu papel implica profunda vinculação às lutas populares, fortalecimento das organizações populares em sua autonomia e permanente análise crítica da conjuntura econômica-política-ideológica (cultural) a partir dos marginalizados.

Função do MNDDH: tendo em vista seu papel estratégico, o MNDDH pode desempenhar várias e diferentes funções tanto no que se refere ao Movimento como um todo como no que se refere aos regionais e grupos locais. Aqui cabe sempre partir da realidade e priorizar o fortalecimento do poder popular e/ou do poder dos marginalizados/discriminados.

Atento às forças da conjuntura e com clareza do seu papel, o MNDDH procura das respostas imediatas que ajudam avançar as lutas populares. Para isso tendo lucidez de adequar sua prática ao que melhor contribua para reverter o quadro estabelecido.



Subsídios

TEXTOS DE APOIO 15

INDH

"10 ANOS DE LUTA PELO DIREITO 'A VIDA'"

OS 500 ANOS E A IMPRENSA



SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

MNDH
MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

SECRETARIA EXECUTIVA

Valéria Getúlio de Brito e Silva
SDS Ed. Venâncio VI Bloco "O" no. 39 Sala 109
Brasília-DF
Fone: (061)225-3337 Fax: (061)225-7157
CEP: 70302

SECRETARIA DE VIOLÊNCIA E CIDADANIA

Augustino Veit
SDS Ed. Venâncio VI Bloco "O" no. 39 Sala 109
Brasília-DF
Fone: (061)225-3337 - Fax: (061)225-7157
CEP: 70302

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

Roque Grazziotin
Caixa Postal 59
Caxias do Sul-RS
Fone: (054)221-4432 - Fax: (054)223-1946
CEP: 95100

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

Dermi Azevedo
Rua Guarani, 113 Apt. 100 9o. Andar
Bairro Bom Retiro
São Paulo-SP
Fone: (011)443-5663 - Fax: (011)443-4131
CEP: 01123



SDS ED. VENÂNCIO VI BLOCO O No. 39 SALA 109 - 70302 - BRASÍLIA-DF
Fone: (061)225-3337 - Fax: (061)225-7157

OS 500 ANOS E A IMPRENSA

Dermi Azevedo

É sabido por todos nós que a comunicação social não existe como um fenômeno isolado dentro da sociedade, mas como um processo de transformação em discurso da ordem social, econômica, política e cultural existente no cotidiano dos homens e das mulheres. A palavra re-trabalhada é devolvida à opinião pública, a partir de posição de classe ocupada pelos atores sociais, numa determinada sociedade. Todos os meios pelos quais a comunicação é explicitada amoldam-se aos interesses hegemônicos e por eles são modelados. Não há qualquer tipo de neutralidade, nem uma objetividade essencial. A própria notícia, a reportagem, o artigo, a nota, o editorial, a crônica, apresentam um aspecto formal, lógico, altamente aperfeiçoado e um outro aspecto ideológico, uma organização formal de um lado e uma mensagem inserida na forma, através da qual transparece a ideologia de quem controla e de quem domina o sistema e o meio de comunicação. Vale lembrar, nesta fase introdutória à nossa reflexão, o axioma de Hans Magnus Enzensberger: "A comunicação dominante é a comunicação das classes dominantes".

O tema "Os 500 anos e a imprensa" será tratado em quatro momentos: no primeiro, refletiremos sobre as matrizes referenciais que como que dirigem o tratamento da mídia à temática do quinto centenário da conquista da América Latina. No segundo, apontaremos - a partir da perspectiva da comunicação social - alguns elementos sobre a nova conquista, não mais somente na América Latina, mas de todo o mundo, nesta reta final para o início do terceiro milênio. No terceiro, levantaremos algumas pistas de reflexão sobre as ilusões ligadas à reprodução, nos dias de hoje, em novo contexto e diante de novos desafios, de métodos evangelizadores com características de neo-cristandade. E, por último, faremos uma síntese, com pistas para nossa reflexão.

1. Matrizes referenciais

O espaço na mídia para o tema dos 500 anos do "descobrimento" da América aumenta cada vez mais. A ocupação deste espaço é sempre feita como não poderia deixar de ser, com base em **matrizes referenciais**, inseridas dialeticamente na estrutura lógica dos materiais publicados. Vamos refletir sobre algumas dessas matrizes, a partir de leitura de textos sobre os 500 anos, publicados na imprensa européia (Le Monde, Le Point, El País), norte americana (Newsweek) e brasileira (Veja e Jornal da Tarde, de São Paulo).

São estes, entre outros, alguns dos alicerces que sustentam toda a abordagem do tema do quinto centenário:

1.1.0 colonizador como referência básica, ponto de partida. A figura de Cristóvão Colombo como protótipo do conquistador.

Uma leitura acrítica das matérias sobre os 500 anos indica que a conquista das terras americanas e a submissão imposta aos seus povos foi uma iniciativa de indivíduos (reis, comerciantes, navegantes, aventureiros, secundados por missionários que garantiram a legitimação religiosa e ideológica à **odisséia**). Entre esses indivíduos, sobressai-se a figura de Cristóvão Colombo. Numa coerência ideológica, ficam em segundo plano os condicionamentos econômicos, políticos, sociais e culturais ligados à Conquista, no contexto do processo de formação capitalista.

Numa das matérias da série "Descobrimento da América", do Caderno de Sábado do Jornal da Tarde, Cristóvão Colombo é apresentado como "um obscuro marinheiro genovês, autodidata incansável, que se tornou tão famoso quanto Cristo, ao abrir, sem saber, as portas do Novo Mundo". É mostrado, ainda, como "um intruso da Renascença na Idade Média... que abriu a Idade Moderna, mas acabou ganhando inimigos e morrendo no ostracismo."

O processo histórico é também sacrificado no altar do acaso. Diz o articulista que Colombo "pisou terras da América sem saber" e que isto foi "um pequeno passo para ele e um grande passo para a humanidade", numa paráfrase da observação de Neil Armstrong ao se tornar, em 1969, o primeiro homem a pisar na Lua. Nesta abordagem individualista, individualizadora, a mídia reproduz uma visão historiográfica predominante desde os primeiros registros, as primeiras crônicas sobre o chamado "descobrimento" da América. O próprio nome dado ao continente é um exemplo concreto neste sentido. De Américo Vespúcio, o navegador, o aventureiro, tirou-se o nome da América.

Não somente a imprensa, mas também a audiovisual, segue a mesma tendência. O cineasta Ridley Scott, mesmo diretor do science-fiction "Blade Runner", dirige um filme sobre os 500 anos, centralizado na figura de Colombo, que será vivido pelo ator francês Gérard Depardieu. Simbolicamente, a Conquista é contada como ficção, como se os acontecimentos ligados à apropriação violenta dessas terras e ao massacre de seus povos tivesse sido algo fantástico, mais ficcional que real.

1.2. O massacre como consequência inevitável da Conquista, como algo "natural".

Praticamente todos os artigos sobre os 500 anos - e também os audiovisuais - fazem referências ao morticínio ligado à imposição da hegemonia dos senhores europeus sobre o chamado "Novo Mundo". O massacre é, porém, conotado com o juízo do "natural". Mais do que isto: os articulistas ficam presos na dimensão do passado e não enxergam a sequência do massacre histórico nos dias de hoje, com a matança cotidiana de índios, negros, trabalhadores rurais e urbanos, líderes sindicais e de movimentos populares em todas as partes da nossa América. Em artigo para o suplemento cultural do Jornal do Brasil, de 6 de outubro último, Leonardo Boff lembra, por exemplo, que "a invasão significou o maior genocídio da história humana" e que

"a destruição foi a ordem de 90% da população", destacando que "de 22 milhões de aztecas em 1519, quando Hernán Cortez penetrou no México, só restou, em 1600, um milhão".

1.3. Eufemismos para designar a Conquista

"Descobrimento", "Conquista", "Encontro de dois mundos"? Em torno destas palavras e destas expressões, registram-se também as contradições na abordagem da imprensa sobre os 500 anos. Nada mais incômodo que chamar as coisas, as realidades, os processos históricos, pelos seus próprios nomes. Os eufemismos até expressam partes do real, mas - na visão dada ao tema pela comunicação dominante - tentam esconder o caráter medularmente espoliador e genocida do processo da Conquista.

A revista norte-americana *Newsweek* intitula "1492-1992: quando dois mundos colidem" a sua edição especial sobre os 500 anos. *Le Monde Diplomatique*, a principal publicação especializada em assuntos internacionais hoje, fala do tema em sua edição de novembro, a partir de um título aparentemente neutro "A propósito do 'descobrimento' da América". Faz isto para introduzir um instigante artigo do escritor argentino Ernesto Sabato sobre a temática da "identidade nacional".

Sabato começa por não atribuir caráter pejorativo à expressão "Descobrimento da América" por entender que os europeus descobriram o novo continente, enquanto o conquistavam. Defende, depois, a expressão "Encontros dos dois mundos", embora com o reconhecimento crítico das atrocidades cometidas pelos conquistadores. Passa, depois, a assinalar o que chama de "consequências positivas" da conquista para a literatura, entre outras áreas. Para Ernesto Sabato, o que chama de "lenda negra" sobre a Conquista seria algo ligado, ainda à época, aos interesses de outras potências colonizadoras como a Inglaterra que pretendiam, assim, encobrir os seus próprios massacres e seus racismo nas Antilhas e na América do Norte.

Após afirmar que "todas as conquistas foram cruéis, sanguinárias e injustas", Sabato critica a tese da recuperação da "identidade" americana, afirmando ser "estranho que um grande número dos que se propõem a recuperar nossa identidade, falem a boa e antiga língua de Castela e não as línguas indígenas". Para o escritor, "trata-se de uma maneira paradoxal de reivindicar o que é autóctone". De maneira fatalista, pede que "aceitemos a história tal como ela é, 'sempre suja' e que 'não corramos atrás de pretensas identidades'".

1.4. Espaço reduzido para a expressão dos dominados

Numa reprodução do que sempre aconteceu na história da América Latina - a expropriação do ter, do saber e do poder das maiorias -, a mídia concede espaço reduzido à expressão dos povos secularmente dominados e de seus remanescentes. Quem fala, habitualmente, na imprensa, sobre o outro lado da história, são os especialistas, os intelectuais (na visão mais usual dessa expressão), mesmo quando se trata de estudiosos que, empaticamente, parte do lugar social do índio, do negro, do trabalhador rural e urbano

explorados. Muitas vezes, quando o esmagado fala, predomina - no tratamento jornalístico - o exótico, o pitoresco, o folclórico.

Esta marginalização informativa e opinativa apenas mudou de época e de contexto, nestes 500 anos. Foram cronistas e, inclusive, defensores dos índios que registraram, de uma forma ou de outra, dimensões da vida desses povos. Hoje em dia, apesar de todos os avanços nesta retomada do ter, do saber e do poder, por parte dos povos esmagados, dos condenados da Terra (expressão de Frantz Fanon), eles não têm ainda muita vez para expressarem diretamente o que pensam, como sentem sua vida e suas utopias. São muitos os intermediários, inclusive missionários, antropólogos, políticos e governantes...

1.5.A ausência do "outro lado" na apresentação dos aspectos religiosos da Conquista.

Se a história é contada a partir do lugar social do dominador, é coerente que a dimensão religiosa nesse processo de dominação seja limitada à exaltação ou mesmo à apresentação das atividades dos missionários que sacramentaram a Conquista. Figuras como Antônio de Montesinos e Bartolomé de las Casas aparecem, quase exclusivamente, nos textos de releitura histórica, iluminados pela Teologia da Libertação.

1.6.A Conquista como fator de "progresso".

Subjacente à maioria dos artigos e matérias sobre os 500 anos, aparece também a mensagem de que a Conquista veio trazer "progresso" às terras e aos povos "atrasados" deste continente. O que representou este "progresso" pode ser verificado numa simples referência feita por Hernán Cortez numa das **Cartas de Relação sobre a Conquista do México**: "Outro dia, voltei a andar por outro lugar, antes que amanhecesse, sem ser notado por eles, acompanhado por cavaleiros, por cem peões e pelos índios meus amigos, e queimei mais de dez povoados, alguns deles com mais de três mil casas e os moradores lutaram comigo... E, como trazíamos a bandeira da Cruz e lutávamos por nossa fé e a serviço de Vossa Sagrada Majestade, Deus nos deu tanta vitória, em sua muito real ventura, que matamos muita gente, sem que os nossos sofressem dano".

2.A Nova Conquista, a partir da perspectiva da Comunicação.

Quinhentos anos depois da primeira Conquista, a mídia registra sinais dos tempos que indicam estar em pleno andamento uma nova Conquista, tão imperialista quanto a primeira. Numa tragédia sempre repetida, em novos contextos, sob formas diferentes, a idéia do "progresso" está subjacente para tentar legitimar a dominação do Sul pelo Norte, a concentração da riqueza e do poder nos sete grandes do mundo, a manutenção instrumental dos povos e nações da Ásia, África e América Latina sob o jugo dos grandes centros de poder, a disseminação de uma implacável lógica do mercado que resulta, necessariamente, na divisão dos homens e mulheres entre aqueles que podem e aqueles que não podem consumir.

Deste modo, os 500 anos assumem uma dimensão de permanência e continuidade históricas, ganham um caráter simbólico infelizmente (embora coerentemente) não destacado pelos meios de comunicação de massa.

Não é à-tôa, por exemplo, neste contexto, que o Japão esteja construindo uma das caravelas que retornarão à América em 1992, como réplicas das naves de Colombo. O Japão e os outros seis grandes já traçaram também o novo Tratado de Tordesilhas, no qual também não falta lugar para as Igrejas. Não é à-tôa que os Estados Unidos empenham-se no estabelecimento o mais rapidamente possível da sua "Iniciativa para as Américas" com os chamados "mercados livres" (Mercosul, Mercado Andino) na lógica da concorrência com a Europa e com o Japão.

3. As ilusões da retomada da neo-cristandade

A legitimação religiosa e ideológica dos 500 anos não terminou com o teólogo Juan Ginés de Sepúlveda, conselheiro de Carlos V, que considerava legítima a submissão dos índios porque, segundo sua interpretação, são seres inferiores que fazem guerras, praticam sacrifícios humanos e não seguem o modelo da propriedade privada. Nem terminou com Francisco de Victoria, religioso dominicano, que justificava a guerra contra os índios caso negassem aos espanhóis o "direito" de pregar a religião cristã, ou combatessem o chamado "Direito das Gentes".

Agora mesmo, anunciou-se que o papa João Paulo 2o. voltará à América Latina em 1992, refazendo o mesmo itinerário de Cristóvão Colombo, embora de avião, para se encontrar, em Santo Domingo, com o rei de Espanha, Juan Carlos, por ocasião da conferência dos bispos latino-americanos.

Os discursos sobre os 500 anos, no âmbito eclesiástico, refletem também, de certa forma, a continuidade destas contradições históricas. Um exemplo significativo neste sentido foi o encontro do Papa com os representantes dos povos indígenas, em Cuiabá, em 16 de outubro último. Em seu discurso, o Papa disse não poder negar sua "grande dor" "ao ter conhecimento de que alguns poucos, inclusive alguns que deveriam ver neles (nos missionários) o seu modelo, têm tentado denegri-los, com uma visão distorcida, mais política e ideológica do que religiosa, da histórica da evangelização no Brasil".

Dos representantes de 34 nações indígenas, João Paulo 2o. ouviu outra mensagem: "As vésperas do Quinto Centenário da invasão da Ameríndia - disseram eles -, os povos indígenas do Brasil são contra as comemorações festivas, porque, ao longo desses séculos, vêm sofrendo um processo de extermínio. São 500 anos de sofrimento e tristeza. A partir de então, iniciou-se uma nova história para os povos indígenas, onde nossa espiritualidade foi substituída por outras doutrinas que massacraram e massacram nossa cultura, costumes e modo de viver... Outrora, éramos donos deste imenso país, agora ocupado pelas civilizações ocidentais que o tomaram, destruíram, fizeram dele instrumento de lucro e transformaram nossa liberdade em política de extermínio implantada através de ideologias anti-indígenas".

Somente entre a primeira visita do Papa, em 1980 e a última, foram assassinados 141 índios no Brasil, a maioria deles na Amazônia, em conflitos ligados ao uso e à posse da terra. 61% de suas terras ancestrais não foram demarcadas.

Da índia Edna Silva de Souza, filha de Marçal Tupã-i, que falou para o Papa em 1980 em Manaus e foi assassinado em 1983 -, João Paulo 2o. ouviu esta mensagem: "Hoje, Santo Papa, os povos indígenas ainda padecem de muito sofrimento. A invasão que sofremos há 500 anos ainda continua, mas de forma disfarçada, através de uma ideologia de dominação que tenta de diversas maneiras negar o nosso direito de existir, como povos diferenciados".

Na matéria que escrevi para o Jornal da Tarde, relatando esse encontro de Cuiabá, citei um momento altamente simbólico: "No final do encontro, depois de seu discurso de improviso, o Papa abençoou e apertou as mãos dos indígenas, beijou suas crianças e pediu ao seu secretário que distribuisse pequenos estojos com terços para os índios. "O que é que eu vou fazer com esse terço se não sei rezar?", perguntou uma índia para sua vizinha. "Eu vou pendurá-lo no pescoço", disse um Xavante, todo pintado de urucum, enquanto a segurança pontifícia tentava inutilmente organizar os índios em filas".

De todas as formas, numa sociedade em avançado processo de secularização, algumas instituições eclesásticas tentam retomar uma hegemonia absoluta sobre corações e mentes, não somente dos índios, mas também de outros povos. Neste contexto, situa-se também a cruzada neo-evangelizadora dos projetos "Evangelização 200" e "Lumen 2000", sobre os quais tive oportunidade de refletir em um encontro do CEDI.

4. Síntese

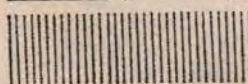
Os 500 anos de conquista e de massacre dos nossos povos integram um processo contínuo e permanente. Há na história de ontem e de hoje um significativo testemunho de resistência, traduzido em centenas e milhares de martírios.

Neste contexto, a imprensa registra os fatos, a partir de sua inserção numa sociedade dividida entre dominadores e dominados. A estrutura lógica das informações e comentários está dialeticamente ligada a uma dimensão ideológica, nem sempre facilmente perceptível e que aparece, inclusive, quando não relata o lado dos descartáveis, dos oprimidos e esmagados.

Cabe-nos desvendar e desnudar esta realidade, reforçar a leitura crítica não só sobre os 500 anos, mas também sobre tudo o que se escreve e se divulga a respeito deste acontecimento. Cabe-nos, definitivamente, lutar para que - em todas as nossas igrejas e instituições - seja abandonada a idéia de que evangelização e opressão, anúncio de Jesus Cristo e práticas de genocídio sócio-econômico-político-cultural e religioso, poderiam ser compatíveis.

Dermi Azevedo é jornalista, Secretário de Comunicação do MNDH, Coordenador de Comunicação Social da Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo (SP) e editor de Ecumenismo da Agência Ecumênica de Notícias.

SIN



serviço de intercâmbio nacional pela defesa dos direitos humanos

RUA CARLOS GOMES, 180
25680 PETRÓPOLIS, RJ

CP 90581
TEL.: (0242)42-2462

SERVI- A VIDA

CARTA DE PRINCÍPIOS DO MNDDH

A caminhada pelos direitos humanos é a própria luta do nosso povo oprimido, através de um processo histórico que se inicia durante a colonização e que continua hoje, na busca de uma sociedade justa, livre, igualitária, culturalmente diferenciada e sem classes.

Neste sentido, o MNDDH - Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos - afirma que os direitos humanos são, fundamentalmente, os direitos das maiorias exploradas e das minorias espoliadas cultural, social e economicamente, a partir da visão mesma destas categorias.

Para cumprir seus compromissos, o nosso Movimento baseia-se nos seguintes princípios:

1. Estimular a organização do povo, para que se conscientize de sua situação de opressão, descubra formas para conquistar e fazer valer seus direitos e para se defender das violências e arbitrariedades, promovendo, em todos os níveis, uma educação social e política para os direitos humanos. Este esforço deve possibilitar que o homem torne-se, cada vez mais, sujeito da transformação das atuais estruturas.

2. Lutar, com firmeza, para garantir a plena vigência dos direitos humanos, em qualquer circunstância, defendendo a punição dos responsáveis pelas violações desses direitos e a justa reparação para as vítimas.

3. Incentivar e garantir a autonomia dos movimentos populares, ultrapassando os interesses institucionais, partidários e religiosos, considerando a pluralidade de opinião e reafirmando a opção fundamental, que é o nosso compromisso com os oprimidos.

4. Ter claro o seu papel, suas limitações e potencialidades, sua identidade, repudiando qualquer forma de instrumentalização e se caracterizando como entidade não governamental.

5. Combater todas as formas de discriminação por confissão religiosa, diversidade étnico-cultural, opinião política, sexo, cor, idade, deficiência física e/ou mental, condição econômica e ideologia.

Unidos, lutaremos pela realização desses compromissos, caminhando, assim, para a construção de uma **NOVA SOCIEDADE** e do **HOMEM NOVO**, no Brasil, na América Latina e no mundo.

Olinda, 26 de janeiro de 1986

IV Encontro Nacional de Direitos Humanos
(cf. SEDOC 195 - outubro 1986, cols 340s.
Ed. Vozes. Petrópolis-RJ)

SIN

serviço de intercâmbio nacional pela defesa dos direitos humanos

RUA CARLOS GOMES, 180
25690 PETROPOLIS, RJ

CP 80581
TEL.: (0242)42-2462

SERVIR A VIDA

ESTRUTURA, CONJUNTURA E DIREITOS HUMANOS

(Este texto é apenas um subsídio para reflexão e estudo dos Centros de Defesa e Comissões de Direitos Humanos sobre temas polêmicos. Não traz receitas nem pretende - mos conter verdades indiscutíveis)

Texto elaborado pelo Prof. José J. Queiróz, contribuição: Centro Santo Dias, CDDH Guaratinguetas e CDDH Vila Paulistana.

I - ONDE ESTAMOS ?

1. De onde viemos

É sempre importante perguntarmos DE ONDE VIEMOS.

Nascemos como Colônia de Portugal, na época, metrópoli poderosa no conjunto do capitalismo mercantil. O importante para Portugal era produzir açúcar para o mercado europeu. Os senhores de engenho, em busca de mão de obra, escravizaram os índios. Não deu certo. Mataram-nos. Nossos índios continuam ainda sendo mortos pelos novos colonizadores. Depois, os senhores trouxeram os negros da África como escravos. E escravos os negros continuam sendo até hoje apesar do "ventre livre" e da abolição. Grandes glebas para grandes engenhos foi a nossa primeira "reforma agrária". Até hoje a situação pouco mudou.

A igreja foi muitas vezes complacente com o massacre dos índios. Depois a bençoou o chicote do senhor do engenho no lombo do escravo e lhe garantiu o céu se fosse um bom escravo, obediente às ordens do senhor. Hoje, diante da escravidão do século XX, a igreja mudou ?

Quando a cana de açúcar entrou em decadência e Portugal também perdia o domínio colonial para a Inglaterra, os senhores de engenho, aliados à classe média e à burguesia comercial emergente, levaram o Príncipe Regente a proclamar a "INDEPENDÊNCIA". Foi apenas uma troca de domínio. Em vez de Portugal é a Inglaterra que exerce seu mando sobre nós e sobre o produto do nosso trabalho. Tivemos que pagar a Portugal uma grande indenização pela nossa "independência". A Inglaterra bancou esse dinheiro. Desinteressadamente ? Foi a nossa primeira dívida externa. Até hoje o nosso individualismo, que não para de crescer, é um labirinto onde se perde totalmente a nossa economia vinculada ao capitalismo internacional.

Os senhores de engenho são derrotados pela burguesia agrária dos cafeeiros. São estes que proclamam a nossa República para proteger os seus interesses setoriais mediante a criação de um Estado Federativo. Desde então o nosso sistema eleitoral não passou de pequenas farsas ou de grandes comédias manipuladas pelos interesses da classe dominante. Os partidos nascem como máquinas eleitorais coordenadas por um conjunto de hierarquias e lealdades conhecidas como "coronelismo".

Com a ascensão da burguesia industrial e, mais ainda, com a implantação do predomínio das multinacionais, o coronelismo teve seu poder enfraquecido. Entretanto, ele permanece operante em vastas áreas do país. Aliás, a impressão que se tem é que ele está renascendo com acentuado vigor nas relações político-município-estado - governo federal. De seus currais políticos do Maranhão, foi guindado casualmente ao máximo cargo executivo o Coronel Sarney. Ulisses parece ser o grande Coronel do PMDB, disputando esse predomínio com vários outros concorrentes dentro do partido; Quêrcia e sua Frente Municipalista copia o modelo; figurões do PFL e do PDS, que ocupam posições de destaque no cenário político, utilizam-se do mesmo esquema. Até a nomeação de Ministros depende da briga dos coroneis ...

Outro fator determinante ao longo de nossa história é o papel das Forças Armadas. Nossa República é proclamada por um marechal do Exército, sem nenhum apoio das classes populares, quando a nossa economia passa a ser controlada pela burguesia - cafeeira. Desde então, as Forças Armadas exercem o papel de tutela do nosso regime "democrático", preservando com o poderio das armas, quando necessário, o domínio dos grupos econômicos que se sucedem no cenário político. A I República foi palco de várias intervenções militares não só contra movimentos populares mas também contra oligarquias rebeldes. "Nesse período, as Forças Armadas, incluindo aí também as Forças Públicas Estaduais, jamais se limitaram a simples ornamento do Estado. Foram aparelhos efetivamente empregados pela burguesia agrária para esmagar rebeliões camponesas, movimentos populares e resolver conflitos entre oligarquias" (Pedro A. Ribeiro de Oliveira, Religião e Dominação de Classe, Vozes, 1985, pag.229).

2. Aqui e Agora. A Segurança Nacional e suas implicações sócio-econômico-políticas.

Mas o papel das Forças Armadas torna-se preponderante nos tempos modernos, quando penetra nos quatéis a Doutrina da Segurança Nacional.

Após a II Guerra Mundial, o mundo assim dito desenvolvido dividiu-se em dois grandes blocos: o bloco capitalista, agora liderado não mais pela Inglaterra, cujo império decaíra, mas pela potência emergente, os Estados Unidos da América do Norte, e o bloco comunista, liderado pela União Soviética (o bloco chinês, embora fugindo da liderança soviética e se colocando muito próximo dos interesses americanos, é considerado pela Doutrina da Segurança Nacional como parte do Bloco Comunista).

A Doutrina da Segurança Nacional apresenta-se, entre nós, como uma geo-política, que responde à seguinte indagação: qual o papel geográfico e político da América Latina, em especial do Cone Sul e do Brasil neste panorama mundial dividido em dois grandes impérios?

2.1 - Princípios básicos da geo-política

a) Dualismo

A geopolítica da Segurança Nacional se embasa numa visão dualista ou maniqueísta do mundo. A humanidade está dividida em dois grandes impérios: O império do bem, cristão, humano, democrático, justo. É o ocidente capitalista. A tutela desse império cabe à superpotência do bem e da democracia, os Estados Unidos da América do Norte. Do outro lado, está o império do mal, da mentira, da atrocidade, do materialismo. É o império comunista que tem como chefe e príncipe dos demonios, a União Soviética.

b) Guerra constante e universal

Entre esses dois impérios não há trégua. Citemos o maior ideólogo dessa Doutrina entre nós, o General Golbery: "Homens de todas as latitudes e de todas as raças - a guerra é global -; homens de todas as idades - a guerra é permanente -; homens de todas as profissões e dos credos mais diversos - a guerra é total -. Devemos pois olhar bem de frente essa Esfinge dos novos tempos para decifrar-lhe o mistério tremendo que em si mesma encerra e fortalecemo-nos na defesa da Liberdade que é exigência essencial e indispensável da condição humana, para que nem na guerra acabemos por soçobrar, vencidos, nem por ela soçobrem, afinal, conosco, a Humanidade inteira" (Gen. Golbery do Couto e Silva, Conjuntura Política Nacional. O Poder Executivo. Geopolítica do Brasil. Ed. José Olimpio, 3ª Ed. pags. 9-10)

c) Integração

Face a esse panorama irreversível, é inevitável a integração dos fracos aos fortes, dos subordinados ao país líder. É o que afirma com toda crueza, Spykman, o representante dessa Doutrina nos Estados Unidos: "Quem não aceitar a criação de um espaço vital, que incorpore todo o Continente Americano com base em uma economia planificada, com produção controlada e direção centralizada no comércio internacional, não poderá sobreviver. Nenhum dos Estados aceitará de bom grado as modificações imprescindíveis para criar essa economia regional... Somente a conquista do hemisfério pelos Estados Unidos e a implacável destruição das economias ora existentes poderá realizar a in

d) Fatalismo

Só resta nos países periféricos a aceitação fatalista da geopolítica do império americano. Ainda o Gen. Golbery: "As pequenas nações se vem da noite para o dia reduzidas a condições de Estados pigmeus e já se prevê o seu melancólico fim, devido aos planos de inevitáveis integrações regionais; a equação de poder no mundo se reduz a um pequeno número de fatores e nele se percebem como pequenas constelações feudais... Não existe outra alternativa para nós se não aceitar os planos de integração e aceitá-los conscientemente". (Op.cit, pag.52)

2.2 - A predestinação do Brasil. Teoria do destino manifesto.

Como os Estados Unidos tem o destino manifesto de serem o baluarte da civilização ocidental frente a ameaça do materialismo comunista, assim também o Brasil, no Atlântico Sul e no Cone Sul está predestinado a exercer a função de sub-império ou de satélite privilegiado da Superpotência. Esta predestinação se deduz de sua posição geográfica (a vastidão e estratégica de sua extensão territorial), economia (suas imensas riquezas) e culturais (sua tradição cristã). É imprescindível que o Brasil exerça essa função porque a Superpotência não tem condições de cuidar sozinha da sua defesa no Atlântico Sul. Neste sentido, cabe ao Brasil ser o gendarme da Segurança do Ocidente - "cristão" nesta parte do Hemisfério.

Esta visão geopolítica vem permeando e contaminando todo o sistema sócio-econômico e político brasileiro das últimas décadas, com consequências práticas de profundo alcance.

2.3 - A Estrutura Política do Estado

Ela atinge em primeiro lugar, a própria estrutura política do Estado. Nessa estrutura, o princípio fundamental, no ápice da pirâmide política, é a própria Segurança Continental e Mundial. A filosofia política que sustenta essa segurança é o Conceito Estratégico Nacional ou o conjunto de estratégias destinadas a defender o Continente. São essas estratégias que dominam e comandam as diretrizes governamentais. O objetivo nacional deve ser a arrancada para o desenvolvimento e elevação do país ao nível de uma grande potência. Para isso as diretrizes governamentais devem firmar quatro estratégias que garantirão o desenvolvimento com segurança: a estratégia política, a estratégia econômica, a estratégia psico-social (incumbida de informar e "orientar" a opinião pública) e a estratégia militar.

Até poucos anos atrás, a geopolítica da Segurança exigiu a predominância da estratégia militar na estrutura política que quase todos os países da América do Sul. Por esta razão, assistimos ao terrível desfile de golpes e a implantação de ditaduras militares em quase todo o Continente para salvar a "Paz" Americana ameaçada pelos movimentos de esquerda. Em todos esses golpes, houve ingerência da Cia, do Pentágono. A Escola Superior de Guerra e os militares brasileiros exportaram em larga escala técnicas e táticas de golpe e de repressão política para os países vizinhos.

A preponderância da estratégia militar foi o fator responsável pela violenta-sistemática violação dos Direitos Humanos do Cone Sul e no Brasil. Institucionalizou a tortura e reforçou a truculência do aparato policial-militar. Agigantou o executivo, transformou o legislativo em vaquinha de presépio, contaminou o poder judiciário. Castando a participação da sociedade civil nas decisões, impossibilitou qualquer espécie de controle e deu margem aos maiores desmandos, que desembocaram numa corrupção sem limites que envolve todo o país, de alto a baixo, num mar de lama.

2.4 - A economia da Segurança. Crescimento e miséria

Garantindo a segurança do Capitalismo no Hemisfério, o Brasil conseguiu uma grande arrancada de desenvolvimento econômico. O capital internacional se transferiu para cá em massa. O parque industrial cresceu. Do 40º lugar que ocupávamos entre as maiores economias do mundo, passamos para o 8º. Nosso crescimento se deu ao lado da

destruição do parque industrial de países latino-americanos como Argentina, Uruguai, Chile. Petrodólares e Eurodólares correram em abundância para cá atraídos pelos juros privilegiados e pela mão de obra barata.

Mas esse crescimento é também a nossa miséria. Grande parte dos empréstimos se perderam nas malhas da corrupção. Outros foram enterrados em obras faraônicas, inacabadas ou sem retorno para o povo. A injusta distribuição favoreceu a transferência - cada vez maior das rendas da classe pobre para a burguesia nacional e internacional e para a classe média. Daí o crescimento da miséria ao lado do desenvolvimento econômico. Socialmente falando, o Brasil é um dos países mais abandonados. No sinistro campeonato da fome, ele já ocupa o 6º lugar no mundo.

2.5 - A geopolítica da Segurança e a Nova República

O fim da ditadura militar não significou absolutamente o fim do predomínio da Doutrina da Segurança Nacional. Esta continua balizando os rumos do país no período de transição. A passagem do bastão de comando das mãos dos militares para a Nova República de Tancredo-Sarney teve sem dúvida um direcionamento, por trás dos bastidores, destinado a salvaguardar os interesses do capital internacional e a aliança entre o Brasil e o império do capitalismo. A permanência operante da Doutrina da Segurança Nacional explica o fracasso das diretas-já, explica a criação da Aliança Democrática, para sustentar a Nova República, que reúne partidos conservadores esvaziados de qualquer compromisso com a transformação social do país; explica o caminho imposto de uma Constituinte congressional; explica a decapitação da Soberania dessa Constituinte; explica a implantação do Plano Cruzado como esforço extremo para salvar da derrota os partidos - que sustentam essa transição conservadora.

O Plano Cruzado fracassou, como era de se esperar, mas conseguiu seu objetivo político: colocou no poder o PMDB, partido desfigurado, heterogêneo, eleitoreiro, neopopulista e loteador de cargos e poderes. Mas a ânsia em ganhar as eleições obrigou a reprimir além dos limites o vulcão inflacionário. O Plano arriscou uma tímida redistribuição da renda; alargou o consumo para certas faixas da população; provocou uma passageira euforia de novos empregos. Mas acabou sendo implodido pela ganância de lucros - sem limite, que caracteriza a nossa burguesia nacional e internacional.

A balança comercial desequilibrou-se. As reservas se esgotaram. O desperdício nunca foi reprimido. A corrupção disparou. Mordomias e gastos faraônicos continuaram à solta. Consequência: não há dinheiro para pagar os juros da astronômica dívida externa. E o assim chamado "calote", tantas vezes recusado pelas autoridades monetárias do país, já é uma realidade. O capital estrangeiro se retrai. A hiperinflação bate às portas. O mercado interno dispenca. A estagnação e o desemprego já campeiam com o seu sinistro cortejo de fome e violência. É a crise do capitalismo periférico brasileiro em proporções jamais atingidas até hoje.

II - PARA ONDE VAMOS ?



As crises do capitalismo desnudam as suas contradições. Põe às claras a exploração que lhe é intrínseca e possibilitam enxergar, por trás das falsidades ideológicas, a realidade da degradação humana. Os mitos se esfacelam. O mito Tancredo foi colhido pela morte. O mito da Nova República já desvendou sua face autoritária: pacotes, decretos-leis, incursões militares em locais de trabalho, truculência policial contra operários e bôias frias, alianças e conchavos espúrios, a volta do coronelismo, do nepotismo. Tudo indica que nada mudou. Da ditadura dos militares passamos a uma ditadura - sem farda sob a espreita do militarismo. O peso pesado do capital internacional massacra o povo e está de volta aquele princípio, que por um rápido instante pareceu afastado: É preciso exportar e pagar os interesses do capital internacional às custas da miséria do povo. A mentira institucionalizada como forma de governo lançou sobre os poderes constituídos um descrédito universal e irrecuperável. Estamos vivendo num país cada vez mais ingovernável.

A crise do Brasil, que é também da América Latina, pode ter dois desfechos. Uma saída possível é a reabsorção do Brasil e dos demais países em crise, no seio do hemisfério capitalista, com o revigoramento da geopolítica que já descrevemos. Se atendermos a uma recente análise de Alain Touraine, os países ricos estão diante de um dilema: "tem que decidir se é indispensável para a sua sobrevivência uma América Latina democrática (?) e capaz de manejar seus problemas econômicos e sociais ou se não há -

maiores inconvenientes em o Continente se transformar num vasto território subdesenvolvido dominado por uma economia afundada e uma política clientelística, deixando a algumas empresas multinacionais organizar os setores incorporados às economias desenvolvidas". É evidente que essa segunda solução é perigosa para a Segurança Nacional pois criaria uma situação explosiva e um desequilíbrio que nenhum país industrializado seria capaz de controlar. Por alguns anos mais os Estados Unidos podem manter a dramática ilusão de que uma combinação de "marines" em apoio a grupos contra-revolucionários e a ajuda econômica a governos debilitados podem manter a "paz" americana em todo o Continente; porém não por muitos anos". E eis o caminho de reintegração apontado por Touraine: "É indispensável organizar uma grande conferência internacional entre os quatro principais componentes do sistema ocidental: América do Norte, Europa Ocidental, Japão e países recém-industrializados do Extremo Oriente e da América Latina. Não somente para resolver os problemas da América Latina "enferma" mas também para salvar o mundo inteiro da catástrofe econômica e política inevitável se continuar desenvolvendo uma economia financeira distante da economia produtiva e que conduz os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França, assim como a América Latina rumo à desindustrialização através de uma economia especulativa... Esta crise destrói primeiro os países mais débeis, periféricos, porém ameaça também aos países centrais". (Alain Touraine, Artigo em A Folha de São Paulo, 03/06/87 pag. A 44).

Outro caminho diametralmente oposto ao apontado por Touraine é a via para o socialismo. O Brasil como toda a América Latina, não é um país enfermo, que poderá ser curado com uma integração mais adequada na economia dos países ricos. A América Latina é um Continente explorado e sugado pelo capitalismo nacional e supranacional. Somente destruindo os mecanismos desta exploração do homem pelo homem será possível vencer as crises constantes que afundam nossos países no abismo da desumanidade. E a negação deste sistema só é possível com o triunfo do socialismo. Cuba e Nicarágua já optaram por este caminho e, apesar de todas as dificuldades, enveredam para a consolidação do sistema socialista.

O projeto socialista, em que pese a diversidade dos modelos contém algumas linhas básicas.

A primeira é a constatação de que o trabalho humano é a verdadeira medida do valor de tudo o que se produz sobre a terra. Não é o capital, nem a mercadoria, nem o dinheiro a base da civilização e da cultura. Por esta razão, o projeto socialista coloca o trabalho humano como fundamento da nova sociedade. E é imprescindível que o trabalho seja realmente livre. Esse reino da liberdade implica em que o trabalho não seja mais uma mercadoria que alguns privilegiados, os donos do capital e dos meios de produção, comprem para em cima dele lucrar, arrecadar excedentes econômicos, acumular, poupar ou gastar, deixando quem produz na miséria. Implica em devolver ao trabalhador o fruto do seu trabalho da maneira mais adequada possível. Como meta ideal, implica em exigir que cada trabalhador contribua para o todo social conforme suas forças a fim de receber da sociedade os bens que lhe competem conforme suas necessidades. Isso só é possível mediante a socialização dos meios de produção.

Nesse estágio do projeto, a abolição da fonte de toda a desumanidade, que é a propriedade privada, será também o fim da alienação humana, a verdadeira apropriação da natureza humana através do e para o homem. Será o retorno do homem a si mesmo como um ser social, isto é, realmente humano, um regresso completo e consciente, que assimila toda a riqueza da evolução e a natureza entre o homem e seu semelhante... É a resposta ao enigma da História... ("Karl Marx, Manuscritos Econômicos e Filosóficos, Ed. em E. Fromm, Conceito Marxista do Homem, Zahar, 3ª Ed., 1964, pag. 123)

III - COMO CHEGAR LÁ ?

Supondo que seja este o projeto que anima os corações e as mentes do pessoal, que milita nos Direitos Humanos, a pergunta mais empenhativa é essa: como chegar lá ?

O projeto socialista está presente, inspira ou rege grande parte da humanidade contemporânea. E se implantou mediante uma pluridade de caminhos. Razão pela qual seria absurdo querer trazer este ou aquele modelo como sendo o infalível ou o mais eficaz.

A teoria somente aponta algumas pistas.

Não é impossível implantar o projeto socialista mediante a via política. Um partido, com o apoio consciente e efetivo das massas, toma o poder pela via do voto e executa a transformação das estruturas sociais. Na América Latina, o Chile de Allende-

foi uma tentativa. Não deu certo. As forças reacionárias, nacionais e internacionais - massacraram o incipiente socialismo e implantaram uma das mais cruéis ditaduras da história, que perdura até hoje.

O caminho mais trilhado para o socialismo tem sido a luta armada. Na América-Latina, dois exemplos de revolução socialista vitoriosa: Cuba e Nicarágua.

Uma revolução, entretanto, é algo tremendo, exige o sacrifício de milhares de vidas humanas. Por isso, consoante ao espírito cristão, expresso pelo grande teólogo - Tomás de Aquino, só pode se desencadear quando não há outro meio de eliminar a tirania que oprime o povo.

Toda revolução requer condições objetivas muito concretas. A primeira é a crise aguda e irremediável da estrutura dominante. A velha estrutura está em agonia e o novo está para nascer. Sintoma evidente dessa agonia se tem quando a classe dominante não consegue mais dirigir a classe subalterna com os seus instrumentos de transmissão, propagação e manutenção da ideologia. Os partidos tradicionais deixam de ser reconhecidos como polarizadores das massas, envelhecem e se esvaziam inteiramente de qualquer significado para o povo. A desconfiança generalizada penetra em todos os órgãos da opinião pública. A classe dominante já não possui mais o consenso dos dominados. É a crise da autoridade.

Essa crise acontece, em geral, por duas razões: ou porque a classe dominante fracassou em um dos seus grandes projetos políticos ou porque amplas massas passaram da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto, já constituem uma espécie de revolução. Às vezes, essa luta das massas toma características caóticas e desorganizadas (banditismo, saques, incêndios, seqüestros). Esse caos, em geral, não leva a nenhuma transformação social; ao contrário, pode provocar a intervenção das forças da direita e fazer regredir o processo.

Dentro da crise aguda do sistema é que se implanta a luta pela superação do regime opressor.

O primeiro passo é a ruptura da classe subalterna com a classe dirigente e com a sua ideologia. É a construção de uma visão de mundo cada vez mais coerente com a prática dos dominados e a denúncia clara destemida das contradições e da desumanidade do sistema dominante.

Essa luta ideológica deve fazer-se acompanhar de uma formação intensiva de quadros e lideranças oriundas da própria classe subalterna.

Não há revolução sem massas organizadas e politizadas. Uma revolução de vanguardas desvinculadas das massas é uma revolução de elites e só pode desembocar numa outra subjugação do povo sob o rótulo de socialismo. Por isso é fundamental confiar nas massas, acreditar que possam chegar e compreender e agir em função de tarefas transformadoras, sempre que sejam convenientemente mobilizadas. É preciso respeitá-las. Respeitar seus interesses espontâneos e seus interesses a longo prazo. Isto se deve traduzir em propor tarefas que, embora relacionadas com seus interesses estratégicos a longo prazo, partam sempre de seus interesses espontâneos imediatos. Consultá-las. Recolher suas idéias e opiniões em face dos fatos. Não lhes dar tudo pronto, vindo de cima. Informar-lhes sobre a situação histórica, sobre a conjuntura e a estrutura, sobre os caminhos da luta. Educá-las. Elevar seu nível de consciência partindo de suas próprias lutas. Organizá-las. Isto é, buscar formas que lhes possibilitem a máxima participação. Mobilizá-las. Cada fato conjuntural pode ser uma brecha para uma ação política e estratégica das classes populares.

Depois deste longo e paciente aprendizado de luta é que desabrocharão do povo as condições objetivas para um possível movimento revolucionário armado, última instância a que se deve recorrer para transformar a sociedade desumanizante num convívio de irmãos, sob o signo da paz, fruto da igualdade.

SIN

serviço de intercâmbio nacional pela defesa dos direitos humanos

RUA CARLOS GOMES, 180
25680 PETROPOLIS, RJ

CP 90581
TEL.: (0242)42-3462

SERVIÇ A VIDA

Doc. SIN

Assunto: VIOLENCIA

Jornal: Jornal do Brasil

Dia: 04/11/87

Pág.: 11

Padre marcado para morrer

Hélio Pellegrino

A o tempo em que era presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, juntamente com sua mulher Jacqueline, foi atingido por dura desgraça: a perda do terceiro filho do casal, criança de poucos dias, fulminada por infecção galopante. Esse fato, sem quebra de compaixão e respeito, suscitou num amigo meu, inclinado ao humor negro, o comentário de que, na Casa Branca, a taxa de mortalidade infantil suplantara a do Nordeste brasileiro. É claro que a piada, a seu tanto cruel, exprime a ressentida — embora justa — convicção política de que a miséria nordestina, por paus e pedras, acaba tendo tudo a ver com a dominação do poder imperial americano. E, mais ainda: o ácido enunciado desmascara a fatuidade dos índices estatísticos, capazes de servir a qualquer coisa ou causa — inclusive à verdade.

Lembro sempre desse episódio quando me deparo com a enfunada declaração de que o Brasil é a oitava economia do mundo. Do ponto de vista estatístico, o dado deve estar correto, tanto assim que o presidente da República vive a proclamá-lo em prosa e verso, na promoção que costuma fazer de si próprio. Entretanto, se o quisermos avaliar em termos de bom senso, levando-se em conta a realidade — e não apenas a estatística —, veremos que encerra uma denúncia veemente do grau de perversão do capitalismo selvagem brasileiro. Sendo a oitava economia do mundo, o Brasil é, ao mesmo tempo, dentre todos os países, aquele em que os desníveis na distribuição de renda atingem os índices mais escabrosos — e vergonhosos. Em matéria de injustiça social, ocupamos, não a oitava, mas a *pole position*.

E aqui a estatística nos obriga a compor um quadro apocalíptico da realidade brasileira. Somos um país cindido, rachado ao meio: a *Belíndia*, de que fala o economista Edmar Bacha. De um lado há os belgas, os brancos, minoria exigua que concentra vertiginosamente a renda nacional e, portanto, as benesses e os benefícios de nosso processo civilizatório. De outro lado — *pântano sem acordões* —, vegeta a imensa maioria hindu, constituída de párias imersos na lama da miséria absoluta. O doutor Mário Henrique Simonsen, arquiduque belga, em texto de alguma repercussão, afirma que o erro da esquerda brasileira consiste na idéia de empobrecer os ricos, ao invés de enriquecer os pobres. Para o nobiliarca das finanças multinacionais, as duas pontas da tesoura — ricos e pobres — podem fechar-se e confluír para um alvo único: o tesouro geral, as burras cheias e democraticamente distribuídas, o *poire* aos borbotões, substituindo a cachaça. Pena é que o doutor Simonsen — homem de governo, por vocação e temperamento — não tenha, enquanto condômino privilegiado do poder, aviado a receita que agora recomenda.

Mas, deixemos à parte o cinismo belga e voltemos aos fatos. Em Brasília, há cerca de um mês, foi lançado um tablóide de 20 páginas, com o aguerrido título de *Fome em Debate*. O órgão não teve patrocínio do PT: foi publicado sob os auspícios da Universidade de Brasília, do INAN (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição), do Ministério da Saúde, e da Codeplan (Coordenação de Planejamento), do governo do Distrito Federal. A chancela de entidades oficiais, aposta às matérias divulgadas por *Fome em Debate*, é sintoma eloquente de que os problemas sociais do momento são iniludíveis e inocultáveis, por mais que o Planalto — e o presidente da República — tente produzir peneiras para tapar o sol.

O tablóide brasileiro adota como linha mestra a crítica implacável ao modelo perverso que preside o desenvolvimento nacional. "Apesar de constituir a oitava economia do mundo" — diz a publicação — "e de se incluir entre os três maiores países exportadores de alimentos, o Brasil figura, contraditoriamente, entre as nações mais comprometidas pelo problema da desnutrição, como a Índia, Indonésia e Bangladesh." O presidente do INAN, Eduardo de Melo Kertész, desmascara em artigo o caráter "faquirista exportador" de nossa economia, para concluir com vigor: "O povo é instado a produzir muito, consumir pouco e exportar o máximo, para gáudio dos banqueiros internacionais."

Dentro do atual modelo econômico, concentrador de renda e excludente, no mais alto grau, não existe saída para a crise social e política que atormenta o país. No Brasil, 90 milhões de pessoas se alimentam abaixo do mínimo estabelecido pela FAO, em termos de calorias. No Nordeste, a desnutrição alcança 70% da população infantil. O arrocho salarial, de 1977 a 1985, fez crescer de forma alarmante o índice de mortalidade das crianças atingidas pela fome, em todo o país. De mil infantes nascidos vivos, 110 morrem, até um ano, por falta de alimento.

Essa é a grande denúncia a fazer. O remédio para tal genocídio, mais nefando que as câmaras nazistas de gás, tem o nome de reforma agrária. A justiça no campo, pela distribuição corajosa da terra a quem a queira trabalhar, é condição *sine qua non* para que a economia e o desenvolvimento brasileiros venham a integrar-se e pôr-se a serviço, não dos belgas, mas das grandes massas do povo. Houve um tempo em que se acreditou que a reforma agrária pudesse ser feita pela *burguesia progressista*, ente de razão inventado pelo Partido Comunista, a partir de esquemas abstratos. Essa camada dominante, em nome de seus interesses de classe, abriu guerra contra o feudalismo e a concorrência estrangeira, distribuindo terra aos camponeses e criando, nessa medida, um mercado interno sólido e autônomo, que pudesse dar-lhe sustentação.

Nada disso aconteceu. A burguesia brasileira jamais deixou de ser aliada do latifúndio, levando para o campo as mais iníquas formas de exploração capitalista. Ao invés de disputar com o capital estrangeiro, associou-se — e subordinou-se — aos grandes conglomerados multinacionais. Durante muito tempo, a bandeira da reforma agrária esteve caída ao chão, sem que os trabalhadores do campo tivessem nível organizatório para erguê-la. O Brasil tornou-se uma economia periférica, de capitalismo selvagem, pátria fendida onde campeia o mar da miséria absoluta, ao lado das fechadíssimas piscinas consagradas à riqueza absoluta.

A luta do campo, em nome da reforma agrária, tornou-se tarefa e destino dos trabalhadores rurais. Eles se organizam em sindicatos e se aglutinam em torno de núcleos comunitários sob orientação da Comissão Pastoral da Terra. Os camponeses começam a ter voz — e vez. Nessa medida, o latifúndio, a serviço da agroindústria, servindo-se da máquina repressora do Estado, comete contra posseiros e lavradores as piores atrocidades. Tal quadro ganha nitidez exemplar em Conceição do Araguaia, uma das zonas rurais mais conflagradas pela violência feita ao pequeno trabalhador.

O padre Ricardo Rezende Figueira, coordenador da regional Araguaia-Tocantins da Comissão Pastoral da Terra, marcado para morrer, dá a respeito um depoimento espantoso, publicado no JB de 11/10/87. "Conceição do Araguaia" — diz o sacerdote — "vive hoje sob um clima parecido com o que antecedeu o assassinato do padre Josimo Moraes Tavares, no ano passado. A Rádio Regional do Araguaia, do vereador Soly Valeati, ligado à UDR, começou a desenvolver, nos últimos dias, uma campanha de difamação e ameaças a um grupo de seis pessoas, afirmando que precisamos ser eliminados. Se um dos ameaçados vier a ser assassinado, a responsabilidade será da UDR e do Estado brasileiro, que tem a obrigação de resguardar nossas vidas."

Cinco bispos, em documento assinado, denunciam o assassinato, na Diocese de Conceição do Araguaia, de 18 trabalhadores rurais, entre janeiro e setembro deste ano. Os crimes, conforme a praxe, permanecem impunes. E agora, José?

Tomem vergonha os detentores do poder e façam, não pífias reformas ministeriais, mas a reforma agrária.

Imão Pellegrino e pescaneta, secretar e porta-voz



SIN

serviço de intercâmbio nacional pela defesa dos direitos humanos

RUA CARLOS DOWRY, 180
23460 PETROPOLIS, RJ

CP 80361
TEL.: (0242)42-2462

SERVIÇO À VIDA

Doc. SIN

Assunto: VIOLÊNCIA

Jornal: Jornal do Brasil

Lia: 09/09/87

Pág.: 11

Os barões das birosccas

Hélio Pellegrino

Miséria absoluta: eis o nome da doença social brasileira. A mortalidade infantil. A discrasia da fome: O aviltamento do trabalho. O aviltamento, portanto, da pessoa humana, da qual o trabalho é a condição principal. Seria de esperar que essa doença se transformasse em consciência política. A miséria se politizaria, passando a integrar o campo da luta de classes: A revolta só é política na medida em que passa a fazer parte da luta de classes, como fermento — ou empuxo — capaz de contestar privilégios e injustiças.

A favela é um sintoma — grave — da doença brasileira. Encarna — e denuncia — a degradação a que o sistema condena as grandes massas que confluem para as metrópoles. Esse sintoma, entretanto, é recuperado pela ordem social vigente, de modo a transformar-se, não numa denúncia dela, mas numa forma de mantê-la e preservá-la. O sintoma, ao invés de desmascarar a doença, passa a servi-la, convertendo-se, ele próprio, na doença que o origina.

De que maneira isso ocorre? Injeta-se, na miséria da favela, o bacilo de uma delinquência consentida e estimulada, apesar das encenações em contrário. A ordem social brasileira é intrinsecamente perversa. Ela é concentradora de renda e excludente, no mais alto grau. Na favela, tal como está organizada, reproduz-se semelhante estrutura. Há uma socialização da delinquência. Esta deixa de ser propriedade privada do capitalismo selvagem e passa a ser modelo da miséria, seu projeto estruturante. Aparecem nos morros os barões das birosccas, os potentados desdentados que caricaturam, gozescamente, os donos-da-vida cá de baixo. Os traficantes de drogas assumem o comando das favelas, com o acúmulo da polícia e do conjunto da sociedade. Há aqui uma ilustração dramática da verdade segundo a qual a ideologia da classe dominante é a ideologia de todo o corpo social.

A favela, em seu arcabouço constituinte, reproduz o sistema de produção do qual fazemos parte. De seus becos e labirintos emergem os poderosos, aqueles que, a troco de proteção e algumas benesses, cobram o preço da servidão e da obediência cega. No morro, os Zaca e os Cabeleto promovem, a seu modo, a ordem — e o progresso. Fazem dos meninos abandonados avôes que entregam droga: cocaína e maconha. Os meninos ganham, ganham as famílias dos meninos, alegram-se chincheiros e brizoleiros, todo mundo se locupleta. A delinquência dos morros torna-se, dessa forma, caudatária da delinquência geral, passa a servi-la, servindo ao sistema.

— Não se pode dizer — a sério — que a polícia, braço armado da lei e da ordem política e social em voga, esteja realmente empenhada no combate ao tráfico de drogas no morro. Na favela de Dona Marta, ficou patente o fato de que policiais civis e militares barganhavam armas sofisticadas por cocaína, para uso — e venda. A ordem do morro, comandada pelos traficantes, favorece à polícia e é por esta mantida ou tolerada, por omissão e corrupção. Existe o argumento de que os policiais ganham pouco, aviltando assim a hoste dos corruptos. O argumento é correto. Apenas, se a polícia ganha pouco, na medida em que o orçamento do estado a desfavorece, é porque o sistema conta com a corrupção para remediar o problema. O sistema se alia à delinquência, dela recebe serviços e, nessa medida, abre caminho a que um número crescente de policiais receba a sua gorjeta da corrupção. Com isto, ficam todos felizes.

— O morro é o gueto, o *apartheid* — a pobreza absoluta posta à margem. A favela existe porque a reforma agrária não é feita. Levas e leva de párias migrantes se deslocam do campo para a cidade grande. A migração do campo é inenarrável. As populações camponesas, atraídas pela miragem da megalópolis, se movem no sentido de sua sinistra luz. As grandes cidades incham, a mão-de-obra aviltada pelo subemprego — ou desemprego — se encarapita nos morros. Os mais valentes e aguerridos sucumbem à tentação da delinquência implementada pelo *statu quo* social e político. O morro é sintoma da doença brasileira, pus que escorre da chaga produzida pela injustiça. Para que se possa tratar ferida — e pus — é necessário submeter o capitalismo selvagem a uma cirurgia radical.

É preciso fazer a reforma agrária. É preciso fixar, no campo, o homem do campo. É preciso rever o conceito de propriedade, derrubando-o de sua posição de fetiche. É preciso honrar e reverenciar o trabalho humano, através de salários condignos. Para tanto, há que questionar, sem temor e tremor, o privilégio dos ricos. Não esqueçamos que o latifúndio, em nosso país, tornou-se aliado da burguesia nacional — e multinacional. O processo de industrialização foi, em seu início, liderado pelos barões da aristocracia rural. Não houve, entre nós, contradição grave entre o latifúndio e o capitalismo industrial nascente — e crescente. Essas forças sociais, ao contrário, sempre estiveram juntas e aliadas.

O capitalismo selvagem brasileiro, tal como está, atende à perfeição aos interesses das classes possuidoras. Existe, no país, uma nata de ricos que nada fica a dever aos potentados internacionais. A concentração de renda e a despossessão dela decorrente criam entre nós um desnível social dos mais altos do mundo. Qualquer transformação da sociedade brasileira, no sentido da democracia, da justiça e da igualdade, provoca nos estratos dominantes choro e ranger de dentes. A dita burguesia progressista é apenas uma fotografia na parede. Mas como dói!

Por isso, é mais barato e lucrativo manter o sintoma do que enfrentar — e desarraigar — a doença. Não convém que ela seja operada, ou melhor: a doença o é apenas para as grandes massas espoliadas. Para os dominadores, constitui sarna capaz de transformar-se, ao fim das contas, em cafuné e deleite. Eis o motivo profundo pelo qual as favelas seguem — e prosseguem. Não há interesse em erradicá-las, uma vez que tal medida implicaria transformações sociais lesivas ao egoísmo do *establishment*.

A favela, portanto, cresce e se multiplica, ao preço de que suas lideranças fiquem nas mãos de traficantes e delinquentes. A ordem perversa dos morros, ao contrário do que parece, faz o jogo do conservantismo de direita. O tráfico de drogas subsidia o mínimo conforto do morro, sem agravamento do déficit público, aplicado às mutretas da praxe. Os poderes vigentes entregam a favela a Zaca, a Dênis, a Cabeludo, a Escadinha, uma vez que estes pró-homens da miséria do povo não querem resolvê-la, politicamente, mas estabilizá-la e estruturá-la, sem riscos para a Vieira Souto. Além do mais, há grandes traficantes de drogas que utilizam a delinquência das favelas para manter e expandir seus negócios. Favela não produz cocaína: de onde vem a droga?

Delinquência desse tipo é coisa de direita — nunca de esquerda. Dizer-se que a favela, como está organizada, constitui perigo revolucionário, é afirmação ingênua — ou de má-fé. Não há revolução sem consciência política, levada a um grau inigualável de lucidez e paixão. Se as favelas existem é porque, como tais, não representam perigo maior para a ordem política e social. As classes dominantes brasileiras sabem se defender com a crueldade — e a eficiência — necessária. O esmagamento da guerrilha, no Brasil, após o golpe de 64, dá desse fato um testemunho inesquecível.

O problema das favelas vai ter que resolver-se lá mesmo. Os trabalhadores que habitam o morro precisarão organizar-se politicamente para enfrentar, passo a passo, a estrutura de poder da delinquência. Com a finalidade de desobstruir, em nome da verdadeira luta de classes, o caminho da justiça e da paz.

Hélio Pellegrino é psicanalista, escritor e poeta



I - INTERNA-MENTE:

- . promover a unidade e autonomia do MNDDH;
- . favorecer bases fortes no MNDDH e promover a luta em defesa dos Direitos Humanos onde não existe;
- . promover a profissionalização dos serviços do Movimento e a qualificação profissional de seus quadros;
- . incentivar a participação de lideranças populares nos seus encontros.

II - SERVIÇOS:

- . aperfeiçoar o sistema de informação e comunicação do MNDDH com base nas propostas apresentadas a esse respeito no V Encontro;
- . integrar o MNDDH à rede Nacional de entidades dos Movimentos Sociais, Populares e Sindicais que estão implantado sistema de informática e banco de dados;
- . produzir e divulgar subsídios de diferentes níveis e sobre os temas prioritários do MNDDH, adequando-os aos respectivos destinatários;
- . estabelecer mecanismos de apoio aos militantes ameaçados de morte;
- . viabilizar um sistema de identificação de pistoleiros/jagunços/mandantes incluindo nome, fotos, endereço etc, e divulgar amplamente;
- . organizar e divulgar um calendário de lutas e eventos ligados aos Direitos Humanos;
- . instituir um prêmio nacional dos Direitos Humanos destinado a pessoas e/ou entidades que tenham prestado serviços relevantes a esta causa, no período entre os encontros nacionais. O prêmio será entregue mediante indicação e aprovação dos participantes dos Encontros nacionais.

III - FORMAÇÃO:

. Deve ser uma preocupação permanente de todas as instâncias do MNDDH que o nosso trabalho educativo seja cada vez mais consciente de sua dimensão libertadora. Devemos dominar e aperfeiçoar os métodos da educação popular, que procura ligar a consciencia crítica da realidade com a luta por sua transformação. Por outro lado é imprescindível a melhoria das nossas formas e métodos de comunicação, seja no nível interno seja especialmente na informação sensibilização e mobilização dos movimentos populares e da opinião pública em geral;

. nos subsídios do MNDDH e encontros de formação:

1 . aprofundar os conceito de violência, numa perspectiva de classe e o tema da consciência de classe dos trabalhadores;

2 - a formação política e ideologica dos militantes dos Direitos Humanos;

3 - o estudo sobre o direito insurgente;

4 - análise crítica da Declaração dos Direitos Humanos da ONU, além de divulgá-la;

5 - o resgate histórico das lutas populares de resistência e libertação e da cultura popular;

. nos encontros específicos de entidades do MNDDH que atuam nas mesmas áreas, enfatizar:

1 - a violência rural;

2 - a violência urbana;

3 - a violência contra a mulher;

4 - a violência contra o menor entre outras.

IV - ARTICULAÇÃO:

Há de se evitar ações isoladas procurando sempre agir em conjunto com outros grupos e entidades ou movimentos específicos, apoiando-os e incorporando-se às suas lutas para defesa e realização dos direitos fundamentais, tendo como objetivo último o reforço do poder popular.

. fortalecer a articulação nacional e internacional com os movimentos contra a tortura;

. aprofundar a articulação com a América Latina e com o terceiro mundo;

. participar do processo de formação de uma Central Única dos Movimentos Populares;

. fortalecer a articulação com as entidades cujas prioridades se somam com as prioridades do MNDDH (CPT, CIMI, SEM TERRA, CAMPANHA NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA, ARTICULAÇÃO NACIONAL DO SOLO URBANO, SINDICATOS, OPOSIÇÕES E CENTRAIS SINDICAIS, MOVIMENTO NEGRO);

. aprofundar a articulação com organizações jurídicas comprometidas com as causas populares tais como: AJUP, ANAP, SECRETARIA JURÍDICA DO NORDESTE;

. criar um forum permanente de entidades a nível local e nacional para discutir, aprofundar e denunciar a violência nos seus diversos aspectos em especial a violência policial;

. fortalecer a articulação com as igrejas que constituem o CONIC, com outras igrejas evangélicas e religiões não cristãs engajadas com as causas dos oprimidos;

. articular-se com os movimentos organizados da sociedade na defesa da causa do menor, da mulher, da saúde, e outras.

V - LUTAS:

. continuar a campanha " De que Lado Você Está ? " , aplicando-a às várias lutas prioritárias do MNDDH;

. continuar o trabalho de pressão sobre o Congresso Constituinte; acompanhar a elaboração das Constituições Estaduais e das Leis Orgânicas Municipais; promover um trabalho de pressão baseado nos avanços e conquistas populares, no texto da nova Constituição brasileira; comprometer os candidatos nas eleições em todos os níveis com as lutas específicas dos Direitos Humanos e repassar ao povo a importância da participação popular neste processo;

. promover campanha nacional de esclarecimento sobre a UDR e seu papel na violência contra os trabalhadores; denunciar , igualmente, as articulações entre a UDR e as organizações de direita no meio urbano;

. somar-se as articulações, movimentos e entidades

que lutam contra a tortura e o trabalho escravo;

. apoiar o estabelecimento de mecanismos de controle da sociedade civil sobre as políticas governamentais de segurança pública;

. refletir sobre o direito a resistência e sobre as suas manifestações concretas nas lutas populares a luz do direito insurgente;

. promover eventos ligados a celebração dos 40 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em dezembro de 1988;

. desenvolver estudos e iniciativas voltadas para o acompanhamento crítico aos pequenos, médios e grandes projetos governamentais;

. defender a realização de eleições presidenciais-

• Diretas Já.





serviço de intercâmbio nacional pela defesa dos direitos humanos

RUA CARLOS GOMES, 180
25680 PETROPOLIS, RJ

CP 80581
TEL.: (0242)42-2452

SERVIÇO À VIDA

I - PRESSUPOSTOS PARA O DEBATE DA CRIAÇÃO DE UMA ENTIDADE NACIONAL

(Augustino Veit - Reg. Sul II
Mov. Justiça e Dir. Hs. de
Porto Alegre - Reg. Sul)

1 - A ORIGEM DO ILUMINISMO

Os enunciados atuais sobre os direitos humanos tem sua origem nas formulações do racionalismo iluminista que - marcando a ascensão da burguesia como classe social - passou a igualar os indivíduos perante a lei, independente de sua classe social. Nesse contexto de ascensão da burguesia, a expressão fundadora do iluminismo no campo do direito, sem dúvida, foi a obra "Dos delitos e das penas" do milanês Cesare Bonesana, o Marquês de Beccaria (1738-1794).

Cesare de Beccaria, inspirado no humanismo racionalista da filosofia francesa do século XVIII, insurgiu-se contra as injustiças e arbitrariedades dos processos criminais da época: "contra a tradição jurídica, invoca a razão e o sentimento; faz-se porta-voz dos protestos da consciência pública contra os julgamentos secretos, o juramento imposto aos acusados, a tortura, a confiscação, as penas infamantes, a desigualdade ante o castigo, a atrocidade dos suplícios; estabelece limites entre a justiça divina e a justiça humana, entre os pecados e os delitos; condena o direito de vingança, e toma por base do direito de punir a utilidade social; declara a pena de morte inútil e reclama a proporcionalidade das penas aos delitos, assim como a separação do poder judiciário e do poder legislativo" (1).

A obra de Beccaria, "reagindo contra as distinções sociais exclusivamente baseadas nos privilégios de certas classes" traduz no campo do direito os fundamentos do liberalismo igualitário de Voltaire, Rousseau e Montesquieu (2). A obra de Beccaria é aqui refletida não apenas por sua importância histórica. Mas principalmente, por constituir, até hoje, fundamental referência teórica do humanismo liberal do direito e da justiça burguesa: direitos formalmente igualitários mas que não se realizam, de fato, para todos os cidadãos.

A radicalidade do pensamento burguês em ascensão no século XVIII, ecoa, ainda hoje, como um forte apelo à razão. As formulações do liberalismo igualitário tem um sentido crítico que, em alguns aspectos, transcendem as classes que o originaram. Como se pode perceber nessa formulação do próprio Beccaria: "sempre se verificará a multiplicação dos delitos à medida que aumentarem os motivos do seu cometimento" (3). Num contexto em que a maioria da população está submetida a condições de vida que, objetivamente, impelem para a criminalidade, a discussão dos direitos humanos e do cidadão - adquirem atualidade e prioridade.

A oportunidade histórica da obra de Beccaria, que antecipava as transformações "na ordem política e na administração do Estado", pode ser creditada à sua rebeldia "contra as distinções sociais exclusivamente baseadas nos privilégios de certas classes" (4). Hoje, num contexto em que os privilégios de certas classes ainda constituem entrave à distribuição da justiça e à realização dos direitos, a discussão dos direitos humanos e a luta política pelo seu reconhecimento e realização não é menos importante do que a que começou a ser travada por Beccaria e seus contemporâneos.

2 - A CONCEPÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS ATRAVÉS DA HISTÓRIA

Até chegarmos a obra de Beccaria, as condições sobre os direitos do homem refletiram as condições históricas:

- a) No Escravismo, os cidadãos eram divididos entre os homens e as "coisas", e as "máquinas humanas". Os indivíduos eram diferenciados legalmente a partir das classes-

que integravam: os homens e a "rês", os homens que podiam ser proprietários de homens e os escravos.

- b) No Feudalismo, homens não mais podiam ser proprietários de homens, mas os servos eram de tal forma atados à terra que encontravam-se inteiramente subjugados aos Senhores Feudais. Surgiram mediações do direito que não qualificavam os servos como proprietários dos Senhores Feudais, mas que amparavam relações de dominação quase-tão bárbaras quanto o escravismo.
- c) No Capitalismo, com a ascensão da burguesia como classe dominante, fundam-se as bases modernas da dominação de classe. Constroem-se paradigmas abstratos de cidadania que é formalmente afirmada na legalidade, mas que se realiza apenas parcialmente.

3 - AS DECLARAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

A Declaração Universal dos Direitos do Homem proclamada a 10 de dezembro de 1948 pela Assembleia das Nações Unidas é a síntese moderna do direito burguês. É a afirmação de um conjunto de princípios genéricos que não identificam as causas históricas que impedem que esses direitos sejam, objetivamente, negados às maiorias.

As formulações sobre os direitos genéricos do homem, entretanto, não se resumem a esse documento, explicitando-se também em diversas outras fontes, assumidas internacionalmente, e que especificam direitos políticos, econômicos, civis, culturais, das crianças, das mulheres, dos deficientes físicos, dos deficientes mentais, entre outros.

Os diversos documentos (declarações, pactos, tratados, etc) constituem um útil referencial para compor um detalhado programa de defesa objetiva da pessoa humana. Na generalidade desses documentos e seus princípios vagos e abstratos, pode-se extrair importantes referências para a luta política.

4 - A LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL, HOJE

A criação de um organismo nacional de defesa dos direitos humanos no Brasil, hoje, deve partir de duas premissas:

- a) Os direitos humanos especificam-se no conjunto dos direitos de cidadania atribuídos a cada indivíduo e a defesa desses direitos não pode desconsiderar a realização efetiva da cidadania.
- b) Entre os direitos a serem defendidos por uma entidade de defesa dos direitos humanos destacam-se aqueles que envolvem responsabilidade do Estado.

Essas duas premissas são a base das seguintes recomendações para a criação de um organismo nacional de defesa dos direitos humanos:

- a) Os direitos humanos e o conjunto dos direitos e liberdades que compõe o conceito de cidadania tem, no Brasil, um sentido que suplanta suas possibilidades de realização, isto é, as formulações modernas sobre os direitos e liberdades dos indivíduos incluem possibilidades de avanço social que não se realizam "de fato" para a maioria da população. Um aspecto político decisivo da luta pela defesa dos direitos humanos e dos cidadãos, portanto, é a defesa desses direitos em conjunto com as condições sociais e econômicas para a sua realização objetiva.
- b) A luta em defesa dos direitos humanos e dos cidadãos exige um completo esclarecimento da natureza desta cidadania à luz do ordenamento jurídico existente. O esclarecimento da população sobre seus direitos (até hoje conquistados), ainda que formal, é aspecto fundamental desta luta.
- c) A luta em defesa dos direitos humanos e dos cidadãos envolve também a luta pela ampliação do conceito de cidadania vigente no atual ordenamento jurídico.
- d) A luta em defesa dos direitos humanos, embora se expresse na defesa de todo e qualquer "direito de cidadania", deve concentrar-se naqueles direitos e liberdades fundamentais que envolvem responsabilidade do Estado.

- e) A atuação política de um órgão nacional em defesa dos direitos humanos e do cidadão, porém, deve caracterizar-se pela amplitude da mobilização. Deve atingir "todos aqueles que, juristas ou não, tem a ver, pela sua profissão, pública ou privada, com os direitos e as liberdades fundamentais do Homem, e de cuja ação ou omissão pode desde logo brotar, mesmo involuntariamente, uma qualquer ofensa ou violação de qualquer desses direitos ou dessas liberdades garantidas" (5).
- f) Em síntese, a maior atribuição de uma entidade nacional de defesa dos direitos humanos seria a de apanhar a melhor expressão do humanismo genérico que impregna as diversas declarações e tratados internacionais - bem como os princípios que integram o ordenamento jurídico do país - e traduzi-los num humanismo concreto. E inserir esse humanismo na luta política, transformando os princípios, postulados e mesmo dispositivos legais em instrumentos de questionamento e crítica da ordem social vigente que impede sua efetiva realização.
- g) Uma entidade desta natureza, por outro lado, não deve nem competir, nem superpor a atividades, nem promover qualquer tipo de esvaziamento nas diversas entidades hoje-existentes e que estão voltadas para a defesa, genérica ou específica, dos direitos humanos e dos cidadãos. A atuação dessa entidade deverá complementar - e até mesmo fortalecer - as entidades específicas. Essa entidade deverá buscar uma articulação na atuação das entidades específicas e o seu sucesso deverá resultar da competência política com que realizar essa missão.
- h) Uma das principais missões da entidade será, justamente, a formulação - através de aprofundados estudos e debates - do significado contemporâneo, na realidade concreta do Brasil, da luta pela defesa dos direitos humanos e do cidadão.
- i) Outro desafio a ser enfrentado por essa entidade será a questão da segurança pública. No momento, o senso comum das massas não tem resposta coerente para o problema da insegurança pública e da violência criminal. O pensamento da direita, inclusive, atribui à impunidade dos criminosos e o aumento da violência criminal, em parte, à política de defesa dos direitos humanos que estaria "a serviço dos bandidos". A justificação da tortura, da vingança institucionalizada, do assassinato de suspeitos, tem hoje boa receptividade nas massas. Necessitamos recuperar, na atual conjuntura histórica, até mesmo certos valores do humanismo racionalista de um Beccaria. Diante do avanço do irracionalismo do pensamento de direita, que seduz o senso comum, temos que lutar pela reconquista de um grande espaço na luta ideológica, para se ter sucesso na luta em defesa dos direitos humanos.

II - PROPOSTAS PARA A CRIAÇÃO DE UMA ENTIDADE NACIONAL

A criação de um órgão nacional de defesa dos direitos humanos, que pode ser expressa (em conteúdo, e não necessariamente com essa denominação) como um "Centro de Defesa dos Direitos Humanos e do Cidadão", detalha-se aqui com as seguintes propostas:

ÂMBITO NACIONAL

- 1) A entidade terá uma instância nacional dirigida por um Conselho integrado por representantes das instâncias regionais.
- 2) Essa instância regional terá como finalidade:
 - a) Traçar a política nacional de atuação da entidade.
 - b) Manter um Banco de Dados (nos moldes dos mantidos pelo IBASE) sobre violação dos direitos humanos e do cidadão e da experiência, nacional e internacional, da luta em defesa desses direitos.
 - c) Editar publicações e relatórios sobre a situação dos direitos humanos no país e relatando a experiência da luta em defesa desses direitos.
 - d) Editar um manual - para distribuição pública - que exponha os direitos humanos e dos cidadãos e unifique nacionalmente a atuação da entidade.
 - e) Planejar a realização de cursos (metodologia e materiais) de formação de "defensores populares dos direitos humanos e do cidadão" que serão os responsáveis diretos pela implementação da política da entidade.

- f) Implementação de grandes campanhas anuais (nos moldes das efetuadas pela SBPC) com temas ligados aos direitos humanos e do cidadão. Deverá ser buscado apoio dos meios de comunicação de massa, especialmente os veículos impressos (tal como estes apoiam campanhas como a do "Movimento em Defesa pela Livre Iniciativa)
 - g) Realização de eventos de caráter nacional (Congressos, Seminários, Simpósios, - etc.) sobre o tema direitos humanos e do cidadão.
- 3) Uma tarefa urgente para a entidade será a deflagração de um debate nacional sobre a questão da segurança pública, baseado no enfoque de que "a garantia de segurança do cidadão é aspecto fundamental na luta em defesa dos direitos humanos". O enfoque preliminar para o delineamento desse debate, pode amparar-se nas seguintes condições:
- a) Reconhecimento da importância da auto-organização da comunidade na busca da segurança pública.
 - b) Estímulo à criação de um movimento de organização de cidadãos em ruas, quarteirões, bairros ou distritos, para - em conjunto com as autoridades públicas - prover o policiamento e a guarda desses locais.
 - c) Avaliar possibilidade de ampliar esse conceito de segurança pública a outras atividades, tais como auto-organização popular e comunitária para serviços de - socorro de emergência, combate a incêndios, primeiros socorros, etc., como forma de estimular a solidariedade popular.
 - d) Ter cuidado, na formulação desses projetos, com a possibilidade de aparelhamento desses núcleos de organização por determinados interesses políticos, o que se poderia conseguir, por exemplo, com a exigência de que todos os partidos políticos mantivessem representantes oficiais nesses núcleos.

ÂMBITO LOCAL OU REGIONAL

- 4) Criação de instâncias (sedes, sucursais, seções ou algo do gênero) regionais ou locais da entidade, dirigidas por Conselhos integrados por todas as entidades envolvidas na defesa dos direitos humanos e do cidadão nesse âmbito.
- 5) Criação de um "Serviço de Defesa dos Direitos Humanos e do Cidadão", em âmbito local ou regional, que terá as seguintes finalidades e características:
 - a) O Serviço manterá um plantão de 24 horas de equipe de "Defensores Populares dos Direitos Humanos e do Cidadão", treinadas para orientar e agir em defesa dos cidadãos.
 - b) O Serviço terá como meta consistir na "primeira e na última instância" a ser recorrida pelos cidadãos.
 - c) O Serviço atenderá chamadas (preferivelmente através de um número abreviado de 3 dígitos) sobre todo e qualquer assunto de interesse do cidadão (como por exemplo: necessidade de informações sobre o funcionamento de órgãos públicos, violência policial, reclamação de consumidores lesados, discriminação racial, mau atendimento em hospitais, etc.).
 - d) O atendimento será efetuado por pessoas qualificadas, devidamente treinadas para - "em primeira instância - orientar sobre que órgão recorrer e como efetuar o recurso a esse órgão. (Por exemplo, discriminação racial, encaminhamento a entidade de movimento negro ou a delegacia especializada; violência contra mulher, a grupo de mulheres ou a delegacia especializada; consumidores lesados, à SUNAB ou ao PRODECOM ou equivalente; e assim, por diante.
 - e) Esse tipo de atendimento deverá envolver um encaminhamento efetivo de cada caso recebido. Preferencialmente, o Serviço deverá contar com recursos técnicos (aparelho telefônico) que permita ao atendente ("Defensor Popular dos Direitos Humanos e do Cidadão"), mantendo o reclamante na linha, pô-lo em contato direto com o órgão para o qual foi feito o encaminhamento, e assim testemunhando o início do atendimento.
 - f) Nesse encaminhamento inicial, o Serviço explicará ao cidadão reclamante quais - os seus direitos que estão em jogo.

- g) Esse modo de atuação deve garantir a articulação do Serviço - e da própria entidade - com as várias entidades atuantes em defesa do cidadão.
 - h) Como "última instância", o Serviço assumirá qualquer caso que - encaminhado a algum órgão ou entidade específica - não tenha sido convenientemente acompanhado ou resolvido. Isto é, se os direitos do cidadão não forem defendidos pelas entidades que tem obrigação de fazê-lo (órgãos públicos) ou se dispõe a fazê-lo (entidades associativas ou políticas) o Serviço se encarregará de assumir o caso, denunciando se necessário a omissão ocorrida.
 - i) Para assumir esses casos, o Serviço recorrerá à sua equipe própria de "Defensores Populares dos Direitos Humanos e do Cidadão", que serão pessoas qualificadas para atender os casos recebidos de forma ampla ou de forma especializada em determinadas áreas.
 - j) O Serviço também poderá atuar recorrendo a serviços de órgãos públicos, como representantes do Ministério Público, advogados públicos, policiais, etc.
 - k) De qualquer modo, é interessante ressaltar que a intervenção direta do Serviço nos casos em que se envolver, será antes de tudo uma intervenção política.
 - l) O Serviço manterá articulações com a imprensa, procurando a cobertura jornalística adequada a cada caso em que intervir.
 - m) Todas as ocorrências levadas ao conhecimento do Serviço deverão ser registradas, assim como o acompanhamento e soluções dadas.
 - n) O Serviço montará um completo cadastro das pessoas e entidades que deverão ser procuradas para os casos encaminhados (dirigentes de órgãos públicos, de entidades políticas, jornalistas, advogados, médicos, etc.). Os contatos mantidos pela entidade, no encaminhamento de casos, resguardadas as necessidades formais, deverão explorar ao máximo a boa-vontade e o relacionamento pessoal dos seus membros. Isso será conseguido se a entidade tiver uma "ótima" imagem pública: Todo esforço deverá ser feito para que a entidade não seja um organismo "estigmatizado" por nenhum setor. Isto é, a "nobreza" de suas funções deverá consistir em anteparo ideológico contra as resistências e os eventuais conflitos em que se posicione.
- 6) Manutenção e implementação de cursos de formação dos "Defensores Populares dos Direitos Humanos e do Cidadão" que serão credenciados para atuar em nome da entidade.



- (1) BECCARIA, C. "Dos delitos e das penas". Rio de Janeiro, Edições de Ouro, s.d. p.6.
- (2) MORAIS, Evaristo de. "Prefácio da Tradução". In: BECCARIA, op.cit. p.9.
- (3) MORAIS, op.cit. In: BECCARIA, op.cit. p.16.
- (4) MORAIS, op.cit. In: BECCARIA, op.cit. p.9.
- (5) CAMPINGS, Jorge. "Direito Internacional dos Direitos do Homem". Coimbra, Coimbra-Editora, 1984. p.7.

SIN

serviço de intercâmbio nacional pela defesa dos direitos humanos

RUA CARLOS GOMES, 180
25680 PETRÓPOLIS, RJ

CP 90581
TEL.: (0242) 42-2462

SERVIR À VIDA

RESGATANDO A HISTÓRIA DO MOVIMENTO NACIONAL

I ENCONTRO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Petrópolis, 20-24/1/1982

Situação dos grupos

Origem — A grande maioria surgiu a partir da metade da década de 70. Entre os presentes, apenas os CDDHs de São Paulo e a CDJP de Nova Iguaçu tinham origem mais remota. Como já foi aludido no início do presente relatório, todos iniciaram suas atividades pressionados pelo desrespeito aos direitos humanos, por fatos concretos onde o homem foi injustiçado e violentado na sua dignidade. Na área rural esses fatos se reduzem a problemas de posse de terra e da falta de condições de sobrevivência das grandes maiorias. Na área urbana são o crescimento das favelas, a marginalização dos empobrecidos, a violência policial legalizada. Mais precisamente, os dois grupos acima citados surgiram como reação aos atos arbitrários do Dóí-Códi paulista e ao seqüestro de D. Adriano Hipólito.

Item 3 — A quase totalidade dos grupos presentes mantém boas relações com os seus respectivos bispos. Apesar de serem organismos autônomos (no caso dos CDDHs) são apoiados em suas lutas com grande liberdade de atuação. As CJP estão profundamente ligadas à cúria local tendo ~~uma~~ participação mais definida dos bispos. O mesmo acontece com a IECLB. Infelizmente existem ainda exceções.

Item 4 — Alguns grupos recebem ajuda da Igreja local (secretário, advogado). Outros se mantêm através de contribuições dos membros do grupo e de associados e recebendo uma ajuda de fora. Em geral, a manutenção é mista; o próprio grupo complementado por outra instituição.

Item 5 — Todos atuam na denúncia das várias violações dos direitos humanos através dos meios de comunicação (imprensa, rádio e TV). Possuem uma linha de atuação ao nível de conscientização promovendo cursos e palestras. Estas têm como principal objetivo o esclarecimento sobre os direitos da pessoa, leis trabalhistas, fé e política. Finalmente, desenvolvem uma prática de apoio e solidariedade em relação às questões locais (problemas de posse da terra e de ocupação do solo urbano; violência policial, torturas e libertação de presos; problemas com estrangeiros e refugiados políticos; questões trabalhistas e apoio à greve por justa causa; assessoria popular e assistência jurídica; incentivo e apoio para uma verdadeira mobilização popular através de sindicatos associações de bairros, etc.; estudo e aprofundamento da Palavra de Deus através de grupos de reflexão da Bíblia e de CEBs).

Item 6 — Falta de advogados conscientes e dispostos a uma verdadeira defesa dos direitos humanos; falta de agentes qualificados; desatualização, oposição e indiferença de boa parte de autoridades eclesiais nos mais diversos níveis — bispos, padres e religiosos; acomodação do povo e má formação política.

Conclusões finais

A partir das 15 horas do dia 22 até o final do Encontro na noite do dia 23 todos os trabalhos seguiram a dinâmica de estudo e propostas em grupos pequenos para posterior apresentação e aprovação em plenário. Pontos refletidos e aprovados:

— É necessária e indispensável a articulação dos organismos de todo o território nacional para melhor organização e fortalecimento da luta pela justiça e paz.

— A realização do II Encontro de Direitos Humanos em janeiro de 1983. Local ainda não confirmado — São Paulo ou Vitória.

— O grupo Ação, Justiça e Paz de Petrópolis RJ ficou responsável pelo serviço de intercâmbio entre os diversos grupos, até o próximo Encontro.

— As entidades presentes foram divididas em quatro regionais com uma responsável pela articulação e mobilização a nível regional. NORTE: Acre e Pará; NORDESTE: Paraíba e Rio Grande do Norte; SUDESTE: Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais; SUL: S. Paulo, S. Catarina e Rio Grande do Sul.

— Prioridades para 1982: debates sobre Fé e Política, apoio à luta pela Reforma Agrária, questão do Solo Urbano, a violência policial e adesão ao debate sobre educação e direitos humanos, no quadro da Campanha da Fraternidade 82.

— Um Documento Final do Encontro para as autoridades civis e religiosas, entidades competentes e imprensa.

II ENCONTRO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

São Paulo, 25-29/1/1983

e) Exposição e debate sobre o SERVIÇO DE INTERCÂMBIO NACIONAL — SIN

— Entidade responsável pelo SIN e suas atribuições

De acordo com sugestão aprovada durante o I Encontro (cf. Documento referente ao SIN, no final deste relatório), segundo a qual os organizadores do Encontro se incumbiriam do SIN até o Encontro seguinte; com a organização do II Encontro, a Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados, por conseguinte, ficaria com o encargo do SIN. São Paulo, entretanto, não aceitou essa tarefa, justificando falta de infra-estrutura. Aliás, foi também essa a justificativa de todas as entidades convidadas. Apesar de se levar em consideração as dificuldades expostas por Petrópolis, o plenário sugeriu que o GAJP continuasse por mais um ano à frente do SIN. Até porque seria mais fácil para esse grupo em vista de toda uma experiência adquirida. Petrópolis aceitou a sugestão estabelecendo duas condições, aprovadas por todos os presentes. Em primeiro lugar, estavam descartadas quaisquer propostas de continuação desse serviço após o III Encontro — o prazo máximo estabelecido para uma mesma entidade foi de 2 anos. Em segundo lugar que os Regionais assumissem de maneira mais radical as suas responsabilidades apoiando de modo mais efetivo o SIN.

Quanto às atribuições, além da responsabilidade administrativa do serviço de intercâmbio, enquanto troca de informações, foi também aprovado em plenário o poder de representatividade do SIN. Dessa forma, o GAJP enquanto responsável pelo SIN, passa a ter função representativa em alguns casos e ocasiões de maior repercussão e urgência (ex.: no julgamento dos padres franceses, etc...), podendo delegar essa presença a uma outra entidade do SIN mais próxima do local em questão.

Provisoriamente, para efeito de representar todos os participantes do intercâmbio, em eventos de significação nacional, convencionou-se denominar este movimento de «Conselho Ecológico de Entidades de Defesa dos Direitos Humanos».

Regionais: Função e critério de divisão

Quanto à função, ficou estabelecido que, em suas respectivas regiões, a entidade responsável pelo regional teria as mesmas responsabilidades do SIN. No que se refere à divisão, manteve-se o critério geo-econômico já em vigor. Segue abaixo a relação da nova distribuição dos regionais e seus responsáveis:

NORTE (AC, PA, MA, RO): Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Acre;

NORDESTE (CE, RN, PB, PE, BA): CNBB/NE-II — Centro de Defesa dos DHs;

LESTE I (MG): Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos;

LESTE II (ES): Comissão Justiça e Paz de Vitória;

LESTE III (RJ): Comissão Diocesana de Justiça e Paz de Nova Iguaçu;

SUL I (SP): Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Osasco;

SUL II (PR, SC, RS): Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Joinville;

CENTRO-OESTE (GO, MS): Comissão Justiça e Paz de Goiânia.

Metodologia de trabalho

Todo o processo de comunicação desenvolvido pelo SIN durante o período de 1982 foi mantido por ser o mais viável e mais rápido. Entretanto, pequenas modificações foram introduzidas com o objetivo de agilizar as informações e diminuir a sobrecarga da entidade central. Assim, por exemplo, nos casos de muita urgência, foi sugerido que o grupo solicitante de apoio enviasse a correspondência diretamente aos participantes do SIN e que este fosse apenas notificado por causa da documentação. Também em casos de divulgação de material ficou a possibilidade de contato direto entre as entidades ou através dos regionais.

Para melhor avaliação da participação dos grupos nas respostas aos apelos recebidos, os participantes do II Encontro se comprometeram a enviar para o SIN cópias ou avisos das medidas tomadas.

Com o objetivo de facilitar a luta na defesa dos direitos dos oprimidos, o representante da CESE (Coordenadoria Ecológica de Serviço) assumiu o compromisso de apoiar financeiramente, mediante um projeto, o SIN. Na medida de suas necessidades, os regionais poderiam contar com essa ajuda para organizarem seus encontros, e o SIN para as despesas de comunicação e para a fase de organização do III Encontro.

Articulação com outros movimentos e organizações que defendem os Direitos Humanos em áreas específicas

No intuito de se discutir esse problema foi feita uma reunião com representantes do SIN-GAJP e dos movimentos que atuam em área específica presentes no II Encontro (CIMI, CPT, Movimento de Defesa dos Favelados, Secretariado de Justiça e Não-Violência, MORHAN, Grupo União e Consciência Negra, UCBC e Anistia Internacional). Acreditamos que os questionamentos e as questões aí levantados são de grande importância para o avanço das lutas pelos Direitos Humanos no Brasil. Todos viam a necessidade de maior união e apoio nas lutas para maior força e divulgação. Em consequência das considerações feitas, resolveu-se o seguinte:

— que para os Encontros Nacionais de cada um dos movimentos aí representados seriam convidados um ou dois representantes dos demais movimentos na qualidade de observadores;

— que para os Encontros Regionais dos respectivos movimentos seria possível convidar representantes dos Regionais dos demais grupos;

— que no caso de correspondência, o grupo remetente a enviaria não para todas as entidades dos demais movimentos mas apenas para os núcleos nacional e regionais desses movimentos;

— que para obter soluções de acordo com as necessidades de cada movimento o SIN elaboraria um questionário e o enviaria aos seus núcleos centrais;

— que cada um dos movimentos de área específica dentro de suas caminhadas procuraria aprofundar a luta mais ampla pelos Direitos Humanos de todos os oprimidos e marginalizados.

III ENCONTRO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Vitória, 25-28/1/1984

Táticas para uma ação eficaz:

— Ter um tempo para a organização interna da caminhada de direitos humanos discutindo: — o que é um centro de defesa ou uma comissão justiça e paz?

— qual a defesa a ser feita? — o que são direitos humanos?

— Incentivar a criação de novos núcleos de direitos humanos.

— Fortalecer as articulações a nível regional e nacional e intensificar o intercâmbio via SIN.

— Aprofundar a articulação com as entidades de defesa dos direitos humanos de áreas específicas a nível local, regional e nacional.

— Desenvolver um trabalho pedagógico (sem manipular ou querer substituir o povo) visando o conhecimento e conscientização dos direitos do povo, com conseqüente formação de uma consciência nacional sobre cidadania. Para este fim utilizar os mais diversos meios de informação: produzir cartilhas, audiovisuais, cartazes, folhetos, boletins, imprensa alternativa, rádio, etc.; promover e participar de seminários, cursos, debates e outros.

— Articular-se com o movimento popular apoiando-o em suas lutas.

d) 4º trabalho dos grupos: *Articulação Nacional — avaliação e sugestões.*

O objetivo é o de rever a nossa experiência de articulação nacional nestes dois anos, desde que aconteceu o I Encontro em Petrópolis (janeiro de 1982). Naquela oportunidade surgiram os três mecanismos de articulação entre os grupos, hoje existentes: — encontros nacionais; — regionais; — serviço de intercâmbio nacional (SIN). (Cf. SEDOC 15 — junho/83, cols. 1185s).

e) *Plenário:* foram as seguintes as deliberações da plenária acerca da articulação nacional:

Encontros Nacionais

— Periodicidade: de 2 em 2 anos encontros nacionais amplos para os representantes de todos os CDDHs e CJP's e para representantes nacionais dos movimentos de área específica.

— Encontros inter-regionais: intercalando com os encontros nacionais serão realizados encontros com representantes dos regionais de 2 em 2 anos.

— Data: o próximo encontro nacional será em janeiro de 1986.

— Local: nordeste. A cidade deverá ser escolhida pelo próprio regional durante o seu próximo encontro, quando será também definido o responsável por sua preparação e organização.

Regionais

Uma constatação importante foi feita a partir da preparação para este encontro: é essencial que os regionais se organizem e se articulem mais profundamente. Quanto à divisão dos regionais, foram feitas várias propostas que modificavam e trocavam vários estados de seus respectivos regionais. Por fim, ficou resolvido que a questão seria aprofundada nos próximos encontros regionais para uma definição final, de acordo com a viabilidade real da proposta e a possibilidade dos grupos. Em princípio os regionais e seus respectivos responsáveis ficaram assim estabelecidos:

— Norte I (AC e RO): CDDH do Acre.
— Norte II (PA e MA): Sociedade Paraense de Defesa dos DHs.

— Nordeste I (CE, RN, PB, PE): CNBB/NE-II
— CDDH de Recife.

— Nordeste II (BA): Comissão Justiça e Paz de Salvador.

— Leste I (MG): Comissão Arquidiocesana de DHs de Belo Horizonte.

— Leste II (ES e RJ): Comissão Diocesana de Justiça e Paz de Nova Iguaçu.

— Sul I (SP): CDDH de Osasco.

— Sul II (PR, SC, RS): Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre.

— Centro-Oeste (GO, MS, MT): CJP de Goiânia.

Observação: para a divisão acima só foram incluídos os estados onde já existem grupos articulados com o SIN (ver SEDOC 14 — maio 1982 cols. 1030s).

SIN — Serviço de Intercâmbio Nacional

— *Avaliação:* o SIN, como serviço, tem desempenhado um bom papel na troca de informações entre as entidades e nos pedidos de solidariedade. Houve consenso quanto à sua importância e quanto à necessidade desse serviço para o fortalecimento e união de uma ação conjunta a nível nacional. Constatou-se que muitas entidades não conseguem responder a demanda do SIN por causa de suas necessidades financeiras e precariedade de infra-estrutura (de material e de pessoal). Observou-se também que o SIN ainda não se fez suficientemente conhecido para muitas entidades existentes que não entraram ainda na caminhada.

— *Sugestões:* o SIN deve procurar recuperar sua história para melhor informação e compreensão de seus mecanismos de atuação, por todos aqueles que participam ou vierem a participar de seus serviços. Procurar contatar novas entidades e motivar a formação de novos grupos dando as informações que estejam dentro de suas possibilidades. Se não há possibilidade de atender a todos os pedidos, priorizar as cartas de solidariedade pois reforçam a capacidade de resistência do povo e aprofundam a união dos oprimidos. Tentar propiciar um acompanhamento mais efetivo dos casos veiculados divulgando o seu andamento, as providências tomadas, os resultados conquistados. A correspondência enviada para o SIN deve ser clara e conter explicitamente seu objetivo, ou seja, ser transformada em memorando ou circular para ser enviada a todos os participantes ou se trata apenas de correspondência individual para o Grupo Ação Justiça e Paz de Petrópolis.

— *Local:* o SIN permanece em Petrópolis até o próximo encontro nacional, pelo menos.

— As ações devem ser sobretudo preventivas (e não meramente emergenciais), populares (e não elitistas), de ataque (e não apenas de defesa), sempre em cima da realidade mas pressupondo uma visão da sociedade global.

Dimensões específicas das ações

- Educação.
- Articulação.
- Apoio e denúncia.

Questionamentos

— Pode a ajuda financeira externa causar dependência? Como enfrentá-la? Como chegar ao auto-financiamento?

— Não estarão muitas entidades distantes do povo? Como caminhar com o povo?

— Os encontros nacionais deverão ter um objetivo determinado (um ponto a ser alcançado) ou devem ser principalmente uma ocasião de troca de experiências e de fortalecimento da união?

(cf. SEDOC 172 -junho 1984, cols 1259s. Ed.Vozes.Petrópolis)

→ **Atribuições do SIN:**

a) **Aperfeiçoamento dos serviços atuais:**

- Apresentação mais pedagógica e melhor diagramada das denúncias.
- Tratamento analítico das denúncias.
- Acompanhamento dos casos veiculados.
- Buscar apoio de comunicadores comprometidos para assessoramento na elaboração das comunicações e do informativo.
- organização de um cadastro dos grupos que participam do SIN.
- Edição de um informativo com as lutas mais significativas.

b) **Novos serviços:**

- Organização de um banco de dados com informações relevantes para o movimento dos direitos humanos.
- Apoio para a realização de estudos e pesquisas de temas novos, do interesse da luta pelos direitos humanos.
- Buscar contato para um trabalho articulado com órgãos de estudo e assessoria já comprometidos nessa linha de ação (IBASE, CEAS, CERIS, CEHILA, etc.).
- Intercâmbio de subsídios na medida que sejam solicitados pelos grupos.
- Favorecer o intercâmbio de pessoas para estágios de capacitação, troca de experiências, cursos e visitas aos lugares de conflito (formação de quadros).

— **Atribuições do SIN com a Comissão de Apoio**

a) **Aperfeiçoamento dos serviços atuais:**

- Estabelecer critérios para o encaminhamento das denúncias e das informações (o que é relevante para todos os grupos, aquilo que é do interesse do próprio regional, o que interessa aos que têm problemas afins).
- Ajudar a definir os mesmos critérios para as respostas das entidades.
- Avaliar se os gastos efetuados pelo SIN são adequados à eficácia obtida.
- Estimular as articulações regionais e a nacional.
- Estimular e assessorar na formação de novos grupos.
- Buscar aprofundar o relacionamento com outros grupos afins.
- Auxiliar na preparação e realização de encontros nacionais e inter-regionais.

b) **Novos serviços:**

- Ajudar na organização de uma secretaria nacional.
- Posicionar-se frente as violações dos direitos humanos através de declarações nos meios de comunicação.
- Realizar reuniões sempre que necessário, para melhor encaminhamento dos trabalhos.
- Elaborar uma lista de nomes de parlamentares que, por sua postura e por seu discurso, deva receber a correspondência do SIN como mais uma forma de pressão ou uma nova frente para a luta pela justiça.

— **Atribuições do SIN e/ou da Comissão de apoio:**

- Buscar informações sobre agências de financiamento e assessorar os grupos para a obtenção de recursos.
- Tentar maior relacionamento com a imprensa através de jornalistas comprometidos a fim de ocupar espaços na grande imprensa.
- Dar continuidade às decisões dos encontros nacionais e inter-regionais.
- Buscar aprofundar o relacionamento com a CNBB e outras Igrejas para um maior apoio às lutas populares, sem perder a autonomia criando um vínculo de dependência.
- Promover uma mais profunda articulação com a América Latina através de entidades como Clamor, Anistia Internacional, Comissão de Defesa dos Direitos do Povo — CODEPO do Chile, Centro Valdivieso da Nicarágua, Centro Paz e Justiça da Argentina, COLUSPAD, Comitê de Solidariedade aos Povos da América Latina, CONDEPAZ e através de outras que contatemos.

Ao final da plenária ficou decidido que se iria tentar executar todos esses pontos na medida do possível. Foram escolhidas três prioridades a serem cumpridas a partir do encontro inter-regional:

- a elaboração do informativo;
- a preparação do IV Encontro Nacional;
- o posicionamento frente às violações dos Direitos Humanos.

Programou-se uma reunião do SIN com a Comissão de Apoio para o 1º semestre de 1985, maio ou junho. O SIN deverá convocar e sediar a reunião.

— **Pistas para o aperfeiçoamento da articulação do regional:**

- Encontro entre os regionais que têm problemas afins.
- Encontros especiais como sobre violência policial, de advogados engajados na luta do povo por seus direitos.
- Fortalecimento da articulação com outras entidades.
- Discussão e esclarecimento sobre a função do regional.
- Tentar uma maior mobilização de regional através de uma questão comum.
- Localizar e apoiar grupos do interior.
- Buscar apoio financeiro para a manutenção do regional.
- Criar e fortalecer um meio de comunicação no regional, que valorize e divulgue as lutas e vitórias em defesa dos direitos humanos.
- Realizar palestras, debates e cursos sobre temas relevantes para a defesa dos direitos humanos.
- Intercâmbio de pessoas para aperfeiçoamento e troca de experiências.
- Maior articulação dos regionais com o SIN.

IV ENCONTRO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

OLINDA - PE.

A manhã e tarde do 1º dia do Encontro foi destinada totalmente à discussão da questão da organização interna do movimento. Os participantes foram divididos em três mini-plenárias, que por sua vez sub-dividiram-se em grupos, para discutir o documento síntese elaborado pela Comissão de Apoio e que continha os principais pontos polêmicos relacionados com o tema.

O referido documento síntese e proposta de discussão foi o seguinte:

A Comissão de Apoio do IV Encontro Nacional de Entidades de Direitos Humanos, visando facilitar o encaminhamento da discussão sobre os Estatutos, e com base nas sugestões recebidas dos regionais, reunidos nos dias 20 e 21 de janeiro de 1986, em Olinda, destacou os seguintes pontos considerados polêmicos:

- 1) LEGALIZAÇÃO OU NÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS: deve-se entender por legalizar o movimento a aprovação dos Estatutos Sociais, pela Assembléia Nacional, e o registro dos mesmos em Cartório.
- 2) CARÁTER DA ENTIDADE:
 - a) seria constituída uma entidade nacional para apenas articular as demais entidades de direitos Humanos;
 - b) ou seria uma entidade nacional com poder de representação e articulação.
- 3) ÓRGÃOS EXECUTIVOS: consideram-se órgãos executivos: a Comissão Nacional, as Comissões Regionais e seus órgãos de apoio (secretarias):
 - a) SIN - Secretaria,
 - b) localização
- 4) INTER REGIONAL: entenda-se por inter-regional a assembléia de representantes dos regionais.
- 5) DISTINÇÃO ENTRE AS ENTIDADES FILIADAS E COLABORADORAS: entenda-se por entidades filiadas aquelas que tenham por principal objetivo a defesa e promoção dos direitos humanos, com aprovação das assembléias regionais; entenda-se por entidades colaboradoras todas aquelas que contribuam, de forma relevante, para o movimento;
 - a) direito a voto.

OBSERVAÇÃO: Os representantes do NI e NII esclareceram que seus Regionais não conseguiram se reunir para refletir e tirar posições a respeito dos Estatutos e da Carta de Princípios. Manifestaram-se em nome das entidades às quais pertencem.

CONSIDERAÇÕES:

Ponto 1. Quanto à questão da LEGALIZAÇÃO OU NÃO DO MOVIMENTO, surgiram duas propostas:

- os Regionais Leste II, Sul II, Sul I, Norte II e Nordeste manifestaram-se pela legalização;
- os Regionais Leste I e Centro Oeste manifestaram-se pela não legalização, sendo que o Centro Oeste está dividido, em quanto regional, em duas posições: uma pela legalização e outra pela articulação.

Ponto 2. Quanto ao CARÁTER DA ENTIDADE, foram feitas as seguintes propostas:

- os Regionais Leste II, Sul II e Sul I votaram pela representatividade;
- os demais Regionais se posicionaram no sentido de em caso de legalização, optaram pela representatividade.

Ponto 3. Órgãos Executivos:

a) SIN e secretarias

Quanto aos ÓRGÃOS DE APOIO À COMISSÃO NACIONAL surgiram as seguintes propostas:

- os Regionais Leste I, Leste II e Sul II propuseram que o SIN acumule funções de Secretaria Executiva da Comissão Nacional;
- O Regional Norte I não tem posição definida;
- o Regional Sul I se manifestou defendendo a criação de uma secretaria executiva, desvinculada do SIN;
- o Regional Norte II se manifestou defendendo que a Comissão Nacional poderia ter mais de uma secretaria, sendo que o SIN seria absorvido por uma delas;
- o Regional Nordeste se manifestou defendendo 2 posições:

- a) o SIN deve acumular a função de secretaria executiva;
- b) a Comissão Nacional contaria com mais de uma secretaria, o SIN seria a secretaria de intercâmbio Nacional e a secretaria executiva funcionaria na cidade onde vai ser sediado o próximo Encontro Nacional.

- o Regional Centro Oeste se manifestou defendendo, também, 2 posições:

- a) o SIN acumularia as funções de secretaria executiva a qual ficariam subordinados 3 serviços:

- a.1. o SIN
- a.2. serviço de articulação e posicionamento
- a.3. serviço de organização do próximo Encontro.

- b) Localização da Comissão Nacional ou Coordenação Nacional:

Quanto a localização da Comissão Nacional surgiram as seguintes propostas:

- os Regionais Leste I e Leste II manifestaram-se por Petrópolis;
- o Regional Sul II se manifestou por S. Paulo ou Petrópolis;
- o Norte II se manifestou por um local no centro do país;
- o Norte I não manifestou posição definida;
- o Sul I se manifestou por São Paulo;
- o Centro Oeste e Nordeste manifestaram-se defendendo 2 posições:
 - a) em Petrópolis;
 - b) no Regional que vai sediar o próximo encontro.

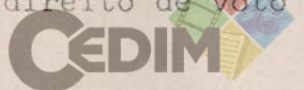
c) Comissão ou Coordenação Nacional e sua composição:

Quanto à Comissão Nacional e sua composição, surgiram as seguintes propostas:

- os Regionais Sul II, Sul I e Norte II manifestaram-se por um representante por Regional;
- o norte I e Leste II manifestaram-se por um representante por Regional mais um do SIN;
- o Nordeste e Leste I, manifestaram-se por um representante por Regional, mais um do SIN ou por um representante de cada Regional mais um representante dos órgãos de apoio.

OBSERVAÇÃO:

- a) os Regionais que manifestaram-se pela representatividade do SIN na Comissão Nacional, implicitamente defendem o seu direito de voto nas reuniões da Comissão Nacional;
- b) os Regionais Leste II e Norte I não manifestaram posição definida a respeito do direito de voto do SIN na Com. Nacional.



Ponto 4. Inter-Regional:

Quanto a questão da Assembléia INTER REGIONAL surgiram as seguintes propostas:

- os Regionais Leste I, Centro Oeste, Leste II, Sul II e Nordeste manifestaram-se pela manutenção da Assembléia Inter-regional;
- o regional Sul I manifestou pela sua extinção;
- o Norte I e Norte II não têm posição definida a respeito.

Ponto 5. DISTINÇÃO ENTRE AS ENTIDADES ASSOCIADAS OU FILIADAS E COLABORADORAS

- os Regionais Leste I, Norte II não tem posição definida;
- o Sul II, Leste II, Centro oeste e Nordeste manifestaram-se pela proposta inicial de Estatutos, apresentada pelo Nordeste (Capítulo II - "Das Entidades Associadas");

OBSERVAÇÃO:

- a) o Regional Centro Oeste e Nordeste defendem o direito de voz e voto, que seria exercido na Assembléia Nacional, para cinco organizações, de caráter nacional, que têm acompanhado a caminhada dos direitos humanos desde seu início. São elas: CIMI CPT, MORHAN, GRUPO CONSCIÊNCIA NEGRA e MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS FAVELADOS;
- b) o Regional Sul I manifestou-se de acordo com sua proposta de emenda aos estatutos, ou seja, de que as entidades colaboradoras não terão direito a voto.

AS ATIVIDADES DO 2º DIA DE ENCONTRO: VOTAÇÃO

RELATÓRIO DA PLENÁRIA GERAL DO DIA 24 DE JANEIRO DE 1986

Às 9:45, fez-se a composição da Mesa com os mesários: Isa, Vieira e Carlos; secretários: Gilson e Dulce; assessores Luis Alberto Gomes.

Exposição de Luis Alberto:

1. Explica o funcionamento da plenária e análise das mini-plenárias.
 - . Salienta as distorções e confusões nas plenárias (excesso de questões de ordem, questionamentos...)
 - . Aponta como positivo se usar como argumentação ou fundamentação a prática e as lutas do movimento no dia-a-dia.
 - . Não se pode abstrair as discussões, burocratizá-las, apegando-se a norma teóricas e dogmáticas.
 - . É preciso resgatar a caminhada do Movimento nacional de Defesa dos Direitos Humanos.
 - . Aponta a alteração da pauta e o ponto norteador deve ser o serviço não mais um forum de poder, portanto sermos honestos, claros, concisos, jogo limpo, cartas na mesa.

Em seguida foi feita a apresentação da pauta:

- . criação da entidade
- . caráter
- . nome
- . formas de estruturação
 - comissão (órgãos que a compõem)
 - localização

- inter-regionais
- filiação
- . legalização

OBSERVAÇÃO: escolhido três (3) escrutinadores: Beto, Gilcéria e Guilherme e mais três (3) colaboradores, sendo a plenária geral dividida em três (3) blocos, para facilitar a contagem dos votos. Sonda - gem dos delegados presentes com direito a voto - 152 (cento e cinquenta e dois) delegados.

CRIAÇÃO DA ENTIDADE NACIONAL

Nas mini-plenárias, ficou evidente o consenso a respeito da necessidade de criação de uma entidade nacional. Essa aspiração esteve presente durante todas as discussões realizadas no dia anterior.

VOTAÇÃO:

Primeira proposta:

favoráveis à criação da entidade 144

Segunda proposta:

contrários à criação da entidade.....01

abstenções05

Total dos votos150

RESULTADO: APROVADA A CRIAÇÃO DE UMA ENTIDADE NACIONAL.

CARÁTER DA ENTIDADE

Nas mini-plenárias não houve divergências quanto ao caráter de ARTICULAÇÃO da entidade. Entretanto apareceram propostas divergentes que dão a essa entidade:

- a) um caráter exclusivo de articulação;
- b) um caráter de articulação e representação plena;
- c) um caráter de articulação e representação limitada.

Fundamentação:

Caráter exclusivo de articulação - Argumentou-se que esse caráter exclusivo facilitaria a relação entre os grupos de Direitos Humanos, pois não necessitariam estar estaturizados. Que visa a busca de uma unidade nacional, através de maior contato entre as comissões e reestruturação das regionais.

Caráter de articulação e representação plena -Argumentou-se que a entidade nacional deve transcender o caráter de articulação. Deve ter caráter de representação plena, o que implica num posicionamento sempre que ocorrer violação de Direitos Humanos, não necessitando recorrer a consultas aos regionais e entidades de base para essas manifestações.

Caráter de articulação e representação limitada- O caráter fundamental da entidade é de articulação, mas é necessário que assuma o caráter de representação no tocante a problemas específicos, decorrentes de violações de Direitos Humanos; é necessário que tenha voz a nível nacional em certos momentos. Deve-se adotar alguns critérios para essa representação: CONSULTAS AOS REGIONAIS.

OBSERVAÇÃO: a tendência das mini-plenárias foi de que a entidade não tenha apenas caráter de articulação, mas que assuma a função de representação, ainda que limitada.

A ARTICULAÇÃO É CONSENSUAL EM TODOS OS GRUPOS.

Preliminar: tem representação ou não?

VOTAÇÃO:

Primeira proposta:

a favor da representação.....124

Segunda proposta:

contra a representação.....19

abstenções05

Total de votos148

RESULTADO: APROVADO O CARÁTER DA REPRESENTAÇÃO

TIPO DE REPRESENTAÇÃO PLENA OU LIMITADA

Proposta de afunilamento:

A entidade nacional representará e se manifestará sempre que ocorram graves violações de direitos humanos, no entanto em casos normais e em outras manifestações, que não sejam decorrentes de violações flagrantes, só agirá depois de consultar os regionais, suas bases.

VOTAÇÃO:

a favor do afunilamento..... 72

contrários 66

abstenções..... 14

Total de votos152

RESULTADO: APROVADA A PROPOSTA DE AFUNILAMENTO DA REPRESENTAÇÃO LIMITADA.

NOME DA ENTIDADE NACIONAL

Foram apresentados dois nome:

- a) Comissão Nacional de Direitos Humanos
- b) Coordenação Nacional de Entidades de Direitos Humanos.

Fundamentação:

- a) trata-se de terminologia usada para comissões de base e reflete coletivo de grupos. Opõe-se ao nome de Coordenação porque este implica em delegar mais um poder à entidade nacional, além dos de articulação e representação.

Primeira proposta: COMISSÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Segunda proposta: COORDENAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES DE DIREITOS HUMANOS

Terceira proposta: COMISSÃO NACIONAL DE ENTIDADES DE DIREITOS HUMANOS

Quarta proposta: MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Quinta proposta: CONSELHO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

OBSERVAÇÃO:

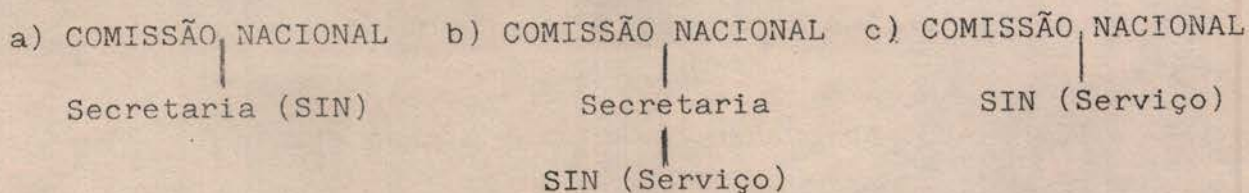
Foi retirada a proposta número 5 (cinco) em virtude do nome da entidade governamental ligada ao Ministério da Justiça ser muito semelhante.

VOTAÇÃO:

Primeira proposta:	COMISSÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS.....	02
Segunda proposta :	COORDENAÇÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS.....	41
Terceira proposta:	COMISSÃO NACIONAL DAS ENTIDADES DE DIREITOS HUMANOS.....	20
Quarta proposta :	MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS.....	74
Total de votos		137
Nome da entidade -	MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS.	

FORMA DE ESTRUTURAÇÃO

APRESENTAÇÃO:

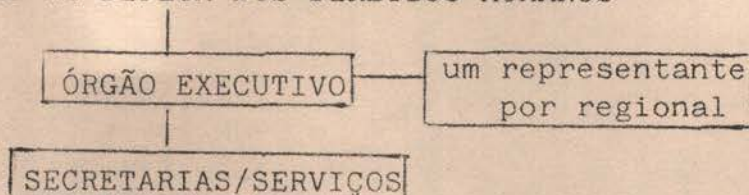


- a) SIN como secretaria executiva;
- b) SIN como um dos serviços da secretaria;
- c) SIN como um serviço subordinado à Comissão Nacional.

OBSERVAÇÃO:

A tendência é considerar que o SIN não deve ser entidade autônoma, mas um serviço à disposição da Comissão Nacional.

MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS



5.1. CRIAÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO

VOTAÇÃO: Aprovada por contraste visual a criação de um órgão executivo.

5.2. NOME DO ÓRGÃO EXECUTIVO

Primeira proposta: COMISSÃO NACIONAL

Segunda proposta : COORDENAÇÃO NACIONAL DAS ENTIDADES DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Terceira proposta: SECRETARIADO DO MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Quarta proposta: COMISSÃO NACIONAL DO MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS.

OBSERVAÇÃO:

Foram retiradas as propostas segunda e quarta.

VOTAÇÃO:

Primeira proposta: COMISSÃO NACIONAL.....	87
Terceira proposta: SECRETARIADO DO MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS.....	49
Abstenções.....	4
Total de votos	146

RESULTADO:

Nome do Órgão executivo: COMISSÃO NACIONAL

5.3. COMPOSIÇÃO

Proposta: um (01) representante por Regional e o adendo de um (01) suplente por Regional.

VOTAÇÃO:

RESULTADO: Aprovação consensual da proposta

5.4. ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO

Primeira proposta: discutir agora

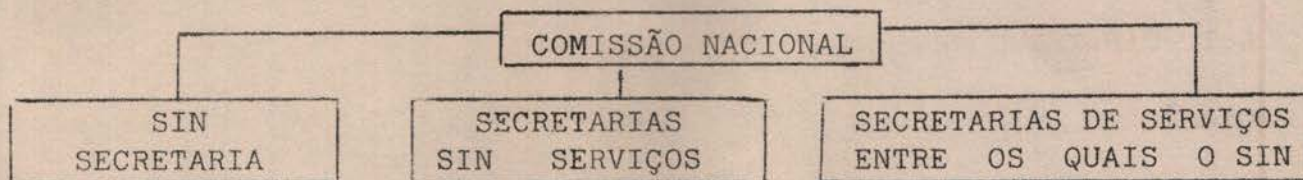
Segunda proposta : discutir após a questão da legalização.

VOTAÇÃO: por contraste visual

RESULTADO: DISCUTIR APÓS A QUESTÃO DA LEGALIZAÇÃO

5.5. ÓRGÃOS DE SERVIÇOS

MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS



Primeira proposta: SIN

Segunda proposta : SECRETARIA e o SIN COMO SERVIÇO SUBORDINADO

Terceira proposta: SECRETARIAS DE SERVIÇO ENTRE AS QUAIS O SIN

VOTAÇÃO:

Primeira proposta: SIN - SECRETARIA..... 0

Segunda proposta : SIN SUBORDINADO À SECRETARIA..... 10

Terceira proposta: SECRETARIAS DE SERVIÇO
ENTRE AS QUAIS O SINResultado majoritário

RESULTADO:

VENCEDORA A PROPOSTA: SECRETARIA DE SERVIÇO ENTRE AS QUAIS O SIN.



Houve duas posições:

a) devem-se manter, com mudanças

b) eliminar

Fundamentação:

- a) Inter-regional é necessária porque as assembleias nacionais se realizam com um intervalo de tempo muito grande. É necessário que se preencha esse espaço a nível de avaliação, encaminhamento e preparação da Assembleia Nacional.
A permanência da inter-regional pressupõe que haja mudanças.

- b) deve-se eliminar porque a realização de vários encontros implica necessariamente em gastos vultosos, que oneram o movimento e prejudicam a caminhada. Com a existência da Comissão Nacional, são desnecessárias as inter-regionais.

VOTAÇÃO:

Primeira proposta: MANTER COM MUDANÇAS	83
Segunda proposta : ELIMINAR	60
Abstenções	11
Total de Votos	154

6.1. CARÁTER DO ENCONTRO INTER-REGIONAL

VOTAÇÃO:

Inter-regional com caráter consultivo	96
Inter-regional sem caráter deliberativo	02
Inter-regional com caráter deliberativo	07
Total de votos	105

RESULTADO:

O INTER-REGIONAL TERÁ CARÁTER CONSULTIVO

7 - FILIAÇÃO

Não houve discussão em todas as plenárias sobre os critérios de filiação e de admissão de colaboradores. A tendência é que as entidades colaboradoras tenham somente direito à voz.

Em uma das plenárias, foi votado que o critério de ingresso das entidades colaboradoras seria o seguinte: uma entidade nacional tem de ser aprovada pelo Encontro Nacional; se a entidade é de caráter regional, deverá ser aprovada pelos regionais.

VOTAÇÃO:

Primeira proposta: Colaboradoras com direito a voz filiadas c/ direito a voz e voto...	99
Segunda proposta: Não existe distinção entre as entidades. Todas as entidades fazem parte do Movimento	41
Abstenções.....	06
Total de votos.....	146

Para esclarecer a distinção entre filiadas e colaboradoras o assessor Luis Alberto fez a seguinte colocação:

"Os organismos regionais e municipais são os encontros regionais, e pensando no passado, foi isso o que aconteceu. Os encontros regionais absorveram todos esses movimentos regionais que são movimentos fundadores. No caso dos movimentos nacionais, seria essa assembleia, a Assembleia Nacional, a que tem atribuições de fazer a distinção entre colaboradoras e filiadas. Então, insisto sobre isto, nós apenas votamos, e foi uma votação muito esmagadora, que não é o caso de voltar sobre elas.

8.3. LOCAL DA SEDE MÓVEL

PROPOSTAS: GOIÂNIA	80
PETRÓPOLIS	02
NORDESTE	00
LOCAL CENTRAL	00
LOCAL PRÓXIMO ENCONTRO.....	73
Total de votos	155

RESULTADO: GOIÂNIA É A PRIMEIRA SEDE MÓVEL DO MOVIMENTO

OBSERVAÇÃO:

Na plenária da noite iniciada às 20:30 hs., a mesa foi substituída ficando assim composta: Maneto, Marga, Gilson, Liliam

9- LEGALIZAÇÃO

Houve duas propostas: a) legalizar
b) não legalizar.

Fundamentação:

- a) Argumentou-se em favor do item a que o momento político exige a estruturação legal da entidade. Que há necessidade imperiosa de legalização da Comissão Nacional, visando a institucionalizar a prática concreta das comissões a nível nacional. Essa legalização tem por objetivo organizar e respaldar todos os trabalhos levados a nível nacional. Deve-se legalizar para que o movimento tenha personalidade jurídica e tenha as regras do jogo estabelecidas, sem perda de autonomia.
- b) A favor da hipótese b, alegaram os riscos de burocratização e centralização do movimento que a legalização do movimento acarretaria. Houve preocupação em analisar a legitimidade da representação da Comissão Nacional. Considerou-se que a legalização seria uma amarra e que, na atual conjuntura, cercearia a participação de outras entidades, como a Comissão Justiça e Paz. A hipótese completou no entanto, a necessidade de estabelecer normas internas para a Comissão Nacional.

VOTAÇÃO:

Primeira proposta: PELA LEGALIZAÇÃO	26
Segunda proposta : PELA NÃO LEGALIZAÇÃO	99
Abstenções	07
Total de votos	132

RESULTADO: APROVADA A NÃO LEGALIZAÇÃO

10- CARTA DE PRINCÍPIOS

Seguiu-se a leitura da minuta da CARTA DE PRINCÍPIOS. Sobre ela manifestaram-se 14 companheiros, que sugeriram várias modificações.

Foi sugerido por alguns companheiros que os relatores da Carta reunissem com os relatores das mini-plenárias e redigissem uma nova carta.

DECISÃO PAROVADA POR UNANIMIDADE PELA PLENÁRIA.

Nós votamos que há dois tipos: filiadas e colaboradoras. Na caminhada nós já temos todos esses grupos e movimentos que fundaram esse Movimento (MNDDH). Daqui por diante, os movimentos novos que vão querer participar, eles vão entrar via Regional, e o Regional irá discutir sobre o caráter da prática, se eles têm uma prática que lhes permite ser avaliados como filiados ou colaboradores.

No caso de ser nacional, aí não compete ao Regional mas ao Nacional.

Além disso tem outro ponto que deve ser levado em conta: que isto não é estático. Pode ser que uma entidade de um Regional decida ser filiada e pela sua prática ela vai provar que realmente está comprometida. Se for colaboradora, ela passará para filiada. Há toda uma dinâmica aqui.

Resumindo: nós votamos coisa muito simples que eu acho que não exclui ninguém, apenas aprovamos que há categorias: a categoria de filiada e a de colaboradora. A colaboradora não tem direito a voto. Foi só isso que votamos. Eu acho que está claro e que não há confusão".

8- LOCALIZAÇÃO

Foram as seguintes locais apontados; estão colocados seguindo a ordem de preferência na votação:

- Goiânia
- Local central
- Petrópolis
- Nordeste

OBSERVAÇÃO:

- 1) Houve discussão se a sede será móvel, ou fixa.
- 2) A composição da Comissão Nacional e o local onde se sediaria a secretaria (fixa ou móvel) foram levantados, mas não discutidos em todas as mini-plenárias.

8.1. SEDE

Primeira proposta: TER SEDE

Segunda proposta : NÃO TER SEDE

RESULTADO: O MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS POSSUIRÁ UMA SEDE.

A votação foi feita por contraste visual.

8.2. SEDE FIXA OU MÓVEL

Primeira proposta: TER SEDE FIXA	39
Segunda proposta : TER SEDE MÓVEL (2 em 2 anos)	97
Abstenções	02
Total de votos	138

S E M D A T A



Leden

Movimento Nacional de defesa dos Direitos Humanos



Subsídios

I

Preparação

SIN



serviço de intercâmbio nacional pela defesa dos direitos humanos

RUA CARLOS GOMES, 180
25680 PETRÓPOLIS, RJ

CP 90581
TEL.: (0242)42-2462.

SERVIR A VIDA

De acordo com o que foi deliberado em reuniões da Comissão Nacional a partir de agora estaremos enviando a vocês subsídios para a preparação de nosso V Encontro Nacional de Direitos Humanos.



SIN

serviço de intercâmbio nacional pela defesa dos direitos humanos

RUA CARLOS GOMES, 180
25680 PETRÓPOLIS, RJ

CP 90581
TEL.: (0242)42-2462

SERVIÇÀ VIDA

Queridos companheiros de caminhada,

Estamos nos aproximando de mais um Encontro Nacional do MNDDH a se realizar de 27 a 31 de janeiro de 1988 em Goiânia. Como foi decidido em Olinda durante o IV Encontro, o caráter decisório dessa Assembléia como instância máxima do MNDDH determina nossa responsabilidade, de cada participante, no encaminhamento político do próprio movimento. Nesse sentido queremos contribuir para a discussão que os grupos já estão fazendo sobre questões que deverão ser decididas, para que a participação tenha como base o conhecimento aprofundado das referidas questões e seus desdobramentos políticos no processo de atuação do movimento. Como primeiro subsídios, queremos compartilhar com vocês algumas reflexões e um pouco da memória dos Encontros Nacionais já realizados.

I - QUANTO À IDENTIDADE DO MNDDH E SEU PERMANENTE PAPEL ESTRATÉGICO

- 1) Origem dos grupos: os grupos de Defesa dos Direitos Humanos surgiram e continuam a surgir a partir de fatos concretos, de violações reais dos direitos do povo oprimido/marginalizado e dos seus aliados. Em torno desses fatos começam sua luta e se organizam para a defesa mais permanente dos que têm seus direitos espoliados pelo sistema dominante.
- 2) Contexto inicial da origem dos grupos: época de fechamento político e de repressão do movimento popular pela ditadura militar, época de tortura e desaparecimento daqueles que se opunham politicamente ao governo/sistema; época em que não havia espaço para a organização/ação do movimento popular e sindical. Nessa época, embora a verdadeira causa das violações dos direitos humanos no Brasil estivesse ligada à implantação/manutenção/aprofundamento de um sistema baseado na expropriação dos trabalhadores, o que aparecia mais claramente era a violação dos direitos políticos, consequência da forte opressão deflagrada contra setores da sociedade brasileira. Nesse sentido, vários e distintos grupos/movimentos/setores se uniram para a reconquista dos direitos políticos. O fator aglutinador era a derrubada da ditadura militar. Naquele contexto histórico era difícil a conscientização/construção de um projeto alternativo de sociedade e de sua viabilização concreta como condição necessária para uma maior observância dos direitos dos marginalizados. O que unia era SER CONTRA o autoritarismo militar e menos o SER A FAVOR de um determinado projeto político/econômico/social (para melhor conhecimento dessa situação aguarde próximos subsídios).

- 3) Contexto atual das lutas em defesa dos direitos humanos: com "a abertura" e a saída dos militares do governo, mudaram as formas de dominação. O projeto político da "Velha República" mudou de roupa, mudou de aparência, mudou de tática e se apresentou como "Nova República". Mas por detrás da nova forma/roupa/aparência/tática, manteve um sistema que não possibilita a observância dos direitos das grandes maiorias; sistema construído sobre relações sociais injustas e desiguais, onde a acumulação do capital por parte de uma minoria gera/ implica a exploração daqueles que são obrigados a vender sua força de trabalho.

A experiência das lutas populares no nosso país tem mostrado que é impossível a observância dos Direitos Humanos no sistema capitalista, porque aí não existem condições reais para o respeito aos direitos mais fundamentais à vida e aos meios de mantê-la com dignidade. Nesse sentido, apesar do "relativo" processo de democratização, tem crescido a consciência de que lutar eficazmente pelos Direitos Humanos no Brasil é em primeiro lugar, tentar eliminar uma das causas mais permanentes das violações através da superação da ordem capitalista, que desde há muito vigora em nosso país.

~~As condições de exploração e os assassinatos continuam impuros. Por isso é o número de memórias sociais ultimamente.~~

- 4) Papel do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos: seu papel é e deverá ser sempre um papel estratégico, isto é a construção de uma sociedade alternativa que crie condições para se viver estruturalmente os direitos humanos. Uma sociedade verdadeiramente democrática, onde o povo participe do poder/governo para defender seus próprios interesses e anseios a partir das maiorias marginalizadas/ discriminadas. Isto é bem diferente de uma democracia burguesa e excludente, onde o povo participa apenas na hora de votar e onde a maioria dos que participam do poder em nome do povo na verdade defendem os seus interesses pessoais e/ou interesses de minorias possuidoras de todos os direitos. Uma sociedade construída sobre um sistema onde o fruto do trabalho dos que produzem se já partilhado com justiça por todos aqueles que participam do processo de produção. Isto é bem diferente de um sistema onde o fruto do trabalho de uma maioria é apropriado por uma minoria. Uma sociedade realmente pluralista que respeite e ofereça espaço para distintas tradições culturais e para diferentes manifestações de fé tendo como critério fundamental para essa convivência igualitária tudo aquilo que ajuda à humanização de seus membros (caráter pessoal) e que favorece às relações sociais para concreta comunhão - caráter social.

O contrário de uma suposta igualdade onde cultura e fé são impostas a partir de setores dominantes que se acreditam superiores, possuidores da verdade e capacitados para determinar o que é certo e errado, o que é bem e mal, o que é verdadeiro e falso, sempre a partir de seus interesses particulares ou de sua visão parcial.

Nesse sentido o papel estratégico permanente do MNDDH é ser parte de um processo de construção dessa sociedade através do apoio e fortalecimento de um projeto político participativo e popular. Por isso seu papel implica profunda vinculação às lutas populares, fortalecimento das organizações populares em sua autonomia e permanente análise crítica da conjuntura econômica-política-ideológica (cultural) a partir dos marginalizados.

- 5) Função do MNDDH: tendo em vista seu papel estratégico, o MNDDH pode desempenhar várias e diferentes funções tanto no que se refere ao Movimento como um todo como no que se refere aos regionais e grupos locais. Aqui cabe sempre partir da realidade e priorizar o fortalecimento do poder popular e/ou do poder dos marginalizados/discriminados. Atento às forças da conjuntura e com clareza do seu papel, o MNDDH procura das respostas imediatas que ajudam avançar as lutas populares. Para isso tendo lucidez de adequar sua prática ao que melhor contribua para reverter o quadro estabelecido.

Algumas funções do MNDDH como um todo:

ao nível de uma conscientização crítica e libertadora: resgatar o fato de que toda pessoa tem direitos, já nasce com eles e por isso deve vivenciá-los ou, quando espoliada, reconquistá-los (não é verdade que alguém ou alguma instituição é que dá direitos às pessoas); resgatar, informar e apoiar o povo na luta pela observância dos direitos que existem na legislação e que representam conquistas históricas das lutas populares, o que chamaríamos a luta pela cidadania;

ao nível da pedagogia: apoiar o surgimento de um novo tipo de cidadão, social e solidário que já expressa nas práticas ensaiadas nos grupos/movimentos populares que não produzem as relações de opressão da sociedade burguesa e possibilita o verdadeiro sujeito histórico da construção de uma nova ordem de cunho popular e participativo.

ao nível das lutas: apoiar e incorporar-se nas lutas das organizações/movimentos que já se estruturam para a defesa e realização de direitos fundamentais como moradia, terra, saúde, trabalho e outros.

ao nível da articulação: evitar ações isoladas e procurar sempre agir em conjunto com outros grupos/movimentos específicos que visam também reforçar a construção do poder popular.

ao nível da comunicação: veicular denúncias de violações de direitos humanos entre os grupos/movimentos populares no Brasil

e na América Latina e entre os demais meios de comunicação nacionais e estrangeiros com objetivo de pressionar as autoridades/órgãos responsáveis e reforçar também os laços de solidariedade que fortaleçam a resistência e a luta.

ao nível político: embora a luta principal do MNDDH seja pelos direitos dos empobrecidos e marginalizados e a partir deles, não deve, entretanto, deixar de denunciar outras violações que se dão ao nível do político, do ideológico e do cultural e enfrentá-las com práticas alternativas.

b) Algumas funções dos Regionais:

- concretizar ao nível regional o que se refere ao todo, a partir do contexto da região, com suas lutas específicas;
- apoiar o surgimento de novos grupos e incentivar os existentes, mediante visitas e a realização de encontros regionais;
- ser capaz de elaborar um quadro atualizado das violações dos direitos humanos no Regional e refletir sobre suas causas conjunturais e estruturais.

c) Algumas funções dos grupos/entidades locais:

- realizar ao nível local o que se refere ao MNDDH como um todo e ao Regional;
- ter a flexibilidade de em função de seu objetivo político ser capaz de desempenhar aquela função que a realidade exige na conjuntura concreta;
- apoiar movimentos organizados na perspectiva do projeto popular através de participação em suas lutas e do oferecimento de subsídios necessários;
- desempenhar uma função supletiva quando movimentos de defesa dos direitos específicos, ainda não surgiram (por exemplo, na questão da terra, do negro, do índio, do trabalho, da mulher marginalizada e outros), incentivando a criação/organização destes movimentos populares.

II - QUANTO À LEGALIZAÇÃO DO MNDDH

Antes de entrarmos diretamente nos prós e contras da legalização do MNDDH deveríamos nos colocar as seguintes questões: por que e para que a legalização .

Pensamos que a decisão por uma determinada forma de organização, pela legalização ou não do movimento supõe consciente ou inconscientemente a definição de uma prática política. Embora estejamos todos comprometidos com a defesa dos direitos humanos a partir dos empobrecidos e marginalizados. Pensamos entretanto que a divergência se dá na priorização do encaminhamento prático, ou priorizamos a ação sobre o estado e seus órgãos, abrindo aí brechas, ocupando espaços e participando do poder para estas instâncias, impedir as violações dos direitos humanos e fortalecer a organização popular ou enfatizamos o fortalecimento das organizações populares

independentes e autônomas para a conquista de seus direitos e para construção do poder popular, base de uma nova sociedade, e somente a partir daí valorizando a ocupação de espaços no poder como condu- to de representação do povo junto às instâncias políticas oficiais. Diríamos ainda que subjaz a esta questão uma visão que se preocupa com o legal como respaldo para o avanço das forças populares e uma outra que prioriza o real como força que se impõe por si mesma a partir da representatividade de sua própria organização, construí- da muitas vezes contra o legal (exemplo a CUT, ocupações dos Sem - Terra e outros).

Pontos a favor da legalização:

- respaldo legal para quem vai representar o movimento nos mo- mentos de crise;
- respaldo legal dos que representam o movimento junto ao esta- do e a seus órgãos;
- entrada mais fácil nas instituições oficiais, ministérios, se- cretarias e outros organismos públicos;
- facilitação na elaboração de convênios/contratos/ acordos com órgãos da administração oficial e instituições de caráter so- cial ligadas ao governo;
- acesso facilitado na postulação de verbas e outras ajudas ofi- ciais.

Pontos a favor da não-legalização:

- risco de institucionalização e perda das vantagens da flexibi- lidade que lhe advém pelo fato de conservar-se como movimento;
- risco de legitimarmos o legal em relação a um estado que na análise do próprio MNDDH é anti-popular e não cumpre as leis que beneficiaram o povo;
- a legalização supõe aceitar a lógica do poder dominante e do estado atual, que exatamente quer a legalização dos movimen- tos populares para com mais facilidade poder cooptar suas li- deranças e atrelá-los a uma política paternalista que termina por tirar a autonomia dos movimentos populares e impedir a a- cumulação necessária de forças para avançar um projeto polít- co autenticamente popular;
- legalizar o MNDDH implica aceitar as regras do jogo do estado e suas instituições que exigem: "só aceitamos falar com asso- ciações de moradores/ movimentos legais". Aqui caberia lem- brar uma frase do General Golbery de Couto e Silva, "a maior ameaça dos movimentos populares e o segredo de sua força res- de em sua ^{própria} institucionalização";
- criação de dificuldades aos movimentos/grupos que pertencem a outras instituições nacionais (CPT, CIMI, Movimentos de Defe- sa do Favelado, Movimento das Prostitutas e outros Movimentos legados à Igreja), pois se veriam confrontadas com a questão da dupla fidelidade, abrindo espaço para o enfraquecimento da luta pelos direitos humanos;

- a legalização poria em risco a perda da infra-estrutura humana e material muitas vezes cedida financiada por outras instituições;
 - poderia dificultar o apoio de setores importantes das Igrejas, bem como de outras entidades comprometidas com o projeto popular;
 - levaria a admitir a hierarquização na organização podendo reproduzir modelos de poder verticalistas e incrementaria a burocratização em detrimento do trabalho direto com o povo;
 - legalizar o movimento num momento em que a maioria dos grupos locais não estão legalizados implicaria uma medida tomada de cima para baixo; isso contrariaria a caminhada do movimento que até hoje sempre veio de baixo para cima.
- A luz destas razões, parece importante para o MNDDH incentivar a legalização dos grupos locais para criar a verdadeira base para uma anterior discussão da questão em tela.

III - QUANTO À ORGANIZAÇÃO INTERNA DO MNDDH

a) A Comissão Nacional

- Como ficou decidido em Olinda-PE IV Encontro Nacional, a Comissão que tem um caráter de colegiado democrático, onde o poder é partilhado igualmente por todos os seus membros, tem funções importantes no encaminhamento do movimento. Depois da experiência vivida durante esses dois anos pensamos que algumas funções deveriam ser enfatizadas:
- . refletir para viabilizar o encaminhamento (como fazer) das decisões tomadas pela assembléia nacional (encontros nacionais) instância máxima decisória do MNDDH;
- . representar e pronunciar-se em nome do MNDDH nas condições previstas e aprovadas durante o IV Encontro Nacional;
- . ajudar a preparar os encontros nacionais, regionais e inter regionais, sobretudo no que se refere à caminhada concreta do movimento com seus desafios e dificuldades;
- . ajudar os grupos, regionais, encontros nacionais a valorizar a carta de princípios do movimento aprovada em Olinda, como critério primeiro de avaliação do movimento e como fator indicativo da própria ação da comissão;
- . procurar se desburocratizar ao máximo para se deter mais nos aspectos políticos do movimento e divulgar suas reflexões como subsídios para os grupos (neste sentido, reunir-se menos vezes, mas com maior tempo para uma reflexão aprofundada, até por razões de economia);
- . cada representante do Regional junto à Comissão Nacional deveria funcionar como ponte entre a comissão e o seu Regional para fortalecer a organização de seu Regional, pois ele constitui a verdadeira base do MNDDH e para ser realmente a representação política do Regional na Comissão.

Enfim a Comissão Nacional deveria representar o poder partilha do do MNDDH para fora dele mesmo e ser o porta-voz da base do Movimento (Regional e grupos locais) para dentro.

b) Secretaria Executiva

A experiência acumulada durante estes dois anos de funcionamento da Comissão Nacional, revelou a necessidade de se ter alguém ou um pequeno grupo responsável pelas execução das decisões da Assembléia Nacional encaminhadas pela Comissão Nacional. Muitas falhas da Comissão Nacional são decorrência do excesso de trabalho decada representante e das grandes distâncias brasileiras.

Algumas funções da Secretaria Executiva e do eventual liberado

- executar o que foi decidido pela Assembléia Nacional e pela Comissão;
- participar da caminhada dos Regionais;
- representar e pronunciar-se em nome do MNDDH nos casos flagrantes de violação dos direitos humanos ou em outros casos em que isso se faz importante;
- devolver aos Regionais e aos grupos locais as questões que surgem na caminhada e que tenham relevância para todo o Movimento Nacional;
- a secretaria executiva deve servir de ponte entre a Comissão Nacional e os Regionais/grupos locais e vice-versa.

Local de permanência da Secretaria Executiva: alguns pontos a serem considerados:

- um lugar onde haja a possibilidade de operacionalizar, com mais facilidade, as iniciativas aprovadas e contatos com órgãos de assessoria/contatos com a imprensa nacional e estrangeira;
- oferece-se facilidade de locomoção para os membros da secretaria no sentido de melhor possibilitar sua presença nos acontecimentos flagrantes violações de Direitos Humanos, manifestações inter-entidades e acompanhamentos dos regionais com rapidez e menos gastos;
- um lugar que tenha a possibilidade de acolher o eventual liberado;
- onde exista um grupo que reflita, de modo mais ou menos permanente a caminhada do movimento;
- onde exista uma infra-estrutura que já funcione e que garanta a eficácia do trabalho.

c) Quanto ao SIN

Sobre as funções do SIN, enviamos anexo as resoluções tomadas pelo Movimento até agora.

Em função do aumento das solicitações e do crescimento do número de pessoas e Entidades que pedem para receber a correspondência enviada pelo SIN, pensamos que este serviço representa um canal de comunicação dos movimentos populares que pouco espaço encontram nos meios de comunicação dominantes.

Tentando cumprir o serviço de divulgação das violações dos Direitos Humanos, conseguimos recentemente um contato semanal com a BBC de Londres que se mostrou interessada em cobrir essa temática, estando disposta a passar os materiais a outros meios de comunicação estrangeiros.

IV - CONTRIBUIÇÃO ESPECÍFICA DO MNDDH NA LUTA POPULAR

Análise da violência

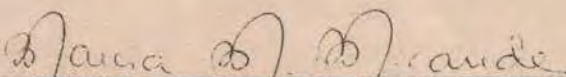
Sem abandonar as prioridades já formuladas pelo MNDDH (terra, trabalho e violência) pensaríamos ser oportuno enfatizar a questão da violência. As outras questões, terra e trabalho, tem sido bastante cobertas por organismos específicos como entidades sindicais, articulação nacional do solo urbano e outros.

Praticamente nada mudou em relação a violência na "última fase da mais longa transição democrática do mundo". O combate ao crime, por exemplo, continua sendo feitos pelas linhas convencionais e ultrapassadas que marcam sempre a atuação policial no Brasil". A ausência de controle social democrático sobre os órgãos responsáveis pela segurança e justiça criminal. "O uso da tortura como instrumento "normal" de trabalho, a existência nas prisões de mulheres, de indivíduos com penas já cumpridas há anos, o extermínio sistemático de criminosos ou suspeitos e que atinge números aterradores, são exemplos da violência que se abate cruelmente sobre as camadas empobrecidas". Em levantamento realizado pelo SIN, das mortes provocadas no estado do Rio de Janeiro, primeiro semestre de 1987, apurou-se a assustadora cifra de 1267 mortos.

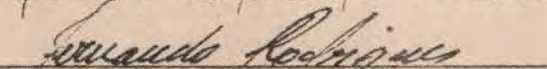
Nesse sentido nossa contribuição a partir de uma análise crítica dos mecanismos que mantêm e reforçam a ordem social que gera a violência e viola os direitos das maiorias deveria ser mais sistemático e elaborada. (ver a proposta do projeto sobre a violência).

Este material bem como outros que enviamos posteriormente, visam ajudar nossa reflexão em nossos grupos para que nos preparemos melhor para o V Encontro Nacional. Estimamos que seja válidas. Oxalá o V Encontro, preparado objetiva e criticamente, se consolide mais e mais na promoção e defesa dos Direitos Humanos, particularmente das "maiorias" oprimidas.

Petrópolis, 13 de novembro de 1987.



Marcia M^a Monteiro de Miranda



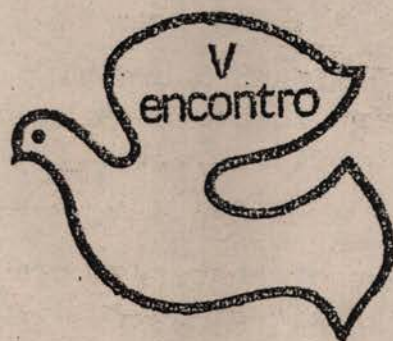
Fernando Gonçalves Rodrigues



Dulce Bastos

250

Movimento Nacional de defesa dos Direitos Humanos



Subsídios II

Preparação p/ o V Encontro.

SUBSÍDIO nº II

(Movimento Nacional de Defesa dos Dir. Humanos)

- Pauta do V Encontro Nacional2
- Indicativos da Comissão Nacional para
estruturação do Movimento para discussão
no Encontro3
- Pressupostos para o debate da criação
de uma Entidade Nacional6
- Estrutura, conjuntura e Direitos
Humanos12



Petrópolis, 7 de dezembro de 1987

Companheiros e companheiras,

Durante a última reunião da Comissão Nacional realizada em Petrópolis - RJ nos dias 26 e 27 de novembro foram discutidos e aprovados mais alguns pontos da preparação do V Encontro Nacional de Goiânia. A partir das informações sobre os diversos Regionais também foram refletidas e aprovadas algumas questões sobre a organização do Movimento nacional que deverão ser deliberadas na assembléia desse encontro.

Desejamos partilhar com vocês estas considerações e estes posicionamentos da Comissão Nacional para que sejam avaliadas e refletidas em seus grupos locais objetivando uma participação mais efetiva de seus delegados.

1) Quanto à programação do V Encontro Nacional de Direitos Humanos:

27/1 - 20hs - ABERTURA GERAL

(mesa, apresentação e manifestação dos participantes e das entidades convidadas, apresentações culturais)

28/1 - 8hs - Painel sobre a CONJUNTURA LATINO-AMERICANA

(Pedro Ribeiro de Oliveira, Cláudio Nascimento, Leonar do Boff - confirmados)

14hs - Grupos

Levantamentos/constatações/respostas/práticas do MNDDH como expressão local, regional e nacional.

20hs - Atividades livres: culturais, vídeos, debates sobre temas específicos, celebrações e outras.

Reunião dos painelistas, relatores e coordenação.

29/1 - 8hs - VIOLÊNCIA na cidade e no campo

(convidados: Hélio Pellegrino, Paulo Sérgio Pinheiro, Pe. Ricardo Resende)

10hs - CONSTITUINTE/CONSTITUIÇÃO

(João Gilberto, Pedro Dallari - confirmados)

14hs - Grupos

Respostas/pistas/objetivos/propostas do MNDDH

20hs - Plenária de Comunicação dos relatos dos grupos

30/1 - 8hs - Painel: MNDDH - histórico/atividades/alternativas de organização/representação/legalização/avaliação

10hs - Grupos: avaliação e alternativas

14hs - Grupos: encaminhamentos e decisões

16hs - PLENÁRIA: decisões e encaminhamentos dos grupos

31/1 - 8 hs - PLENÁRIA GERAL: discussão e votações sobre o MNDDH
14 hs - PLENÁRIA GERAL: continuação
17 hs - ENCERRAMENTO

2) Quanto aos serviços e coordenação:

- A Comissão Nacional é responsável pela coordenação do Encontro, incluindo sua preparação;
- O Regional Centro-Oeste, hospedeiro do Encontro, formará as equipes de serviços;
- O SIN ajudará nos serviços de secretaria do encontro e relatório final.

3) Quanto a participação dos delegados:

- é necessário que as entidades leiam, avaliem e reflitam a série de subsídios que estarão sendo enviados pelo SIN;
- é essencialmente necessário, como condição de uma participação mais responsável e atuante, que os delegados dos grupos/entidades locais conheçam e tenham refletidos seus posicionamentos com referência às questões que serão debatidos e votados ;
- solicita-se que os delegados tragam relatórios de suas lutas mais significativas, das atividades dos seus regionais, cartazes e material para murais pois haverá local para exposição;
- cada entidade local terá direito a um delegado;
- cada Regional terá direito a um delegado pelo Regional.

4) Quanto à participação de entidades específicas e afins:

- Além das entidades específicas que tradicionalmente vêm participando da nossa caminhada (CPT - CIMI - MDF - MORHAN - Consciência Negra) ficou aprovado o convite a outras entidades que tenham representatividade Nacional para fortalecer a luta pela defesa dos Dir. Humanos. Entre estas, foram lembradas também entidades Latino Americanas visando uma maior integração/apoio mútuo nas lutas contra nossa comum opressão. Esses companheiros participarão como convidados. Segue abaixo algumas entidades/pessoas indicadas/ aprovadas pela Comissão Nacional para serem convidadas para o Encontro:
- CUT Nacional, CGT Nacional, ABRA, CONTAG, IBASE, INESC, CNBB- Linha 6, Articulação Nacional do solo Urbano, AJUP, CEBI, CEAS, Serviço Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia, CESE, ANAMPOS, Anistia Internacional, CDHAL, ASSEAF, Pastor Werner Fuchs, Ivo Lesbautin, D. Tomas Balduino, Comision para la Defensa de los Derechos Humanos en Centroamérica (CODEHUCA) - Costa Rica, Instituto Americano de Derechos Humanos - Costa Rica, O São Paulo, SEDOC, AGEN, CEDI, Centro de Pastoral Vergueiro, SERPAJ, ILSA - Colombia, CDHES (Centro de Derechos Humanos de El Salvador) - El Salvador, Serviço de Paz e Justiça do Uruguai, Conselho Mundial de Igreja, CELADEC - Perú, Hugo Garcia - Buenos Aires, Cláudio Martinez - Buenos Aires, Cláudio Gonzalez Orbina - Chile, Oscar e Ana Gatica - Argentina, UCBC, Liga Mexicana de los Derechos Humanos - México.
- Cada Regional poderá convidar uma entidade/movimento popular que participe de sua caminhada como possibilidade de fortalecimento da luta. O respectivo regional ficará responsável pelo convite, entrega de subsídios, informações diversas e esclarecimentos do tipo de participação desse companheiro como convidado.

5) Quanto à legalização:

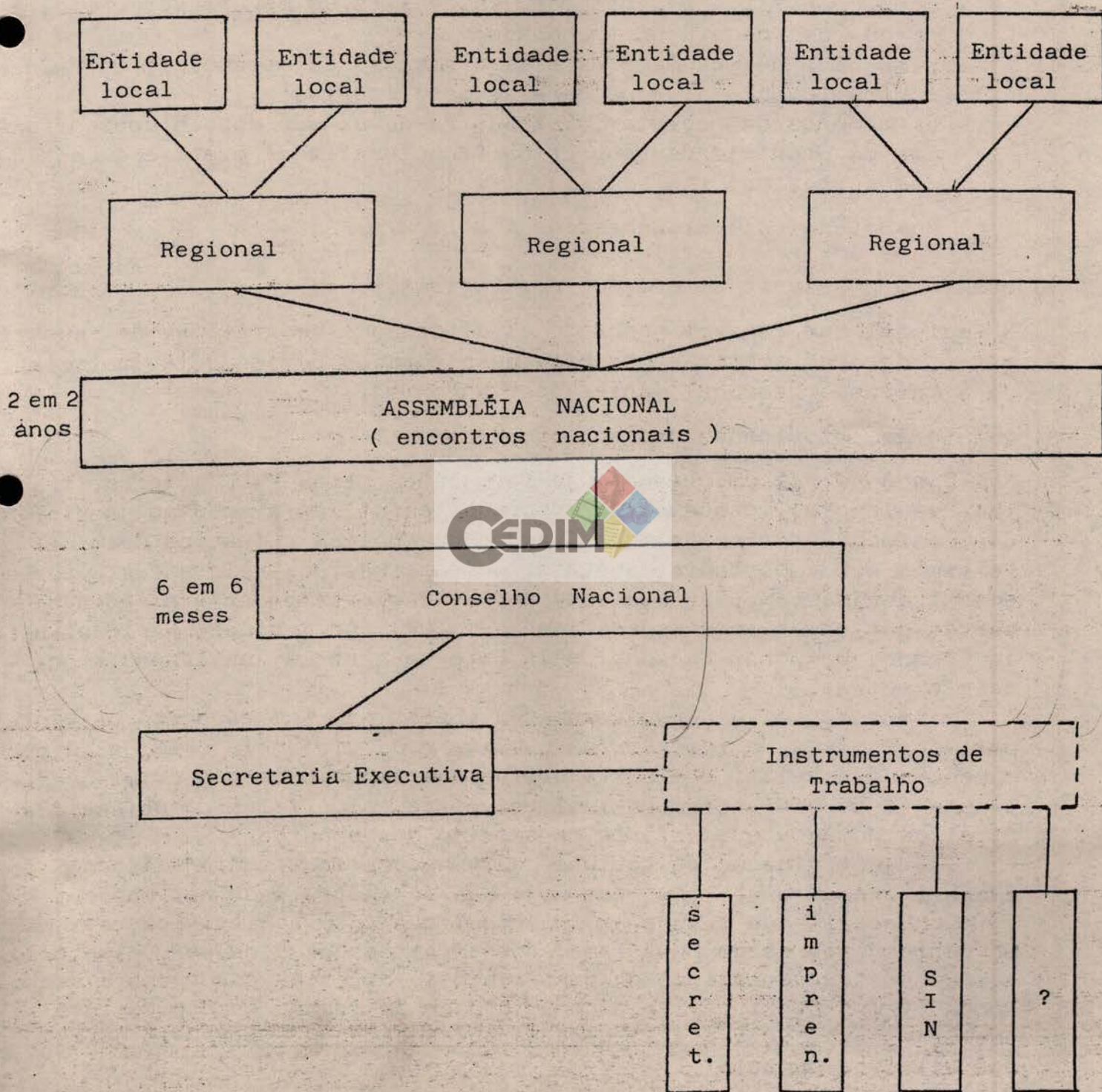
A Comissão Nacional constatou que a maioria dos Regionais ainda opta pela não legalização. Em função disso não haverá circulação de "minutas de estatutos" como tinha sido previsto anteriormente. Isso não tira de pauta a apresentação do tema para discussão, aprofundamento e amadurecimento.

6) Quanto à estruturação:

Considerando que possivelmente não haverá estatutos, a Comissão Nacional entende como fundamental rever a estruturação do Movimento Nacional a partir da experiência desses dois anos pós-encontro de Olinda tendo como objetivos principais:

- o fortalecimento da articulação;
- o fortalecimento das lutas;
- a viabilidade funcional para a execução do que é deliberado.

6.1) Pensamos e sugerimos o seguinte quadro:



6.2) Competências e composição desses setores:

- . Assembléia Nacional - como sempre tem sido, composta pelos delegados dos grupos/entidades locais, com a função deliberativa para as linhas gerais políticas do Mov. Nacional em Defesa dos Direitos Humanos (consultar subsídios I e II)

- . Conselho Nacional:

- a) Formação

- um representante por cada 10 entidades articuladas no Regional;
 - OBS: o Regional que tiver número de entidades inferior a 10 (dez) também terá direito a um representante;
 - o liberado da Secretaria Executiva será membro nato do Conselho;
 - um representante de cada "instrumento de trabalho" também participará das reuniões do conselho.

- b) Competências: ver subsídios I e II

- . Secretaria Executiva:

- a) Formação

- será composta por 3 membros, entre eles um deverá ser o liberado que coordenará os trabalhos;
 - a escolha desses membros ficará a cargo da assembléia do V Encontro levando em consideração os critérios;
 - os membros da secretaria executiva devem ser escolhidos em função da proximidade geográfica (funcionalidade prática + contenção de gastos)

- b) Competências: ver subsídios I e II

7) Quanto a possíveis alterações dos Regionais:

O Regional que estiver pensando em alterações geográficas de seus limites, deverá remeter a proposta de alteração devidamente justificada à Comissão Nacional, antes do V Encontro.

8) Quanto às prioridades da conjuntura atual:

Sem abandonar as prioridades já formuladas pelos MNDDHs (terra, trabalho, violência), pensamos ser oportuno enfatizar a questão da violência, enfocando principalmente Segurança Pública e Justiça Criminal. Pensamos ser importante constatar que as questões referentes à terra e ao trabalho tem sido bastante refletidas/criticadas/avaliadas/covertas por organismos específicos como CPT, Articulação Nacional de Solo Urbano, Campanha Nacional pela Reforma Agrária, entidades sindicais e outras.

Atualmente, o senso comum das massas não tem resposta coerente para o problema da insegurança pública e da violência criminal. O pensamento da direita, inclusive atribuiu à impunidade dos criminosos e o aumento da violência criminal, em parte, à política de defesa dos Direitos Humanos que estaria "a serviço dos bandidos".

A justificação da tortura, da vingança institucionalizada, do assassinato de suspeitos, tem hoje boa receptividade nas massas.

Necessitamos recuperar, na atual Conjuntura histórica, até mesmo certos valores do humanismo, dos direitos dos cidadãos. diante do avanço do irracionalismo do pensamento de direita, que seduz o senso comum, temos que lutar pela conquista de um grande espaço na luta ideológica (ver subsídio I) para se ter sucesso na luta pela defesa dos Direitos Humanos.

Movimento Nacional de defesa dos Direitos Humanos



Subsídios III

QUESTÃO AGRÁRIA
VIOLÊNCIA NO CAMPO



Serviço de intercâmbio nacional pela defesa dos direitos humanos

RUA CARLOS GOMES, 180
25680 PETRÓPOLIS, RJ

CP 90581
TEL.: (0242)42-2462

SERVIÇO À VIDA

SUBSÍDIO nº III

Questão Agrária e Violência no Campo

- "Violência no Campo"
uma análise da violência a partir
de documentos do MIRAD1
 - "A UDR ou a Democracia com Controle
Remoto" (Secretariado Nacional da
CPT)5
- Neste texto, temos uma boa análise de quem é a UDR sua estratégia e principais teses políticas defendidas, assim como as consequências negativas de sua atuação no meio rural e junto as autoridades ministeriais.
- "Uma intervenção na estrutura judiciária
Plínio de Arruda Sampaio (presidente da
ABRA e Deputado Constituinte PT/SP).25



VIOLÊNCIA NO CAMPO

As conclusões do relatório da Coordenadoria de Conflitos Agrários do MIRAD a respeito de conflitos de terra ocorridos no primeiro semestre de 1987 demonstram o agravamento da situação de violência no campo, gerada pela concentração da propriedade da terra no país.

Segundo o relatório, a omissão e até conivência de autoridades públicas diante da generalização da criminalidade no campo pode comprometer o processo de transição por que passa o país, gerando um clima de insegurança que propicia ações cada vez mais violentas.

No primeiro semestre de 1987 morreram 99 pessoas direta ou indiretamente envolvidas em conflitos de terra no país. Alguns assassinatos revestem-se de grande ousadia e traços de crueldade que indicam haver o interesse de humilhar e aterrorizar a vítima e não apenas eliminá-la. Entre as ações praticadas são comuns os estrupos, a decapitação e o decepamento de órgão das vítimas, em sua maioria posseiros. Entre os 99 listados encontram-se 5 crianças, 8 índios, 9 empregados de fazenda, 4 pistoleiros, 1 clérigo, 2 advogados, 3 policiais e 66 trabalhadores rurais, incluindo posseiros, lavradores e pequenos produtores. Estes representam 67% do total de óbitos, seguidos pelos "empregados de fazenda", com cerca de 10% do total de mortes no período. Nesse quadro não se tem registro de fazendeiros mortos por questão de terra.

Dos 38 imóveis rurais nos quais se verificaram mortes no período citado, 6 já são reincidentes, ou seja, já foram palco de outros assassinatos nos anos de 1985 e 1986. A Fazenda Agropécus no município de Redenção, estado do Pará, é a que apresenta maior número de mortes, 13 ao todo, sendo 12 no ano de 1986 e uma no primeiro semestre de 1987. Algumas fazendas, como o Projeto Tucumã, já têm processos de desapropriação foramlizados. Urge que a tramitação desses seja agilizada.

O documento indica ainda que as zonas críticas de tensão social ampliaram-se nas regiões de fronteira agrícola como Rondônia e Mato Grosso e em regiões onde se verifica carreação de recursos econômicos através de políticas governamentais e da concessão de incentivos fiscais. Esses parecem ser os casos da inclusão de fazendas localizadas nos municípios de Monção, Turiaçu e Grajaú, no estado do Maranhão, que vêm recebendo recursos da SUDENE.

De acordo com o relatório do MIRAD, a violência que se verifica no estado do Maranhão relaciona-se também com a implantação dos pólos siderúrgicos ao longo da ferrovia Carajás, dentro do Programa Grande Carajás.

A maior parte das mortes ocorridas no primeiro semestre de 1987 verifica-se na Região Nordeste (39 casos), sendo o estado do Maranhão o que registra maior número de óbitos (17 nesse período). Segue-se o estado da Bahia, com 15 casos e o Pará com 12. A região Norte apresenta 24 casos de mortes, seguida pela região Centro Oeste com 23, a região Sudeste com 19 e a Sul com 9. Depois do estado do Pará, são os estados de Mato Grosso e Rondônia que apresentam maior número de mortes nesse período, com 10 ocorrências em cada.

Ao analisar a distribuição do número de mortes por mês o documento demonstra que janeiro foi o mês mais violento do semestre, com 26 óbitos (26% do total), seguido pelo mês de junho com 24 mortes (24% do total).

Estima a Coordenadoria de Conflitos do MIRAD, com base nos registros e levantamentos disponíveis, que dois mil e quinhentos imóveis rurais constituem-se focos de tensão e conflito social, estando envolvidas nesses conflitos mais de quinhentas mil famílias de trabalhadores rurais. Tais conflitos distribuem-se em cerca de um mil e duzentos municípios e envolvem várias formas de violência, abrangendo áreas de ocupação antiga, áreas onde predominam formas modernas de exploração agrícola e regiões de ocupação recente.

Além da violência física que vítima homens, mulheres e crianças na luta pela terra, outras práticas caracterizam a tensão social e os conflitos no campo: despejos em mandato judicial ou mesmo legais, mas cheios de falhas; presença de milícias privadas; prisões arbitrárias e ilegais; cárcere privado; coerção; atrocidades e sevícias físicas, inclusive contra mulheres e crianças; ameaças de mortes; pressões psicológicas; perseguições e violências policiais; destruição de roças, colheiras, moradias e benfeitorias; eliminação de anomais; desmatamentos e incêndios criminosos; furtos e roubos de bens e produtos; bloqueio de caminhos, estradas e vias de acesso, com proibição de trânsito; proibição de acesso a açudes e aguadas; proibição de comercialização da produção; e proibição do trabalho.

Esta situação vincula-se a determinadas formas de uso da terra e emprego da força de trabalho, caracterizadas pela grilagem de terra; o não uso da terra legalmente possuída; práticas ilegais de arrendamento, parceria e outras formas de relações de produção; e o descumprimento generalizado dos direitos trabalhistas que chega à prática de trabalho escravo.

São também decisivos para o agravamento desse problema, os erros e a má condução das ações governamentais na destinação e utilização da terra. Essas distorções encontram-se nos processos de licitação e leilões de terras públicas; projetos de colonização; regularização fundiárias; desapropriações e desalojamentos por obras públicas; na política de incentivos fiscais; na demarcação de áreas indígenas; e na morosidade dos processos de desapropriação por interesse social.

Informa ainda o relatório da Coordenadoria de conflitos do MIRAD que, segundo denúncias da CPT Araguaia/Tocantins, somente em Conceição do Araguaia, no estado do Pará, três trabalhadores foram feridos a bala, 94 foram espancados, 37 estão ameaçados de morte, 103 foram presos arbitrariamente, 85 famílias foram despejadas, 914 trabalhadores estão submetidos a regime de trabalho escravo e 26 casas foram destruídas.

Analisando as causas gerais da ocorrência de conflitos sociais no campo, a Coordenadoria de Conflitos do MIRAD aponta especialmente duas políticas governamentais que considera potencializadoras desses conflitos. a política de incentivos fiscais e a política de regularização fundiária.

Quanto a primeira destaca-se "a pressão econômica sobre a estrutura fundiária em virtude da atuação dos organismos de desenvolvimento regional, através dos programas de incentivos fiscais em regiões de fronteira agrícola" (pag.35). A aquisição de grandes extensões de terra, a baixo custo, com a finalidade de transformá-la em reserva de valor vem gerando fortes contradições que se refletem na existência de grandes extensões de terras inaproveitadas e enorme contingente de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.

Nessas regiões as terras são muitas vezes conseguidas através da grilagem ou de documentos forjados, resultando na expulsão, de forma violenta, dos trabalhadores de suas posses.

De acordo com avaliações da SUDENE, SUDAM e IPEA, a política de incentivos fiscais e subsídios tiveram um desempenho aquém do esperado no que tange ao desenvolvimento agrícola do Norte e do Nordeste, embora os recursos a ela destinados tenham sido muito significativos. "Os projetos em pauta para aprovação pela SUDAM, (em agosto de 1986) totalizam incentivos da ordem de Cz\$ 1,57 bilhão, valor este superior ao orçamento do MIRAD para aquele ano, de Cz\$ 1,2 bilhão". (pag. 37)

Constata-se que os cronogramas de implantação dos projetos não são cumpridos nos prazos estipulados em virtude, principalmente, do desvio de recursos, e os imóveis beneficiados com tais políticas continuam classificados como latifúndios por exploração, mesmo decorrido tempo razoável desde o início da implantação dos projetos.

Além disso, verifica-se também, que os critérios para concessão de incentivos fiscais refletem-se no processo de expulsão de camponeses de suas terras, pois os recursos são utilizados para a contratação de pistoleiros, tratores e outros instrumentos, utilizados nos processos de expulsões.

Segundo o documento da Coordenadoria de Conflitos do MIRAD a concentração da propriedade, que tem origem no processo de grilagem e de aquisição de glebas sem titulação em áreas de incidência de incentivos fiscais é mais significativa quanto maior for o aporte de recursos globais a título de incentivo governamental. A região abrangida pelo Projeto Grande Carajás é citada como exemplo.

Em relação à política de regularização fundiária desenvolvida pelos órgãos públicos até passado recente, o relatório da Coordenadoria de Conflitos Agrários do MIRAD (CCA/MIRAD) cita o exemplo da ação do GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia/Tocantins) na bacia do Araguaia/Tocantins, que resultou no fomento à concentração fundiária na região, com a criação de

latifúndios e minifúndios. Estima-se que ali existam cerca de 500 mil posseiros.

Originalmente subordinado ao Conselho de Segurança Nacional, o GETAT* passou para o âmbito do MIRAD, quando da sua criação, mas sua política chocou-se com os objetivos do I PNRA.

De acordo com a CCA/MIRAD, "os conflitos agrários são agravados em virtude da própria ação fundiária do órgão responsável". Existe uma excessiva burocratização dos procedimentos de desapropriatórios, que envolve em muitos casos, uma sucessão de vistorias, revisões e atualizações cadastrais que fazem com que os processos se arrastem por vários meses e até anos, dificultando a solução dos problemas e honerando em demasia os cofres públicos. A morosidade da tramitação desses processos corresponde de uma agudização dos conflitos nas áreas objeto de desapropriação.

Contribui ainda para o agravamento considerável da questão, a crise institucional do Poder Judiciário e o mal funcionamento dos órgãos públicos, especialmente a polícia. As ações desencadeadas pelo estado com o objetivo de amenizar a situação tem tido efeito oposto, por serem voltadas contra os mais carentes e, portanto, desprovidos da assistência dos órgãos públicos. O relatório da CCA cita o exemplo da "Operação Desarmamento", realizada pelo Governo do estado no Sul do Pará, que causou profundas sequelas na população de posseiros ali residentes dada a brutalidade, a arbitrariedade e o caráter terrorista com que se revestiu.

Concluindo o seu relatório a Coordenadoria de conflitos Agrários do MIRAD apresenta algumas recomendações que contribuiriam para a definição de ações coordenadas ao poder público visando a amenizar os conflitos pela posse e uso da terra.

Tais sugestões envolvem as ações do MIRAD no âmbito interno e externo, no que se refere à agilização dos processos de desapropriação e ao desenvolvimento de ações coordenadas que permitam o cumprimento das medidas preconizadas pelo PNRA, e a atuação do Ministério junto a outros órgãos públicos, especialmente o Ministério da Justiça. Essas recomendações, se efetivamente acatadas, poderiam contribuir para o início da solução de situações litigiosas que geram a grande violência e os conflitos verificados no meio rural.

* O GETAT foi extinto em 1987 pelo então Ministro Dante de Oliveira.

(Documento produzido por Joaquim Soriano e Elisabeth Freitas, consultores do INESC especialmente para este subsídio)



A UDR OU A DEMOCRACIA COM CONTROLE REMOTO

"Para nós, produtores rurais, governo democrático é aquele que faz o que nós queremos e até impomos, não o que nos quer ditar normas".

R.CAIADO em ESP 23/4/87

Há mais de dois anos nasceu no Brasil a UDR- União Democrática Ruralista - que na época, parecia ressurgimento de um passado abolido. Os novos coronéis erravam de século. Na mesma época, em pleno debate sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), vários organismos - CNBB, CONTAG, CUT, MST, CPT -se empenhavam em defender uma reforma agrária autêntica.

Havia ainda a crença que setores do capital industrial e financeiro estavam apoiando tal projeto, tendo em vista as repercussões no mercado interno.

De maio de 1985 até julho de 1987, assistimos ao crescimento da UDR, multiplicando por 30 seus efetivos em 1 ano avançando contra o PNRA, elegendo forte bancada na Constituinte (cerca de 60 parlamentares), fazendo alianças com poderosos grupos empresariais.

A UDR conta hoje com 132 regionais em 19 estados, somando 150 mil sócios. Ronaldo Caiado, seu presidente nacional, se orgulha de pertencer a "maior entidade civil de produtores rurais da América do Sul" (1) com ambição de atingir os 4 milhões de produtores rurais.

O objetivo é a defesa de privilégios, sob o disfarce da bandeira dos direitos à propriedade, à livre iniciativa, e manutenção do regime democrático. A UDR representa hoje o avanço de um projeto conservador de sociedade para controle efetivo dos excluídos do campo e da cidade. "Raposas, traidores, lobos" são aqueles que não concordam com esse neo-liberalismo, como o Senador Mário Covas, a "esquerdinha de butique" e os falsos pastores da Igreja progressista (1).

I- QUEM É QUEM NA UDR?

O aparecimento de uma entidade como a UDR traz desafios às teorias sociais, às democracias, bem como à pastoral da Igreja.

A UDR nasceu das falhas dos canais vigentes que representavam a burguesia rural. Ela entrou na brecha deixada por partidos e entidades ligadas ao Governo como a CNA (Confederação Nacional da Agricultura); a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) e a SRB (Sociedade Rural Brasileira).

Representantes da oligarquia rural (principalmente os pecuaristas) constituem a pedra de fundação (2), e até hoje continuam sendo alicerce da entidade no eixo Goiás, São Paulo, Minas Gerais. Os pecuaristas se apresentam como a fina flor da classe empresarial rural, que conta também com a participação de grandes grupos econômicos e financeiros, como os Bancos Bradesco, Real, Unibanco, Bamerindus.

Dados oficiais revelam a enorme concentração do rebanho bovino. 2 mil brasileiros são donos de 96 milhões de cabeças de gado (3), enquanto as pastagens naturais e artificiais ocupam 56% das terras (IBGE, Censo Agropecuário, 1980)

No entanto, muitos produtores médios e pequenos entraram nas fileiras da UDR, impelidos pelo endividamento nos bancos, ou atraídos por uma propaganda hábil e demagógica. A UDR anunciou inclusive modificação dos seus estatutos para incorporar parceiros, arrendatários, meeiros (4), na tentativa de mascarar a existência de interesses antagônicos no campo e de se legitimar, através da ampliação de suas bases.

Esse antagonismo, na verdade, pode se esconder, seja por razões econômicas ou razões históricas e regionais. A falta de política agrícola agrediu a grandes e pequenos. Por outro lado, o jornalista e sociólogo Lúcio Flávio Pinto lembra que a esmagadora maioria dos fazendeiros da Ilha do Marajó (Pará) não se associou à UDR (5).

O fator mais significativo é perceber que a UDR é ponta de lança de um projeto extremamente bem articulado das forças conservadoras no Brasil. A história tem suas ironias. Na década de 30, o líder chinês Mao-Tse-Toung previa, no Terceiro Mundo, a tomada das cidades pelo cerco dos camponeses. No Brasil, na alvorada do terceiro milênio, uma oligarquia rural dá volta por cima, prepara suas bases para ocupar as cidades e faz alianças com detentores do capital industrial e financeiro.

Hoje, os defensores do capital estão na ofensiva, com plena cobertura dos Meios de Comunicação Social, levando a bandeira da livre iniciativa, da propriedade e do regime democrático. As cartas parecem roubadas. A UDR se proclama a favor da Reforma Agrária, das "diretas-sempre", se diz preocupada pela questão social. R. Caiado não deixa de se declarar democrata-liberal e até católico praticante (6).

Essas observações servem para mostrar que o terreno da linguagem e da ideologia é extremamente minado. A opção preferencial da Igreja pelos pobres corresponde o slogan do governo Sarney "tudo pelo social". A receber a pecha de conservador, Caiado revida: "na verdade, progressistas somos nós. Nada mais retrógrado, reacionário do que o casamento de Marx com a Bíblia", declara ele, citando D. Pedro Casaldáliga, D. Tomás Balduino, Frei Leonardo Boff (6). Pouco adianta entrar em polêmica com troca de anátemas ou cair numa interpretação simplificada da situação. Fundamental é tentar perceber os fatores sócio-econômicos que levaram ao aparecimento da UDR como novo ator social. Em segundo lugar, cabe revelar a atuação e estratégia e demistificar as teses sustentadas por essa entidade.

II - FATORES SÓCIO-ECONÔMICOS

Três elementos foram decisivos para criação e expansão da UDR: o Plano Nacional de Reforma Agrária, a Constituinte e o fracasso do Plano Cruzado. Os dois primeiros itens serão tratados na análise da atuação da UDR. Convém salientar os efeitos nefastos do Plano Cruzado para Agricultura.

Na euforia de 1986, muitos médios e pequenos proprietários rurais fizeram empréstimo, a juros de 10% ao ano. O sonho se tornou pesadelo em 1987 com a cobrança dos juros de 15-17% ao mês, mais a correção monetária (7). Multiplicaram-se falências de pequenas propriedades, aumentando o êxodo rural, rumo às cidades e à Amazônia. No Paraná, no Vale do Ivaí, região compostas de 16 municípios, o próprio Banco do Estado se envolveu para evitar leilões de 300 pequenas propriedades (8). Na cidade de S. João do Ivaí, 29 pequenos estabelecimentos foram vendidos em 2 dias para pagar os bancos (9).

Esta situação dramática constituiu um campo fértil para reivindicações amplas e permitiu o avanço da UDR.

* Em janeiro de 1987, 600 mil pessoas protestaram no Rio Grande do Sul contra a política agrícola do governo. Essas manifestações foram organizadas pela FARSUL (Federação da Agricultura do RS). A UDR estava presente, mas não liderou (10).

* O "Alerta do campo à Nação", no dia 12/02/87 em Brasília reuniu cerca de 30.000 produtores rurais. O protesto foi organizado pela Frente Ampla Agro-pecuária (composta da CNA, OCB, SRB e Federação da Agricultura de Minas Gerais). Caiado roubou a cena e se projetou como a grande figura do momento. Exaltado, ele chamou o Governo Sarney de "corrupto e incompetente" (11). Colocações que criaram desconforto das lideranças patronais ligadas ao Governo.

* "O Dia Nacional de Paralisação no campo", no dia 10/3/87, mobilizou cerca de 1 milhão de pessoas em todo o País. A UDR tentou dirigir o movimento, sem contudo conseguir. No entanto, os Meios de Comunicação deram grande destaque ao Caiado, enquanto na verdade, a Frente Ampla Agropecuária, mobilizou um número maior de produtores.

* "A marcha cívico-democrática", em Brasília, reuniu cerca de 40.000 pessoas. O grande destaque foi a participação do coronel do exército Brilhante Ustra, ex-agente do OOI-CODI e torturador de presos políticos durante a década de 70 (12). A UDR apareceu como a única entidade organizadora do evento, deixando na sombra a Frente Ampla Agropecuária. Caiado se deslocou em 14 estados visitando 23 cidades para convocar os regionais (13). Meeiros e arrendatários foram trazidos para carregar faixas dos patrões, a favor da propriedade e da livre iniciativa (14).

* Das primeiras manifestações de janeiro/87 até julho, a UDR triplicou seus efetivos, passando de 50 mil (15) a 150 mil sócios (16) segundo dados da imprensa nacional.

* Outro fator contribuiu para o crescimento dessa entidade. A UDR entrou na ofensiva, ameaçando inundar a justiça com milhares de ações cautelares contra as cobranças dos bancos. A entidade contratou 18 juristas, alguns com nome nacional, como Washington Montei-

ro de Barros de São Paulo, Humberto Theodoro de Brasília e prometeu tomar a defesa dos pequenos produtores sejam arrendatários ou meeiros (17). O Ministro Funaro adotou, pouco tempo depois algumas medidas, comentadas com arrogância por Caiado: "para nós, produtores rurais, governo democrático é aquele que faz o que nós queremos e até impomos, não o que dita normas (18).

* Convém ainda apontar falhas e falta de discernimento por parte dos Movimentos Populares e entidades como CONTAG, CUT, CPT, MST. Não se trabalhou quase em cima da crise econômica que assolou os pequenos produtores. As manifestações de trabalhadores rurais organizadas por sindicatos combativos nos estados do Sul não se distinguiram dos protestos patronais a não ser pela repressão policial. Os trabalhadores rurais foram duramente reprimidos pela PM, enquanto as reivindicações dos grandes produtores tiveram todo o apoio das autoridades.

III - ATUAÇÃO E ESTRATÉGIA DA UDR

Este trabalho a nível de manifestações e no plano jurídico é significativo da atuação da UDR. Nota-se uma grande flexibilidade a versatilidade, com ampla cobertura da imprensa e televisão. De um lado, há lances que parecem choques frontais de grande impacto. "O governo é composto de homens levianos, de burocratas que nada produzem", proclama Caiado em abril/87 (19). Três meses depois, o mesmo homem chega a ser considerado pelo Presidente Sarney "o mais novo e autêntico fenômeno da política brasileira" (20). A passeata do dia 11 de julho impressionou Sarney que deu sinal para o Governo abrir as portas à UDR.

A primeira audiência formal com um ministro ocorreu em 23/7/87. Caiado foi recebido por Iris Resende, Ministro da Agricultura, enquanto a diretoria da UDR se encontrava com Antônio Carlos Magalhães, Ministro das Comunicações (18).

No dia 10 de agosto, Caiado conseguiu audiência com José Hugo Castelo Branco, ministro do Comércio e Indústria, à frente de uma comissão de Cafeicultores (21). No dia 19 do mesmo mês, a UDR, através de seu presidente e 19 dirigentes regionais, foi recebida pelo chefe do Gabinete Civil da Presidência, ameaçando pressões e manifestações amplas, caso a Constituinte aprovasse a imissão imediata de posse (22). Em 02/09/87 Marcos Freire do MIRAD, recebia Ronaldo Caiado no mesmo dia em que o INCRA processava a UDR por calúnia e difamação.

Pode-se distinguir 3 fases principais na atuação da UDR:

1 - FASE DE CONSOLIDAÇÃO

A primeira meta da UDR em 1985 foi atingir grandes pecuaristas em vários estados. No combate contra o PNRA, a UDR não entrou em primeira linha. Flávio Telles de Menezes da SRB e Flávio Brito da CNA apareceram mais nos debates. Ficou patente que o apelo à questão social por parte do governo não colava com as necessidades do capitalismo. Os aliados potenciais da burguesia industrial se tornaram, na prática adversários desse Plano de Reforma A -

grária: Luxma, Adubos Trevo, Agroceres, Cotrisa, Bamerindus, Alcoa Aluminium, Companhia Paulista de fertilizantes, Associação nacional de Defensivos Agrícolas, para citar alguns grupos (23).

O PNRA, assinado em 10/10/85, nasceu morto. As desapropriações, como instrumento principal para Reforma Agrária, passaram ao segundo plano.

2 - FASE DE EXPANSÃO

A diretoria nacional da UDR foi constituída em 12 de julho de 1986. A UDR contava naquela época 5.000 sócios. A entidade Regional de Reforma Agrária, dando orientação aos proprietários e contratando vários técnicos para esse fim. Em segundo lugar, decidiu influir decisivamente na Constituinte, contribuindo para eleger uma forte bancada suprapartidária de 60 parlamentares (24).

3 - FASE DAS CONQUISTAS E DAS ALIANÇAS

No primeiro semestre de 1987 a UDR tem alvejado vários objetivos: conquistar a hegemonia no movimento de reivindicações no campo; emperrar a Reforma Agrária (a UDR entrou com mais de 500 ações na justiça contra desapropriações); ampliar as suas bases; exigir a extinção do MIRAD; impedir qualquer avanço social significativo na Constituinte através de um poderoso lobby e jogo de alianças.

a) um dos campos mais importantes de atuação foi a Comissão de Ordem Econômica, para combater os três pontos mais polêmicos da Reforma Agrária: definição da função social da propriedade, limites da propriedade, critérios para desapropriação (25).

A UDR investiu pesado.

* Tentou nomear o relator da Sub-Comissão de Política e Reforma Agrária e perdeu por um voto (26).

* Voltou à ofensiva para derrubar o relatório de Oswaldo Lima Filho (PMDB-CE) em 23-24/05/87 e conseguiu impor o substitutivo de Rosa Prata (PMDB-MG). A tragicomédia envolvendo o deputado Benedito Monteiro do Pará é reveladora de todo um clima de forte pressão. O saldo final foi a aprovação de 2 itens do substitutivo apenas. A UDR marcou forte presença nas galerias, para cada membro da CONTAG tinha 3 da UDR. CUT e MST ficaram ausentes.

* Novos lances aconteceram antes e durante a votação da Comissão da Ordem Econômica que ocorreu em 13/06/87. De um lado, ameaças contra vários deputados. O Jornal do Brasil publicou um telegrama recebido pela Deputada do Amapá, Raquel Capiberibe (26). Do outro lado, uma articulação foi montada por Afif Domingos (PL-SP), Delfim Neto (PDS-SP), Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e Alysson Paulinelli (PFL-MG), para derrubar o projeto do Senador Severo Gomes (28).

37 parlamentares, de um total de 63, apoiaram 3 substitutivos em oposição ao relatório: um sobre a questão urbana, um sobre a Reforma Agrária do deputado Jorge Viana (PMDB-BA) e o terceiro relativo a princípios gerais da economia, de Irapuan Costa Junior (PMDB-GO), conhecido adversário da Reforma Agrária (29). A votação ocorreu no dia 13 de junho num clima de grande tensão. Mem

bro da UDR e trabalhadores rurais ligados à CONTAG quase chegaram a enfrentamentos físicos no Congresso. 70 acesso para assistir a votação foi depois vetado.

As manobras dos conservadores provocaram a retirada de 23 parlamentares. Os 3 substitutivos foram por tanto votados por apenas 42 deputados e senadores. O texto sobre a R.A. tinha os pontos exigidos pela UDR: "a função social é cumprida quando o imóvel é ou está em curso de ser racionalmente aproveitado"; pagamento prévio e justo antes das desapropriações; recusa da imissão de posse imediata; títulos da Dívida Agrária (TDA) somente para a terra nua.

Este resultado representou a derrubada dos 17 pontos apoiados por 17 entidades e que chegaram a colher 1 milhão e 200 mil assinaturas. Com esta votação foi selada a articulação entre os segmentos da sociedade contrários a qualquer modificação básica na ordem sócio-econômica.

b) A tática das ALIANÇAS corresponde à vontade ferrenha de não perder nem um anel, menos ainda os dedos. A publicação do IBASE "Políticas Governamentais" de julho 87 relata: "segundo o RELATÓRIO RESERVADO, 1072, a UDR, depois de receber um discreto apoio de um grupo de pequenos bancos privados coordenado pelo empresário Olacyr de Moraes, presidente do Banco Itamaraty e grande proprietário e produtor de soja, teria agora um "apoio mais sólido" depois da reunião de R. Caiado com Amador Aguiar (BRADESCO), Sebastião Camargo (BANCO GERAL DO COMÉRCIO) e com a alta direção do BANCO ITAÚ. Aos poucos vai-se consolidando uma aliança entre o que há de mais perverso no capitalismo brasileiro" (30). A partir de junho a cúpula da UDR, e especialmente R. Caiado, multiplicou os contatos com setores empresariais, os mais diversos: Associações Comerciais, Federação Nacional dos Diretores Lojistas (31). Alas universitária e jovem da UDR apareceram no Paraná e em São Paulo, bem como criou-se a UDU (União Democrática Urbana) (32). Em agosto, Caiado anunciou que iria dedicar 2 dias por semana a fazer contatos, para criar, antes de novembro, uma entidade nacional, capaz de agregar representações classistas de iniciativa privada tanto no campo como na cidade (33).

c) O apoio dos MEIOS DE COMUNICAÇÃO foi um elemento decisivo para o avanço da UDR. Não se soma a quantia de entrevistas, artigos, debates que apareceram na imprensa, rádio e televisão sobre essa entidade. O ESTADO DE SÃO PAULO merece o destaque de ser o jornal do latifúndio por excelência, saiu nesse jornal, com grande manchete, o artigo "Vitória total dos liberais na economia" (34).

As enormes diferenças no campo entre as várias categorias (pecuaristas, meeiros, arrendatários, peões) sumiram por passe de mágica no grande espelho dos MCS. Utilizando somente a palavra "produtor rural", a UDR tenta uma união fictícia, querendo disociar os trabalhadores rurais de seus órgãos de representação.

Os grandes meios de comunicação social são reflexo do tipo de democracia desejada: uma minoria mandam o resto executa. É significativo o silêncio da imprensa sobre grandes manifestações de trabalhadores rurais, ocorridas nesses últimos meses: 25.000 pessoas na Romaria da Terra em Lapa-PR, em 05 de julho; em Rondônia 12.000 pessoas participaram da Romaria da Terra em Jí-Paraná, no dia 20 de junho. Os meios de comunicação não relataram absolutamente nada sobre esses eventos. Os agricultores são mencionados apenas quando servem de massa de manobra para a UDR.

Há ainda um outro aspecto. Essa entidade tem investido fortemente nos meios audio-visuais para sua comunicação interna. Para sensibilizar sobre os perigos da R.A., são usados filmes e video-cassetes de maneira permanente. Em maio de 1985, Plínio Junqueira Júnior (um dos fundadores da UDR) mostrou filmes feitos por ele na região de Paranapanema em São Paulo. Hoje a UDR tem nos seus arquivos grande quantia de videotapes sobre assentamentos e desapropriações para provar o fracasso da R.A. do Governo.

d) A FORÇA DO DINHEIRO

Por fim, alguns dados que revelam a fortíssima infra estrutura financeira da UDR.

Segundo os jornais, o orçamento de 1986 foi superior a 60 milhões de Cruzados (35).

A passeata em Brasília, dia 11 de julho, foi um esbanjo de recursos: 30 barracas grandes de circo, 1000 apartamentos reservados nos hotéis, 2 caminhões frigoríficos, sendo um com 8.000 kg de carne. Quase toda a cúpula da UDR veio de avião particular ou fretado. O total das despesas (transporte, estadia, alimentação) dessas 40.000 pessoas foi assumido pela UDR (36).

IV - AS TESES DA UDR

A UDR não é um partido no sentido clássico, mas conseguiu angariar diferentes forças políticas para defender enormes privilégios sob a bandeira da livre iniciativa e da propriedade.

- * percebeu desde o início a fragilidade das representações de sua classe ligadas ao governo (CNA, sindicatos patronais, cooperativas);
- * conseguiu formular claramente propostas de unificação suprapartidárias, apontando como inimigos "os retrógrados estatizantes", os Movimentos populares, a Igreja progressista;
- * articulou rapidamente segmentos interessados, em vários estados;
- * conquistou e dominou espaço nos MCS, e aprimorou a sua comunicação interna com meios sofisticados;
- * criou equipe de assessores competentes na parte jurídica e jornalística;
- * aproveitou as falhas e a desorganização do INCRA/MIRAD para tecer críticas ferrenhas.

Toda esta estratégia tem sua raiz nas teses defendidas pela UDR com unhas e dentes.

1 - DEFESA EXACERBADA DA PROPRIEDADE

a) Para a UDR, as propriedades rurais existentes são resultado do trabalho audacioso, recompensa para quem enfrentou todas as adversidades. "Entre homens honrados e decentes, civilizados, a propriedade só existe pelo fruto do seu trabalho", declarou Salvador Farina, presidente da UDR de Goiás (37).

Nesta visão histórica distorcida, desaparecem o latifúndio, a concentração da terra, a grilagem, o suborno de cartórios, a falsificação de documentos, a violência solta, impune e seletiva contra os trabalhadores rurais.

"Latifúndio é uma palavra para agredir o produtor rural", declarou Ronaldo Caiado na Assembléia Legislativa de Goiás em 19/03/87. "É muito melhor uma terra que tem o gado sendo criado do que deixar como as terras do governo que não tem nada". (38).

No Brasil segundo a UDR, existe apenas um grande latifúndio, constituído pelos 112 milhões de hectares do governo. Do mesmo modo, a concentração fundiária é um mito. E a falta de política agrícola que torna um imóvel improdutivo (39). Quanto a violência contra posseiros e índios, trata-se de um assunto tabú. Para a UDR só existe o "terrorismo fundiário" implantado pelo INCRA e por organizações planejadas por "Aiatolás seguidores do Boff" (40).

Na realidade, segundo dados do IBGE (Censos Agropecuários de 1980), menos de 1% das propriedades detém 45,10% da área cadastrada. Em 1984, as propriedades acima de 10.000 ha representavam 0,1% do total dos imóveis, somando 24% da área toda. No outro extremo, 83% das propriedades abaixo de 100 ha, somando 14,4% da área, ou seja, 0,1% dos imóveis possuía muito mais terra do que 83% do total dos estabelecimentos.

O professor Hélio Jaguaribe comenta no seu relatório, elaborado a pedido do governo: no Brasil os 10% mais ricos tem acesso a 46,2 da renda total. Essa fortíssima concentração de renda no topo da pirâmide social faz do Brasil o país de mais alta taxa de desigualdade do mundo (41).

QUADRO FUNDIÁRIO

Classe de imóveis rurais (ha)	nº imóveis	%	área
Abaixo de 100	3.705.261	83,0%	14,4%
Entre 100 e 10.000	723.403	16,3%	61,6%
Acima de 10.000	4.550	0,1%	24,0%
Total	4.433.214		595.371.399 ha

FONTE: INCRA 1985

BASE 1984

b) O direito à propriedade é intocável

Para a UDR, tentar ferir esse direito é desastabilizar a produção, criar o caos, um retrocesso econômico irreparável. O presidente da UDR do Paraná, Abelardo Luis Lupion Mello, diz: "a UDR não abre mão do tamanho da propriedade, pois ela é do tamanho da coragem e competência do produtor" (42).

Na verdade, os pequenos produtores, que detém apenas 12% das terras, são responsáveis pela produção de 80% da alimentação básica desse país, lembra José Graciano da Silva (43).

Em 1980 nas propriedades de menos de 50 ha, a percentagem de lavoura em relação à área toda era de 41% nas propriedades de 1.000 a 10.000 ha, esta proporção caía para 6%, e nas propriedades de mais de 10.000 ha. para 2% apenas (44).

c) A Terra é fonte de poder

Este é o argumento supremo para recusar qualquer tentativa de democratizar a propriedade. A UDR repete que os assentamentos realizados até hoje, apenas reproduzem no campo as favelas da cidade. Pretendendo reativizar a posse da terra, Flávio Telles de Menezes, presidente da SRB, usou deste argumento numa colocação na sub-comissão de Reforma Agrária: "o arrendatário é o capitalista mais completo, visto que não tem terra, aluga tudo e faz a terra produzir". E concluiu que não é preciso ter acesso à terra para haver produtividade (45).

Para a UDR, os grandes produtores rurais são os únicos a ter "vocalização agrícola", conhecimento e capital para desenvolver a agricultura. Os excluídos da terra devem ficar onde estão, de preferência como peões e arrendatários. A UDR sempre recusa a palavra SEM-TERRA, "termo criado pela esquerdinha de butique e pela Igreja do BOFF" (46). Dados mais recentes confirmam a existência de pelo menos 8 milhões de famílias sem terra no país (47). A meta final do PNRA, assinado em 10/10/85, era beneficiar 1,4 milhões de famílias até 1989, ou seja, atingir 17% dos sem terra do país.

Esse objetivo nunca será realizado: o próprio governo tornou público o recuo, anunciando uma redução de 70% das metas de assentamentos para 1987/88. Serão assentadas 280 mil famílias até o final de 1988 e não 750 mil como indicava o PNRA (48).

Em quase de 2 anos de vigência do PNRA, foram beneficiadas apenas 25.516 famílias (até 01/06/87): menos de 10% da meta de 450 mil. É preciso ainda especificar que muitas dessas famílias, consideradas assentadas, foram apenas regularizadas nas suas posses onde moravam há anos.

2 - DEFESA DA LIVRE INICIATIVA

a) A visão extremamente classista leva os membros da UDR a uma distorção profunda da realidade. Para eles, só existe o capital como fonte de progresso: "a riqueza desse país vem da iniciativa privada. O Brasil cresce com a iniciativa privada" (49). Nessa versão da história, aparecem apenas os velhos e novos bandeirantes.

Esta capa de liberalismo não deve criar ilusão. No Brasil o liberalismo tem sua raiz na oligarquia rural. Difere profundamente do liberalismo europeu (50). Uma declaração de Ronaldo Gaia do vem ilustrar esta idéia: "eu preciso dizer que o clima dentro de uma propriedade rural é mil vezes melhor do que em qualquer outro setor da iniciativa privada" (51).

A mistificação é completa. Fazendas perdidas na Amazônia aparecem como expressão do capitalismo mais avançado. Mas as críticas acirradas contra a corrupção do governo, se guardam bem de tocar na questão dos incentivos fiscais, política esta iniciada em 1966 com a criação da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e do BASA (Banco da Amazônia s/a).

Uma pesquisa do IPEA (Instituto do Planejamento Econômico e Social), revela os dados seguintes: de 1976 a 1985 foram abandonados 90 empreendimentos financiados pela SUDAM com prejuízo global de 1,66 bilhões de cruzados (52).

Segundo o mesmo instituto, de 94 empreendimentos fiscalizados, apenas três apresentavam alguma rentabilidade. No relatório citado, cabe destacar algumas conclusões: "os projetos incenti

vados pouco tem contribuído para aumentar o produto regional. Sua produção e venda atuais representam 17,7% do que fora previsto. Nota-se uma concentração de benefícios em favor de elementos que fizeram dos incentivos um negócio especulativo, e instrumento para garantir a posse da terra".

A verba prevista para a SUDAM em 1987 (na base de OTN de dezembro/86), Cz\$ 41 bilhões, corresponde a cerca de 6 vezes a verba recebida pelo MIRAD (Cz\$ 7 bilhões) para assentar nesse ano 80 mil famílias (53).

É impressionante que neste choro todo, reclamando o fim do déficit público, não se toca nesta "vaca sagrada" dos incentivos fiscais. E o dinheiro descontado do Imposto de Renda devido.

Além do mais, segundo o relato anual (1985) da Coordenação de Conflitos Agrários (CCA) do MIRAD, resulta o seguinte: "os números maiores de mortes relativas a micro-região homogênea, mostram que as áreas mais conflitivas são aquelas que receberam incentivos fiscais". Pará e Mato Grosso concentram 71,3% dos projetos da SUDAM. Denúncias provenientes de Igrejas, sindicatos, e até de delegacias regionais de trabalho, relatam a existência de milhares de casos de trabalho escravo em todo o país. A CCA do MIRAD publicou em dezembro de 1986 uma lista de 167 fazendas explorando mão-de-obra escrava. O Pará liderava com 39 casos, seguido por São Paulo com 37 casos. Na verdade, os casos ocorridos são muitos superiores aqueles citados. Em setembro de 1986, a DRT de Rondônia relatava: "já é de aproximadamente 1.000 o número de trabalhadores liberados nas diversas diligências realizadas nas propriedades denunciadas, sendo que cerca de 30% constitui-se de menores. No primeiro semestre de 87, a CPT Araguaia-Tocantins tem denunciado trabalho escravo em pelo menos 33 fazendas do regional (54). Em vários estados da Amazônia legal, os latifundiários, preocupados com a R.A. tem ampliado o uso de trabalhadores em regime de escravidão para realizar grandes derrubadas e tentar apresentar benfeitorias. As custas do suor, sangue e morte de peões, latifúndios improdutivos se maquiaram em "empresas rurais".

b) Para a UDR, a livre iniciativa é a vara mágica que levará esse país à prosperidade e ao bem estar. "Nós não podemos ir contra o que deu certo - declara R. Caiado numa entrevista no mundo inteiro é a diminuição da população no campo, o aumento da tecnologia, da produtividade por hectares e o aumento da renda. Mecanização da agricultura com pouca gente no campo. Nos Estados Unidos chegou-se à proporção de 4% da população no campo" (55).

A redução da realidade sócio-econômica ao binômio liberalismo versus estatização é falácia. Não se trata de entrar no mérito de uma questão complexa. No entanto, a referência neo liberal a "o que deu certo" merece reflexão. A respeito do modelo de agricultura em vigor nos Estados Unidos, os Bispos Norte Americanos fizeram no ano passado os seguintes comentários: "a propriedade da terra torna-se cada vez mais concentrada, enquanto estabelecimentos atualmente em bancarrota, se juntam às propriedades existentes e firmas industriais. A diversidade de propriedades com a participação ampla dos agricultores estão diminuindo neste setor da economia como em outros" (56). "Um movimento em direção a um pequeno número de enormes fazendas, empregando assalariados, seria um retrocesso desse pluralismo institucional".

Vale ressaltar que no Brasil, no século passado, a lei de terras de 1859 proibiu o acesso à terra para quem não podia pagar. "Os Estados Unidos, ao contrário - lembra o mesmo documento - iniciaram este século com a propriedade da terra produtiva ampla -

mente distribuída. As leis sobre as preferências de compra para ocupantes (Pré-Emption Acts) e as leis de distribuição de terras (Homestead Act 1862) foram uma parte importante desta história".

c) A quem se opõem a seu projeto, a UDR lança as críticas maiores acerbas: eles são os "radicais-retrogrados", (57) representantes da minoria esquerdizante que quer aterrorizar a maioria que produz e que antes era silenciosa.

Na verdade, o quadro real está bem diferente. Uma pesquisa realizada pelo Professor Fleisher, da Universidade de Brasília, tem revelado que cerca de 24% dos parlamentares da atual Constituinte, tem atividades ligadas ao setor agropecuário enquanto mais de 25% são oriundos dos setores financeiros (58).

3 - SISTEMA DIRIGIDO DE "DEMOCRACIA"

A UDR é representativa do moralismo conservador: "os políticos, segundo Caiado, carecem de firmeza política. Não tem postura e mudam de curso como uma nave à derive". Quanto ao Governo, ele é composto de homens corruptos e incompetentes. Os produtores e empresários apenas tem a capacidade para dirigir este país (59).

"Um novo entendimento social deve ser feito entre todos os representantes da iniciativa privada: comércio, indústria, bens de serviço" (58). Curioso pacto social que elimina os milhões de trabalhadores.

O objetivo declarado da UDR é impedir a participação das classes trabalhadores na questão da R.A. e no processo político. Para isso, ela se tem empenhado em dividir os trabalhadores rurais, buscando a hegemonia no movimento de reivindicações. Por outro lado, a UDR tentou por todos os meios impedir a expansão de organizações como o Movimento dos sem Terra. Ela tem atacado acirradamente entidades de apoio e de serviço aos trabalhadores como a CNBB, CPT.

Essa tática corresponde à uma operação de dissuasão para tentar deixar frente a frente os ruralistas de um lado e os milhões de trabalhadores rurais de outro. A UDR tem insistido para entrar em contato com os trabalhadores sem intermediários: governo, igreja, entidades.

A UDR representa, na sociedade brasileira, a vertente profunda que se opõe à qualquer participação das massas. Como lembra bem José de Souza Martins: "esse liberalismo alicerça o mando e não o mandato" (60). É esse o tipo de democracia da UDR: construída a revelia dos direitos dos 40 milhões de brasileiros desnutridos, dos 80 milhões que vivem apenas de 2 salários mínimos, de cerca de 30 milhões de analfabetos.

V - A UDR E A VIOLÊNCIA NO CAMPO

O crescimento da UDR tem coincidido com o aumento da violência no campo. Se, de um lado, não pode se afirmar que a UDR tem deixado a sua marca atrás de cada morte no campo, do outro lado esta entidade tem contribuído para o aumento da violência pela defesa cega do monopólio das terras.

A UDR tem adotado nos últimos meses uma tática cuidadosamente planejada. Com algumas exceções, a cúpula da UDR tem mudado seu estilo agressivo, característico dos anos 1985-86. Em 86

R. Caiado chegou a declarar numa emissora de rádio de Conceição do Araguaia (PA), que a UDR tinha patrocinado os anúncios pagos da TFP, tentando "legitimar a reação armada diante do esbulho" (61). Hoje Caiado nega qualquer ligação com a TFP, e reitera seu respeito às leis do país.

Neste cipoal de declarações, a árvore não pode esconder a floresta. A UDR sempre deixou claro o seu objetivo: impedir a realização de uma autêntica R.A. Portanto, é preciso distinguir entre o nível das declarações e a brutalidade dos fatos relativos à violência no campo.

Uma observação preliminar: o prisma dos jornais é deformante. A guerra que se trava no campo entra pela porta de serviço dos jornais e, de modo geral, as matérias tem caráter sensacionalista e reducionista. Os conflitos de terra são tratados até hoje como casos de polícia, a paz no campo sendo determinada por operações de desarmamento. Em Belém do Pará o estado mais conflitivo quanto à questão da terra - os jornais relatam as lutas pela posse da terra nas últimas páginas. Trata-se do espaço reservado para o refugio da sociedade. Os conflitos de terra continuam sendo assinalados à brigas em zonas de prostituição. Nos demais jornais nacionais, bóias-frias morrendo de caminhões tombados, tem apenas direito a pouquíssimas linhas.

a) QUADRO GERAL DA VIOLÊNCIA

1 - A violência no campo continua solta, seletiva e impune. O fim da ditadura militar não significou tregua para os trabalhadores rurais, muito pelo contrário. O PNRA foi a forma escolhida pelo governo para canalizar as reivindicações do campo e conter a violência. Mas o tiro saiu pela culatra, deixando soltas as bruxas. Segundo dados do Secretariado Nacional da CPT, o número de famílias envolvidas em conflitos de terra tem progredido constantemente desde 1983. Os dados citados são inferiores a levantamentos feitos pelo MIRAD.

Movimento dos Sem Terra e outras entidades, em razão de critérios adotados.

<u>BALANÇO DA VIOLÊNCIA</u>			
	nº de conflitos	famílias envolvidas	assassinatos
1983	315	38.507	48
1984	484	67.788	116
1985	636	85.854	125
1986	634	118.481	105

Fonte: CPT Nacional

Em 1987, até a data de 18 de agosto, foram assassinadas 62 pessoas (trabalhadores rurais, agentes e advogados), sendo 17 só no estado do Pará. Em mais de 2 anos e meio de vigência da "Nova República", 292 trabalhadores morreram no campo em conflitos de terra. Neste mesmo período, o PNRA beneficiou apenas 25.516 famílias, enquanto no ano de 1986, 118.481 famílias foram envolvidas em lutas pela posse de terra.

2 - Há constantes que predominam nessa guerra silenciosa no campo: mortes seletivas e impunes; predominância da violência nas áreas de fronteira e de expansão do capitalismo, envolvimento crescente de pistoleiros e policiais militares e civis.

a) os assassinatos são seletivos e atingem as lideranças (sindicalistas, religiosos...) Nos primeiros oito meses de 1987, foram mortos 3 líderes sindicais, 3 advogados (Evandro Cavalcanti no Pernambuco, Paulo Fontelles no Pará e o Advogado estagiário Wellington Zalliqui em Goiás) e 1 religioso, irmão Vicente Cañas, no Mato Grosso. No dia 27/08/87, o Pe. Francisco Cavazzuti, vigário de Mossânedes e de Saclerlândia, na diocese de Goiás, foi gravemente ferido por um pistoleiro, perdendo as duas vistas. Listas de pessoas ameaçadas de morte tem sido divulgadas periodicamente, destacando-se ultimamente agentes de pastoral e sindicatistas na diocese de Goiás e no estado do Pará. Uma lista de 26 nomes de líderes religiosos e sindicais, junto com um documento assinado por 29 entidades, foram entregues ao governador do Pará em junho passado. As organizações populares exigiram o afastamento imediato de dois secretários estaduais ligados à UDR.

b) A impunidade dos crimes cometidos continua total.

A Comissão dos Direitos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas) divulgou, em fevereiro de 1987, seu relatório anual. Neste documento consta que de 1985 até o primeiro semestre de 1986, 386 pessoas teriam morrido em conflitos de terra no Brasil. A resposta do governo brasileiro à ONU, apresentou apenas 27 casos de violação aos direitos humanos, decorrentes de conflitos pela posse da terra, ocorridos nos últimos 5 anos. Dos 27 casos escolhidos, apenas 1 foi resolvido (62).

No dia 25/7/87 era abatido pela polícia, numa fazenda de Xinguara (PA) o pistoleiro João Bernardes dos Santos, vulgo "sete dedos", responsável pelo assassinato de um Juiz do Norte de Goiás. Foi revelado que este pistoleiro era o autor da morte de 50 pessoas em Goiás e Pará (63). Pode-se deduzir que, se não fosse a morte do juiz, a procura desse pistoleiro teria sido sempre protelada. No campo, a vida de um juiz, vale pela vida de 50 trabalhadores.

Uma demonstração do desprezo das autoridades em relação à violência no campo veio a público através da pessoa do Ministro da Justiça, Paulo Brossard. Inaugurando uma reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, feita a pedido do ministério, no dia 02/09/87 em Conceição do Araguaia, o Ministro saiu do encontro 5 minutos depois do início, a pretexto de falta de segurança. Cerca de 600 lavradores, vindos de todos os cantos do Pará, assistiram incrédulos a essa encenação cínica.

Esta é a objetividade do Ministro da Justiça.

c) O Norte do país continua sendo o palco mais violento na luta pela posse da terra. São precisamente as áreas da Amazônia onde a UDR quer empurrar a R.A. e a colonização, onde se registram o maior número de conflitos de terra. O Pará se destaca nesta macabra listagem: dos 292 casos registrados pela CPT desde 1985, 90 assassinatos ocorreram neste estado. No mês de fevereiro de 1987, ondas de violência, perpetrada por pistoleiros e soldados da PM, se alastraram na região dos Castanhais no distrito de São Geraldo, município de Xinguara e São Félix do Xingu (PA). Em abril e agosto desse ano, posseiros da fazenda Bela Vista, em Conceição do Araguaia, enfrentaram situações de verdadeiro terror: 16 casas destruídas, vários posseiros torturados, 2 lavradores assassinados. Todos esses fatos foram denunciados vigorosamente pelos Bispos na região.

Ultimamente, registrou-se a morte de 8 trabalhadores e 1 advogado estagiário em apenas uma semana no mês de agosto: 5 no Para, 3 em Goiás e 1 no Ceará.

Rondônia, que recebe por ano mais de 200 mil migrantes, tem sido o cenário de crescente violência no campo: 6 mortes de trabalhadores rurais no primeiro semestre de 87. Uma fonte do governo federal revelou ao Jornal da Tarde, em julho deste ano: "o conflito está latente. Esperam apenas que a Constituinte se defina garantindo a propriedade, para a guerra explodir. Haverá um massacre em Rondônia" (64).

d) O envolvimento conjugado das polícias militares, civis e do crime organizado, constitui um dos mais graves competentes dessa situação.

Em 1986 a imprensa relatava que vários efetivos da PM do Mato Grosso e de Goiás tinham ingressado nas milícias dos fazendeiros (65). Em 1987 no Pará, a operação terror nos castanhais da região de Marabá e do baixo Araguaia foi comandada pelo atual secretário da segurança pública, o coronel Antônio Carlos da Silva Gomes. O cerco dos posseiros por soldados da PM na região da Bela Vista tem se mantido a ferro e fogo desde abril deste ano.

O crime organizado, longe de ser combatido, alastrou-se ainda mais com o advento da Nova República. Denúncias apareceram na imprensa como pontas de iceberg, revelando o mundo subterrâneo da matância planejada. A firma "Solução" sediada em Goiânia, foi envolvida no massacre de posseiros, ocorrido no Vale do Juari, Norte de Goiás em fevereiro de 1986. A imprensa revelou a ligação entre a UDR e essa empresa (66). Uma outra firma, a "Sacopã", sediada em Manaus, se dedica a "atividades de segurança rural, especializada em posseiros e garimpeiros". Segundo a revista Veja (67), esta firma mantém 400 homens equipados com armas de vários calibres. Em 1985 tinha como sócios o ex-comandante da PM de Rondônia, o coronel reformado Antônio Fernandes e o chefe de polícia do Comando militar da Amazônia, o coronel da ativa João Batista de Toledo Camargo. Contratada por grandes grupos de mineração como a Parapanema e a Taboca, a Sacopã tem sido responsável por grande violência no garimpo do Rio Traira (RN), pela tentativa de assassinato contra o Pe. Ângelo Pansa, no Rio Xingu (PA), em abril de 1985. No mês de julho de 87, três agentes da firma, maquiados em peões da fazenda Guanabara em Roraima, tentaram violentar uma índia Macuxi. Foram detidos 16 horas pelos índios. Depois, numa farsa judicial, 19 membros dessa aldeia, ficaram presos 16 dias. A Igreja local e D. Aldo Mongiano foram vergonhosamente atacados, acusados de ter incitado os índios à revolta (68).

Em março de 1987, dois agentes da polícia civil de Brasília, Cláudio Acioly e Bruno Eckerman eram mortos na fazenda Nazaré, em Conceição do Araguaia. A versão oficial continua relacionada com uma suposta emboscada de posseiros, encerrando o caso de milícias privadas. A imprensa, com base nos depoimentos das famílias, revelou uma ampla rede, envolvendo pessoas ligadas ao SNI, Forças Armadas, Polícia Civil, Militar e Federal. Além de realizar represálias contra posseiros, os policiais mortos participavam de contrabando de ouro (69).

Depois do atentado contra o Pe. Francisco Cavazzuti, o Governador de Goiás reconhecia a existência da pistolagem no estado, prometendo tomar todas as medidas cabíveis. No entanto, poucos dias antes, o secretário de Segurança Pública, Ronaldo Jayme imputava a causa da tentativa de assassinato ao próprio padre, a cusando-o de incentivar invasões de terra. A vítima já era consi derada réu antes da abertura do inquérito.

b) ENVOLVIMENTO DA UDR

Conhece-se uma árvore pelos seus frutos. A UDR, pela defesa cega e absoluta do monopólio das terras, tem responsabilidade enorme nesta situação de violência institucionalizada.

1 - Em relação à compra de armas, a cúpula, em geral, tem cuidado de negar qualquer ligação com os leilões realizados. No entanto, uma entrevista de Salvador Farina, Diretor nacional e Presidente da UDR de Goiás, é esclarecedora: "hoje já podemos confessar que, realmente, compramos armas com leilões. No primeiro leilão, realizado em Goiânia, adquirimos mais 2.480 armas e aí proliferaram as UDRS. Hoje nós temos mais ou menos setenta mil armas, representando a cabeça de cada homem da UDR, homens que deixaram de ser omissos na história do nosso país" (70).

2 - Em relação ao crime organizado no campo, a UDR nega até a existência das milícias particulares. As provas do envolvimento de membros da UDR continuam difíceis e precárias por várias razões. Os atentados encomendados são geralmente executados por profissionais do crime que deixam o mínimo de evidências. Sabe-se também da frequência da chamada "Queima de Arquivo", a execução de pistoleiros suscetíveis de saber demais. Não são poucas as vezes que, por incompetência ou má fé, os inquéritos policiais resultam na destruição de provas ou se concentram sobre as atividades das vítimas, como no caso do Pe. Francisco Cavazzuti.

Feitas estas considerações, pode-se apresentar alguns casos. Depois da morte do Pe. Josimo Tavares, em 10/05/86, a UDR fez tudo para caracterizar o crime como um ato de vingança, sem ligação com o problema da terra. Altair Veloso, Diretor Nacional da UDR, classificou o Pe. Josimo de "Bandido Notório", indiciado por incitação a assassinatos (71). R. Caiado mandou para a Folha de São Paulo documentos conseguidos na polícia tentando provar os "verdadeiros" motivos do crime.

No caso do conflito da Fazenda Agropecus e Forquilha, no sul do Pará, que teve como resultado, entre várias baixas, a morte de Tarley Andrade, filho do Tesoureiro Nacional da UDR, Jairo Andrade, as torturas e espancamentos contra os 6 posseiros presos foram extremamente violentas. As ameaças de represálias se concretizaram com a morte do posseiro Antônio Bispo dos Santos, ocorrida em Redenção no dia 26/02/87, com tentativa de ocultação do cadáver.

3 - Quanto à questão do trabalho escravo, o posicionamento da UDR é duplo. De um lado condena verbalmente esta prática. Por outro lado, nega qualquer responsabilidade por parte dos fazendeiros quanto a atuação dos empreiteiros ou "gatos" (72). Trata-se justamente do cerne da questão: a violação sistemática dos direitos mais fundamentais da pessoa humana se deve à quase impunida-

de a esses crimes. A multa irrisória leva à manutenção e ampliação desta prática.

4 - A UDR tem sido uma das entidades mais decididamente contrárias a aplicação do tímido PNRA do governo, e tem usado as táticas mais variadas. Ela inspirou e incentivou o medo no meio dos produtores rurais, levando o fantasma do comunismo. Criou inúmeras dificuldades nas comissões agrárias; inundou o judiciário com grande quantidade de ações contra as desapropriações, contribuindo para que a Justiça se torne "o AI - 5 da reforma agrária" para citar a palavra de José Francisco, presidente da CONTAG (73). A UDR impediu vistorias a serem feitas por técnicos do INCRA em várias propriedades, como no município de Presidente Olegário, em Minas Gerais (74).

No estado de Goiás, um único assentamento de 41 famílias foi conquistado na fazenda Mosquito em 1986, enquanto a meta do ano era de 13.500 famílias. Os latifundiários tentaram por todos os meios impedir a imissão de posse. R. Caiado tentou descharacterizar a conquista declarando que o assentamento respondia a uma disputa política na região e não a resolução de um problema social.

Um outro desfecho com consequências trágicas é relacionado com o caso do Vale do Juari, no município de Colméia em Goiás. A área foi desapropriada em julho de 1986. Já ocorreram 5 mortes, 3 despejos violentíssimos, queima e destruição de dezenas de casas. No dia 18/07/87 o lavrador Vilmone Campos da Silva era assassinado a tiro pelo filho do fazendeiro. Um dia antes, a polícia Federal estava na área para investigação. Os supostos donos da fazenda estão totalmente descapitalizados ficando patente o envolvimento dos latifundiários ligados à UDR para sustentar os pistoleiros e P.M. presentes na área.

No Rio Grande do Sul, 1.300 famílias acampadas na Fazenda Annoni desde 29/10/85 estão ainda aguardando o assentamento definitivo. No primeiro semestre de 1987, a justiça cancelou três desapropriações. No total de 9 desapropriações o INCRA em março deste ano conseguiu apenas uma imissão de posse (75). Diante dessa situação, no dia 18/07/87, 40 lavradores sem terra da Annoni decidiram ocupar a Fazenda Juvenal, em Cruz Alta. A UDR levou 2 caminhões com homens armados e cavalos para se juntar a Brigada Militar. Depois do despejo, a UDR pagou anúncio para elogiar a atuação da PM. O Bispo de Cruz Alta, D. Jacó Roberts Ilgers recebeu ameaças de morte depois de ter pedido o desarmamento dos latifundiários.

VI - A UDR E A IGREJA

" A reintegração dos excluídos impunha a redução dos próprios privilégios, por isso os excluídos que tomavam consciência de sua exclusão deviam ser tachados de hereges, independentemente de sua doutrina"

Humberto Eco- O NOME DA ROSA

A UDR, desde a sua criação, tem adotado em relação à Igreja, a seguinte política: dividir a Igreja, para afastá-la de seus compromissos com os excluídos contrapondo alguns bispos e padres aos demais e cobrando dela um papel puramente assistencialista e espiritual, como seu único papel no mundo.

1 - A UDR tem demonstrado uma preocupação constante em criar cisão dentro da própria Igreja, enaltecendo a "Igreja tradicional" e fulminando a Igreja progressista. Essa Igreja é definida pela UDR como aqueles que se esquecem de Deus e pregam a luta de classes. Os "falsos progressistas" são D. Pedro Casaldáliga, D. Tomás Balduino, Frei Betto, Frei Boff. Estas pessoas estão sendo acusadas pela UDR de utilizar a Igreja para convulsionar e destabilizar o país (76). São os mesmos argumentos utilizados pelas forças de repressão na época da ditadura.

D. Benedito Ulhõa Vieira, Arcebispo de Uberaba (MG), tem sido alvo, desde o ano passado de críticas acirradas por parte da UDR. Em junho de 1986, D. Benedito tinha declarado que a R.A. no Triângulo Mineiro esbarrava na ação exacerbada da UDR. Essa entidade desencadeou uma campanha acusando o Episcopado de desvio de verbas e chamava os Padres estrangeiros de refugo. D. Benedito respondeu com uma longa carta pastoral em outubro de 1986 (77).

Há por parte da UDR tentativas de utilizar as missas como instrumento de propaganda e de prova da intolerância da Igreja. Em junho de 1986, a morte do capataz Braz Dornelles em Xinguara (PA) foi a oportunidade para a UDR montar um cenário exigindo missa. A família do finado recusou entrar no esquema montado por Caiado, que queria apresentar o capataz como um mártir da terra, semelhante ao Pe. Josimo.

Em junho de 1987, o representante da UDR de Bagé (RS), Carlos Xavier, mandou publicar na imprensa convite a autoridades e produtores rurais para que participassem da missa de ação de graças "pelas vitórias até agora alcançadas na Constituinte". O Bispo de Bagé, D. Laurindo Guizzardi, proibiu a missa, explicando numa nota que "assumir caráter político em causa da polêmica é instrumentalizar o ato eucarístico para fins alheios a sua finalidade". O presidente da UDR do RS, Gilberto Scopel de Moraes classificou a decisão do bispo com um "ato sectário e discriminatório" (78). Em julho desse ano, D. Benedito, Arcebispo de Uberaba, foi de novo atacado. Os padres se solidarizaram recusando celebrar a missa pedida por formandos de zootecnia de Uberaba. Caiado era para ninar. Um padre de Tupã (SP) veio celebrar, adotando na sua pregação todas as teses da UDR (79).

2 - Esta tática de dividir a Igreja tem como objetivo principal afastá-la de seu compromisso pastoral a favor dos excluídos da cidade e do campo. A UDR concentra principalmente seus ataques contra os Pastores comprometidos e entidades ligadas às Pastorais sociais e que são acusadas de implantar o terrorismo no país com o dinheiro vindo de fora. Recentemente em agosto passado, numa palestra na Escola Superior de Guerra, R. Caiado voltou a atacar a Igreja. Declarou que tinha documentos do Banco do Brasil comprovando o repasse de recursos de entidades estrangeiras a várias dioceses e entidades ligadas à Igreja no Brasil (80). Para a UDR em 14 estados e 23 cidades, preparando a mobilização em Brasília, o estado de São Paulo relatava: "os maiores aplausos

são reservados às críticas aos padres e bispos, agitadores da Pastoral da Terra, adeptos do "quanto pior, melhor" (81).

Os assassinatos e atentados seletivos como a truculência verbal contra a Igreja correspondem a mesma estratégia da extrema direita: pressionar, amedrontar os membros da Igreja e encurralá-los no campo espiritual. São significativas as palavras de Hugo Romeu Saraiva, presidente regional da UDR do Maranhão. "o que não é justo é a participação da CNBB que não plantou, nem gerou riqueza e está influenciando na Constituinte" (82). O recado deixado pela cúpula e os membros da UDR é claro. A Igreja fala da questão social, da opção pelos pobres, mas não entende nada do assunto. Só aqueles que produzem podem realizar o social. Os outros, que não concordam, são acusados de querer dividir a miséria e de trazer o conflito, a pretexto de resolver a questão social (83).

Em várias ocasiões, Bispos e Igrejas locais tomaram posição clara frente às acusações e atuação da UDR.

Em maio de 1985, os onze bispos do Maranhão consideraram auto excomungados o Governador Luiz Rocha e os dirigentes da UDR regional, por serem co-responsáveis da violência contra trabalhadores rurais no estado (84).

Em 25/10/86, D. Antônio Possamai, Bispo da diocese de Ji-Paraná em Rondônia divulgou uma nota alertando os fiéis contra a propaganda desencadeada pela UDR. Antes das eleições de novembro de 1986 os três bispos de Espírito Santo pediram aos católicos para não votarem nos candidatos da UDR e não se afiliarem à entidade (85).

Goiânia, 21/9/87

Comissão Pastoral da Terra

Secretariado Nacional

ÍNDICE DAS REFERÊNCIAS

- (1) Afinal, 07/07/87; Estado de São Paulo, 19/07/87
- (2) Regina Bruno-UDR, os sem terra dos patrões, PIPSA, UNESP, Mimeógrafado . 1987 pg. 11-12
- (3) Jornal do Brasil 20/07/86
- (4) ESP, 08/07/87; 19/07/87
- (5) O liberal (Belém) 20/06/87
- (6) Afinal 07/07/87; O Popular (Goiânia) 19/07/87
- (7) Jornal do Brasil 15/04/87; ESP 15/04/87
- (8) ESP 06/03/87
- (9) Diário da Manhã (Goiânia) 21/02/87
- (10) ESP 14/01/87
- (11) Senhor 17/02/87; ESP 13/02/87
- (12) IBASE - Políticas Governamentais - julho/87 pg. 9
- (13) ESP 08/07/87
- (14) Jornal de Brasília 12/07/87
- (15) Senhor 27/01/87
- (16) Gazeta Mercantil 24/07/87
- (17) J.B. 21/04/87
- (18) ESP 23/04/87
- (19) Diário da Manhã 08/04/87
- (20) Gazeta Mercantil 24/07/87
- (21) J.B. 12/08/87

- (22) J.B. 20/08/87
- (23) R. Bruno citado pg. 06
- (24) AGEN, nº 44-19/03/87
- (25) Retratos do Brasil 13-19/08/87
- (26) J. Brasília 08/04/87
- (27) J.B. 04/06/87
- (28) J.B. 13/06/87
- (29) Correio Brasiliense 13/06/87
- (30) Políticas Governamentais julho/87 pg.9
- (31) J.B. 29/05/87
- (32) ESP 19/07/87; Veja 09/09/87
- (33) J.B. 12/08/87
- (34) ESP 14/06/87
- (35) ESP 03/04/87; J.B. 22/04/87
- (36) J. de Brasília 11/07/87
- (37) O Germinal - Centro Oeste abril/87
- (38) Afinal 07/07/87
- (39) Senhor 21/01/87
- (40) ESP 08/07/87
- (41) H. Jaguaribe-Brasil 2000- Paz e Terra pg. 18
- (42) Correio de Notícias - Curitiba 13/07/87
- (43) Senhor 17/03/87
- (44) H. Jaguaribe- op. citado pg. 160
- (45) Informativo INESC sobre ANC 04/05/87
- (46) O Popular 19/07/87
- (47) J.B. 24/06/87
- (48) J.B. 24/06/87; ESP 24/06/87
- (49) ESP 12/07/87
- (50) José de Souza Martins - Não há terra para plantar
neste verão - Vozes - pg. 73
- (51) Afinal 07/07/87
- (52) Isto é 15/07/87
IPEA, Avaliação dos Incentivos fiscais dez/85 pg. 49
- (53) ESP 30/06/87
- (54) Isto é 15/07/87
- (55) Afinal 07/07/87
- (56) A justiça econômica e a Doutrina Social da Igreja
Conferência dos Bispos Norte Americanos nov.86 nº 255 e 235
- (57) J. de Brasília 11/07/87
- (58) ESP. 05/04/87
- (59) Afinal 07/07/87
- (60) Martins - op.citado pg. 74
- (61) Senhor 02/06/87
- (62) Folha de São Paulo 17/02/87; 18/02/87
- (63) O Popular 18/08/87
- (64) Jornal da Tarde 02/07/87
- (65) Isto é 15/01/86
- (66) O Popular 18/05/86
- (67) Veja 06/11/85
- (68) J.B. 19/08/87
- (69) Correio Brasiliense 07/09/87; J.B. 08/08/87
- (70) Germinal Centro Oeste abril 87
- (71) ESP 28/09/86
- (72) ESP 27/12/86

- (73) Jornal de Brasília 21/06/87
- (74) Estado de Minas (MG) 26/06/87
- (75) ESP 05/03/87
- (76) O Popular 19/07/87
- (77) O São Paulo 17-23/10/86
- (78) ESP 23/06/87; 24/06/87
- (79) ESP 18/07/87
- (80) O Popular 19/07/87; Afinal 07/07/87; J.B. 13/08/87
- (81) ESP 08/07/87
- (82) O Debate (MA) 06/08/87
- (83) O Popular 19/07/87
- (84) ESP 24/05/86; J.B. 21/06/86
- (85) J.B. 09/11/86; A Gazeta, Vitória 06/11/86



UMA INTERVENÇÃO NA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

PLÍNIO DE ARRUDA
SAMPAIO

(PT/SP e Presidente da ABRA)

Extraído do Boletim
"Questão Agrária e
Constituinte". CEDEC

AO FALARMOS DE RE- FORMA AGRÁRIA, DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Trata-se da intervenção do Estado na correção ou na modificação de um aspecto da estrutura agrária. É toda vez que a estrutura agrária está demasiadamente concentrada, quando a terra está muito concentrada, provocando inclusive uma subdivisão extrema no outro polo, quer dizer, quando ocorre a concentração e/ou fragmentação, em geral surge uma situação econômica, social e política que gera a intervenção direta do Estado. É uma intervenção cirúrgica do Estado para modificar o quadro estrutural da terra. Isso é reforma agrária. É um processo complexo, com vários planos e níveis, e com várias dimensões.

Há uma dimensão econômica na reforma agrária. O problema de produzir ou não produzir certas coisas e não outras coisas, produzir para dentro ou produzir para fora, são dimensões do problema da reforma agrária. Há aspectos sociais. O aspecto da pobreza, o aspecto da discriminação racial, o aspecto da discriminação de classes, a questão da Índia, por exemplo, é um dos aspectos sociais do problema agrário hindu. E há problemas políticos que dizem respeito ao poder no campo. Qual é o grupo, qual é o segmento da população rural que tem poder? Quem tem poder sobre os outros e como é que se faz este equilíbrio de poder no campo? São questões implicadas nesta intervenção do Estado para corrigir um quadro que pode ser até fotografado, como é hoje.

Quando eu falo de reforma agrária, eu estou falando de intervenção do Estado brasileiro para modificar o quadro de distribuição da terra. O segundo aspecto que nós vamos distinguir quando falamos de reforma agrária é a divisão entre reforma agrária e revolução agrária. Reforma Agrária é um processo conduzido, controlado por um Estado, mais conduzido ou mais controlado, mas de toda a maneira, quando o controle e a condução ficam no âmbito

de um poder instituído. Revolução Agrária é quando os camponeses tomam conta da terra por conta própria. Na Bolívia o que houve foi uma revolução agrária.

Nós estamos tratando de reforma agrária.

Terceiro. Nós temos que distinguir tipos de reforma agrária. Nós não podemos comparar uma reforma agrária socialista com uma reforma agrária capitalista. Existem reformas agrárias socialistas e reformas agrárias capitalistas.

A reforma agrária capitalista é a que se dá no âmbito de um Estado capitalista. A reforma agrária socialista é a que se dá num âmbito ou de uma revolução socialista ou de um Estado socialista. Se o quadro básico do poder é um quadro de dominação burguesa, não se pode falar de uma reforma agrária socialista. Não tem a menor condição de realizar isto. Você pode introduzir princípios que tendam para um socialismo numa reforma agrária capitalista e vice-versa.

Então, a reforma agrária que nós vamos falar aqui, é uma intervenção do Estado; é uma intervenção de um Estado que é, até agora, segundo se olha na Constituição, um Estado capitalista. Então, nós vamos falar de uma reforma agrária capitalista.

E o quarto e básico fator: reforma agrária é uma função do poder, das classes, dos grupos, dos setores que querem modificar uma estrutura agrária e do poder das classes dos grupos e dos setores que querem conservar aquela figura da concentração da terra.

É preciso atentar para o fato de que temos uma agricultura extremamente agressiva, que se transforma com uma grande velocidade e que está imbricada na produção industrial desse país. Nós temos hoje uma indústria de defensivos, uma indústria de tratores, uma indústria de insumos, nós temos uma estrutura de comercialização que está profundamente ligada à produção agrícola. Então, nós não estamos falando de uma reforma agrária para produzir no país.

A agricultura capitalista brasileira está dividida em 3 setores grandes: um é o setor do latifúndio e do grande capital. Quer dizer, o latifúndio é uma reminiscência do passado e está se modernizando rapidamente, porque se não, não subsiste. É comprado, é comprado pelo grande capital. É uma figura em extinção. O que existe é o grande capital. O grande

capital monopolista. O grande capital ligado com a indústria e com a produção de alta produtividade. Este grande capital tem muita terra como reserva de valor e como reserva de mercado. Ele tem hoje muita terra além do que ele precisa para sua produção como reserva de valor e como reserva de mercado.

Nós temos um outro setor na agricultura brasileira que é o setor do pequeno proprietário e do médio proprietário, que é um homem que enfrenta hoje enormes dificuldades, realmente.

Em terceiro, nós temos os párias do campo, que são os trabalhadores rurais, os posseiros, os diaristas, também conhecidos como bóias-frias.

O que é fundamental de dizer nisto, é que não é real que este país não tenha política agrícola. Esse país tem uma fantástica política agrícola. E uma política agrícola que deu enormes resultados: uma política agrícola que foi extremamente estável durante muito tempo. O crédito, a assistência técnica, a pesquisa agrícola, deram saltos espantosos no Brasil. Só que foram todos dados em função do poder no campo. Do poder que existe no campo. E o poder que existe no campo é o poder do grande capital monopolista no campo. Esse é o problema da reforma agrária brasileira. Porque? Porque ao mesmo tempo em que produz, e produz com grande velocidade, este processo de transformação do capitalismo, e este capitalismo rural ele gera também conflito. Conflito de latifundiário com posseiro, conflito de posseiro com índio, conflito de latifundiário com índio. Está inundando o país com isso. Segundo, ele afeta fortemente a ecologia, com um processo de desmatamento que os ecologistas consideram criminoso. E terceiro e mais grave, ele gera pauperização. Pauperização no campo e pauperização do campo na cidade.

Ainda há mais: nós temos um processo de migração que foi de 15 milhões de pessoas nestes últimos dez anos. É um dos processos de migração campo-cidade mais rápido de que se tem notícia.

Finalmente, quais os objetivos da reforma agrária brasileira? Os objetivos óbvios de uma reforma agrária brasileira são dois. Primeiro, uma democratização do campo. O que nós queremos é democratizar, porque essa concentração da terra representa a concentração de poder. E a concentração de

poder representa a concentração de recursos. E isso tem, inclusive, uma repercussão clara em todo o processo democrático do país. Então, a reforma agrária se insere no quadro de uma luta mais ampla para trazer a cidadania à todos os brasileiros. E ela vai, a meu ver, privilegiar os seguintes objetivos: 1) a produção mercantil simples, o pequeno e o médio produtor; 2) o capitalista moderno, sem monopólio da terra; 3) o capitalismo moderno, cooperativo com os trabalhadores rurais. Acho que são os grandes objetivos.

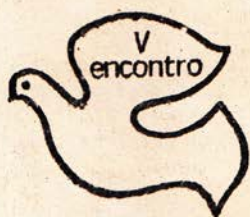
O segundo grande objetivo é a eliminação da pauperização, porque é impossível que um país conviva com a pauperização permanente de parte importante de sua população e conviva numa democracia. A democracia supõe um mínimo de igualdade, o que é incompatível com o outro processo. E essa é a razão fundamental da reforma agrária. E no caso brasileiro não existe nenhum outro programa mais barato para terminar com a pauperização. Nenhum outro. É impossível criar em algum outro setor da economia um emprego permanente mais barato do que na agricultura. E este é o fundamento econômico da reforma agrária hoje no Brasil.

Quais são as causas de tirar a terra de um cidadão, para o PT são: o não uso, o mau uso, o pouco uso e o tamanho. Nos primeiros casos, por motivos sociais e econômicos, no segundo por motivo de monopólio.

No pagamento da terra, o princípio do Partido dos Trabalhadores é: nós poderemos ressarcir o dano, quando houver dano. Verificada a existência de dano com a tomada daquela terra, se ressarcir o dano, não se paga o valor da terra. Porque não se vai fazer um negócio agrícola. Vai se fazer uma intervenção corretiva numa estrutura que não tem força política para se sustentar. Se ela tiver força política para se sustentar, vai se pagar uma parte da terra.

Por outro lado, o controle dos trabalhadores. O PT não quer uma reforma agrária tecnocrática feita pelos agrônomos, engenheiros e veterinários do INCRA. Ele não quer uma reforma agrária feita pelos políticos. Ele quer uma reforma agrária feita pelas organizações dos trabalhadores rurais, que devem dizer onde estão as terras, que devem dizer como querem explorar estas terras, que devem dizer como querem receber a terra, porque para nós o fundamental na reforma agrária é a democratização de todo o país.

Movimento Nacional de defesa dos Direitos Humanos



Subsídios IV

VIOLÊNCIA

preparação p/o V Encontro



serviço de intercâmbio nacional pela defesa dos direitos humanos

RUA CARLOS GOMES, 180
25080 PETROPOLIS, RJ

CP 00581
TEL.: (0242)42-2482

SERVIÇO À VIDA

SUBSIDIO nº IV

Violência

- A violência e a segurança pública 01
(Doc. elaborado pelo Centro Luiz Freire)
- O quadro social e a violência 04
(Centro Luiz Freire)
- O sistema de segurança Pública 11
(Centro Luiz Freire)
- Ação contra a violência e Pelos direitos do cidadão 15
(Centro Luiz Freire)
- Os barões das birosacas 18
(Artigo extraído do Jornal do Brasil de autoria de
Hélio Pellegrino)
- Padre marcado para morrer 21
(Artigo extraído do Jornal do Brasil de autoria de
Hélio Pellegrino)
- Anexo:
Projeto: Banco de dados sobre a violência no Brasil.... 24

SIN

serviço de intercâmbio nacional pela defesa dos direitos humanos



RUA CARLOS GOMES, 180
25680 PETROPOLIS, RJ

CP 90581
TEL.: (0242)42-2462

SERVIR A VIDA

I - A VIOLENCIA E A SEGURANÇA PÚBLICA

Após mais de vinte anos de lutas pela democratização do país e pelo fim do autoritarismo, e de consideráveis conquistas que nos trouxeram a uma fase de transição "democrática", vivemos, um grave impasse cuja solução marcará, definitivamente, o destino do Brasil nas próximas décadas. O núcleo deste impasse se expressa na imobilidade e na deformidade do atual poder político quanto ao implemento das bandeiras democráticas universais que tradicionalmente foram assumidas e com as quais o poder político se comprometeu.

Um ou mais destes compromissos diz respeito a reformas profundas nas políticas de segurança pública e de direitos humanos. É grave a constatação de que a "transição democrática" não alterou a violência na sociedade brasileira. Continua a inexistir uma política de segurança pública explícita no Brasil, pior, deliberadamente evita-se sequer estimular a análise e a procura de soluções para a questão, significando de fato um consentimento velado em relação ao continuísmo da política para o setor implementado nos anos da ditadura.

A Nova República com campanhas como o "Mutirão contra a Violência", não conseguiu dar a dinâmica necessária para o sucesso destes empreendimentos. Os governadores procuram

deixar a questão da segurança nas mãos da própria polícia, e mesmo aqueles em cuja campanha eleitoral se alimentou uma forte esperança de mudanças, tentaram no máximo investir apenas no aparelhamento policial - ou jogar um inquietante véu sobre as esperanças e indagações referentes à questão.

Os partidos e a classe política reagem de forma tímida, muitas vezes demagógica no trato da questão. Romper com os limites que os impedem de assumir explicitamente a elaboração e a defesa de uma política de segurança pública democrática é básico. Entretanto, a mudança de um STATUS QUO que serve às classes dominantes é sempre tarefa árdua.

Um aspecto complicador refere-se à reação da população à violência. Perante um estarrecedor quadro de sucessivos assassinatos, assaltos, torturas e sequestros procura-se sempre a "solução" mais fácil. Em outras palavras, a adoção de formas de violência ainda mais brutais, como o linchamento, formas estas geradoras de mais violência e impunidade. A formação autoritária e violenta do Brasil é sem dúvida uma importante causa deste comportamento. Mas é imperdoável que parte dos meios de comunicação bombardeiem a população com informação sobre a violência, de forma sensacionalista, distorcida, desvinculada do contexto social e, o que é pior, sem a preocupação de esclarecimento sobre a lei e da necessidade de sua defesa.

Neste quadro, a primeira constatação é clara: a "transição democrática" não problematizou a questão da política de

segurança dos órgãos públicos. A atitude omissa e/ou de persistência num comportamento autoritário assumida até agora é paradoxo e explosiva para com a intenção democratizante. A expressão mais clara dos descaminhos da segurança pública brasileira deve-se à inexistência de uma coerência mínima entre a ordem legal e a ordem real. Enquanto que grande parte da lei escrita brasileira procura se basear nos princípios básicos que norteam as sociedades chamadas civilizadas, ou seja no respeito aos direitos individuais, a ordem institucional que abarca os órgãos policiais, penitenciários e judiciário segue a lógica social do autoritarismo: a subestimação da lei - gerando a impunidade - e um sistema de relações sociais arcaicas (personalismo, clientelismo, corrupção, absolutização do poder da autoridade pública incorporado no indivíduo em relação ao direito do cidadão).

A vítima desta realidade tem sido, não uma minoria qualquer, mas diretamente todo o povo brasileiro, sobretudo o homem comum, trabalhador, que paga seus impostos e vê voltar-se contra si as instituições que o deveriam defender. A atual estrutura de segurança pública, longe de caminhar no sentido de minorar a violência e o desrespeito aos direitos humanos, tem sido percebida pela população como um fator a mais de estímulo à criminalidade. Tal estímulo tem levado os funcionários responsáveis por seus órgãos a permanecerem numa postura autoritária senão imobilista.

Em vista da continuidade destes impasses (no nível político a indefinição a respeito da efetivação dos compromissos da "Nova República" quanto a reformas no sistema de segurança pública; no nível dos órgãos de segurança, o agravamento dos conflitos entre a lei e a realidade) é de se visualizar tendências explosivas a médio prazo que poderão inviabilizar não só a adoção de soluções claras para a violência social como também, relacionada a uma série de outros impasses, o grau de democratização da sociedade brasileira.

II - O QUADRO SOCIAL DA VIOLENCIA

A questão da violência e da segurança pública envolve uma série de aspectos sem a consideração dos quais ela se tornaria mera questão técnica de vigiar e punir, ou mesmo psicológica e maniqueísta de "o criminoso nato" contra o "bom cidadão".

Um primeiro grande aspecto liga-se à dimensão econômica. A violência decorre, em última análise, da forma com que a riqueza é distribuída na sociedade. Uma sociedade injusta economicamente é uma sociedade violenta. Outro aspecto importante é o político. Quando existe participação direta da sociedade nas decisões políticas de uma nação, quando a democracia e a lei estão acima dos interesses particulares, e o Estado dá ao cidadão um tratamento equânime, então a

política de segurança é eficiente e a violência dificilmente chega a ter dimensão calamitosa. Finalmente, a cultura e os meios de comunicação possuem um importante papel no estímulo à violência ou na conscientização da população em relação aos direitos humanos e à justiça. Isto depende da importância que tais meios venham dar a propaganda e ao esclarecimento da população sobre os problemas referentes à segurança.

Para avaliar a violência objetivamente, devemos, além de considerar o quadro social, avaliar as instituições responsáveis diretamente pela segurança pública, ou sejam, o sistema judiciário, o sistema policial e o sistema penitenciário, sempre com a perspectiva de que a questão é complexa; sempre procurando ousar fazer análises objetivas e contundentes; sempre com o intuito de trazer o sistema de segurança pública para seus objetivos definidos dentro de uma sociedade democrática.

A URBANIZAÇÃO CAÓTICA

Em um curto espaço de tempo a relação entre população urbana e rural no Brasil foi invertida. Em 1950 65% da população brasileira era considerada rural enquanto em 1980, 67% da população brasileira já residia em áreas urbanas. Esta "invasão" das cidades determinada pela expulsão do homem do campo e pela concentração de terra, poderia ter sido planejada em função da comunidade desde que o descaso para

com a questão social não tivesse deixado a cidade à sua própria sorte. Os investimentos em infra-estrutura visaram apenas beneficiar a instalação de indústrias enquanto que os serviços-básicos da cidade, como o fornecimento de água e esgoto, o transporte de massa, a construção de moradias, a educação e a humanização dos bairros eram esquecidos. A cidade brasileira foi construída para servir à indústria, muitas das quais traziam mais prejuízos que benefícios à população que aos seus habitantes. Se as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo possuem 20% de população total do país, com cerca de 3 milhões de favelados e com menos de 50% de sua população residindo em instalações consideradas adequadas. Os problemas não solucionados e geradores de crises e conflitos que se apresentam nos grandes centros urbanos - onde proliferam o crime organizado, a violência no trânsito, na família, nas altas taxas de acidentes de trabalho - que hoje se espalham rapidamente pelas mais de 100 cidades com 100 mil habitantes existentes hoje no Brasil, o que delineia um quadro sombrio a médio prazo.

A CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA

A sociedade brasileira, é considerada detentora do 80 Produto Interno Bruto dentre os países capitalistas já estando próxima de se igualar à economia do Canadá. Todavia, no que diz respeito aos indicadores sociais, divide sempre as últimas colocações com países dezenas de vezes mais pobres. Por exemplo, em países como a Índia, as Filipinas, a

a Turquia, a Malásia, o Nepal, a Tanzania cujas economias são insignificantes perante a brasileira, estão registradas informações que identificam uma distribuição de renda entre a população maior que a do Brasil, onde em 1981, 1% da população detinha 13% da renda nacional, enquanto 50% da população possuía apenas 14% desta renda.

As sucessivas políticas económicas adotadas no regime militar, com a justificativa de fazer crescer o bolo para depois dividi-lo, desconsiderava o fato que a fatia do bolo no prato dos ricos crescia geometricamente enquanto o bolo dos pobres, aritmeticamente. O resultado é o atual quadro de elevada concentração de renda, ainda intocável pelo governo da Nova República pelos seus sucessivos "planos económicos" que em vez de tratarem de interesses conjunturais tendem a contemplar as classes favorecidas pela concentração de riquezas na Velha República.

A VIOLENCIA URBANA

As características do acelerado processo de industrialização e urbanização pelo qual o país tem passado, são identificadas por especialistas como elementos geradores da criminalidade e da violência urbana.

Onde, por um lado, a uma elite privilegiada toda forma de violência e impunidade é permitida e, por outro, ocorre um processo de industrialização e urbanização numa forma violentamente hostil aos interesses de maioria da população,

não se pode estranhar o fato de que a população desta sociedade sobrevive sob condições de grave rompimento das estruturas econômicas, políticas, culturais e afetivas. Principalmente, população de origem rural que quase de forma compulsória se "integra" na miséria, fome, alienação, nas mais variadas formas de marginalidade.

Surpreendentemente - apesar do que está dito acima - apenas uma pequena parcela da população brasileira é que está envolvida na criminalidade.

A dramática tonalidade do quadro geral de criminalidade vem sendo dada pelo sofisticado marketing via modernos meios de comunicação - como a televisão - que passa a identificar o indivíduo feliz e realizado com aquele possuidor dos mais variados bens de consumo. Isto ao envolver em uma espiral infinita de aspirações consumistas, um país de 70% de pobres e miseráveis só podem gerar uma desenfreada e incontrolada explosão de violência e criminalidade, da qual faz parte as classes altas, médias e pobres.

O Brasil, considerado um país de povo pacífico, por uma certa elite intelectual, disputa o primeiro lugar dentre os mais elevados índices de violência urbana do mundo. Índices superiores aos dos EUA, Inglaterra, mesmo - por exemplo no caso de assaltos - aos índices registrados em um país que passa por uma grave crise geral com características de uma guerra civil prolongada, como é a África do Sul.

O quadro da violência urbana tem se agravado recentemente

tanto pela deterioração progressiva das condições de vida das cidades quanto pela insistência federal em desconsiderar o enfrentamento da questão. Este agravamento é identificado no surgimento de uma série de novos fenômenos como o resurgimento dos "esquadrões da morte" e dos "justiceiros"; a sofisticação organizacional, operacional e material dos criminosos; a realização de assaltos, sequestros e crimes próprios dos grandes centros urbanos, em médias e pequenas cidades em todo o território nacional e o aumento das denúncias de envolvimento de policiais militares com tais atos, bem como do despreparo das instituições de segurança para enfrentarem estes agravantes adicionais.

A VIOLENCIA NO CAMPO

Cerca de 12 milhões de trabalhadores foram expulsos de sua terra, nos últimos anos, pela força das armas ou da política agrária e agrícola, cujos objetivos principais têm sido concentrar a terra e esvaziar o campo. Vivendo em condições sub-humanas esses trabalhadores enfrentam hoje um quadro gravíssimo de violência.

No final de 84, ainda durante o regime militar, a cada 5 dias era assassinado um trabalhador rural em conflito pela posse da terra, ou à frente da luta sindical.

A inauguração de uma nova etapa na história política do país não amenizou esse quadro. Ao contrário, é crescente o número de conflitos e, no final de 85, os números registrados

equivallam a um assassinato de trabalhador rural a cada 2 dias.

O MIRAD (Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento) registrou em 85/86 e nos primeiros 9 meses de 87, 685 assassinatos de trabalhadores rurais. Somente no ano de 1986, 594 mil brasileiros foram envolvidos na luta pela posse da terra, disputando uma área de 12.615.847 ha. Essa é uma das múltiplas faces da violência contra os trabalhadores rurais que além dos assassinatos inclui a exploração da mão-de-obra escrava, com 46 casos denunciados em 86, espancamentos, encarceramentos, sequestros, estupro, despejos, queimas e invasões de roças, mortes e roubos de animais domésticos, fechamentos de caminhos, saques e destruição de casas, trabalho sob mira de armas e toda sorte de ameaças.

A violência que lançou milhões de famílias de trabalhadores rurais para fora de suas terras e concentrou dois terços de terras agricultáveis do país em apenas quatro por cento das propriedades tem sua raiz na concentração da terra, no latifúndio.

A violência no campo brasileiro é generalizada. Os conflitos explodem em todo o país, envolvendo milhares de pessoas. É uma violência seletiva e organizada; os assassinados são aqueles que se destacaram nas lutas sindicais ou na luta pela terra. Os grandes proprietários e seus jagunços estão matando os dirigentes dos trabalhadores

rurais, as suas lideranças e assessores. A violência seletiva não pode ser espontânea. Exige a organização e a manutenção de milícias, jagunços, pistoleiros profissionais, mantidos pública ou clandestinamente, por associações de latifundiários. Nas várias regiões do país e, principalmente nas áreas de fronteiras agrícolas o latifúndio, para enfrentar milhões de trabalhadores expulsos, passou a profissionalizar os matadores. Organizados em grupos esses "pistoleiros de aluguel" convertem-se em "empresa" de grandes riscos, mantida com altos custos.

Trata-se ainda de uma violência impune. A esmagadora maioria dos casos denunciados, tanto nos documentos oficiais do MINKAD, como nos do Movimento Sindical, e outras entidades não contam sequer com a conclusão do inquérito policial.

O "Tribunal Nacional dos Crimes do Latifúndio" levantou as provas de vários desses crimes e os está julgando simbolicamente, à guisa de denúncia da impunidade e da conivência das autoridades.

IV - OS SISTEMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

As instituições de segurança pública, no processo de transição, devem possuir a capacidade de auto-avaliação, de proporcionarem para si a abertura de caminhos que elevem o padrão de seus serviços dentro de um quadro democrático

geral. Entretanto, o marasmo, o imobilismo, a disfunção destas instituições não encontram sua razão apenas na forma de organização da instituição, mas também na inexistência de políticas definidas pelos governos central e estaduais que não permitem transformações positivas. Os sistemas policial, judiciário e penitenciário continuarão no círculo vicioso no qual foram criados.

O SISTEMA JUDICIÁRIO

1) Sistema Judiciário brasileiro sofreu sempre modificações em função dos interesses políticos dominantes em épocas determinadas da nossa história. A criação da Justiça Eleitoral e Trabalhista, que se somou à Justiça Civil e Militar, bem como a instituição de concursos públicos para o preenchimento dos cargos jurídicos após a Revolução de 1930 não impediu que a morosidade, os elevados custos face à uma população pobre, uma imensa burocratização interna que provoca - entre outras coisas - um acúmulo exagerado de processos de pequenas causas e, finalmente, a carência de recursos humanos, materiais e financeiros continuasse a perverter a nossa ordem judiciária, tornando a justiça acessível apenas para uma minoria rica.

Esta justiça fraca, discriminatória e lenta só poderia se tornar em uma causa a mais de estímulo ao crescimento da violência no país. Violência não apenas do lado do criminoso, que ora considera a legislação e a justiça seu cúmplice, pois as brechas na lei e a morosidade na sua

aplicação são tamanhas que um número considerável de criminosos passam anos impunes. Violência também do lado dos órgãos de segurança, e que, em face da ineficácia e do imobilismo da justiça, se vêm impunes para "fazer justiça com as próprias mãos", em outras palavras descambar pela criminalidade e pela corrupção.

Importante é também resaltar que enquanto a justiça se limitar ao seu aspecto técnico-jurídico sem perceber as complexas vinculações entre suas definidas funções e o quadro geral da segurança pública, enquanto o acomodado liberalismo positivista for rígido como viseiras, o sistema judiciário não sofrerá as transformações desejadas.

O SISTEMA PENITENCIÁRIO

O Sistema Penitenciário nacional nunca atendeu a seus objetivos. Jamais recuperou o condenado, mas - ao contrário - infelizmente se tornou em uma escola de criminalidade.

A promiscuidade, a superlotação, a convivência mútua entre delinquentes de todos os graus, de doentes, de menores com adultos, a ociosidade, a humilhação, o controle das penitenciárias por quadrilhas e com a convivência de policiais são parte do quadro pavoroso deste sistema. Quadro que tem motivado sucessivas revoltas e crimes dentro das prisões brasileiras.

Em vez de se considerar o condenado como um cidadão

recuperável para a sociedade, ele é visto como um peso, um doente a ser exilado e condenado à doença ou à morte nos meandros das prisões brasileiras. O resultado desta visão é - não o fim da criminalidade - mas o seu estímulo pela formação de uma classe de criminosos cuja prisão é sua escola superior. Os dados recentemente divulgados sobre a relação entre o número de condenados e o número de vagas são dantescos.

Segundo o PAG - Programa de Ação Governamental do governo José Sarney, a população prisional do país é de 83.243. Entretanto, a capacidade de lotação das penitenciárias é de 41.681. Considerando que os casos com mandados não cumpridos são hoje - 124.475 - o déficit de vagas no sistema carcerário em 1987 é de 166.037.

As metas do PAG (Programa de Ação Governamental) até 1991 na área da Justiça e Segurança, confirmam a gravidade da situação, uma vez que está previsto a geração de apenas 12.000 novas vagas no sistema penitenciário do país.

O SISTEMA POLICIAL

Com características, talvez, mais graves que as encontradas nos outros dois sistemas de segurança, o sistema policial - por seu contacto direto com a população - aparece como sendo a fonte e o problema único de segurança pública brasileiro. É notório que os baixos salários, a desqualificação profissional, a falta de equipamentos e postos adequados são

componentes importantes da crise do sistema policial. Contudo, o centro desta crise envolve a equivocada concepção de violência contra violência. Concepção sofisticada pelo processo de militarização de polícia, que o regime militar impôs ao sistema policial, cujo objetivo era fazer da polícia um instrumento de repressão da política, de combate às greves trabalhistas e à oposição política, jamais de segurança social. Esta concepção, ironicamente chamada de Doutrina de Segurança Nacional, demonstrou sua falência não apenas na dimensão política, mas também na dimensão policial pois os resultados práticos desta doutrina neste nível geraram um incontrolável aumento da criminalidade, de insegurança, da corrupção. Caso os investimentos financeiros feitos na repressão política fossem usados para a segurança social, o quadro geral de violência jamais teria chegado perto do que hoje assistimos.

A vinculação da polícia a uma concepção democrática, de instituição geradora de segurança social, sua vinculação aos estados da federação e o desenvolvimento de formas de supervisão dos serviços deste sistema e de interferência em sua ação pelas instituições democráticas da sociedade, é a pedra angular da reforma deste sistema.

V - AÇÃO CONTRA A VIOLENCIA E PELOS DIREITOS DO CIDADÃO

Desde as lutas pela independência e pela abolição de

escravatura que os direitos humanos tem sido uma preocupação na vida política brasileira. Preocupação revestida do fato de que apenas seremos um país civilizado, democrático e desenvolvido se preenchermos os requisitos básicos em relação aos direitos humanos. Requisitos, hoje, definidos claramente nas declarações e cartas da ONU, das quais o Brasil é signatário sem conseguir, no entanto, honrar todos os compromissos ali assumidos.

Quanto aos direitos humanos, recentemente, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), os partidos políticos que lutaram pela democratização da sociedade e várias organizações sociais vem participando ativamente da luta pelos direitos humanos. Com o início do processo de democratização, se viu a necessidade de que novos passos sejam dados com o objetivo de elevar o grau de organização e participação das organizações de direitos humanos na política do Estado brasileiro. Hoje, os grupos de direitos humanos do Brasil organizam-se no Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH) que realizará seu V Encontro Nacional em janeiro de 1988. Este movimento abrange uma série de organizações cujas atividades tem gerado surgimento de uma série de novos núcleos de trabalho voltados para a promoção da justiça e dos direitos do cidadão.

Quanto à ação por reformas sociais que amenizem a violência bem como por reformas que tornem as instituições de segurança pública eficientes devemos nos reportar à atual

situação política nacional. Apesar da imobilidade do governo federal e da manutenção do STATUS QUO, a sociedade parece cada vez mais acolhedora à realização das reformas sociais. Prova disto é que na atual Assembléia Constituinte, pontos como a desmilitarização da polícia, a reforma do Sistema Judiciário bem como a afirmação da cidadania e a extinção das concepções de "segurança nacional" são preocupações cadentes presentes nos textos até agora elaborados. A possibilidade de que uma democracia sem aspas esteja à vista depõe positivamente em favor da realização de reformas sociais.

O impasse antecede movimentos e realizações. Caso este movimento torne politicamente hegemônico as forças políticas comprometidas com tais reformas e que possuem considerável peso no Congresso Nacional, correremos o risco de chegarmos ao terceiro milênio como uma sociedade próspera. Do contrário, talvez mal vejamos o terceiro milênio.



A Comissão Nacional/MNDDH reunida em Salvador nos dias 1 e 2 de outubro p.p., objetivando a preparação do V Encontro Nacional do Movimento, decidiu submeter às entidades um projeto de Banco de dados sobre a Violência no Brasil, para que possa desencadear uma reflexão no sentido de definir um projeto articulado de ação, que se paute por maior clareza e eficácia, no trato com a violência.

A coleta de dados através das entidades objetiva estimulá-las a assumirem esta luta de modo mais sistemático, avaliando e criticando as políticas de segurança e denunciando as violências.

Em breve estaremos enviando subsídios analíticos que nos ajudem aprofundar esta discussão no Encontro Nacional.

PROJETO: BANCO DE DADOS SOBRE A VIOLÊNCIA NO BRASIL

1. JUSTIFICATIVA

Há um consenso nas mais diferentes áreas (regiões do país que a consolidação de um regime democrático com as garantias necessárias ao exercício da cidadania passa pela forma com que se vai lidar com o problema da violência, tristemente usual em nossas relações sociais. O debate sobre esta violência, entretanto, ainda se trava de forma bastante localizada, o que em parte se justifica pelas grandes disparidades entre os diferentes espaços sociais constituídos mas que mesmo assim, exigem um esforço de compreensão global e a constituição de elementos que permitam as comparações.

Quando pesquisadores e militantes de direitos humanos de diferentes estados se reuniram para formar o projeto "REDE", ficou evidente a necessidade de agregar os dados dos diferentes estados, confrontando as formas com que se manifesta a violência social nestes estudos. Surgiu então o projeto do Banco de Dados sobre a Violência, destinado a coletar informações sobre a violência na imprensa das capitais de todos os estados brasileiros, elaboração deste material para depósito em computadores e centralização do acervo no Serviço de Intercâmbio Nacional do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, localizado em Petrópolis (RJ).

2. OBJETIVOS

O projeto visa manter uma pessoa em cada capital do país, ligada a alguma entidade do MNDDH, responsável pela seleção do material e envio sistemático para o SIN, onde pessoal especializado fará o registro das informações e onde será dado o acesso a qualquer interessado.

A efetivação desta atividade significará colocar a violência como preocupação central do MNDDH, comprometendo-o com necessidade de, se encontrar um retrato nacional da violência que permita traçar estratégias reais de combate. A existência dos dados no SIN permitirá também uma maior integração entre pesquisa e militância, cuja convivência não tem sido sempre fácil.

Será constituído também um conhecimento básico sobre técnicas de registro de informações - com apoio do pessoal do IBASE - que permitirá a elaboração de um Manual de Funcionamento do Sistema, simplificando o treinamento de pessoal no futuro e também possibilitando a ampliação das informações coletadas, seja em projetos localizados seja nos desdobramentos do projeto nacional.

Da documentação coletada será também possível extrair material para sessões temáticas que deverão ser publicados a cada semestre.

3. METODOLOGIA

3.1. DEFINIÇÃO

A primeira etapa do projeto consiste na elaboração das fichas de registro do material coletado, respeitando os temas centrais de interesse que foram selecionados:

- a) Violência provocada por agentes públicos
- b) Violência em conflitos sociais: b.1 Grupos de extermínio
b.2 Linchamentos
b.3 Conflitos de campo
- c) Política de Segurança Pública e Justiça Criminal.

Ficou decidido que as informações serão coletadas apenas através da grande imprensa, fonte que permite uniformizar os diferentes estados, muitas informações que chegam às entidades de defesa dos direitos humanos por outras fontes serão deixadas de lado em benefício da uniformidade da coleta. Em situações específicas a ausência de informações na imprensa pode também consistir em precioso indicador.

3.2 TREINAMENTO

Definidas as formas de registro das informações serão selecionadas por critérios de interesse e disponibilidade entidades ligadas ao MNDDH capazes de abrigar a coleta local de informações. Será contratada uma pessoa que receberá treinamento da Coordenação nacional para realizar o trabalho.

3.3 OPERAÇÃO

A partir do treinamento, o sistema entra em operação com os coletores nos estados lendo os principais jornais diários e fazendo a seleção das matérias referentes, arquivando-as e fazendo a ficha de registro que será enviada periodicamente para o SIN. O prazo de envio das fichas deverá variar - de acordo com o volume de informações nos Estados - de uma semana até um mês. De posse das informações, o SIN fará o registro no computador.

A coordenação se reunirá trimestralmente para avaliar o desenvolvimento do projeto e definir os dossiês que deverão ser preparados.

4. CRONOGRAMA

Os primeiros três meses do projeto serão dedicados ao desenvolvimento de programas e treinamento de pessoal. Depois disso o sistema de coleta entra em operação com a duração prevista de dois anos. Como foi dito a Comissão de trabalho se reunirá a cada três meses e será feita uma publicação semestral.

5. OPERACIONALIZAÇÃO DO PROJETO

a) COLETA DE DADOS

- Dar uma ajuda de custo, tipo bolsa de estudos, a um estudante em cada capital no valor de 1 (um) salário mínimo para fazer a coleta de dados a partir dos jornais, arquivá-los e remeter ao SIN Serviço de Intercâmbio Nacional - uma ficha semanal dos casos. Em regra o estudante trabalhará aproveitando a estrutura de uma entidade do MNDDH.
- Assinatura de todos os grandes jornais das capitais de estado.

b) PROCESSAMENTO DAS INFORMAÇÕES

A centralização e processamento das informações ficará sobre responsabilidade do SIN. Neste sentido o projeto terá que reforçar a infra-estrutura do Serviço de Intercâmbio com um Winchester para aumentar a capacidade de memória de seu micro e um estabilizador. E também supri-lo com material de consumo como disquetes e formulários.

c) COORDENAÇÃO DO PROJETO

Esta comissão de trabalho dependendo da necessidade deslocaria para realizar cursos de treinamento, em distantes regiões, com uma tiragem de dois mil exemplares cada número.

6. PRODUTOS FINAIS

Ao final do projeto estará constituído em acervo de informações sobre a violência no Brasil, com uma central de informações computadorizada capaz de informar dados existentes em cada estado. Estarão também publicados quatro dossiês de dados sobre violência.

V E N C O N T R O



MNDDH



MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

RAJUNHO
SEM REVISÃO

proposta de Programação do V Encontro Nacional de Direitos Humanos

Dia 27 - 20 horas - Abertura geral(mesa, apresentações culturais, manifestações participantes, entidades convidadas)

Dia 28 - 800 horas - Painel sobre Conjuntura Latinoamericana
(Cláudio Nascimento - L. Boff - Frei Beto - H. Peregrin
1400 horas - Grupos mistos

Levantamentos/constatações/respostas/práticas
do MNDDH como expressão local, regional e nacional.

20 horas - a) - reunião dos painelistas/relatores/coordenação
b) - atividades livres/culturais/videos/celebração
mesas/debates com temas específicos

GGGGGGGGGGGG

Dia 29 - 8 horas - Painéis - Violência no campo e na cidade
(Bicudo/P Sérgio Pinheiro/Hamilton/Ricard
10.30 hs - - Constituinte/Constituição
(João Gilberto/Pedro Dallari/José Geraldo

14 horas - Grupos - Respostas/pistas/sentido/objetivo do MNDDH
20 horas - Plenária de Comunicação dos relatos de Grupos

Dia 30 - 8 horas - Painel - MNDDH - Histórico/Atividades/Alternativas
organização, representação/legalização/atuação...

1 10.30 horas - Grupos - Avaliação e alternativas
14 horas - grupos - discussão e encaminhamentos/decisões
16.30 - Plenária de comunicação das decisões de grupos

REGIONAIS DO MNDDH - Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, Sede: 74000 - Goiânia - GO - R. 240, Lt. 19, Q. 93 - S. Univ. (062) 2255030.

1. Norte 1 - 69.900 - R. Branco - AC - C.P. 473 - Palácio do Bispo - (068) 2244555
2. Norte 2 - 66.000 - Belém - PA - R. Manoel Berta, 47 - (091) 2242385
3. Nordeste - 60.057 - Fortaleza - CE - R. Pedro Borges, 33-S/605 - (085) 2261953
4. Leste 1 - 26.000 - N. Iguaçu - RJ - R. Capitão Chaves - (021) 7677677

5. Leste 2 - 36.570 - Viçosa - MG - R. Arthur Bernardes, 51 - (031) 8911780
6. C. Oeste - 74000 - Goiânia - GO - R. 240, Lt. 19 Q. 93 - S. Univ. - (062) 2255030
7. Sul 1 - 02318 - S. Paulo - SP - Av. Antonello de Messina, 772 - (011) 2042333
8. Sul 2 - 90.000 - P. Alegre - RS - R. Andrade Neves, 100 - S/1304 - (0512) 219130

Dia 31 - 8 horas - Plenária geral - Discussão e votação sobre o MNDDH

14 horas- Plenária geral - Encaminhamentos do MNDDH

17 horas - Encerramento

Obs.

- 1- A coordenação será da CN/MNDDH
- 2- O regional centro oeste formará equipes de serviços
- 3- cada entidade terá um delegado, mais um por regional e aCH.
- 4- há necessidade de cada delegado e entidade de base discutir seu posicionamento sobre os temas básicos(organização, legalização, liberação...)
- 5- solicita-se relatórios das lutas, atividades locais e regionais para exposição no encontro.
- 6- atividades do encontro: painéis, exposições, grupos, plenárias, reuniões, vídeos, forrós, celebrações, rodas, troca de experiências, lazer, leituras, contatos por grupos de interesse, por temas, por regiões.
- 7- Intensa e aberta comunicação.
- 8- articulação, recepção, acomodação, , contatos para todos os participantes.
- 9- dinâmicas, entrosamento, descanso, atenção, participação geral.
10. democracia, representação, consciência, debate, abertura, responsabilidade.
- 11- decisão, caminhada pelos direitos humanos.



P R O P O S T A S

1 9 9 1



RELATÓRIO DA REUNIÃO DA SECRETARIA NACIONAL
CAXIAS DO SUL/RS - 22 a 24 de novembro de 1991

SECRETARIA PROPÕE LUTA CONTRA VIOLÊNCIA COMO EIXO CENTRAL DO MNDH

A luta pela vida, contra a violência, apresenta-se como o eixo central da atuação do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), colocando-se, assim, como o parâmetro para todas as demais atividades dessa articulação. É o que concluiu a Secretaria Nacional do Movimento, reunida de 22 a 24 de novembro de 1991, no Centro de Formação Diocesana de Caxias do Sul (RS). Participaram da reunião o secretário executivo Augustino Veit e os secretários de Formação, Marisa Formolo, Comunicação, Dermi Azevedo e de Violência e Cidadania, José Heder Benatti. O companheiro Roque Graziottin, do Regional Sul II, também colaborou para o bom andamento dos trabalhos.

A seguir, um resumo dos encaminhamentos adotados consensualmente na reunião, depois de toda uma reflexão sobre o MNDH como um todo:

1. Violência

Uma cuidadosa reflexão histórica sobre o Movimento e os resultados iniciais do questionário sobre a realidade do MNDH, indicam que a luta pela vida e contra a violência constituem o cerne da atuação dos organismos articulados de direitos humanos, em todo o país. Neste sentido, a Secretaria propõe que uma definição neste sentido seja adotada no Encontro Nacional de Brasília, em 1992. Maiores subsídios seguirão brevemente para todos os Regionais para que os repassem às entidades filiadas.

2. Secretaria Nacional e Programas

A proposta para exame do Conselho e aprovação do encontro é a de que a Secretaria Executiva Nacional passe a se chamar simplesmente Secretaria Nacional, para não limitar as suas tarefas exclusivamente ao aspecto executivo. Os quatro integrantes da Secretaria adotarão, neste sentido, uma postura mais enfática de equipe, com os atuais programas assumindo muito mais o caráter de funções. A proposta é que dois deles (o executivo e o de violência e cidadania) morem e trabalhem na sede do MNDH, em Brasília.

3. Relacionamento Conselho Nacional/Secretaria Nacional

A Secretaria sugere que um dos dois conselheiros de cada Regional junto ao Conselho Nacional seja também o responsável pela Secretaria Regional, a partir da indicação dos centros, como de praxe. Há consenso de que o Conselho Nacional continue sendo a instância política e deliberativa máxima do MNDH, depois da assembléia geral configurada pelo encontro nacional do Movimento.

4. Pesquisa sobre a violência

A Secretaria pede que os Regionais e CDDHs enviem informe para Brasília sobre as razões da não realização da pesquisa sobre a violência. Seguirá carta da sede nacional neste sentido.

5. Vídeo sobre o Movimento

A equipe da Secretaria examinou, em Caxias do Sul, o roteiro e outras providências ligadas ao vídeo. Fez várias sugestões que serão encaminhadas com a maior brevidade possível pelo Secretário de Comunicação ao Centro de Documentação e Memória Popular de Natal.

6. Encaminhamentos para o Encontro de Janeiro

6.1. Normas eleitorais: Os nomes de candidatos para a Secretaria Nacional (áreas de formação, comunicação, violência e cidadania e executiva) serão encaminhados à Comissão Eleitoral até às 16 h do dia 24 de janeiro, por escrito, pelos proponentes. A escolha deverá ser feita através de voto secreto, em urnas, dentro de um processo que será supervisionado e coordenado por uma Comissão Eleitoral. Os candidatos apresentar-se-ão em plenária no dia 25.1 às 14 h. A Comissão Eleitoral ficará encarregada de elaborar as cédulas de votação, dirigir a eleição, contar os votos, anunciar os resultados.

A Secretaria indica ao Conselho para comporem essa Comissão os companheiros Pedro Wilson Guimarães, Roque Grazziotin e José Héder Benatti.

6.2. Reunião do Conselho/Secretaria: A SN propõe ao Conselho que haja reunião conjunta em Brasília, dia 21 de janeiro, às 14 h, na sede da CONTAG e que, deste modo, Conselheiros e Secretários já estejam no DF a partir dessa data, para a definição de detalhes finais do encontro.

6.3. Entrega do Prêmio a Boff: A estatueta já está pronta. Está sendo providenciado folder sobre o prêmio e o significado da escolha de Leonardo. Dermi envia texto. Haverá amplo trabalho de convite para que o evento tenha a maior repercussão possível. A solenidade terá cinco discursos oficiais: do Augustino, de D. Luciano Mendes de Almeida ou D. Celso Queiroz, de uma representante do CONIC, de uma mulher de Comunidade de Base (foi feita a indicação de dona Raimunda, do Tocantim, última pessoa a falar com o padre Josimo, pouco antes de ser assassinado. Ela é também vice-presidente da Federação de Trabalhadores Rurais do Tocantins). Para a parte musical, serão convidados Chico Buarque e/ou Milton Nascimento. Augustino cuidará dos contatos com eles, com apoio de companheiros(as). Dermi será o mestre de cerimônias da solenidade. A Secretaria sugere a mais ampla divulgação possível da escolha.

6.4. Medalhas: A Secretaria sugere que seja suspensa a iniciativa, para que a questão seja mais aprofundada. Não tem



SDS ED.VENANCIO VI S/109-BRASILIA/DF
70302 - 061.225-3337/225-7157(FAX)

3

sentido, por exemplo, a premiação para dentro do Movimento. Questões orçamentárias e financeiras também são obstáculos.

6.5.Divisão de tarefas durante o encontro:

.Coordenação dos trabalhos: Augustino e Marisa (dia 21); Dermi e Feliciano (manhã), Rucelino e Benatti (tarde), dia 22; Magno e Cardoso, Aldenice e Lacerda (dia 23); Gilson e Rosa, Carlinos e Marcelo (dia 24); Pedro Wilson, César e Roque (dia 25); Mariella, Marisa e Benatti (dia 26).

.Acompanhamento especial aos assessores, painelistas e convidados: Valéria, Goiânia.

.Acompanhamento do trabalho da secretaria do encontro: Dermi.

Conselheiros serão também definidos, dia 21.01, para duas outras tarefas: 1.Atenção aos grupos de trabalho; 2.Atenção à dinâmica e à participação. Para cuidar do lazer organizado e que realmente anime todo mundo, são indicados, em princípio: Vilson, Pancotto, Ana e Chico.

Para todos os companheiros e companheiras, um final de ano de paz, amor, coragem e esperança.

Secretaria nacional

Augustino Veit, Dermi Azevedo, José Héder Benatti,
Marisa Formolo.





SDS ED. VENANCIO VI 5/109-BRASILIA/DF
70302 - 061.225-3337/225-7157(FAX)

2

DIA 24.01 - sexta-feira

PERSPECTIVAS DO MOVIMENTO

- 8:00 h - Painei de avaliação dos Programas: lutas, organização, articulação e perspectivas - Secretaria Nacional
- 9:45 h - Intervalo
- 10:00 h - Avaliação e perspectivas do MNDH. Trabalho em grupos, com base nos mesmos parâmetros (lutas, organização, articulação e perspectivas)
- 12:00 h - Almoço
- 14:00 h - Plenária
- 16:00 h - Passeio a Brasília - Opcional
- 20:00 h - Entrega do Prêmio Nacional de Direitos Humanos/1991 ao teólogo Leonardo Boff

DIA 25.01 - sábado

PERSPECTIVAS E PROPOSTAS PARA O MNDH

- 8:00 h - Apresentação da sistematização sobre Avaliação e Perspectivas do MNDH - Debate em plenária
- 10:00 h - Intervalo
- 10:15 h - Discussão em grupo sobre as propostas e perspectivas para o MNDH
- 12:00 h - Almoço
- 14:00 h - Plenária: votação das propostas
- 16:00 h - Intervalo
- 16:30 h - Continuação da plenária
- 19:00 h - Jantar
- 20:30 h - Festa

DIA 26.01 - domingo

ENCAMINHAMENTOS FINAIS

- 9:00 h - Eleição da Secretaria Nacional
- 10:00 h - Encaminhamentos finais: moções e posse da Secretaria Nacional
- 11:00 h - Avaliação do encontro
- 12:00 h - Encerramento





SDS ED. VENANCIO VI 5/109-BRASILIA/DF
70302 - 061.225-3337/225-7157(FAX)

1

PROGRAMA PARA O VII ENCONTRO NACIONAL DO MNDH
21 a 26 de janeiro de 1992 Brasília/DF

DIA 21.01 - terça-feira

- 19:00 h - Credenciamento dos participantes
- 20:00 h - Integração dos participantes com apresentação de aspectos culturais típicos de cada Estado.
Obs.: Cada regional terá 10 minutos para apresentação. Caso necessite de algum recurso, comunicar com antecedência à Secretaria Executiva Nacional.

DIA 22.01 - quarta-feira

AVALIAÇÃO DOS 10 ANOS DO MNDH

- 8:00 h - Abertura Augustino Veit
Apresentação do Programa
- 8:30 h - Avaliação dos 10 anos/síntese Augustino Veit
- 10:00 h - Intervalo
- 10:15 h - Apresentação da pesquisa sobre o MNDH Marisa Formolo
- 12:00 h - Almoço
- 14:00 h - Trabalho em grupos, com base na avaliação dos 10 anos e dos resultados da pesquisa sobre o MNDH
- 16:00 h - Intervalo
- 16:30 h - Plenária
- 18:00 h - Questionamentos sobre os 10 anos do MNDH - Assessores
- 19:00 h - Jantar/Noite livre

DIA 23.01 - quinta-feira

DIREITOS HUMANOS COMO SISTEMA DE VALORES DIANTE DA RELAÇÃO VIDA/VIOLÊNCIA

- 8:00 h - Plenária: Sistematização do dia anterior (avaliação dos 10 anos e pesquisa) Relatores dos grupos
- 10:00 h - Intervalo
- 10:15 h - Painel sobre o tema do dia: primeira parte, Leonardo Boff e Roberto DaMatta*
- 11:15 h - Debates em plenária
- 12:00 h - Almoço
- 14:00 h - Painel sobre o tema do dia: segunda parte - Marilena Chauí* e José Geraldo*
- 15:00 h - Debate em plenária
- 16:00 h - Intervalo
- 16:30 h - Atividade esportiva opcional
- 19:00 h - Jantar
- 20:30 h - Painel sobre o tema "Brasil/1992: perspectivas" - Roberto Aguiar, da UnB, parlamentares e economistas

*Participação a confirmar



SDS ED.VENANCIO VI S/109-BRASILIA/DF
70302 - 061.225-3337/225-7157(FAX)

1.

VII ENCONTRO NACIONAL DO MNDH
"10 ANOS DE LUTA PELO DIREITO À VIDA"
21 A 26 DE JANEIRO/92 - CONTAG: MSPW Q.1 LOTE 2 CONJ.2
Brasília/DF

FICHA DE INSCRIÇÃO

(dos representantes dos CDDHs e Entidades
que fazem parte dos Regionais)

NOME DA ENTIDADE.....

ENDEREÇO.....
(rua, bairro, cep, cidade, uf)

TELEFONE.....FAX.....

NOME DO REPRESENTANTE.....
.....

OBS.: Os Centros e Entidades ligadas ao MNDH deverão devolver as inscrições aos Regionais até o dia 05 de janeiro/92. Os Regionais deverão remeter todas as inscrições à Secretaria, em Brasília, até o dia 10 de janeiro/92, impreterivelmente.



MNDH

MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Brasília, 02 de dezembro de 1991

Companheiros(as)

Estamos encaminhando mais um subsídio ao VII Encontro Nacional a realizar-se nos dias 21 a 26 de janeiro de 1992. Vai junto também a Ficha de Inscrição (Favor observar os prazos) e o programa. Em relação ao programa observem por favor o pedido sobre a apresentação e o prazo para mandar qualquer alteração ou sugestão é dia 10 de janeiro.

Todos devem trazer roupa de cama, toalha e cobertas. O local do Encontro possui quadra de futebol e piscina.

Recomendamos que tragam os trajes necessários para o esporte e banho.

Por último, reiteramos nosso pedido, no sentido de que todos se mantenham em contato constante com as Secretarias Nacional e Regionais em caso de dúvidas ou problemas, que dizem respeito ao nosso Encontro.

Não deixem nada para a última hora, por favor.

Estamos mandando ainda o relatório da reunião do secretariado com uma série de deliberações sobre prêmio, medalhas, etc.



Augustino Veit
Augustino Veit

Secretário Executivo do MNDH

S E M D A T A





PROPOSTA 1

CDH-CDH:	CDH-CDH:	CDH-CDH:	CDH-CDH:	CDH-CDH:	CDH-CDH:	CDH-CDH:
LESTE I RJ/ES	LESTE II MG	SUL I SP	SUL II RS/SC/PR	NORTE I AM/AC/RO/RR	NORTE II PA/MA/AP	NORDESTE AL/BA/CE/PB/ PE/PI/RN/SE
CTO-OESTE GO/MS/MT/ TO/DF						

ASSEMBLÉIA/ENCONTRO NACIONAL
2 em 2 anos

CONSELHO NACIONAL
reuniões 6 em 6 meses

COORD. CONSELHO - 4 em 4 meses c/ SN

SECRETARIADO NACIONAL
4 em 4 meses c/ Coord. Conselho

- Executivo
- Violência e Cidadania
- Comunicação
- Formação

0 Encontro Nacional/Assembléia Nacional compõem-se de 01 representante de cada Centro/Comissão/Entidades de Direitos Humanos

0 Conselho Nacional compõe-se de 02 representantes de cada Regional sendo de 16 pessoas

A Coordenação do Conselho Nacional compõe-se de 3 efetivos e um suplente, eleitos no Cons. Nacional

0 Secretariado Nacional compõe-se de 04 pessoas, responsáveis por: Executiva do MNDH, Eixo do MNDH, Comunicação e Formação, eleitos no Encontro Nacional

Os Regionais estão estruturados com base no nacional, sempre respeitando as especificidades de cada local/região.



PROPOSTA 2

CDH - CDH	CDH - CDH	CDH - CDH	CDH - CDH	CDH - CDH
----	----	----	----	----
NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
AM/RO/AC/RR/AP/PA/TO	MA/PI/CE/RN/PB/PE/AL/SE/BA	GO/MT/MS/DF	MG/ES/RJ/SP	RS/SC/PR
----	----	----	----	----
ASSEMBLÉIA NACIONAL/ENCONTRO - 3 EM 3 ANOS				

CONSELHO NACIONAL - 18 MEMBROS - REUNIÃO ANUAL				

COORDENAÇÃO CONSELHO NACIONAL - 5 MEMBROS - 4 EM 4 MESES C/ SN				

SECRETARIADO NACIONAL - 6 MEMBROS - 4 EM 4 MESES C/ CN				

PROGRAMAS (ASSESSORIA)				
FORMAÇÃO/COMUNICAÇÃO				

Teríamos 5 Regionais - Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul (divisão geográfica oficial brasileira);

Assembléia Nacional/Encontro - de 3 em 3 anos, com a participação de 1 representante de cada entidade;

Conselho Nacional composto por 1 representante de cada Estado da federação, com mais de 5 entidades filiadas ao MNDH, num total de 18 Conselheiros (as), segundo o quadro atual do Movimento, eleitos nos próprios Estados e homologados na Assembléia Nacional/Encontro;

Coordenação do Conselho Nacional composta por 5 representantes eleitos entre os(as) próprios(as) Conselheiros(as);

Secretariado Nacional composto por 5 Secretários(as) Executivas Regionais e 1 Secretário(a) Executivo Nacional, sendo que os(as) Executivos(as) Regionais seriam eleitos(as) nos Regionais e o(a) Secretário(a) Executivo(a) Nacional na Assembléia Nacional/Encontro. Teriam reuniões a cada 4 meses com a Coordenação do Conselho Nacional;

Programas Nacionais: Formação e Comunicação, com caráter de assessoria ao Conselho Nacional e Secretariado Nacional, escolhidos pela Coordenação do Conselho e Secretariado.

PROPOSTA 3

CDH-CDH:	CDH-CDH:	CDH-CDH:	CDH-CDH:	CDH-CDH:	CDH-CDH:	CDH-CDH:
LESTE I: ES/RJ	LESTE II: MG	SUL I: SP	SUL II: RS/PR/SC	NORTE I: AM/AC/ RO/RR	NORTE II: PA/MA	NORDESTE: PE/PB/CE/ RN/SE/AL/ BA
CDH-CDH:	CDH-CDH:	CDH-CDH:	CDH-CDH:	CDH-CDH:	CDH-CDH:	CDH-CDH:
CDH-CDH:	CDH-CDH:	CDH-CDH:	CDH-CDH:	CDH-CDH:	CDH-CDH:	CDH-CDH:

ASSEMBLÉIA NACIONAL
(1 representante de cada entidade filiada)

CONSELHO NACIONAL
(sem no. definido - eleitos(as) nas Assem-
bléias Nacionais)

CONSELHO FISCAL (sem no. definido - elei-
tos(as) Assembléias Nacionais)

SECRETARIADO NACIONAL
(assumido pelos(as) conselheiros nacionais):
- executivo
- formação
- comunicação
- violência e cidadania

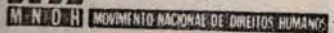
- quanto ao número de regionais permanecem os 8 regionais
- quanto à Assembléia Nacional seria de 3 em 3 anos, com a participação de 01 representante por entidade
- quanto ao Conselho Nacional, o número de membros seria definido na Assembléia Nacional, como também eleitos(as) na mesma
- quanto ao Conselho Fiscal Nacional, o número de membros seria definido na Assembléia Nacional, como também eleitos(as) na mesma
- quanto ao Secretariado, suas funções e cargos seriam assumidos pelo Conselho Nacional





DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL =

[illegible]



DA ORGANIZAÇÃO DO SECRETARIADO NACIONAL:

[illegible]

DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL:

No. DE REGIONAIS	CONSELHO REGIONAL			SECRETARIAS EXECUTIVAS REGIONAIS			PROGRAMAS/COMISSÕES REGIONAIS			ASSEMBLÉIAS REGIONAIS		
	01	02	03	01	02	03	01	02	03	01	02	03
01	de acor-	do c/ a	realida-	de regi-	onal	eleitos	nos re-	gionais				
02												
03												
04												
05												
06												
07												
08												
09												
10												
11												
12												
13												
14												
15												
16												
17												
18												
19												
20												
21												
22												
23												
24												
25												
26												
27												
28												
29												
30												
31												
32												
33												
34												
35												
36												
37												
38												
39												
40												
41												
42												
43												
44												
45												
46												
47												
48												
49												
50												
51												
52												
53												
54												
55												
56												
57												
58												
59												
60												
61												
62												
63												
64												
65												
66												
67												
68												
69												
70												
71												
72												
73												
74												
75												
76												
77												
78												
79												
80												
81												
82												
83												
84												
85												
86												
87												
88												
89												
90												
91												
92												
93												
94												
95												
96												
97												
98												
99												
100												



11. Geopolítica e geografia do MNDH: síntese de propostas apresentadas e/ou levantadas, até agora, sobre este tema, com vistas ao encontro nacional de 1994

A reunião de Brasília refletiu longamente, mais uma vez, sobre o tema da geopolítica e geografia do Movimento, que será objeto de debates e decisões no encontro nacional de 1994. Releu suas propostas iniciais e uma tese recentemente elaborada pelo Regional Nordeste. A partir daí, apresenta uma síntese de propostas apresentadas até agora. O Secretariado esclarece que esta síntese não representa sua própria tomada de posição sobre o tema fundamental da geopolítica e da geografia do Movimento.

Paralelamente, solicita encarecidamente aos demais Regionais que também se aprofundem sobre o assunto e encaminhem suas teses para a sede nacional, com a maior urgência possível.

Introdução

A base do Movimento são as entidades locais. Estas entidades locais articulam-se, em um primeiro momento, em nível estadual e/ou micro-regional. As articulações estaduais convergem, num segundo momento ou simultaneamente, para articulações em nível regional.

11.1 - Da organização regional do Movimento

Quanto à direção regional:

Proposta 1

Atualmente, o MNDH organiza-se regionalmente da seguinte forma:

Norte 1 - Conselho Regional, formado pelos dois representantes junto ao Conselho Nacional, a secretária executiva regional, além de representantes de cada uma das seis microrregiões, totalizando nove conselheiros, todos eleitos pelos participantes das assembleias regionais.

Norte 2 - Conselho Regional, formado pelos dois representantes junto ao Conselho Nacional, a secretária executiva regional e representantes de microrregiões.

Nordeste - Conselho Regional, com tres representantes de entidades eleitas, dos quais dois representam o Regional junto ao Conselho Nacional e um é suplente. Há também um Conselho Fiscal com tres representantes de entidades eleitas nas assembleias regionais.

Centro-Oeste - Conselho Regional, formado pelos dois representantes junto ao Conselho Nacional, a secretária executiva regional, além de um representante de cada Estado que integra o Regional, totalizando oito pessoas.

Leste 1 - Conselho Regional, formado pelos dois representantes junto ao Conselho Nacional, mais um secretário executivo, mais três articuladores do Rio de Janeiro e três do Espírito Santo, totalizando oito pessoas.

Leste 2 - Conselho Regional, formado pelos dois representantes junto ao Conselho Nacional, mais a secretária executiva regional.

Sul 1 - Conselho Regional formado pelos representantes de duas entidades eleitas para representarem o Regional junto ao Conselho Nacional e referendados pela assembleia regional, além dos quatro coordenadores das subcomissões temáticas de racismo e discriminação, moradia, criança e adolescente e violência policial e carcerária.

Sul 2 - Conselho Regional, formado pelos representantes de duas entidades eleitas para representarem o Regional junto ao Conselho Nacional, além do secretário executivo regional e representantes dos Programas de Formação e Comunicação nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, totalizando nove pessoas.

Proposta 2

Uma proposta alternativa seria estender a todos os Regionais o modelo do Regional Nordeste (três entidades eleitas para o Conselho Regional, das quais duas representam o Regional junto ao CN e uma é suplente) e das quais uma é também escolhida para sediar a Secretaria Executiva Regional.

Quanto à Secretaria Executiva Regional:

Proposta 1

Norte 1 - Secretária Executiva em Porto Velho (RO), eleita pela assembleia regional.

Norte 2 - Secretária Executiva em Caxias (MA), também eleita.

Nordeste - Entidade eleita entre as três escolhidas pela assembleia regional para o Conselho Regional. Esta entidade sedia a secretaria executiva regional.



Leste 1 - Secretária Executiva em Belo Horizonte, eleita.

Leste 2 - Secretário Executivo em Serra (ES). Eleito.

Sul 1 - Secretária Executiva em São Paulo. Eleita.

Sul 2 - Secretário Executivo em Caxias do Sul (RS). Eleito.

Centro-Oeste - Secretário Executivo em Goiânia-GO. Eleito.

Proposta 2

Uma proposta alternativa (cf.Regional NE), é a de uma das três entidades do Conselho Regional sediar e ser a Secretaria Executiva Regional.

Quanto à composição geográfica dos Regionais:

Proposta 1

Atualmente:

Norte 1 (AM, AC, RR e RO).

Norte 2 (PA, AP e MA).

Nordeste (PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE e BA).

Leste 1 (RJ e ES).

Leste 2 (MG).

Centro-Oeste (GO, MS, MT, DF e TO).

Sul 1 (SP).

Sul 2 (PR, SC e RS).

Proposta 2

Alternativa conforme proposta 2 da coordenação do CN/SN, prevendo a redução de oito para cinco regionais, com esta composição:





Norte (AM, RO, AC, RR, AP, PA e TO).
Nordeste (MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE e BA).
Centro-Oeste (MS, MT, GO e DF).
Sudeste (MG, ES, RJ e SP).
Sul (PR, SC e RS).

No caso de aprovada a proposta de redução dos oito Regionais para cinco, a representação dos Regionais Junto ao Conselho Nacional seria alterada. Atualmente, cada Regional tem dois conselheiros nacionais, totalizando 16. Nessa outra proposta, uma possibilidade seria a de se exigir que cada Estado tenha um mínimo de cinco entidades filiadas para um conselheiro nacional. Se não tiver, soma-se às entidades do Estado vizinho.

Nessa hipótese, uma configuração da representação dos Regionais Junto ao CN poderia ser a seguinte:

Amazonas e Roraima - 1.
Acre e Rondonia - 1.
Sergipe e Bahia - 1.
Ceará e Rio Grande do Norte - 1.
Maranhão - 1.
Distrito Federal - 1.
Espírito Santo - 1.
Goiás - 1.
Minas Gerais - 1.
Mato Grosso e Mato Grosso do Sul - 1.
Pará - 1.
Paraíba - 1.
Pernambuco - 1.
Santa Catarina e Paraná - 1.
Rio Grande do Sul - 1.
São Paulo - 1.
Tocantins - 1.

11.2 - Da Direção Nacional do MNDH:

Conselho Nacional:

Proposta 1

Coordenação do CN/SN - manter o modelo atual; 16 conselheiros (2 por Regional) com a atribuição de ser a principal instância política do Movimento, depois da assembleia geral (encontro nacional).

Proposta 2

Coordenação do CN/SN: 1 conselheiro por Estado em que o Movimento estiver organizado, eleito pelas entidades articuladas estadualmente, com base numa proporção de 1 conselheiro para o mínimo de 5 entidades filiadas por Estado. Em caso contrário, um Estado se somaria ao Estado vizinho. Conforme o item anterior, este Conselho seria formado por 18 conselheiros.

Proposta 3

Um número X de conselheiros nacionais, eleitos nas assembleias nacionais e não mais nas assembleias regionais. Cf. espírito da proposta do Nordeste.

11.3 - Da Coordenação do Conselho

Proposta 1

A coordenação do conselho seria mantida como está atualmente, 3 efetivos e 1 suplente, eleitos pelo próprio conselho.

Proposta 2

A coordenação do conselho seria composta por 5 membros eleitos no próprio conselho.

11.4 - Reuniões do Conselho

Proposta 1

As reuniões do conselho seriam realizadas como hoje, duas vezes ao ano.

Proposta 2

As reuniões do conselho ocorreria uma vez por ano.

11.5 - Secretariado Nacional:

Composição e Atribuições

Proposta 1





Quatro secretários nacionais, dos quais dois liberados em Brasília - um deles secretário(a) executivo(a) - e dois semi-liberados, noutros Estados. Os quatro secretários dividiriam essas tarefas: 1/Secretaria Executiva Nacional, 2/Programa de Formação, 3/Programa de Comunicação e 4/Violência e Cidadania.

Proposta 2

Cinco secretários(as) executivos(as) regionais, mais um(a) secretário(a) executivo(a) nacional liberado em Brasília.

Proposta 3

Conselho Nacional assumiria as funções e cargos do Secretariado Nacional.

Forma de Escolha

Proposta 1

Atual: eleitos pela assembléia nacional.

Proposta 2

Eleitos em assembleias regionais (na hipótese de serem cinco grandes regionais, em vez de oito, como hoje). O sexto secretário(a) seria eleito(a) na assembleia nacional.

Proposta 3

Eleitos em Assembleias nacionais.

Forma de Trabalho

Proposta 1, 2 e 3

Quatro reuniões por ano, com a participação de representante(s) da Coordenação do CN. Forma atual.

Atribuição Central Básica

Proposta 1 e 2

Instância executiva e política, subordinada ao CN, com papéis diferenciados internos e gestão coletiva.

Proposta 3

Instância executiva e política, assumida pelo CN.

11.6 Coordenação de programas e projetos especiais do Movimento

Proposta 1

Os Programas de Formação, Comunicação e Violência e Cidadania continuariam sendo assumidos pelo SN. O SN assumiria também colegiadamente a gestão dos projetos especiais (Banco de Dados, comissões temáticas etc.).

Proposta 2

Os atuais programas continuariam, mas assumidos por assessores, escolhidos pela Coordenação do CN e SN.

Proposta 3

Os Programas de Formação, Comunicação e Violência e Cidadania continuariam sendo assumidos pelo SN. O SN assumiria também colegiadamente a gestão dos projetos especiais (Banco de Dados, comissões temáticas etc.).

11.7 - Periodicidade de assembléias

Nacionais

Proposta 1

De dois anos, como agora.

Proposta 2 e 3

De três em três anos.

Regionais

Proposta 1 e 3

De acordo com a dinâmica interna dos Regionais (anuais ou de 2 em 2 anos)

Proposta 2

De três em três anos

Conselho Nacional

Proposta 1





Duas vezes por ano.

Proposta 2

Uma vez por ano.

Secretariado Nacional

Proposta 1, 2 e 3

Quatro vezes por ano.

11.8 - Da sustentação financeira do Movimento

Proposta 1

Manter como está. Cada instância cuida da captação e gestão de seus recursos financeiros. A CESE apóia as instâncias nacional e regionais.

Proposta 2

Definir na assembleia nacional uma colaboração financeira das entidades filiadas para o Movimento Nacional. Desta contribuição anual, 40% ficariam para as despesas regionais e 60% seriam destinados às despesas em nível nacional. As entidades filiadas que deixarem de pagar sua contribuição durante dois anos seguidos, deixariam de ter direito a voto nas instâncias nacionais.



PROPOSTA DA COMISSÃO DE APOIO PARA CARTA DE PRINCÍPIOS

A luta pelos Direitos Humanos começou no Brasil com o nosso próprio descobrimento. Afinal, que outro sentido pode ter a dramática resistência das nações indígenas contra o colonizador e seus aliados? E depois, que sentido real expressam os quilombos senão a expressão viva da liberdade pela mão do negro que escravo se a firma homem? A conquista dos direitos humanos é a própria luta dos empobrecidos e marginalizados.

Face a essa realidade reafirmamos nosso propósito de sermos um serviço à vida, caminhando de mãos dadas com as organizações comunitárias, populares e sindicais.

A concepção do movimento não se limita apenas com a visão liberal e afirma que os direitos humanos são fundamentalmente os direitos das maiorias exploradas a partir da ótica dessas maiorias. Por isso o movimento centraliza sua visão, ação e compromisso com os espoliados em seus direitos, porque a nova sociedade exige emancipação econômica, justiça social, liberdade política e cultural dos oprimidos.

Para implementar integralmente seus compromissos, o MNDH norteia-se pelos seguintes princípios:

1. Defender intransigentemente os direitos humanos em qualquer circunstância de violação, indo até às últimas consequências para que os violadores sejam punidos;
2. Resgatar, respeitar e apoiar todas as organizações de pessoas discriminadas por confissão religiosa, partido político, sexo, cor, cultura condição econômica e ideológica que na sua prática explicitam a ruptura com as estruturas sociais de exploração e dominação.
3. Respeitar a autonomia dos movimentos populares, transcender os interesses partidários, admitindo a pluralidade de opiniões, desde que não firam sua opção fundamental, que é o compromisso com os oprimidos.
4. Ter claro o seu papel, suas limitações e suas potencialidades, sua identidade e não deixar-se instrumentalizar pelos partidos políticos e instituições religiosas e governamentais. Pois a luta pelos direitos ultrapassa os interesses partidários e confessionais.
5. É obrigação do movimento estimular a organização do povo para que se conscientize da sua situação de opressão, descubra formas para conquistar seus direitos e defender-se das arbitrariedades.

Sentimo-nos coesos e nos comprometemos com a construção do NOVO MUNDO, já embrionário nas contradições do presente, e que será digna morada para o HOMEM NOVO.

1 9 8 6



MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DE DIREITOS HUMANOS - M.N.D.D.H.
COMISSÃO NACIONAL

I REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL DO MOVIMENTO DE DEFESA
DOS DIREITOS HUMANOS - OLINDA/PE.

27/01/86

RESOLUÇÕES:

1. O nome da Entidade Nacional é MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS e sua sigla é M.N.D.D.H.
2. À Comissão Nacional caberá o papel de articulação e representação do M.N.D.D.H., sendo esta limitada a consulta da maioria dos Regionais de Direitos Humanos.
3. A Comissão Nacional é composta por um representante de cada Regional (na atualidade são oito Regionais), podendo ser substituído a qualquer momento a critério do respectivo Regional,
4. Cada Regional tem um representante e um suplente.
5. A sede do M.N.D.D.H. é móvel acompanhando a sede do próximo encontro. Assim a sede será em Goiânia, no período de 1986/1988.
6. O M.N.D.D.H. manifestará publicamente em sua sede junto aos meios de comunicação social, ouvida a Comissão Nacional e o Regional onde fatos/acontecimentos justificarem em face de violação dos Direitos Humanos.
7. A Comissão Nacional proporá e ajudará a realização de estudos e aprofundamentos sobre temas de Direitos Humanos, principalmente aqueles relativos à reforma agrária, saúde, educação etc.
8. O M.N.D.D.H. será oficialmente representado pelo Regional/Sede e Comissão Nacional.
9. A Comissão Nacional será mantida por verba destinada ao SIN até julho de 1986.
10. Decidiu-se pela necessidade de se criar uma Secretaria Jurídica para o M.N.D.D.H.

11. Foi deliberado a criação, quando necessário, de Secretarias/serviços, ^{criados pelo} como o SIN ^{que terá direito à voz nas Reuniões da} ~~Com. Nac. quando convocados.~~

12. O SIN continuará de posse do arquivo histórico do M.N.D.D.H. Ficou decidido que cada Regional, na medida do possível, organizará e manterá um arquivo histórico.

13. À Comissão Nacional caberá elaborar a pauta do próximo Encontro Nacional.

14. O próximo Encontro Nacional será em Goiânia, em janeiro de 1988.

15. Ao Regional sede caberá a elaboração das pautas de reuniões da Comissão Nacional.

16. O Regional/Sede manterá um arquivo com a finalidade de ajudar na organização do V Encontro Nacional de Direitos Humanos.

17. Ao Regional/Sede caberá a organização da infraestrutura do próximo Encontro Nacional.

18. O Serviço de Intercâmbio Nacional - SIN, continuará com suas funções de serviço de intercâmbio, em Petrópolis - RJ.

19. Todos os Regionais de Direitos Humanos que quizerem ajuda da CESE deverão mandar projetos até o dia 15/03/86.

20. Ficam mantidos os Encontros Inter-Regionais. O III Encontro Inter-Regional será realizado em Minas Gerais, de 06 a 08 de março de 1987. Caberá ao Regional Leste II juntamente com a Comissão Nacional sua organização. Participam um representante por cada Estado, mais dois por cada Regional, sendo o Coordenador de cada Regional membro nato (membro da C.N/M.N.D.D.H.), ^{mais um representante de cada secretaria e/ou serviço.}

21. Os Encontros Inter-Regionais são de natureza consultiva.

22. A próxima reunião ficou marcada para o dia 20/03/86, em Goiânia.



MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DE DIREITOS HUMANOS - M.N.D.D.H.
COMISSÃO NACIONAL

II REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL DO MOVIMENTO DE DEFESA
DOS DIREITOS HUMANOS

INTRODUÇÃO

Este relatório visa apresentar, sucintamente, as discussões e deliberações da II Reunião da Comissão Nacional do Movimento de Defesa dos Direitos Humanos, ocorrido nesta Capital, no dia 20 de março do corrente ano. Participaram desta reunião:

Regional Sul I - Luiz Carlos Sniderle
Regional Sul II - Augustino Veit
Regional Leste I - Sada B. David
Regional Leste II - José Antônio Rodrigues Dias
Regional Norte II - Izabel Marques Tavares da Cunha
Regional Nordeste - Marcos Antônio Colares
Regional Centro-Oeste - Pedro Wilson Guimarães
SIN - Márcia Miranda

Sendo discutidos os seguintes pontos de pauta:

- I - Avaliação do IV Encontro Nacional - Olinda/PE
- II - Atribuições da Comissão
- III - Projeto CESE
- IV - Programação das próximas reuniões
- V - Outros assuntos de interesse da Comissão

I - AVALIAÇÃO DO IV ENCONTRO NACIONAL - OLINDA/PE.

Pontos Positivos:

- Crescimento dos Regionais e ação mais integrada;
- Maior seriedade;
- Melhor organização;
- Maior participação graças ao Encontro Inter-Regional em Goiânia/85;
- Regional Leste I com boa preparação e posicionamento mais integrado;
- Local bom;
- Boa atuação do assessor;

- Lazer muito bom;
- Visualização da realidade nacional;
- Plenária sem posições fechadas;
- Infra-estrutura boa.

Pontos Negativos:

- Frustração quanto ao tema Constituinte;
- Não houve maior aproveitamento nas Assembléias;
- Falta de maior preparação dos Regionais;
- Insegurança da mesa na condução dos trabalhos;
- Pouco tempo para trabalho em grupo;
- Falta de discussão sobre Conjuntura;
- Os Coordenadores dos Regionais se abstiveram de ficar à mesa, delegando esta função à pessoas inexperientes, gerando a desarticulação da mesa e sua insegurança;
- A secretaria não devolveu à plenária as questões discutidas anteriormente;
- Elementos agitadores na plenária;
- Não houve reembolso das despesas de transporte das pessoas que não utilizaram o avião;
- Gastos excessivos com o frete de um avião;
- Pessoas não aprovadas por seu regional participaram via GAJOP;
- Não participação do SIN nos grupos e plenárias, gerada pela falta de segurança e clareza do aspecto político do Movimento do Encontro.

SUGESTÕES:

- Manter a dinâmica do IV Encontro com relação aos pontos polêmicos;
- Maior controle dos delegados, por parte dos Regionais;
- Que cada Regional argue com as despesas de ^{passagens} seus delegados;
- Possibilitar a participação de outras pessoas interessadas, além dos delegados, desde que custeem suas despesas;
- Maior tempo para discussão em grupos;
- Aprofundar os temas políticos no início do Encontro e os internos no final;
- A secretaria deverá fazer um feed-back;
- Revisão do critério de escolha dos delegados - 1 por Centro;

- Colocar o nome da cidade de origem do delegado no crachã.

II - ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO NACIONAL

A Comissão Nacional ~~para~~ ao posicionar-se
- O Coordenador do Regional Centro-Oeste, ao posicionar-se em nome da Comissão do M.N.D.D.H., através de notas, etc. o fará mediante consulta de ^{pelos menos} metade mais um dos Regionais. ^{dos} Nesta deverá constar o nome destes Regionais.

- A Sede ^{operacional} financeira do M.N.D.D.H. permanecerá no período de dois (2) anos, vinculado ao nome do Instituto Brasil Central que conta com os requisitos legais e esta localiza do em Goiânia.

- O M.N.D.D.H. se fará presente em eventos Nacionais, adotando o critério de localização.

- O Movimento deverá buscar espaço junto ao Conselho Nacional de Defesa da Pessoa Humana, mantendo sua autonomia.

- Deverá ser feita uma consulta sobre temas aos Regionais, antes de se iniciar campanhas eventuais ou permanentes ou dossiês, em nome do Movimento.

- Sugere-se que: com a aprovação do Projeto sobre o Mutirão Contra a Violência - solicitado pelo Pará ao Governo Federal, que os Regionais produzam dossiês sobre o tema violência.

- O SIN, passa a ser denominado de Boletim Nacional do Movimento de Defesa dos Direitos Humanos. Seu conteúdo ^(40 editorial 80 linhas máximo inf.) será assumido a cada dois (2) meses por um Regional.

- A Comissão deverá orientar os Regionais para que estes tenham conhecimento de quando e o que mandar para o Boletim Nacional, visando o seu aperfeiçoamento.

- O ^{SIN} Boletim Nacional fará uma coletânea das notícias sobre Direitos Humanos que saírem nos folhetos do IBASE e da AGEN e repassará aos Regionais.

- O SIN repassará ao AGEN e IBASE as notícias do MNDH.

III - PROJETO DA CESE

Aprovado com retificações de rubrica.

IV - PROGRAMAÇÃO DAS PRÓXIMAS REUNIÕES

1 - Próxima reunião 14 e 15 de junho/86, em Brasília ou Petrópolis - início às 08:00 hs., dia 14 e término às 12:00 hs., dia 15.

2 - Quarta reunião 27 e 28 de setembro - local a definir.

3 - Quinta reunião 13 e 14 de dezembro - local a definir.

A Comissão se reunirá cinco (5) vezes ao ano.

V - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DA COMISSÃO

1 - Encontro Inter-Regional dias 06, 07 e 08 de março de 1987, em Minas Gerais, sede a ser definida.

2 - Regional Sul II - Em Ponta Grossa ocorreu a posse da Coordenação do Regional - Marly.

- Encontro marcado para os dias 20 e 21 de abril de 1986.

- Em Santa Rosa e Ijuí foram fundados 2 Centros de Direitos Humanos.

- Existe a proposta de se discutir a questão dos Direitos Humanos nas Universidades e Escolas, nas disciplinas de Moral e Cívica e OSPB.

3 - Regional Nordeste - ocorrerá o Encontro Regional em maio/86.

4 - Regional Sul I - Reunião de Avaliação do IV Encontro Nacional no dia 12 de abril de 1986.

5 - Solicitação ao SIN: avaliar o pessoal e uso do computador em conjunto com os Regionais Leste II e Sul I.

6 - Autorizado contado da Comissão através do Regional sede com o INESC e ILDH.

7 - Assinatura de cada Regional de publicações do IBASE.

8 - O SIN fará projeto a CESE de 5.000 mil dólares, para o primeiro semestre de 1986. Haverá ressarcimento de passagens da segunda reunião com esta verba.

9 - Manifestações em favor da reabertura da Rádio Nove de Julho de São Paulo/SP.

10 - Manifestações de protesto contra as ameaças do Presidente dos EUA, Ronald Reagan, à Nicarágua.

- Atentado em Juiz de Fora

- Contra a entrada no Brasil de torturadores do Haiti

11 - Aprovada a participação da Comissão Nacional, como organismo fundador da Agência Ecumênica de Notícias - AGEN/SP, recomendado a assinatura do seu boletim e envio de notícias.

12 - A Comissão Nacional apoiará o pedido da Regional Nordeste, sobre as despesas do IV Encontro Nacional.

13 - O relatório da I Reunião da Comissão não foi enviado por ter sido o mesmo extraviado em Olinda. O mesmo já foi reproduzido.

RELATÓRIO DA IIIª REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL DO MOVIMENTONACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS -Petrópolis -RJ

14 a 15 de junho de 1986

Presentes: Marcos Antonio Paiva Colares pelo Regional Nordeste

Luiz Carlos Smiderle.....	"	"	Sul I
Marly Ivete Bonato.....	"	"	Sul II
substituta de Augustino que não pode comparecer			
Izabel Marques Tavares da Cunha	"	"	Norte II
Roberto Garcia de Andrade.....	"	"	Norte I
Pedro Wilson Guimarães.....	"	"	C.Oeste
Sadat Baroud David.....	"	"	Leste I
José Antonio Rodrigues Dias.....	"	"	Leste II
Dulce Bastos.....	"	"	SIN

Convidados especiais: Maria de Fátima Pereira Nascimento representan
te da CESE
Waldemar de Oliveira Neto (Maneto) representan
te do Gajop.

Marga participou na parte da manhã do dia 14.

Apresentada a proposta do horário e da pauta para a IIIª reunião. Após a aprovação passou-se para:

1-INFORMES GERAIS

1.1 O Regional Norte I está sendo representado por Roberto Garcia de Andrade, recentemente escolhido para ser o representante na Comissão Nacional.

Será realizado um encontro nos dias 1-2-3 de agosto na perspectiva de motivar a caminhada. Subsídios para estudo: Reforma Agrária, Constituinte, Pacote Econômico e Solo Urbano. Parte do encontro será dedicado a organização do regional e a formação de quadros. O Centro de Defesa de Rio Branco está passando por uma reestruturação; duas pessoas poderão ser liberadas para o trabalho.

1.2 O Regional Leste II fará seu encontro, para definir a sede do I^{nter}regional, nos dias 6 e 7 de julho de 1986. Foram relatados alguns trabalhos realizados pelos Centros, relativos à luta da Constituinte, Reforma Agrária, Acampamentos, etc. Foi também chamada a atenção para a prudência, no sentido de não se permitir a interferência de partidos políticos na Entidades de D.Hs, a fim de que elas não se tornem " braços " destes partidos, o que, certamente motiva crises. Foi comunicada ainda a troca de diretoria do CDDH da Arquidiocese de Juiz de Fora, responsável atualmente pela sede do Regional Leste II.

1.3 O Nordeste realizou seu 2º encontro com a finalidade de fazer uma avaliação do último encontro regional e do nacional. Os temas refletidos foram: Constituinte e Reforma Agrária. Tratou-se da questão das barragens por ser um problema comum no Nordeste.

Criada uma secretaria de assuntos jurídicos a nível regional com a função de veicular a jurisprudência e também programar um encontro de estudos jurídicos. O Gajop ficou responsável por esta secretaria. Foram eleitos os representantes de cada Estado do Nordeste. Sergipe E Alagoas não estão integrados no Regional. Piauí será reanimado. A secretaria do Regional ficou em Natal a cargo de Tertuliano Pinheiro. O suplente na C.N. é José Lacerda da Paraíba.

1.4 Leste I Vitória realizou um encontro estadual e Rio em agosto realizará também um encontro a nível de Estado. O Estado do Rio, passa por certa crise. Muitos Centros começaram e não foram em frente. A coordenação fez uma reunião para pensar no encontro Estadual e algumas perguntas surgiram na reflexão: "O que significa defender os D.Hs hoje? Quais os rostos que devem ter os trabalhos de D.Hs hoje?" Essas perguntas serão aprofundadas pelo Regional. A suplência na C.N. está a cargo de Antonio Cesar Penedo, pertencente ao Estado do Espírito Santo.

Dificuldades: não há pessoas liberadas. Há preocupação com o Rio. Está difícil a organização naquela cidade.

A CESE analisou o projeto do Regional e vai aprová-lo.

1.5 No Regional Sul I os encontros continuam se realizando mensal, trimestral e um anual (que é o estadual). O trimestral está acontecendo neste fim de semana com temas sobre a Reforma Agrária. Continua uma pessoa liberada para o Regional. Foram criados mais dois centros. Foi lido pelo representante do Regional um relatório bastante completo sobre a avaliação do IV encontro Nacional. O regional Sul I apresentou a proposta de elaboração de uma cartilha de Direitos Humanos.

1.6 O Regional Sul II apresentou a realidade da Reforma Agrária: inúmeras áreas destinadas à Reforma Agrária e há demora para a desapropriação e assentamentos dos Sem Terra. Há 22 acampamentos no Estado do Paraná e o Governador põe pessoas de secretarias a fim de desarticular o pessoal acampado. No Rio Grande do Sul (Fazenda Anoni) 300 homens estão em marcha da Fazenda até Porto Alegre. A data prevista para a chegada é dia 23 do corrente. Em cada cidade por onde passam fazem manifestações nas praças. Chegando em Porto Alegre, haverá uma grande concentração e acampamento para pressionar o Governo a solucionar ou desapropriar as terras.

Foi decidido nos encontros Estaduais que se deve apagar candidatos que saiam ou sejam de confiança do meio popular; que eles levem as nossas propostas (que são as dos trabalhadores) para a Assembleia Constituinte.

1.7 O Regional Centro Oeste depara com as questões da violência, da terra e o surgimento da UDR. A grande imprensa boicota as denúncias relativas aos D.Hs. A situação dos brasiguaios é dramática. Foi relatado o testemunho do P. Josimo, e a previsão é de que o trabalho da Igreja caia um pouco devido às substituições.

Há também apoio às lutas nas cidades, principalmente aos professores e aos posseiros urbanos. O Regional está se preparando para o 5º encontro regional nos dias 11-12-13 de setembro; os subsídios para estudo e reflexão serão: Violência, Reforma Agrária e Constituinte. Atualmente o Regional está apoiando a criação do Centro de Rondonópolis.

1.8 No Regional Norte II a situação de violência é gritante. Mais da metade dos mortos nos conflitos é do Pará e a seguir do MA. Aqui foi feita a seguinte consideração: "na ditadura o inimigo estava sendo sentido, hoje ele está disfarçado. Interessa humanizar o capitalismo. A grande massa não está tendo chance de fazer uma leitura crítica. A própria Igreja não está conseguindo"...

São presentes as brigas internas do PT (tendências) dificultando o trabalho. Houve tentativa por parte deles de boicotar o Tribunal da Terra.

O Tribunal da terra serviu para levantar o ânimo. A imprensa local deu toda a cobertura.

Algumas dificuldades do Regional: as distâncias

.o trabalho de militância não é fácil

.o pessoal é quase todo novo.

Nos dias 10 e 11 de junho realizou-se um seminário sobre Reforma Agrária para lideranças e um debate aberto para os interessados.

Observação: Isa fez a seguinte complementação por escrito:

a) Foi iniciado contato com Macapá para começar um trabalho de D.Hs.

b) O Encontro do Regional será em S. Luis nos dias 29, 30, 31 de agosto.

c) Propostas: Articulação entre PA/MA/GO

Marcar reunião em Imperatriz para Agosto

Cartilha "Quem é Quem"

Candidatos UDR/ Partidos

Cartaz: P R O C U R A D O S

pistoleiros e mandantes com prisão preventiva decretada.

d) Dias 10-11-12-13 de julho: jejum e debate em Bacabal/S. Luis

Dia 11 de julho: dia para todo o mundo fazer a vigília

Dia 13 de julho: Celebração com todos os bispos

e) Abaixo assinado contra violências organizado pela CPT/MA.

1.9 A representante do SIN fez o informe sobre o computador. A 1ª parcela enviada pelo Ministério não dá para fazer a licitação e a compra do equipamento. Foram escritas duas cartas ao Ministério solicitando a entrega da 2ª parcela, e ainda não veio nenhum comunicado. De acordo com informações extra oficiais os convênios aprovados e publicados no D.C. da União até 28 de fevereiro de 86 seriam cumpridos na íntegra.

Foi comunicada a saída de Rui Monteiro da equipe do SIN.

Alguns representantes presentes à reunião se referiram à nova apresentação dos memorandos: "a diagramação está agora bem melhor."

O SIN dispõe de boa quantidade de livros "ROMA LOCUTA" sobre o caso Boff. Poderá fornecer exemplares aos regionais.

1.10 Maneto informou que o ILZA, tem especial interesse em colaborar com o Nordeste e com o SIN em geral. Está disposto a ajudar com projetos que atendam a serviços legais. O Regional Nordeste já fez alguns contatos com o ILZA. Fernando Rojas virá ao Brasil e deseja fazer contatos diretos com a Sede do Movimento, com o SIN e com Recife.

2-III ENCONTRO INTER REGIONAL

2.1 Sugestão de pauta: A articulação Nacional e Regional do Movimento. Temática: A Constituinte (reflexão sobre a prática dos grupos em relação à Constituinte e a questão da instalação da Assembléia)

2.2 Organização: Está a cargo do Regional Leste II: orçamento, secretaria, contatos a nível de regionais, local, alojamento, etc.

2.3 Opinião sobre o local: A C. Nacional estabeleceu assim o critério de escolha da cidade: 1º Belo Horizonte
2º Juiz de Fora
3º Viçosa

2.4 Financiamento: A CESE ajudará através do projeto feito pela C. Nacional. As despesas das passagens ficarão a cargo dos regionais, caso eles tenham dificuldades de assumir devem trazer para a próxima reunião da Comissão Nacional.

2.5 Nº de participantes: Ficou a resolução nº 20 da 1ª reunião acrescentando-se no final: "mais um representante de cada secretaria ou serviço."

3-ATIVIDADES DA COMISSÃO NACIONAL

3.1 Revisão dos dois primeiros relatórios da C. Nacional. Foram feitos alguns acréscimos: 1ª reunião - A resolução nº 11 ficou substituída pela seguinte redação: "As secretarias e os serviços criados pelo Movimento ou pela Comissão Nacional terão direito a voz nas reuniões da C. Nacional."

A resolução nº 20 (após membro nato da C.N.M.N.D.H)... acrescentou-se o seguinte: "...mais um representante de cada secretaria ou serviço."

2ª reunião: Na relação das atribuições, o item que se refere ao posicionamento em nome da Comissão ficou elaborado assim: "O coordenador do Regional Centro Oeste ao posicionar-se em nome da Comissão do M.N.D.D. H, através de notas, etc, o fará mediante consulta de metade mais um dos Regionais. Nesta deverá constar o nome de todos os Regionais."

Com a revisão dessa atribuição decidiu-se que para pronunciamentos e comunicações da Comissão Nacional será utilizada folha timbrada com o nome e endereço dos Regionais.

A Sede se encarregará de mandar confeccionar as folhas e encaminhará certa quantia para cada representante de Regional e para o SIN.

O último item relativo às atribuições formuladas na 2ª reunião, ficou esclarecido assim: "Notícias mais densas (como dossiês e relatórios) que chegam ao SIN poderão ser encaminhados para AGEN, IBASE, INESC, etc, como subsídios."

3.2 Finanças

Pedro Wilson comentou o plano para 86/87 encaminhado

à CESE em 02 de abril, e enviada a cada representante do Regional e ao SIN.

3.3 Débito do Movimento

Maneto apresentou o débito do Movimento para com o Gajop relativo ao IV Encontro Nacional: 258.349.76 (duzentos e cinquenta e oito mil, trezentos e quarenta e nove cruzados e setenta e seis centavos)

3.4 Informações da CESE

3.4.1 As 6 propostas dos Regionais apresentadas à CESE foram aprovadas. Em agosto os Agentes financeiros darão a confirmação. Para Norte I e Leste II, que não tinham feito o pedido foi reservado a mesma quantia anterior.

3.4.2 A CESE solicita aos Regionais, que nos relatórios apresenta dos falem das práticas concretas dos grupos (fatos, dados, situações, fotografia, etc) tudo isso é importante para Agências financiadoras.

3.4.3 A CESE tem apoiado a articulação tanto a nível nacional (encontros) como a nível regional e ao SIN. Com a criação da Comissão Nacional passará a ajudar ao SIN com 20.000 dólares e à C. Nacional com 25.000 dólares. Os 25.000 dólares destinados à C. Nacional poderão ser remanejados dentro do plano 86/87.

3.4.4 A CESE contribuiu com 5.000 dólares como ajuda inicial para a instalação da C. Nacional, sendo que o valor de 3.000 dólares será destinado para cobrir parte do deficit do IV E. Nacional.

3.4.5 Para ajudar pagar o deficit, a CESE poderá fazer um empréstimo, desde que haja compromisso de ser reposto pelo Movimento até o final do ano.

3.5 Reposição do deficit do IV Encontro Nacional

A reposição do deficit será feito com:

- a ajuda da CESE vinte e um
- cada Regional contribuirá com 21.000 (mil cruzados)
- a contribuição do SIN relativa ao saldo de Caixa referente ao período que finda o plano 85/86
- venda de livro "ROMA LOCUTA" pelos Regionais
- Confecção e venda de 2.000 cartazes (dois tipos) em forma de campanha.

Observação: O mais rápido possível Sadat entrará em contato com Claudius e o SIN com o Henfil para solicitação da arte final.

Sugestão: Terra e violência. Deve constar no cartaz o nome do Movimento.

O SIN poderá divulgar em algumas de suas correspondências a notícia da campanha e colocar um esclarecimento, que a campanha é uma medida com a finalidade de ajudar a pagar o deficit do Encontro e ao mesmo tempo divulgar o Movimento. Todos os Regionais receberão 200 cartazes.

A campanha Nacional para aquisição de fundos e divulgação do Movimento irá continuar através de cartões, broches, camisetas, adesivos, etc.

3.6 Contatos com outras Agências e Entidades

3.6.1 Foi lida a carta encaminhada ao Movimento pela Diakonia.

3.6.2 Apresentada a carta do Inesc com os objetivos de trabalho.

3.6.3 A Sociedade Internacional de Defesa dos D.Hs quer receber o material do Movimento.

3.6.4 Houve contato com o Programa de Internâmbio de D.Hs com a Sede em Washington. Financia bolsas para pessoas que trabalham em instâncias não governamentais. Atua com Entidades que desejam receber pessoas para trabalho ou pessoas que interessam fazer estágios em outros países. Os interessados nos detalhes dessa informação leiam carta dessa Entidade dirigida ao C. Luiz Freire em 23 de maio de 86.

3.6.5 A CESE apresentou a proposta de tentar articulação com Entidades de D.Hs da América Latina. No Perú existe a Assembléia Permanente de D.Hs; no Equador duas entidades nacionais; e um trabalho forte no Chile, desenvolvido pela Igreja. A CESE vai enviar os endereços para contatos ao SIN e à C. Nacional.

3.6.6 Em relação à AGEN é importante que o Movimento lhe dê apoio informando em algumas de nossas correspondências sobre a proposta de assinatura de seu boletim.

3.7 Avaliação do Boletim

Das várias considerações que a C. Nacional apresentou resgatou-se o seguinte:

3.7.1 Mais notícias nacionais, ex: Encontro de diversas entidades

3.7.2 Acompanhamento das notícias (continuidade na apuração de notícias já divulgadas, por números anteriores do Boletim.)

3.7.3 Colocar nomes dos componentes da Comissão Nacional no expediente do Boletim.

3.7.4 Fazer balanço de como está o movimento de denúncias do SIN

3.7.5 Boletim muito eclesial (muitas notícias de Igreja). Deveria haver mais notícias sobre movimentos dos trabalhadores e sobre a política do país.

3.7.6 Abordar mais a luta da América Central e África do Sul.

3.7.7 Boletim ser mais amplo no sentido de divulgação (pedido de envio de fichas de assinaturas do boletim; atingir camada maior da população.)

3.7.8 Fazer boletim em papel jornal com edição mais ampla, mais popular. Isto pode ser uma grande arma para o Movimento.

3.7.9 Colocar notícias dos memorandos no Boletim.

3.7.10 Fazer uma seção para Entidades de Direitos Humanos (ter sempre nos ns dos boletins uma pequena resenha do trabalho de uma Entidade de D.Hs.)

3.7.11 Enviar boletins para Entidades externas, ou seja Entidades que não façam parte do Movimento de D.Hs, gratuitamente. Ex: Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, OAB, Diretores de jornais.

3.7.12 Fazer matéria sobre violência no campo e ^{no} menor.

3.7.13 Seção de cartas e memorandos para dar uma avaliação do que está circulando (Ver item nº 9)

A Comissão Nacional aprovou que o Boletim passe a se chamar "Jornal (ou Boletim) dos Direitos Humanos, " mas somente depois que ele passar a ser feito em tabloide e em papel jornal.

Os representantes da C.Nacional não se comprometeram em fazer editoriais nem artigos para o Boletim em todos os números. No entanto, eles se comprometeram em colaborar no que for possível, enviando notícias ou artigos, eventualmente. Cada um representante da Comissão ficou responsável de enviar um artigo sobre o problema mais grave na sua região.

Às 20.00 horas a C.Nacional reiniciou seus trabalhos. Estiveram presentes à reunião da noite: Frei Leonardo Boff, Luis Alberto Gomes e Márcia Miranda.

Durante os trabalhos iniciou-se uma reflexão sobre a dimensão política do Movimento.

Leonardo e Luis Alberto deixaram em poucos minutos algumas considerações. "O trabalho dos D.Hs tem uma dimensão política tanto a nível das denúncias como na instância crítica. A violência é um componente de fundo que preside a nova República. O projeto capitalista que é levado ao campo, e a violência é componente do próprio projeto... Lutar pelos D.Hs a partir dos oprimidos, essa deve ser a especificidade dos grupos. É uma conquista contra as matrizes que a Escola nos deu... A luta tem que se dar em cima da conjuntura, tanto no campo como na cidade...

Os grupos de D. Hs não devem ser " braços " de partidos políticos (que são muito frágeis) mas investir na formação de consciência política... Construir a prazo um projeto político não autoritário... É preciso construir uma hegemonia de novas idéias, novos tipos de democracia concreta nas bases...

Um debate em cima da Constituinte pode começar a criar uma consciência coletiva não escrita. A constituição será julgada pela consciência não escrita...

Após algumas colocações de outros membros da C.Nacional, Leonardo Boff foi solicitado para continuar dando assessoria ao Movimento, assim como Luis Alberto Gomes. Ambos se dispuseram a colaborar.

4. CRIAÇÃO DE SECRETARIAS OU SERVIÇOS

A C.Nacional irá estimulando o surgimento de secretarias jurídicas a nível dos Regionais. Em relação a secretaria Jurídica do Movimento Nacional a idéia será mais amadurecida.

4.1 Discutiu-se a necessidade da C.Nacional ter uma pessoa liberada para o Movimento. Essa idéia voltará na pauta da próxima reunião. O nome do Augustino foi sugerido e todos os membros da C. Nacional apoiaram a idéia. Ele será contado por Pedro Wilson, para que em setembro já se possa tomar uma decisão.

Apesar de todos os presentes à reunião terem aceitado a proposta como necessária, é preciso levar a proposta para ser discutida e avaliada nos encontros regionais.

5-PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO

5.1 Relacionamento com Agências ou Entidades afins, através de trocas de correspondências.

É importante que o Movimento comece^a se apresentar às Agências e Entidades. Nos primeiros contatos será enviados alguns subsídios que informem sobre o Movimento. Sugestão: O Boletim do IV encontro.

Observação: O SIN enviará uns 100 boletins para a Sede e alguns para cada Regional.

Em relação ao Programa de Intercâmbio Internacional, Maneto preparará um formulário e encaminhará à Sede para que de lá comece o contato em nome do Movimento.

5.2 Aprovada a elaboração da cartilha sugerida pelo Regional Sul I. Princípios que devem nortear na elaboração da cartilha:

- . que seja popular e que tenham cunho pedagógico
- . que seja anunciadora e denunciadora

Os encaminhamentos da cartilha ficaram a cargo do Regional Sul I mais a Sede do Movimento.

5.3 Em relação a carta da Diakonia os representantes dos Regionais devem multiplicar a carta recebida, e enviá-la aos grupos. Foi aceita a idéia de convidar seu representante para a próxima reunião, para visitar a sede ou a qualquer regional.

5.4 Moções de solidariedade. Todos os pedidos apresentados pelos presentes foram aprovados. Marcos e Marly ficaram de elaborar a moção conjunta que será enviada a cada representante da Comissão.

5.5 Aprovada a idéia de elaboração de 6.000 cartões pedindo a saída de Paulo Brossard. O Regional Norte II se encarregou da confecção.

5.6 O Centro Oeste ficou de elaborar um cartaz com todos os Centros de Defesa. A Sede solocita aos Regionais a listagem atualizada de todos os Centros. Maneto ficou de completar o nº de Entidades que participaram do IV Encontro Nacional.

5.7 O SIN deverá recolher o máximo de nomes e endereços de Entidades, principalmente da América Latina, com as quais o Movimento poderá ser relacionar.

6. OUTROS ASSUNTOS

6.1 Próxima reunião marcada para os dias 27 e 28 de setembro/86
Local: Petrópolis- R. Carlos Gomes 180 Tel. 0242-42 24 62

Proposta de pauta: Dimensão política do Movimento
A liberação de uma pessoa para o Movimento
e III Inter regional.

6.2 Foram entregues os formulários do ISER(Instituto Superior da Religião para serem preenchidos. Todos ficaram de colaborar.

Observação: Após término da reunião, Maneto sugeriu que O SIN aplicasse a 1ª parcela na compra do que der do computador. Como não foi amarrado assim na reunião, o SIN entrará em contato com Sadat e Luizinho para tomar uma decisão.

Petrópolis, 14 de junho de 1986

IV REUNIÃO DA COMISSÃO DO MNDDH

(Petrópolis, 27 e 28/09/86)

Presentes:

- | | |
|--------------------------------|------------------------------|
| - José Antônio R. Dias | - Pelo regional Leste II |
| - Sada Baroud David | - Pelo regional Leste I |
| - Pedro Wilson Guimarães | - Pelo regional Centro Oeste |
| - Luiz Carlos Smirdele | - Pelo regional Sul I |
| - Roberto Garcia de Andrade | - Pelo Regional Norte I |
| - Marga | - Pelo regional Norte II |
| - Fernando Gonçalves Rodrigues | - Pelo SIN |

Justificaram:

- Marcos Antônio P. Colares - Pelo regional Nordeste
(Motivo de doença)
- Augustino Veit - Pelo Regional Sul II
(não encontrou voo)

Por telegrama em 27/09 sugeriu que a proposta de liberação fosse discutida no inter-regional e que se entrasse em contato com o grupo "Tortura nunca mais" no Rio para ver sobre a questão dos desaparecidos. Informou que 1500 famílias ocupariam a Fazenda Anoni em 29/09.

I - ATA/RELATÓRIO DA 3ª REUNIÃO DA CN/MNDDH.

A - Pag. 5 - sobre a contribuição dos regionais para cobrir o déficit do IV Encontro Nacional pela Defesa dos Direitos Humanos.

- O regional Leste II e Norte I em seus encontros não ratificaram a decisão tomada na última reunião da Comissão, isto porque os respectivos regionais se encontram em dificuldades financeiras.

Diante disto esclareceu-se que os recursos deveriam vir dos livros "Roma Locuta" e cartazes do Movimento que as entidades deverão vender. Ficando acertado que os regionais se empenharão no sentido de gerar recursos para cobrir o déficit, mesmo que não cheguem do teto de 20 (vinte) mil cruzados, conforme haveria sido estipulado.

- B - O SIN se encarrega de condensar as Atas/Relatórios das reuniões da Comissão para registrar e divulgar através da revista SEDOC. Para registro completo do movimento cada representante dos regionais, deverão enviar ao SIN relatórios dos encontros regionais, também para registro da SEDOC;
- C - As Atas/Relatórios da Comissão Nacional deverão ser aprovadas ao final de cada reunião;
- D- A divulgação das atas para as Entidades caberá ao representante do respectivo regional.

2 - CARTÃO E CARTAZES

- A - Cartazes - Claudius atrasou muito na elaboração da arte final do cartaz, só entregando-o à véspera desta reunião.
- José Antônio se encarregou de imprimir 5000 (cinco mil) cartazes por cortesia da UFV (Universidade Federal de Viçosa /MG).
- B - A arte final solicitada ao Henfil não foi feita por motivo de viagens. O SIN fará novo contato oportunamente.
- C - O cartão será transformado em cartaz. O SIN se encarregará de encaminhar a impressão através da Editora Vozes. *
- D - Ficou a sugestão para que cada regional confeccione um cartaz.
- E - Cartão - Cada representante regional se encarregará da distribuição às Entidades articuladas em seu regional.
- O SIN divulgará às Entidades de âmbito nacional e América Latina.
 - Se os regionais e o SIN precisarem de mais cartões, deverão solicitar à Sede para nova tiragem.*
- F - Avaliou-se que o atraso na execução das tarefas, conforme se constatou desta vez na confecção dos cartazes e cartão, deverá ser revisto sob o risco de perder a credibilidade.

3 - PRÓXIMA REUNIÃO DA COMISSÃO:

Ficou acertada para 12 e 13/12/86 em Salvador, aproveitando a reunião de projetos que a CESE promoverá nos dias 9 , 10 e 11/12/86, onde os representantes de regionais deverão comparecer.

4 - TRIBUNAL DA TERRA

- A - Sada representou o Movimento na reunião de Criação do Tribunal Nacional dos Crimes do Latifúndio, em 17/09/86 no Rio de Janeiro. O tribunal objetiva: através dos crimes questionar o judiciário brasileiro e julgar a estrutura. A criação do Tribunal é um movimento de conjunto que está em processo articulando, reunindo diversas entidades.
- B - O movimento se representará no Tribunal através de Sada (leste I) e do SIN.
- C - O SIN se encarregou de informar ao ILSA da criação do tribunal sugerindo sua filiação como apoio.

5 - CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA

- A - Foi distribuído programa de objetivos da CNRA.
- B - Delegou-se ao Augustino e ao Luizinho ^{acompanhar} sistematicamente a CNRA, podendo delegar representação a outros.

6 - LIBERAÇÃO

Augustino foi consultado e não aceitou de imediato por estar estudando e muito compromissado com seu regional. Ponderou-se que, embora a sede esteja sobrecarregada, a liberação não implica necessariamente na saída da pessoa de seu regional. Diante disto ficou-se de voltar a conversar com Augustino sobre esta possibilidade.

7 - INTER REGIONAL

- A - Será realizado em Viçosa-MG nos dias 6, 7 e 8 de março/87. A infraestrutura, conforme decisão do Leste II, será assumida pelo CDDH/Viçosa, com a colaboração do regional. O encontro já foi orçado e terá lugar no Centro de Ensino de Extensão da U.F.V.
- B - Assessores:
 - José J. Queiroz
 - Luiz Alberto Gomes

C - Abertura com Ato político , aberto a população, com tema a ser definido na próxima reunião da Comissão. Para o Ato deverão ser convidados o Bispo de Mariana, o Reitor da UFV, CNBB Regional, CUT Regional e outras entidades a critério do Regional Leste II.

D - Convidado para o Encontro: CESE.

E - Convidado para cobrir o encontro: 'AGEN' e "O SÃO PAULO."

F - A Comissão Nacional se reunirá antes do Encontro (em 5/6 a noite e 6/6) e, após o encontro(em 9/6 durante todo o dia).

G - A representação no encontro será de 1 (um) por regional 1 (um) por estado. ✓

8 - QUESTÃO DOS DESAPARECIDOS

A - Entrar em contato com o "Tortura nunca mais" Rio para cooperar com o Encontro a ser realizado em dezembro. Sada e SIN ficaram encarregados de fazer o contato.

B - O MNDDH poderá colaborar através de sua rede, recolher depoimento de desaparecido nas diversas regiões, apoiar e participar.

C - A Comissão sugere ampliar o conceito de desaparecidos, incluindo os desaparecidos no Garimpo e os presos comuns.

9 - PROJETO INESC/MNDDH

A - O INESC elaborou um projeto à MISEREOR para seis meses(outubro a março) podendo se prolongar por um ano a partir de abril, por financiamento da CEBEMO. O projeto visa assessorar o MNDDH no período constituinte informando ao Movimento das discussões no Congresso e exercendo pressão.

B - Considerações:

- O projeto tem um custo muito elevado;
- o período de sua duração pode ser pouco produtivo por se tratar de um período de recesso;
- o projeto interessa ao Movimento na medida em que seja um canal de pressão e acesso dentro do Congresso no período Constituinte.



- C - Face a estas considerações, Luiz Smirdele (Sul I) ficou encarregado de entrar em contato direto com o INESC/Brasília, para melhor conhecer detalhes do projeto, avaliar a questão do período de duração e poder negociar pontos que julgar de interesse.

10- CONVITE

A partir da contribuição que Carlos Mesters tem dado à caminhada dos Cristãos, algumas pessoas que militam o MNDDH do regional Leste I estão organizando um estudo sobre o tema "A Bíblia e os Direitos Humanos". O Encontro/Estudo acontecerá nos dias 12 e 13/10/86 na sede do CDDH de Petrópolis, estão reservadas duas vagas para cada regional.

11- INFORMES DOS REGIONAIS / SIN / MNDDH

A - CENTRO OESTE

a - Problemas enfrentados:

Violência no campo, Brasiguaios, assassinato de lideranças e amedrontamento de trabalhadores (Bico do Papagaio e Mato Grosso principalmente). A polícia aliada a justiça e aos meios de comunicação, ainda é um instrumento do Estado para impor medo aos trabalhadores. Todos os meios de comunicação de Goiânia se encontram atualmente, vinculados a Rede Globo, não abrindo espaço nenhum ao Movimento Popular. O agente da violência no campo como na cidade é o Estado. O discurso da segurança é usado para justificar a violência.

- b - A articulação caminha junto com os movimentos populares e entidades ligadas a Igreja, que constitui 2/3 das entidades na região;
- c - Sente-se a necessidade de aprofundar a questão da identidade do movimento;
- d - dificuldade de maior articulação em razão da extensão do regional;
- e - conta com poucos quadros e carece de pessoas liberadas.

B - Sede da Comissão Nacional

Considera poucos avanços por limitações de disponibilidade fazendo o mínimo necessário. Pondera a possibilidade eventualmente ^{de} liberada vir agilizar mais a articulação.

C - Leste II

a - A crise que levou a substituição de toda equipe do CDDH/Juiz de Fora (secretaria do regional) afetou a relação do representante na Comissão Nacional com o seu regional. Isto acelerou um processo de articulação paralela, gerando um clima de conspiração contra o representante do regional, sobretudo alegando que ele não mantinha contato com os Centros. Na apreciação do representante regional, os Centros estão em decadência principalmente por infiltração de partidos políticos e pela atuação de alguns frades franciscanos, contando o regional hoje com apenas 4 (quatro) centros em funcionamento.

Feito o relato das dificuldades que estão enfrentando, foi pedido ajuda a Comissão.

b - Considerações e sugestões da Comissão

O problema nos remete a questão da democracia interna do movimento e sua forma de representação.

- a ausência de lutas pode estar desmotivando a articulação;
- questiona se o regional está vinculado às demais lutas da região;
- realizar um encontro com todos os CDDH's para tratar do problema onde fosse convidado um membro da Comissão Nacional.

c - Ficou acertado que o regional convocará um Encontro para o dia 18 ou 25 de outubro. Deverá participar todos os Centros, inclusive aqueles que se consideram em extinção, um representante da Comissão Nacional (Luiz Smirdele - regional Sul I) e um membro do SIN.

D - SIN

a - Apresentou prestação de contas da aquisição do Micro Computador com projeto feito ao Mutirão contra a violência. Informou ainda que recebeu visita de três representantes do Ministério, para se certificarem do andamento do projeto e justificaram que não liberariam a segunda parcela da verba por não terem recursos. Com o encerramento do convênio em 24 de outubro, o SIN terá que desenvolver os programas com outros recursos.

- b - O SIN tem recebido diversas solicitações de envio de memorandos principalmente das CEB's e Sindicatos. Pergunta-se qual o critério a ser adotado para atender estes pedidos. A Comissão Nacional entende que se deve investir nisto uma vez que somos a única entidade que estamos prestando este tipo de trabalho e por funcionar com uma alternativa de informação.

E - NORTE II

- a - O regional realizou 2 encontros de Direitos Humanos um em Santarém com aproximadamente 600 pessoas, em sua maioria da base, e outro em São Luiz, este voltado mais para a articulação regional.
- b - O regional está buscando liberar uma pessoa para incentivar a articulação e criação de novos Centros.
- c - Organizou uma secretaria com as funções de: divulgar, organizar notícias e enviar às entidades; organizar encontros, articular todos os movimentos que estejam relacionados; apoiar efetivamente as lutas, organizar material educativo...

F - LESTE I

- a - preocupado com a falta de pessoas que possam acompanhar e animar os diversos grupos;
- b - preocupado com a ressonância do Rio de Janeiro no cenário Nacional e a ausência ou pouca força do Movimento para aproveitar este potencial
- c - Visando fortalecer mais o regional, o Estado do Rio realizou ^{um} encontro na última semana de agosto, com diversas entidades, foram tiradas as seguintes resoluções:
- três encontros anuais: 1 regional e 2 estaduais.
- Os encontros estaduais devem ser: um geral e um localizado, com o tema referente a luta mais significativa do local onde vai ser realizado (Ex. saúde).
- foram eleitos mais duas pessoas (Caxias e Volta Redonda) para integrar a coordenação estadual.
 - quanto ao MNDDH e em particular quanto ao regional, 3 pontos foram salientados: maior informação do MNDDH, dos grupos e do SIN; maior presença nas lutas do Movimento Popular; manter a abertura do SIN para as lutas do Movimento Popular como veículo de notícias.

G - SUL I

- a - O regional realizou um encontro em 22-24/08/86. Tirou como prioridade acompanhar os Acampamentos dos Sem Terra e suas negociações junto ao governo;
- b - participou de uma reunião dos acampados no MIRAD representando o MNDDH;
- c - coordenação (2 de cada Entidade) estão fazendo um estudo, "Como trabalhar com o povo" em suas reuniões.

H - NORTE I

- a - A articulação se ampliou muito com a realização do encontro (1-3/8/86) com representantes de todos os estados que compoem o regional, inclusive o território de Roraima;
- b - ratificou-se o nome Roberto para a Comissão Nacional e elegeu a suplente Maria José do CDDH/CNBB de Manaus - AM.
- c - criou-se uma secretaria executiva (Rio Branco - AC).
- d - tirou propostas com relação a Reforma Agrária, Solo Urbano, Movimento Popular.

12- REFLEXÃO SOBRE AS COLOCAÇÕES DOS REGIONAIS

- Ver uma fórmula de romper o "círculo férreo" que a imprensa impõe a reflexão e aos movimentos que acontecem na base. Indicativo: usar canais como IBASE (Betinho), no Rio e, Frei Betto em São Paulo que têm algum acesso a grande imprensa.
 - Que o movimento continue a priorizar a ótica dos oprimidos, buscando um projeto político distinto, que é a democracia de base.
 - A passagem do regime militar à democracia Liberal não mudou a essência do projeto político. A violência se manifesta na fronteira do sistema; a violência simbólica, sonegando a informação e a violência direta, assassinatos no campo.
- O projeto transnacional desenvolvido pelo Brasil só aumenta o abismo entre o processo econômico e o processo social.

- O MNDDH (regionais e SIN) deve valorizar a "democracia seminal" que está se dando nos movimentos de base, registrando e sistematizando as experiências.
- O MNDDH tem se ausentado de representação e posicionamento em certos eventos de importância nacional.

13- OUTRAS DELIBERAÇÕES

- - Aprovado telegrama a ocupação da Fazenda Anoni (Encarregado Luizinho Sul I).
- Feitura de 500 (quinhentos) adesivos para o carro (Encarregado Sede/ Goiânia).
- 2ª tiragem do cartão postal pela demissão do Ministro da Justiça. Mais 500 (quinhentos) para cada regional e 1000 (mil) para o SIN (Sede Goiânia)
- Carta à D. Paulo apoiando sua participação no SERVIÇO INTERNACIONAL PELOS DIREITOS HUMANOS, Sediado em Genebra, Suíça (Encarregado SIN)
- Confecção de cartaz e calendário com a mesma arte do cartão. (Encarregado SIN). *

Petrópolis, 28 de setembro de 1986.



MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS - MNDDH
COMISSÃO NACIONAL DO MNDDH
Goiânia - Goiás - 1986/1988

Goiânia, 8 de março de 1986.

À

CESE

Coordenadoria Ecumênica de Serviço

Rua da Graça, 164, Graça - Caixa Postal 041

SALVADOR - BA (40.000)

Prezados Senhores,

Vimos por meio desta, encaminhar solicitação de ajuda, conforme entendimentos verbais mantidos anteriormente, para as atividades da Comissão Nacional formada pelos representantes dos regionais Norte I (sede em Rio Branco - AC); Norte II (Belém - PA); Nordeste (Fortaleza - CE); Leste I (Viçosa - MG); Leste II (Nova Iguaçu - RJ); Sul I (São Paulo - SP); Sul II (Porto Alegre - RS) e, Centro-Oeste (Goiânia - GO). O MNDDH conta com a continuidade do SIN e sua sede nos próximos dois anos 1986/88, será em Goiânia, onde será realizado em janeiro/88, o V Encontro Nacional.

O MNDDH e sua Comissão Nacional acabam de ser aprovados e escolhida no último encontro nacional realizado de 22 a 26 de janeiro de 1986, em Olinda - Pernambuco - Brasil. Em anexo, apresentamos documentos deste Encontro que, inclusive, contou com a participação efetiva da CESE.

Houve neste Encontro, um saldo positivo na caminhada do Movimento dos Direitos Humanos no Brasil em sua organização, articulação e representação presente, concreta e contínua, face a dramática situação brasileira no campo e nas cidades, principalmente nas periferias.

Há toda uma história de encontros, reuniões locais, regionais e nacional com a participação de quase uma centena de entidades, grupos, centros e comissões de direitos humanos e certamente de milhares de pessoas, homens e mulheres, jovens e adultos engajados nesta luta pela vida digna

na de ser vivida e que deve ser agora, mais do que nunca, continuada, engrandecida, fortalecida e levada para frente.

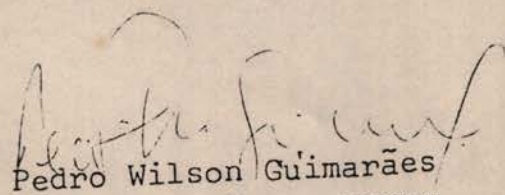
No próximo dia 20 de março, será realizada a segunda reunião da Comissão Nacional do MNDDH em goiânia, na Casa da Juventude, 11^a Avenida, nº 953, Setor Universitário (Fone: 261-23-26) Goiânia - Goiás, para programar suas atividades, traçando o rumo de sua caminhada e responsabilidade de articulação e representação dos Direitos Humanos no Brasil.

Pensávamos esperar por esta data para apresentação do projeto à CESE, mas para assegurar prazos e oportunidades, estamos enviando um pré-projeto de pedidos de recursos para desenvolvimento das atividades (recursos humanos e materiais) da Comissão / MNDDH, para 1986/87. E, certamente, depois desta reunião haverá uma solicitação definitiva, re-ratificadora.

Acrescentamos a título de confirmação e globalização os Projetos do SIN e do Regional Nordeste-GAJOP.

Assim, solicitamos mais uma vez, a atenciosa e efetiva colaboração da CESE. E também, expressamos agradecimentos antecipados.

E certos da atenção e avaliação positiva de nossa intenção e pedido, pela oportunidade, firmamos com os nossos renovados protestos de estima e consideração.


Pedro Wilson Guimarães
pela Comissão do MNDDH



MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
MNDDH - Comissão Nacional
Sede 1986/1988 - Goiânia - Goiás

SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL DO MNDDH

- 1 - Local - Casa da Juventude
11^a Avenida, 953 - Setor Universitário
74.000 - Goiânia - Goiás - Fone: (062) 261-2326
- 2 - Dia 20 de março de 1986 - 08.00 horas.
- 3 - Pauta/Proposta
 - atividades da Comissão / sede / SIN;
 - Projeto CESE;
 - programação das próximas reuniões/data/local/periodicidade;
 - relatório da 1^a reunião.
- 4 - Estadia/Alimentação por conta do Regional Centro-Oeste de Direitos Humanos.
- 5 - Passagens: a discutir (parece que há pedido já aprovado pela CESE de ajuda para este semestre de 1986).



Pedro Wilson Guimarães - pela CN/MNDDH

241-1253 - res.

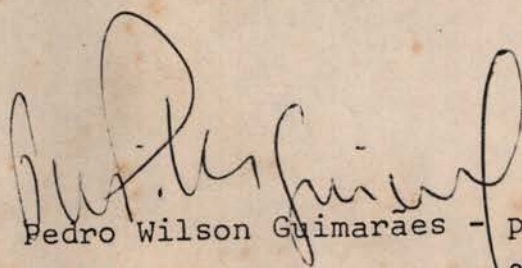
224-3617 - UCGO

225-5030 - IBRACE

MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
MNDDH - Comissão Nacional
Sede 1986/1988 - Goiânia - Goiás

SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL DO MNDDH

- 1 - Local - Casa da Juventude
11^a Avenida, 953 - Setor Universitário
74.000 - Goiânia - Goiás - Fone: (062) 261-2326
- 2 - Dia 20 de março de 1986 - 08.00 horas.
- 3 - Pauta/Proposta
 - atividades da Comissão / sede / SIN;
 - Projeto CESE;
 - programação das próximas reuniões/data/local/periodicidade;
 - relatório da 1^a reunião.
- 4 - Estadia/Alimentação por conta do Regional Centro-Oeste de Direitos Humanos.
- 5 - Passagens: a discutir (parece que há pedido já aprovado pela CESE de ajuda para este semestre de 1986).



Pedro Wilson Guimarães - pela CN/MNDDH

241-1253 - res.

224-3617 - UCGO

225-5030 - IBRACE



MNDDH

MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Carta nº 17/86-CN/MNDDH

Goiânia, 10 de novembro de 1986.

Prezados Companheiros,

Estamos encaminhando, em anexo, para re-ratificação, a Ata/Relatório da IIIª Reunião do MNDDH, realizada em Petrópolis, nos dias 27 e 28 de setembro do corrente.

Informamos, outrossim, que está confirmada a IVª Reunião do MNDDH, a se realizar em Salvador, nos próximos dias 12 e 13 de dezembro, logo após a Reunião de Projetos que a CESE promoverá.

Sendo o que tínhamos para o momento, firmamos nossos protestos de luta em defesa dos menos favorecidos.

Atenciosamente,

Pedro Wilson Guimarães

- PELA COMISSÃO NACIONAL DO MNDDH -

REGIONAIS DO MNDDH - Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos/Sede:74000-Goiânia-GO - R. 240,Lt19,Q93-S.Univ. (062)2255030.

1.Norte 1 - 69.900 - R.Branco - AC - C.P. 473 - Palácio do Bispo - (068)-2244555
2.Norte 2 - 66.000 - Belém - PA - R. Manoel Barta, 47 - (091)-2242385
3.Nordêste - 60.057 - Fortaleza - CE - R. Pedro Borges, 33-S/605 - (085)-2261953
4.Leste 1 - 26.000 - N. Iguaçu - RJ - R. Capitão Chaves - (021)-7677677

5.Leste 2 - 36.570 - Viçosa - MG - R. Arthur Bernardes, 51 - (031)-8911780
6.C. Oeste - 74000 - Goiânia - GO - R. 240, Lt.19 Q.93-S.Univ. - (062)-2255030
7.Sul 1 - 02318 - S.Paulo - SP - Av. Antonello de Messina,772 - (011)-2042333
8.Sul 2 - 90.000 - P.Alegre - RS - R.Andrade Neves,100 - 5/1304-(0512)-219130

CEDIM

PLANO PARA 1986/87

PROJETO A - Recursos para atividades da Comissão Nacional do MNDDH (para articulação, representação, participação, viagens, estadias, comunicações, material, encontros, seminários, e principalmente para as reuniões desta Comissão Nacional, com previsão preliminar de seis (6) ao ano).....Cz\$ 280.000,00

PROJETO B - Recursos para a Realização do III Encontro Inter-Regional de Direitos Humanos - Regional Leste I - Minas Gerais - Janeiro/87 (secretaria, passagens, estadias, material, num total aproximado de 40 pessoas / representantes, assessores).....Cz\$ 100.000,00

PROJETO C - Recursos para ajuda do funcionamento da sede nacional que será no Regional Centro-Oeste de Direitos Humanos (comunicação, pessoal e equipamento)....*julho/86*.....Cz\$ 40.000,00

PROJETO D - Recursos destinados para o apoio do início das atividades do grupo local para previsão, planejamento, organização e comunicação a cerca do V Encontro Nacional de D. Humanos que será realizado em janeiro de 1988 em Goiânia-Goiás (sendo que para a sua realização será feito pedido de ajuda em 1987/88).....Cz\$ 40.000,00

PROJETO E - Recursos destinados ao SIN - Projeto anexo e já encaminhado ao CESE.

PROJETO F - Recursos destinados ao Regional Nordeste e GAJOP, para fazer face às despesas do próximo passado IV Encontro Nacional de Direitos Humanos e a ser encaminhado pelo Regional do Nordeste.

NB. Valor dos Projetos A-B-C-D-E-F - \$35.000 (trinta e cinco mil dólares aproximadamente).

RELATÓRIOS DA

COMISSÃO NACIONAL

1 9 8 7



IX REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL DO MNDDH

Salvador, 1 e 2 de outubro 87

Presentes:

Augustino Veit	regional Sul II
Luiz Carlos Smiderle	regional Sul I
Pedro Wilson Guimarães	regional Centro Oeste
Sada Baroud David	regional Leste I
Jacira de Moura Sender	regional Leste II
Celso Pereira de Souza	regional Nordeste
Roberto Garcia	regional Norte I
Marga	regional Norte II
Fernando Gonçalves Rodrigues	Serviço de Intercâmbio Nacional

Outras pessoas do MNDDH que participaram em alguns momentos:

Maneto	Centro Luiz Freire/GAJOP -PE
Marcos Bretas	Casa Rui Barbosa - RJ
Fátima	CESE - BA
Baginha	Com. Justiça Paz - BA
Moura	INESC
Aneide	CDDH/Rondônia

- 1) Leitura de carta da AGEN dirigida à secretaria da comissão e informe da próxima reunião do Conselho da AGEN a se realizar no início de fevereiro de 1988, em São Paulo.
- 2) Foi proposta a extinção dos memorandos, por considerar que os mesmos não estão surtindo efeito de pressão sobre as autoridades, as autoridades as quais se dirige. Questiona-se as entidades tem respondido em quantidade significativa estes memorandos. De outro lado a evidência maior da necessidade da manutenção dos serviços dos memorandos é a solicitação crescentes dos pedidos.
 - ficou decidido fazer uma avaliação mais pormenorizada a partir de dados colocados pelo SIN. A Comissão Nacional indicou a AGEN para promover esta análise juntamente com a equipe do SIN e Augustino, representante da Comissão Nacional. Se a avaliação concluir pela ineficácia deste instrumento de canalização de apoio e denúncia, a proposta é que a AGEN veicule estas denúncias em forma de notícia pelo seu Boletim
 - esta "equipe de avaliação dos memorandos" deverá apresentar a Comissão Nacional um relatório matemático, crítico-avaliativo da importância dos memorandos.

3) A AGEN fará a assessoria de imprensa ao V Encontro do MNDDH. A abertura do encontro estará aberta a outros jornalistas e jornais.

4) Campanha Nacional pela Reforma Agrária:

- Numa rápida avaliação da Campanha, o MNDDH reconheceu sua ausência às reuniões da CNRA e reafirmou seu apoio político a esta luta e responsabilizou o companheiro Pedro Wilson de fazer o acompanhamento.
- as reuniões da CNRA têm se realizado na maior parte das vezes em Brasília e centrado suas ações sobre o Congresso Nacional Constituinte.

5) Constituinte

- É dominante uma visão cética do avanço que a Constituinte possa significar, ou melhor trazer.
- a Constituinte tem sido progressista no capítulo dos direitos individuais e conservadora nas questões sociais e econômicos.
- o projeto atual de constituição está remetendo questões fundamentais para a lei ordinária.
- as questões que estão sendo aprovadas na comissão de sistematização dificilmente serão mudadas pela votação em plenários. Considerando que qualquer proposta apresentada em plenário precisará de 1/3 dos congressistas para aprová-la e nenhum grupo tem esta quantidade de votos.

* Convênio com o INESC:

a exceção do regional Leste II, avaliou-se que a comunicação tem atendido as expectativas. Alguns representantes dos regionais avaliam que a visão de conjuntura apresentada nos últimos meses tem sido mais realista.

6) Apresentação de proposta para criação de um Banco de Dados sobre a Violência no Brasil:

a) a idéia deste projeto nasceu a partir de uma reunião de pesquisadores convocada pelo Centro Luiz Freire, onde estiveram também algumas entidades de Direitos Humanos (Comissão Justiça e Paz de Vitória, Movimento de Justiça e Direitos Humanos/Porto Alegre, GAJOP, Centro Luiz Freire e SIN).

b) O projeto consistirá:

- coleta de dados de abrangência Nacional, com informações coletadas primordialmente a partir da imprensa infocando temas como: violência provocada por agentes públicos, violência em conflitos sociais e etc;
- trimestralmente promoverá uma tabulação dos dados acompanhada de uma análise crítica das causas desta violência, atuação dos órgãos públicos, etc, dando divulgação das análises juntamente com a denúncia. (Veja minuta do projeto).

c) Colocações:

- a violência é a cada dia maior, sem que haja um movimento que se preocupe em enfrentar esta questão de maneira sistemática;

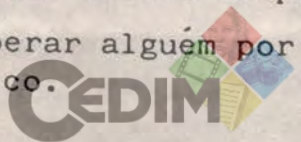
- abordar o fenômeno da violência como um fenômeno estrutural, e não só o imediato que aparece;
 - estabelecer uma convivência necessária entre a pesquisa e a denúncia (militância);
 - enfocar as manifestações de violência também com as diferenças regionais;
 - o projeto deveria atingir também os gastos públicos efetuados com a promoção da Segurança e a que realmente isto significa em benefício da população;
 - o trato com a violência é uma das coisas mais conflitivas. Como enfrentar uma violência que é legitimada pelo povo? É crescente a idéia de que bandido não é humano;
 - "A violência é uma coisa totalmente descoberta e onde as Entidades de Direitos Humanos encontram uma de suas bandeiras mais identificada pela consciência comum;
 - o que é a violência para o povo e o que é a violência para a burguesia?
- d) Foi aprovado o encaminhamento do projeto a todas as entidades para que estas comecem a discutí-lo. No V Encontro será debatido, emendado e assumido pelo movimento.

7) Avaliação do MNDDH

- "os Centros têm um trabalho intenso, a função da Comissão Nacional é fazer ecoar esta prática e isto não vem acontecendo, muitas vezes por falta de disponibilidade dos membros da Comissão".
- "O movimento está agindo de forma muito amadora. Os representantes na Comissão Nacional estão muito absorvido pelos trabalhos locais".
- "Pouca articulação entre as instâncias do Movimento. Secretarias regionais, SIN - Comissão Nacional".
- "Ausência de um veículo de informação mais intenso".
- "A Comissão Nacional não oferece alternativas para o Movimento. Ex: necessidade de formação de quadros"
- "Pouca divulgação do material produzido pelas entidades do Movimento. Ex: vídeo do Tribunal da Terra da SPDDH". Nestes dias o regional Sul está usando este vídeo pelo estado.
- "O Movimento está marginal do poder político".
- Capitalizar iniciativas regionais e até locais a nível do Movimento Nacional. Isto é passar a idéia de conjunto também nas iniciativas particulares.
- Dificuldade de planejar dada as diferenças dos grupos.

8) Liberados

- O Movimento não foi mais eficiente por falta de liberados.
- Existe um medo de liberar alguém por falta de critérios e falta de planejamento prático.



- A profissionalização da articulação a nível nacional remete também aos regionais a necessidade de que haja liberador ao nível do regional para maior agilidade.

9) Secretaria Nacional

- Sentida a necessidade de que haja uma secretaria a partir de onde o liberado nacional se desloca.
- Critérios para sua instalação: funcionalidade, nível de sustentação local, elementos de mobilidade.

10) Comissão Nacional

Sugestões

- Substituição da Comissão Nacional por um Conselho que reunisse menos vezes o papel de fazer a reflexão mais geral do Movimento e acompanhar e dar subsídios para atuação da secretaria. A Comissão refletiu ainda, sobre a continuidade dos trabalhos iniciados e que para não perder a memória seria interessante que se avaliasse nos regionais a importância de manter alguns elementos da Comissão no Conselho.
- Criação de uma Secretaria Executiva para encrementar a articulação e encaminhar as lutas, "jogar o movimento para fora".
- Proposta: liberar uma pessoa para atuar a nível nacional a partir do V Encontro e estabelecer um período de dois anos para que os regionais também tenham pessoas liberadas para o trabalho.

11) V Encontro Nacional

a) Programação (proposta)

-
- Dia 27 - 20 hs - ABERTURA GERAL (mesa, apresentações culturais, manifestações dos participantes, entidades convidadas).
- Dia 28 - 8 hs - Painel sobre a CONJUNTURA LATINOAMERICANA (convidados: Cláudio Nascimento, Leonardo Boff, Hélio Pellegrino, Fr. Betto)
- 14 hs - Grupos mistos
Levantamentos/ constatações/respostas/práticas do MNDDH como expressão local, regional e nacional
- 20 hs - Atividades livres/culturais/vídeos/celebrações/debates com temas específicos.
Reunião dos painelistas/relatores/coordenação.
- Dia 29 - 8 hs - VIOLÊNCIA na cidade e no campo (convidados: Hélio Bicudo, Paulo Sérgio Pinheiro, Hamilton, Pe. Ricardo Resende)
- 10 hs - CONSTITUINTE/CONSTITUIÇÃO (convidados: João Gilberto, Pedro Dallari, José Geraldo)
- 14 hs - Grupos
Respostas/pistas/objetivo/propostas do MNDDH
- 20 hs - Plenária de comunicação dos relatos dos grupos.

- Dia 30 - 8 hs- Painel: MNDDH - histórico/atividades/alternativas/
organização/representação/legalização/avaliação
10 hs- Grupos: avaliação e alternativas
14 hs- Grupos: discussão/encaminhamentos/decisões
16 hs- Plenária: decisões/encaminhamentos dos grupos
- Dia 31 - 8 hs- PLENÁRIA GERAL: discussão e votação sobre o MNDDH
14 hs- PLENÁRIA GERAL: continuação dos encaminhamentos do
MNDDH
17 hs- ENCERRAMENTO
Assessores diretos: Leonardo Boff, Queiroz, Pedro
Pontual.

OBS: A coordenação do Encontro está a cargo da Comissão Nacional do MNDDH. O Regional Centro-Oeste estará responsável pelas equipes de serviço. Solicita-se relatórios de lutas, cartazes, subsídios e materiais elaborados por sua entidade/movimento para serem expostos/vendidos.

b) Boletim especial

Elaborar um boletim especial com um posicionamento de cada membro da Comissão Nacional. (os artigos deverão estar no SIN, até dia 15 de outubro).

c) Finanças

- Fazer um detalhamento das despesas e enviar a CESE para levantamento de recursos.
- O Movimento Nacional não se compromete com passagens dos delegados. Cada Entidade ou Regional busque encontrar outros meios. Como por exemplo: cortesia junto as empresas aéreas, junto a Deputados estaduais e federais (o INESC se dispôs a fazer alguns contatos neste sentido).

d) Convidados

O SIN e a secretaria do encontro ficaram encarregados de fazerem os convites

- c) Celso ficou encarregado de elaborar uma minuta de estatuto com base nos documentos já produzidos.

f) Divulgação

Confeccionar um cartaz (secretaria do Encontro)

g) Participação

- 1 delegado por entidade
- 1 delegado por regional
- 1 delegado pela coordenação/comissão regional.

12) Regionais

Sul I: foi lida a carta do Centro Oscar Romero, encaminhando documentos que expõe algumas divergências na articulação do regional. Em seguida foram feitas algumas considerações pelo representante do mesmo regional.

Leste II: No último Encontro Regional foi feita a substituição do representante do regional na Comissão Nacional. As razões estão expostas no relatório do referido regional. José Antônio Dias foi substituído por Jacira de Moura Sender. Foi lida a carta de José Antônio.

b) Calendário de Encontros Regionais e representantes da Comissão que estarão presentes:

10 e 11/10 - Sul II - SIN
23 - 26/10 - Norte II - SIN
24/10 - Sul I - Pedro Wilson
14 e 15/11 - Leste I - Augustino Veit
28 e 29/11 - Leste II - Sada David

13) Aprovação de contas da Comissão Nacional

- Lida e aprovada após alguns esclarecimentos.

14) Encaminhamentos

- Moção de apoio ao CIMI em função da difamação desencadeada pelo "Estadão" e carta a CESE que também foi mencionada.
- Chile: 15 presos políticos foram condenados a morte no Chile. INESC e Pedro Wilson ficaram encarregados de elaborar uma nota as autoridades daquele país.
- Uruguai: A sociedade Civil se organizou para protestar contra a amnistia concedida aos militares. Deverão fazer um grande ato para entrega de assinaturas exigindo a revogação. Foi aprovada a ida de Augustino Veit a este evento.
- 10 de dezembro - dia internacional dos Direitos Humanos. INESC e Pedro Wilson ficaram de articular um pronunciamento no Congresso Constituinte sobre Direitos Humanos.

Foi sugerido que cada regional procure fazer manifestações, confeccionar cartazes, etc.

Outras idéias foram levantadas, porém concluiu-se que não havia possibilidade de concretizá-las.

- Congresso a UCBC

O SIN ficou encarregado de representar o Movimento.

15) Próxima reunião da Comissão

dias 26 e 27 de novembro em Petrópolis, encerrando às 12:00 hs do dia 26/11.

VII REUNIÃO DA COMISSÃO DO MNDDH

BRASILIA - de 26 a 28 de abril de 1.987.

Presêntes: Augustino Veit - Regional Sul II
Justina - Regional Sul II (face impossibilidade
de Augustino permanecer até o final)

Luiz Carlos Smirdele - Regional Sul I

José A. Rodrigues Dias - Regional Leste II

Celso P. Souza - Regional Nordeste

Marga - Regional Norte II

Roberto Garcia Andrade - Regional Norte I

Pedro Wilson Guimarães - Regional Centro-Oeste

Marcia - SIN

Romualdo - Brasília (deu apoio à reunião da Comissão)

.....

- I) INFORMES:
- a) Provincial dos Franciscanos acusou recebimento da carta do MNDDH sobre questão BUFF/Vozes.
 - b) Anistia Internacional expediu relatório sobre violações de Direitos Humanos no Brasil. Denuncia a prática de tortura no Brasil
 - c) MNDDH recebeu convite da DAB/SP para participar de Painel s/ Constituinte.
 - d) CDDH VIÇOSA fala na Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais. Vide adiante e relatórios do INESC.
 - e) Pará: SDDH, em Marabá fez visitas às delegacias visando coibir a violência nas delegacias e presídios;

De 24 a 30 de maio realizará uma Semana de Denúncia das entidades ecológicas, de defesa de direitos humanos sobre a devastação, violência e militarização da Amazônia (Calha Norte).

- f) Encontros Regionais - foram definidas várias datas:
 - Regional Sul I - 27 e 28 de junho
 - Regional Leste I - 1º e 2 de agosto
 - Regional Centro-Oeste - 12 e 14 de setembro
 - Regional Sul II - 10 e 11 de outubro
 - Regional Norte I - 31/7 e 1 e 2 de agosto
 - Regional Nordeste - 8 a 11 de janeiro/88.
 - Norte 2 - 23-25/10 - Manaus
- Encontros Estaduais:
 - SC - 16 e 17 de maio
 - PR - 13 e 14 de junho
 - RS - 18 e 19 de julho
 - RJ - 26 a 28 de junho

- g) Criada a ANALP - Associação Nacional de Advogados das Lutas Populares

Promoção de cursos de especialização para advogados que atuam no meio popular/Convenio com a Un.Cat.Goiás.

- h) São Paulo vem promovendo encontros trimestrais de formação política de militantes pelos D.Humanos.

i) Lembrado aos centros que tem grupos de educação popular a realização do IV Forum Nacional de Educação Popular a se realizar em Salvador no mês de julho.

2) PROJETO CESE 87/88 - aprovado por unanimidade, com a ressalva de que poderão ocorrer alterações face a dinâmica do movimento.

3) PRESTAÇÃO DE CONTAS 86/87 - Foi aprovada. Esclarecida o empréstimo a Collares do Nordeste. Competirá ao Regional NE solicitar do companheiro os esclarecimentos e reembolso.

Neste item também foi tratada a Dívida que temos com a CESE e referente ao 4º Encontro Nacional. Tendo em vista os poucos recursos de que dispomos e as dificuldades que enfrentamos e tendo em vista que o MNDDH está crescendo, com encontros se realizando, cartazes difundindo o movimento, que os Regionais vão assumir as passagens para o próximo encontro, foi decidido solicitar à CESE o cancelamento da dívida, ou seja ela considerada quitada face os motivos supra. Augustino ficou encarregado de elaborar a carta à CESE.

4) TRIBUNAL DA TERRA - Esforço de divulgação e participação do maior número possível de Centros. Pedro Wilson irá em nome do MNDDH.

5) CAMPANHA N. RA. - O MNDDH subscreveu a proposta da CNRA, face compatibilidade com as resoluções do nosso 4º Encontro Nacional.

6) MNDDH/ATIVIDADES/ - A questão da articulação é um problema político e não administrativo. Há a necessidade de intervenção imediata nas violações dos D.H. Não se pode esquecer a história do movimento, sua formação a partir das bases e a necessidade de respostas de acordo com sua natureza. Um movimento sem "estrelas".
ARTICULAÇÃO
A liberação há que se impor a partir do funcionamento efetivo dos Regionais, que devem ser a expressão da base. É necessário ocupar o espaço na imprensa, (uso da Agen). A imprensa é importante e ela só se preocupará na medida que os fatos forem trabalhados.

6)(Cont.)

- Necessidade de formação de quadros e de um posicionamento independente frente - aos governos.

A ligação necessária entre os Movimentos de Direitos Humanos e as organizações populares e sindicais.

Necessidade de articulação com as várias entidades visando atingir de forma mais competente nossos objetivos, tais entidades como: de instrumentos (INESC/SIN/ETC.), de defesa de direitos (DAB/ETC), imprensa, e outras.

A partir dessas constatações e de que, no momento é impossível a liberação de um membro da Comissão Nacional, após o surgimento de várias propostas, ficou definido que: SERÃO DESTACADOS QUATRO MEMBROS DA COMISSÃO QUE SE PREOCUPARÃO DE FORMA IMEDIATA, JÁ COM O DE ACORDO DOS DEMÁS MEMBROS DA COMISSÃO, PARA DE FORMA IMEDIATA RESPONDER ÀS PREOCUPAÇÕES SUSCITADAS ACIMA. As pessoas escolhidas para tanto e que devem se agilizar entre si são: Augustino, Luizinho, Fernando e Pedro Wilson, inclusive com reuniões "via Embratel.". AS ATRIBUIÇÕES DELES SÃO:

- a) Reflexão sobre o movimento
- b) Presença dos Encontros Regionais
- c) Manifestação imediata sobre problemas nacionais
- d) Imprensa
- e) Articulação com os instrumentos.

7) RELACIONAMENTOS LEGALIZAÇÃO

- Sem muito tempo para aprofundar a questão de grande importância para o movimento, levantaram-se as seguintes indagações:

' No Sul se avança para o entendimento que por força de Puelba e Medellin as próprias Igrejas entendem a necessidade de organização.

' Na questão da legalização pergunta-se de a situação em relação a Igreja deve ser o balizadora? Quais as vantagens da legalização?

' Estaria a Igreja tomando iniciativa de entidades paralelas? (A Comissão entendeu que não)

' É preciso analisar os problemas com a Igreja a nível regional e nacional. Os pontos positivos e os negativos. A nível da CNBB - Linha 6 -

7) (cont.,)

- tem-se a afirmação de apoio e de não criação de nova estrutura.

Com a preocupação da legalização, e para questionar como a Igreja veria uma possível legalização, e com a preocupação de discutir o relacionamento com a Igreja, a comissão "executiva" apontada anteriormente irá pedir audiência com a nova direção da CNBB.

(Agostino) Agostino fará circular uma carta em seu Regional sobre o assunto. Os vários regionais pediram cópia: O que significa legalização e não legalização agora ?

8) REUNIÃO COM INESC . No dia 28/4/87, pela manhã tivemos reunião

com INESC. Foram levantados os seguintes pontos:

- ' Importância do convenio entre o MNDDH e INESC
 - ' Já está regularizada a situação dos convenios em relação a Constituinte.
 - ' Preocupação desde já para acompanhamento, também, futuro, após a promulgação da Constituição, para se evitar o vácuo entre a Constituição e as leis ordinárias que a regulamentarão.
 - ' Possibilidade da presença do INESC nos encontros Regionais para colocar questões da conjuntura.
 - ' O Boletim do INESC. Seu conteúdo. Notícias. Os Regionais devem enviar ao INESC lista atualizada das entidades que participam do forum de decisão do movimento. Que conste do informativo o crédito em termos de convênio " INESC-MNDDH".
 - ' Subsídios: material para análise sobre determinados assuntos. Linha de informação de retorno. Assuntos mais importantes para o movimento : Terra-Trabalho-Violência- Indio-Área Econômica. Utilização do material da Plenária, do CEAC e DIAP como subsidios.
 - ' As listas de assinaturas devem partir sempre de propostas suprapartidárias.
- Pelo INESC participaram-: Bizé-Moura-João.

9) VISITA A ANC. - Articulada e com o apoio do INESC, a Comissão Nacional fez visitas ao Congresso Nacional Constituinte, entregando as conclusões do 4º Encontro Nacional como subsídio aos constituintes. O documento foi entregue às lideranças partidárias e às Subcomissões mais envolvidas com os temas dos Direitos Humanos. O 1º Secretário da ANC -Deputado Marcelo Cordeiro- também recebeu a documentação e com ele tivemos uma breve reunião onde foi ressaltada a importância da participação popular na Constituinte. Solicitou, inclusive listagens das entidades para o envio do Jornal da Constituinte a ser elaborado pela ANC e sob os cuidados da 1ª. Secretaria. INESC ficou de enviar.

No dia 27/4/87 - O companheiro José A. Dias, pelo CDDH de Viçosa e como membro da Comissão Nacional foi ouvido em audiência pública pela Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais da ANC. Também foi aberto espaço à Marga que denunciou as violações dos DH no Pará, inclusive colocando vídeo à disposição dos constituintes.

Na ANC, também foi articulada a participação de Pedro Wilson e Celso na Subcomissão dos Direitos Políticos, o que ocorreu em audiência pública - realizada em Salvador, conforme informe xerografado anexo.

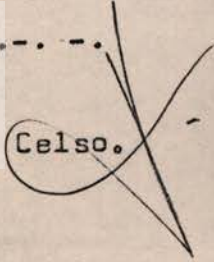
Durante um dia e meio a Comissão Nacional fez contatos com os mais variados políticos levando a preocupação do movimento e a necessidade de termos uma Constituinte auto-aplicável, aberta e democrática, com participação efetiva do povo.

10) PRÓXIMA REUNIÃO: Dias 20 e 21 de junho
Local : Petrópolis

Pauta: -Encontro Nacional
-Avaliação dos Regionais
-Legalização

.....

 CEDIM


(Celso.)

FONTE

- ☐ DIÁRIO DE PERNAMBUCO DATA 06 / 05 / 87
- ☐ FOLHA DE S. PAULO PÁGINA 3
- ☐ O SÃO PAULO CADERNO
- ☒ TRIBUNA DA BAHIA

PALAVRA CHAVE

* CONSTITUINTE

Subcomissão da Constituinte ouve as entidades baianas

O plenário da Assembleia Legislativa lotou ontem, durante a audiência pública promovida pela subcomissão de Direito Político, Coletivos e Garantias da Assembleia Nacional Constituinte. Os encarregados da elaboração deste capítulo constitucional que atinge mais intimamente a sociedade civil acharam por bem se deslocar para ouvir a comunidade ao invés de esperar as entidades virem até Brasília. Esta é a quarta audiência pública — as anteriores foram em São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. Estiveram representadas ontem cerca de 30 entidades que fizeram centenas de sugestões.

A subcomissão trouxe para o Estado seu presidente, Maurílio Ferreira (PMDB/PE), o vice Uldurico Pinto (PMDB/BA), deputado Gonzaga Patriota (PMDB/MG) e a deputada Ana Maria Rattes (PMDB/RJ) e registrada a ausência imprevista do relator Lisâneas Maciel (PDT/RJ). Também presidente o 1º secretário da Constituinte, Marcelo Cordeiro (PMDB/BA). Os pronunciamentos começaram às 17 horas com a abertura pelo presidente da Assembleia Coriolano Sales e foram encerrados às 21 horas. Das entidades participantes registram-se a Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, OAB, Fameb, Ipac, vários representantes sindicais, do movimento feminista, dos estudantes e outros seguimentos sociais.

Trabalhando apenas com as sugestões da comunidade, a subcomissão não está se baseando em nenhum outro texto constitucional, preferindo acompanhar o pensamento social deste momento político, segundo a deputada Ana Maria Rattes. "As sugestões revelam o anseio geral de mudanças, com propostas das mais pro-



A subcomissão de Direitos Políticos levou várias entidades à Assembleia gressistas às mais conservadoras", disse ela.

Destacada foi a presença do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos que teria uma audiência com a subcomissão em Brasília, mas preferiu participar deste encontro na Bahia. Portando um documento com sugestões abrangentes sobre direitos humanos, o MNDDH toma como prioridade a terra, o trabalho e a violência. O representante do Movimento na região Centro Oeste, Pedro Wilson Guimarães apresentou as propostas e passou a palavra a Celso Pereira de Souza que representa o Nordeste. Ele se preocupou com o setor de energia protestando

contra a possível implantação de uma Usina Atômica na Bahia e pondo dúvidas sobre o baixo nível das águas da represa de Sobradinho. "Talvez não tenha sido somente a seca a responsável pela situação de Sobradinho, mas quem sabe o interesse de empresas que desejam construir novas hidroelétricas na região", acentuou.

Dá seguiram as propostas de outras entidades que versavam sobre assuntos abrangentes como a ingerência direta dos cidadãos sobre gestão de órgãos administrativos, na elaboração das leis e no tempo de mandato de parlamentares que não procedam com "competência e dignidade".

FONTE

☐ DIÁRIO DE PERNAMBUCO DATA 06 / 05 / 87☐ FOLHA DE S. PAULO☐ O SÃO PAULO☒ A TARDE

PÁGINA 5

CADERNO

PALAVRA CHAVE

* CONSTITUINTE

Sugestões à Constituinte em audiência pública na AL

Direito de voto a partir dos 16 anos de idade, direito de todo cidadão ser informado pelos órgãos processadores de dados sobre as informações sobre ele arquivadas, e uma série de outras propostas na qual se incluem até a aposentadoria para parlamentares e pensão vitalícia para todos os ex-prefeitos, foram algumas das sugestões apresentadas ontem à Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias da Assembleia Nacional Constituinte, durante audiência pública concedida na tarde de ontem no plenário da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

A audiência começou logo após a instalação da Comissão Pró-Constituintes da AL e fez desfilar na tribuna representantes de diversas entidades e parlamentares que, a exemplo do representante do PT, deputado Alcides Modesto, propôs o direito de Rebelião Popular contra o sistema que o povo não aceita. Outro parlamentar, o deputado Almir Araújo, não foi feliz ao defender a proposta que é na verdade do constituinte do PFL baiano, Sérgio Brito, pela pensão vitalícia para ex-prefeitos, sendo contestado lo-

go em seguida pela representante da União Metropolitana dos Estudantes que, ao defender a proposta de voto aos 16 anos, tirada em encontro nacional da classe, terminou sendo a oradora mais vibrante e aplaudida a passar pela tribuna.

A Comissão da Assembleia Nacional Constituinte, que já havia concedido audiências públicas em Pernambuco, Goiás, Brasília e São Paulo, esteve representada na Assembleia Legislativa da Bahia pelos constituintes Maurício Ferreira Lima (PMDB-PE), presidente, Uldorico Pinto (PMDB-BA), vice-presidente, Ana Maria Rittee (PMDB-RJ) e Gonzaga Patriota (PMDB-PE). Também participaram da mesa o primeiro secretário da Assembleia Nacional Constituinte, Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), o presidente da AL, Coriolano Sales e a representante do Conselho Federal da OAB, Marília Muri-cy.

O Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, através de dois integrantes da sua comissão nacional (Pedro Wilson Guimarães (Centro-

Oeste) e Celso Pereira de Souza (Nordeste) apresentou um documento onde estão relacionadas 11 propostas, divididas em lutas para o cotidiano; Direitos Humanos e a Cidadania. As entidades ou pessoas que por algum motivo deixaram de apresentar suas propostas ontem poderão encaminhá-las a partir de hoje à Comissão Pró-Constituinte da Assembleia Legislativa, que tem como presidente o deputado Luiz Leal, do PMDB, e como vice o pefelista Eliel Martins.

Pauta:

1. Informes regionais
2. CDHAL
3. Enc. Nac.
4. Constituinte / INESE
5. Boletim SIN
6. MNDDH
 - R. Ag.
 - Violência
 - Baixada
 - Augustina
 - Diretas
7. Próxima reunião
8. Legalização do MNDDH

RELATÓRIO DA V REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL

Com. Nacional

J. Hs.

1 - Participantes:

- | | |
|--------------------------|-----------------------------------|
| - José Antônio R. Dias | - pelo regional Leste II |
| - Luiz Carlos Smirdele | - pelo regional Sul II |
| - Sada Baroud David | - pelo regional Leste II |
| - Marcos Antônio Colares | - pelo regional Nordeste |
| - Roberto Garcia Andrade | - pelo regional Norte I |
| - Marly Suete Bonato | - pelo regional Sul II (suplente) |
| - Isabel Marques Tavares | - pelo regional Norte II |
| - Pedro Wilson Guimaraes | - pelo regional Centro Oeste |
| - Márcia M. Miranda | - pelo SIN |

Convidados:

- | | |
|-------------------|-----------------------------------|
| - Tertuliano | - Secretario do Regional Nordeste |
| - Eliana e Fátima | - CESE |
| - Rolf D. Assmann | - Agência Eze |

2 - Pauta aprovada

- Leitura e aprovação da ata da IV reunião da Comissão Nacional
- Avaliação da Comissão Nacional e do SIN
- III Encontro Inter-Regional
- Informes:

- . Projeto do INESC
 - . C.N.R.A
 - . Tortura Nunca Mais
 - . Tribunal da Terra
 - . Rádio 1X de Julho
 - . Cartão e Cartazes
- Informes dos Regionais

3 - Leitura e aprovação da ata da IV reunião da Comissão Nacional

3.1 - Retificações à ata:

- na página 1: complementando o motivo da ausência do companheiro Marcos Colares - "o cartão de informação e confirmação da data da reunião".



PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL

(extraído da última reunião)

Num primeiro momento o representante do Nordeste levantou a possibilidade de participação nas reuniões da Comissão Nacional, de outras pessoas do M.N.D.D.Hs que por coincidência estejam no local onde esta se realiza ou que façam parte da entidade que sedia a reunião. Depois de muito discutida a questão, chegou-se as seguintes conclusões:

- a) dado ao caráter do Movimento Nacional, embora as reuniões sejam especificamente da Comissão Nacional e tenham um caráter limitado, estas não devem adquirir um fechamento anti-democrático, mas sempre estar abertas aqueles que se interessam em participar (lembrar aqui do aspecto pedagógico);
- b) por outro lado, para não se cair no erro de um democrático, estabeleceu-se que estas pessoas devem ser convidadas e apresentadas por um dos membros da Comissão Nacional.

Num segundo momento foi lida a carta de Augustino Veit, datada de 20/11/86, como base inicial para uma avaliação da caminhada desse ano. Em seguida cada um dos presentes fez suas colocações.

Síntese das diversas colocações:

- a) reduzir a atuação da Comissão Nacional e o não avanço do Movimento é supervalorizar uma estrutura vertical atuando de cima para baixo. Apesar das limitações de atuação da Comissão Nacional existe também uma falta de organização nas bases e dificuldades de avanço na articulação interna dos regionais. Nesse sentido, uma das maiores riquezas do Movimento - as peculiaridades de atuação e os diferentes objetivos políticos dos diversos grupos - se mostra como dificuldade desafiadora: fortalecer a união/articulação respeitando as diferenças. Conviver e crescer na alteridade. Preservar esta caminhada é importante ainda que se caminhe mais devagar, pois não dá para repetir modelos, aplicar receitas experimentais. É importante construir um caminho novo, embora mais difícil. É essencial que o movimento caminhe como um todo construindo uma verdadeira prática democrática interna sem imposições feitas de cima, de uma vanguarda que se distancia da base.

3. Proposta de avaliação da Comissão Nacional

Num primeiro momento o representante do Nordeste levantou a possibilidade de participação nas reuniões da Comissão Nacional, de outras pessoas do M.N.D.D.Hs, que por coincidência estejam no local onde esta se realiza ou que façam parte da entidade que sedia a reunião. Depois de muito discutida a questão, chegou-se às seguintes conclusões:

- a) dado ao caráter do Movimento Nacional, embora as reuniões sejam especificamente da Comissão Nacional e tenham um caráter limitado, estas não devem adquirir um fechamento anti-democrático, mas sempre estar abertas aqueles que se interessam em participar (lembrar aqui do aspecto pedagógico);
- b) por outro lado, para não se cair no erro de um democrático, estabeleceu-se que estas pessoas devem ser convidadas e apresentadas por um dos membros da Comissão Nacional.
- c) existe um vazio, não que diz respeito a outros companheiros que reforcem esta caminhada e dividam as inúmeras exigências desse trabalho. Mais gente que se comprometa com as causas populares, que seja capacitada em assessorar o movimento popular e que obtenha sua confiança e aceitação através de prática solidária e límpida.
- d) apesar de sua autonomia, os grupos locais querem apoio para as suas lutas, assessoria para refletir seus trabalhos e incentivo pela presença dos companheiros. As lutas locais precisam de apoio e solidariedade da Comissão Nacional;
- e) as prioridades do Movimento Nacional (terra, violência e trabalho) perderam um pouco de sua força em 86, sobretudo no 2º semestre, por terem sido apropriadas pelas campanhas políticas dos candidatos dos mais diferentes partidos, sem credibilidade em muitos casos. As questões ficaram banalizadas e esvaziadas.

Em seguida foi discutida a questão que se refere a liberação de um ou mais membros da Comissão Nacional.

Como se trata de uma questão muito complexa e delicada ficou aprovado que a Comissão Nacional remeterá para o Inter-Regional uma consulta que refletida, aponte a melhor solução. Para tanto elaborada a proposta abaixo como base para as reflexões dos participantes do Encontro:

- Algumas considerações que deveriam iluminar a reflexão:

- . como experiência, seria válido deslocar uma pessoa do seu regional desfalcando a articulação de base do Movimento nos regionais e também o trabalho local?
- . esta pessoa escolhida, da Comissão Nacional não deveria ter uma certa segurança de poder desenvolver este trabalho com um mínimo de tempo que garanta uma certa continuidade e avaliação da experiência?
- . aqui não seria oportuno o Movimento Nacional através do SIN usar a infra-estrutura montada pelo CDDH de Petrópolis, no sentido de encaminhar com mais agilidade informações relevantes ao Movimento sob a orientação da Comissão Nacional?
- . talvez seria oportuno, em caráter de experiência, liberar parcialmente dois elementos que se reveassem não sobrecarregando demais nenhum dos dois e não os

R E G I ã O L E S T E I I

MINAS GERAIS

ANO: 1993/1994



D E N Ú N C I A S

1 9 9 4





Solicitamos o envio do seguinte telegrama ou fax para o Governador do Estado do Rio de Janeiro e o Secretário de Polícia Civil do Rio de Janeiro:

"Manifestamos o nosso mais veemente protesto e a nossa mais profunda indignação pelo assassinato político de Hermógenes de Almeida da Silva Filho e Reinaldo Guedes de Miranda. Exigimos a imediata apuração dos fatos e punição dos responsáveis."

Endereço: Dr. Nilo Batista
Governador do Estado do Rio de Janeiro
Palácio da Guanabara
Rua Pinheiro Machado s/nº - Cep.: 22231-090
Rio de Janeiro - RJ
Fax: (021) 553-6090

Dr. Mário Covas
Secretário de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro
Rua da Relação, 42 - 12º andar
Cep.: 20231-110
Rio de Janeiro - RJ
Fax: (021) 252-8252

Solicitamos ainda manifestação de apoio para a Vereadora Jurema Batista:

A/C Gabinete da Vereadora Jurema Batista
Câmara Municipal do Rio de Janeiro
Palácio Pedro Ernesto
Praça Floriano, s/nº - Cinelândia
Anexo - Sala 1103
Cep.: 20031-050
Rio de Janeiro - RJ
Fax (021) 240-1617

COORDENADORIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

15/06/94

PROPOSTAS



PROPOSTA DO REGIONAL LESTE II PARA A CARTA DE PRINCÍPIOS

DO

M.N.D.H.

"Quanto mais negra a noite,
mais carrega em si a
madrugada..."

(D.Helder Câmara)

O MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, expresso na atuação de numerosos grupos que se organizam em todo o país, é parte integrante da caminhada do povo brasileiro, pela construção de nova sociedade. O Movimento caminha lado a lado com movimentos populares, e juntos crescem e se fortalecem na medida do avanço do processo de libertação do povo.

Em 1982 tem início a articulação do Movimento Nacional de Direitos Humanos com a realização do seu I Encontro Nacional. Hoje, encontra-se estruturado através de oito Comissões Regionais e congrega diversas entidades de todos os Estados da Federação. O Movimento, estimulado pelas reflexões da Teologia da Libertação e pelos exemplos de unidade cristã que as Igrejas da América Latina têm vivido ao lado do povo, persegue incansavelmente a construção de uma sociedade fraterna, justa, livre e igualitária.

Por objetivar essa nova ordem social, verdadeiramente humana e cristã, decorre seu compromisso fundamental: aliança com os empobrecidos.

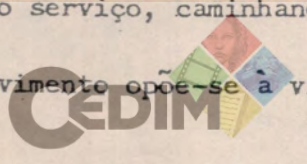
DIREITOS HUMANOS COMO DIREITOS DOS EMPOBRECIDOS

- "Do que é que a senhora tem medo?
- Tenho medo de morrer de fome, mas hoje eu morro mais...
oh aqui oh!, já tem muito pão aqui dentro para eu comer a semana inteirinha.
- Hoje a senhora não morre e amanhã, pode ser que morra?
- Não porque eu vou agir!!"

A luta pelos Direitos Humanos começou no Brasil, com o nosso próprio descobrimento. Afinal, que outro sentido pode ter a dramática resistência das nações indígenas contra o branco invasor? E depois, que sentido expressam os quilombos, senão a construção viva da liberdade pela mão do negro que, escravo, se afirma como Pessoa Humana? A caminhada pelos Direitos Humanos é a própria luta do nosso povo, do povo oprimido.

Assim, o Movimento Nacional de Direitos Humanos não pretende substituir as lutas do povo, e muito menos servir de agente intermediário das classes dominantes. Mas firmar-se como serviço, caminhando de mãos dadas com as organizações populares.

A concepção do Movimento opõe-se à visão liberal e afirma que os Di-



reitos Humanos são fundamentalmente os Direitos das maiorias oprimidas. Vai além dos direitos clássicos, e inicia a sua ação na defesa do primeiro dos Direitos: O DIREITO À VIDA, em abundância e com dignidade. Por isso o Movimento centraliza a sua visão, ação e compromisso no pobre, porque a nova sociedade é a sociedade da libertação econômica, social, política e cultural dos empobrecidos.

Para vivenciar integralmente seus compromissos, o Movimento Nacional de Direitos Humanos norteia-se pelos seguintes princípios:

1 - RESPEITO À AUTONOMIA DOS MOVIMENTOS POPULARES

Não dirigir, aprender com o povo, recusar a prepotência e viver a humildade.

Não cair no extremo do basismo, da idolatria a tudo o que vem do povo, mas participar e incentivar o exercício da crítica.

2 - APARTIDARISMO

O Movimento Nacional de Direitos Humanos deve ter claro o seu papel, suas limitações, sua identidade e não deixar-se instrumentalizar pelos Partidos Políticos. A caminhada pelos Direitos Humanos transcende os interesses partidários.

Não cair no extremo do purismo. A Educação Política e a livre e consciente opção partidária é básica na formação do povo.

3 - PLURALISMO

O movimento Nacional de Direitos Humanos une as diversas correntes políticas, as várias concepções ideológicas e doutrinárias. Os grupos que o compõem atuam em áreas diversas. A sua unidade é a garantia de seu compromisso com os empobrecidos.

Não cair, porém, na tentação fácil da transformação do Movimento numa seita. Não se constrói o homem novo, a nova sociedade sem a vivência concreta da democracia.

4 - ECUMENISMO

A luta pelos Direitos Humanos transcende as divisões confessionais e exige a prática sincera do Ecumenismo.

Em verdade, é na luta pela construção de um mundo novo, de uma nova sociedade que se forja a unidade dos cristãos e não cristãos, concretizando, assim, a experiência ecumênica baseada na solidariedade.

5 - NÃO VIOLÊNCIA

Não cabe ao Movimento Nacional de Direitos Humanos conduzir o povo a práticas violentas.

Não cair, porém, no imobilismo. O povo sabe como encaminhar melhor a sua luta e, quando recorre à força, não pratica a violência.

As entidades e grupos participantes do Movimento Nacional de Direitos Humanos consideram todos esses princípios orientadores da DEFESA E PROMOÇÃO DA VIDA, em todos os seus níveis. Comprometem-se com a construção de um NOVO MUNDO, já embrionário nos escombros do presente, e que será digna morada para o HOMEM NOVO.

Mesmo que a nossa razão esteja convencida pela evidência de estarmos à beira da total, iminente e instantânea destruição, teimamos em afirmar: O BOM SENSO LEVARÁ A MELHOR E O AMOR PREVALECERÁ.

E assim antevemos que:

- a TERRA VOLTARÁ A SER PATRIMÔNIO COMUM e todo bem produtivo pertencerá a toda a humanidade, sem distinção alguma;
- todos trabalharão; não haverá pobres nem ricos; não haverá patrões nem empregados;
- a maior honraria será SERVIR AOS IRMÃOS;
- todos terão o necessário à vida digna, principalmente os impossibilitados para o trabalho;
- todos tirarão da natureza apenas o necessário à vida, zelando pela conservação dos recursos naturais, ninguém acumulará riqueza voltará a ser a despesa de todos;
- haverá confiança entre as pessoas e os animais; todos serão irmãos, e a harmonia perdida da natureza será novamente alcançada;
- as pessoas estarão em constante treino para assegurar o hábito de se elevarem sempre mais alto no amor, na compaixão, na bondade, na ternura e na mútua compreensão;
- os mais fracos e indefesos viverão em segurança;
- a verdade e a confiança serão fundamentos das relações interpessoais;
- todos viverão felizes e as festas se multiplicarão;
- a alegria será muito maior em dar do que receber;
- todos terão consciência de que cada indivíduo é um resumo da humanidade e, por isso, todos se sentirão efetivamente solidários;
- todos distinguirão o bem do mal, e nunca mais o bem será chamado mal, nem o mal será chamado bem;
- não haverá ciência ociosa e jamais se dirá que a ciência é neutra;
- vida será a fonte geradora da palavra, da ciência, e tudo que nascer da vida a ela voltará para promovê-la;
- nunca mais se falará de guerra;
- todos serão felizes e a confiança habitará na terra;
- as razões do coração falarão mais alto;
- haverá tempo de sobra para se tomar conta da amizade;
- todos serão sonhadores e poetas.

E, quando interrogados sobre as profundas razões de tanta fé, de tanta fé, de tanto sonho e de propósitos tão apaixonados, responderemos com as palavras do compromisso que agora renovamos:

HOJE E PARA SEMPRE NOS COMPROMETEMOS A SERVIR À VIDA!



1 9 9 3



Denúncia

Centro de Defesa dos Direitos Humanos

de Betim

REGISTRO Nº 368

Praça do Rosário, 5 — Bairro Angola — Betim-MG

Betim, 22 de abril de 1993

TREM DA ALEGRIA EM BETIM

Nosso país assistiu no ano passado uma busca apaixonada pela dignidade e pela ética na política. O povo deu um basta à corrupção, ao empreguismo e à roubalheira com o "impeachment" de Collor. Já não é possível conviver com a imoralidade na administração das Instituições Públicas de nosso país.

Infelizmente Betim ainda tem que conviver com atitudes que agridem a consciência política de seus cidadãos. Estas atitudes imorais, agora nascem do Poder Legislativo de nosso município. Os vereadores da legislatura passada, criaram de maneira ilegal 76 cargos comissionados e reenquadrou sete outros cargos comissionados, elevando-os para o mais alto nível na tabela de vencimentos. O trem da alegria varrido do Estado de Minas, era instituído novamente no município de Betim. Para se compreender a ilegalidade do fato vamos expor alguns detalhes:

No dia 31 de dezembro de 1992, último dia da legislatura da Câmara Municipal de Betim, os vereadores votaram em **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA** o Projeto de Resolução 637/92, de autoria da Mesa Diretora da Câmara, que modificou a organização da Câmara Municipal e aumentou cargos comissionados. O Projeto de Resolução foi votado e aprovado por unanimidade dos presentes na dita sessão extraordinária.

Esta sequência de atos praticados pelos vereadores está eivada de ilegalidade se formos analisar a partir do Regimento Interno da Câmara Municipal de Betim e da Constituição Federal. Primeiramente, o citado Projeto de Resolução deveria ter sido submetido a duas discussões conforme manda o Regimento Interno e nem a matéria se enquadra nas hipóteses onde poderia haver exceção e se fazer apenas uma discussão. O que os vereadores fizeram de dar uma aparente legalidade ao ato foi aprovar por unanimidade o requerimento de **extrema urgência** para apreciação do Projeto.

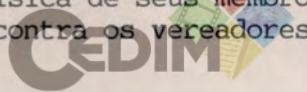
Depois para completar os atos ilegais, ansiosos em pegar carona no trem da alegria por eles criado e aprovado, como o badalar do relógio lhes tirava a competência para aprovar aquele Projeto, os vereadores violaram mais uma vez o Regimento interno, pois na correria, esqueceram de redigir a ata da sessão e submetê-la à discussão antes de encerrar-se a sessão. Para solucionar esta irregularidade, o presidente da atual legislatura, que é o mesmo da legislatura anterior, determinou que fosse redigida a ata e submeteu-a à discussão na sessão extraordinária realizada no dia 20/01/93, já sob nova legislatura. Tal discussão foi repudiada por alguns vereadores, no entanto, a ata foi aprovada.

Para mostrar ainda mais a ilegalidade do ato, é bom citar que esta criação de novos cargos vai onerar os cofres públicos. E isto não estava previsto no orçamento no exercício de 1993 para o Legislativo. Além do mais, a Resolução aprovada não fez a prévia dotação orçamentária indicando de onde sairiam os recursos necessários para a sua execução.

Finalmente a criação dos 76 cargos comissionados, no período compreendido entre quatro meses antes das eleições municipais de outubro de 92 e o término do mandato de prefeitos é vedado pela lei 8214/91 no art. 29. O que torna o ato ilegal.

Até agora nos detivemos na análise legal do ato. Importa também fazer uma análise moral da situação. Com a criação destes 76 cargos na Câmara Municipal o desperdício de dinheiro público chega a 1 bilhão e meio por mês. Isto implica num gasto de 3/4 (três quartos) das despesas previstas para cada mês. Até o Natal de 1993 o rombo será de 48 bilhões. Se continuar neste ritmo, em 4 anos, o povo perderá quase 200 bilhões, pagando com impostos este trem da alegria. Com este dinheiro seria possível atacar craves problemas sociais de nossa cidade: construir 700 casas populares para 2800 pessoas, ou 53 mil metros de rede de esgoto para 4400 casas ou metade do Hospital de Betim ou 100 quilômetros de asfalto.

Assim, nós do Direitos Humanos de Betim, juntamente com outras entidades e sindicatos, na pessoa física de seus membros, resolvemos encaminhar ao Ministério Público uma **AÇÃO POPULAR** contra os vereadores da Câmara Municipal de Betim,



Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Betim

REGISTRO N.º 368

Praça do Rosário, 5 — Bairro Angola — Betim-MG

tanto os vereadores da legislatura anterior que aprovaram a resolução assim como também os vereadores da atual legislatura que se beneficiam dela. Com este ato queremos promover a defesa do interesse público, bem como a defesa dos princípios da Administração Pública, e a defesa da legalidade e da moralidade pública. Entendemos que, assim agindo, defendemos o direito humano. Este ato lesivo ao patrimônio público, tanto no âmbito material quanto no âmbito moral, pela sua forma ilegal e arbitrária, sem observância da legislação específica, dentro do período vedado pela lei eleitoral, onerando os cofres públicos, é um desrespeito ao direito do cidadão e principalmente um roubo daquilo que poderia servir aos empobrecidos e necessitados.

Diante destes fatos solicitamos a solidariedade de todos os companheiros nesta luta contra a imoralidade. Pedimos que de uma forma ou de outra, unam-se a nós, ajudando-nos a denunciar estes fatos e a precionar o Ministério Público para que defenda o interesse da sociedade, agindo no cumprimento da lei para restituir a moralidade e o respeito à Câmara Municipal.

Pedimos que enviem cartas ou telegramas com mensagens de repúdio aos fatos acontecidos em Betim e pedindo soluções. Para isso, o apoio deve vir em dois sentidos:

Num sentido queremos precionar os vereadores para que estes saiam da condição de reus e incorporem a **AÇÃO POPULAR**, reconhecendo a ilegalidade dos atos cometidos. Também é necessário precioná-los para que revoguem a Resolução 637/92 que criou os cargos.

Noutro sentido queremos precionar o Ministério Público, para que o juiz conceda o que requeremos na ação, ou seja, suspensão da Resolução 637/92 e seus efeitos, porque eivada de absoluta inconstitucionalidade e imoralidade, e também a concessão de **LIMINAR**. Pedimos também a condenação dos vereadores beneficiados a restituírem os cofres públicos do Município de Betim, toda verba gasta com o pagamento de cargos criados e com o reenquadramento de níveis.

Para que possam efetivar seu apoio enviamos os nomes dos vereadores da antiga e atual legislatura com seus respectivos endereços e também o endereço do Fórum de Betim.

Na certeza de que podemos contar com o apoio de todos é que agradecemos a solidariedade.

Individualmente, somos fracos

Em grupo somos fortes,

Grupo com grupos formam uma força de enxurrada.

FRATERNALMENTE

Generalde Guariza Leite (Ex-Deputado Estadual)

Renilda Reis Trigueira (PRESIDENTE)

P/ Centro de Defesa dos Direitos Humanos

BETIM - MG



Vereadores da Legislatura atual que se beneficiaram da resolução

José do Nascimento Elias*
Antônio Ferreira de Oliveira*
Maria Tereza Lara
Divino Lourenço da Silva
Antônio Carlos S. de Melo*
Amauri Campos Ramos*
Edmeia Duarte Oliveira Braga
Expedito Martins Chumbinho*
Filismino Vilela da Silva
Geraldo Carvalho Trindade*
Joaquim Gino Neto*
Pedro Ivo Caminhas
João Osório de Andrade
Mário Romeu Maurinho Saraiva*
Maurício Ferreira Caminhas
Paulo Gonçalves Mundim
Ronilda Maria Sabino
Oromar José da Costa
Rômulo Veneroso
Renato Cândido Siqueira
Regina Lúcia Rezende Cunha

Endereço da Câmara Municipal de Betim
Av. Governador Valadares, 241
Centro - Betim - MG

*Vereadores reeleitos que aprovaram a resolução e também se beneficiaram dela.

Vereadores da legislatura passada:

FABIO
ZEFERINO DE FREITAS, brasileiro, casado, médico, residente à rua da Justiça nº 200, bairro Filadelfia, Betim - MG; ANTONIO PAULINO LANA, brasileiro, casado, pastor evangélico, residente à rua Suécia nº 80, bairro Jardim Casabranca, Betim - MG; GERALDO JOSÉ DOS SANTOS, brasileiro, casado, motorista, residente à rua Vander José dos Santos S/N, bairro Guanabara, Betim - MG; GERALDO MAGELA DINIZ SANTOS, brasileiro, casado, comerciante, residente à rua Rio Branco nº 167, bairro Santa Cruz, Betim - MG; JUAREZ DA SILVA VALE, brasileiro, casado, aposentado, residente à rua Dr. José Mariano nº 1.203, bairro Citrolândia, Betim - MG; JOSÉ DINIZ COSTA SARAIVA, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à rua Mercês, bairro Maringá, Betim - MG; ADILSON APARECIDO DE SOUZA, brasileiro, solteiro, servidor público, residente à rua Dr. José Mariano nº 87, bairro Citrolândia, Betim - MG; JESUS MARIO DE ALMEIDA LIMA, brasileiro, solteiro, advogado, residente à rua Flávio Saraiva nº 64, aptº 305, bairro Guarujá, Betim - MG; JOAO CAS-SIMIRO DA COSTA, brasileiro, casado, serralheiro, residente à rua Juazeiro do Norte nº 140, bairro Jardim Terezópolis, Betim - MG;

EXMO. SR. Juiz de Direito
Dr. Antônio Rios
II Vara Cível da Comarca de Betim
Pça. Tiradentes - Centro
32501 - Betim - MG





CAMPANHA NACIONAL E INTERNACIONAL DE FAX E TELEGRAMAS

Acionados pela indignação provocada pelos quatro assassinatos políticos que aconteceram nos dias 12 e 13/06/94, solicitamos o envio de telegramas ou fax exigindo a apuração dos mesmos e punição dos responsáveis.

1. Na madrugada do dia 12/06/94, foram assassinados com tiros na cabeça José Luiz Sundermann e Rosa Hernandez Sundermann.

José Luiz era diretor regional da CUT de Ribeirão Preto, da Federação Nacional dos Servidores das Universidades Brasileiras e do Sindicato dos Técnicos Administrativos da Universidade Federal de São Carlos; era também militante do PSTU. Rosa era diretora do PSTU. O trabalho de ambos estava voltado para a luta dos Sem-Terra. José Luiz já havia sofrido ameaça de morte por ocasião da greve dos canavieiros em 1993. Solicitamos, então, o seguinte telegrama ou fax para o Governador do Estado de São Paulo e a Secretária de Segurança Pública do Estado de São Paulo:

"Manifestamos o nosso mais veemente protesto e nossa mais profunda indignação pelo assassinato político dos companheiros José Luiz Sunderman e Rosa Hernandez Sundermann. Exigimos imediata apuração dos fatos e punição dos responsáveis."

Endereço: Governador Luis Antônio Fleury Filho
Palácio dos Bandeirantes
Av. Morumbi, 4500 - Cep.: 05.698-900
São Paulo - SP
Fax: (011) 845-3700

Dr. Odir Porto
Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo
Av. Higienópolis, 758 - Cep.: 01238-000
São Paulo - SP
Fax: (011) 825-8813

2. Os companheiros Hermógenes Almeida da Silva Filho e Reinado Guedes Miranda foram assassinados no Rio de Janeiro na madrugada do dia 13/06/94. Reinaldo levou oito tiros e Hermógenes sete; ambos foram encontrados no porta-malas do carro de Reinaldo.

Eles eram militantes da luta pelos direitos humanos, do Movimento Negro Unificado e do Partido dos Trabalhadores. Trabalhavam como assessores da Vereadora do P.T., Jurema Batista, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Estavam participando das investigações dos massacres de Vigário Geral e da Candelária. Foram mortos seis horas após participarem de um debate sobre segurança pública e cidadania no auditório da Faculdade Cândido Mendes.

R E G I ã O N O R D E S T E

(ALAGOAS, BAHIA, CEARÁ, PARAÍBA, PERNAMBUCO, PIAUÍ,
RIO GRANDE DO NORTE, SERGIPE)

ANOS: 1987/1989/1990



1 9 9 0



Novo Endereço

Rua Gonçalves Dias 62 - Farol
CEP. 57.055 - Maceió - Alagoas

Maceió, 27 de Maio de 1992

DO: FÓRUM PERMANENTE CONTRA A VIOLENCIA EM ALAGOAS
PARA:

c/ Cópia para
Anistia Internacional
Visão Mundial
OXFAM
UNICEF
C.N.B.B
SENADO FEDERAL
CÂMARA DOS DEPUTADOS
Lideranças dos Partidos Políticos
M.N.D.H

Ilmo(a). Sr(a).

O FÓRUM PERMANENTE CONTRA A VIOLENCIA EM ALAGOAS, enquanto um amplo movimento social no Estado, tem o objetivo político de lutar contra todas as formas de violência ao estado de direito coletivo e individual e pela desnaturalização da violência institucionalizada - seja privada ou estatal - que pesa hoje sobre as classes populares em Alagoas. Este FÓRUM vem tornar público seu apoio e solidariedade ao Curador de Menor, Dr. Sérgio Jucá, e vem exigir das instituições governamentais do Estado, seriedade no encaminhamento das atuais denúncias sobre a Polícia Militar de Alagoas.

Os últimos fatos trazem à luz da sociedade alagoana o envolvimento de setores da Polícia Militar e da Secretaria de Segurança em falcaturas, extermínio de menores, corrupção e malversação dos recursos públicos, entre outros.

O MINISTÉRIO PÚBLICO com seu perfil de poder autônomo e com o papel de fiscalizador das instituições e da gestão dos bens públicos, veio de público posicionar-se coerentemente e legal às suas funções jurídico-institucionais através da postura firme e íntegra do Curador Dr. Sérgio Jucá.

Atentar contra o Dr. Jucá é, antes de tudo, afrontar a ordem constitucional e contra a democracia como valor universal e base da justiça e equidade social.

Não é o Dr. Jucá que está em jogo, mas todas as aspirações democráticas e populares de construir pela participação política e transparente da sociedade, e pelo exercício da cidadania plena, uma nova cultura no resgate dos direitos sociais a produzir e se reproduzir dignamente enquanto cidadãos alagoanos.

Queremos dizer NÃO a todos esses modos de perpetuar a repressão, a impunidade, perseguição e a uma ética privada dos grupos dominantes locais que se apropriam das instituições públicas em função dos seus interesses particulares.

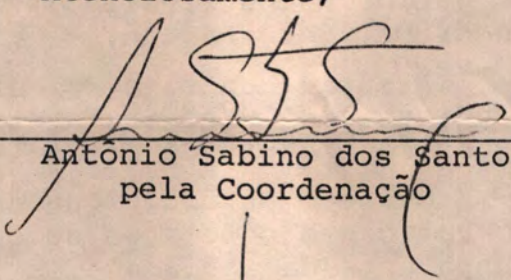
Exigimos, pois empenho e vontade do Poder Executivo e Judiciário Estaduais na apuração, elucidação e punição dos responsáveis/envolvidos no atual quadro que põe em xeque a seriedade e a continuidade de nossas instituições públicas em Alagoas.

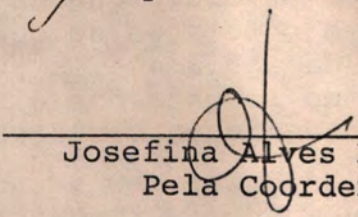
Assinam este Documento:

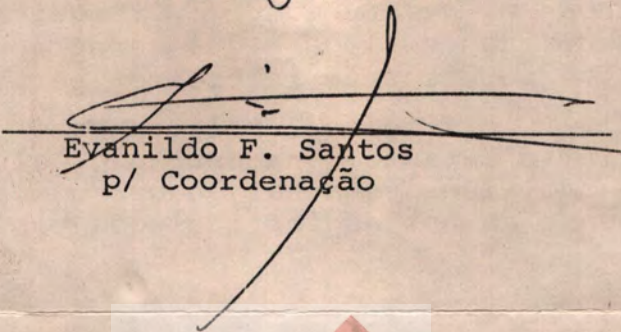
01. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
02. Igreja Batista do Pinheiro

03. Comissão de Formação Sindical
04. Sindicato dos Radialistas de Maceió
05. Sindicato dos Jornalistas de Alagoas
06. Sindicato dos Professores do Estado de Alagoas
07. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colônia de Leopoldina-AL
08. CEDIM (Conselho Estadual dos Direitos da Mulher)
09. Rádio Popular da Comunidade São Sebastião - União dos Palmares-AL
10. CPT (Comissão Pastoral da Terra)
11. Movimento Sem Teto
12. M.S.T - Movimento Sem Terra - Secretaria Estadual
13. M.S.T - Regional Nordeste
14. Partido dos Trabalhadores-AL
15. SINTEAL (Sind. dos Trabalhadores na Educação em Alagoas)
16. Visão Mundial
17. Sindicato dos Urbanitários
18. OAB - Seccional Alagoas
19. PSE - Partido Socialista Brasileiro
20. CCSA - Centro Comunitário Santo Antônio/Jacintinho-Maceió-AL
21. CRAS - Conselho Regional de Assistentes Sociais
22. Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Telecomunicações
23. CUT-AL - Central Única dos Trabalhadores
24. Centro de Educação Popular
25. Associação dos Moradores do Vergel
26. FASE-AL - Fed. de Órgãos p/ Assist. Social e Educacional
27. FAMOAL - Fed. das Associações de Moradores de Alagoas
28. SINTERAL - Sindicato dos Trabalhadores em Ext. Rural de Alagoas
29. Centro de Defesa do Adolescente Zumbi dos Palmares
30. Associação dos Moradores do Feitosa - Maceió-AL
31. Associação dos Moradores do Bom Parto
32. Centro de Defesa da Mulher da vila Brejal.
33. FETAG-AL - Fed. dos Trabalhadores na Agricultura

Atenciosamente;


Antônio Sabino dos Santos
pela Coordenação


Josefina Alves L. de Barros
Pela Coordenação


Eyanildo F. Santos
p/ Coordenação



D E N Ú N C I A

1 9 8 9



Denúncia
Nordeste
04/89

DENUNCIAMOS E REPUDIAMOS A FETAG-AL

01. Os Trabalhadores Rurais de Teotônio Vilela-AL, área canavieira, organizados em chapa Cutista, em conjunto com as entidades realmente comprometidas com as lutas do Movimento Sindical no Estado de Alagoas e na Defesa dos interesses da classe trabalhadora, repudiam com veemência as atitudes ANTIDEMOCRÁTICAS E IRRESPONSÁVEIS DA JUNTA GOVERNATIVA PROVISÓRIA formada por diretores da FETAG-AL (Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Alagoas) comprometidos com o poder econômico;
02. Repudiamos a Junta Governativa Provisória, por não registrar a chapa 02, encabeçada por José Jovino de Oliveira, contrariando autoritariamente a vontade dos trabalhadores, desrespeitando inclusive o acordo firmado pela própria FETAG-AL, que assegurava a participação igualitária nas eleições do STR de Teotônio Vilela. Bem como o cumprimento de Ordem Judicial emitida em 24 de abril de 1989, que deu garantias a inscrição da chapa encabeçada por José Jovino de Oliveira;
03. Mediante a FARSA ASSUMIDA pelos Diretores da FETAG-AL em realizar um pleito de chapa única no dia 28/05/89, esta, sob o patrocínio da Usina Seresta que colocou a disposição da CHAPA-01, o seu Advogado e também da Prefeitura Municipal, denunciaremos a falta de seriedade e o descompromisso da FETAG-AL na organização em defesa dos Trabalhadores e o seu atrelamento ao poder econômico, especialmente na área canavieira

CONVOCAÇÃO:

Convocamos a Sociedade Civil e Entidades Populares em denunciar estas ações espúrias e reacionárias da FETAG-AL, que servem para denegrir a organização e as lutas dos Trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho.

ASSINAM:

Trabalhadores Rurais de Teotônio Vilela-AL
Associação de Moradores Amor e Fé - Teotônio Vilela-AL
CUT-AL e Sindicatos Filiados
STR Craíbas-AL, STR Jundiá-AL, Sindicato dos Urbanitários-AL
STR Inhapi-AL, Sindicato dos Químicos-AL, FASE, ACR,
STR Colônia Leopoldina-AL, CPT/NE II, PT, PCB, PSB-T. Vilela.



ALGUNS DOS FATOS

01. Em 29 de agosto de 1987, os trabalhadores fundaram o STR de Teotônio Vilela, dentro das normas legais vigentes.
02. Em 31 de julho de 1988, a FETAG-AL, com o apoio da Usina Seresta e Políticos, fundou outro sindicato na mesma base territorial, desrespeitando o princípio Constitucional, que proíbe a existência de mais de um Sindicato na mesma base territorial.
03. Em 22 de setembro de 1988 de maneira estranha aos interesses dos trabalhadores e atendendo a interesses econômicos e políticos espúrios, o Ministério do Trabalho deu a carta sindical ao candidato da Usina Seresta.
04. Passou-se o prazo legal para a convocação e realização das eleições, que é de 120 dias após a expedição da carta sindical, e a dita diretoria não realizou as eleições. Ficou então o cargo em vacância.
05. Em virtude da vacância, no dia 13 de março de 1989, foi firmado um acordo entre os dois grupos, com data de eleição marcada para o dia 09 de abril de 1989. Acordo esse, desrespeitado pela FETAG-AL.
06. No dia 20 de março de 1989, mais de 70 trabalhadores rurais estiveram na Federação por um dia, na tentativa de fazer um novo acordo. Sendo que, desta vez, seria a destituição da diretoria e a criação de uma junta governativa provisória, para no prazo de noventa dias, convocar e realizar eleições no Município.
07. Foi então formada por diretores da FETAG-AL uma Junta Governativa que em acordo garantia a participação de todos igualmente. Entretanto, a mesma junta boicotou desrespeitosamente e até com violência, o grupo representativo dos Trabalhadores Rurais de Teotônio Vilela, encabeçada por José Jovino de Oliveira. Sendo necessário entrar em juízo para ocorrer o registro e participação nas eleições, e mesmo com o Despacho Judicial favorável à inscrição da chapa, a Junta Governativa o descumpriu.

ENVIAR TELEGRAMA URGENTE PARA OS SEGUINTE ENDEREÇOS:

FETAG/AL

Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Alagoas.
Rua Barão de Jaraguá, nº 488
57.000 - Jaraguá - Maceió - AL
Fone: (082) 223.4649

"Repudiamos FETAG/AL por não registrar Chapa 02 encabeçada por José Jovino de Oliveira, eleições STR Teotônio Vilela/AL desrespeitando trabalhadores e a Lei".

CONTAG

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Av. W 3 Norte
Quadra 509 B
Ed. CONTAG
70.750 - Brasília - DF

"Pedimos providências junto a FETAG/AL para que direitos Trabalhadores de Teotônio Vilela/AL e Movimento Sindical sejam respeitados".

ENVIAR TELEGRAMA URGENTE PARA OS SEGUINTE ENDEREÇOS:

CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO
Dra. Ana Florinda Mendonça
Pça. Pe. Aurélio Goes
57.270 - Junqueiro - AL

FETAG/AL

"Pedimos tudo seja dentro da Lei para anulação eleição STR Teotônio Vilela 28/05/89 em respeito a própria Lei".

57.000 - Jaraguá - Maceió - AL

Fone: (082) 223.4649

Obs.: Enviar cópias aos trabalhadores

"Repudiamos FETAG/AL por não registrar Chapa 02 encabeçada por José Jovino de Oliveira, eleições STR Teotônio Vilela/AL desrespeitando trabalhadores e a Lei".

Rua Maria Joana Moreira Sampaio, nº 257

57.272 - Teotônio Vilela - AL

CONTAG

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Av. W 3 Norte
Quadra 509 B
Ed. CONTAG
70.750 - Brasília - DF

"Pedimos providências junto a FETAG/AL para que direitos Trabalhadores de Teotônio Vilela/AL e Movimento Sindical sejam respeitados".

ENVIAR TELEGRAMA URGENTE PARA OS SEGUINTE ENDEREÇOS:

CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO

Dra. Ana Florinda Mendonça

Pça. Pe. Aurélio Goes

57.270 - Junqueiro - AL

FETAG/AL

"Pedimos tudo seja dentro da Lei para anulação eleição STR Teotônio Vilela 28/05/89 em respeito a própria Lei".



Seqüestrado pelo Esquadrão abandona casa

RECIFE — O presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, Luiz Tenderine, que no último sábado foi espancado e queimado, depois de ter sido seqüestrado por dois homens, que se diziam integrantes do Esquadrão da Morte, mudou-se ontem de sua casa, no Bairro do Prado, com a mulher e os cinco filhos, atendendo a conselhos de amigos.

“Os amigos acham que assim minha família e eu estamos mais seguros”, disse Tenderine, que não sabe ainda quando retorna à sua casa. Durante todo o dia de ontem, ele trabalhou normalmente na Comissão de Justiça e Paz e foi entrevistado pela RÁDIO DO VATICANO, RÁDIO DE MILÃO e pelo CORRIERE DELLA SERRA, aos quais contou com detalhes tudo o que passou na noite do último sábado. Hoje, às 10 horas, Luiz Tenderine prestará depoimento ao delegado Rivaldo Piva, em Paulista, na região metropolitana. O delegado foi designado pelo secretário de Segurança Pública, Severino de Almeida Filho, para comandar o inquérito que vai apurar os responsáveis pelo seqüestro e torturas de que foi vítima o presidente da Comissão Justiça e Paz.

Solidariedade — Dizendo-se mais tranqüilo e se recuperando de tudo o que passou, Luiz Tenderine recebeu vários telegramas de solidariedade, além de visitas de amigos e representantes de comunidades, que desejavam saber como ele estava passando. Enviaram telegramas a Comissão Brasileira de Justiça e Paz, assinado pelo seu presidente, Cândido Mendes de Almeida, a Pastoral Operária Nacional e o Conselho Nacional de Leigos.

RECIFE — Natanael Guedes

**Luiz Tenderine, marcado pelas torturas**

Arraes promete a bispos que vai investigar tudo

O governador Miguel Arraes só soube do seqüestro e tortura de Luis Tenderini às 7 horas da manhã. De madrugada, seus secretários de Justiça e Habitação tomaram todas as providências para proteção e garantia de Tenderini e de sua família, assim que souber do caso, às 3 da manhã, através da Igreja. Arraes foi informado por telefone pelo seu secretário Pedro Eurico, da Habitação, muito ligado à Igreja, e ficou indignado: "Isto é um absurdo."

Mais tarde, às 10 horas, o governador reuniu-se com os bispos da Regional Nordeste II, da CNBB, que participaram de encontro no Seminário de Olinda, e prometeu levar as investigações até o fim: "Não só as que apuram os crimes do Esquadrão da Morte, como uma nova, que será iniciada, agora sobre a agressão a Tenderini".

O governador disse aos bispos que os agressores "são, sem dúvida, homens sem alma, que participaram da ditadura e agora tentam calar o povo através do medo, na hora em que ele está se organizando".

"Isso é uma agressão à Igreja, ao povo pernambucano e ao povo brasileiro", afirmou Arraes, aplaudido de pé pelos bispos e demais membros da Regional, padres e leigos.

O seqüestro do presidente da Comissão de Justiça e Paz gerou revolta na assembléia dos bispos em Olinda. "As autoridades têm que descobrir logo quem continua agindo impunemente", protestou o arcebispo de João Pessoa, Dom José Maria Pires. "Não se pratica justiça com esses métodos. As autoridades têm de investir maciçamente para descobrir os integrantes do esquadrão, sob pena de toda a população continuar atemorizada", disse Dom José Cardoso Sobrinho, da Arquidiocese de Olinda e Recife. No início da tarde, os 17 bispos da assembléia divulgaram uma nota de 16 linhas repu-

diando o atentado e pedindo providências ao estado.

Da ala progressista da Igreja e muito ligado a Dom Hélder Câmara, Tenderini chegou ao Brasil em 1971 para fazer um trabalho junto às comunidades de base em São Paulo. Ex-seminarista na Itália, casado, pai de cinco filhos, participou da criação da Pastoral Operária de São Paulo.

Apesar das ameaças e do seqüestro Tenderini diz que continuará condenando as injustiças, sobretudo o esquadrão. "Não vou abrir mão do papel que, como representante da Igreja, tenho que seguir", disse ele que acredita que não sofrerá mais perseguições do esquadrão. Acho que eles, na verdade, queriam intimidar a todos, inclusive a Justiça, para que o esquadrão não seja desbaratado."

Em um ano, grupos matam 300 apesar de denúncias

Ano passado, o Esquadrão da Morte executou cerca de 300 pessoas na região metropolitana do Recife, 113 a mais do que em 1987, segundo denúncia do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop), que presta assistência a comunidades carentes. Com esses dados na mão e a crescente pressão da Igreja, a Polícia Militar e a Secretaria de Segurança Pública estão encerrando as investigações iniciadas há mais de três meses e que se propõem a destruir o Esquadrão. Até agora já foi constatada a participação de mais de 40 policiais nos grupos de extermínio, incluindo um capitão da PM e três delegados.

O presidente da Comissão de Justiça e Paz, Luis Tenderini, não foi a primeira vítima da reação do Esquadrão às investigações. No mês passado, desapareceu a principal testemunha dos inquéritos abertos pela PM e pela Secretaria de Segurança: o agente da Polícia Civil José Severino da Silva, conhecido como *Gordo*. Ele está envolvido com o Esquadrão, com o sargento Jessé Silva, da PM, também implicado, resolveu denunciar os participantes. Logo depois de prestar depoimento, *Gordo* desapareceu. No início da greve da Polícia Civil, que dura 20 dias, um homem não identificado foi encontrado morto. A polícia divulgou que o corpo era de *Gordo*; mas depois desmentiu.

Os acusados — Estão envolvidos com o Esquadrão, segundo investigações sigilosas, os delegados Fernando Gilson, Washington Luís e José Lauria Caseli, além do agente *Gordo*. Na PM, estão envolvidos o capitão José Varejão, o tenente Hermes, o sargento Jessé Silva e os soldados José Antônio, Sena e Jairo. Com exceção do capitão, todos estão presos. A Polícia Civil não prendeu ainda seus implicados, mas os três delegados foram transferidos para o interior na semana passada.

Depois que foi iniciada a greve na Polícia Civil por melhores salários, aumentou o número de cadáveres na região metropolitana. Em um só dia foram deixados cinco corpos — de quatro homens e de uma mulher — em uma mata próxima à capital. Todos tinham sido assassinados a tiros.



Após o ato público, a multidão percorreu ruas da Capital, em defesa dos agricultores

Multidão pede nas ruas de J. Pessoa pelos sem terra

Cerca de três mil pessoas - reunindo entidades sindicais representantes de 57 municípios paraibanos e 132 áreas de conflitos - promoveram ontem à tarde uma passeata pelas principais ruas de João Pessoa em protesto contra o assassinato de agricultores, a não demarcação de terras dos índios potiguaras e a não des-

propriação de 162 áreas na Paraíba. A passeata, que também contou com a participação de partidos políticos como o PCB, PT e PSB, bem como da CUT, encerrou no Palácio da Redenção, onde foi realizado um ato público e ao final uma comissão foi recebida pelo secretário chefe do Gabinete Civil, Solon Benevi-

des, a quem entregou um documento contendo denúncias da situação dos trabalhadores no campo e suas reivindicações. Solon prometeu levar o documento ao conhecimento do governador e tentar uma audiência até o próximo dia 27.

Página 5.

"Correio da Paraíba"

17-02-89

fl Seda



21.10.77.

Trabalhadores fazem passeata pedindo solução de conflitos

ANTÔNIO VICENTE

Conduzindo faixas com frases do tipo "Queremos a imissão de posse da Fazenda Vazante e a prisão preventiva do capitão Panta", "Queremos um Brasil novo e a terra para o povo", e uma fotografia do líder sindical, José Avelino, assassinado no dia 29 de dezembro último, no município do Conde, cerca de três mil agricultores, representando 57 municípios rurais do Estado, saíram ontem, em passeata, percorrendo várias ruas centrais de João Pessoa, reivindicando a desapropriação das áreas de conflito.

A manifestação iniciou em frente a sede do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, com um ato público, onde os trabalhadores rurais as lideranças sindicais e o pessoal de apoio manifestaram seu protesto contra a política rural do Governo e a impunidade em que se encontram os assassinos dos camponeses.

Seguindo um carro de som, os agricultores partiram em passeata em direção a avenida Epitácio Pessoa e depois ao Parque Solon de Lucena, onde ficaram até às 14h, em ato público, denunciando a onda de violência no campo contra trabalhadores rurais e cobrando a reforma agrária prometida pelo Governo da nova República.

Do Parque Solon de Lucena, os manifestantes seguiram para frente do prédio da Procuradoria Geral do Estado, na rua 13 de Maio; depois seguiram para a Praça João Pessoa, culminando com um ato público em frente ao Palácio da Redenção.

Diante da ausência do governador Tarcísio Burity, que se encontra em Brasília, devendo retornar amanhã, os representantes dos agricultores entregaram uma carta aberta assinada por dirigentes da CUT, Comissão da Pastoral da Terra, os Sem Terra e sindicatos de trabalhadores rurais.

No documento as lideranças sindicais denunciam que há na Paraíba, 162 áreas de conflitos, envolvendo aproximadamente 2 mil famílias, num total de 12 mil pessoas; destas, foram desapropriadas e compradas 10 áreas (Vazante, Fazenda Sítio, Barragem da Farinha, Jatobá, Alto do Serrotão, Paus Brancos, Gurugi II, Santa Clara, Subaúma, Alto do Serrotão). Em todos o Mirad ainda não se imitiu na posse.

Acrescenta que a Reserva Indígena dos Portugueses tem sido invadida por latifundiários e por índios em protesto. "Nos últimos dois anos verifica-se um crescimento da violência no campo", continua, "com espancamentos, derrubada de casas, destruição de plantações, ameaças de morte e assassinatos de trabalhadores



Mobilização reúne cerca de três mil trabalhadores na Capital

rurais, inclusive o aparecimento de uma lista de trabalhadores, padres, bispos e assessores que apoiam a luta dos trabalhadores, marcados para morrer".

"Estes fatos têm mostrado, por um lado, um descaso do Governo na resolução dos problemas e, por outro, a morosidade no tratamento das questões de interesse dos trabalhadores rurais", diz.

A nota adianta que a estrutura agrária é a principal responsável pela atual situação no campo e indica um interesse dos governantes na sua manutenção. "Percebe-se ainda que a estrutura agrária "atualizada" com as medidas econômicas do Plano Verão, penaliza cada vez mais os pequenos produtores e privilegia os grandes proprietários".

Comenta que os fatos confirmam que a existência da ação organizada dos latifundiários, através da UDR, no campo e nos órgãos governamentais, no sentido de impedir as conquistas dos trabalhadores rurais. "A omissão do Governo, o torna co-responsável pelos acontecimentos no campo paraibano", cometa, acrescentando que essa omissão governamental possibilita a ação de milícias privadas, como a chefiada pelo capitão Panta no Brejo Paraibano que vem agindo impunemente, com o conhecimento das autoridades policiais e o assassinato de trabalhadores como foi o caso recente do companheiro José Avelino, cujos assassinos continuam impunes".

De acordo com o documento, a estrutura agrária também tem sido a

responsável pelo crescimento do número de bóias-frias, pelo inchamento das cidades, pelas péssimas condições alimentares dos trabalhadores e o alto índice de mortalidade no campo.

Em vista do que foi denunciado, as entidades sindicais e os trabalhadores reivindicam imediata imissão de posse nas áreas referidas; desapropriação de todas áreas de conflito no Estado; vistorias em todas as áreas onde ainda não se realizou tal trabalho; desmantelamento das milícias privadas existentes no Estado; prisão dos assassinos e mandantes da morte de José Avelino e outros; demarcação das terras dos índios, com a retirada dos invasores e capangas; uma política agrícola voltada aos interesses dos trabalhadores e que o Governo estadual se pronuncie favorável aos pleitos dos índios potiguaras.

Finalizando, as lideranças que assinaram o documento, onde exigem que o Governo do Estado atenda as reivindicações dos trabalhadores no prazo de 15 dias.

DELEGADO

Por sua vez, o delegado regional do Mirad, José Costa, declarou que acha importante o pessoal recorrer ao Governo do Estado no sentido de pressionar o Presidente da República, uma vez que, o problema é exclusivamente político. "Essas decisões políticas devem ser resolvidas pelo governador e os políticos de influência junto ao presidente Sarney", salientou.

17.02.89



"Correio da Paraíba"

Tráfego interno

ento Estadual de Trânsito tomará providências a fim de evitar o congestionamento do tráfego no anel interno do bairro de Lucena (Lagoa), em face dos carros usados naquela área, principalmente no horário de maior fluxo de veículos. O diretor-superintendente é Carvalho, durante participação no Correio Debate, da Correio AM.

Guarabira, vestibular prova 480

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus de Guarabira, divulgou ontem a lista dos vestibulandos classificados no vestibular 480. Ao todo foram classificados 480 candidatos para as duas turmas letivas deste ano. Eles foram distribuídos nas vagas existentes nos cursos de Filosofia, Ciências Sociais, Geografia, História e Letras. O primeiro lugar foi para a estudante Terezinha da Silva. Ela obteve 710 pontos para o Curso de História. O segundo lugar ficou com Sylvia Lima, com 612 pontos. O terceiro lugar coube à estudante Juliana Batista de Moraes com 612 e o quarto colocado foi Alberto Damiano de Lima, com 608 pontos. **Página 2, Caderno Ilustrado**



Após o ato público, a multidão percorreu ruas da Capital, em defesa dos agricultores

Multidão pede nas ruas de J. Pessoa pelos sem terra

Cerca de três mil pessoas - reunindo entidades sindicais representativas de 57 municípios paraibanos e 132 áreas de conflitos - promoveram ontem à tarde uma passeata pelas principais ruas de João Pessoa em protesto contra o assassinato de agricultores, a não demarcação de terras dos índios potiguaras e a não des-

propriação de 162 áreas na Paraíba. A passeata, que também contou com a participação de partidos políticos como o PCB, PT e PSB, bem como da CUT, encerrou no Palácio da Redenção, onde foi realizado um ato público e ao final uma comissão foi recebida pelo secretário chefe do Gabinete Civil, Solon Benevi-

des, a quem entregou um documento contendo denúncias sobre a situação dos trabalhadores no campo e suas reivindicações. Solon prometeu levar o documento ao conhecimento do governador e tentar uma audiência até o próximo dia 27.

Página 5

INFORMATIVOS

1987



SEMINARIO
DE OLINDA

Palha

TRAV. S. FRANCISCO

INST. D. SAVIC

1

5/11/1914

OLINDA.
RIO DOCE.

PARADA DE ÔNIBUS
EM FRENTE AOS
CORREIOS

Prad do Carmo

Prainha dos Milagres

32601711 Son



DIREITOS HUMANOS

boletim da SECRETARIA JURÍDICA DO REGIONAL NORDESTE-MNDDH-Nº5 novembro/87

Companheiros,

Estamos enviando a todos vocês o boletim nº 5 da Secretaria Jurídica do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos. Neste número apresentamos o texto "Estado Violência" que se refere à atuação do GAJOP em torno do problema da violência policial urbana. Os casos de Jocemar e Corisco Melodia são exemplares, pois repetem-se diariamente não apenas no Recife, mas em todas as grandes cidades brasileiras. Parece evidente que a questão da violência urbana, ou melhor, a violência policial cometida contra as populações carentes, não pode ser combatida apenas através da denúncia e das ações judiciais, porém, acreditamos que esse tipo de prática das entidades de direitos humanos pode levar a uma maior tomada de consciência da população em torno do problema.

A experiência de educação popular alternativa na Ilha de Santana é a outra face de nosso trabalho. Gostaríamos muito que vocês colaborassem com o boletim enviando algumas reflexões sobre as atividades desenvolvidas, sob pena de ficarmos sem matérias que proporcionem uma maior compreensão sobre o trabalho de defesa dos direitos humanos no Nordeste.

Por fim, gostaria de informar que estamos colocando a disposição de vocês o material produzido para a CLACSO (Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais). Creio que os textos podem ser de grande utilidade para todos.



VIOLÊNCIA

É de conhecimento de todo Brasil o índice de violência generalizada reinante em nossa sociedade, onde a impunidade, os grupos de extermínio/esquadrão da morte e o abuso de poder da polícia, têm estampado as manchetes dos jornais em todas as capitais do país.

O cidadão hoje sai às ruas com a incerteza e insegurança da volta, seja pelos índices de assaltos, furtos e roubos praticados por marginais, estes fabricados por nossa estrutura econômica desumana e elitista, negando qualquer forma de sobrevivência digna à população, como também pela violência do próprio Estado, consubstanciada na atuação da polícia, fruto de uma estrutura arcaica; estrutura esta estimulada, durante os anos da ditadura militar, a combater os "crimes políticos" e comuns através de ações coercitivas que ferem aos Direitos Humanos do cidadão.

O GAJOP iniciou alguns trabalhos específicos com o intuito de combater, refletir e criar propostas sobre a segurança pública e, igualmente, para a forma de manifestação mais contundente da violência; a violência policial e a criminalidade.

A consubstanciação desses trabalhos específicos teve como primeiro fruto a elaboração e envio de um documento ao governo do Estado de Pernambuco e respectivo Secretário de Segurança Pública, onde é demonstrada a atuação de grupos de extermínio organizado (Esquadrão

da Morte). Só no período de 14 de março a 15 de abril de 1987, foram encontrados cerca de 19 cadáveres, todos vítimas da atuação dos grupos. Esta estimativa ultrapassa em muito os números encontrados, neste mesmo período em anos anteriores.

Posteriormente, mais precisamente em junho deste ano, o GAJOP organizou a elaboração de uma proposta à Assembléia Legislativa de Pernambuco da criação, em caráter permanente, de uma Comissão de Segurança Pública, composta por representantes do povo, respeitando-se a proporcionalidade partidária, com a finalidade de acompanhar a política de segurança, bem como analisar, discutir e propor políticas, diretrizes e linhas de ação no combate a todos os tipos de violência que ocorram no Estado.

Durante esse período o GAJOP tornou público dois casos típicos de violência policial, objetivando a reflexão e, principalmente, o alerta a toda sociedade civil, de como os casos de violência do Estado (violência policial) são vistos pela Justiça e pela própria polícia.

O primeiro desses casos, foi a morte de um estudante (18 anos), no bairro do Cordeiro, Recife-PE. O assassinato foi cometido pelo Tenente Ivo Portela, da Polícia Militar de Pernambuco. O fato: próximo à residência do jovem Jocemar existe um bar onde, no dia do assassinato, houve uma briga entre duas pessoas, ocorrendo que uma delas sacou do revólver e disparou

alguns tiros sem atingir ninguém. O Tenente, que se encontrava no bar apenas de bermuda, ou seja, não em serviço, saiu imediatamente à procura do responsável pelos tiros em companhia de três homens que com ele estavam. Não conseguindo encontrar o perseguido, o Tenente ligou para uma Corporação pedindo reforço policial e mesmo à paisana, assumiu o comando da operação. Achando que o pretenso atirador tinha entrado em determinada residência, o Tenente invadiu-a dizendo que iria prender o marginal que ali havia entrado. Sem nada entender, Jocemar, com medo daquela cena de operação militar, só vista em televisão, através desses seriados passados pela Rede Globo, correu para o banheiro sendo seguido pelo Tenente que mesmo sob apelo dos pais do rapaz, dizendo que o mesmo não se tratava de um marginal, deflagrou dois tiros em Jocemar, que depois de morto, foi arrastado até o meio da rua, sendo seu cadáver barbaramente espancado pelos policiais. A selvageria foi tão grande, que as pessoas presentes ao fato expressaram sua revolta com a atuação dos policiais.

Observando o GAJOP que esse crime não poderia ser sepultado sob a poeira de mais um "rigoroso inquérito", no fundo de uma gaveta qualquer, passou a agir em determinadas linhas. Imediatamente, procuramos a instauração de um inquérito na Justiça Comum, já que havia sido feito o inquérito militar e organizamos um fórum de debates num programa radiofônico de nossa iniciativa "O Violência Zero", pro-

curando questionar o foro privilegiado para os crimes militares.

Sem sombra de dúvida essa é uma questão realmente controvertida, pois o Código Penal Militar é tão amplo, que num crime como esse, se se seguir o que está estritamente escrito na lei, será considerado como crime militar. Como é possível um policial, não estando em serviço, de bermudas e num bar, assassinar barbaramente um jovem e mesmo assim ser julgado pela Justiça Militar? Nós questionamos muito este tipo de privilégio pois, normalmente, esses crimes quando julgados pela Justiça Militar têm os resultados de sua punição abrandados, pois o sentimento de corporação quase sempre prevalece ao sentimento de Justiça.

O outro caso acompanhado pelo GAJOP, foi o da agressão sofrida por Eraldo Gomes da Silva, conhecido popularmente como "Corisco Melodia". Corisco Melodia foi espancado, em sua residência, por quatro policiais da Delegacia de Furtos de Veículo, sendo alegado que o mesmo era responsável pelo furto do automóvel do Secretário de Habitação do Estado. Os policiais receberam um telefonema anônimo, acusando o cantor Corisco Melodia como o responsável pelo furto; imediatamente, partiram à procura do cantor e quando encontraram sua residência, invadiram a casa e espancaram o rapaz, tentando obrigá-lo a confessar que tinha cometido o crime. Sem entender nada, Corisco mostrou o disco que tinha gravado para os policiais e disse que

estavam confundindo-o com outra pessoa. Os policiais não deram ouvidos e continuaram batendo, até que resolveram levá-lo para a Delegacia, onde continuou a sofrer torturas. Não conseguindo os policiais o que desejavam, e constatando que haviam cometido um erro. Levaram o cantor para um hospital e para acertarem o fato disseram que se tratava de um marginal que tinha sido preso na rua.

O fato foi denunciado pelos jornais. O GAJOP acompanhou o inquérito instaurado para a apuração do ocorrido e infelizmente constatou que a morosidade da Delegacia de Furtos de Veículos em liberar os acusados para depor parecia ser proposital, mesmo ressaltando-se o aparente empenho do delegado responsável pelo caso. O inquérito deverá ser enviado à Justiça e a incerteza da punição fica com as marcas das torturas sofridas por Corisco Melodia.

A intenção maior do GAJOP em divulgar esses casos é a de proporcionar a toda a sociedade uma pequena amostra de um imenso universo que é a violência policial.

A condenação pura e simples do acusado deve ocorrer, contudo não se constitui objetivo específico de nossa entidade. A abordagem visa a uma maior compreensão por parte de todos para com o problema da violência e a condenação, não só dos responsáveis por estes dois casos específicos, mas também por inúmeros outros cometidos e que não foram apurados de fato, deve ser uma consequência de uma política mais

consciente por parte da Justiça e dos governos no tratamento dessas questões.

É preciso que o Movimento de Defesa dos Direitos Humanos, e mais especificamente o Regional Nordeste e a Secretaria Jurídica, procurem, através de denúncias ou propostas, alertar a sociedade civil para esses casos.

A sociedade, de forma geral, parece não estar enxergando a pior forma de violência, a do Estado. As torturas continuam, a estrutura autoritária e privilegiante aos militares também. Se no passado as torturas aos presos políticos ofuscavam o que ocorria aos presos comuns, hoje, sem mais "presos políticos", a violência aos presos comuns parece não despertar o interesse de todos. Isso não pode continuar.



ILHA DE SANTANA,EDUCAÇÃO POPULAR

O início da experiência em Ilha de Santana tem o seu surgimento contado a partir da intenção inicial do Ministério da Justiça, ao tempo de implantação da Nova República, de integrar entidades várias de assessoria ao Movimento Popular e a própria população na luta contra as violências existentes na sociedade, através do Plano "Mutirão Contra a Violência".

O GAJOP, através do Setor de Educação Comunitária, teve admitida a concessão de recursos para o desenvolvimento de atividades educativas junto ao público ligado a associações de moradores. As áreas escolhidas foram quatro comunidades carentes da Região Metropolitana do Recife, contudo, vamos restringir a narração à experiência desenvolvida em Ilha de Santana, comunidade carente situada em Olinda-PE.

Em relação à proposta inicial de trabalho, as quatro áreas escolhidas para o encaminhamento das atividades, Morro da Conceição se caracterizou como possuidor de altos índices de violência social e criminalidade, representando a todo momento objeto de preocupação de autoridades e estudiosos da questão.

Na fase inicial das atividades foi procurado, através dos grupos existentes nas comunidades, identificar, a partir da realidade de cada grupo, todas as possíveis e imagináveis manifestações da violência, não se adstrindo ao conceito

comum e restrito do tema, o qual confunde-se com criminalidade.

Concluída esta fase foi necessário identificar no todo uma e somente uma das várias formas de manifestações da violência, optando-se por aquela que seria a mais próxima possível da realidade da comunidade.

Os instrumentos utilizados para que se chegasse a este estágio, foram vídeos e cartilhas, os quais atingiram a sua finalidade de meio para tornar o debate mais produtivo. Contudo em relação aos vídeos, o projeto era de elaboração de quatro programas abordando o tema violência sob diferentes prismas, sendo apenas possível a elaboração de um único vídeo, em razão do descumprimento do convênio firmado pelo Ministério da Justiça.

A partir deste momento as mudanças no Ministério representaram também as mudanças na sua forma de atuação. O Ministro Paulo Brossard deu prioridade ao combate dos efeitos da violência e não as suas causas, dificultando e atrasando de certa forma o andamento dos trabalhos educativos e conscientizadores.

Em Ilha de Santana a inserção dos grupos da comunidade no trabalho foi de bom nível e foi procurado pelos assessores a observação das colocações e opiniões da própria comunidade a respeito da concentração de renda; abuso de poder; impunidade; miséria, desemprego e má remuneração; concentração da terra; políticos e questão da mulher.

Estas impressões, representam em conteúdo a própria vontade da comunidade em mudar, demonstrando um potencial real de trabalhar pela solução de seus problemas, facilitando com que a comunidade de finisse mais tarde o seu objeto específico de estudo.

De posse dessa determinação de se transformar, os grupos reunidos que fazem as discussões semanais em Ilha de Santana, identificaram a violência contra o menor, como a forma de violência mais grave sentida pela comunidade.

De fato a situação destes menores em Ilha de Santana são as piores possíveis. Eles são totalmente desassistido e logo cedo são obrigados pelas circunstâncias econômicas, não só contingentes a estas famílias, mas talvez semelhantes ou até igual a inúmeras outras famílias carentes por todo o Brasil; a trabalhar pelas ruas sem qualquer acesso a educação e lazer, indo desde cedo assumir a responsabilidade por si só e até em alguns casos o trabalho destas crianças deixa de representar uma mera ajuda aos familiares para se tornar a principal fonte de renda para as famílias.

Diante da adversa realidade vivida pelo menor da Ilha de Santana, os participantes dos debates na área, resolveram criar uma "Comissão de Paz para o Menor", tendo como objetivo específico a fiscalização, controle, discussões e busca de alternativas diante da violência praticada contra o menor da Ilha.

A Comissão de Paz para o Menor objetiva acima de tudo, conscientizar os moradores da Ilha para uma mudança de atitude com relação ao menor em casa e na sociedade.

Com este objetivo imediato, está se procurando o engajamento de outras comunidades para uma luta semelhante, contudo é nítida para a comunidade da Ilha a forte vinculação da problemática do menor com as questões estruturais da sociedade capitalista. Sendo também de consciência a sua inserção numa luta bem maior, pela transformação da própria realidade social injusta, se sentindo, portanto, parte do autêntico movimento popular.

Existe também a preocupação da Comissão em desenvolver a capacitação de seus participantes e dos que se engajarem no movimento a fim de que a qualidade dos representantes venha a se constituir um dos melhores caminhos para que se atinja o objetivo maior que é o bem estar do menor da Ilha.

Este tipo de atividade, obviamente, não é contínua, aliás é esta a razão do trabalho educativo do GAJOP. É objetivo futuro que este crescimento seja de tal forma grande, que fugindo aos limites da assessoria, torne o trabalho da comunidade autônomo. Afinal, de nada valeria o trabalho junto ao movimento popular, se todos não estivessem imbuídos do propósito e conscientes da necessidade de que um dia ele venha a andar por si só.

INTERCÂMBIO DE TEXTOS

A Secretaria Jurídica como propostas já estabelecidas no seu projeto de estruturação, objetiva viabilizar a troca de experiências entre os advogados, bem como a circulação de informações jurídicas entre eles, contribuindo assim para a profissionalização daqueles que exercem a advocacia popular pelos direitos humanos. Como propostas básicas, o boletim desta Secretaria se propõe a publicar estudos, relatório, textos e outros escritos sobre a atuação e experiências dos advogados populares do Nordeste. Com esse intuito catalogamos 16 (dezesesseis) textos publicados no 4º Seminário do Grupo de Trabalho Direito e Sociedade do Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO), os quais passamos a expor através de uma resenha, e caso haja interesse, nos propomos a enviá-los. Esperamos o comunicado dos interessados.

1. A INCOERÊNCIA COERENTE DO SISTEMA JURÍDICO-PENAL: O AVESSO DA ORDEM

(Ednadel Pomo de Araújo)

Este texto discute os objetivos fixados pela "política penitenciária", de punição e recuperação, não sob o ponto de vista do conceito jurídico, da interpretação doutrinal, mas sob a ótica das relações sociais que se estabelecem historicamente.

2. VIOLÊNCIA: O QUE VEMOS A TODO INSTANTE

(Arno Vogel, Gerônimo Leitão e Vera Lúcia de Oliveira Lima)

Este trabalho corresponde a um capítulo do livro (Como as Crianças vêm a Cidade), elaborado pelo Centro de Estudos e Pesquisas Urbanas do IBAM em colaboração com a Prefeitura do Rio de Janeiro.

3. REINCIDÊNCIA E REINCIDENTES PENITENCIÁRIOS EM SÃO PAULO 1974 - 1985

(Sérgio Adrono de Abreu e Eliana B. Trindade Bordini)

Tem como objetivo o estudo da reincidência na Penitenciária do Estado de São Paulo. Como primeiro ponto, avaliar a magnitude da reincidência penitenciária; segundo, concentrar-se em conhecer e interpretar o perfil social dos reincidentes penitenciários, comparativamente aos não reincidentes.

4. QUEM SÃO OS HOMENS DELINQUENTES?

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PRESO COMO EXCLUÍDO

(João Ricardo Wanderley Dornelles)



Traça uma trajetória da questão do preso, entendendo-o como parte de um segmento excluído, e que sofre através dos mecanismos de privação da liberdade e da vigilância, um tipo específico de controle.

5. A VOLTA DO PARAFUSO: CIDADANIA E VIOLÊNCIA

(Eliane Botelho Junqueira e José Augusto de Souza Rodrigues)

Objetiva desenvolver uma análise sobre a violação dos princípios orientadores dos direitos humanos nas práticas estatais e não estatais de regulamentação da conduta social vigente nas áreas marginalizadas dos centros urbanos brasileiros a partir da interpretação dos dados obtidos em uma pesquisa realizada no Morro da Coroa, Rio de Janeiro.

6. LA JUSTICIA PENAL: ACCESO Y CONTROL

(Jorge Enrique Romero Pérez)

Este documento analisa o tema da justiça: acesso e controle. Tema singular, enquanto toca um dos aspectos medulares da racionalidade do Estado moderno e dos elementos básicos de uma sociedade democrática.

7. LA CORTE SUPREMA DE JUSTICIA DURANTE LA DICTADURA

(Argentina 1976.1983)

(Enrique I. Groisman)

Este estudo tem como objetivo analisar a função cumprida pela Corte Suprema de Justiça da Nação, no período transcorrido entre 24 de março de 1976 a 10 de dezembro de 1983, durante o regime de fato que adotou a denominação de "Processo de Reorganização Nacional".

8. EL ACCESO DE POBLACIONES DE BAJOS INGRESOS A LA JUSTICIA

(Area sub-andina del Peru)

(Daniel Estrada Perez)

9. LOS SISTEMAS DE LEGISLACION PROCESAL PENAL COMO INSTRUMENTO DE CONTROL SOCIAL EN LATINOAMERICA, CON ESPECIAL REFERENCIA A LA ARGENTINA:

(Miguel Alfredo Arnedo)

Este trabalho evidencia, que a maioria dos sistemas de legislação processual penal da América Latina, apresentam características de rigidez associada a um controle social, cuja ideologia exige medidas rigorosas dirigidas principalmente a setores sociais marginalizados da comunidade. Analizando alguns núcleos problemáticos que estas legislações apresentam, mostrando claramente a incompatibilidade com uma correta e integral vigência dos direitos humanos.

10. **EL ORDEN JURIDICO-INSTITUCIONAL COMO SISTEMA DE CONTROL;
DESDE EL NACIMIENTO HASTA LA MUERTE.**

(Enrique A. Kozicki)

11. **SOBRE O PROJETO "CONTROLE DA CRIMINALIDADE": DA LAICIZA
ÇÃO DO DIREITO À IDEOLOGIA DA CRISE?**

(Marco Antônio da Silva Mello)

Este se baseia no projeto "Controle de Criminalidade", que nasceu de uma demanda de certos setores do chamado "sistema criminal", para promover seu aperfeiçoamento no exercício de sua tarefa de agente do controle da criminalidade.

12. **LA CRIMINALIDADE: FORMA DE LA EXCLUSION Y LA CENSURA
EN DISCURSO JURIDICO.**

(Alícia E.C. Ruiz)

Estabelece problemas como a delinquência, marginalidade, segurança pública, cidadania, ordem, transgressão, questões que são esboços da política pública que se encontram a cargo do impacto da criminalidade e qualidade de vida das populações urbanas, do papel de justiça e dos diversos funcionários que a integram, a respeito da polícia e seus efeitos sobre a sociedade e da natureza do sistema penitenciário.

Acrescentamos ainda, além dos acima mencionados, textos que fazem parte da publicação trimestral do Apoio Jurídico Popular - AJUP, como os que passamos a relatar:

- Por uma Justiça Agrária Verdadeira (Sônia H. Novaes)
- Justiça e Injustiça Agrária (Luiz Edson Fachin)
- Pela Democratização do Judiciário (José Eduardo Faria e José Reinaldo de Lima Lopes)
- Crise na Justiça Judiciária (Alícia Herrera Rivas)



TRIBUNAL DOS CRIMESDO LATIFÚNDIO

O Instituto de Apoio Jurídico Popular e a Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais-Bahia, farão realizar a segunda sessão do Tribunal Nacional dos Crimes do Latifúndio, nos dias 12, 13 e 14 de novembro de 1987 em Salvador-BA.

Serão oferecidos três casos pré-selecionados de acordo com os seguintes critérios:

1. Os casos devem ser exemplares pela repercussão que tiveram.

2. Tenham sido efetivamente julgados pelo Poder Judiciário.

3. Tenham havido impronúncia por parte do Juiz.

4. Ou que estejam paralisados sem perspectiva de julgamento a curto prazo.

Dentro desses critérios norteadores da escolha dos casos, a segunda sessão do Tribunal analisará os crimes dos quais foram vítimas Eugênio Lyra (BA), Margarida Maria Alves (PB) e João Celestino e família (BA). Cada caso contará com a participação de um relator especificamente, sendo analisado, pelos mesmos, cada caso em profundidade, principalmente no que se refere a atuação ou omissão das autoridades policiais e/ou judiciais, deliberados defeitos processuais, etc. Para o caso Eugênio Lyra (BA) - Lizt Vieira será o relator; Margarida M^a Alves (PB) - Erilda Balduino e João Celestino e família - Gilberto Marques.

Participarão como juizes: Modesto da Silveira, Antônio Evaristo de Moraes Filho, Herman Assis Baeta (RJ); José Carlos Dias, Hêlio Ricardo (SP). Arx Toril, Calmon de Passos (BA); Silvio Loreto, Romeu da Fonte (PE).

A segunda sessão do Tribunal terá como sede o auditório da Faculdade de Direito da BA (UFBA).

Feitos alguns esclarecimentos a respeito da segunda sessão do Tribunal, vimos ressaltar a importância da participação dos companheiros num evento deste porte como também convocá-los para o Encontro da Secretaria Jurídica a ser realizado no dia 15 de novembro também em Salvador-BA; onde será discutido a violência em cada Estado, o papel do MNDDH diante da violência e uma avaliação crítica da Secretaria Jurídica.

A abertura do Tribunal se dará a partir do dia 12 à noite onde os prezados companheiros já deverão estar presentes e no domingo dia 15 de novembro realizaremos o nosso encontro.

As despesas com hospedagem e passagem serão assumidas pela Secretaria Jurídica. Esperamos a confirmação da presença dos companheiros com urgência, através de carta ou telefone aqui para o GAJOP.

Em breve enviaremos com todos os detalhes uma carta aos companheiros detalhando o local onde se hospedarão, quais os precedimentos na chegada e demais dados necessários ao nosso encontro.

EMENTÁRIO

DECRETO Nº 94.508, de 23/06/87 Altera o Decreto nº 91.469 de 24 de julho de 1985, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Defesa do Consumidor e dá outras providências. DOU-I, de 24/06/87 - pág. 9789	DECRETO Nº 94.040, de 18/02/87 Desarmamento e Direitos Humanos Dispõe sobre a criação da Delegação do Brasil para o Desarmamento e os Direitos Humanos, e dá outras providências. DOU-I, de 19/02/87 - pág. 2479
PORTARIA Nº MPAS/GM/4.048, de 20/07/87 Dispõe sobre a execução da previdência social urbana. DOU-I, de 22/07/87 - pág. 11607	LEI Nº 7.612, de 09/07/87 Dispõe sobre a suspensão dos processos de despejo e dá outras providências. DOU-I, de 10/07/87 - pág. 10886

Boletim DIREITOS HUMANOS

Nº 5 - Novembro/1987

Realização da SECRETARIA JURÍDICA DO REGIONAL NORDESTE
 MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS - MNDDH

P R O D U Ç Ã O

RICARDO BRITO (Coordenador do GAJOP)
 RODRIGO PELLEGRINO (Estagiário do GAJOP)
 ADEMAR RIGUEIRA (Estagiário do GAJOP)
 RUBEM ROCHA (Datilógrafo do CLF)

E N D E R E Ç O

Centro Luiz Freire

Rua 27 de Janeiro, 181 - Carmo - 53110 - Olinda-PE. Tel. 429-3444 - Brasil



Religioso é torturado em Pernambuco

O presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, Luiz Tenderine, italiano, foi seqüestrado e torturado por dois homens que se declararam integrantes do Esquadrão da Morte. Essa organização criminoso, que nos dois últimos anos dobrou o número de execuções em Pernambuco, vem sendo combatida pela Igreja.

Os torturadores disseram a Tenderine que só não iriam matá-lo porque o crime teria muita repercussão. O governador Miguel Arraes prometeu aos bispos da Regional Nordeste II, da CNBB, reunidos em Olinda, levar as investigações até o fim: "São homens que querem calar o povo", disse Arraes sobre os criminosos. (Pág. 5)

Esquadrão tortura religioso em Recife

RECIFE — O presidente da Comissão de Justiça e Paz da arquidiocese de Olinda e Recife, o italiano Luiz Tenderine, 46 anos, foi espancado e queimado na noite de anteontem, depois de ter sido seqüestrado por dois homens que se diziam integrantes do Esquadrão da Morte, organização clandestina que nos últimos dois anos duplicou o número de execuções de supostos marginais em Pernambuco e que ultimamente vinha sido muito combatida pela Igreja. O presidente da Comissão de Justiça e Paz foi queimado com cigarro no

rosto e no peito e ficou cheio de hematomas pelo corpo. Só não foi morto, segundo Tenderine, porque o crime teria muita repercussão. "Eles (os seqüestradores) disseram que era uma advertência para a Igreja parar de combater o Esquadrão e que não iam me matar porque não queriam fazer um herói", disse Tenderine.

O seqüestro ocorreu por volta das 21h30 do sábado. Luiz Tenderine havia deixado o Seminário de Olinda, onde de sexta-feira até ontem foi realizada a assembléia dos bispos

da CNBB Nordeste II, dirigindo sua Brasília, na companhia de um amigo, o padre Istvan Melo, a quem deu uma carona. Um quilômetro depois de ter deixado o amigo em casa, no Bairro do Espinheiro (Centro), um Fiat barrou sua Brasília. Dois homens desceram do carro, e, apontando revólveres, o renderam e mandaram que passasse para o banco traseiro. "Eles me perguntaram se eu era da Comissão de Justiça e Paz e se estava participando do seminário."

Tenderine disse que andou no carro por mais de uma hora com os dois homens, mas durante o percurso pouco conversaram. Ele foi levado para Mata do Ronca, um lugar ermo, às margens da BR-101, no município de Paulista (a 15 quilômetros do Recife), preferido pelo esquadrão para praticar crimes.

Os seqüestradores estacionaram o carro na Mata do Ronca, tiraram a camisa, os sapatos e as meias de Tenderine e o queimaram com cigarro. Os seqüestradores ainda quebraram os faróis e baixaram o pneu antes de fugir.

R E G I Ã O S U L I

(SÃO PAULO, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA, PARANÁ)

ANOS: 1988/1993

INFORMATIVOS

1 9 9 3



CÂMARA DOS DEPUTADOS

7

27/04/93

Discurso proferido pelo Deputado ROBERTO FRANCA PSB/PE, na Sessão do Pequeno Expediente da Câmara dos deputados do dia 27/04/93.

O Sr. ROBERTO FRANCA (PSB/PE) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um dos aspectos mais positivos do elenco de medidas enunciado pelo Sr. Presidente da República, neste novo plano que visa combater a recessão e a inflação, e garantir a retomada do crescimento, foi, sem sombra de dúvidas o compromisso de combater a pobreza e a miséria. Queremos, portanto, neste pronunciamento, louvar, por exemplo, a parte que procura adotar medidas com vistas a retomada das atividades na construção civil e outras que ali estão previstas, visando minorar a crescente pauperização do povo brasileiro. Todavia, Sr. Presidente, não temos certeza se o Governo pretende realmente a colaboração das entidades da sociedade civil nessa luta contra a fome e contra a miséria. Inúmeras personalidades e instituições se mobilizaram neste País no sentido de contribuir nesta grande causa comum, e posso citar a título de exemplo, Dom Hélder Câmara, na sua peregrinação para que cheguemos ao ano 2000 sem miséria e a de Herbert de Souza, prêmio de Direitos Humanos de 1992, concedido pelo Movimento Nacional dos Direitos Humanos, que tem tido uma ação importante para que o Governo direcione a sua política no sentido de reduzir a miséria e a fome. Mas o questionamento, Sr. Presidente, que fazemos nesse momento, deve-se a uma série de dispositivos normativos recém instituídos e que, praticamente, frustram qualquer gesto de aproximação do Governo com as organizações da sociedade civil, com as entidades assistenciais, com as entidades filantrópicas e com as organizações não-governamentais. Refiro-me



CÂMARA DOS DEPUTADOS

de maneira especial à Ordem de serviço nº 72, de 06 de abril de 1993, do Diretor de Arrecadação e Fiscalização do INSS. Essa Ordem de Serviço é uma verdadeira aberração, pois impede que qualquer entidade filantrópica seja beneficiada da isenção da contribuição previdenciária prevista na Lei nº 8.212/91, votada por esta Casa. Desafio, Sr. Presidente, que se apresente uma única entidade deste País que possa atender as exigências contidas nessa Ordem de Serviço, para se beneficiar de uma isenção que foi assegurada pelo congresso. Mas não se trata apenas dessa Ordem de Serviço. Há uma série de outras resoluções recentes do Conselho Nacional de Serviço Social que impedem também que essas entidades possam obter o certificado de entidade filantrópica e o registro no Conselho Nacional de Serviço Social, sem o que essas entidades não podem receber recursos da União, porque a Lei de Diretrizes Orçamentárias exige que as entidades não-governamentais tenham o registro do CNSS para receberem recursos da União. É uma verdadeira via-crucis a que têm de percorrer essas entidades que desempenham um serviço de natureza pública, que são colaboradores naturais do Governo na luta contra a pobreza, contra a miséria, e pelo fortalecimento da cidadania neste País. É estranho que elas não recebam um gesto, uma manifestação expressa de que serão parceiras do Poder Público na luta que o País desenvolve neste sentido. Sr. Presidente, peço que V. Exa. mande anexar ao meu pronunciamento estes documentos, para que esta Casa tome conhecimento do conjunto dessa legislação, que é um verdadeiro monumento à burocracia nacional..

MNDDH

MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

São Paulo, 8 de setembro de 1988

Companheiros,

Estamos comunicando, pelo presente ofício circular, as informações básicas sobre o funcionamento do Programa de Comunicação do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH), de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Conselho Nacional.

Como vocês sabem, o Conselho Nacional é a instância política máxima do MNDDH, depois da Assembléia Geral. Ligado ao Conselho, funciona um Secretariado Executivo com três membros: os companheiros Augustino Veit, secretário executivo, morando e trabalhando em Brasília; Fernando Gonçalves, de Petrópolis, que articula, ao nível do Secretariado, o programa na área da violência e o signatário deste ofício.

No Programa de Comunicação, são estas as atividades básicas:

1. Jornal dos Direitos Humanos

Circulará todos os meses (já saíram os números 0 e 1). A data máxima para o recebimento de notícias é o último dia útil de cada mês. O tamanho padrão das notícias é de 30 linhas. Em casos excepcionais, 60 linhas, espaço 2.

Este é o conteúdo essencial do Jornal: editorial, artigos, reportagens, entrevistas, realidade da América Latina e do Terceiro Mundo, além do noticiário dos centros e regionais do Mnddh.

A redação do Jornal é a mesma da Agência Ecumênica de Notícias (AGEN), de que o MNDDH é sócio-fundador:

Avenida Ipiranga, 1267/14º andar

CEP 01039 São Paulo SP Brasil

Portanto, enviem para este endereço as notícias, as denúncias sobre violação de direitos humanos e de mobilizações neste setor. Se a informação requerer uma divulgação imediata, faremos isto através do telex da própria AGEN. Se puder esperar alguns dias, publicaremos a notícia nos boletins da agência, assim como no Jornal. Estamos, também, enviando as notícias para os meios de comunicação social, através do telex.

O jornal, inicialmente com a tiragem de 10 mil exemplares, será colocado proximamente nas bancas e será vendido ao preço unitário de 50 cz. A assinatura anual de apoio será de 2 mil cruzados.

A secretaria e a expedição do jornal ficarão no Centro Santo Dias de Direitos Humanos, na Avenida Higienópolis, 890, CEP 01238, São Paulo SP, fone 011.8254414, com a companheira Josefa. Ela já está cuidando da expedição e das assinaturas.

A linha política do jornal é a do MNDDH, conforme sua carta de princípios, as resoluções de seus encontros nacionais e as decisões do seu Conselho Nacional. De acordo com a lei, a responsabilidade editorial é do editor responsável.

2. Textos de apoio

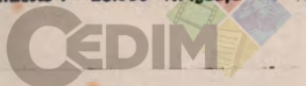
O companheiro Orlando Fantazzini, que acompanha - pelo Conselho - as atividades de comunicação, está preparando a publicação de resumos de casos jurídicos na área dos direitos humanos (por exemplo, os casos de Leme, de Margarida Maria, do massacre de índios na fronteira com a Colômbia etc.). O Programa de Comunicação acompanha, também, o Programa de Formação quanto aos textos formativos propriamente ditos.

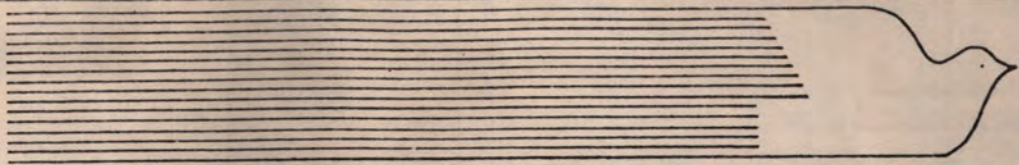
3. Rádio

REGIONAIS DO MNDDH - Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos/Sede: 74000-Goiânia-GO - R. 240, Lt 19, Q93-S.Univ. (062)2255030.

1. Norte 1 - 69.900 - R. Branco - AC - C.P. 473 - Palácio do Bispo - (068)-2244555
2. Norte 2 - 66.000 - Belém - PA - R. Manoel Barta, 47 - (091)-2242385
3. Nordeste - 60.057 - Fortaleza - CE - R. Pedro Borges, 33-S/605 - (085)-2261953
4. Leste 1 - 26.000 - N. Iguaçu - RJ - R. Capitão Chaves - (021)-7677677

5. Leste 2 - 36.570 - Viçosa - MG - R. Arthur Bernardes, 51 - (031)-8911780
6. C. Oeste - 74000 - Goiânia - GO - R. 240, Lt. 19 Q.93-S.Univ. - (062)-2255030
7. Sul 1 - 02318 - S. Paulo - SP - Av. Antonello de Messina, 772 - (011)-2042333
8. Sul 2 - 90.000 - P. Alegre - RS - R. Andrade Neves, 100 - 8/1304 - (0512)-219130





MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2

Estamos mantendo os primeiros contatos com emissoras de rádio, a começar pela Aparecida, para a produção de um programa radiofônico sobre direitos humanos a ser enviado, em cópias gravadas, para os vários regionais.

4. Cartazes

Estão em fase de definição os primeiros cartazes do MNDDH sobre o 40º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, sobre a UDR, contra a tortura e a favor da solidariedade brasileira com os países irmãos da América Latina.

5. Prêmio Nacional de Direitos Humanos

O Programa de Comunicação desempenha, também, um papel específico na divulgação e promoção deste Prêmio, que o MNDDH decidiu conceder a partir deste ano.

Na medida em que o Movimento dispuser de recursos, vamos desenvolvendo outras atividades, a começar pelo vídeo (produção, co-produção e divulgação de vídeos ligados à nossa área de interesse), ampliação da rede de telex nos regionais (a meta a médio prazo é que cada regional tenha um telex) e conquista de um espaço na televisão.

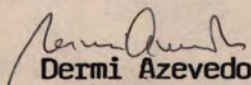
Em síntese, companheiros, estes são os primeiros dados do nosso Programa. Esperamos que vocês enviem críticas e sugestões para o jornal e demais serviços. Além das denúncias sobre violações de direitos humanos, remetam também notícias sobre as iniciativas dos centros e entidades dos movimentos sociais e populares nesse campo.

Utilizando os canais disponíveis (impressos e eletrônicos), vamos intensificar a socialização das informações na área dos direitos humanos. Remetam-nos, como faziam antes para o Sin, os endereços para os quais as cartas e mensagens de solidariedade devem ser enviadas.

É fundamental que nos enviem, também, os endereços das pessoas e/ou entidades e/ou movimentos afetados em seus direitos.

Sobre quaisquer dúvidas, escrevam-nos. Estamos todos juntos no mesmo serviço e na mesma militância pelos direitos dos empobrecidos, direitos de Deus, direitos humanos.

Um abraço,


Dermi Azevedo

Membro do Secretariado Executivo - Programa de Comunicação

telefone: 01112296734

Outros companheiros com os quais vocês podem deixar notícias e/ou recados: José Pedro Martins, Fladimir Araújo, José Domingos Braghetto, Guilherme Salgado Rocha, Edin Sued Abumansur.

NOVO ENDEREÇO DA SEDE NACIONAL:

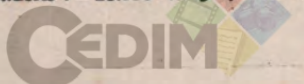
SDS Edifício Venâncio VI Bloco O - 39 - sala 109 fone 061.321-4751

CEP 70302 Brasília-DF (Augustino ou Valéria)

REGIONAIS DO MNDDH - Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos/Sede: 74000-Goiânia-GO - R. 240, Lt. 19, Q. 93-S. Univ. (062) 2255030.

1. Norte 1 - 69.900 - R. Branco - AC - C.P. 473 - Palácio do Bispo - (068)-2244555
2. Norte 2 - 66.000 - Belém - PA - R. Manoel Barta, 47 - (091)-2242385
3. Nordeste - 60.057 - Fortaleza - CE - R. Pedro Borges, 33-S/605 - (085)-2261953
4. Leste 1 - 26.000 - N. Iguaçu - RJ - R. Capitão Chaves - (021)-7677677

5. Leste 2 - 36.570 - Viçosa - MG - R. Arthur Bernardes, 51 - (031)-8911780
6. C. Oeste - 74000 - Goiânia - GO - R. 240, Lt. 19 Q. 93-S. Univ. - (062)-2255030
7. Sul 1 - 02318 - S. Paulo - SP - Av. Antonello de Messina, 772 - (011)-2042333
8. Sul 2 - 90.000 - P. Alegre - RS - R. Andrade Neves, 100 - S/1304 - (0512)-219130



Impunctivo

03/88

Sul I - DHs

AOS COMPANHEIROS DE TODOS OS CENTROS DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Nós, CENTROS DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, abaixo relacionados, reunidos no dia 12 de março de 1988, no Centro "Oscar Romero", ratificando as decisões tomadas na reunião do REGIONAL SUL-I durante o V ENCONTRO NACIONAL, em Goiânia, comunicamos a todos os companheiros que continuamos integrados ao Regional Sul I, do qual nunca nos desvinculamos, tendo em vista o trabalho por nós desenvolvido na luta em defesa dos Direitos Humanos:

01. CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS "HENFIL" - tem sua sede em Santos-SP e abrange quase toda a população da Baixada Santista, estimada em 700.000 habitantes. Desenvolve um trabalho de apoio aos diversos Movimentos Populares. Tem sua atuação específica na área de alfabetização de adultos. Participa das lutas operárias e sindicais da região.
Endereço: Rua Guaibê, 104 - CEP: 11.035 - Santos - SP
02. COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA LAPA - tem sua sede no bairro da Lapa e abrange os bairros de Pirituba, Perus, Jaguará, Freguesia do Ó, Rio Pequeno e Jaguaré, com uma população estimada em 1.231.657 habitantes. Além de combater à violência policial, é responsável pelo Projeto Piloto Vila Penteado, desenvolvido na favela Mirangoaba, formada por cerca de 500 barracos, com uma população de 2.500 pessoas. O projeto está enquadrado nas reivindicações dos Movimentos Populares de apoio aos favelados, com posse do terreno através da concessão do direito real de uso, urbanização e financiamento do material de construção. Participou da fundação e continua acompanhando as atividades do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte. Atua junto à Curia da Região Episcopal da Lapa.
Endereço - Rua Afonso Sardinha, 62 - CEP: 05076 - Lapa - São Paulo - SP
03. CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS "FREI TITO DE ALENCAR LIMA" - tem sua sede no bairro de Santo Amaro. Desenvolve um trabalho de educação popular junto às comunidades mais carentes da região, prestando-lhes, inclusive, orientação jurídica. Apoiar os Movimentos Populares do bairro em suas reivindicações.
Endereço - Rua Débora Paschoal, 282 - CEP: 04328 - São Paulo - SP

04. CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE MOGI DAS CRUZES - tem sua sede na cidade de Mogi das Cruzes - SP, que conta com uma população de 210.166 habitantes. Desenvolve um trabalho junto aos operários do campo e da cidade, apoiando-os em suas reivindicações. Dá apoio à população pobre que ocupa áreas ociosas e ali constroem suas moradias. Atua junto à Diocese de Mogi das Cruzes.

Endereço - Rua Barão de Jaceguai, 509 - CEP:08700 - Mogi das Cruzes - SP

05. CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE SANTO ANDRÉ - tem sua sede na cidade de Santo André-SP, que conta com uma população de 552.492 habitantes. Desenvolve um trabalho principalmente junto aos presos, combatendo e denunciando a violência policial de que são vítimas. Faz um trabalho, também, - junto às famílias dos presos, orientando-as e apoiando-as. Atende a população carente que ocupa áreas desocupadas com a finalidade de conseguir lugar para morar. Atua junto à Diocese de Santo André.

Endereço - Praça do Carmo, 36 - CEP: 09000 - Santo André - SP

06. CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE INTERLAGOS - tem sua sede no bairro de Interlagos, região de Santo Amaro, que conta, atualmente com 1.042.856 habitantes (um milhão, quarenta e dois mil e oitocentos e cinquenta e seis). Desenvolve um trabalho junto aos favelados e às comunidades mais carentes, denunciando sempre a violência policial. Atua junto à Rede de Apoio à Reforma Agrária, na luta dos trabalhadores rurais pela conquista da terra e desapropriação dos latifúndios. Faz parte da Pastoral da Moradia da Arquidiocese de São Paulo.

Endereço - Rua Nossa Senhora de Nazaré, 101 - CEP:04805 - São Paulo-SP

07. CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS "OSCAR ROMERO" - tem sua sede no bairro do Jabaquara, abrangendo os bairros do Ipiranga, Saúde e Vila Mariana, cuja população é de, aproximadamente, 1.000.000 de habitantes. Desenvolve um trabalho de educação popular e combate à violência policial junto às favelas, cortiços e comunidades parquiais. Assume, juridicamente, processos referentes à desapropriação de áreas pelo Plano Nacional de Reforma Agrária, em defesa dos trabalhadores rurais. Foi um dos fundadores do Plenário Pró Participação Popular na Constituinte e ainda é um de seus integrantes. Organizou um "Plenarinho" na Região. É organismo da Pastoral da Região Episcopal do Ipiranga.

Endereço - Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 2313 CEP:04309 -SP-SP

08. COMITÊ "TEODORO - DIRLEY" - tem sua sede no bairro do Ipiranga. Atua como órgão descentralizador do Centro "Oscar Romero" e tem seu trabalho específico na luta contra a violência policial. Assume, juridicamente, processos em que pessoas, principalmente menores, são vítimas da violência policial. Procura as famílias das vítimas para dar-lhes apoio e orientá-las quanto aos direitos que têm à uma indenização paga pelo Estado.

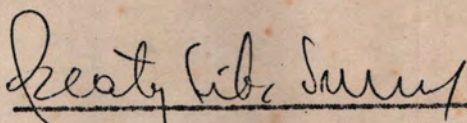
Endereço - Praça Frederico Ozanan, 01 - CEP:04286 - Ipiranga - São Paulo

09. PASTORAL DOS DIREITOS HUMANOS E DO MENOR MARGINALIZADO - tem sua sede no bairro de Santo Amaro. Desenvolve um trabalho de conscientização junto à população favelada. Tem como princípio o combate à violência policial, em defesa do menor, defendendo seus direitos. Faz, também, um trabalho junto às famílias dos menores e dos presos.

Endereço - Rua Américo Angélico, 81 - CEP:04678 - Santo Amaro - SP

São Paulo, 15 de março de 1988.

Em nome de todos os CDDHs. aqui relacionados:



Beatriz Silva Ferreira - CDDHs. da Lapa

